SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 20ª REUNIÃO - SEMIPRESENCIAL

(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

30/11/2021
TERÇA-FEIRA
às 08 horas e 30 minutos

Presidente: Senadora Kátia Abreu
Vice-Presidente: VAGO

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM

20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA - SEMIPRESENCIAL

Terça-feira, às 08 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	**MSF 49/2021** - Não Terminativo -	**SENADORA NILDA GONDIM**	**11**
2	**MSF 74/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR ANTONIO ANASTASIA**	**115**
3	**MSF 50/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR CHICO RODRIGUES**	**198**
4	**MSF 59/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR MARCOS DO VAL**	**266**
5	**MSF 77/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR ESPERIDIÃO AMIN**	**346**
6	**MSF 78/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR ZEQUINHA MARINHO**	**409**

7	**MSF 69/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR NELSINHO TRAD**	**464**
8	**MSF 75/2021** - Não Terminativo -	**SENADOR CARLOS VIANA**	**530**
9	**MSF 61/2021** - Não Terminativo -	**SENADORA SORAYA THRONICKE**	**635**
10	**MSF 48/2021** - Não Terminativo -	**SENADORA DANIELLA RIBEIRO**	**700**

(22)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES				SUPLENTES		
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, REPUBLICANOS, PP)						
Renan Calheiros(MDB)(9)(50)(53)	AL	3303-2261	1	Dário Berger(MDB)(9)(50)(53)(52)	SC	3303-5947 / 5951
Fernando Bezerra Coelho(MDB)(9)(50)(53)	PE	3303-2182 / 4084	2	Marcio Bittar(PSL)(9)(50)(53)	AC	3303-2115 / 2119 / 1652
Jarbas Vasconcelos(MDB)(9)(50)(53)	PE	3303-3522	3	Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(8)(50)(53)	PB	3303-2252 / 2481
Nilda Gondim(MDB)(11)(51)(50)(53)	PB	3303-6490 / 6485	4	Flávio Bolsonaro(PATRIOTA)(4)(35)(21)(51)(50)(53	RJ	3303-1717 / 1718
Esperidião Amin(PP)(5)(17)(21)(42)	SC	3303-6446 / 6447 / 6454	5	Daniella Ribeiro(PP)(10)(42)	PB	3303-6788 / 6790
Kátia Abreu(PP)	TO	3303-2464 / 2708 / 5771 / 2466	6	Eliane Nogueira(PP)(61)(60)	PI	3303-6187 / 6188 / 6192
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(PODEMOS, PSDB, PSL)						
Mara Gabrilli(PSDB)(7)(30)(31)(45)	SP	3303-2191	1	Plínio Valério(PSDB)(7)(28)(26)(33)(45)	AM	3303-2833 / 2835 / 2837
Roberto Rocha(PSDB)(7)(45)	MA	3303-1437 / 1506	2	Chiquinho Feitosa(DEM)(13)(62)(45)	CE	3303-4502 / 4503 / 4517 / 4573
Flávio Arns(PODEMOS)(12)(39)(54)	PR	3303-6301	3	Soraya Thronicke(PSL)(14)(39)(54)	MS	3303-1775
Marcos do Val(PODEMOS)(25)(19)(44)	ES	3303-6747 / 6753	4	Giordano(MDB)(25)(19)(27)(36)(44)(56)(58)	SP	3303-4177
PSD						
Antonio Anastasia(2)(43)	MG	3303-5717	1	Lucas Barreto(2)(32)(43)	AP	3303-4851
Nelsinho Trad(2)(29)(43)	MS	3303-6767 / 6768	2	Sérgio Petecão(2)(29)(43)	AC	3303-4086 / 6708 / 6709
Carlos Viana(47)	MG	3303-3100	3	VAGO		
Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PL, PSC)						
Chico Rodrigues(DEM)(3)(37)	RR	3303-2281	1	Marcos Rogério(DEM)(3)	RO	3303-6148
Zequinha Marinho(PSC)(3)	PA	3303-6623	2	Maria do Carmo Alves(DEM)(3)	SE	3303-1306 / 4055 / 2878
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS)						
Jaques Wagner(PT)(6)(16)(20)(46)	BA	3303-6390 / 6391	1	Fernando Collor(PROS)(6)(46)	AL	3303-5783 / 5787
Humberto Costa(PT)(6)(46)	PE	3303-6285 / 6286	2	Telmário Mota(PROS)(15)(6)(46)	RR	3303-6315
PDT/CIDADANIA/REDE(REDE, PDT, CIDADANIA)						
Cid Gomes(PDT)(49)	CE	3303-6460 / 6399	1	Fabiano Contarato(REDE)(57)(49)	ES	3303-9049
Randolfe Rodrigues(REDE)(24)(49)	AP	3303-6777 / 6568	2	Weverton(PDT)(49)	MA	3303-4161 / 1655

(1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

(2) Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

(3) Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

(4) Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(5) Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(6) Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

(7) Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

(8) Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).

(9) Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).

(10) Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(11) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

(12) Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).

(13) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).

(14) Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).

(15) Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).

(16) Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

(17) Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).

(18) Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)

(19) Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).

(20) Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).

(21) Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).

(22) A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

(23) Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.

(24) Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
(25) Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
(26) Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
(27) Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
(28) Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
(29) Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
(30) Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
(31) Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).
(32) Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
(33) Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).
(34) Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
(35) Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
(36) Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
(37) Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
(38) Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
(39) Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
(40) Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
(41) Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS).
(42) Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
(43) Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
(44) Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
(45) Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
(46) Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
(47) Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
(48) Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
(49) Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
(50) Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).
(51) Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
(52) Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
(53) Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
(54) Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
(55) Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
(56) Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
(57) Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
(58) Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
(59) Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
(60) Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
(61) Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)
(62) Em 08.11.2021, o Senador Chiquinho Feitosa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão em vaga cedida ao DEM pelo PSDB (Of. nº 73/2021-GLPSDB e Of. nº 31/2021-GLDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-5919
E-MAIL: cre@senado.leg.br
HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODCOL=54

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 30 de novembro de 2021
(terça-feira)
às 08h30

PAUTA

20ª Reunião, Extraordinária - Semipresencial

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:
1. Inclusão de item na pauta (26/11/2021 10:41)
2. Refresh (26/11/2021 18:37)
3. Inclusão de documentos (29/11/2021 12:32)
4. Idem (29/11/2021 14:11)
5. Idem (29/11/2021 19:30)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 49, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, Reino da Bélgica.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Nilda Gondim

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 74, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 50, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**

ITEM 4

MENSAGEM (SF) N° 59, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 5

MENSAGEM (SF) N° 77, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Coreia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:
Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 6

MENSAGEM (SF) N° 78, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 7

MENSAGEM (SF) N° 69, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 8

MENSAGEM (SF) N° 75, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(Mesa)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 9

MENSAGEM (SF) N° 61, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do

Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

ITEM 10

MENSAGEM (SF) N° 48, DE 2021

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

Avulso inicial da matéria **(PLEN)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Listagem ou relatório descritivo **(CRE)**
Relatório Legislativo **(CRE)**

1

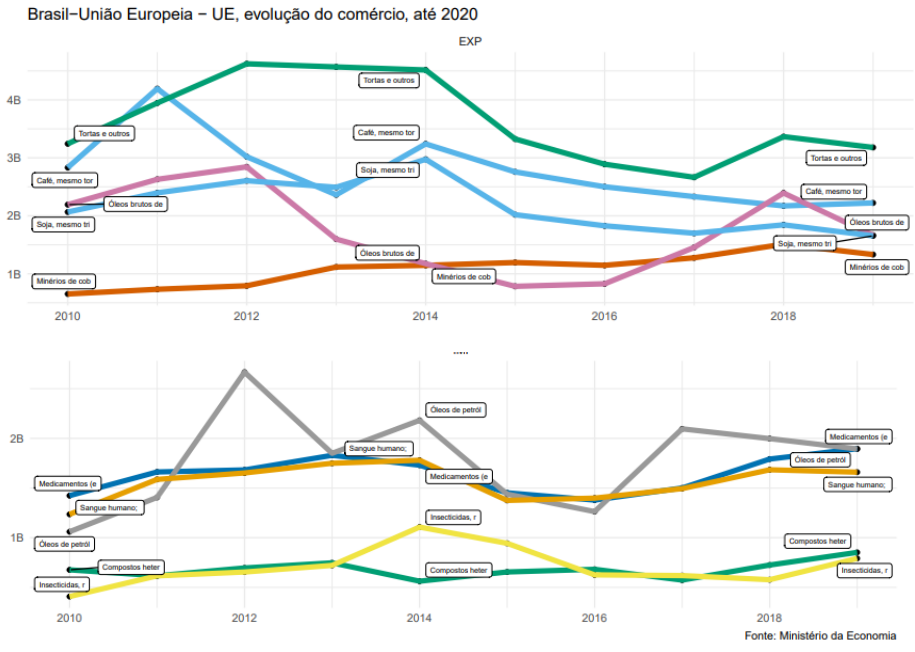
I N F O R M A Ç Ã O

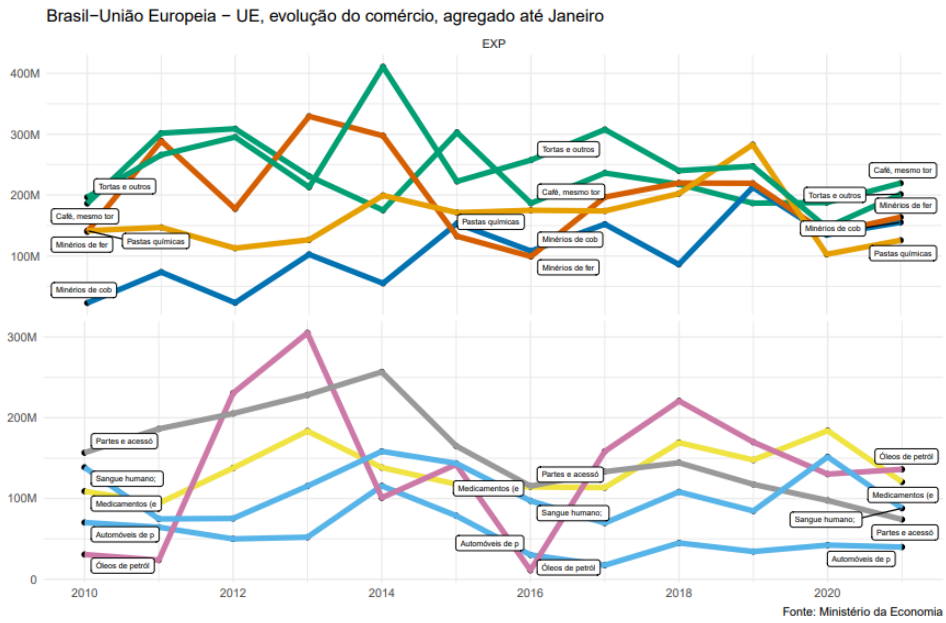
CURRICULUM VITAE

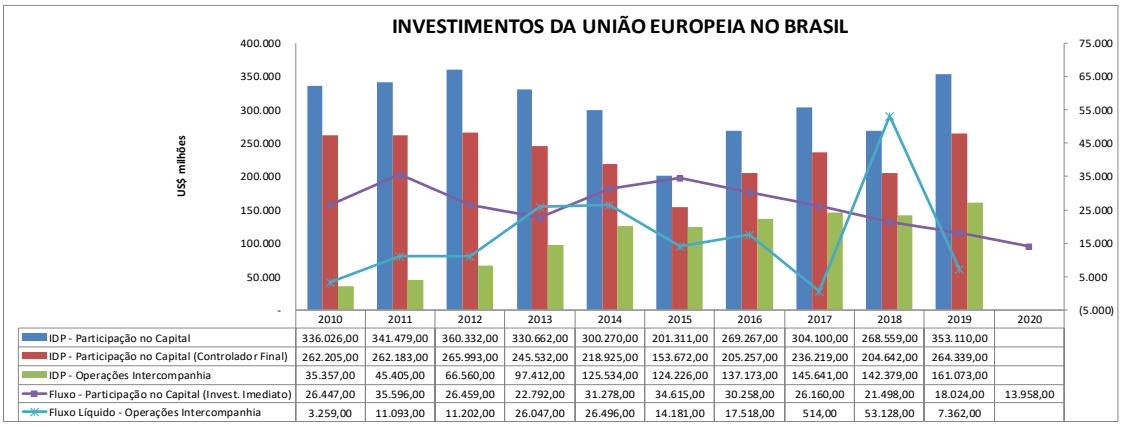
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA*
CPF: 41635418100
ID: 10160 MRE

1966	Filho de Alberto Vasconcellos da Costa e Silva e Vera Queiroz da Costa e Silva, nasce no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1989	História pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal
1991	CPCD - IRBr
2000	CAD - IRBr
2005	CAE, IRBr, 2005, com a tese " A Petrobras na Bolívia: seu impacto sobre as relações bilaterais e a política externa brasileira"
Cargos:	
1992	Terceiro-secretário
1996	Segundo-secretário
2002	Primeiro-secretário
2006	Conselheiro
2008	Ministro de segunda classe
2018	Ministro de primeira classe
Funções:	
1992-96	Divisão de Comércio Internacional de Manufaturas, assistente
1996-00	Delegação Permanente em Genebra, segundo-secretário
2000-03	Embaixada em Santiago, segundo-secretário
2003-05	Embaixada em La Paz, primeiro-secretário
2005-09	Presidência da República, Assessoria Especial, assessor
2009-14	Embaixada em Madri, ministro-conselheiro
2014-17	Embaixada em Ottawa, ministro-conselheiro
2017-19	Departamento Econômico, diretor
2019	Subsecretaria-Geral da América Latina e do Caribe, subsecretário-geral
2019-	Secretaria de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas, secretário
Condecorações:	
1992	Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, IRBr, Medalha de Bronze
1992	Prêmio Rio Branco, IRBr, Medalha de Ouro
2010	Medalha do Pacificador
2011	Ordem do Mérito Naval, Grau de Comendador
2019	Medalha "Mérito Santos Dumont"
2019	Ordem do Mérito da Defesa, Grau de Grande Oficial
2019	Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2019	Ordem de Rio Branco, Grã Cruz

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

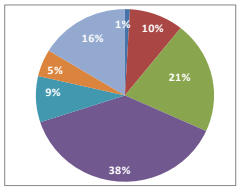

Brasil−União Europeia − UE, evolução do comércio, até 2020
EXP
4B
3B
2B
1B
2010
2012
2014
2016
2018
Tortas e outros
Café, mesmo tor
Soja, mesmo tri
Óleos brutos de
Minérios de cob
Óleos de petról
Sangue humano;
Medicamentos (e
Compostos heter
Insecticidas, r
Fonte: Ministério da Economia


Brasil−União Europeia − UE, evolução do comércio, agregado até Janeiro
EXP
400M
300M
200M
100M
Tortas e outros
Café, mesmo tor
Minérios de fer
Pastas químicas
Minérios de cob
300M
200M
100M
0
Partes e acessó
Sangue humano;
Medicamentos (e
Automóveis de p
Óleos de petról
2010
2012
2014
2016
2018
2020
Fonte: Ministério da Economia



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
IDP - Participação no Capital	336.026,00	341.479,00	360.332,00	330.662,00	300.270,00	201.311,00	269.267,00	304.100,00	268.559,00	353.110,00	
IDP - Participação no Capital (Controlador Final)	262.205,00	262.183,00	265.993,00	245.532,00	218.925,00	153.672,00	205.257,00	236.219,00	204.642,00	264.339,00	
IDP - Operações Intercompanhia	35.357,00	45.405,00	66.560,00	97.412,00	125.534,00	124.226,00	137.173,00	145.641,00	142.379,00	161.073,00	
Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato)	26.447,00	35.596,00	26.459,00	22.792,00	31.278,00	34.615,00	30.258,00	26.160,00	21.498,00	18.024,00	13.958,00
Fluxo Líquido - Operações Intercompanhia	3.259,00	11.093,00	11.202,00	26.047,00	26.496,00	14.181,00	17.518,00	514,00	53.128,00	7.362,00	

Setor de atividade econômica *(Estoque 2019 - US$ milhões)*	Invest. Imediato	Control. Final
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura	4.216,00	**2.377,00**
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	43.024,00	**26.014,00**
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	63.618,00	**55.593,00**
Indústrias de Transformação	139.297,00	**100.989,00**
Informação e Comunicação	24.882,00	**22.824,00**
Indústrias Extrativas	31.042,00	**13.430,00**
Outros	47.031,00	**43.112,00**



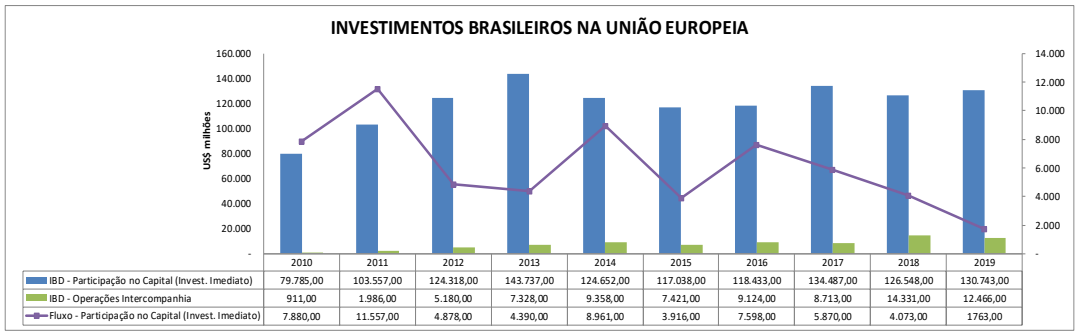
IDP - Quantidade de Investidores *(>= 10% capital acionário)*	2010	2015
Investidor Imediato	5.952	7.638
Controlador Final	5.416	6.879

Fontes:

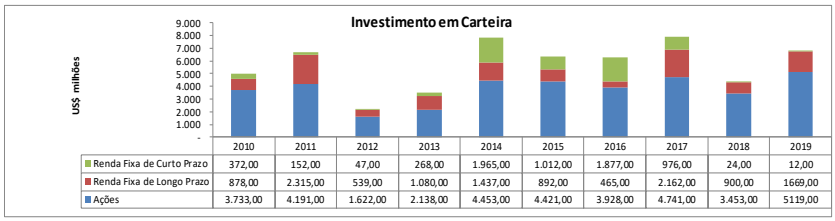
Banco Central do Brasil - Censo de Capitais Estrangeiros no País (Anos-Base 2010 a 2020); Disponível em http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CAMBIO;

Banco Central do Brasil - Série histórica dos fluxos de balanço de pagamentos - distribuições por país ou por setor; Disponível em http://www.bcb.gov.br/htms/Infecon/SeriehistBalanco.asp?idpai=seriespex;

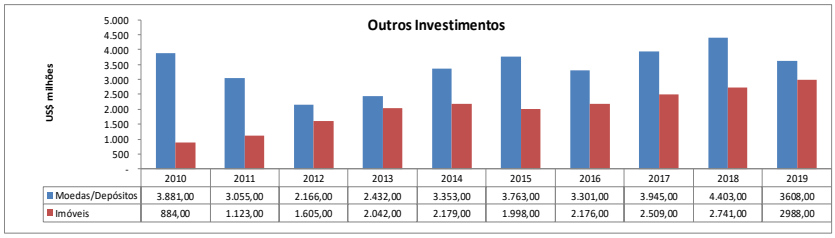
Elaboração DPIND/MRE



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
IBD - Participação no Capital (Invest. Imediato)	79.785,00	103.557,00	124.318,00	143.737,00	124.652,00	117.038,00	118.433,00	134.487,00	126.548,00	130.743,00
IBD - Operações Intercompanhia	911,00	1.986,00	5.180,00	7.328,00	9.358,00	7.421,00	9.124,00	8.713,00	14.331,00	12.466,00
Fluxo - Participação no Capital (Invest. Imediato)	7.880,00	11.557,00	4.878,00	4.390,00	8.961,00	3.916,00	7.598,00	5.870,00	4.073,00	1763,00

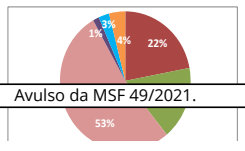


	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Renda Fixa de Curto Prazo	372,00	152,00	47,00	268,00	1.965,00	1.012,00	1.877,00	976,00	24,00	12,00
Renda Fixa de Longo Prazo	878,00	2.315,00	539,00	1.080,00	1.437,00	892,00	465,00	2.162,00	900,00	1669,00
Ações	3.733,00	4.191,00	1.622,00	2.138,00	4.453,00	4.421,00	3.928,00	4.741,00	3.453,00	5119,00



	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Moedas/Depósitos	3.881,00	3.055,00	2.166,00	2.432,00	3.353,00	3.763,00	3.301,00	3.945,00	4.403,00	3608,00
Imóveis	884,00	1.123,00	1.605,00	2.042,00	2.179,00	1.998,00	2.176,00	2.509,00	2.741,00	2988,00

IBD - Setor de atividade econômica *(2019 - US$ milhões)*	
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura	29,00
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	28.752,00
Indústrias de Transformação	22.275,00
Atividades Imobiliárias	3.441,00
Outros	5.239,00



IBD - Quantidade de Investidores *(>= 10% capital acionário)*	
2.432	5.741

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 49, DE 2021

(nº 529/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, Reino da Bélgica.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 529

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, Reino da Bélgica.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de outubro de 2021.

EM nº 00205/2021 MRE

Brasília, 15 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador extraordinário e plenipotenciário, chefe da missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **MARCOS BEZERRA ABBOTT GALVÃO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre a União Europeia e curriculum vitae de **PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 858/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, Reino da Bélgica.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 20/10/2021, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2957925** e o código CRC **B33E1321** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008045/2021-55 SEI nº 2957925

16 Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

UNIÃO EUROPEIA



Ostensivo
Outubro de 2021

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	União Europeia
PAÍSES MEMBROS:	27* (Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia, Suécia). *O Reino Unido retirou-se em 31/01/2020.
PAÍSES CANDIDATOS:	Albânia, Macedônia do Norte, Montenegro, Sérvia, Turquia.
FUNDAÇÃO:	1957 (Comunidade Econômica Europeia).
SEDES:	Bruxelas (Conselho Europeu; Conselho da União Europeia; Comissão Europeia; Parlamento Europeu); Estrasburgo e Luxemburgo (Parlamento Europeu).
ÁREA:	4.233.262 km^2
POPULAÇÃO:	447.706.209 (2020)
LÍNGUAS OFICIAIS:	24 línguas oficiais: alemão, búlgaro, checo, croata, dinamarquês, eslovaco, esloveno, espanhol, estônio, finlandês, francês, grego, neerlandês, húngaro, inglês, irlandês, italiano, letão, lituano, maltês, polonês, português, romeno e sueco.
PRINCIPAIS ÓRGÃOS:	Conselho Europeu (Chefes de Estado e de Governo); Conselho da União Europeia (ministros nacionais); Comissão Europeia; Parlamento Europeu.
PRINCIPAIS CHEFIAS:	Charles Michel, Presidente do Conselho Europeu (desde 1/12/2019); Ursula von der Leyen, Presidente da Comissão Europeia (desde 1/12/2019); David Sassoli, Presidente do Parlamento Europeu (desde 3/7/2019).
ALTO REPRESENTANTE PARA OS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E A POLÍTICA DE SEGURANÇA:	Josep Borrell Fontelles (desde 1/12/2019)
PRESIDÊNCIA DE TURNO DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA:	Eslovênia (1/7-31/12/2021) França (1/1-30/6/2022)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2020):	US$ 14,93 trilhões (FMI)
PIB PPP *PER CAPITA* (2020)	US$ 43.620 (FMI)
PIB *PER CAPITA* (2020):	US$ 33.560 (FMI)
VARIAÇÃO DO PIB (Comissão Europeia):	-5,9% (2020); 1,8% (2019); 2,1% (2018); 2,8% (2017); 2% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANANO (IDH) (2017):	0,899
EXPECTATIVA DE VIDA (2018):	81,034 anos
ALFABETIZAÇÃO (2016)	99,13%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2020):	7,5% (Eurostat)
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro é moeda oficial de 19 dos 27 países da UE
REPRESENTAÇÃO NO BRASIL:	Delegação da União Europeia no Brasil. Embaixador Ignacio Ybáñez.

	INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-UNIÃO EUROPEIA (UE-27) (Fonte: Ministério da Economia, Ago/2021)										
Brasil → UE (US$ bilhões)	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**Jan-Ago 2021**
Intercâmbio	45,37	67,31	63,43	99,63	98,52	70,6	66,97	76,87	64,2	57,959	49,397
Exportações	27,13	40,57	34,19	53,17	47,77	33,95	34,9	42,10	33,23	27,641	24,767
Importações	18,24	26,74	29,24	46,46	50,75	36,65	32,07	34,76	30,97	30,318	24,63
Saldo	8,89	13,82	4,95	6,71	-2,98	- 2,7	2,83	7,34	2,27	-2,676	0,137

APRESENTAÇÃO

A União Europeia (UE) é uma união política e econômica formada por 27 Estados-membros (desde a saída do Reino Unido, em 31 de janeiro de 2020). Sua área é de 4.233.262 km² e sua população é estimada em 447 milhões de habitantes.

É considerada entidade de caráter supranacional. Os Estados-membros da UE são nações soberanas, mas partilham sua soberania em certas áreas. Essa partilha significa, na prática, a delegação de competências a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos considerados do interesse coletivo possam ser tomadas em nível europeu.

As principais instituições da União Europeia são: o Conselho Europeu, que reúne os chefes de Estado e governo dos países membros, sendo responsável pelas grandes prioridades políticas da UE; a Comissão Europeia, órgão executivo do bloco, responsável pela elaboração de propostas de novos atos legislativos europeus; o Conselho da União Europeia, que reúne os ministros dos governos de cada país da UE para debater, alterar e aprovar legislação; e o Parlamento Europeu, que, junto ao Conselho da UE, corresponde ao órgão legislativo do bloco. O Parlamento Europeu é diretamente eleito pelos cidadãos europeus, de cinco em cinco anos.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Charles Michel – Presidente do Conselho Europeu



Nasceu em 1975, em Namur, Bélgica. Formado em Direito. Filho de Louis Charles Michel, ex-Comissário europeu para o Desenvolvimento e Ajuda Humanitária (2004-2009). Charles Michel começou sua carreira política ainda adolescente, quando se juntou à ala jovem do Movimento Reformador, tendo sido eleito como conselheiro de província, aos 18 anos. Aos 25, tornou-se Ministro do Interior da Valônia. Em 2007, foi nomeado Ministro para Cooperação de Desenvolvimento de seu país. Em 2011, após disputa interna contra o líder de seu partido, ganhou eleições para ser líder do MR e, em seguida, tornou-se Primeiro-Ministro da Bélgica. Fluente em alemão, francês e inglês.

Ursula von der Leyen - Presidente da Comissão Europeia



Nasceu em 1958, em Bruxelas, Bélgica, de nacionalidade alemã. Filha de funcionários da então Comunidade Europeia, viveu a maior parte da vida em Bruxelas. Formada em Economia pela London School of Economics e em Medicina pela Hannover Medical School. Foi Ministra da Família e Juventude (2005-2009), Ministra do Trabalho (2009-2013) e Ministra da Defesa (2013-2019) da Alemanha. A eleição de Ursula von der Leyen (PPE) foi aprovada pelo PE em julho de 2019. É a primeira mulher a presidir a Comissão Europeia. A votação foi antecedida por discurso no qual von der Leyen deu especial ênfase aos temas relativos à mudança do clima e prometeu um “green deal for Europe”. Abordou, também, a taxação de grandes empresas de tecnologia, o combate ao desemprego, a criação de um salário mínimo europeu, a importância do respeito ao estado de direito nos países da UE e a igualdade de gênero.

David Maria Sassoli - Presidente do Parlamento Europeu



Nasceu em 1956, em Florença, Itália. Formado em Ciência Política pela Universidade de Florença, começou carreira jornalística nos anos de 1970. Trabalhou como repórter para o canal de televisão TG3. Foi âncora do telejornal do canal TG1, do qual chegou a ser vice-diretor. Foi um dos jornalistas mais populares da Itália nos anos de 1990. Filiado ao Partido Democrático (centro-esquerda), concorreu pela primeira vez ao Parlamento Europeu em 2009, sendo o representante mais votado em seu distrito eleitoral. Candidatou-se à prefeitura de Roma em 2013, tendo terminado em segundo lugar. Foi reeleito para o Parlamento Europeu em 2014, ano no qual também foi eleito Vice-Presidente do órgão. É Presidente do Parlamento Europeu desde julho de 2019.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil nutre importante relação com a UE, baseada em laços históricos e culturais. O país foi um dos primeiros a estabelecer relações diplomáticas com a então Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1960. O relacionamento passou por diversas mudanças, mas manteve sempre elevada importância no quadro da política externa brasileira.

As relações bilaterais foram impulsionadas pela assinatura, em setembro de 1980, do Acordo-Quadro de Cooperação, com foco no aprofundamento da cooperação econômica e comercial. Em junho de 1992, o marco normativo das relações bilaterais foi atualizado com a assinatura de novo Acordo-Quadro de Cooperação e com a criação de Comissão Mista, que exerce papel de coordenação da ampla agenda temática bilateral. Em 2004, a intensa agenda de cooperação científica e tecnológica ensejou a assinatura do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.

Em maio de 2007, a União Europeia propôs ao Brasil a elevação do relacionamento bilateral ao patamar de Parceria Estratégica, a primeira entre o bloco e um país latino-americano. A decisão foi formalizada nos termos de Declaração Conjunta, divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula Brasil-UE (Lisboa, 4 de julho de 2007). O acordo sinalizou o fortalecimento das relações e ofereceu à UE canal de comunicação privilegiado com o Brasil, considerado importante interlocutor na região. Com a assinatura da Parceria Estratégica, as relações bilaterais, tradicionalmente densas do ponto de vista econômico e comercial, foram enriquecidas em sua vertente política, ampliando as frentes de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse mútuo. Além do Brasil, são parceiros estratégicos da UE os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a China, a Rússia, a Índia, a África do Sul, o México e a Coreia do Sul.

O relacionamento em nível estratégico, que pressupõe interlocução intensa e consultas sistemáticas, ocorre por meio de uma série de encontros entre representantes do governo brasileiro e das instâncias comunitárias. Além das cúpulas, em nível presidencial, há reuniões regulares entre altos funcionários (com destaque para a Reunião em Nível de Altos Funcionários, em nível se Secretário), assim como entre especialistas e técnicos. No âmbito da Parceria Estratégica, também foram estabelecidos mecanismos de interlocução, denominados diálogos setoriais, nos quais são realizadas reuniões periódicas de avaliação da cooperação bilateral.

Atualmente, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento, em áreas como paz e segurança; comércio; investimentos; regulação; serviços; energia; sociedade da informação; desenvolvimento sustentável; mudança do clima; educação e cultura. Há, ainda, encontros regulares entre representantes da sociedade civil e do empresariado, que contribuem para aproximar as sociedades de ambas as partes, a fim de debater ideias sobre como explorar novas oportunidades e superar desafios.

Em 2017, no marco dos 10 anos da parceria estratégica, o então Chanceler Aloysio Nunes Ferreira manteve encontros com o Vice-Presidente da Comissão Europeia para Emprego, Crescimento e Competitividade, Jyrki Katainen; com a então Comissária de Comércio, Cecilia Malmström; com o então Presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani; e com a então Alta Representante para Relações Exteriores e Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Federica Mogherini. No mesmo ano, Jyrki Katainen realizou visita oficial a Brasília, que coincidiu com o encerramento da XXX sessão do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul-União Europeia.

Em 2019, houve a retomada de importantes mecanismos bilaterais, como o Diálogo sobre Sociedade de Informação e Economia Digital (novembro, Bruxelas), o Diálogo Político de Alto Nível (novembro, Brasília) e o Diálogo de Direitos Humanos (outubro, Bruxelas). O então Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o Vice-Presidente da Comissão Europeia para Emprego, Crescimento e Competitividade, Jyrki Katainen, encontraram-se em Davos, em janeiro de 2019, à margem do Fórum Econômico Mundial. Houve, ainda, encontro entre o então Chanceler Ernesto Araújo e a Alta Representante da UE, Federica Mogherini, à margem da reunião que selou acordo Mercosul-UE, no dia 28 de junho de 2019.

Estavam previstas, para 2020, visita ao Brasil do Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, assim como da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, por ocasião da realização de Cúpula Brasil-UE, em nível presidencial. Tanto as visitas quanto a Cúpula tiveram de ser adiadas, em função da pandemia de COVID-19. Apesar das restrições relacionadas à pandemia, em 2020, houve intenso contato de alto nível com as autoridades europeias em temas-chave como direitos humanos, meio ambiente e sustentabilidade, segurança cibernética e drogas ilícitas, a demonstrar a

solidez da Parceria Estratégica.

Em julho de 2020, realizou-se, por videoconferência, reunião ministerial entre Europa, América Latina e Caribe sobre o mundo pós-pandemia, co-organizada por UE, Espanha e Itália, com participação do então Chanceler Ernesto Araújo. Na ocasião, adotou-se declaração conjunta, na qual os países reafirmaram o compromisso mútuo com o fortalecimento da cooperação entre as regiões, a fim de lidar com as consequências econômicas e sociais da pandemia. Em outubro, Araújo manteve conversa telefônica com o Comissário de Comércio da União Europeia, Valdis Dombrovskis, para tratar do apoio europeu à acessão brasileira à OCDE e do Acordo Mercosul-UE.

Em dezembro de 2020, ocorreu a VII Reunião do Diálogo Político de Alto Nível entre Brasil e União Europeia (UE), quando as duas delegações mantiveram intercâmbio aberto e frutífero sobre ampla gama de assuntos, como defesa, política comercial, meio ambiente e segurança, bem como sobre temas regionais e multilaterais. As delegações trocaram impressões sobre a situação da pandemia de COVID-19 e concordaram em continuar o diálogo e a cooperação bilaterais sobre a crise sanitária em curso, bem como sobre o processo de recuperação econômica e social em ambas as regiões. Ainda em dezembro, destacou-se a realização de reunião ministerial virtual entre os países da União Europeia e América Latina e Caribe (UE-ALC) para tratar da recuperação econômica pós-pandemia; da parceria verde e da aliança digital.

Em 1º de junho de 2021, entrou em operação o cabo transatlântico submarino “Ella Link” – primeiro projeto de ligação direta de fibra ótica de alta capacidade entre a América do Sul e a Europa (Fortaleza-Sines). O Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações do Brasil, Marcos Pontes, representou o Brasil no evento "Leading the Digital Decade" e na cerimônia de inauguração do cabo, em Sines, Portugal (1/6/2021).

Brasil e UE têm também procurado avançar na formulação de estruturas que permitam ampliar o escopo do relacionamento, como a cooperação trilateral. Essa modalidade complementa a cooperação Sul-Sul, pois promove o intercâmbio de experiências sobre como lidar com desafios comuns aos países em desenvolvimento. Cabe referência, ainda, às discussões sobre governança da internet, assunto no qual Brasil e UE têm identificado convergência de posições. Entre estas, sobrelevam a defesa de modelo multissetorial, democrático e transparente de governança; e o

entendimento de que as tecnologias da informação e da comunicação podem constituir poderosa ferramenta para o desenvolvimento.

POLÍTICA INTERNA

A UE é constituída por diferentes Estados, que agem em uníssono em determinadas questões. Isso é possível porque, não obstante a condição de entidades soberanas, esses Estados optam por renunciar a parte de sua soberania e estabelecem instituições supranacionais e tratados com jurisdição sobre eles.

A legislação desenvolvida pela UE apresenta-se em dois níveis: primário e secundário. A legislação primária abrange, atualmente, o Tratado que estabelece a Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom, 1957); o Tratado da União Europeia (TUE) – ou Tratado de Maastricht (1992) – e o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) – ou Tratado de Lisboa (2009). A legislação secundária, por sua vez, abrange os textos legislativos emitidos pelas instituições da União, que podem implementar ou complementar o texto dos tratados, na forma de regulamentos, diretivas e decisões. Juntamente aos acordos internacionais, as legislações primária e secundária constituem as três fontes de direito da União.

A UE é composta tanto por instituições supranacionais – a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Banco Central Europeu – quanto intergovernamentais – o Conselho Europeu e o Conselho da União Europeia, ou Conselho de Ministros. Segundo as disposições contidas nas legislações primária e secundária da UE, cada uma dessas instituições possui atribuições específicas, mas que devem seguir dois princípios básicos: o princípio da subsidiariedade e o princípio da proporcionalidade. O princípio da subsidiariedade significa que a União poderá adotar legislação – nas áreas que não são de sua exclusiva competência – somente quando os objetivos da ação proposta não forem suficientemente atingidos pelos Estados-membros nos níveis federal, regional e local, ou quando a ação puder ser mais bem abordada no nível comunitário. Sob o princípio da proporcionalidade, entende-se que o conteúdo e forma das ações comunitárias não devem exceder o necessário para garantir o cumprimento de seus tratados.

Conselho Europeu

Instância composta pelos Chefes de Estado ou de Governo da UE, responsável pelo direcionamento político do bloco. O Conselho define as prioridades políticas gerais e resolve questões que, pela complexidade ou sensibilidade, não possam ser resolvidas em nível inferior. O órgão também define a política externa e de segurança comum, tendo em conta os interesses estratégicos e as implicações em termos de defesa.

Com o Tratado de Lisboa, criou-se o cargo de Presidente do Conselho Europeu, eleito por maioria qualificada, para mandato de dois anos e meio, renováveis. O Presidente fica encarregado de dar continuidade e coerência à agenda e trabalhos da UE e de representar o bloco no exterior. O atual Presidente, o liberal Charles Michel, foi eleito em novembro de 2019. Michel é o segundo ex-Primeiro-Ministro belga a ocupar o cargo.

Comissão Europeia

A Comissão tem o chamado "direito de iniciativa", podendo propor leis sobre matérias que não possam ser tratadas em nível nacional, regional ou local (princípio da subsidiariedade). Como "guardiã dos Tratados", a Comissão verifica se os Estados-membros aplicam corretamente a legislação da UE. A Comissão representa, ainda, a UE em organismos internacionais, e negocia acordos internacionais em nome do bloco.

A Comissão é chefiada por Presidente, atualmente a alemã Ursula von der Leyen, que tomou posse em 1º de dezembro de 2019. O órgão está sob a direção do assim chamado "Colégio", composto por 27 comissários (um para cada estado-membro), que, em conjunto, decidem sobre as estratégias e as prioridades políticas da Comissão. Cada comissário é responsável por uma das direções-gerais (DG), às quais incumbe desenvolver, executar e gerir as políticas, a legislação e os programas de financiamento da UE.

Conforme já mencionado, Von der Leyen tem dado especial ênfase aos temas relativos à mudança do clima. Em seu discurso de posse, abordou a taxação de grandes empresas de tecnologia, o combate ao desemprego, a criação de um salário mínimo europeu, a importância do respeito ao estado de direito nos países da UE e a igualdade de gênero.

Conselho da União Europeia/Conselho de Ministros

No âmbito do Conselho da UE (ou Conselho de Ministros), os ministros de cada Estado-membro, nas áreas de competência e nas respectivas pastas, encontram-se para adotar legislação e assegurar a coordenação das políticas da UE. O Conselho e o Parlamento partilham a tarefa de aprovar nova legislação da UE, proposta pela Comissão. O Conselho assina acordos em nome da UE e decide anualmente sobre o orçamento comunitário, juntamente com o Parlamento. Constitui, ainda, a principal instância onde se desenvolve a política externa e de segurança comum (PESC).

Com o Tratado de Lisboa, a regra de tomada de decisão no Conselho passou a ser a de maioria qualificada, em uma lógica de "dupla maioria": a decisão será tomada se reunir pelo menos 55% dos Estados-Membros que, simultaneamente, representem, ao menos, 65% da população da União. O Tratado de Lisboa também tornou a regra de maioria qualificada predominante para adoção de nova legislação, salvo em matérias como fiscalidade, segurança social, política externa, defesa e cooperação policial, para as quais é exigida a unanimidade.

Em 1º de julho de 2021, a Eslovênia assumiu a presidência do Conselho, cujo mandato é rotativo e dura 6 meses. A França assumirá a presidência do Conselho no primeiro semestre de 2022.

Parlamento Europeu

Órgão legislativo da UE e uma das suas sete instituições. É composto por eurodeputados (MPE) diretamente eleitos (desde 1979) para mandato de 5 anos, distribuídos entre os 27 membros da União Europeia por critérios de proporcionalidade demográfica. O número mínimo de parlamentares eleitos por país é de 6, e o máximo, de 96 (caso da Alemanha). Quando eleitos, os MPE se assentam em grupos políticos supranacionais segundo suas afinidades políticas, independentemente da nacionalidade. A criação de grupos políticos requer 25 membros de pelo menos ¼ dos Estados-membros. Caso não pertençam a nenhum grupo, os deputados fazem parte dos "não inscritos". Cada MPE também pertence a uma delegação interparlamentar responsável por desenvolver contatos internacionais com parlamentos nacionais e organizações internacionais. A partir do Brexit, o Parlamento Europeu passou a ter 705 parlamentares, distribuídos atualmente em 7 grupos políticos.

Cabe ao órgão atuar como co-legislador, partilhando com o Conselho o poder de aprovar e alterar as propostas legislativas e de decidir em matéria de orçamento comunitário. Fiscaliza, igualmente, o trabalho da Comissão Europeia e de outros órgãos da UE, além de cooperar com os parlamentos nacionais dos países do bloco. O Parlamento também possui poderes de tomada de decisão por meio de outros procedimentos, mais notavelmente via consulta (questões de natureza intergovernamental sobre as quais apenas pode emitir pareceres não vinculantes) e consentimento (em acordos internacionais e tratados de adesão, o Parlamento deve emitir pareceres vinculantes, mas não pode propor alterações).

O Tratado de Lisboa reforçou o papel do Parlamento Europeu como co-legislador, atribuindo-lhe poderes ampliados sobre mais de 40 novas áreas administrativas, incluindo a agricultura, a segurança energética, a justiça, a imigração, saúde e fundos estruturais. Dessa forma, o Parlamento fica em pé de igualdade com o Conselho da União Europeia, que representa os governos nacionais dos Estados-membros do bloco em diversas dessas áreas. Nenhuma das instituições – Parlamento ou Conselho – poderá adotar qualquer legislação sem consentimento da outra.

A última eleição direta para o Parlamento Europeu ocorreu em maio de 2019. É a seguinte a distribuição de cadeiras por grupos políticos: Grupo do Partido Popular Europeu (PPE), 187; Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu (S&D), 147; *Renew Europe Group* (RE), 96; Grupo Identidade e Democracia (ID), 76; Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia (ALE), 67; Grupo dos Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), 61; Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GUE/NGL), 39. São 29 os membros do parlamento não afiliados a qualquer grupo (NI).

Relação do Parlamento Europeu com o Brasil

O Parlamento Europeu conta com delegações para manter suas relações exteriores. Entre elas, existe a Delegação para as Relações com a República Federativa do Brasil (D-BR) e a Delegação para as Relações com o Mercosul (DMER). Em ambas as delegações, há representação dos diversos grupos políticos do PE, mas com maioria do PPE e do S&D. São os seguintes os membros da mesa diretora da D-BR: José Manuel Fernandes (PPE, Portugal), Presidente; Manuel Pizarro (S&D, Portugal), 1º Vice-Presidente; e Anna Cavazzini (ALE, Alemanha), 2ª Vice-Presidente.

São os seguintes membros da mesa diretora da DMER: Stephane Séjourné (RE, França), Presidente; e Nicolas Danti (S&D, Itália), 1° Vice-Presidente. A Parceria Estratégica UE-Brasil inclui diálogo regular entre o Congresso Nacional brasileiro e o Parlamento Europeu.

Para o primeiro semestre de 2020, estavam planejadas as visitas da Comissão de Meio Ambiente, em 18 de maio, e da Comissão de Comércio Internacional, que tiveram de ser adiadas, em função da crise da COVID-19.

Tribunal de Justiça da União Europeia

O Tribunal de Justiça interpreta o direito da UE e resolve os litígios entre os governos nacionais e as instituições europeias. Particulares, empresas e organizações podem recorrer à corte caso considerem que seus direitos tenham sido infringidos por instituição europeia. O Tribunal é composto por um juiz de cada Estado-membro, nomeado para mandato de seis anos pelo respectivo governo nacional. O Tribunal somente se pronuncia sob provocação de Estados-membros, pessoas, empresas, Comissão, Conselho ou Parlamento europeus.

O Tribunal Geral da União Europeia está associado ao Tribunal de Justiça da UE e tem competência para proferir sentenças em certas categorias de processos, em especial ações instauradas por particulares, empresas e algumas organizações, ou relacionadas à legislação em matéria de concorrência.

Banco Central Europeu (BCE)

Sediado em Frankfurt, o Banco Central Europeu tem como principal objetivo manter a paridade do poder de compra do Euro, bem como sua estabilidade. O BCE é igualmente responsável pela definição e execução da política econômica e monetária da UE. O banco se relaciona com os bancos centrais dos 27 Estados-membros, que formam o Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). O BCE pode fazer recomendações e/ou pedidos à Comissão de propostas de legislação em matérias de seu interesse.

O BCE é a única instituição com poder de autorizar a emissão de papel-moeda no âmbito da UE e de estabelecer taxa de juros aplicável a todos os Estados que adotam o euro como moeda oficial. Embora todos os integrantes da UE façam parte da união econômica e monetária, apenas 19

substituíram suas moedas nacionais pelo euro, e compõem a chamada Zona do Euro (ZE). Países que devem adotar o euro, mas ainda não reuniram todas as condições necessárias para adoção da moeda única, são Bulgária, Croácia, República Checa, Hungria, Polônia, Romênia e Suécia. A Dinamarca negociou cláusula de exclusão voluntária, de modo a não adotar o euro e manter sua moeda nacional.

Em julho de 2020, a Bulgária e a Croácia entraram no Mecanismo de Taxa de Câmbio II (MTC-II), considerado a "sala de espera" para a adesão à Zona do Euro. A medida abriu caminho para o primeiro alargamento da ZE desde 2015, quando a Lituânia entrou na união monetária como seu 19º membro. Paralelamente, o Banco Central Europeu confirmou também a integração de ambos os países à União Bancária, sistema de supervisão conjunta e de gestão de crises do setor bancário.

Eurogrupo

O Eurogrupo é um órgão informal em que os ministros dos Estados-membros pertencentes à ZE debatem assuntos de interesse mútuo. Sua principal função é assegurar coordenação estreita das políticas econômicas, além de promover condições propícias ao crescimento econômico sustentável. O grupo reúne-se uma vez por mês.

O Eurogrupo elege seu próprio Presidente para mandato de dois anos e meio. Desde 13 de julho de 2020, o Presidente do Eurogrupo é o Ministro das Finanças e Ministro das Despesas Públicas e da Reforma da Irlanda, Paschal Donohoe, eleito em 9 de julho de 2020. Donahoe afirmou que sua prioridade imediata seria a construção de caminho comum para a recuperação europeia, para o fortalecimento da economia da ZE e para a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Tribunal de Contas Europeu

O Tribunal de Contas Europeu controla as finanças da UE. Sua função é melhorar a gestão financeira comunitária e verificar como é usado o dinheiro público. O Tribunal foi criado em 1975 e tem sede em Luxemburgo.

Competências

A política interna (e externa) da União Europeia desenvolve-se à luz da divisão de competências entre os Estados-membros e os órgãos comunitários. A UE dispõe das competências que lhe são expressamente atribuídas pelos Estados-membros, divididas em exclusivas, partilhadas e de apoio.

Nas matérias de competência exclusiva da UE, o primado dos órgãos comunitários é, em geral, absoluto. Atualmente, somente a UE legisla no que diz respeito à união aduaneira, à política comercial comum, às regras de concorrência necessárias ao funcionamento do mercado interno, à política monetária na área do euro e à conservação dos recursos biológicos do mar.

Nas áreas de competência compartilhada, a UE atua, em tese, quando oferece valor adicionado à ação dos Estados-membros. Atualmente, há competência compartilhada no que tange ao mercado interno, à política social, à agricultura e à pesca, à defesa do consumidor, ao meio ambiente, aos transportes, à energia e ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Em caso de conflito sobre a distribuição dessas competências, aplica-se o princípio do primado do direito comunitário, segundo o qual as normas dos Estados-membros não podem contrariar as da UE.

Nos assuntos em que tem competência de apoio, a UE atua com base no princípio da subsidiariedade e apenas complementa ou coordena a ação dos Estados-membros. São, em geral, questões relacionadas à identidade nacional, tais como cultura e educação, esportes, saúde, turismo, proteção civil e indústria. Nessas áreas, salvo mandato específico, os órgãos comunitários somente emitem recomendações.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa e de segurança da União Europeia, criada pelo Tratado de Maastricht (1992) e fortalecida a partir do Tratado de Lisboa (2007), permite-lhe maior grau de ação conjunta e coordenada sobre questões regionais e internacionais para as quais os Estados-membros concederem mandato. Embora as características dessa política sejam essencialmente intergovernamentais, verifica-se propósito de constituir posicionamento externo comum, concedendo maior coerência às posições adotadas no âmbito internacional e ampliando a influência internacional dos Estados-membros.

A capacidade de interlocução externa do bloco foi reforçada após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em dezembro de 2009, que criou o cargo de Alto Representante da UE para Política Externa e Segurança. O Serviço Europeu de Ação Exterior (SEAE), que funciona como o serviço diplomático do bloco, foi criado em 2010.

A construção de parcerias estratégicas com os países de maior destaque no sistema internacional tem sido priorizada pela UE. Conforme mencionado, dez países foram considerados estratégicos: Estados Unidos, Japão, Canadá, Coréia do Sul, Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e México.

No que se refere à China, a intensidade das relações econômico-comerciais favorece postura de engajamento pragmático entre Pequim e Bruxelas. Em 2020, a China ultrapassou, pela primeira vez, os EUA como principal parceiro comercial da UE, com intercâmbio de EUR 586 bilhões e aumento de 4,4% sobre o ano anterior. O país é o terceiro principal destino de exportações europeias (atrás dos EUA e do Reino Unido) e a principal origem das importações à UE (22,4% do total), seguida dos EUA (11,8%) e do Reino Unido (9,75%).

China

Os líderes de China e UE anunciaram, em 14/9/2020, o estabelecimento de dois diálogos de alto nível, um sobre meio ambiente e clima e outro no campo digital. Em dezembro, após sete anos de negociações, os dois parceiros também concluíram amplo Acordo Abrangente de Investimentos, que inclui termos de acesso a mercado, igualdade de condições e desenvolvimento sustentável.

EUA

Com a eleição de Joe Biden para Presidente dos Estados Unidos, observa-se reaproximação da UE aos EUA e o relançamento da prioridade da parceria transatlântica, especialmente em áreas como mudança climática e cooperação em organizações multilaterais. Sinal dessa aproximação ocorreu com a participação remota do Secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, na reunião do Conselho de Relações Exteriores da UE, em 22/2/2021. Em coletiva de imprensa após o evento, o Alto Representante Josep Borrell declarou que a discussão com os ministros do Exterior do bloco havia sido positiva e que UE e Estados Unidos priorizariam o

aprofundamento da parceria transatlântica, bem como a "liderança global conjunta" em temas como pandemia da COVID-19, mudança do clima e promoção dos valores democráticos.

Autoridades comunitárias têm insistido na ideia de ampliação da "autonomia estratégica" da UE, de modo a permitir-lhe maior margem de ação nas áreas militar, tecnológica e econômica.

Relações com outras organizações e agrupamentos internacionais

A União Europeia participa, como bloco, na condição de observador, das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do G10. Como membro pleno, o bloco participa da Organização Mundial do Comércio (OMC), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), do G8, do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento e da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear.

Estratégia da União Europeia para América Latina e Caribe

Em 16 de abril de 2019, foi publicada a nova estratégia da UE para a América Latina e Caribe, apresentada ao Parlamento Europeu pela Alta Representante. Na ocasião, ressaltou-se que seria um dos últimos documentos estratégicos adotados pelo presente colégio de comissários e que a próxima Comissão Europeia teria a tarefa de implementá-la. O papel exercido por China e EUA é mencionado como fator de rivalidade na região. Quatro áreas prioritárias são destacadas: prosperidade, democracia, resiliência e governança global eficaz. Temas como “economia verde”, “economia circular”, “promoção da economia digital, mediante apoio ao alinhamento regulamentar”, “redução da violência baseada no gênero e promoção da igualdade de gênero” são estabelecidos como destaques da relação birregional.

Ao apresentar a nova estratégia, a então DG para as Américas do SEAE, Edita Hrdá, apontou que a estratégia tem por objetivo colocar a sociedade civil no comando da parceria birregional.

Política Comum de Segurança e Defesa

A UE tem ganhado relevância como ator da paz e da segurança internacionais e hoje dispõe de 17 missões da Política Comum de

Segurança e Defesa (PCSD) no exterior. Em dezembro de 2017, o Conselho da União Europeia (em composição de Ministros de Relações Exteriores) adotou a decisão necessária para pôr em funcionamento a Cooperação Estruturada Permanente (PESCO) no setor de defesa e segurança, prevista no Tratado de Lisboa (2009), e divulgou os primeiros 17 projetos que deverão ser objeto da cooperação entre 25 dos 28 países do bloco (não incluem Dinamarca, Malta e Reino Unido).

Ainda em 2017, o Conselho da UE (em composição de Ministros da Defesa) adotou posição relativa ao Programa Europeu de Defesa de Desenvolvimento Industrial, que objetiva a melhor integração da indústria europeia de defesa e constitui outro elemento, ao lado da PESCO, dos esforços de promoção da defesa pelas instituições comunitárias. Em 2018, a PESCO começou a ser implementada, contando com 34 projetos submetidos pelos estados na primeira fase, focando, principalmente, na maior coesão dos diferentes exércitos europeus e em medidas para inteligência cibernética. Estão previstos investimentos de EUR 13 bilhões para o fundo de defesa da União Europeia nos próximos 7 anos.

Brexit

Em 31/1/2020, foi oficializada a saída do Reino Unido da União Europeia, com a aprovação do Acordo de Retirada. Em 24/12/2020, foi concluído o Acordo Comercial entre União Europeia e Reino Unido, que passou a viger em 1º/1/2021. O texto final do acordo, contendo 1.246 páginas, foi divulgado e divide-se em três pilares: (i) acordo de livre comércio; (ii) plataforma de cooperação em matérias penal e civil; e (iii) governança das relações futuras. Trata-se de acordo de livre comércio a regulamentar volume de trocas comerciais com montante de USD 590 bilhões em 2019 (desconsiderado o comércio de serviços).

O Brasil atua para preservar acesso ao mercado britânico, tanto nas negociações comerciais, no âmbito da OMC, quanto no levantamento, em coordenação com o setor privado brasileiro, das condições regulatórias que poderiam afetar o acesso àquele mercado.

A partir de 1/1/2021, deixou de vigorar no Reino Unido o livre movimento de cidadãos europeus, e o ingresso de imigrantes passou a ser condicionado por um sistema de pontos. O novo sistema trata, indistintamente, cidadãos de países membros e não membros da União Europeia. Não se anteveem mudanças quanto à isenção de visto de turista

para estadias até 180 dias e quanto aos critérios para concessão de visto de estudante a brasileiros.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A crise da COVID-19 infligiu altos custos humanos em todo o mundo, e as medidas de proteção necessárias impactaram severamente a atividade econômica. No caso europeu, além dos impactos na produção e no consumo, com consequente queda na atividade econômica, a redução no turismo, que representa cerca de 3,9% do PIB europeu, também impactou sobremaneira o bloco. Segundo a Comissão Europeia, a expectativa é de que que a economia do bloco retorne ao nível pré-pandemia em meados de 2022.

Em 2020, a economia da UE contraiu-se em 6%, mas as projeções mais recentes indicam crescimento do bloco de 4,8%, em 2021, e 4,5%, em 2022. Tal desempenho seria resultado da esperada universalização da vacinação contra a COVID-19, que diminuiria progressivamente as medidas restritivas até o final de 2021. Os técnicos da Comissão Europeia também consideram que a inflação segue sob controle e que aumentos pontuais, como os que ocorrem na Alemanha, não alterarão a dinâmica de preços, cuja inflação deve passar de 0,7%, em 2020, para 2,2%, em 2021, e 1,6%, em 2022.

Em julho de 2020, o Conselho Europeu aprovou pacote de EUR 750 bilhões para a recuperação econômica do bloco. Denominado "Next Generation EU", o plano tornou-se parte do orçamento de longo prazo da UE, que passou a somar EUR 1,8 trilhão. Além do montante, o pacote foi muito bem recebido por conta da relativa rapidez de sua aprovação, pela autorização sem precedentes de emissão de dívida da UE nos mercados creditícios e por prever, além de empréstimos, transferências a fundo perdido aos Estados-membros de menor renda.

Em fevereiro de 2021, a Comissão Europeia lançou nova estratégia comercial ("*An Open, Sustainable and Assertive Trade Policy*"), com vistas a 2030. A estratégia resultou do processo de revisão da política comercial comum, objeto de consultas à sociedade civil, aos estados membros e ao Parlamento Europeu - que aprovou resolução com suas recomendações.

A nova política comercial deverá contribuir para os interesses geopolíticos da UE. Segundo o documento, o cerne da atuação

internacional do bloco continuará a ser o resgate do multilateralismo, com destaque para a reforma da OMC, em conjunto com parceiros como os EUA, o Grupo de Ottawa, os países africanos, a Índia e a China. A UE também promoverá soluções baseadas em regras para as tensões entre grandes potências. Por outro lado, o documento afirma que, além do foco no multilateralismo, a UE deverá manter à sua disposição as "ferramentas" adequadas para atuar em cenário internacional mais "hostil".

Em síntese, a implementação da nova política comercial, com base no conceito de "autonomia estratégica aberta" e tendo em vista a conjuntura internacional na próxima década, deverá perseguir três objetivos principais: (i) apoiar a recuperação e a dupla transição ("verde e digital") da economia da UE; (ii) moldar as regras globais, em prol de uma globalização mais "sustentável e justa"; e (iii) aumentar a capacidade da UE de defender os seus interesses e de implementar seus direitos, inclusive de maneira autônoma, quando necessário.

Comércio

Em 2020, o intercâmbio comercial da UE com o resto do mundo caiu 14,9%, com maior declínio das importações (-11,7%) do que das exportações (-9,4%). O saldo comercial ampliou-se 13,5% com relação ao ano anterior (de EUR 2,13 trilhões para EUR 1,93 trilhões). A curva de desempenho do comércio extrarregional europeu, ao longo de 2020, apresentou forte queda entre fevereiro e abril – início da primeira fase de “lockdown” devido à pandemia da COVID-19, com tendência de recuperação a partir de maio-junho, pontuada por declives em alguns meses.

Tanto no comércio global da UE quanto no que diz respeito a seus principais parceiros, à exceção da China, os resultados de 2020 mostram o claro impacto da crise ocasionada pela pandemia da COVID-19, bem como, em menor grau, das disputas comerciais com os EUA. A ampliação do comércio com a China derivou, em boa medida, do significativo aumento das importações de produtos destinados ao combate da COVID-19 (50% superior ao ano anterior). Apesar disso, a UE logrou ampliar seu superávit comercial em 2020. Como mencionado, a China tornou-se o principal parceiro comercial europeu, com aumento de exportações (2,2%) e de importações, (5,7%). Já no caso dos EUA, as exportações caíram

8,2%, e as importações, 13,1%.

O ranking dos principais parceiros comerciais da UE teve poucas alterações entre 2019 e 2020, ademais da ascensão da China. O Reino Unido, já contabilizado como parceiro extrarregional, aparece em 3º lugar – apesar da queda de 13,5% no intercâmbio bilateral–, seguido de Suíça (-2,1%), Rússia (-25,2%), Turquia (-4,1%), Japão (- 11,8%), Noruega (-14%), Coreia do Sul (-1,6%), Índia (-16,1%), Canadá (-9,8%), Brasil (-10,8%) e México (-17,6%).

Ressalte-se que apenas o comércio com a China aumentou em 2020, experimentando o maior acréscimo em termos de participação no comércio exterior da EU (saltando de 13,8% para 16,1% do total das trocas extrarregionais). A participação brasileira manteve-se estável (1,5%).

Do lado das exportações, os EUA continuaram a ser o principal destino da UE (18% do total), seguidos de Reino Unido (14,3%) e China (10,5%). Do lado das importações, a China mantém-se como a principal origem (22,4% do total), seguida dos EUA (11,8%) e Reino Unido (9,75%). O Brasil figura como 14º principal destino de exportações europeias (1,4%), e 12ª origem de importações.

Relações comerciais bilaterais

As relações econômico-comerciais bilaterais são de grande relevância para o Brasil e para a União Europeia. Tomada em seu conjunto, a UE é, hoje, o segundo maior parceiro comercial do Brasil. O bloco é o maior importador agrícola mundial, e o Brasil é, hoje, o 12º parceiro comercial da UE, mas 2º maior fornecedor de produtos agrícolas ao mercado europeu (atrás apenas dos EUA). Em 2020, no contexto das dificuldades relacionadas à COVID-19, houve queda de 10,7% na corrente de comércio (US$ 57,96 bilhões), entre exportações (-7,8%) e importações (-13,2%), ainda que se tenha registrado nítido aumento de exportação de soja (+58,7% com relação a 2019). O saldo comercial foi deficitário em US$ -2,67 bilhões.

Entre janeiro e setembro de 2021, nota-se a retomada do fluxo bilateral, em comparação a 2020, com crescimento de 28,9% na corrente de comércio (US$ 55,9 bilhões), entre exportações (US$ 27,96 bilhões, +32,2%) e importações (US$ 27,9 bilhões, +25,7%), com saldo superavitário para o Brasil (US$ 48,3 milhões).

Alguns dos principais produtos exportados pelo Brasil à União Europeia (2020) são: farelos de soja e rações (10%); óleos brutos de petróleo (9,7%); soja (9,3%); e café não torrado (8,9%). O Brasil importa da União Europeia medicamentos e farmacêuticos (7,3%); outros medicamentos (6,3%); e óleos combustíveis (5,8%). Os produtos básicos representaram 44% do total das exportações para a União Europeia ao passo que, da perspectiva da demanda, os manufaturados equivalem a 95% das importações originárias do bloco europeu.

Dentro da União Europeia, o principal destino de exportações (2020), seguindo a tendência de anos anteriores, foram os Países Baixos, representando 24% do total. É importante notar que essa estatística é superestimada pelo chamado "efeito Roterdã", uma vez que grande parte de nossas exportações para a Europa passa por aquele porto, antes de se direcionar a outros países do continente. Pelo lado das importações, o principal país de origem foi a Alemanha, com 30% do total.

Investimentos

Segundo a Eurostat, órgão da Comissão Europeia responsável pelas informações estatísticas, o estoque de investimentos diretos de países da UE no mundo soma EUR 15,1 trilhões, ou EUR 17 trilhões em ativos. A maior parte do estoque, 54%, está em países da própria UE. A América Latina é destino de 10% dos investimentos diretos extra-UE, com estoque de EUR 674,6 bilhões – e EUR 749,5 bilhões em ativos. O Brasil se destaca como o maior destino do Investimento Estrangeiro Direto (IED) dos países da União Europeia na América Latina, com quase metade do estoque localizado na região (EUR 353 bilhões).

O estoque de investimentos brasileiros em países da União Europeia somou cerca de US$ 132 bilhões em 2019. Os investimentos europeus no Brasil são de grande tradição histórica e de importante caráter estratégico, principalmente nos setores de manufatura, infraestrutura de internet e serviços de negócios, o que indica o alto valor agregado do IED europeu no Brasil. Se tomados em conjunto, os países da União Europeia constituem o principal investidor estrangeiro no Programa de Parcerias de Investimento (PPI), com cerca de R$ 79 bilhões, à frente de China (R$ 76 bilhões) e Reino Unido (R$ 59 bilhões).

Os dados de investimentos compilados pela Eurostat por vezes diferem em termos de quantidade daqueles divulgados pelo Banco Central do Brasil, mas refletem a mesma realidade: a pujança do relacionamento na área de investimentos.

Em 2019, o Banco Europeu de Investimentos (EIB, em inglês) indicou intenção de intensificar sua atuação no Brasil por meio de cooperação bilateral para projetos com foco prioritário nas áreas de mudança do clima, desenvolvimento de infraestrutura social e econômica e apoio a PMEs. Recentemente, foram anunciados acordos de financiamento do EIB com valores significativos com instituições brasileiras e empresas europeias atuantes no país, nas áreas de energias renováveis e saneamento.

Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia

As negociações do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia foram lançadas com a assinatura do Acordo Quadro de Cooperação Interregional, em dezembro de 1995, em Madri, baseado em três pilares: diálogo político; cooperação; e comércio e investimentos. Em 1999, na Cúpula MERCOSUL-UE (em junho, no Rio de Janeiro), determinou-se o início efetivo das negociações e, no ano 2000 (em abril, em Buenos Aires), foi realizada a primeira reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB). Na primeira fase de negociações, entre 2000 e 2004, foram realizadas trocas de ofertas em bens (maio e setembro de 2004) consideradas insatisfatórias por ambas as Partes.

Entre 2010 e 2012, ocorreu a segunda fase de negociações. As negociações na parte normativa avançaram de forma satisfatória, mas as discussões sobre ofertas foram reiteradamente postergadas, devido a dificuldades dos dois lados. Após amplas consultas públicas para elaboração da oferta brasileira em bens, serviços, investimentos e compras

governamentais, as ofertas brasileiras foram aprovadas pela CAMEX, em outubro de 2013. Os trabalhos intra-MERCOSUL, por seu turno, foram concluídos em julho de 2014, ocasião em que o Mercosul anunciou sua disposição de realizar troca simultânea de ofertas com o lado europeu.

Em maio de 2016, o MERCOSUL e a UE trocaram ofertas de acesso a seus respectivos mercados de bens, serviços, investimentos e compras governamentais. A última troca de ofertas dessa natureza entre os blocos havia ocorrido em 2004. Na ocasião, houve diálogo em clima construtivo e engajamento substantivo dos dois lados, nos 11 grupos negociadores. O MERCOSUL deu sinais de disposição ao diálogo em propriedade intelectual e compras governamentais, e em temas novos não-incluídos no mandato original, como desenvolvimento sustentável e pequenas e médias empresas. Os grupos negociadores redigiram programas de trabalho, inclusive com cronogramas, para garantir o progresso das negociações. Nova troca de ofertas ocorreu entre dezembro de 2017 (nova oferta do MERCOSUL) e janeiro de 2018 (nova oferta da UE). De 2016 a 2019, as Partes negociaram textos de maior complexidade temática, que refletem o estado da arte dos acordos comerciais.

O MERCOSUL e a UE anunciaram a conclusão das negociações do pilar comercial do acordo de associação em 28/06/2019, em Bruxelas. O pilar político e de cooperação foi concluído em 18 de junho de 2020. A revisão formal e legal do acordo está em sua fase final, após a qual se seguirão tradução para os 23 idiomas oficiais da UE e encaminhamento pela Comissão Europeia para o Conselho da UE, para assinatura e ratificação do Parlamento Europeu e dos 27 Parlamentos nacionais.

Alguns países têm assumido atitude reativa e utilizam-se de argumentos ambientais, muitas vezes sem embasamento fático, para atrasar ou mesmo buscar inviabilizar o processo de conclusão do acordo. Estudo independente, encomendado pela Comissão Europeia à *London School of Economics and Political Sciences* (LSE), publicado em julho de 2020, demonstra que o impacto do Acordo de Associação de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia será negligenciável no aumento do desmatamento, emissões de gases e mudança do uso da terra no Brasil. O estudo, intitulado "Avaliação do Impacto de Sustentabilidade em Apoio às Negociações do Acordo de Associação União Europeia-MERCOSUL" foi também apresentado em Brasília, durante seminário birregional sobre

sustentabilidade, em dezembro de 2020, organizado pela Representação da UE no Brasil.

O governo brasileiro enfatiza que o acordo MERCOSUL-União Europeia não representa qualquer ameaça ao meio ambiente, à saúde humana e aos direitos sociais. Ao contrário, o acordo reforça compromissos multilaterais e agrega as melhores práticas na matéria, inclusive no manejo sustentável das florestas. Além do capítulo sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável, os mecanismos e procedimentos aprovados no acordo em medidas sanitárias e fitossanitárias ampliarão a coordenação e a confiança entre as autoridades para verificação dos sistemas de controle, promovendo, assim, maior inocuidade e qualidade no comércio de alimentos.

O acordo birregional constituirá uma das maiores áreas de livre-comércio do mundo, representando 21,4% do PIB da economia mundial e beneficiando mais de 700 milhões de pessoas (considerando-se já a UE-27). Após a desgravação prevista no acordo, 92% das importações do MERCOSUL e 95% das linhas tarifárias entrarão livres de tarifas na UE. Incluídas as linhas com desgravação parcial (quota, preço de entrada e preferência fixa), a oferta europeia se eleva a 99% do volume de comércio. O MERCOSUL, por sua vez, liberalizará 91% das importações originárias da UE e 91% das linhas tarifárias após a desgravação prevista no acordo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1949	Criação do Conselho da Europa.
1950	Discurso de Robert Schuman propondo que França e Alemanha combinassem seus recursos de carvão e de aço.
1951	Seis países –França, Alemanha, Itália, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo - instituem a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), cujo tratado constitutivo entraria em vigor em 1952.

1955	Decisão dos Chanceleres dos seis países de estender a integração a toda a economia.
1957	Assinatura, em Roma, dos Tratados que instituem a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (Euratom), que entrariam em vigor em 1º de janeiro de 1958.
1965	Assinado tratado de fusão dos executivos das três comunidades e que cria um Conselho e uma Comissão únicos. Entraria em vigor em 1º de julho de 1967.
1968	Eliminação completa, com 18 meses de avanço sobre o previsto, dos direitos aduaneiros intracomunitários sobre os produtos industriais. Entra em vigor uma Pauta Aduaneira Comum.
1972	São assinados em Bruxelas os tratados de adesão da Dinamarca, da Irlanda, da Noruega e do Reino Unido às Comunidades Europeias.
1973	A Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido aderem às Comunidades Europeias, que passam a ter nove Estados-membros.
1974	Na Cimeira de Paris, os líderes políticos dos Nove decidem reunir-se regularmente em Conselho Europeu três vezes por ano. Estabelecem-se eleições diretas para o Parlamento Europeu, e cria-se o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
1975	É assinado tratado que reforça os poderes orçamentais do Parlamento Europeu e cria o Tribunal de Contas Europeu. Entrará em vigor em 1 de junho de 1977.
1978	Na Cimeira de Bremen, a França e a República Federal da Alemanha propõem relançamento da cooperação monetária através da criação de um Sistema Monetário Europeu (SME), que começa a funcionar em 13 de março de 1979.
1979	É assinado o tratado de adesão da Grécia às Comunidades Europeias. São realizadas as primeiras eleições diretas dos 410 deputados do Parlamento Europeu.
1981	Entrada da Grécia nas Comunidades Europeias, que passam a contar 10 Estados-membros.
1985	Assinatura dos Tratados de adesão da Espanha e de Portugal às Comunidades Europeias. No Conselho Europeu de Luxemburgo, os Dez acordam em rever o Tratado de Roma e relançar a integração europeia, através do "Ato Único Europeu", que abre caminho à realização plena do mercado interno até 1993.

1986	Espanha e Portugal aderem às Comunidades Europeias, que passam a contar 12 Estados-membros. É assinado, em Luxemburgo e na Haia, o Ato Único Europeu, que entraria em vigor em 1º de julho de 1987.
1990	É assinado o Acordo de Schengen, que visa a suprimir os controles de fronteiras entre os Estados-membros das Comunidades Europeias.
1991	O Conselho Europeu de Maastricht adota o Tratado da União Europeia, que estabelece as bases para uma política externa e de segurança comum, uma cooperação mais estreita nos domínios da justiça e dos assuntos internos e a criação de uma União Econômica e Monetária, incluindo moeda única. A conjugação da cooperação intergovernamental nestes domínios com o sistema comunitário existente dá origem à União Europeia (UE). A CEE passa a chamar-se "Comunidade Europeia" (CE).
1992	É assinado, em Maastricht, o Tratado da União Europeia, que entra em vigor em 1º de novembro de 1993.
1993	É criado o mercado interno.
1994	São assinados, no Conselho Europeu de Corfu, os tratados de adesão à União Europeia da Áustria, da Finlândia, da Noruega e da Suécia.
1995	A Áustria, a Finlândia e a Suécia juntam-se à UE, que passa a ter 15 Estados-membros.
1997	O Conselho Europeu de Amsterdã adota um tratado que dá à União Europeia novas competências, o qual entraria em vigor em 1º de maio de 1999.
1998	Tem início o processo de adesão dos novos países candidatos, que abrange Chipre, Malta e 10 países da Europa Central e Oriental. O Conselho Europeu de Bruxelas decide que 11 Estados-Membros (Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha) preenchem as condições necessárias para a adoção da moeda única em janeiro de 1999. A estes juntar-se-ia mais tarde a Grécia.
1999	As moedas de 11 Estados-membros são substituídas pelo euro.

2000	Em Nice, o Conselho Europeu chega a acordo sobre o texto de um novo Tratado, que reforma o sistema decisório da UE na perspectiva do alargamento. Os presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho Europeu e da Comissão Europeia proclamam a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.
2001	É assinado o Tratado de Nice, que entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2003.
2002	Entrada em circulação das moedas e notas em euros. O Conselho Europeu de Copenhague decide que 10 dos países candidatos (Chipre, Malta, República Tcheca, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia) poderiam aderir à UE em 1º de maio de 2004.
2004	Chipre, Malta, República Checa, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia aderem à União Europeia. Os 25 Estados-membros assinam um tratado que estabelece uma Constituição para a Europa.
2007	A Bulgária e a Romênia aderem à União Europeia, elevando o número de Estados-membros para 27. Os 27 Estados-membros da UE assinaram o Tratado de Lisboa, que modifica os tratados anteriores. O Tratado de Lisboa é ratificado por todos os países da UE antes de entrar em vigor, em 1º de dezembro de 2009.
2013	A Croácia passa a ser o 28º Estado-membro da UE.
2016	Em referendo, 51,9% dos participantes votam a favor da saída do Reino Unido da UE.
2016	A UE assina um acordo comercial com o Canadá
2017	O governo do Reino Unido invocou o artigo 50 do Tratado da União Europeia, que disciplina a retirada de um membro da UE.
2019	Entra em vigor o acordo comercial entre a UE e o Japão
2020	Na sequência do referendo do Brexit, o Reino Unido retira-se oficialmente da União Europeia, e o bloco passa a ter 27 membros.
2021	Termina o período de transição do Brexit, e o Reino Unido deixa de pertencer ao mercado único, após 47 anos de adesão.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1960	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Comunidade Europeia
1992	Assinatura do Acordo de Cooperação Institucional entre o Conselho Mercado Comum do Mercosul e a Comissão Europeia
1995	Acordo-Quadro de Cooperação Interregional Mercosul-Comunidade Europeia
2004	Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e União Europeia
2006	Visita ao Brasil do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso
2007	Primeira Cúpula Brasil-União Europeia. Lançamento da Parceria Estratégica Brasil-EU
2007	I Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2008-2011)
2008	Visita ao Brasil do Presidente do Conselho da União Europeia, Nicolas Sarkozy, e do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. II Cúpula Brasil-EU
2009	Visita a Estocolmo (a Suécia exercia a Presidência do Conselho da União Europeia naquele momento) do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. III Cúpula Brasil-EU
2010	Visita ao Brasil do Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. IV Cúpula Brasil-EU
2011	Visita a Bruxelas (sede do Conselho Europeu) da Presidente Dilma Rousseff. V Cúpula Brasil-EU
2011	Visita do Ministro Antonio de Aguiar Patriota a Bruxelas (26 de janeiro)
2011	II Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia (2012-2014)
2013	Visita da Presidente Dilma Rousseff a Santiago do Chile, por ocasião da I Cúpula entre os países da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos e da União Europeia – CELAC-UE (26 e 27 de janeiro)
2013	Visita ao Brasil do Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e do Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. VI Cúpula Brasil-EU
2014	Visita a Bruxelas (sede do Conselho Europeu) da Presidente Dilma

	Rousseff. VII Cúpula Brasil-UE
2015	Visita da Presidente Dilma Rousseff a Bruxelas, por ocasião da II Cúpula entre os países da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos e da União Europeia – CELAC-UE (10 e 11 de junho)
2017	VI Diálogo de Alto Nível em Direitos Humanos Brasil-União Europeia (Bruxelas, 27 de abril)
2017	Comunicado Conjunto Brasil-União Europeia – Dez anos da Parceria Estratégica
2017	O Ministro Aloysio Nunes Ferreira mantém encontros com o Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissário para Emprego, Crescimento, Investimento e Competitividade, Jyrki Katainen, com a Comissária de Comércio, Cecilia Malmström, com o Presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, e com a Alta Representante para Relações Exteriores e Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Federica Mogherini (29 e 30 de agosto)
2017	Visita do vice-presidente da Comissão Europeia, Jyrki Katainen, ao Brasil (10 de novembro)
2018	II Reunião de Ministros das Relações Exteriores CELAC-UE em Bruxelas (16 e 17 de julho)
2018	Encontro do Ministro Aloysio Nunes com a Comissária de Comércio, Cecília Malmström (Otawa, 25 de outubro)
2019	Encontro do Ministro Ernesto Araújo com o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Jyrki Katainen, em Davos, à margem do Fórum Econômico Mundial (21 de janeiro)
2019	9ª Reunião do Comitê Diretivo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-União Europeia (30 de abril)
2019	Encontro do Ministro Ernesto Araújo com a Alta Representante da UE, Federica Mogherini, à margem da reunião que selou acordo Mercosul-UE (Bruxelas, 28 de junho)
2019	VI Reunião do Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Europeia – Declaração Conjunta (19 de novembro)
2020	II Diálogo Brasil-UE sobre Políticas no Campo Cibernético (Bruxelas, 20 de janeiro)
2020	VIII Reunião do Diálogo de Alto Nível Brasil-União Europeia sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável (Videoconferência, 16 de outubro).

2020	IX Diálogo de Alto Nível em Direitos Humanos Brasil-União Europeia (Videoconferência, 1º de dezembro)
2020	Reunião ministerial virtual entre União Europeia e América Latina e Caribe (UE-ALC) sobre recuperação econômica pós-pandemia, transição verde e digital (14 de dezembro)
2020	VII Reunião do Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Europeia – Declaração Conjunta (Videoconferência, 17 de dezembro)

ACORDOS BILATERAIS

Título	Data	Entrada em vigor (data)	Publicação
Acordo sob Forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e a República	25/11/2016	Em Vigor	29/06/2017

Federativa do Brasil, nos Termos do Artigo XXIV. n.º 6, e do Artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1994, Relativo à Alteração de Concessões Previstas na Lista de Compromissos da República da Croácia, no Contexto da Adesão deste País à União Europeia			
Acordo sob forma de Troca de Cartas entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil, nos Termos do Artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) de 1994, Relativo à Alteração das Concessões para Carne de Aves de Capoeira Transformada Previstas na lista da UE anexa ao GATT de 1994	26/06/2012	Em Vigor	-/-
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre a Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Diplomáticos, de Serviço ou Oficiais	08/11/2010	Em Vigor	11/03/2011
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns	08/11/2010	Em Vigor	08/10/2012
Acordo Sobre a Segurança da Aviação Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a União Europeia	14/07/2010	Em Vigor	21/12/2015
Acordo Entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia Sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos.	14/07/2010	Em vigor	17/04/2019

Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia Relacionado à Modificação das Concessões nas Listas de Compromissos de República Checa, Estônia, Chipre, Letônia, Lituânia, Hungria, Malta, Polônia, Eslovênia e República Eslovaca, no âmbito da adesão desses 10 novos membros às Comunidades Europeias	18/12/2006	Em Vigor	-/-
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Europeia	19/01/2004	Em Vigor	14/05/2007
Acordo-Quadro de Cooperação Financeira entre a República Federativa do Brasil e o Banco Europeu de Investimento	19/12/1994	Em Vigor	29/08/1995
Acordo Relativo a Compensações Devidas em Função de Alterações no Regime Comunitário sobre Oleaginosas.	31/01/1994	Em Vigor	-/-
Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia	29/06/1992	Em Vigor	29/11/1995
Acordo sobre Comércio de Produtos Têxteis entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia.	08/10/1985	Em Vigor	24/10/1986
Acordo sobre o Estabelecimento e os Privilégios e Imunidades da Delegação da Comissão das Comunidades Europeias no Brasil.	04/04/1984	Em Vigor	09/02/1989
Protocolo Adicional ao Acordo entre o Brasil e a CEE Relativo ao Comércio de Produtos Têxteis Decorrente da Adesão da Grécia às Comunidades	01/12/1982	Em Vigor	22/12/1983

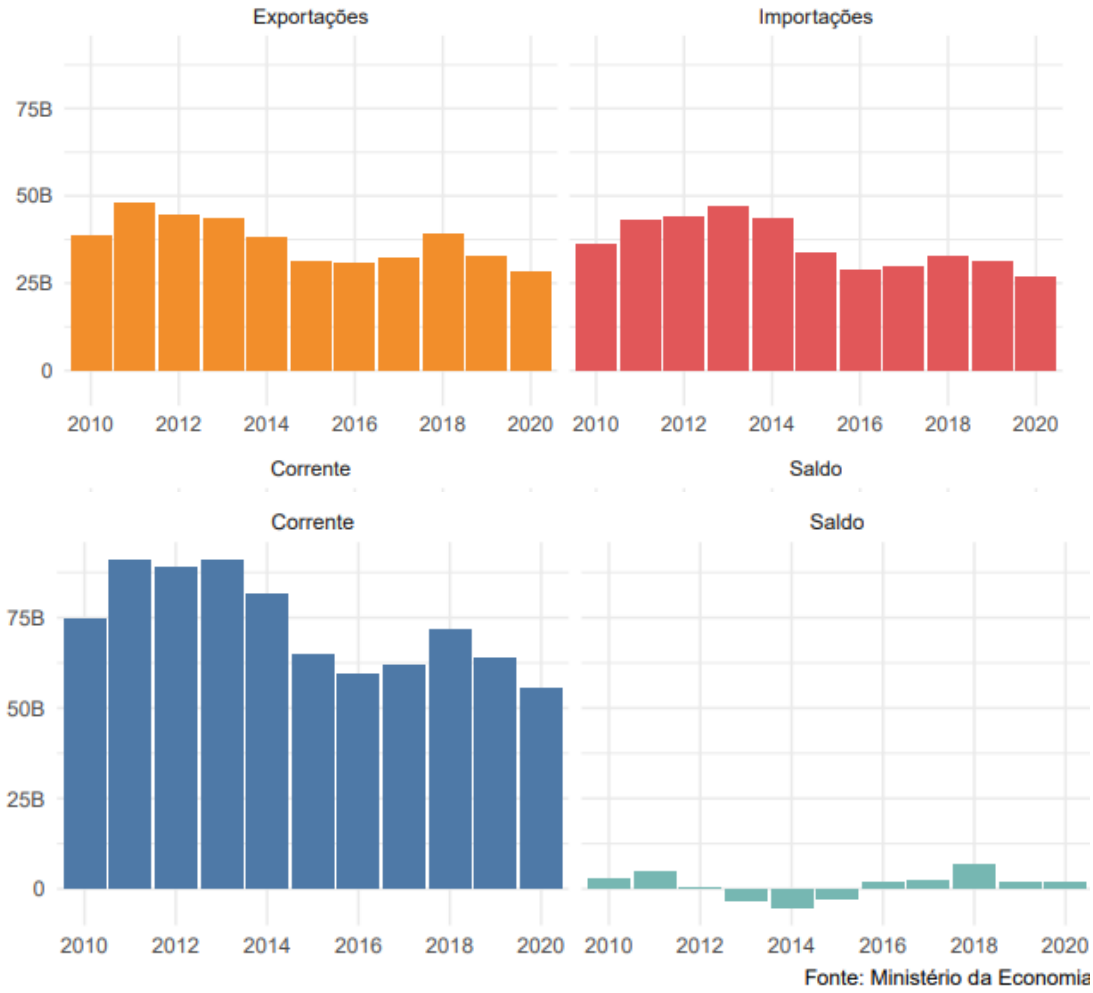
Europeias.			
Acordo, por troca de Notas, relativo aos Transportes Marítimos entre a República Federativa do Brasil e Comunidade Econômica Europeia.	18/09/1980	Em Vigor	25/05/1983

DADOS COMERCIAIS E ECONÔMICOS

1 Dados anuais

1.1 Fluxo de Comércio

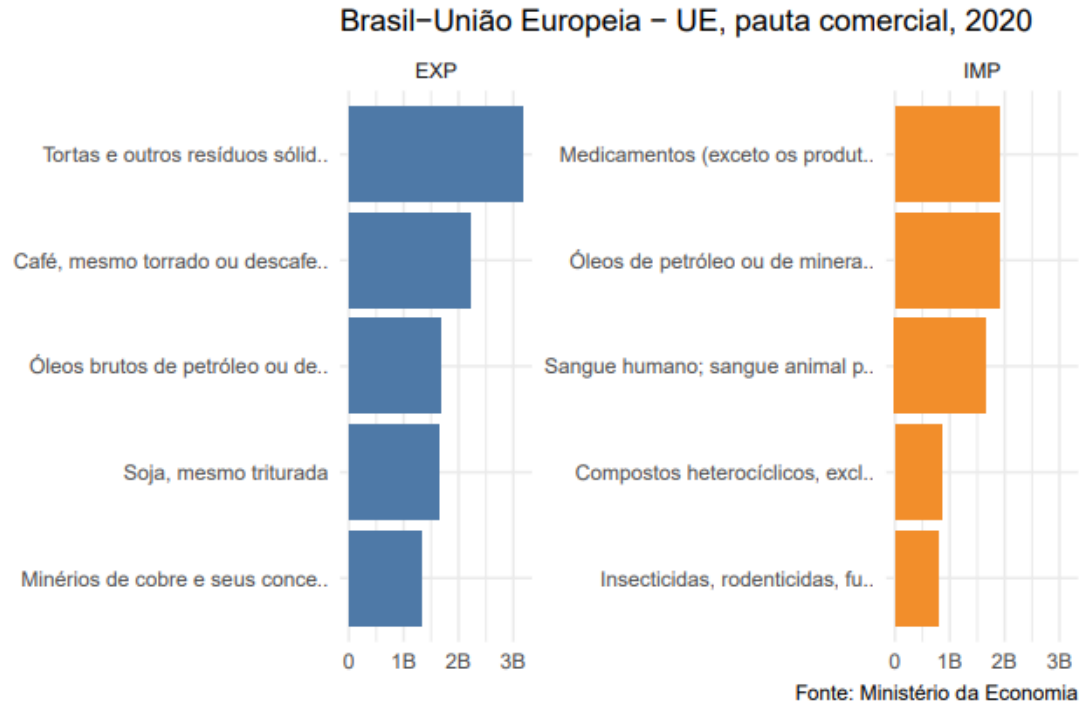
Brasil−União Europeia − UE, Fluxo de Comércio até 2020

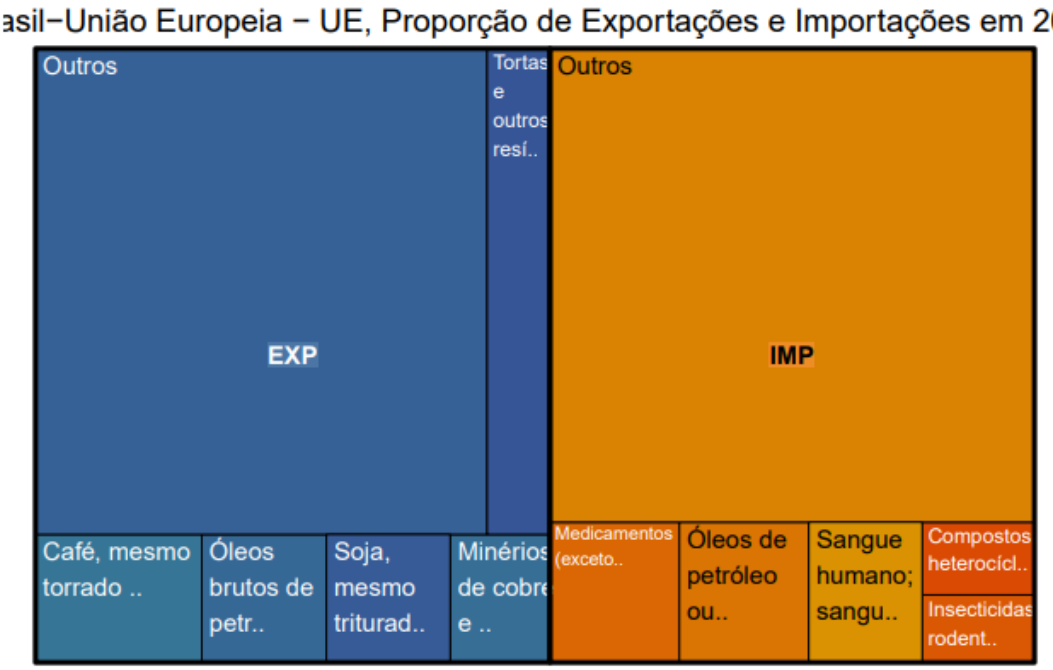


	2020	2019	2018	2017	2016
Exportações	28B (-13.99%)	33B (-15.81%)	39B (22.04%)	32B (5.05%)	31B (-1.67%)
Importações	27B (-13.54%)	31B (-4.66%)	33B (9.29%)	30B (3.44%)	29B (-14.97%)
Saldo	2B (-21%)	2B (-71%)	7B (188%)	2B (32%)	2B (-38%)
Corrente	55B (-13.77%)	64B (-10.75%)	72B (15.90%)	62B (4.27%)	59B (-8.61%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportações	31B (-18.79%)	38B (-12.56%)	44B (-2.08%)	45B (-6.93%)	48B (23.97%)
Importações	34B (-22.11%)	43B (-7.79%)	47B (6.62%)	44B (2.61%)	43B (19.68%)
Saldo	-3B (-154%)	-5B (-253%)	-3B (-906%)	425M (-91%)	5B (81%)
Corrente	65B (-20.55%)	82B (-10.08%)	91B (2.25%)	89B (-2.41%)	91B (21.90%)

1.2 Produtos comercializados





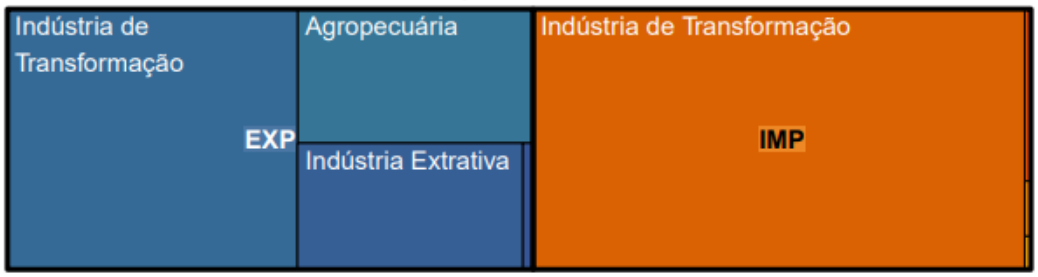
Brasil-União Europeia - UE, Dados Comerciais

Dados Anuais

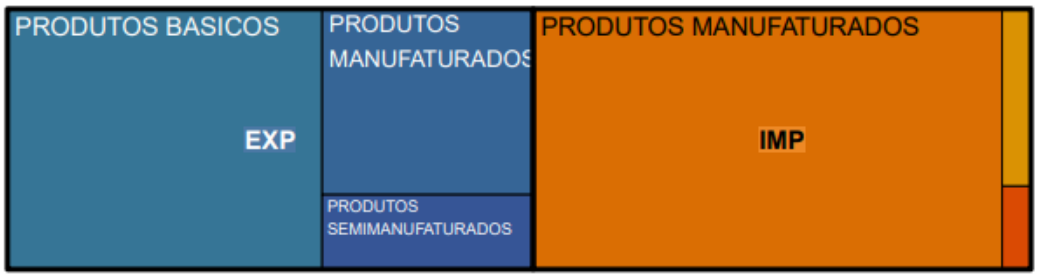
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Variação	Proporção
2019						
	EXP	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do ól..	2304	3.18B	-5,5%	9,7%
		Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e pelí..	0901	2.22B	2,3%	6,7%
		Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminoso..	2709	1.66B	-30,5%	5,1%
		Soja, mesmo triturada	1201	1.65B	-10,3%	5,0%
		Minérios de cobre e seus concentrados	2603	1.33B	-11,8%	4,0%
	IMP	Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002..	3004	1.90B	5,8%	6,1%
		Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exce..	2710	1.89B	-5,2%	6,1%
		Sangue humano; sangue animal preparado para usos t..	3002	1.66B	-1,4%	5,4%
		Compostos heterocíclicos, exclusivamente de hetero..	2933	851.98M	17,6%	2,7%
		Insecticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas..	3808	791.15M	37,1%	2,6%
2018						
	EXP	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do ól..	2304	3.37B	26,3%	8,6%
		Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminoso..	2709	2.39B	64,6%	6,1%
		Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e pelí..	0901	2.17B	-6,8%	5,6%
		Soja, mesmo triturada	1201	1.84B	8,5%	4,7%
		Minérios de cobre e seus concentrados	2603	1.51B	18,4%	3,9%
	IMP	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exce..	2710	2.00B	-4,7%	6,1%
		Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002..	3004	1.79B	19,4%	5,5%
		Sangue humano; sangue animal preparado para usos t..	3002	1.68B	12,7%	5,2%
		Compostos heterocíclicos, exclusivamente de hetero..	2933	724.72M	26,5%	2,2%
		Insecticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas..	3808	576.90M	-6,7%	1,8%
2017						
	EXP	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do ól..	2304	2.66B	-7,8%	8,3%
		Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e pelí..	0901	2.33B	-6,8%	7,3%
		Soja, mesmo triturada	1201	1.70B	-7,0%	5,3%
		Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminoso..	2709	1.45B	75,8%	4,5%
		Minérios de cobre e seus concentrados	2603	1.28B	11,3%	4,0%
	IMP	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exce..	2710	2.10B	66,0%	7,0%
		Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002..	3004	1.50B	8,8%	5,0%
		Sangue humano; sangue animal preparado para usos t..	3002	1.49B	6,9%	5,0%
		Insecticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas..	3808	618.52M	-1,1%	2,1%
		Compostos heterocíclicos, exclusivamente de hetero..	2933	573.02M	-15,9%	1,9%
2016						
	EXP	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do ól..	2304	2.89B	-13,1%	9,5%
		Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e pelí..	0901	2.50B	-9,3%	8,2%
		Soja, mesmo triturada	1201	1.83B	-9,5%	6,0%
		Minérios de cobre e seus concentrados	2603	1.15B	-4,0%	3,8%
		Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminoso..	2709	826.96M	5,6%	2,7%
	IMP	Sangue humano; sangue animal preparado para usos t..	3002	1.40B	1,7%	4,9%
		Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002..	3004	1.38B	-5,0%	4,8%
		Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exce..	2710	1.26B	-12,2%	4,4%
		Compostos heterocíclicos, exclusivamente de hetero..	2933	681.62M	4,1%	2,4%
		Insecticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas..	3808	625.58M	-33,7%	2,2%

1.3 Classificações do Comércio

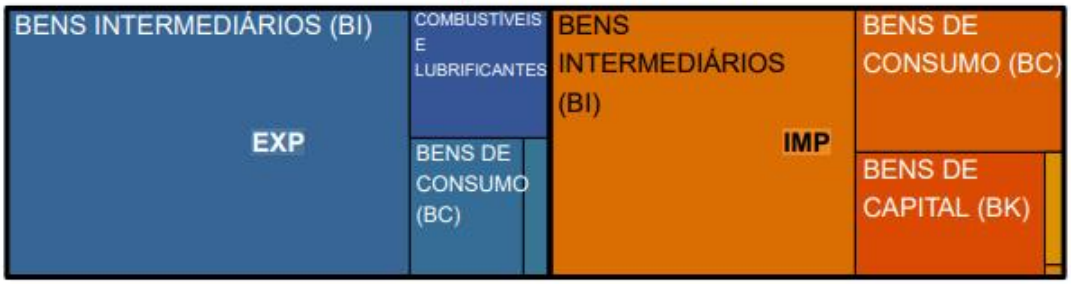
Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



Brasil-União Europeia - UE, Dados Comerciais

2020			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	15.6B	55,2%
	Agropecuária	6.5B	23,1%
	Indústria Extrativa	5.9B	20,8%
	Outros Produtos	267.7M	0,9%
IMP	Indústria de Transformação	26.5B	98,7%
	Agropecuária	225.1M	0,8%
	Indústria Extrativa	72.2M	0,3%
	Outros Produtos	43.4M	0,2%

Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS BASICOS	17.0B	59,9%
	PRODUTOS MANUFATURADOS	8.1B	28,6%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	3.3B	11,5%
IMP	PRODUTOS MANUFATURADOS	25.3B	94,2%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	1.1B	3,9%
	PRODUTOS BASICOS	499.3M	1,9%

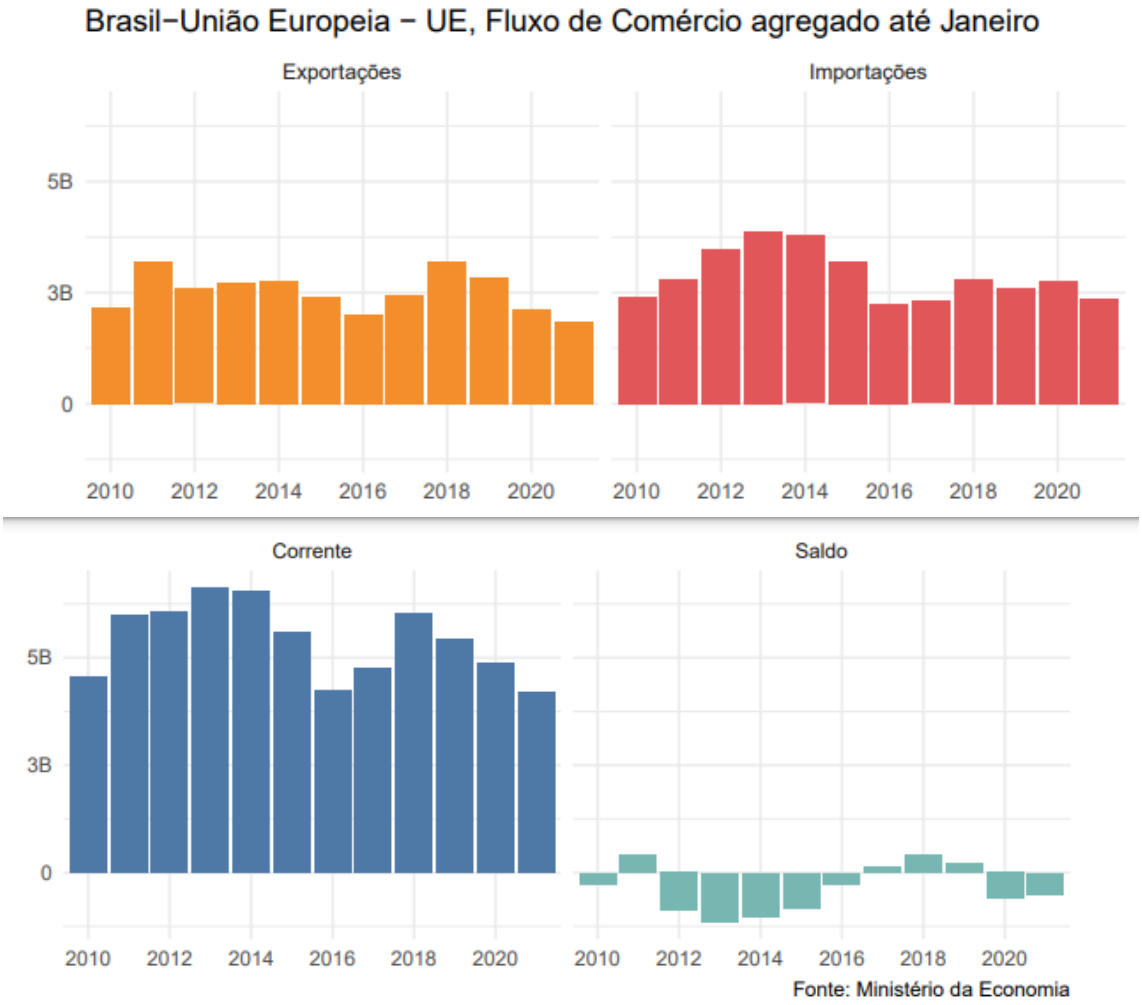
Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	21.0B	74,2%
	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	3.5B	12,5%
	BENS DE CONSUMO (BC)	3.1B	10,8%
	BENS DE CAPITAL (BK)	717.9M	2,5%
	BENS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	2.3K	0,0%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	15.9B	59,4%
	BENS DE CONSUMO (BC)	5.8B	21,8%
	BENS DE CAPITAL (BK)	4.6B	17,2%
	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	416.4M	1,6%
	BENS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	45.8M	0,2%

Brasil-União Europeia - UE, Dados Comerciais

Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	8.9B	31,5%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	7.6B	27,0%
	COMBUSTIVEIS MINERAIS, LUBRIFICANTES E MATERIAIS RELACIONADOS	3.6B	12,5%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	2.5B	8,7%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	2.5B	8,7%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	1.5B	5,3%
	BEBIDAS E TABACO	627.2M	2,2%
	MERCADORIAS E TRANSACOES NAO ESPECIFICADAS EM OUTRAS PARTES DA CUCI	545.2M	1,9%
	OBRAS DIVERSAS	526.8M	1,9%
	OLEOS ANIMAIS E VEGETAIS, GORDURAS E CERAS	71.1M	0,3%
IMP	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	9.9B	36,9%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	8.8B	32,9%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	3.2B	12,0%
	OBRAS DIVERSAS	1.8B	6,8%
	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	1.1B	4,2%
	COMBUSTIVEIS MINERAIS, LUBRIFICANTES E MATERIAIS RELACIONADOS	831.7M	3,1%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	421.0M	1,6%
	OLEOS ANIMAIS E VEGETAIS, GORDURAS E CERAS	387.0M	1,4%
	BEBIDAS E TABACO	272.5M	1,0%
	MERCADORIAS E TRANSACOES NAO ESPECIFICADAS EM OUTRAS PARTES DA CUCI	1.3M	0,0%

2 Dados mensais

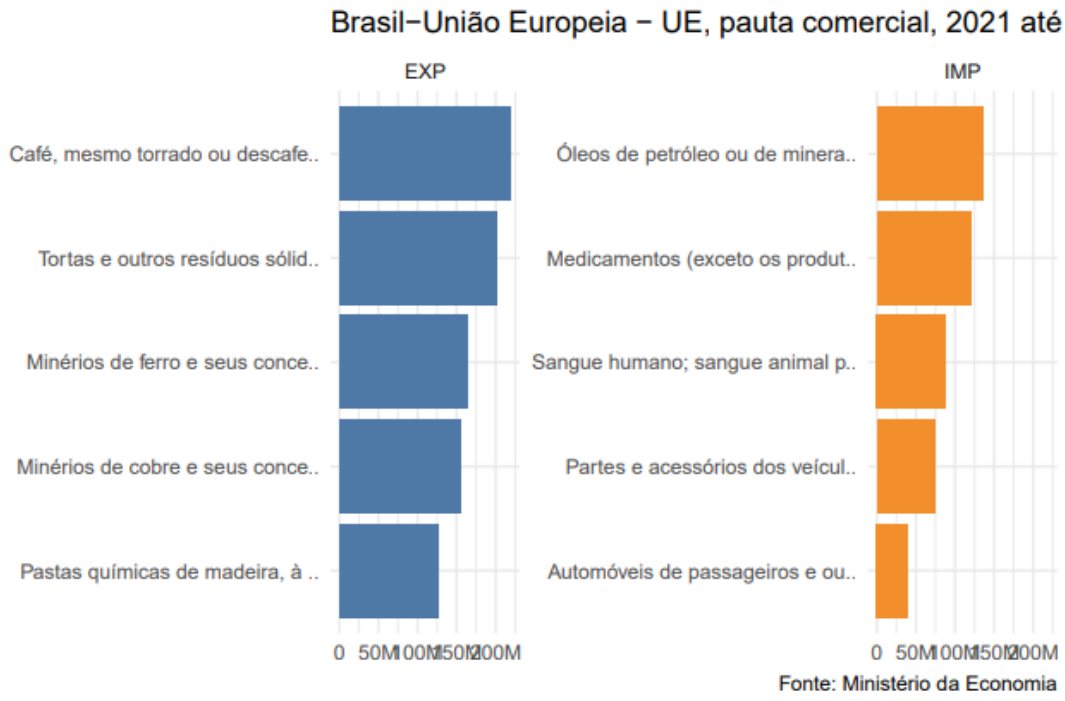
2.1 Fluxo de Comércio

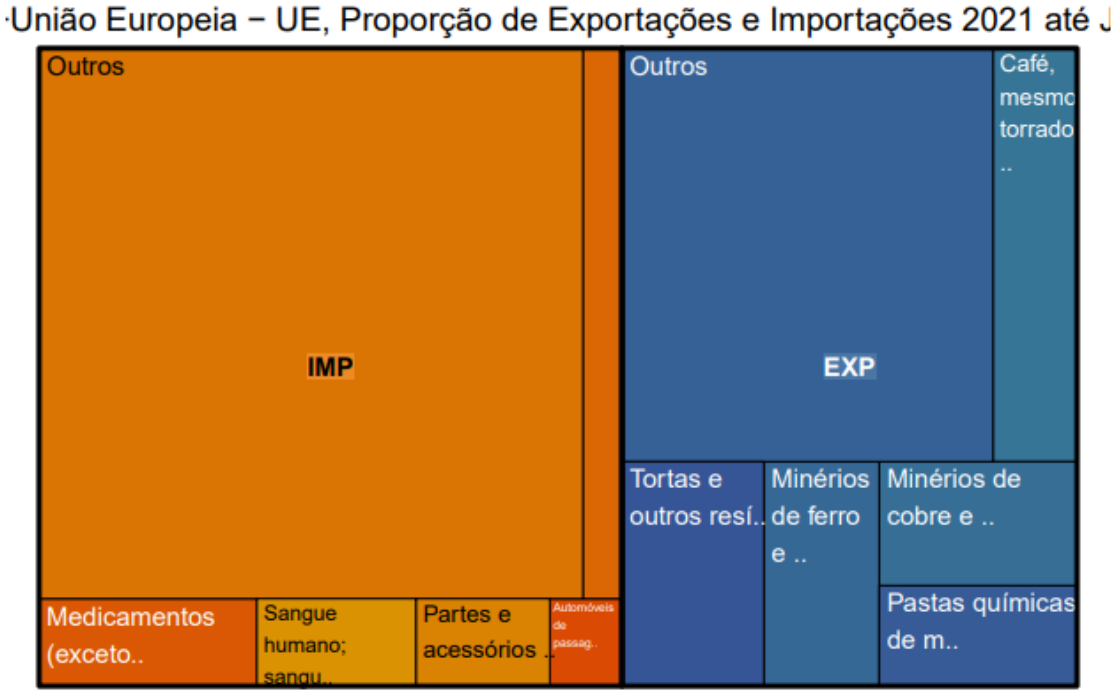


	2021	2020	2019	2018	2017
Exportações	2B (-14.21%)	2B (-24.36%)	3B (-12.13%)	3B (31.41%)	2B (22.74%)
Importações	2B (-14.58%)	3B (5.83%)	3B (-6.87%)	3B (21.09%)	2B (2.11%)
Saldo	-516M (-184.11%)	-614M (-370.16%)	227M (-46.65%)	426M (198.24%)	143M (-45.80%)
Corrente	4B (-14.42%)	5B (-9.90%)	5B (-9.69%)	6B (26.41%)	5B (11.79%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportações	2B (-16.60%)	2B (-13.02%)	3B (0.35%)	3B (6.04%)	3B (-19.27%)
Importações	2B (-29.70%)	3B (-14.95%)	4B (-2.97%)	4B (11.81%)	3B (24.85%)
Saldo	-263M (-132.09%)	-821M (-179.88%)	-1B (-189.13%)	-1B (-228.43%)	-898M (-317.24%)
Corrente	4B (-24.11%)	6B (-14.13%)	7B (-1.60%)	7B (9.36%)	6B (1.27%)

2.2 Produtos comercializados

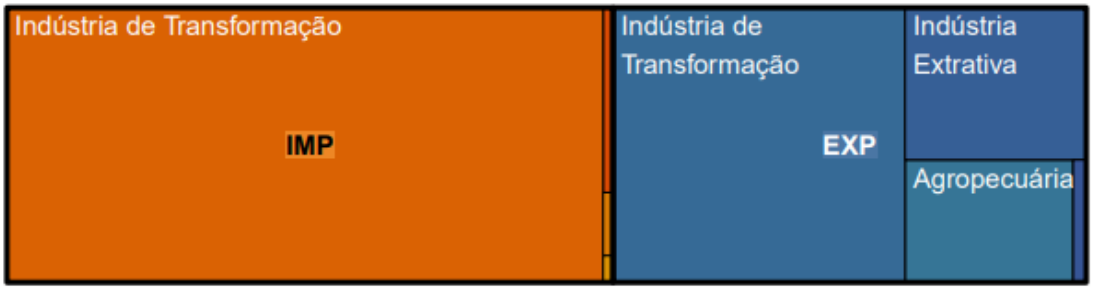




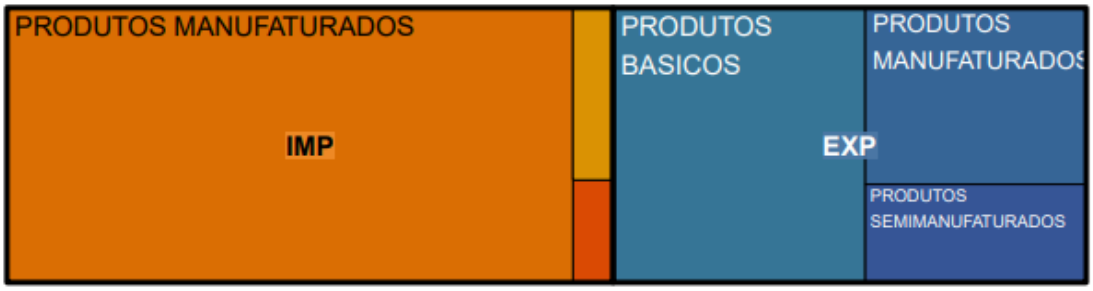
Brasil-União Europeia - UE, Dados Comerciais

		Dados Agregados até Janeiro				
	Direção	Produto (SH4)	Código (SH4)	Valor	Variação	Proporção
2021						
	EXP	Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e pelí..	0901	219.58M	17,0%	12,0%
		Tortas e outros resíduos sólidos da extração do ól..	2304	201.46M	37,2%	11,0%
		Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas a..	2601	163.72M	19,5%	8,9%
		Minérios de cobre e seus concentrados	2603	155.29M	15,2%	8,5%
		Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, ..	4703	125.79M	22,4%	6,9%
	IMP	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exce..	2710	136.15M	4,6%	5,8%
		Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002..	3004	120.52M	-34,5%	5,1%
		Sangue humano; sangue animal preparado para usos t..	3002	87.97M	-42,0%	3,7%
		Partes e acessórios dos veículos automóveis das po..	8708	74.08M	-24,1%	3,1%
		Automóveis de passageiros e outros veículos automó..	8703	39.93M	-5,6%	1,7%
2020						
	EXP	Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e pelí..	0901	187.70M	0,5%	8,8%
		Tortas e outros resíduos sólidos da extração do ól..	2304	146.83M	-40,7%	6,9%
		Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas a..	2601	137.02M	-37,5%	6,4%
		Minérios de cobre e seus concentrados	2603	134.82M	-36,6%	6,3%
		Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, ..	4703	102.74M	-63,7%	4,8%
	IMP	Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002..	3004	184.01M	24,5%	6,7%
		Sangue humano; sangue animal preparado para usos t..	3002	151.55M	79,1%	5,5%
		Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exce..	2710	130.22M	-23,3%	4,7%
		Partes e acessórios dos veículos automóveis das po..	8708	97.56M	-17,0%	3,5%
		Automóveis de passageiros e outros veículos automó..	8703	42.32M	23,0%	1,5%
2019						
	EXP	Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, ..	4703	282.85M	39,7%	10,0%
		Tortas e outros resíduos sólidos da extração do ól..	2304	247.42M	3,0%	8,7%
		Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas a..	2601	219.39M	-0,2%	7,8%
		Minérios de cobre e seus concentrados	2603	212.78M	147,1%	7,5%
		Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e pelí..	0901	186.77M	-14,3%	6,6%
	IMP	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exce..	2710	169.80M	-23,1%	6,5%
		Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002..	3004	147.74M	-12,7%	5,7%
		Partes e acessórios dos veículos automóveis das po..	8708	117.55M	-18,5%	4,5%
		Sangue humano; sangue animal preparado para usos t..	3002	84.63M	-21,8%	3,3%
		Automóveis de passageiros e outros veículos automó..	8703	34.39M	-23,5%	1,3%
2018						
	EXP	Tortas e outros resíduos sólidos da extração do ól..	2304	240.13M	-22,0%	7,5%
		Minérios de ferro e seus concentrados, incluídas a..	2601	219.79M	11,7%	6,8%
		Café, mesmo torrado ou descafeinado; cascas e pelí..	0901	217.98M	-7,7%	6,8%
		Pastas químicas de madeira, à soda ou ao sulfato, ..	4703	202.44M	16,4%	6,3%
		Minérios de cobre e seus concentrados	2603	86.12M	-43,4%	2,7%
	IMP	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exce..	2710	220.79M	39,5%	7,9%
		Medicamentos (exceto os produtos das posições 3002..	3004	169.20M	49,0%	6,1%
		Partes e acessórios dos veículos automóveis das po..	8708	144.24M	8,2%	5,2%
		Sangue humano; sangue animal preparado para usos t..	3002	108.23M	55,3%	3,9%
		Automóveis de passageiros e outros veículos automó..	8703	44.98M	158,7%	1,6%

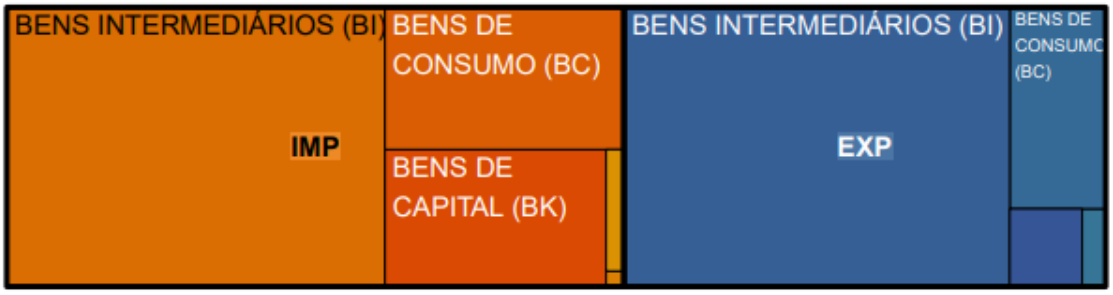
Classificação ISIC agregado até Janeiro



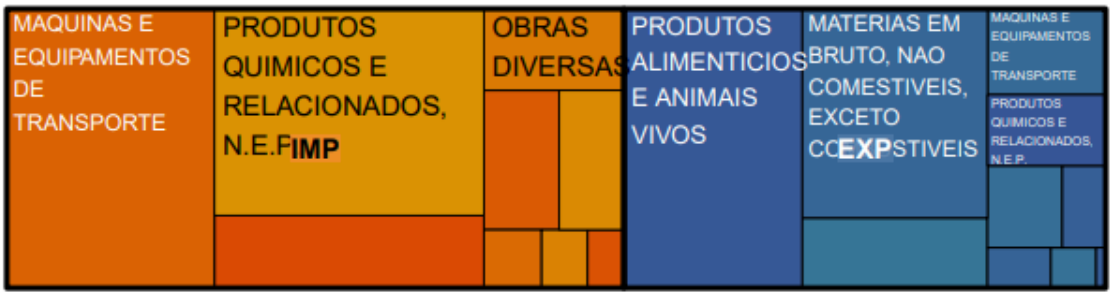
Classificação Fator Agregado agregado até Janeiro



Classificação CGCE agregado até Janeiro



Classificação CUCI agregado até Janeiro



Brasil-União Europeia - UE, Dados Comerciais

2021, agregado até Janeiro			
Direção	Classificação ISIC	Valor	%
EXP	Indústria de Transformação	1.1B	61,7%
	Indústria Extrativa	389.4M	21,2%
	Agropecuária	290.9M	15,8%
	Outros Produtos	22.6M	1,2%
	NA	67.0	0,0%
IMP	Indústria de Transformação	2.3B	98,4%
	Agropecuária	25.9M	1,1%
	Indústria Extrativa	8.9M	0,4%
	Outros Produtos	3.7M	0,2%
	NA	20.2K	0,0%

Direção	Classificação Fator Agregado	Valor	%
EXP	PRODUTOS BASICOS	979.0M	53,3%
	PRODUTOS MANUFATURADOS	550.7M	30,0%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	306.5M	16,7%
	NA	67.0	0,0%
IMP	PRODUTOS MANUFATURADOS	2.2B	93,4%
	PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS	97.8M	4,2%
	PRODUTOS BASICOS	58.3M	2,5%
	NA	20.2K	0,0%

Direção	Classificação CGCE	Valor	%
EXP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	1.5B	80,1%
	BENS DE CONSUMO (BC)	263.8M	14,4%
	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	76.9M	4,2%
	BENS DE CAPITAL (BK)	25.0M	1,4%
	NA	67.0	0,0%
IMP	BENS INTERMEDIÁRIOS (BI)	1.4B	61,3%
	BENS DE CONSUMO (BC)	463.8M	19,7%
	BENS DE CAPITAL (BK)	414.1M	17,6%
	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	29.5M	1,3%
	BENS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	3.8M	0,2%
	NA	20.2K	0,0%

Brasil-União Europeia - UE, Dados Comerciais

Direção	Classificação CUCI	Valor	%
EXP	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	679.1M	37,0%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	529.3M	28,8%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	177.4M	9,7%
	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	138.4M	7,5%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	114.5M	6,2%
	COMBUSTIVEIS MINERAIS, LUBRIFICANTES E MATERIAIS RELACIONADOS	83.8M	4,6%
	OBRAS DIVERSAS	48.6M	2,6%
	MERCADORIAS E TRANSACOES NAO ESPECIFICADAS EM OUTRAS PARTES DA CUCI	34.8M	1,9%
	BEBIDAS E TABACO	25.1M	1,4%
	OLEOS ANIMAIS E VEGETAIS, GORDURAS E CERAS	5.3M	0,3%
	NA	67.0	0,0%
IMP	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	791.3M	33,6%
	PRODUTOS QUIMICOS E RELACIONADOS, N.E.P.	760.6M	32,3%
	ARTIGOS MANUFATURADOS, CLASSIFICADOS PRINCIPALMENTE PELO MATERIAL	266.9M	11,3%
	OBRAS DIVERSAS	155.6M	6,6%
	COMBUSTIVEIS MINERAIS, LUBRIFICANTES E MATERIAIS RELACIONADOS	143.1M	6,1%
	PRODUTOS ALIMENTICIOS E ANIMAIS VIVOS	123.5M	5,2%
	MATERIAS EM BRUTO, NAO COMESTIVEIS, EXCETO COMBUSTIVEIS	45.8M	1,9%
	OLEOS ANIMAIS E VEGETAIS, GORDURAS E CERAS	36.4M	1,5%
	BEBIDAS E TABACO	29.0M	1,2%
	MERCADORIAS E TRANSACOES NAO ESPECIFICADAS EM OUTRAS PARTES DA CUCI	22.4K	0,0%
	NA	20.2K	0,0%

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA EM VARSÓVIA

Candidato: Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro

PERFIL DO CANDIDATO



Nascido em Belo Horizonte, em 14 de julho de 1962, o embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro é formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Ingressou no Instituto Rio Branco em 1991, tendo sido agraciado com viagem de estudos à Universidade Paris II, na França, realizada em 1994. Em 1992, realizou estágio profissionalizante na Embaixada do Brasil em Quito. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em abril de 2000, tendo obtido o primeiro lugar na classificação geral. Em junho de 2008, foi aprovado com a menção "com louvor" no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, com a defesa da tese "Comércio, Meio Ambiente e Solução de Controvérsias: a Evolução da Jurisprudência do Sistema Multilateral de Comércio sobre os Artigos XX(b) e XX(g) do GATT e sua Potencial Incidência sobre Interesses Brasileiros".

No Brasil, iniciou sua carreira na Divisão do Mercado Comum do Sul, em setembro de 1992, havendo atuado posteriormente no Departamento de Integração Latino-Americana, quando participou do conjunto das negociações atinentes à implementação do Mercosul. Foi de sua responsabilidade a redação do projeto básico e a negociação técnica do Protocolo de Ouro Preto sobre Aspectos Institucionais do Mercosul, de 1995. Na sequência de sua experiência no processo de formação do Mercosul, serviu na Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias, em Bruxelas, entre 1997 e 2000, e na Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao Mercosul, em Montevidéu, entre 2000 e 2003.

Em 2004, assumiu as funções de subchefe da Coordenação-Geral de Contenciosos do Itamaraty, unidade responsável pelas defesas do Brasil nas disputas comerciais submetidas ao sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesse período, atuou em importantes contenciosos vencidos pelo Brasil no setor do agronegócio, a exemplo dos contenciosos do algodão, com os Estados Unidos, e do açúcar e do frango salgado, com a União Europeia. No campo industrial, foi responsável pela exitosa defesa do Brasil no contencioso sobre pneus reformados contra a União Europeia, o primeiro em que um país em desenvolvimento fez uso das exceções ambientais do artigo XX do GATT. Na sequência de sua experiência com contenciosos na OMC, foi Coordenador do Departamento Econômico e,

posteriormente, assessor do Subsecretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty. Entre 2008 e 2010, serviu na Missão do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, em Genebra.

Entre 2011 e 2013, em Brasília, ocupou a função de assessor econômico do Ministro das Relações Exteriores. Posteriormente, entre 2013 e 2016, foi assessor econômico do Secretário-Geral das Relações Exteriores. Entre 2017 e 2018, exerceu o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria Geral das Relações Exteriores, com responsabilidades nas áreas substantivas e administrativas do Itamaraty. Em janeiro de 2019, assumiu, em Bruxelas, as funções de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica e ao Grão-Ducado de Luxemburgo, com responsabilidade, igualmente, pelo acompanhamento dos temas de interesse do Brasil na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

O Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro reuniu em sua carreira vasta experiência em temas econômicos, políticos, jurídicos e administrativos que o habilitam a defender, com proficiência, os interesses brasileiros na Polônia, país que exerce considerável influência regional e no âmbito da União Europeia, tanto por seu peso econômico como por sua posição político-estratégica no flanco oriental do continente europeu, e que mantém relações históricas com o Brasil, onde vive a terceira maior população de origem polonesa no mundo.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, investimentos e serviços brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência. Manter, ampliar e aprofundar o histórico de excelência das relações diplomáticas Brasil-Polônia, expresso pelas celebrações, em 2020, do centenário da instituição das relações bilaterais.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, no tocante à Polônia, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares, com qualidade e presteza, ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas bilaterais e a inserção econômica competitiva do Brasil na Polônia, com foco na prosperidade da sociedade brasileira, com vistas inclusive ao aumento da competitividade da economia e das exportações brasileiras no âmbito da União Europeia.
2. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais, em regimes, foros e organismos nos quais participa conjuntamente com a Polônia. Empreender esforços de coordenação com a Polônia nessas instâncias.
3. Reforçar o apoio da Polônia aos interesses brasileiros nos diversos organismos multilaterais e instrumentos de concertação dos quais ambos os países fazem parte, assim como ao ingresso do Brasil na OCDE.
4. Fortalecer as relações bilaterais com a Polônia de modo geral.

5. Intensificar a promoção dos produtos, investimentos, serviços e negócios brasileiros na Polônia, notadamente os intensivos em conhecimento e inovação.
6. Promover a imagem, a cultura, a civilização brasileira e o idioma português, na variante brasileira, na Polônia.
7. Fornecer serviços consulares de qualidade na Polônia, inclusive por meio da participação da rede de Consulados Honorários brasileiros no país.
8. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros na Polônia.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.
10. Promover o turismo polonês no Brasil, por meio do seguimento de iniciativas em curso, sugestão de novas no plano bilateral, regional e internacional e da criação do comitê “Descubra Brasil” na Polônia.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incrementar e diversificar o comércio bilateral

a) dar continuidade às ações de promoção de cafés especiais brasileiros no mercado local, avaliado como de acesso promissor pela Apex-Brasil, em estudo realizado em 2018;

b) promover agro alimentos e bebidas brasileiros, sobretudo produtos de maior valor agregado, com marcas mais consolidadas no Brasil e competitivos no âmbito da UE;

c) divulgar produtos e serviços brasileiros do setor de energias renováveis, notadamente relacionados às fontes fotovoltaica, eólica e de biocombustíveis/bioetanol, à luz do planejamento estratégico voltado para a transição energética da Polônia;

d) promover bens e serviços providos por empresas brasileiras inovadoras, sobretudo "startups", pequenas e médias empresas inovadoras dos setores, entre outros, de "fintech", "agritech" e "healthtech";

e) intensificar o relacionamento com entidades públicas e privadas locais relacionadas a temas comerciais, como, entre outras, a Câmara de Comércio Nacional da Polônia, a associação empresarial "Leviatã", associações setoriais, o ministério do Desenvolvimento Econômico e Tecnologia, a Agência Polonesa de Promoção Comercial e Investimentos (PAIH) e a Agência Polonesa para o Desenvolvimento Empresarial (PARP);

f) fortalecer o núcleo dedicado ao Brasil no âmbito da Câmara de Comércio Polônia-Portugal, visando a estimular eventual criação, no futuro, de uma câmara de comércio bilateral;

g) promover encontros entre importadores, representantes comerciais, agentes de logística e de comércio exterior, com experiência na importação de produtos e serviços brasileiros, com vistas a identificar eventuais dificuldades que possam comprometer a agilidade e a competitividade do comércio exterior do Brasil com a Polônia;

h) aprofundar o relacionamento com o escritório da Apex-Brasil em Bruxelas, que detém jurisdição sobre todo o continente europeu;

i) elaborar e/ou encomendar estudos exploratórios sobre a complementaridade comercial de bens e serviços das economias brasileira e polonesa, com vistas a informar e integrar as atividades de promoção comercial do posto;

j) realizar estudos de mercado na Polônia, de caráter mais sintético e executivo, de interesse do setor exportador brasileiro;

l) produzir e/ou comissionar estudo sobre a estrutura e funcionamento do sistema de inovação da Polônia, com foco na interação entre os diferentes entes dos sistemas de inovação locais (empresas, governo, universidades, centros de P&D) e destes com parceiros internacionais.

2. Promover o Brasil como destino de investimentos estrangeiros

a) organizar, promover e/ou apoiar eventos para disseminação de informações práticas relacionadas à realização de negócios no Brasil, com vistas a reduzir o hiato de conhecimento sobre o mercado brasileiro de parte significativa do empresariado local. Valer-se, inclusive, de parcerias com escritórios de advocacia especializados do Brasil para sessões informativas e debates, na Polônia, sobre questões jurídicas e tributárias incidentes sobre o ambiente de negócios do País;

b) promover e/ou apoiar encontros empresariais para fins de divulgação das oportunidades de investimentos no Brasil, nos setores de infraestrutura de transportes, comunicações, agronegócio e energia;

c) aprofundar o relacionamento com entidades privadas e públicas locais relacionadas ao tema de investimentos, como, entre outras, fundos e gerentes de ativos, a Bolsa de Valores de Varsóvia e o Grupo Polonês de Fundos de Desenvolvimento;

d) realizar gestões para concluir o processo de revisão jurídica do "Acordo Brasil-Polônia para Evitar a Dupla Tributação", já negociado, com vistas a sua celebração definitiva;

e) realizar gestões em favor da conclusão das negociações do "Acordo sobre Previdência Social".

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 e 2

1) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada para promoção de cafés especiais brasileiros; avaliação qualitativa e quantitativa do impacto desses eventos em termos de realização de negócios e formação de parcerias comerciais.

2) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada para promoção de agro alimentos e bebidas, sobretudo industrializados, do Brasil – e conforme a mesma metodologia indicada no item anterior.

3) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada para promoção de bens e serviços do setor brasileiro de energias renováveis.

4) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada para promoção de produtos e serviços de “startups”, pequenas e médias empresas inovadoras brasileiras.

5) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada para divulgação e mobilização de informações sobre a prática e o ambiente de negócios no Brasil.

6) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada para promoção de oportunidades de investimentos no Brasil.

7) Número de empresas, associações empresariais, instituições governamentais, empresárias(os) e investidoras(es) participantes dos eventos organizados, apoiados e/ou com a participação direta da embaixada.

8) Número de iniciativas de promoção comercial e de investimentos divulgadas e veiculadas pelas mídias sociais da embaixada ou pela imprensa local.

9) Número de boletins informativos, e dos respectivos destinatários, produzidos pelo posto, com notícias sobre economia e divulgação de eventos empresariais, dirigidos ao setor privado, tanto polonês quanto brasileiro (boletins editados nas versões em português e polonês).

10) Número de encontros/reuniões mantidas com interlocutores de entidades públicas e privadas sobre cooperação na área de comércio e investimentos.

11) Números de demandas atendidas, pelo posto, dos setores privados brasileiro e polonês, presencialmente, por telefone, correio eletrônico ou outras mídias.

12) Número de atividades/eventos realizados como resultado de parcerias estabelecidas com o escritório da Apex-Brasil em Bruxelas.

13) Número de demandas, atendidas pelo posto, de perfil econômico-comercial de setores e segmentos específicos da economia polonesa, usualmente por iniciativa da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em reação, por sua vez, a pedidos de setores econômicos e industriais brasileiros.

14) Número de estudos e perfis de mercado na Polônia, elaborados ou comissionados pelo governo brasileiro e/ou associações setoriais.

15) Número de reuniões e de gestões realizadas com vistas a promover o processo negociador de acordos de natureza econômico-comercial, em especial o Acordo Mercosul-UE, que produzirão efeitos positivos sobre as relações entre Brasil e Polônia.

16) Número de documentos produzidos pelo posto com informações sobre a economia polonesa e sobre o relacionamento econômico-comercial bilateral de modo geral.

17) Número de documentos produzidos pelo posto com informações e análise relativas ao acompanhamento, pelas mídias locais, de notícias de interesse direto para setores econômicos brasileiros de destaque, sobretudo o agronegócio.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Observar, relatar e analisar, sob a ótica do interesse brasileiro, a política polonesa externa e interna

a) produzir regularmente informações e análises da situação presente e das tendências das políticas interna e externa polonesas, com o intuito de subsidiar a construção da política externa brasileira, em especial no que toca à Polônia, à Europa centro-oriental, à União Europeia, entidades e organismos multilaterais e plurilaterais dos quais o Brasil e Polônia façam parte ou dos quais o País tenha interesse direto de acompanhar;

b) manter contatos com formadores de opinião, analistas, jornalistas, acadêmicos e missões estrangeiras em Varsóvia sobre a realidade polonesa, por meio de visitas e reuniões, assim como mediante a participação em eventos, sobretudo de natureza acadêmica, diplomática e protocolar.

2. Fortalecer canais bilaterais de diálogo.

a) manter contatos frequentes com os principais atores políticos poloneses, dos setores público e privado, com o objetivo de assegurar interlocução ágil e fluida para o encaminhamento de temas de interesse do Brasil;

b) promover o Brasil, suas oportunidades e realidade contemporânea, junto a tais interlocutores.

3. Fortalecer e ampliar mecanismos de consulta e cooperação.

a) incentivar a realização de consultas políticas bilaterais, em diversos temas e modalidades;

b) formalizar mecanismo regular de diálogo, mobilizando instituições especializadas de ambos os países, com a participação, orientação e supervisão dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países, com vistas ao adensamento das relações bilaterais, em seus vários setores, áreas e vertentes.

4. Contribuir para o aprofundamento do diálogo bilateral, em seus diversos níveis

a) apoiar missões, reuniões e eventos, virtuais e presenciais, entre órgãos governamentais de ambos os países;

b) apoiar o fortalecimento do diálogo parlamentar bilateral, incentivando contatos e visitas dos respectivos Grupos Parlamentares de Amizade;

c) apoiar e incentivar a realização de atividades dos grupos parlamentares de amizade de ambos os países;

d) apoiar visitas de autoridades brasileiras à Polônia.

5. Adensar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

a) apoiar negociações de acordos bilaterais;

b) identificar novas oportunidades para acordos, tendo em conta temas de interesse e prioritários para o Brasil;

c) realizar análises de propostas de texto de acordos e outros instrumentos bilaterais encaminhadas por entidades polonesas;

d) preparar originais e fornecer apoio cerimonial e protocolar para assinatura de acordos e instrumentos bilaterais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 5

1) Número de expedientes telegráficos produzidos pela Embaixada sobre política interna e externa.

2) Número de reuniões de consultas políticas com a participação da Embaixada.

3) Número de reuniões de funcionários da Embaixada com membros do governo polonês, além do Ministério das Relações Exteriores da Polônia, e parlamentares do país, das duas casas do Legislativo federal.

4) Número de reuniões de funcionários da Embaixada com representantes do setor privado, da academia e da sociedade civil.

5) Número de visitas, encontros e eventos, virtuais e presenciais, envolvendo instituições brasileiras e polonesas.

6) Número de acordos e instrumentos bilaterais e interinstitucionais negociados e efetivamente celebrados.

7) Número de acordos interinstitucionais em negociação.

8) Número de encontros presenciais e virtuais para negociação de acordos e instrumentos bilaterais em geral.

9) Número de gestões e outras ações com o intuito de iniciar negociações para acordos.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos internacionais dos quais ambos os países façam parte

a) elaborar regularmente informações e análises sobre a atuação da Polônia em organismos multilaterais, mecanismos regionais e organizações internacionais em que atua, como Nações Unidas (ONU), União Europeia (UE), Organização para Segurança e

Cooperação na Europa (OSCE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), além de diversos outros mecanismos de coordenação e concertação regionais, tais como Grupo de Visegrado (V-4) e Iniciativa dos Três Mares, entre diversos outros;

b) manter contatos com representantes do governo polonês sobre iniciativas de potencial interesse mútuo, em organismos internacionais, com vistas à informação sobre a atuação polonesa nos diversos foros dos quais participe;

c) realização de gestões e apoio a encontros bilaterais à margem de reuniões de organismos internacionais.

2. Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras

a) realizar gestões de alto nível com vistas a obter apoio polonês a candidaturas brasileiras para cargos e posições em organismos internacionais; realização de eventos internacionais no Brasil; e outras correlatas, conforme instruções do Ministério das Relações Exteriores;

b) manter encontros com representantes do governo da Polônia com vistas à promoção de candidatura brasileira de acessão à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

3. Efetuar gestões para reafirmar o apoio polonês à efetivação do Acordo Mercosul-União Europeia

a) realizar e/ou reforçar visitas e reuniões, conforme o caso, com membros dos órgãos governamentais poloneses, com vistas a manter e a reforçar o apoio polonês à efetivação do Acordo Mercosul-União Europeia (UE), de acordo com instruções do Ministério das Relações Exteriores;

b) divulgar, na Polônia, benefícios e oportunidades comerciais e de investimento recíprocas no âmbito do Acordo Mercosul-UE, com o intuito de superar resistências ainda observadas à plena aprovação do acordo, de parte de setores mais isolados e específicos da sociedade polonesa, conforme instruções do Ministério das Relações Exteriores.

4. Apoiar a articulação e realização de eventos sobre temas multilaterais ou plurilaterais de interesse comum.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 4

1. Número de expedientes telegráficos produzidos pela Embaixada sobre atuação da Polônia em organizações internacionais e em relação a temas de interesse multilateral e/ou plurilateral.

2. Número de gestões junto ao governo local para obter apoio a pleitos brasileiros nos âmbitos multilateral e plurilateral.

3. Número de contatos com o governo e autoridades locais com o objetivo de apoiar iniciativas conjuntas nos âmbitos multilateral e plurilateral.

4. Número de reuniões e eventos voltados para a divulgação e promoção de benefícios e oportunidades decorrentes da celebração do Acordo Mercosul-União Europeia.

5. Número de publicações, notas, entrevistas, matérias e artigos de promoção e divulgação na Polônia do Acordo Mercosul-União Europeia.

IV - Promoção da imagem do País, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

a) propor, junto a potenciais parceiros locais, e realizar, segundo a disponibilidade orçamentária e financeira do MRE, juntamente com a obtenção de patrocínios locais, projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, com o intuito de ampliar o conhecimento da comunidade polonesa no que tange às diferentes expressões culturais brasileiras;

b) organizar exposições de artes plásticas, dando destaque a produções regionais;

c) organizar exposição de projetos arquitetônicos brasileiros;

d) organizar espetáculos de música clássica brasileira e de ritmos regionais;

e) apoiar a participação de restaurantes e de serviços gastronômicos especializados em culinária brasileira em eventos gastronômico-culturais de grande alcance (como o “Breakfast Market” em Varsóvia, por exemplo);

f) apoiar a publicação de edições em polonês de obras literárias e acadêmicas brasileiras;

g) apoiar a organização de eventos de divulgação da dança e do teatro contemporâneos brasileiros; técnicas artesanais tradicionais; arte popular; música eletrônica; quadrinhos; e arte urbana, expressões e manifestações culturais que têm atraído grande interesse do público polonês em tempos recentes;

h) organizar palestras e demais eventos públicos sobre temas da cultura e da civilização brasileiras, assim como de seu pensamento político-social, com vistas à ampliação do conhecimento do público polonês sobre o país, inclusive com engajamento da comunidade brasileira local;

i) atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada com informações sobre a civilização brasileira para ampliar o conhecimento sobre o Brasil na Polônia e divulgar projetos e eventos culturais com temática brasileira.

2. Realizar atividades relacionadas ao bicentenário da Independência do Brasil

a) acertar parcerias com instituições públicas e privadas, do Brasil e da Polônia, para celebração da efeméride e para a realização de eventos culturais comemorativos, ao longo de 2022;

b) promover intervenções em cidades como Varsóvia, Cracóvia e Gdansk, tais como iluminação de pontos urbanos de destaque, notadamente estádios, monumentos e construções, nas cores verde e amarela;

c) divulgar material audiovisual e digital alusivo ao ano do bicentenário;

d) publicar artigos sobre a celebração do bicentenário em periódicos de grande circulação da Polônia.

3. Promover a indústria cultural e criativa brasileira

a) incentivar e apoiar a participação de artistas brasileiros em festivais e eventos culturais na Polônia;

b) fomentar a exportação de bens, produtos e serviços da economia criativa brasileira, tais como itens de artesanato e de cultura popular.

4. Promover a variante brasileira da língua portuguesa

a) divulgar o exame de proficiência em língua portuguesa "Celpe-Bras" e apoiar a realização de cursos especiais de preparação para o exame;

b) apoiar a expansão e atividades de cursos de português, cultura e civilização brasileira em estabelecimentos culturais e de ensino da Polônia, a exemplo do "Liceu Rui Barbosa", de Varsóvia;

c) promover o engajamento de leitores no apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância) e ações de estímulo ao seu uso como língua de herança, por parte da comunidade brasileira na Polônia;

d) organizar seminário de crítica, teoria e história literárias, com a participação de acadêmicos e especialistas brasileiros em cultura e civilização eslavas e de acadêmicos poloneses com conhecimento de literatura brasileira, sempre em perspectiva comparada;

e) apoiar a organização, com a colaboração do Instituto Camões, de Portugal, de mostra de cinema de língua portuguesa;

f) apoiar a realização da mostra de cinema latino-americano;

g) apoiar a publicação de obras literárias e humanísticas clássicas brasileiras e de novos autores brasileiros de destaque, na Polônia, especialmente por meio do apoio a traduções para o polonês;

h) organizar participação da comunidade acadêmica polonesa no projeto “Brasil 200 anos: Minicurso de Literatura Brasileira e Comparada”;

i) apoiar atividades culturais, educacionais e acadêmicas, curriculares e extracurriculares, sobre temas brasileiros, em instituições de ensino secundário e superior que incorporem a língua portuguesa à sua grade curricular.

5. Promover o Brasil como destino turístico

A Polônia tem apresentado sólido desempenho de sua economia desde os anos 1990, crescendo à taxa média de 4,3% ao ano. O PIB per capita do país tem-se aproximado daquele dos seus pares ocidentais, consolidando sua classe média, cenário que favorece maior interesse em destinos turísticos tidos como mais desconhecidos pela população local. A promoção da diversidade turística do Brasil estará atrelada às facetas locais de sua economia criativa, suas manifestações culturais e artísticas, bem como ao fortalecimento de sua infraestrutura de recepção e de serviços turísticos.

a) Divulgar o Brasil como destino turístico na Polônia, por meio de campanhas especializadas e temáticas, como, por exemplo, sobre visitação a sítios do patrimônio histórico ou natural do País, inscritos nas listas da UNESCO;

b) negociar, junto ao Ministério do Turismo, com apoio do escritório da EMBRATUR na Europa, as bases para a constituição do Comitê “Descubra Brasil” na Polônia, a ser integrado, neste país, por operadores de turismo locais, representantes de empresas aéreas, promotores e produtores culturais;

c) realizar ações de divulgação de destinos turísticos brasileiros no âmbito das celebrações do bicentenário da independência do Brasil, em 2022;

d) promover ampla divulgação desses eventos e ações, junto a interlocutores da embaixada e ao público polonês em geral, por intermédio das mídias do posto, campanhas em espaços públicos de cidades principais polonesas e matérias de imprensa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 5

1) Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras.

2) Número de artigos e textos vários publicados na Polônia com referência à produção artística brasileira, com o apoio da embaixada.

3) Número de eventos culturais e sua frequência, alusivos à celebração do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022.

4) Número de intervenções urbanas em comemoração ao bicentenário da Independência do Brasil.

5) Número de publicações de obras, textos, artigos e ensaios brasileiros em polonês, que contem com o apoio da embaixada.

6) Número de textos, livros e artigos publicados sobre o idioma português na Polônia, sobretudo por ocasião das celebrações do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022.

7) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contem com a participação da embaixada para a promoção do Brasil como destino turístico.

8) Número de agências, empresas e operadores de turismo participantes de eventos organizados ou apoiados pela embaixada para a divulgação do Brasil como destino turístico.

9) Número de ações de promoção do turismo brasileiro nas mídias sociais e demais plataformas digitais da embaixada e de entidades de apoio à cultura, ao turismo e aos negócios brasileiros que colaborem com o posto.

10) Número de boletins informativos, produzidos pelo posto, com notícias relevantes sobre eventos e oportunidades de negócios no setor de turismo brasileiro.

11) Número de encontros/reuniões mantidas com interlocutores de entidades públicas e privadas sobre cooperação no setor de turismo.

12) Número de documentos produzidos pelo posto sobre atividades de promoção do Brasil como destino turístico.

13) Número de demandas atendidas, pelo posto, dos setores privados brasileiro e polonês, sobre questões de promoção turística, seja pessoalmente, por telefone ou via eletrônica.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Buscar promover a cooperação com a Polônia, em níveis bilateral e multilateral, em temas relacionados à promoção do desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente

a) entabular consultas com interlocutores dos setores público e privado da Polônia sobre eventual interesse em estabelecer mecanismo(s) de cooperação/coordenação em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente;

b) apoiar e acompanhar as atividades de eventual mecanismo de cooperação bilateral em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente, que venha a ser constituído;

c) buscar aproximar entidades dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação dos dois países para fins de cooperação em áreas ligadas à promoção do desenvolvimento sustentável, tais como: energias renováveis; agricultura sustentável; manejo florestal; e cadeia produtiva de bens e insumos biodegradáveis, por exemplo;

d) difundir informações, junto a interlocutores locais, sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental e de sua biodiversidade;

e) produzir informações sobre os impactos ambientais, sociais, econômicos e políticos, na Polônia, dos efeitos da mudança climática e do correspondente processo de transição energética;

f) difundir regularmente informações, na Polônia, alusivas à sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de encontros/reuniões mantidas com interlocutores de entidades públicas e privadas sobre cooperação na área de desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

2) Instrumentos formais adotados no âmbito de cooperação bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

3) Iniciativas conduzidas, apoiadas ou acompanhadas pelo posto no âmbito da cooperação bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

4) Número de documentos produzidos pelo posto sobre as atividades de cooperação na área de desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

5) Número de comunicações produzidas pela embaixada para fins de difusão de informações, junto a interlocutores locais, sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental e de sua biodiversidade.

6) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada, no contexto da cooperação bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Polônia, notadamente nas áreas de tecnologias digitais e de criação de empresas de base tecnológica ("start-ups"), nas quais a Polônia detém vantagens competitivas, de alcance regional europeu e global

a) incentivar a cooperação bilateral para compartilhamento de conhecimento, pesquisa e desenvolvimento (P&D) conjuntos na área de C,T&I;

b) promover iniciativas Brasil-Polônia de mobilidade, intercâmbio acadêmico e de experiências de gestão, governamentais e privadas, na área de C,T&I;

c) apoiar o diálogo entre os ministérios competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet; padrão 5-G; produção de softwares e aplicativos; inteligência artificial; robótica; e tecnologias digitais aplicadas às ciências agrárias, entre outras áreas correlatas, áreas de especialidade e de recente vantagem competitiva da Polônia;

d) realizar encontro com profissionais brasileiros da área de C,T&I na Polônia, com vistas à identificação de inovações, em produto e processo, a cargo de tais profissionais, de interesse para o desenvolvimento tecnológico setorial brasileiro.

2. Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I

a) realização de análises e acompanhamento contínuos do ambiente de C,T&I da Polônia, com vistas a identificar oportunidades para desenvolvimento da cooperação bilateral nesse campo;

b) convocar e realizar a "I Reunião da Comissão Mista de Ciência, tecnologia e Inovação", prevista no acordo bilateral sobre o tema celebrado em 1996.

3. Apoio à aproximação científico-tecnológica bilateral nos setores acadêmico e empresarial, especialmente com vistas ao intercâmbio de experiências e de boas práticas para a inovação

a) diálogo com representantes da indústria de C,T&I na Polônia, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas estratégicas para o Brasil, notadamente tecnologias da informação e das comunicações (TICs), indústria 4.0 e energias renováveis;

b) apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de C,T&I, de acordo com programa de trabalho a ser estabelecido pela Comissão Mista a que alude o item "2" anterior.

c) desenvolvimento da cooperação entre parques tecnológicos, incubadoras e centros de P&D dos dois países, notadamente com vistas à internacionalização de empresas brasileiras de base tecnológica e "start-ups" em particular.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 3

1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema.

2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões entre Brasil e Polônia.

3) Gestões, atividades de mentoria e realização de investimentos na Polônia de parte de "start-ups" brasileiras, assim como de "startups" polonesas no Brasil.

4) Incorporação de inovações e projetos por empresas brasileiras em associação com congêneres polonesas; investimentos poloneses no Brasil em atividades de base tecnológica; parcerias para pesquisa, pesquisa e desenvolvimento (P&D) realizadas entre empresas e universidades do Brasil e da Polônia (por meio de edital de inovação, por exemplo).

VII - Cooperação em educação, cultura, esporte, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a regular realização de projetos de pesquisa e mobilidade acadêmicas;

a) apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com seus homólogos poloneses;

b) estreitar a interlocução da embaixada com estudantes e pesquisadores brasileiros residentes na Polônia, assim como com acadêmicos em visita ou em programas de intercâmbio;

c) incentivar a participação de estudantes poloneses no Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).

2. Promover a celebração definitiva do Programa Executivo bilateral de Cooperação Cultural

3. Promover a celebração definitiva do Acordo bilateral de Cooperação Cinematográfica

4. Promover intercâmbio bilateral, na forma de consultas, visitas e programas, sobre experiências de ambos os países na preparação de atletas e participação em competições.

5. Propor a realização de diálogo bilateral Brasil-Polônia para intercâmbio de experiências e de boas práticas no setor de saúde

Trata-se de iniciativa com vistas ao aprimoramento do sistema brasileiro de saúde, por meio do acesso à experiência do setor polonês em programas como o de tratamento e prevenção de doenças cardiovasculares "POLKARD" 2017-2021; o de prevenção à depressão 2016-2020; ou relacionados ao combate e tratamento de morbidades decorrentes do COVID-19. Da mesma forma, o lado polonês beneficiar-se-ia da experiência brasileira de programas do Ministério da Saúde, tais como o "Conecte SUS", a experiência da "Rede Nacional de Dados em Saúde" (RNDS) e o DATASUS,

instrumentos considerados essenciais para integração de serviços, no Brasil, sobre o COVID-19, que poderão ser de interesse para a Polônia.

a) promover encontro entre os Ministérios da Saúde do Brasil e da Polônia para divulgação e intercâmbio de experiências de prevenção, tratamento, pesquisa e desenvolvimento em saúde, com vistas ao estabelecimento de futuro programa de cooperação bilateral, com a participação de governos, pesquisadores, empresas e laboratórios do setor, de ambos os países.

6. Avaliar oportunidades de cooperação na área comercial e de investimentos, com a possibilidade de desenvolvimento conjunto Brasil-Polônia de produtos e soluções tecnológicas nos setores de segurança e de defesa.

A Polônia é o principal membro da OTAN no chamado "flanco oriental" da organização, tanto por sua posição geográfica estratégica na Europa centro-oriental quanto pelos investimentos no setor de defesa, que ultrapassam 2% do PIB. Nesse contexto, descortinam-se oportunidades comerciais a serem avaliadas, incluindo a possibilidade de cooperação entre as indústrias de defesa dos dois países, com vistas ao desenvolvimento conjunto de produtos e de soluções tecnológicas. A Embraer Defesa manifestou interesse em vender, entre outros bens, unidades da aeronave militar de transporte KC-390 ao governo polonês, ao passo que este manifestou intenção de adquirir submarinos usados brasileiros. A Polônia manifestou ainda interesse no estabelecimento de parceria com o Brasil para o desenvolvimento conjunto de veículo blindado equipado com morteiro.

a) Realizar encontro, em coordenação com a Adidância de Defesa e do Exército da embaixada, entre os Ministérios da Defesa de ambos os países, mormente das áreas e setores responsáveis pela base industrial de defesa (BID);

b) promover a participação da base industrial de defesa do Brasil na prestigiosa feira internacional de defesa de Kielce, na Polônia, tradicionalmente realizada nos meses de setembro (5 a 8 de setembro, em 2022);

c) apoiar as negociações da EMBRAER na Polônia com vistas à promoção e comercialização de suas aeronaves civis e militares (a empresa polonesa LOT possui em seu plantel 37 aeronaves EMBRAER, número correspondente a 50% do total da frota).

7. Fomentar a cooperação bilateral na área de defesa sob a égide do Acordo-Quadro de Cooperação Brasil-Polônia em Matéria de Defesa, de 2010

A realização do "I Diálogo das Indústrias de Defesa Brasil-Polônia", no contexto da visita de delegação brasileira à Feira de Kielce, em setembro de 2019, comprovou haver oportunidades a serem exploradas para cooperação e trocas comerciais entre as indústrias de defesa de ambos os países. Registre-se que a Polônia é o principal membro da OTAN no chamado "flanco oriental" daquela organização, tanto por sua posição

geográfica estratégica na Europa centro-oriental quanto pelos investimentos no setor de defesa, superiores a 2% do PIB, conforme assinalado no item anterior.

a) Promover reunião bilateral Brasil-Polônia para cooperação em defesa, para consultas sobre temas e prioridades dos dois países nesse campo;

b) divulgar oportunidades de cooperação, comercialização, compras governamentais, pesquisa e desenvolvimento (P&D) entre Brasil e Polônia, no setor de defesa, ao amparo do respectivo Acordo-Quadro de Cooperação bilateral;

c) buscar o apoio da Polônia à ascensão do Brasil à condição de "Parceiro Global da OTAN" (*NATO Global Partner*).

8. Viabilizar a assinatura do Acordo Brasil-Polônia sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas

Em agosto de 2021, Brasil e Polônia concluíram as negociações relativas ao Acordo sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, que agora se encontra pronto para assinatura. O referido acordo foi exigido como pré-condição para que a "Embraer Defesa" participe de processo licitatório do Exército polonês para aquisição de aeronaves de transporte de cargas (o certame veio a ser posteriormente adiado "sine die" pelo governo local, entretanto). O referido acordo certamente provar-se-á essencial para eventuais futuras negociações comerciais com a Polônia no setor de defesa.

a) promover a celebração do Acordo bilateral sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, em 2022, desejavelmente durante visita oficial de alta autoridade brasileira à Polônia.

9. Realizar gestões para a inclusão de porto marítimo polonês no Báltico na viagem de instrução de guardas-marinhas do "Navio-Escola Brasil" e/ou do veleiro "Cisne Branco".

a) Visita do "Navio Escola Brasil" e/ou do veleiro "Cisne Branco" em viagem de instrução de guardas-marinhas à Polônia.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 9

1) Número de reuniões com representantes de universidades e de outros órgãos governamentais, a fim de promover o aumento do fluxo de estudantes e pesquisadores poloneses para o Brasil e de acadêmicos e estudantes brasileiros para a Polônia.

2) Número de reuniões, com representantes do governo polonês e com entidades dos setores cultural em geral e audiovisual em particular, com vistas à assinatura do Programa Executivo de Cooperação Cultural e do Acordo de Cooperação Cinematográfica.

3) Número de reuniões e de contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e polonesas.

4) Número de gestões, reuniões, consultas, visitas e programas para intercâmbio e cooperação na área desportiva.

5) Número de encontros e respectivos participantes, dos Ministérios da Saúde, laboratórios e fundações de saúde de ambos os países, para intercâmbio de experiências e de boas práticas em programas e serviços de saúde entre ambos os países, em áreas a serem selecionadas de mútuo acordo.

6) Número de reuniões/encontros realizados, com a participação da embaixada, para tratar de oportunidades de cooperação e de atividades comerciais entre as indústrias de defesa dos dois países.

7) Número de documentos produzidos pelo posto sobre as oportunidades comerciais e de cooperação entre as indústrias de defesa dos dois países.

8) Número de eventos que contem com a participação ou apoio da embaixada para a promoção de produtos da indústria de defesa brasileira.

9) Número de empresas e entidades governamentais brasileiras participantes da feira industrial de defesa de Kielce, na Polônia.

10) Número de encontros realizados, incluindo os exploratórios e preparatórios, no âmbito do Diálogo das Indústrias de Defesa Brasil-Polônia.

11) Número de documentos produzidos pelo posto quanto ao "Diálogo das Indústrias de Defesa Brasil-Polônia".

12) Número de instituições governamentais, empresas e associações empresariais participantes dos eventos organizados ou apoiados pela embaixada, no âmbito da cooperação entre as indústrias de defesa do Brasil e da Polônia.

13) Números de demandas atendidas, pelo posto, dos setores privados brasileiro e polonês, na área de defesa, seja pessoalmente, por telefone ou vai eletrônica.

14) Números de demandas atendidas, pelo posto, sobre temas de defesa, submetidas pela secretaria de Estado das Relações Exteriores.

15) Apoio da Polônia à associação do Brasil como "Parceiro Global da OTAN" (*NATO Global Partner*).

16) Número de ações realizadas em conjunto com leitores brasileiros na Polônia, de produção de material com a variante brasileira do português e de gestões para o credenciamento de instituições brasileiras para aplicação do CELPE-Brasil durante a gestão.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Estudar o impacto de programas poloneses de redistribuição de renda (como o "500 +", que assegura o pagamento de bolsa mensal de PLN 500, ou cerca de US$ 130, por

criança ou adolescente menor de 18 anos) em indicadores de crescimento vegetativo, redução da pobreza e das desigualdades no país

a) promover encontro entre o "Ministério da Família, do Trabalho e das Políticas Sociais" da Polônia e os Ministérios da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para apresentação e discussão de resultados de programas, temporários ou permanentes, de inclusão social, geração de emprego e transferência de renda;

b) promover intercâmbio de informações, experiências e indicadores de redução da pobreza e inclusão social, entre Brasil e Polônia.

2. Fortalecer negociações brasileiras com a Polônia, conforme princípios de diplomacia da saúde, com vistas ao intercâmbio de informações, boas práticas, programas e campanhas para prevenção e combate a epidemias, mormente a da COVID-19. Cooperação com a Polônia para prestação de assistência humanitária a terceiros países, de menor desenvolvimento relativo, nas áreas de saúde, abastecimento e meio ambiente

3. Fortalecer e promover o diálogo e a cooperação com a Polônia na temática de direitos humanos, tendo em vista especialmente o mandato polonês no Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas

a) continuar a defender, junto ao governo polonês, as posições brasileiras em discussões relacionadas aos direitos humanos;

b) acompanhar o seguimento, pela Polônia, da temática de direitos humanos;

c) promover a cooperação e a aproximação de posições em foros internacionais, notadamente nas Nações Unidas, sobre a temática de direitos humanos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 3

1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico.

2) Número de projetos e inciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e para o combate às desigualdades.

3) Número de contatos com autoridades polonesas da área de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.

4) Número de reuniões, gestões e outras ações na área de direitos humanos.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Intensificar o contato com a comunidade brasileira na Polônia, com vistas especialmente às celebrações dos 200 anos da independência do Brasil, em 2022, e o alistamento para as eleições gerais de 2022

a) aprimorar, atualizar e digitalizar banco de dados sobre a comunidade brasileira na Polônia, de modo a melhor compreender seu perfil e necessidades e melhor orientar a prestação dos serviços consulares correspondentes;

b) promover e fortalecer a atuação de consulados honorários na Polônia (Wrocław, Cracóvia, Lublin e Gdansk), de modo a facilitar o apoio à comunidade residente naquelas jurisdições, além de promover a realização de negócios e eventos culturais brasileiros;

c) acompanhar a atuação dos consulados honorários brasileiros na Polônia e fortalecer contato com canais de apoio, tais como igrejas, universidades, academia e câmaras empresariais, a partir do setor consular da embaixada em Varsóvia e com apoio daquelas repartições;

d) desenvolver ou manter diálogo com representações da comunidade brasileira na Polônia, inclusive por meio de plataformas digitais;

e) ampliar a difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, seja por meio das redes sociais da embaixada, seja pelo portal consular do Itamaraty, ou ainda no âmbito de eventos culturais brasileiros e de campanhas de promoção do turismo brasileiro na Polônia;

f) promover contínua interlocução e interação entre os consulados honorários e a embaixada, de modo a facilitar o atendimento a demandas da comunidade brasileira em suas respectivas jurisdições;

g) apoiar os trabalhos do Conselho de Cidadania da Polônia.

2. Promover o diálogo consular com a Chancelaria polonesa com vistas a solucionar eventuais problemas migratórios e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros, temporários e permanentes

3. Prestar atendimento consular eficiente e de qualidade, inclusive por meio do sistema *e-Consular*

a) promover a realização de cursos de formação para funcionários do setor consular da embaixada em Varsóvia, de modo a possibilitar melhor atendimento aos consulentes e intensificar os contatos com a comunidade brasileira no posto;

b) promover o aprimoramento e a boa utilização dos sistemas eletrônicos consulares (sistema “E-Consular”).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 3

1) Índice de elogios e reclamações do consulente (nº de reclamações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano, por meio de canal de ouvidoria / nº de manifestações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano anterior por meio de canal de ouvidoria) x 100.

2) Duração do atendimento no guichê - somatório do tempo total de atendimento em guichês / total de chamadas para atendimento. Números de atendimentos telefônicos.

3) Número de reuniões com a chancelaria polonesa sobre assuntos consulares e apoio à comunidade brasileira na Polônia.

4) Registro de tempo de espera para atendimento do consulente.

5) Número de atendimentos e de ações de iniciativa dos Consulados Honorários brasileiros na Polônia.

6) Número de reuniões e de atividades realizadas pelo Conselho de Cidadania do Brasil na Polônia, com o apoio da Embaixada.

EMBAIXADA DO BRASIL EM VARSÓVIA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (nov/2018 - nov/2021):

Introdução

2. A Polônia é uma República parlamentarista, com uma Assembleia Nacional bicameral, composta pelo Senado, sua câmara alta, e o parlamento propriamente dito, o "Sejm", câmara baixa. Conforme o censo mais recente, de 2019, conta com 38,3 milhões de habitantes, sendo o sexto maior país europeu, com área de 312.685 km2. É país de população amplamente católica, com cerca de 91% de seus habitantes que declaradamente professam a religião.

3. Desde novembro de 2015 vem sendo governado pela coalizão "Direita Unida", que reúne atualmente cinco partidos ou agremiações, liderada pelo "Lei e Justiça" ("Prawo i Sprawiedliwosc" - PiS). O país adota o sistema semipresidencialista de governo, com a chefia de Estado cabendo ao Presidente Andrzej Duda e, a de governo, ao Primeiro-Ministro Mateusz Morawiecki, ambos do PiS.

4. Em 2020, a Polônia contou com PIB per capita de US$ 34.459, nominal de US$ 596 bilhões e de US$ 1,2 trilhão, medido pelo critério de poder de paridade de compra (PPP). No contexto da crise sanitária global do covid-19, sua economia recuou 2,7% em, 2020, após vir crescendo sustentadamente ao longo da segunda metade da década passada, com índice médio anual de 5%, desde 2017. Seu índice de desenvolvimento humano é de 0,880, ocupando a 35ª posição entre 189 países aferidos.

5. Aspecto do relacionamento bilateral com o Brasil o qual caberia destacar, a Polônia conta, no País, com seu segundo ou terceiro maior contingente migratório em todo o mundo (primeira geração e descendentes), após a região de Chicago, EUA, e, talvez, a Alemanha. Essa notável presença nacional polonesa no País é sempre lembrada, pelas autoridades polonesas, como fator que avulta a importância do Brasil no quadro das relações políticas e culturais bilaterais e da política externa polonesa de modo geral.

Inserção da Polônia na UE e no mundo: política externa

6. O fulcro da política externa da Polônia têm sido as questões de defesa e segurança nacionais. O receio de um possível expansionismo russo situa-se no cerne dos cálculos políticos poloneses para a Europa centro-oriental. Nesse sentido, as relações Polônia-Rússia têm sido tradicionalmente marcadas por grande desconfiança por parte de Varsóvia, a qual, cabe frisar, é compartilhada por quase todos os atores do espectro político do país, tanto na base governista, quanto na oposição, e envolvendo aspectos e considerações, tanto de índole histórica, quanto mais contemporâneos.

7. Os poloneses consideram as ações russas na Ucrânia (anexação da Península da Criméia e conflito no leste do país) e na Geórgia (reconhecimento da independência da Abcásia e da Ossétia do Sul) como fatores desestabilizadores e ameaçadores da soberania e da integridade territorial polonesas. Também consideram os russos como responsáveis por uma "guerra híbrida" contra adversários da região centro-oriental e, notadamente, Varsóvia, ataques que se consubstanciariam em campanhas de desinformação; invasão de sistemas digitais; perseguição de opositores do regime russo no exterior; e manipulação de movimentos migratórios irregulares na direção da fronteira leste da União Europeia – com as plenas participação e conivência da vizinha Belarus.

8. Para tentar conter tais possíveis ações expansionistas e hostis russas e reforçar sua proteção, a Polônia adota estratégia político-militar de três pilares fundamentais: i) reforço da própria capacidade de defesa, por meio da ampliação dos gastos militares; ii) engajamento da OTAN; e iii) aliança militar e de segurança com os EUA.

9. A Polônia tem meta de ampliar gradualmente seu gasto com defesa até alcançar 2,5% do PIB. Hoje, os gastos militares situam-se um pouco acima de 2%, o que já a posiciona, juntamente com Bulgária, EUA, Estônia, Grécia e Reino Unido, como os membros da OTAN que mais investem nesse setor. O país tem anunciado importantes aquisições de materiais bélicos, que poderão corresponder a elementos de dissuasão contra possíveis ações russas: 32 caças F35, ao custo de US$ 4 bilhões (2020), e 250 tanques M1A2 Abrams, por US$ 6 bilhões (2021), além do anúncio da instalação de nova base norte-americana antimísseis nas cercanias do Mar Báltico. Trata-se, nos dois primeiros casos, de equipamentos norte-americanos de última geração, que poderiam enfrentar os russos mais modernos, como os caças SU-35s, SU-57 e tanques T-14 Armata.

10. A Polônia promove, dessa forma, o reforço das capacidades militares, logísticas e de inteligência da OTAN em seu chamado "flanco oriental" (países fronteiriços com a Rússia), assim como política de "portas abertas" da OTAN, postulando o ingresso na Organização de novos membros da região, tais como Ucrânia e Geórgia.

11. Mesmo diante de um relativo esfriamento inicial das relações bilaterais com os EUA, em relação aos tempos do presidente Donald Trump à frente da Casa Branca, a Polônia tem mantido robusta aliança estratégica com aquele país. O governo polonês continua a considerar os EUA como seu principal aliado extraeuropeu, essencial para sua segurança, espécie de "garante" da soberania deste país após a queda do regime socialista, notadamente contra a propalada ameaça russa. A Polônia tem sido, nesse quadro, um dos principais defensores de boas relações no eixo transatlântico. O incremento da presença militar americana neste país, em 2020; o copatrocínio, com os EUA, de Reunião Ministerial para Promover Futuro de Paz e Segurança no Oriente Médio (2019); e a aludida aquisição recente de US$ 10 bilhões em equipamentos militares norte-americanos, nos próximos anos, demonstram os esforços poloneses de reforçar a parceria e a cooperação transatlântica em defesa.

12. A Polônia busca, também, o auxílio norte-americano para assegurar sua segurança energética; para diminuir sua dependência do carvão como fonte energética primária; e para evitar a utilização do gás proveniente da Rússia. Buscando esses objetivos, fechou contrato de longo prazo para aquisição de gás liquefeito de petróleo com companhia dos EUA e assinou acordo com aquele país para desenvolver sua primeira usina nuclear. Os norte-americanos, de sua parte, comprometeram-

se, em 2020, a investir US$ 1 bilhão em projetos de infraestrutura no âmbito da "Iniciativa dos Três Mares", cujos projetos principais vêm sendo capitaneados pela Polônia.

13. O relacionamento bilateral da Polônia com os países da América do Sul tem sido positivo e construtivo, estando, no entanto, bastante aquém do potencial que interessaria à Polônia e aos países do continente de modo geral. A última visita de um chefe de estado ou de governo polonês à região ocorreu em maio de 2008. Naquela ocasião, o então primeiro-ministro Donald Tusk visitou o Chile e o Peru e participou da Cúpula ALC-UE, em Lima. Como nota de destaque da política externa polonesa para a América do Sul, este país tem condenado veementemente o regime de Nicolás Maduro na Venezuela, manifestando-se, nesse particular, na maioria das vezes, em estreita sintonia com as posições e declarações da UE sobre a situação venezuelana.

14.E m que pese a prioridade conferida ao eixo euro-atlântico, a política externa polonesa tem buscado revalorizar, desde 2012, as relações com as potências emergentes, notadamente na área econômico-comercial e particularmente com Brasil (a ser objeto de item específico mais abaixo), China e Índia.

15. Em relação aos temas regionais, a Polônia busca exercer papel de liderança, sobretudo no seu entorno imediato na Europa Central e do Leste. Para isso, atua tanto isoladamente, quanto em coordenação com os demais membros do Grupo de Visegrado (V4, constituído por Eslováquia, Hungria, Polônia e República Tcheca). O sucesso desse esforço e dessa estratégia pode ser aferido pelos seguintes resultados: i) êxito da aludida "Iniciativa dos Três Mares", cujo objetivo, conforme mencionado, é o de melhorar a infraestrutura de transporte, energia e novas tecnologias na Europa Central e do Leste. Dois entre os projetos mais relevantes no âmbito da Iniciativa são a "Via Carpatia", autoestrada que deverá atravessar toda a região, conectando a Lituânia à Grécia, e a construção de infraestrutura de gás natural liquefeito, com gasodutos conectados a terminais marítimos na Polônia e na Croácia; ii) compromisso de Alemanha, França e Polônia de revigorar o "Triângulo de Weimar", após o Brexit, a partir de 2016; e iii) estabelecimento de novos foros de coordenação e concertação, tais como o Triângulo de Lublin (Lituânia, Polônia e Ucrânia), em 2020.

16. A Polônia é entusiasta defensora da aproximação entre a União Europeia e os países que então se situavam na órbita da antiga União Soviética. Nesse sentido, incentiva e participa de iniciativas a cargo de mecanismos de concertação como a "Parceria para o Leste" (Armênia, Azerbaijão, Belarus [suspensa], Geórgia, Moldova e Ucrânia) e nos Bálcãs Orientais (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia, além do Kosovo).

17. Em anos recentes, a Polônia tem criticado certas políticas comunitárias da UE, com o atual governo advogando que instituições e aspectos da legislação europeia seriam complementares e subsidiários ao Estado nacional polonês – que tem invocado princípios de nacionalismo, soberania e autodeterminação em diversos momentos de seu relacionamento com Bruxelas. Acusa, por exemplo, instituições da UE de extrapolarem poderes a elas concedidos pelos tratados constitutivos. A Comissão Europeia, e a maior parte dos países da região, por sua vez, criticam o atual governo polonês em razão de políticas e medidas como: i) recusar-se a receber solicitantes de asilo durante a crise migratória de 2015; ii) ser o único país da UE a não se comprometer nacionalmente com a meta de "neutralidade climática" até 2050; iii) implementar políticas

consideradas discriminatórias de pessoas LGBTI (ainda que tais políticas tenham sido amplamente revertidas nos âmbitos "estadual" e municipal); iv) "romper" com o Estado de Direito, em razão das reformas do judiciário que alegadamente reduziriam a independência daquele poder; v) descumprir determinações do Tribunal de Justiça da UE (notadamente nos casos dos procedimentos relativos ao regime disciplinar do judiciário polonês e à disputa bilateral com a República Tcheca relativa à mina carbonífera de Turów); e vi) subverter os "fundamentos da União Europeia", devido à decisão recente do Tribunal Constitucional polonês, que considerou que a Constituição nacional polonesa teria primazia sobre os Tratados constitutivos da União. A mencionada decisão do Tribunal Constitucional – prolatada em 7 de outubro de 2021, em resposta a consulta formulada pelo primeiro-ministro Mateusz Morawiecki – desencadeou o que pode ser considerada a mais grave crise da Polônia com a UE em toda a história.

18. No que tange à atuação polonesa em foros globais, cabe notar que o discurso soberanista no âmbito regional não restringe a importância conferida pela Polônia à concertação multilateral e plurilateral. O país busca valorizar a atuação de organizações internacionais e defender soluções negociadas multilateralmente. Destacam-se nessa seara, a realização da cúpula da OTAN em Varsóvia, em julho de 2016; a eleição para assento não-permanente no CSNU (biênio 2018-2019); a organização da 24ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças do Clima (COP 24) em Katowice, em dezembro de 2018; a realização da Conferência Ministerial sobre Oriente Médio em Varsóvia, em fevereiro de 2019; e a realização do Fórum de Governança da Internet das Nações Unidas (IGF 2021), em Katowice, em dezembro de 2021.

Política interna

19. O titular da embaixada iniciou sua gestão, em novembro de 2018, em meio a mudanças marcantes na política interna polonesa. A eleição do presidente Andrzej Duda, em julho de 2015, e a formação do governo pelo PiS, após sua vitória nas eleições parlamentares de 2018, trouxeram mudanças significativas para a administração do país, tanto no âmbito interno, quanto no externo.

20. Naquelas eleições de 2015, o PiS tornou-se o primeiro partido, desde 1991, a formar maioria para governar sozinho, conquistando 235 cadeiras de um total de 460 no "Sejm" (a câmara baixa – e mais importante – do parlamento). Nas últimas eleições parlamentares, em outubro de 2019, o PiS obteve, novamente 235 cadeiras. A coalizão governista "Direita Unida" recebeu, como um todo, 43,59% dos votos (dos quais 35,29% correspondiam a sufrágios diretamente ao PiS), contra 27,4% da segunda colocada, a Coalizão Cívica (KO, liderada pela Plataforma Cívica/PO), de perfil mais liberal ou social-democrata. No Senado, contudo, o PiS perdeu em 2019 a maioria conquistada em 2015, passando então a contar com 48 cadeiras, do total de cem (contra 61 em 2015).

21. Ainda que o partido tenha perdido o controle do Senado, a ampla margem de vitória para o "Sejm" pode ser atribuída ao cenário econômico positivo que aliava, até 2019, crescimento (5,1%) e baixo desemprego (3,3%). Pode-se afirmar, assim, que parcela significativa da população, sobretudo aquela residente em vilas e vilarejos, bastiões do PiS, está satisfeita com a atual gestão. Tal parcela identificar-se-ia com a defesa do nacionalismo e de uma identidade polonesa que teria como valores o cultivo da "família tradicional" e da religião católica. Mencione-se ainda, como fator de popularidade do PiS e da "Direita Unida", a instituição de programa de auxílio-natalidade

pelo governo atual, intitulado "500+", que consiste em transferência de renda mensal de PLN (carca de US$ 130) às famílias, a partir do segundo filho, independentemente do seu nível de rendimentos. Para as famílias de baixa renda, contudo, o auxílio é concedido já a partir do primeiro filho.

22. Ainda que tenha alcançado a reeleição, a plataforma política do governo tem gerado série de controvérsias neste país, sobretudo nos grandes centros urbanos, onde a liderança do PiS é mais frágil. Entre os temas que geraram mais controvérsia poderiam se destacar as reformas do Judiciário, novas restrições ao aborto e as disputas com a União Europeia (UE) decorrentes de tais temas e políticas.

23. As reformas no poder judiciário foram justificadas pelo PiS com a alegação que uma das falhas da transição para a democracia, em 1989, foi não ter realizado necessários ajustes no setor. Para o partido, as cortes seriam politizadas, ineficazes e corruptas, com juízes perpetuando-se em suas funções desde os tempos do comunismo. As medidas adotadas pelo governo buscariam trazer "maior responsabilização ao Judiciário" e aproximá-lo do Parlamento e da Presidência da República (instituições democraticamente eleitas), o que estaria em consonância com o espírito democrático e com as práticas de diversos países europeus – conforme preconiza a justificativa oficial. O líder do PiS, Jaroslaw Kaczynski (irmão gêmeo do ex-Presidente polonês Lech Kaczynski, morto em desastre aéreo, quando exercia a presidência, na cidade russa de Smolensk, em abril de 2010), propugnou, nesse sentido, que "sem uma profunda reforma seria difícil consertar o país", já que os tribunais seriam "a última barreira, o último nível de tomada de decisão em diversos casos".

24. Os críticos argumentam, contudo, que o PiS estaria minando a autonomia do poder judiciário. Segundo eles, desde outubro de 2015, certas ações do governo teriam por objetivo buscar o controle de tribunais pelo executivo e pelas forças governistas, quais sejam:

i) indicou juízes para o Tribunal Constitucional em alegada violação de regras constitucionais;
ii) reduziu a idade de aposentadoria de juízes;
iii) criou e indicou magistrados em câmara especial da Suprema Corte responsável por disciplinar juízes, inclusive em razão do teor de suas decisões;
iv) alterou a composição do Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo processo de designação de juízes;
v) aprovou lei que impede juízes de se pronunciarem quanto à juridicidade das nomeações de magistrados a cargo do Presidente da República; e
vi) mais recentemente, consultou o Tribunal Constitucional questionando a primazia das Constituição polonesa sobre os Tratados constitutivos da UE.

25. Também mais recentemente, em agosto de 2021, disputas entre a ala mais liberal e pró-europeia da "Direita Unida" e partidários mais nacionalistas e conservadores levaram à exclusão da coalizão governista do partido "Porozumienie" (Acordo), liderado pelo então ministro do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Tecnologia, Jaroslaw Gowin. O ex-ministro vinha buscando diferenciar-se do restante do governo ao defender posições mais pró-europeias e liberais. O ponto de ruptura deu-se com críticas do Porozumienie ao novo programa de governo e ao pacote de incentivo econômico-social para o "pós-pandemia". Tal ruptura acarretou, ao menos nominalmente, que o

governo perdesse a maioria no Sejm, já que a "Direita Unida" passou a contar com apenas 228 cadeiras, das 460 da Câmara Baixa. O líder do PiS, Jaroslaw Kaczynski, conseguiu, contudo, articular nova aliança informal com o pequeno partido "Kukiz'15" e, juntamente com outros deputados independentes, passou a obter apoio e maioria em pautas de maior interesse para a coalizão majoritária.

26. Ainda que tenha enfrentado reveses, o PiS continua sendo o líder em sondagens eleitorais. Caso fossem convocadas eleições antecipadas (o que é improvável no cenário político atual), o partido alcançaria cerca de 35% dos votos, contra cerca de 25% da PO. Observa-se, contudo, ligeira queda nas intenções de voto no partido governista em relação ao último pleito, assim como o crescimento do PO. Este foi observado desde o retorno do ex-primeiro-ministro Donald Tusk à política nacional, em julho deste ano, da qual estava afastado desde o fim de seu mandato como presidente do Conselho Europeu (2014-2019).

Economia

27. A embaixada elaborou regularmente relatórios sobre a atividade econômica na Polônia, notadamente dados relativos a comércio exterior e investimentos, com vistas ainda a identificar oportunidades para produtos, serviços e investimentos brasileiros neste país.

28. A economia polonesa tem apresentado trajetória de crescimento sustentado desde os anos 1990, a partir de seu processo de transição para a economia de mercado, expandindo-se, desde então, à taxa média de 4% ao ano. Houve, porém, recessão em 2020, devido aos efeitos da pandemia da covid-19, quando o PIB se retraiu em 2.7%. Cabe registrar, todavia, que a atividade econômica neste país foi bem menos afetada, em 2020, do que a média dos países membros da UE e da zona do euro, cujo PIB se contraiu em 6.1% e 6.6%, respectivamente, no ano passado.

29.Tal desempenho reflete os bons fundamentos da economia polonesa que, a partir de estabilidade macroeconômica observada desde que passou a adotar práticas de livre-mercado. Desde sua adesão à União Europeia, em 2004, o país logrou atravessar de forma relativamente incólume graves crises financeiras, como a global de 2008 e a do euro de 2011 – assim como a desestruturação econômico-produtiva global e dos mercados causada pela pandemia da covid-19.

30.Em 2021, espera-se que a economia cresça 5,3% (4,9%, em 2022). O PIB per capita do país, por paridade de poder de compra, tem-se aproximado, conforme aludido no início deste relatório, daquele dos seus pares ocidentais (US$ 34.459, em 2020), ultrapassando países como Portugal e Grécia e elevando-se, assim, à condição de país de renda alta, com uma classe média em franca ascensão em termos de poder aquisitivo. O país tem-se beneficiado, além do mais, da condição de receptor líquido de fundos europeus, ao mesmo tempo em que tem mantido sólidos fundamentos macroeconômicos, sem descurar de investimentos em setores como infraestrutura, educação e inovação. Como resultado, a Polônia tornou-se importante destino de fluxos de investimentos estrangeiros diretos, não apenas oriundos de seus pares na UE, mas também de países como EUA, Coreia do Sul e Japão, incentivados ainda pela posição geográfica central polonesa no continente europeu e pelos custos competitivos de sua mão de obra qualificada.

31. Desde 2015, com a chegada ao poder do PiS e da Direita Unida, o governo tem incrementado os gastos com políticas sociais redistributivas e de incentivo demográfico, cujo carro-chefe tem sido, tal como mencionado na seção sobre Política Interna acima, o programa "Família 500+". Tem também concedido elevações do salário mínimo e reduzido a idade mínima de aposentadoria. Medidas de estímulo como tais têm reduzido desigualdades e impulsionado o consumo privado, com efeitos positivos sobre a economia. Tais despesas do governo têm, em boa medida, sido compensadas, sob a ótica do equilíbrio macroeconômico, pelo volume significativo de recursos oriundos da UE, ao mesmo tempo em que mantém as contas públicas sob controle. Em 2019, o déficit fiscal foi de apenas 0,7% do PIB.

32. No contexto da crise econômica decorrente da pandemia do covid-19, o governo recorreu a política fiscal ainda mais expansionista, editando medidas de apoio aos setores mais afetados, tais como concessão de subsídios para pequenas empresas, cofinanciamento público do pagamento de salários e renúncia temporária a tributos patronais. Se, por um lado, tal cenário elevou o déficit público a 7% do PIB, em 2020 (devendo manter-se nesse patamar em 2021), por outro contribuiu para evitar que o desemprego atingisse níveis muito elevados. Em 2020, a taxa de desocupação foi de 5,9%, devendo assim manter-se em 2021, convergindo progressivamente para 5%, até 2025. Em razão da crise pandêmica, a política monetária do banco central polonês também tem sido expansionista, seja por meio da redução da taxa de juros de referência, de 1,5% para 0,1%, seja pela adoção de programa de afrouxamento monetário quantitativo ("quantitative easing" - QE), que permitiu a expansão dos ativos daquele banco em 40%. Já a taxa inflação na Polônia deve situar-se em 4.1%, em 2021, após ter sido de 3.4%, em 2020, e de 2,3%, em 2019.

33. Estima-se que o déficit fiscal do governo começará a ceder a partir de 2022, caindo para 4,2% (reduzindo-se a 2%, até 2025), uma vez que as medidas de enfrentamento da crise deverão encerrar-se e as despesas extras com o sistema de saúde também deverão ser reduzidas no cenário pós-pandemia. A Polônia conta com recursos da UE da ordem de EUR 23,.9 bilhões, além de EUR 75 bilhões extras, em fundos estruturantes. Tais repasses vêm sendo questionados, no entanto, no âmbito da própria UE, pelas questões políticas comunitárias alusivas ao "Estado de direito" na Polônia e ao "mecanismo de condicionalidades", tal como observado no item "Política Externa" acima.

34. No que se refere ao comércio exterior, as exportações polonesas mostraram-se competitivas e diversificadas no contexto da pandemia, recuando apenas 0,3% em 2020, em termos anuais. Tal desempenho relativamente positivo deve-se, principalmente, à produção manufatureira polonesa, permitindo que o impacto negativo da pandemia sobre as exportações da indústria automobilística, por exemplo, fosse amenizado pelas vendas de produtos não tão afetados ou mesmo sujeitos a aumento de demanda, tais como farmacêuticos, nicotínicos, alimentícios e de vestuário, além de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, eletroeletrônicos e móveis). O país encontra-se, além disso, inserido em cadeias globais de produção ligadas ao setor da eletromobilidade, que ganhou impulso durante a pandemia, fortalecendo, assim, a posição polonesa de fabricante e exportadora de ônibus elétricos e baterias de lítio.

35. Em 2021, as exportações de bens e produtos têm seguido trajetória ascendente, acompanhadas, desta feita, de aumento também das importações nesse setor, dada a retomada da demanda interna, reduzindo, portanto, o saldo da balança comercial que, apesar disso, se mantém positivo. Em 2020,

o saldo no setor de bens foi de US$ 14,3 bilhões, ao passo que, em 2021, estima-se que será de cerca de US$ 10 bilhões. No que tange à balança comercial de serviços, a Polônia também possui saldo superavitário, que se tem expandido a despeito dos efeitos da pandemia. Em 2019, ele fora de US$ 26,47 bilhões; em 2020, US$ 26,87 bilhões; e, em 2021, esperam-se US$ 29,31 bilhões. Os principais serviços exportados pela Polônia são os relacionados a transportes, indústria manufatureira e outros profissionais (principalmente os ligados a marketing, engenharia, arquitetura e técnicos). Tanto no comércio de bens quanto no de serviços, o principal parceiro da Polônia é a Alemanha, com expressiva vantagem frente aos demais, reflexo da profunda integração de suas cadeias produtivas.

36. Quanto à atração de investimento estrangeiro direto (IED), por seu turno, a Polônia manteve sua atratividade mesmo no cenário pandêmico, atraindo volume expressivo de IED, sobretudo nos setores automotivo, financeiro, de comércio varejista e TI. Em 2020, o país foi o destino de um quarto do total do fluxo de investimentos estrangeiros na Europa centro-oriental, recebendo US$ 13,8 bilhões, acima do valor registrado em 2019 (US$ 10,8 bilhões), oriundos principalmente dos Países Baixos, Luxemburgo e Alemanha. Do Brasil, naquele ano, partiram investimentos da ordem de US$ 7,5 milhões, principal emissor latino-americano de IED para a Polônia, seguido pelo México (US$ 5,2 milhões).

Relações bilaterais

Aproximação e cooperação política

37. O relacionamento bilateral passa por momento de especiais afinidade e aproximação desde a posse do presidente Jair Bolsonaro, em 2019. Os governos brasileiro e polonês autodefinem-se como conservadores e compartilham percepções afins sobre o tratamento de diversos temas da agenda internacional, tais como migrações, liberdade religiosa, proteção à família, defesa da democracia e do livre-mercado, entre diversos outros.

38. Essa afinidade e aproximação têm-se expressado na intensificação de encontros bilaterais de alto nível, a partir de janeiro de 2019, os quais relaciono, em ordem cronológica:

i) comparecimento do chanceler Jacek Czaputowicz à posse do presidente Bolsonaro (janeiro/19);
ii) encontro entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente Andrzej Duda à margem do Fórum Econômico Mundial de Davos (janeiro/19);
iii) visita ao Brasil do ministro-chefe da Presidência, Krzysztof Szczerski (abril/2019);
iv) visita do ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo para participar da Conferência sobre Oriente Médio, em Varsóvia (fevereiro/19);
v) visita bilateral do ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo à Varsóvia (maio/19);
vi) consultas políticas lideradas pelo Secretário de Negociações Bilaterais para Oriente Médio, Europa e África (agosto/19);
vii) participação do chanceler Jacek Czaputowicz em reunião de consultas políticas em Brasília e na abertura do GT sobre Assuntos Humanitários, no âmbito do Processo de Varsóvia (fevereiro/2020);
viii) videoconferência por ocasião do bicentenário das relações diplomáticas (maio/2020);
ix) encontro presidencial à margem da 76a AGNU (setembro/2021); e

x) Visita do Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, a Varsóvia (novembro de 2021).

39. Como demonstração do destaque que a Polônia tem conferido ao Brasil em sua agenda internacional, recordo, ainda, a presença do ex-chanceler Czaputowicz à última cerimônia presencial de comemorações do Dia da Independência, antes do advento da pandemia de covid-19, realizada pela embaixada em 7 de setembro de 2019. Tal importância conferida ao Brasil já foi expressamente vocalizada ao titular do posto por seus interlocutores na chancelaria local. Em um desses encontros, foi-lhe dito que, fora do contexto europeu e após os EUA, o Brasil seria o parceiro mais importante da Polônia. "Mais prioritário mesmo do que a China", conforme acrescentou esse interlocutor.

40. A atual aproximação dos governos possibilitou inédito nível de cooperação no âmbito de foros multilaterais em temas de interesse comum. Brasil e Polônia, junto a outros parceiros como os EUA, cooperaram ativamente para o estabelecimento e fortalecimento de iniciativas como a Parceria para as Famílias; a Aliança Internacional pela Liberdade de Religião ou Crença; o Grupo de Amigos das Vítimas de Violência baseada em Religião ou Crença; e a Declaração de Genebra para a promoção da saúde da mulher e o fortalecimento da família. O muito bom entendimento facilitou ainda a troca de apoios mútuos para candidaturas de ambos os países em diversos organismos internacionais – com destaque, "inter alia" para o apoio polonês à candidatura brasileira para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), biênio 2022-2023.

41. No que toca aos atos internacionais bilaterais, ambos os países negociam uma série de acordos com o objetivo de adensar seu marco normativo e ampliar a cooperação. Tais acordos e memorandos envolvem os mais diversos campos de atuação, a saber:

i) Acordo para Evitar a Dupla Tributação;
ii) Acordo de Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada;
iii) Acordo sobre Previdência Social;
iv) Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Segurança Cibernética;
v) Programa Executivo de Cooperação Cultural;
vi) Acordo de cooperação na área cinematográfica e de coprodução audiovisual;
vii) Acordo Férias-Trabalho; e
viii) Acordo na área de esportes.

42. O contexto de ampliação dos gastos militares da Polônia e de aproximação do Brasil da OTAN suscita, ainda, oportunidades de cooperação entre os dois países na área de defesa - tanto no nível político quanto comercial, de expansão e desenvolvimento tecnológico das respectivas bases industriais de defesa. Destaque-se, ainda, a presença da Embraer no setor aeroespacial polonês: sendo a fornecedora de metade dos jatos comerciais da empresa aérea polonesa LOT, a fabricante brasileira posiciona-se ainda para vendas futuras de aeronaves militares a este país, especificamente o cargueiro KC-390.

Relações econômico-comerciais bilaterais

43.O Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina, em termos de fluxo total de comércio de bens (exportações e importações), apesar de o México ter ultrapassado o Brasil, desde 2015, como principal destino das exportações polonesas. Já as importações polonesas de produtos brasileiros superam a de bens mexicanos em escala marcadamente superior. O Brasil possui tradicionalmente saldo superavitário com a Polônia, ao passo que o México apresenta, em muitos casos, déficit em suas trocas comerciais de bens com os poloneses. A título de comparação, registre-se que, em 2020, segundo dados oficiais poloneses, a corrente total de comércio da Polônia com o México foi de US$ 1,5 bilhão (déficit mexicano de US$ 113 milhões), ao passo que com o Brasil o fluxo foi de US$ 1,7 bilhão (com superávit brasileiro de US$ 970 milhões).

44. Os principais bens de exportação brasileiros para a Polônia são produtos primários, com destaque para minério de cobre e farelo de soja. Não obstante, constam daquela pauta alguns produtos industrializados, como máquinas mecânicas, sobretudo motores, e bens de elevado valor agregado, como os mencionados aviões da Embraer. Já as importações brasileiras de produtos poloneses consistem mormente de bens industriais, como medicamentos, autopeças, máquinas mecânicas e móveis.

45. Tem-se verificado, a partir de 2018, significativo adensamento das relações Brasil-Polônia em termos de comércio. Naquele ano, o fluxo comercial bilateral de bens cresceu de forma pronunciada em relação a 2017, alcançando, segundo as estatísticas brasileiras, o patamar de US$ 1,56 bilhão (em 2017, o fluxo total havia sido de US$ 1,19 bilhão). O saldo comercial em 2018 foi superavitário para o Brasil em US$ 204 milhões, impulsionado pelas exportações de aeronaves comerciais da Embraer, bem como de farelo de soja (que decuplicaram de valor naquele ano).

46. O montante do fluxo bilateral registrado em 2019 foi muito similar ao de 2018, incluindo, novamente, valores significativos de vendas tanto de aeronaves quanto de farelo de soja brasileiros. Já em 2020, mesmo no contexto da pandemia, as trocas comercias mantiveram-se aproximadamente no mesmo patamar, com retração de apenas 4,6%, alcançando a cifra de US$ 1,44 bilhão. Cabe destacar não ter havido vendas de aeronaves brasileiras em 2020, devido ao grande impacto da pandemia de covid-19 no setor aéreo internacional como um todo.

47. A despeito da sinalização, nos anos recentes, de incremento da corrente de comércio bilateral, a participação relativa da Polônia no comércio exterior brasileiro de bens continua sendo relativamente diminuta. Em 2020, a Polônia foi destino de 0,40% das exportações brasileiras e a origem de 0,39% de nossas importações. Dadas as dimensões de ambas as economias, avalia-se haver espaço para ampliação, tanto do volume, quando do escopo, das trocas comerciais de bens entre os dois países.

48. No que toca à balança de serviços, diferentemente do intercâmbio de bens, o Brasil é deficitário no comércio com a Polônia. Em 2019, esse déficit foi da ordem de US$ 32,3 milhões (no mesmo ano, a título de referência, o superávit brasileiro no comércio de bens foi de US$ 188,9 milhões). A participação brasileira na corrente total de comércio de serviços da Polônia é bem reduzida. O fornecimento de serviços brasileiros para a Polônia correspondeu apenas a 0,06% do total de serviços adquiridos externamente por aquele país em 2019. A aquisição de serviços poloneses pelo Brasil, por seu turno, representou apenas 0,08% do total dos serviços prestados pela Polônia no mercado mundial.

49. Particularmente no que tange ao setor do agronegócio, a embaixada tem promovido a participação de compradores brasileiros em rodadas de negócios, em parceria com a Apex-Brasil, em diversos setores, como os de vinhos, algodão, alimentos orgânicos, cafés especiais, castanhas e nozes. Em 2019, os compradores poloneses participaram, presencialmente, das feiras brasileiras "Francal" (calçados) e "Wine South America" (vinhos), bem como de rodadas com representantes brasileiros da indústria de "design" de móveis. Nos anos seguintes, empresas polonesas participaram dos seguintes projetos compradores, em formato virtual: "Wood Products" (2020), "Brazilian Nuts" (2021) e "Natural, Organic & Healthy Foods" (2021). O posto tem organizado eventos e desenvolvido ações com foco na disseminação de informações relacionadas à prática de negócios no Brasil, como questões jurídicas e tributárias, de modo a reduzir o hiato de conhecimento do mercado brasileiro, de parte de significativa parcela do empresariado polonês - notadamente no âmbito do "Brazil Investment Forum" - BIF. Em 2019, um desses seminários foi organizado em Bydgoszcz, capital da região ("voivodia") de Cujávia-Pomerânia, no centro-norte da Polônia, em parceria com a Câmara de Comércio Polônia-Portugal (CCPP). Já em 2020 foram organizados dois eventos virtuais com esse mesmo perfil: o primeiro em parceria com a empresa "Targ Kielce", da capital da "Voivodia" de Santa Cruz (centro-sul); o segundo, juntamente com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) e com a CCPP, voltado para empresas polonesas de modo geral.

50. Tem-se buscado promover, igualmente, o setor de turismo brasileiro neste país. Com esse intuito, funcionárias do setor de promoção comercial do posto participaram, em novembro de 2021, de oficinas de trabalho, na capital Varsóvia e em Cracóvia (segunda maior cidade polonesa), com agentes e operadores de turismo locais, com o objetivo de promover o Brasil como destino turístico, bem como incentivar a formação de parcerias entre empresas e entidades do setor de turismo de ambos os países.

51. Para além do comércio de bens e serviços, o empresariado polonês tem demonstrado interesse crescente em investir no Brasil. Nos últimos anos, registraram-se significativos investimentos diretos no País de empresas polonesas de diversos setores, tais como químico, automobilístico, de construção civil e de "softwares". O Brasil conta com operações e investimentos de cerca de quinze empresas polonesas, destacando-se, entre elas, a "CanPack" (embalagens), "Maflow" (autopeças) e LUG (engenharia elétrica), além das provedoras de software "Brainly" e "Nethone". Cabe registrar, igualmente, projeto de construção de "resort" turístico ecológico de luxo, na região de Baía Formosa (RN), por parte da "holding" polonesa "Gremi International", que, no presente, tem buscado captar recursos junto a investidores internacionais para a execução das respectivas obras e investimentos.

52. No sentido contrário, tem-se registro de apenas uma empresa brasileira com investimentos de monta na Polônia, a "Stefanini IT Solutions". Em 2019, a "startup" brasileira "OrientaMed", que atua no setor de "medtech", registrou sua empresa na Polônia e, em 2020, a "Game Plan", do setor brasileiro de jogos digitais, estabeleceu escritório neste país.

53. Com o objetivo de incentivar maior fluxo de investimentos bilaterais, a embaixada tem realizado gestões em favor da conclusão do processo de revisão jurídica do "Acordo Brasil-Polônia para Evitar a Dupla Tributação" (já negociado) e da conclusão das negociações do "Acordo sobre Previdência Social", ambos com grande potencial de estimular o estabelecimento de filiais de

empresas polonesas no Brasil e vice-versa, ao garantirem maior segurança jurídica para a movimentação de capitais, no que toca a questões tributárias, assim como de funcionários, no que tange aos aludidos temas previdenciários.

54. A embaixada também contribuiu para a recente conclusão, em agosto de 2021, do "Acordo entre Brasil e Polônia sobre Troca de Proteção Mútua de Informações Classificadas", cuja assinatura será de grande relevância para eventuais negociações e transações comerciais bilaterais no setor de defesa. A propósito, cumpre mencionar a participação de delegação brasileira, com representantes dos setores público e privado, incluindo da Embraer, na principal feira polonesa do setor - a Feira de Kielce - realizada em 2019, ocasião em que foi realizado o "1º Diálogo das Indústrias de Defesa Brasil-Polônia".

55. O posto engendrou, ainda, contatos iniciais entre autoridades brasileiras e polonesas, no transcurso de 2021, com vistas ao início das negociações para futura celebração de memorando de entendimento na área de segurança cibernética, que ensejará, "inter alia", a aproximação entre empresas de tecnologia e de cibersegurança de ambos os países.

Relações em ciência, tecnologia e inovação

56. Com vistas a incrementar e a diversificar as trocas comerciais entre Brasil e Polônia, de bens e serviços de alto valor agregado, a embaixada em Varsóvia buscou intensificar a cooperação bilateral na área de ciência, tecnologia e inovação. Tem promovido, dessa forma, a aproximação de ecossistemas de "startups" de ambos os países, notadamente nos setores de agricultura, saúde, finanças, indústria 4.0 e indústria criativa (sobretudo jogos digitais).

57. Ainda no campo da inovação e de investimentos intensivos em conhecimento e tecnologia, a embaixada organizou, em abril de 2020, o seminário virtual "Fintech Webinar Brazil-Poland", em parceria com a fundação "Startup Poland" e a plataforma de inovação brasileira "Distrito". Tem apoiado, desde 2020, a cooperação entre instituições do sistema regional de inovação da região da Silésia e do Estado de Minas Gerais, contribuindo para a concepção do programa-piloto conjunto de aceleração empresarial cruzada "BraSilesia Accelerator", voltado para "startups" dos setores ligados à indústria 4.0, às energias renováveis e ciências da saúde. Em outubro/novembro de 2021, cinco "startups" brasileiras, das áreas de saúde, química, defesa e economia circular, foram selecionadas, treinadas e orientadas, com apoio da embaixada, do SEBRAE e da entidade polonesa de fomento à inovação "Startup Hub Poland", para participar, virtualmente, da conferência "Infoshare", a maior de tecnologia da Europa centro-oriental, bem como de agenda de "matchmaking" com investidores e empresas poloneses.

58. Quanto ao setor de jogos digitais, a embaixada vem desenvolvendo, desde o início de 2021, projeto em parceria com a Associação Brasileira de Desenvolvedores de Games (ABRAGAMES) e com a Agência Brasileira de Promoção Comercial e Investimentos (Apex-Brasil). No referido período, desenvolvedores e editores de jogos poloneses participaram da edição virtual do "BIG Festival", maior feira brasileira do setor, ao passo que companhias brasileiras participaram da versão on-line do "Game Industry Conference (GIC)", maior evento polonês nesse mercado, que contou com um "Brazilian Day" em sua programação. Mais recentemente, em novembro de 2021, a embaixada tem entabulado conversações com o "Instituto de Diplomacia Econômica da Polônia",

com vistas à organização de evento sobre cooperação bilateral na área de indústria criativa e jogos digitais, em 2022.

Intercâmbio cultural, educacional e de promoção da língua portuguesa

59. Desde o início de sua gestão, o titular desta embaixada procurou intensificar a promoção e a divulgação da cultura brasileira na Polônia, mediante a realização de diversos eventos; apoio a diferentes iniciativas; e contato constante com parceiros locais, públicos e privados. Após a bem-sucedida agenda de 2019, cujo marco foi a celebração dos 150 anos do início da migração polonesa para o Brasil, a crise sanitária do covid-19 veio a comprometer a agenda de atividades programadas inicialmente para 2020 e início de 2021. Limitado pela nova realidade da pandemia, o posto expandiu o uso de suas mídias eletrônicas, desta feita para organizar e realizar diversos eventos no âmbito do centenário do estabelecimento das relações diplomáticas bilaterais.

60. Dentre os eventos realizados pela embaixada, a partir de novembro de 2018 e depois, no marco daquela efeméride (que se passou no contexto da pandemia de covid-19), destacam-se os seguintes iniciativas realizadas e apoiadas pela embaixada:

- conferência "150 anos da imigração polonesa no Brasil", organizada pelo Senado polonês, com a presença do seu então Presidente, Stanislaw Karczewski, de autoridades do legislativo e do executivo poloneses, bem como de representantes do corpo diplomático e da comunidade polonesa-brasileira;
- abertura oficial do "Bom Dia Brasil", edições 2019 e 2020, o maior festival brasileiro na Polônia, organizado pela "Fundação Macunaíma";
- abertura oficial da programação das celebrações dos 100 anos do estabelecimento das relações diplomáticas Brasil-Polônia, com apresentação de músicos poloneses;
- promoção de ações "on-line" sobre o centenário das relações diplomáticas bilaterais, incluindo a criação de logomarca para o evento;
- produção e divulgação, nas mídias sociais da embaixada, de vídeos comemorativos alusivos ao sesquicentenário e ao centenário;
- apoio ao "Prêmio Sérgio Vieira de Mello", organizado pela "Associação Villa Decius", de Cracóvia, como reconhecimento do trabalho de pessoas e instituições "na defesa da paz e da cooperação internacional";
- concerto, com transmissão ao vivo em canal digital no "YouTube", de músicos poloneses de jazz e da orquestra "Melanidis", que interpretaram ritmos brasileiros e o qual contou, até novembro de 2021, com cerca de 11.000 visualizações;
- exibição virtual das exposições, cedidas pelo Consulado-Geral do Brasil em Genebra, "Legado do exílio: a contribuição dos refugiados da Segunda Guerra Mundial para o Brasil" e "Fayga Ostrower – 100 anos";
- apoio ao lançamento, em colaboração com os Correios do Brasil e da Polônia, de selos comemorativos aos 100 anos do estabelecimento das relações diplomáticas bilaterais;
- apoio à edição especial da revista anual bilíngue "Água Vai" (número 10, ano 2019/2020), intitulada "Centenário das Relações Diplomáticas Brasil-Polônia. 1920-2020", elaborada pelos professores e estudantes do curso de língua portuguesa da Universidade Maria Curie-Sklodowska (UMCS);

- publicações de artigos sobre o centenário das relações diplomáticas bilaterais, em periódicos alusivos ao evento, bem como no diário "Rzeczpospolita" ("República" - a segunda maior circulação do país) e em revistas especializadas da Polônia;
- participação do chefe do posto no programa "Guia Diplomático", da Televisão Pública Polonesa (TVP3);
- realização de negociações (em curso) com vistas à assinatura de Programa Executivo de Cooperação Cultural e de Acordo de Cooperação na Área Cinematográfica.

61. No que tange à difusão, promoção e popularização da língua portuguesa, destaco as diversas instituições de ensino polonesas que mantém o ensino do idioma em sua grade curricular, tais como as universidades de Varsóvia, Lublin, Cracóvia, Wroclaw e Poznan, assim como escolas secundárias e de ensino fundamental deste país.

62. Ainda nesse aspecto, o posto tem acompanhado e apoiado atividades de instituições de ensino polonesas em iniciativas relacionadas à divulgação da língua portuguesa e ao intercâmbio educacional, do que foram exemplo:

- patrocínio honorário do "I Simpósio de Português do Brasil - abordagens didáticas", organizado pelo Instituto dos Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia, em colaboração com a USP e com a editora "Biblioteka Iberyjska";
- promoção dos exames Celpe-Bras, de 2019 a 2021, organizado pela Universidade Marie Curie-Sklodowska, de Lublin;
- presença na premiação da 19ª edição do "Concurso Nacional dos Conhecimentos sobre o Brasil" dirigido aos alunos do ensino médio e da 5ª edição do concurso regional dirigido aos alunos do ensino fundamental (7° e 8° ano), organizadas pelo Liceu Ruy Barbosa, de Varsóvia, cujo tema foi folclore e lendas do Brasil;
- participação na feira de programas de mobilidade estudantil da "Warsaw School of Economics – SGH International Picnic", para promoção de intercâmbio acadêmico-estudantil e realização de estágios no Brasil;
- tradução para o polonês e publicação da obra "Viva o Povo Brasileiro", de João Ubaldo Ribeiro, a cargo da editora local "REBIS", no âmbito do programa de traduções da Fundação Biblioteca Nacional (FBN);
- participação na conferência "BRAZIL - KRAKÓW. A bridge to South America", dedicada à cooperação científica e acadêmica entre as universidades polonesas e brasileiras;
- inclusão da Polônia na lista de países participantes do Programa Estudante-Convênio - Graduação (PEC-G), do Ministério da Educação do Brasil;
- inauguração de núcleos de estudos brasileiros nas Universidades de Varsóvia e Jaguelônica (Cracóvia); e
- publicação da aludida coletânea de ensaios "Polska i Brazylia - blizsze, niz sie wydaje" ("Polônia e Brasil - mais próximos do que parece"), em colaboração com o núcleo de estudos brasileiros do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade de Varsóvia, com o Museu da História do Movimento Popular Polonês e a Sociedade Polono-Brasileira.

63. Mencione-se ainda a premiação, em maio de 2021, pela estudante brasileira Lara Maria Guedes Gonçalves Costa, como melhor aluna estrangeira de graduação da Polônia, na competição anual "Interstudent - Competitition for the Best International Student in Poland", reconhecimento

atribuído anualmente a estudante ou pesquisador(a) estrangeiro(a) nas categorias Graduação, Mestrado e Doutorado. A notável brasileira foi premiada, segundo exultou a comissão organizadora do prêmio, "por sua coragem em assumir difíceis desafios no campo da ciência; por seu desempenho acadêmico acima da média; e por suas ações beneméritas e de caridade no âmbito da comunidade acadêmica polonesa".

Relações consulares

64. O Brasil conta com consulados honorários na Polônia nas cidades de Cracóvia, Lublin, Poznan e Wroclaw, que se situam entre as mais importantes cidades polonesas, após a capital, e populares destinos do país para turistas, empresários, acadêmicos e estudantes brasileiros. A comunidade brasileira na Polônia é pequena, se comparada à residente em outros países europeus: no início de 2018, 907 brasileiros estavam matriculados junto à embaixada do Brasil em Varsóvia, embora se estime haver hoje, em novembro de 2021, mais de 3.000 nacionais residentes permanentes na Polônia.

65. Em outubro de 2021 foram iniciados consultas e procedimentos para instalação de Conselho de Cidadãos na Polônia, com vistas a sua subsequente transformação em Conselho de Cidadania, tendo em conta sobretudo a celebração do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022, e a realização das eleições presidenciais, no mesmo ano - celebrações e acontecimento que demandarão grande engajamento e participação da comunidade brasileira na Polônia.

66. Destaque-se ainda, na atuação dos Consulados Honorários do Brasil na Polônia, notadamente nos casos de Cracóvia e Wroclaw, a decisiva atuação dos respectivos cônsules para a promoção comercial brasileira e a realização de investimentos no País - em certos casos com a participação e o envolvimento direto de empresas polonesas que dirigem.

Desafios e projetos para 2022

67. Como se pode depreender da extensa, rica e diversificada agenda bilateral, em praticamente todos os campos e atividades a Polônia tem galgado posições e alçado sua importância no quadro geral das relações diplomáticas com o Brasil, e vice-e-versa, no tocante ao Brasil, em relação ao governo e à sociedade poloneses.

68. Acontecimento de importância histórica para as relações bilaterais, esperado para 2022, é a programada visita do senhor Presidente da República a este país, que somente não veio a se concretizar devido às restrições impostas pela pandemia de covid-19. A visita, objeto de sucessivos convites de diversas autoridades do governo polonês e, particularmente, do Presidente Andrzej Duda, está prevista para o próximo semestre, e poderá vir a ser corolário do fortalecimento das relações bilaterais em anos recentes.

69. Outro tema que deverá marcar e mobilizar as relações bilaterais em 2022 será, desta feita, as celebrações do bicentenário da independência do Brasil, ano para o qual já estão previstos, na Polônia, diversos eventos, celebrações, homenagens e intervenções em espaços públicos do país, notadamente da capital, Varsóvia. Será oportunidade, juntamente com a visita presidencial, para

consolidar a imagem e a posição do Brasil como parceiro estratégico extra-europeu da Polônia - com os diversos benefícios para o País que tal condição encerra.

RELATÓRIO Nº , DE 2021

SF/21795.11010-49

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 49, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, Reino da Bélgica*.

Relatora: Senadora **NILDA GONDIM**

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor Pedro Miguel da Costa e Silva, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, Chefe da Missão do Brasil junto à União Europeia, em Bruxelas, Reino da Bélgica.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata indicado.

O Senhor Pedro Miguel da Costa e Silva, nascido no ano de 1966 na cidade do Rio de Janeiro/RJ, é filho de Alberto Vasconcellos da Costa e Silva e Vera Queiroz da Costa e Silva. Graduou-se em História pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Ingressou em segundo lugar

[Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva (Medalha de Bronze)] no processo seletivo do Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr), que concluiu em 1991 e obteve o Prêmio Rio Branco (Medalha Vermeil), outorgado ao primeiro colocado no referido Curso.

O indicado assumiu o posto de Terceiro-Secretário em 1992. Tornou-se Segundo-Secretário em 1996. Chegou a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe em 2008; e a Ministro de Primeira Classe em 2018. Foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do IRBr (2005) com a tese "A Petrobras na Bolívia: seu impacto sobre as relações bilaterais e a política externa brasileira".

Ao longo de sua carreira, desempenhou relevantes funções. Dentre elas merecem destaque os cargos de assessor da Assessoria Especial da Presidência da República (2005/09); de ministro-conselheiro nas embaixadas de Madrid (2009/14) e Ottawa (2014/17); de diretor do Departamento Econômico do MRE (2017/19); de subsecretário-geral da Subsecretaria-Geral da América Latina e do Caribe (2019); e de secretário da Secretaria de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas (2019 até o momento).

Ainda em observância às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo MRE sobre a União Europeia (UE) o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

Referido bloco representa uma união política e econômica formada por 27 estados membros. Sua área é de 4.233.262 km² e sua população é estimada em 447 milhões de habitantes. Cuida-se de entidade de caráter supranacional. Os Estados membros são nações soberanas, mas compartilham sua soberania em certas áreas. Tal partilha significa, na prática, a delegação de competências a instituições comuns, de modo a assegurar que decisões sobre assuntos considerados de interesse coletivo possam ser tomadas no plano europeu.

O Brasil foi pioneiro no estabelecimento de relações diplomáticas com a União Europeia (então Comunidade Econômica Europeia) e o primeiro país latino-americano a fazê-lo. O relacionamento

SF/21795.11010-49

bilateral, que data de 1960, passou por diversas fases, mas sempre manteve destacada importância no panorama da política externa brasileira.

As relações bilaterais foram impulsionadas pela assinatura, em setembro de 1980, do Acordo Quadro de Cooperação, com foco no aprofundamento da cooperação econômica e comercial. Em junho de 1992, o marco normativo das relações bilaterais foi atualizado com a assinatura de novo Acordo-Quadro de Cooperação (em vigor desde 1995), o qual prevê o reforço da cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a UE e amplia o alcance do acordo anterior ao abranger temas como investimentos, transportes, ciência e tecnologia, meio ambiente, energia, turismo, entre outros. Em 2004, a intensa agenda de cooperação científica e tecnológica ensejou a assinatura de acordo específico sobre o tema.

Em maio de 2007, a União Europeia propôs ao Brasil a elevação do relacionamento bilateral ao patamar de Parceria Estratégica. A decisão foi formalizada nos termos da Declaração Conjunta divulgada por ocasião da I Reunião de Cúpula Brasil-UE (Lisboa, 4 de julho de 2007). Com a assinatura da Parceria Estratégica, as relações bilaterais, tradicionalmente densas do ponto de vista econômico e comercial, foram enriquecidas em sua vertente política e atingiram novo patamar, ampliando oportunidades de diálogo sobre desafios globais e oportunidades de interesse mútuo. Além do Brasil, são parceiros estratégicos da UE os Estados Unidos, o Canadá, o Japão, a China, a Rússia, a Índia, a África do Sul, o México e a Coreia do Sul.

No âmbito da Parceria Estratégica, também foram estabelecidos mecanismos de interlocução, denominados Diálogos Setoriais, nos quais são realizadas reuniões periódicas de avaliação da cooperação bilateral. Dada a diversidade de temas que integram a Parceria Estratégica, há mais de 30 diálogos setoriais em andamento. A Comissão Mista bilateral, cuja XVII Reunião foi realizada em setembro de 2017, exerce o papel de coordenação dessa ampla agenda temática. São realizados, ainda, encontros regulares entre representantes das sociedades civis e do empresariado.

Em 2019, foram retomados importantes mecanismos de diálogo bilateral (Sociedade de Informação e Economia Digital, Político de Alto Nível e Direitos Humanos). A despeito das restrições relacionadas à pandemia, houve em 2020 expressivo contato com autoridades europeias de alto nível em temas centrais do relacionamento bilateral (direitos humanos, meio ambiente e sustentabilidade, segurança cibernética e drogas ilícitas). Para além disso, a crise sanitária motivou interesse para a cooperação

SF/21795.11010-49

bilateral nesse domínio, bem assim para a necessidade de se robustecer o processo de recuperação econômica e social pós-pandemia em ambas as regiões.

As relações econômico-comerciais também são de imensa relevância para ambos os lados: tomada em seu conjunto, a UE é hoje o segundo maior parceiro comercial do Brasil, e, para a UE, o Brasil é o 12º parceiro comercial. Além disso, a UE detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, ao passo que o país se transformou em importante fonte de investimentos diretos estrangeiros na UE. As dinâmicas relações econômicas têm enorme potencial de expansão: além das perspectivas de incremento do comércio, sobretudo quando da entrada em vigor do acordo comercial entre Mercosul e UE.

Verifica-se, entre janeiro e setembro de 2021, a retomada do fluxo de comércio bilateral, em comparação a 2020, com crescimento de 28,9% na corrente de comércio (USD 55,9 bilhões), que apresenta ligeiro superávit a favor do Brasil (USD 48,3 milhões). Exportamos principalmente farelos de soja e rações (10%); óleos brutos de petróleo (9,7%); soja (9,3%); e café torrado (8,9%). Importamos medicamentos e farmacêuticos (7,3%); outros medicamentos (6,3%); e óleo combustíveis (5,8%). Os produtos básicos representam 44% do total de nossas exportações para a UE e os produtos manufaturados figuram em 95% das importações originárias do bloco europeu.

Por fim, destaca-se a entrada em operação, em 1º de junho de 2021, do cabo transatlântico submarino "Ella Link". Cuida-se do primeiro projeto de ligação direta de fibra ótica de alta capacidade entre a América do Sul e a Europa (Fortaleza/CE – Sines/Portugal).

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

SF/21795.11010-49

, Relatora

SF/21795.11010-49

2

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2021

(nº 619/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 619

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de novembro de 2021.

EM nº 00240/2021 MRE

Brasília, 19 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Polônia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 955/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 25 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 25/11/2021, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3029635** e o código CRC **B98071AC** no site:



https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009138/2021-05 SEI nº 3029635

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO*
CPF.: 533.148.756-49
ID.: 5565 MRE

1962	Filho de Afonso de Araújo Ribeiro e Maria José de Macedo Ribeiro, nasce em Belo Horizonte/MG.
Dados Acadêmicos:	
1985	Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais
1990	Curso de Mestrado em Direito Constitucional/UFMG
1991	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata/IRBr
1992	Embaixada em Quito, estágio profissionalizante
1994	Embaixada em Paris, viagem-prêmio do CPCD (Université Paris II - Panthéon-Assas)
1997	Especialização em Integração Europeia, Collège d'Europe, Bruges/Bélgica
2000	Curso da OMC de Política Comercial para Países Membros da ALADI, Montevidéu/Uruguai
2000	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas/IRBr, aprovado em 1º lugar
2008	Curso de Altos Estudos/IRBr - "Comércio, Meio Ambiente e Solução de Controvérsias: a Evolução da Jurisprudência do Sistema Multilateral de Comércio sobre os Artigos XX(b) e XX(g) do GAT e sua Potencial Incidência sobre Interesses Brasileiros", menção "Com louvor".
Cargos:	
1992	Terceiro-secretário
1996	Segundo-secretário
2003	Primeiro-secretário
2007	Conselheiro, por merecimento
2011	Ministro de segunda classe, por merecimento
2017	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1992-95	Divisão do Mercado Comum do Sul, assistente
1995-97	Departamento de Integração Latino-Americana, assessor
1997-2000	Missão junto à Comunidade Europeia, segundo-secretário
2000-04	Delegação Permanente junto à ALADI e ao Mercosul, segundo e primeiro-secretário
2004-06	Coordenação-Geral de Contenciosos, subchefe
2006-07	Departamento Econômico, coordenador
2007-08	Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, assessor
2008-11	Delegação junto à OMC e a outras Organizações Econômicas em Genebra, conselheiro e ministro de segunda classe
2011-13	Gabinete do Ministro de Estado, assessor
2013-17	Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, assessor
2017-18	Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, chefe de gabinete
2019-	Embaixada do Brasil junto ao Reino da Bélgica e ao Grão-Ducado de Luxemburgo, embaixador

Publicações:	
1993	"O Mercosul Social", in Boletim de Integração Latino-Americana, Edição Especial, março de 1993, Brasília/DF
1993	"I Programmi di Sviluppo Nell'Ambito del Mercosud", in Quaderni IILA, Serie Economia, nº 12, Milão/Itália
1994	"Mercosur and the Environment", in Agenda 21 and Latin America: the Challenge of Implementing Environmental Law and Policy, E-IDB Publications, Santiago/Chile
1995	"Os Limites do Executivo", in Relatório Final do Seminário Mercosul: Desafios da Conjuntura e a Participação da Sociedade na Integração, Florianópolis/SC
2005	"Solução de Controvérsias Comerciais Internacionais", in Desafios do Direito Internacional Contemporâneo, FUNAG, Brasília/DF
2007	L'Avenir Selon Georges Bernanos", com Roberto Carvalho de Azevêdo, in L'Economie Politique nº 35, Paris/França
2009	"O Brasil e o Contencioso na OMC", com Roberto Carvalho de Azevêdo, Tomo I, Série GVLaw, São Paulo/SP
2013	"O Contencioso dos Pneus Reformados: Articulação Interinstitucional e Diplomacia Interna", com Bruno Guerra Carneiro Leão, in O Sistema de Solução de Controvérsias na OMC: uma Perspectiva Brasileira, FUNAG, Brasília/DF
Condecorações:	
2013	Ordem da Inconfidência, Minas Gerais, Medalha de Honra
2013	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador
2016	Medalha Mérito Tamandaré, Marinha
2017	Medalha Mérito Santos-Dumont, Aeronáutica
2017	Medalha do Pacificador, Exército
2018	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2018	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial
2018	Medalha Mérito Consular 2018, Minas Gerais

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África
Departamento de Europa
Divisão de Europa II

POLÔNIA





FICHA-PAÍS
INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Novembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Polônia
GENTÍLICO	Polonês
CAPITAL	Varsóvia
ÁREA	313 mil km²
POPULAÇÃO (2020) [1]	37,96 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Polonês
PRINCIPAIS RELIGIÕES[2]	Católica romana (91%); Cristã Ortodoxa (1%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional, bicameral: *Sejm* (câmara baixa) e Senado (câmara alta).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Andrzej Duda (desde agosto de 2015)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Mateusz Morawiecki (desde dezembro de 2017)
CHANCELER	Zbigniew Rau (desde agosto de 2020)
PIB (2020) [1]	US$ 595 bilhões
PIB PPC (2020) [1]	US$ 1,3 trilhões
PIB PER CAPITA (2020) [1]	US$ 15,7 mil
PIB PPC PER CAPITA (2020) [1]	US$ 34,2 mil
VARIAÇÃO DO PIB [1]	5,1% (2021E); -2,7% (2020); 4,7% (2019)
IDH (2019) [3]	0,880 (35ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019) [4]	77,86 anos
ALFABETIZAÇÃO (2020) [2]	99%
DESEMPREGO (9/2021) [5]	3,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Złoty (PLN)
COMUNIDADE BRASILEIRA [6]	Cerca de 3.000 brasileiros.

Fontes: *(1) FMI; (2) Governo da Polônia; (3) PNUD; (4) Banco Mundial); (5) OCDE; (6) Estimativa do Itamaraty.*

CORRENTE COMERCIAL – US$ milhões						
Brasil → Polônia	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	1.024	915	1.190	1.557	1.510	1.445
Exportações	495	428	596	857	850	826
Importações	529	487	594	700	661	619
Saldo	-35	-60	2	157	189	207

Fonte: *ComexVis – Ministério da Economia*

PERFIS BIOGRÁFICOS

Andrzej Sebastian Duda
Presidente da República da Polônia



Andrzej Duda, 49 anos, nasceu em Cracóvia. É graduado, mestre e doutor em Direito pela Universidade de Jagiellonian, onde manteve carreira acadêmica. Após breve atuação no extinto partido União da Liberdade, Duda filiou-se ao partido Lei e Justiça (PiS) em 2005. Em 2011, foi eleito deputado no Parlamento polonês, deixando o cargo para assumir cadeira no Parlamento Europeu em 2014. Venceu as eleições presidenciais da Polônia em 2015 e foi reeleito em 2020. Antes de assumir a presidência, Duda teve de se desfiliar do PiS, conforme a legislação do país, porém permanece no campo político do partido.

Mateusz Jakub Morawiecki
Primeiro-Ministro da Polônia



Nasceu em Breslávia, em 20 de junho de 1968. Antes de ser Primeiro-Ministro, trabalhou como banqueiro, economista, advogado e historiador. No governo de Beata Szydło (2015-2017), serviu como Primeiro-Ministro adjunto, Ministro do Desenvolvimento e Ministro das Finanças. Em dezembro de 2017, foi nomeado Primeiro-Ministro pelo Presidente Andrzej Duda após a renúncia de Beata Szydło e seu gabinete.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil foi o primeiro país latino-americano e um dos primeiros do mundo a reconhecer a restauração da independência da Polônia, em 1918, fato sempre lembrado com simpatia pelos poloneses. O primeiro Presidente polonês a visitar o Brasil foi Lech Wałęsa, em 1995, e o Presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso retribuiu a visita em 2002.

As relações diplomáticas entre Brasil e Polônia são tradicionais e fluidas. O Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina e destino cada vez mais importante de investimentos poloneses. Ao menos 10 empresas polonesas estão presentes como investidoras significativas no mercado brasileiro.

A despeito da distância geográfica e da barreira do idioma, existem significativos vínculos culturais entre os dois países, em boa parte devido à presença no Brasil de comunidade expressiva de descendentes de poloneses (em torno de 2 milhões de pessoas), que migraram entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX.

Apesar da diferença de escala (o Brasil é cinco vezes maior em termos de população e economia), a Polônia dá especial atenção às suas relações com o país. O Brasil é mencionado como "parceiro prioritário" na região em dois documentos-chave da política externa polonesa: "Estratégia da República da Polônia para países em desenvolvimento não europeus" de 2004 e "Prioridades da Política Externa Polonesa 2012-2016".

ESTREITAMENTO DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Os contatos de alto nível no governo do Presidente Jair Bolsonaro têm sido fluidos. Os Presidentes dos dois países encontraram-se em Davos, em janeiro de 2019, e mantiveram conversa telefônica em maio de 2020. Em setembro de 2021, os dois Presidentes mantiveram encontro bilateral à margem da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em Nova York. A planejada visita do Sr. PR a Varsóvia, prevista inicialmente para abril de 2020, teve de ser adiada em razão da pandemia e está prevista para o início de 2022.

O MNE polonês esteve no Brasil em janeiro de 2019 e em fevereiro de 2020, ao passo que o então Ministro Ernesto Araújo esteve em Varsóvia em fevereiro de 2019, para Conferência Ministerial sobre Paz e Segurança no Oriente Médio, e em maio daquele ano, para visita bilateral.

O Embaixador do Brasil em Varsóvia foi recebido pelo MNE Zbigniew Rau em 25/5 e conversou com o Presidente Andrzej Duda à margem de cerimônia com o corpo diplomático polonês, em 23/6.

O fluxo de comércio bilateral com o Brasil em 2020 foi de US$ 1,4 bilhão, registrando queda de 4,4%. As exportações brasileiras somaram US$ 826 milhões (-2,9%), as importações US$ 619 milhões (-6,5%), e o saldo comercial US$ 207 milhões.

Os principais produtos de exportação foram minérios de cobre (29%), farelo de soja (28%) e motores (19%) e, de importação, medicamentos veterinários (15%), partes de veículos (11%) e borrachas sintéticas (5,5%).

De janeiro a agosto de 2021, houve incremento de 33% no fluxo de comércio bilateral em comparação ao mesmo período do ano anterior, com exportações de US$ 631 milhões (+19,7%) e importações de US$ 620 milhões (+50%), resultando em superávit brasileiro de US$ 11 milhões.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina, e, nos últimos anos, houve crescente adensamento das relações bilaterais em comércio e investimentos.

O fluxo de comércio bilateral com o Brasil em 2020 foi de US$ 1,4 bilhão, registrando queda de 4,4%. As exportações brasileiras somaram US$ 826 milhões (-2,9%), as importações US$ 619 milhões (-6,5%), e o saldo comercial US$ 207 milhões. Os principais produtos de exportação foram minérios de cobre (29%), farelo de soja (28%) e motores (19%) e, de importação, medicamentos veterinários (15%), partes de veículos (11%) e borrachas sintéticas (5,5%).

Para além do comércio, o empresariado polonês tem demonstrado interesse crescente em investir no Brasil. Nos últimos anos, registraram-se significativos investimentos diretos no Brasil de empresas polonesas que atuam em vários setores, como o químico, o ferroviário, de materiais para a construção civil, de geração de energia elétrica e de tecnologias da informação e das comunicações. Ao menos dez empresas polonesas já estão presentes como grandes investidoras no Brasil, e trabalha-se na identificação de convergências entre empresas brasileiras e polonesas, com vistas ao incremento de suas inserções competitivas nas cadeias de valor internacionais.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

Questões de defesa e segurança têm recebido tratamento prioritário do governo polonês em sua política externa. Apesar do caráter incipiente da relação bilateral em defesa, há grande potencial para sua dinamização.

No que diz respeito ao Brasil, a aproximação é favorecida pela atuação de adidos de defesa em Varsóvia e Brasília desde 1999 e pela vigência, desde 2016, de Acordo-Quadro bilateral em matéria de Defesa, assinado em 2010.

No âmbito da formação educacional e treinamento, têm sido realizados intercâmbios de pessoal entre escolas militares de ambos os países, bem como trocas de visitas e participação de oficiais, como observadores, em operações militares. Entre 2013 e 2018, aproximadamente 40 oficiais do Exército Brasileiro realizaram cursos em Instituições Acadêmicas Militares polonesas.

A Embraer tem interesse em fornecer aviões militares para as Forças Armadas polonesas, sobretudo o cargueiro KC-390. Em maio de 2019, o Ministério da Defesa polonês anunciou, formalmente, interesse em adquirir aviões para o transporte de tropas, lançando etapa pré-licitação de diálogo técnico com possíveis fornecedores, da

qual a Embraer tomou parte. Em setembro de 2019, o governo polonês adquiriu, em caráter emergencial, cinco aeronaves C-130H usadas dos EUA.

Ressalta-se a importância da assinatura de Acordo Para Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada para a participação da Embraer em eventual concorrência, de vez que, em razão da confidencialidade de informações envolvidas, o governo polonês demanda arcabouço jurídico para a troca de informações.

ACORDO DE INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS

Um dos requisitos apresentados pelo governo polonês para participação da Embraer na licitação de novas aeronaves foi a celebração de acordo entre Brasil e Polônia sobre proteção de informações classificadas. No Acordo-Quadro de Defesa (2010), o artigo 6, sobre "Proteção da Informação Sigilosa Trocada", prevê que "a proteção da informação sigilosa trocada entre as Partes Contratantes, relacionada a temas deste Acordo-Quadro, será estabelecida em acordo específico".

Nesse sentido, foi formulada, em coordenação com o GSI-PR, proposta brasileira de Acordo de Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas entre Brasil e Polônia, apresentada ao lado polonês em 12/7/19. As partes concordaram, posteriormente, em negociar o texto por videoconferência, realizada em 19 e 20/01/2021. A reunião virtual resultou em texto comum, submetido a análise jurídica e formal nas partes. As partes propuseram, posteriormente, alterações de ordem formal, incorporadas ao texto final, alcançado em agosto de 2021. O texto está, sob a perspectiva brasileira, pronto para assinatura. O lado polonês, por seu turno, tomou conhecimento da aceitação brasileira em 27/8/2021 e submeteu o texto ao Conselho de Ministros daquele país, com vistas a sua assinatura.

ACESSÃO DO BRASIL À OCDE

A Polônia apoia a acessão do Brasil à OCDE, porém se alinha com a posição europeia. A UE favorece a expansão da OCDE, mas condiciona a aprovação de novos membros não europeus à aprovação de novos membros europeus.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

A Polônia é o maior produtor europeu de carne de frango. Alguns setores têm externado a preocupação com o acirramento da concorrência no mercado europeu, tanto em função dos preços competitivos dos produtos do MERCOSUL, como pela crença de que a produção de carne na UE teria de atender a padrões mais rigorosos do que seus concorrentes extracomunitários.

Segundo a Comissão Europeia, as quotas de carne bovina (99 mil toneladas) e de aves (180 mil toneladas) concedidas ao MERCOSUL representam 1,2% do consumo comunitário anual; as 180 mil toneladas de açúcar (quota na OMC) que terão sua tarifa zerada correspondem a 1% do consumo comunitário anual; e a quota de etanol (650 mil) também equivale a apenas 1% do consumo comunitário anual (somente 0,5% do consumo, no caso do etanol combustível).

A chancelaria polonesa tem-se posicionado favoravelmente à assinatura do acordo.

ALIANÇA INTERNACIONAL PARA A LIBERDADE DE RELIGIÃO OU CRENÇA (IRFBA)

Em julho de 2018, o governo dos EUA sediou a I Ministerial para a Promoção de Liberdade de Religião, com o objetivo de discutir desafios e de identificar caminhos para combater a perseguição e a discriminação religiosa no mundo. O evento reuniu representantes de governo, da sociedade civil, de organizações religiosas e de organizações internacionais. A II Ministerial foi sediada também pelos EUA, em 2019. A III Ministerial teve lugar em Varsóvia, na Polônia, em formato virtual, em 2020.

A Aliança Internacional para a Liberdade de Religião ou Crença (IRFBA) foi lançada em Washington, em fevereiro de 2020. Os EUA propuseram-na como núcleo de países "like-minded". O Brasil aderiu como membro fundador, juntamente com EUA, Albânia, Estônia, Grécia, Hungria e Polônia. A Aliança conta com 32 países membros, entre os quais Áustria, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, EUA, Geórgia, Grécia, Hungria, Israel, Letônia, Lituânia, Malta, Países Baixos, Reino Unido e Ucrânia.

COOPERAÇÃO NO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

Brasil e Polônia têm frequentemente defendido posições convergentes em temas do Conselho de Direitos Humanos. Na 47ª sessão do CDH, em julho deste ano, o Brasil renovou seu apoio ao projeto de resolução sobre a situação dos direitos humanos em Belarus, de iniciativa da União Europeia, em atenção, também, a gestões polonesas. Na mesma sessão, o Brasil aceitou convite da missão polonesa para copatrocinar painel sobre o papel da educação em direitos humanos no combate à corrupção.

A convite da Polônia, o Brasil co-organizou, em 22 de agosto, evento paralelo em Nova York para marcar o Dia Internacional das Vítimas de Atos de Violência baseados em Religião ou Crença, criado em 2019, por meio da resolução A/RES/73/296, cujo "core group" foi liderado pela Polônia e integrado pelo Brasil.

ASSUNTOS CONSULARES

Os consulados honorários brasileiros na Polônia estão localizados nas cidades de Cracóvia, Lublin, Poznan e Wroclaw. A comunidade brasileira é pequena, se comparada àquela residente em outros países europeus. Cracóvia, Varsóvia, Gdansk e Wroclaw despontam como os principais destinos do país para turistas brasileiros. No início de 2021, a Embaixada do Brasil em Varsóvia estimava em 3.000 o número de brasileiros residentes da Polônia.

POLÍTICA INTERNA

A Polônia é uma república parlamentarista, independente desde 11/11/1918 (depois de ter sido extinta após sucessivas partilhas de seu território entre Áustria, Prússia e Rússia entre 1772 e 1795). Trata-se de Estado unitário, dividido em 16 províncias.

Eleito por voto direto, o Presidente da República é o chefe de Estado e possui prerrogativas que, a despeito do caráter parlamentar do país, conferem-lhe importante papel na condução política nacional (o Presidente pode, por exemplo, iniciar o processo legislativo e interrompê-lo, a qualquer momento, pela imposição de veto ao Parlamento).

O poder Executivo é exercido pelo Conselho de Ministros, encabeçado pelo Primeiro-Ministro, nomeado pelo Presidente e referendado pela Assembleia Nacional. O poder Legislativo é exercido pela Assembleia Nacional, bicameral. O Sejm (câmara baixa) é formado por 460 representantes eleitos por voto proporcional, e o Senado (câmara alta) é formado por 100 representantes eleitos por método singular de votação em bloco em diversos distritos eleitorais.

O Presidente Andrzej Duda foi eleito em maio de 2015 e reeleito em julho de 2020. Mateusz Morawiecki foi nomeado Primeiro-Ministro em dezembro de 2017 e confirmado no cargo após as eleições de outubro de 2019. As próximas eleições legislativas deverão ocorrer na segunda metade de 2023. Apesar das recentes vitórias eleitorais, a coalizão de governo encontra-se instável após a saído do partido Acordo, em razão de controvérsia sobre lei de mídia que prejudicaria a liberdade de imprensa no país.

O retorno ao país de Donald Tusk, ex-Presidente do Conselho Europeu e líder do partido Plataforma Cívica, infundiu novo ímpeto à oposição, que vem crescendo em pesquisas de opinião e ameaça a manutenção do Partido da Lei e Justiça (PiS) no poder.

POLÍTICA EXTERNA

Alcançados os principais objetivos de sua diplomacia no pós-Guerra Fria (integração à OTAN, à União Europeia, ao FMI e à OCDE), Varsóvia passou a buscar maior projeção no contexto europeu e a garantia de sua segurança. Se a estratégia polonesa de desenvolvimento priorizou sua integração à economia europeia, no plano da defesa o país aproximou-se dos EUA.

Como forma de alavancar sua influência na Europa e na aliança transatlântica, a Polônia participa de diversas iniciativas de geometrias variáveis na região, como o Grupo de Visegrado, a Iniciativa dos Três Mares, os Nove de Bucareste, a Iniciativa Centro Europeia, o Foro de Salzburgo e a Cooperação de Defesa da Europa Central (nesta com status de observadora). Também toma parte em frequentes diálogos bilaterais e trilaterais. A Polônia vem buscando, ademais, ter atuação mais destacada no plano internacional, como, por exemplo, por meio de maior participação no G-20. A proximidade de potencias regionais, como o Brasil, favorece esse objetivo.

ESTADOS UNIDOS

As relações com os EUA ocupam espaço central na política externa do país. Ainda que não mantenham atualmente a mesma sintonia ideológica verificada durante a administração Trump, os vínculos seguem firmes no governo Biden. O país busca manter laços especiais em temas de interesse comum, notadamente nos campos estratégico e de defesa.

OTAN

O relacionamento com a OTAN, e, em particular, com os Estados Unidos, é crucial para a Polônia. A Polônia tem sido vocal em favor do reforço das capacidades militares, logísticas e de inteligência da OTAN no chamado "flanco oriental" (países que fazem fronteira com a Rússia) e defende uma política de "portas abertas" da OTAN a países como Ucrânia e Geórgia. Atualmente, o governo polonês gasta cerca de 2% do PIB com defesa, o que posiciona o país entre os membros da OTAN que mais investem no setor. Ademais, possui o compromisso de aumentar os gastos militares para 2,5% do PIB até 2030. Segundo o Stockholm International Peace Research Institute, no período entre 2016 e 2020, os principais fornecedores de armamentos à Polônia foram os EUA (33% do total importado pela Polônia) e a Itália (13%).

GRUPO DE VISEGRADO

O Grupo de Visegrado (V4) reúne quatro países da Europa Central - Eslováquia, Hungria, Polônia e República Tcheca – com o objetivo de cooperação nas áreas de economia, comércio, ciência, cultura e educação. Formou-se em 1991, durante as

cúpulas dos líderes da então Tchecoslováquia. Os países do agrupamento apresentam as economias mais relevantes entre os Estados que orbitavam a extinta URSS.

O agrupamento busca demonstrar que sua existência não é óbice à plena participação nacional na União Europeia; adicionalmente, apresenta-se como interlocutor legítimo entre o bloco e os Balcãs Ocidentais - Montenegro, Sérvia, Macedônia do Norte, Albânia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo.

Em 2021, o grupo comemorou 30 anos em cúpula que ocorreu na Cracóvia. Na ocasião, os líderes dos quatro países reforçaram a imagem do V4 como importante foro de cooperação da Europa Central e teceram críticas à atuação de instituições europeias, sobretudo da Comissão Europeia, em supostamente estender seus poderes para além do estabelecido nos tratados.

PRIMAZIA DA CONSTITUIÇÃO POLONESA EM RELAÇÃO AO DIREITO COMUNITÁRIO EUROPEU E RELAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA

O Tribunal Constitucional (TC) da Polônia prolatou, em outubro de 2001, decisão em que proclama a primazia da constituição polonesa sobre certos aspectos da legislação comunitária. Em sua decisão - que contou com três votos favoráveis e dois dissidentes - o Tribunal considerou inconstitucionais interpretações de preceitos de tratados constitutivos da UE que se possam sobrepor à constituição polonesa. A decisão foi tomada a partir de consulta formulada pelo gabinete do primeiro-ministro Mateusz Morawiecki em março passado.

A decisão serviria como precedente legal para que o governo polonês passe a não acatar determinações do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), notadamente nos casos dos procedimentos relativos ao regime disciplinar do judiciário polonês; e à disputa com a República Tcheca no tocante à mina carbonífera de Turów.

Recentemente, o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) decidiu estabelecer pena diária de 500 mil euros à Polônia pelo descumprimento de decisão liminar imposta por aquela corte em maio passado que determinou a imediata interrupção das operações da mina de carvão de Turów, localizada no sudoeste do país, precisamente na fronteira tríplice com Alemanha e República Tcheca.

Em declaração sobre a decisão publicada em sua página oficial, a chancelaria polonesa assegurou que a legislação europeia continua plenamente válida e em vigor na Polônia; que o TC teria apenas reconfirmado ser a constituição nacional hierarquicamente superior aos tratados internacionais - o que teria inclusive paralelo, por sua vez, em decisões anteriores e similares daquela corte, prolatadas em governos precedentes. A chancelaria aduz que o entendimento do TC encontraria respaldo em decisões similares de outros tribunais nacionais europeus.

Multiplicam-se, nesse sentido, alegações da oposição de que o governo liderado pelo PiS arquitetaria a saída da Polônia da UE. O PiS insiste, de sua parte, não ter intenção alguma de perseguir um pretenso “Polexit”. O Primeiro-Ministro Mateusz Morawiecki defendeu “termos os mesmos direitos que outros países e queremos que sejam respeitados”. Atribuiu os rumores de saída da UE a “falsidades da oposição”, asseverando que “o lugar da Polônia é e sempre será na família europeia das nações”.

O PiS sustenta que a manifestação do TC seria tão somente no sentido de impedir que instituições europeias interfiram nos assuntos internos dos Estados membros, derrogando poderes legitimamente conferidos pelo "Acquis Communautaire".

ECONOMIA

Com PIB (PPP) de USD 1,3 trilhão, a Polônia é a quinta maior economia da União Europeia e uma das mais dinâmicas. Seu crescimento médio anual nos cinco anos de 2015 a 2019 foi de 4,4%. Em 2020, o PIB polonês regrediu 2,7%, porém a Comissão Europeia prevê crescimento de 4,8%, em 2021; e de 5,2%, em 2022. O desemprego reduziu-se de 3,3%, em 2019, para 3,2%, em 2020, e deve elevar-se ligeiramente para 3,5%, em 2021. O déficit público de 7%, em 2020, deve reduzir-se para 2,3%, em 2022.

A economia polonesa tem crescido a taxas superiores à média europeia em grande parte devido ao afluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED), atraídos essencialmente pelas dimensões, pela situação geográfica vantajosa e pela mão de obra qualificada do país. A atratividade da Polônia para o investidor estrangeiro é reforçada especialmente nas Zonas Econômicas Especiais, em razão de carga tributária mais baixa do que a praticada na maioria dos demais países da UE. Outros custos operacionais, como força de trabalho e aluguéis, são menos onerosos na Polônia em relação a outros países europeus e têm sido fator importante para a decisão de alocação de IED no país.

Diante do bom desempenho da economia, apesar da atual conjuntura econômica mundial desfavorável, os benefícios macroeconômicos de eventual adesão da Polônia à zona do euro são atualmente menores do que em 2004, ano em que o país ingressou na União Europeia. A Polônia cumpriu, em 2015, os quatro critérios de convergência necessários para integrar a zona do euro, mas não há definição quanto à adoção da moeda única no curto prazo. A adoção da moeda comum europeia enfrentaria, ademais, problemas legais e a falta de consenso político necessário para mudar a Constituição. O atual governo do PiS é contrário à adoção da moeda, assim como a maior parte da população.

A Polônia é a terceira maior exportadora para a Alemanha, superada apenas por China e Holanda, e deve em breve ultrapassar a França em termos de fluxo comercial. Um dos principais projetos econômicos internacionais da Polônia é a Iniciativa dos Três Mares.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

séc. VIII AD	A tribo eslava dos polanos se estabelece no atual território da Polônia.
c. 960	Início do reinado de Mieszko I, da Dinastia Piat.
966	Conversão de Mieszko ao Rito Latino do Cristianismo, marco fundacional da Nação polonesa.
1025	Primogênito de Mieszko, Bołeslaw I é coroado o primeiro rei da Polônia.
1241-1287	Invasões mongóis.
1314	Polônia é dividida em cinco principados.
1386	Formada a União Polaco-Lituana.
1505	Lei *Nihil novi* transfere para o Parlamento várias prerrogativas legislativas do monarca.
1569	União de Lublin estabelece a *Commonwealth* Polaco-Lituana.
1600	Commonwealth propõe união com a Rússia.
1683	Polônia assegura vitória militar decisiva na Batalha de Viena contra o Império Otomano
1764	Catarina II da Rússia impõe Stanislaw August Poniatowski como rei da *Commonwealth.*
1772	Primeira partição da Polônia, entre Rússia, Prússia e Áustria.
1791	Promulgação da Constituição: reconhecimento do estado de direito.
1792	Invasão russa.
1793	Segunda partição da Polônia.
1794	Capitulação de Varsóvia, invadida por Rússia e Prússia.
1795	Terceira partição da Polônia, que deixa de existir como entidade soberana.
1807	Estabelecimento do Ducado de Varsóvia por Napoleão Bonaparte.
1815	Congresso de Viena estabelece o Reino da Polônia, em união pessoal com o Império Russo.

1830/1848/ 1863	Sucessivas insurreições populares buscam reestabelecer, sem sucesso, a independência do país
1905	Revolução de 1905.
1914	I Guerra Mundial; poloneses circunscritos nos exércitos de Alemanha, Áustria-Hungria e Rússia.
1919	Conferência de Versalhes reestabelece a Polônia como Estado soberano.
1919-1921	Guerra Russo-Polonesa.
1920	Guerra Polaco-Lituana.
1921-1926	Segunda República.
1926	Józef Pilsudski comanda golpe militar contra o Governo democrático; início do Regime de Salvação.
1935	Morte de Pilsudski e início do Regime dos Coronéis.
1939	Polônia rejeita as demandas territoriais da Alemanha nazista; celebração de alianças com o Reino Unido e a França. Invasão da Polônia pela Alemanha.
1941	Ocupação total da Polônia pela Alemanha nazista; formação do Governo em exílio.
1943	Levante do Gueto de Varsóvia.
1944	Exército Vermelho e Exército Popular da Polônia entram em território polonês; Levante de Varsóvia tenta estabelecer governo democrático independente da URSS, antes das chegadas das tropas do Exército Vermelho a Varsóvia.
1945	A Conferência de Potsdam redesenha o mapa da Polônia e desloca o país para oeste. Fundação da República Popular da Polônia.
1947	Eleições controladas dão ao Partido dos Trabalhadores Unidos vitória expressiva.
1980	Com o estabelecimento do Sindicato “Solidariedade”, tem início o processo sustentado de luta para a derrubada do regime socialista.
1981	URSS nomeia o Ministro da Defesa, Wojciech Jaruzelski, Primeiro-Ministro e primeiro-secretário do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos. Decretada lei marcial.
1986	Anistia geral.

1989	Realização das primeiras eleições legislativas parcialmente livres. Tadeusz Mazowiecki, jornalista e membro do Solidariedade, é incumbido pelo Presidente da República para formação de novo governo.
1990	Dissolução do Partido dos Trabalhadores Poloneses Unidos. Eleição de Lech Walesa à Presidência da República.
1993	Saída das últimas tropas russas da Polônia.
1997	Adoção da nova Constituição.
1999	Polônia ingressa na OTAN.
2004	Polônia ingressa na União Europeia.
2010	Acidente aéreo de Smolensk vitima cúpula governamental polonesa.
2015	Vitórias eleitorais do partido Lei e Justiça (PiS): eleição de Andrzej Duda para Presidente da República (maio) e vitória nas eleições legislativas (outubro).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1830	Em espetáculo em prol dos participantes do levante polonês de 1830, em Paris, D. Pedro I defende a restauração da nação polonesa.
1869	Primeira leva de imigrantes poloneses chega ao Brasil.
1907	Ruy Barbosa defende na Haia a restauração do Estado polonês.
1918	Brasil reconhece a independência da Polônia (17/8).
1920	Entrega suas credenciais ao Presidente Epitácio Pessoa o primeiro enviado polonês, Ksawery Orlowski (27/5).
1921	Entrega suas credenciais ao Presidente Józez Pilsudski o primeiro enviado brasileiro, Rinaldo de Lima e Silva (3/6).
1922	Presidente Epitácio Pessoa condecorado com a Ordem da Águia Branca.
1927	Assinado Acordo de Imigração; 41 mil poloneses chegariam ao Brasil entre 1919-1939.
1929	Criada no Rio de Janeiro a Associação Polono-Brasileira Cultural e Econômica; criada em Varsóvia a Associação Polono-Brasileira Ruy Barbosa; assinado Acordo Alfandegário.
1934	Visita ao Brasil do Presidente do Senado polonês, Wladyslaw Raczkiewicz; visita à Polônia de missão militar comandada pelo Gal. Leite de Castro.
1935	Presidente Getúlio Vargas condecorado com a Ordem da Águia Branca.
1939	Legação polonesa no Rio de Janeiro estabelece Comitê de Ajuda às Vítimas da Guerra.
1940	Atraca no Brasil o navio "Angola", com poloneses refugiados de guerra; início do recrutamento de cidadãos poloneses no Brasil para os campos de batalha na Europa.
1945	Governo brasileiro retira seu apoio ao governo polonês no exílio e passa a apoiar o governo temporário de União Nacional em Varsóvia.
1946	Legação polonesa retoma suas atividades no Rio de Janeiro.
1947	Reaberta Legação brasileira em Varsóvia.
1961	Representações diplomáticas elevadas ao nível de Embaixadas; visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da Polônia, Adam Rapacki.

1962	Visita à Polônia do Ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas; visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior Witold Trampczynski.
1985	Encontro entre o então Presidente José Sarney e o primeiro-secretário do Partido Operário Unificado da Polônia, Wojciech Jaruzelski, em Nova York.
1991	Visita ao Brasil do Presidente do Senado Andrzej Stelmachowski; visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Polônia, Krzysztof Skubiszewski.
1995	Visita ao Brasil do Presidente Lech Walesa.
2000	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Jerzy Buzek e do Presidente do Senado Maciej Plazynski.
2002	Visita à Polônia do então Presidente Fernando Henrique Cardoso e visita ao Brasil do Presidente Aleksander Kwasniewski.
2003	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Wlodzmierz Cimoszewicz.
2007	Encontro entre o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Lech Kaczynski em Nova York; visita ao Brasil do Presidente do Senado Bogdan Borusewicz; inauguração, em Varsóvia, do Centro Comercial ApexBrasil.
2008	Encontro entre o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro-Ministro Donald Tusk em Lima.
2010	Visita à Polônia do então Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.
2012	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Radoslaw Sikorski.
2013	Visita a Varsóvia do então Ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado por ocasião da 19ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-19) e reunião de trabalho com chanceler Sikorski.
2015	Visita do então vice-Presidente da República, Michel Temer, à Polônia (16-17 de setembro).
2019	Encontro entre os Presidentes Bolsonaro e Duda, à margem do Fórum Econômico Mundial.
2019	Visita do chanceler polonês Jacek Czaputowics ao Brasil.
2019	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, à Polônia, para participação na Conferência Ministerial sobre Paz e Segurança no Oriente Médio.

2019	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, à Polônia, para encontros com autoridades polonesas.
2020	Conversa telefônica entre os Presidentes Bolsonaro e Duda.
2021	Encontro entre os Presidentes Bolsonaro e Duda, à margem da AGNU.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

TÍTULO DO ACORDO	ASSUNTOS	DATA	STATUS DA TRAMITAÇÃO
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Polonês de Diplomacia Ignacy Jan Padarewski sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	**Academias Diplomáticas**	17/09/2015	Em Vigor
Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas.	**Direito Penal**	26/11/2012	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre o Exercício de Trabalho Remunerado por Membros da Família que Permanecem sob Sustento de Membro do Pessoal da Missão Diplomática ou da Repartição Consular	**Dependentes - Atividades Remuneradas**	26/11/2012	Em Vigor
Acordo-quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Bilateral em Matéria de Defesa	**Defesa e Assuntos Militares**	01/12/2010	Em Vigor

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia no Campo da Luta Contra o Crime Organizado e outras Modalidades Delituosas	**Entorpecentes** Direito Penal	09/10/2006	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação no Campo da Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia	**Sanidade Animal e Vegetal**	09/04/2002	Aguarda Ratificação da(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo de Proteção das Plantas.	**Agricultura Sanidade Animal e Vegetal**	09/04/2002	Aguarda Ratificação da(s) Parte(s)
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia	**Transporte Aéreo**	13/03/2000	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Isenção Recíproca de Vistos.	**Vistos e Imigração**	14/07/1999	Em Vigor
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia.	**Cooperação Científica e Tecnológica**	05/09/1996	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Polônia	**Consultas Diplomáticas**	20/02/1995	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação Cultural.	**Cooperação Artístico-cultural**	29/07/1991	Em Vigor
Protocolo entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	**Cooperação Econômica**	05/09/1980	Em Vigor

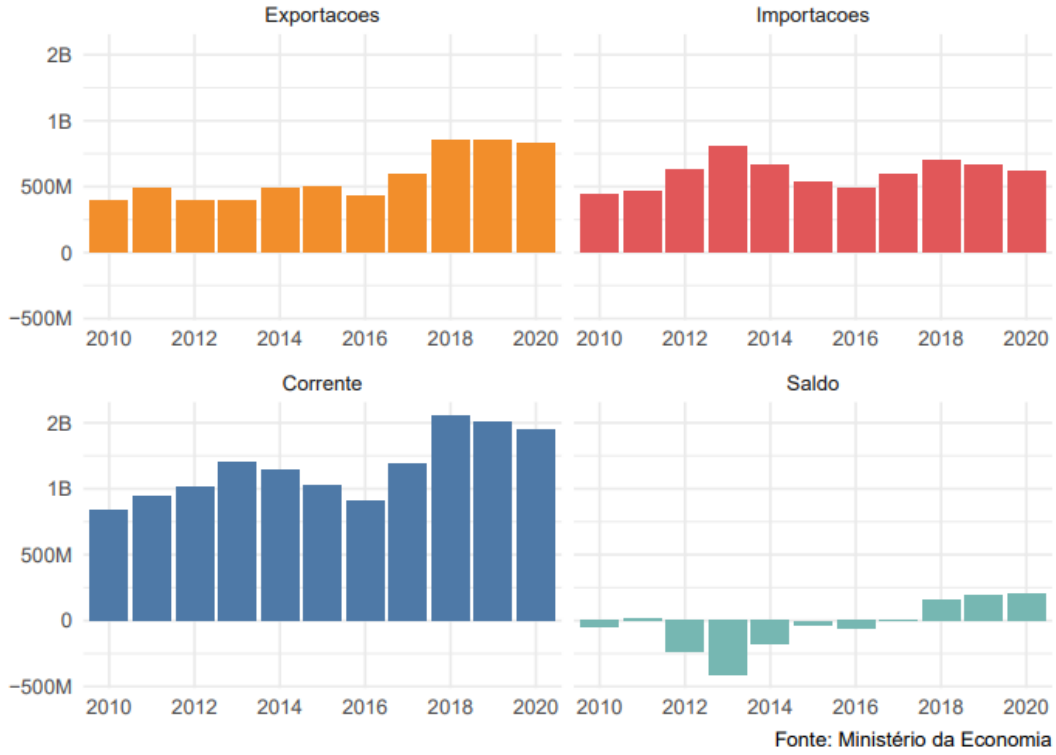
Minutas de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	**Comércio**	05/09/1980	Em Vigor
Acordo sobre o Estabelecimento de um Escritório, para Fins Comerciais, na Cidade do Rio de Janeiro entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	**Relações Diplomáticas e Consulares**	05/03/1980	Em Vigor
Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Polônia.	**Transporte Fluvial e Marítimo**	26/11/1976	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia.	**Cooperação Econômica**	16/01/1975	Em Vigor
Comunicado Conjunto entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polônia.	**Declaração Conjunta**	01/12/1962	Em Vigor
Protocolo de Negociações Econômicas entre os Estados Unidos do Brasil e a República Popular da Polônia.	**Comércio**	25/05/1961	Em Vigor
Acordo de Comércio e Pagamentos entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular da Polônia.	**Comércio**	19/03/1960	Em Vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-POLÔNIA

Fluxo de comércio anual

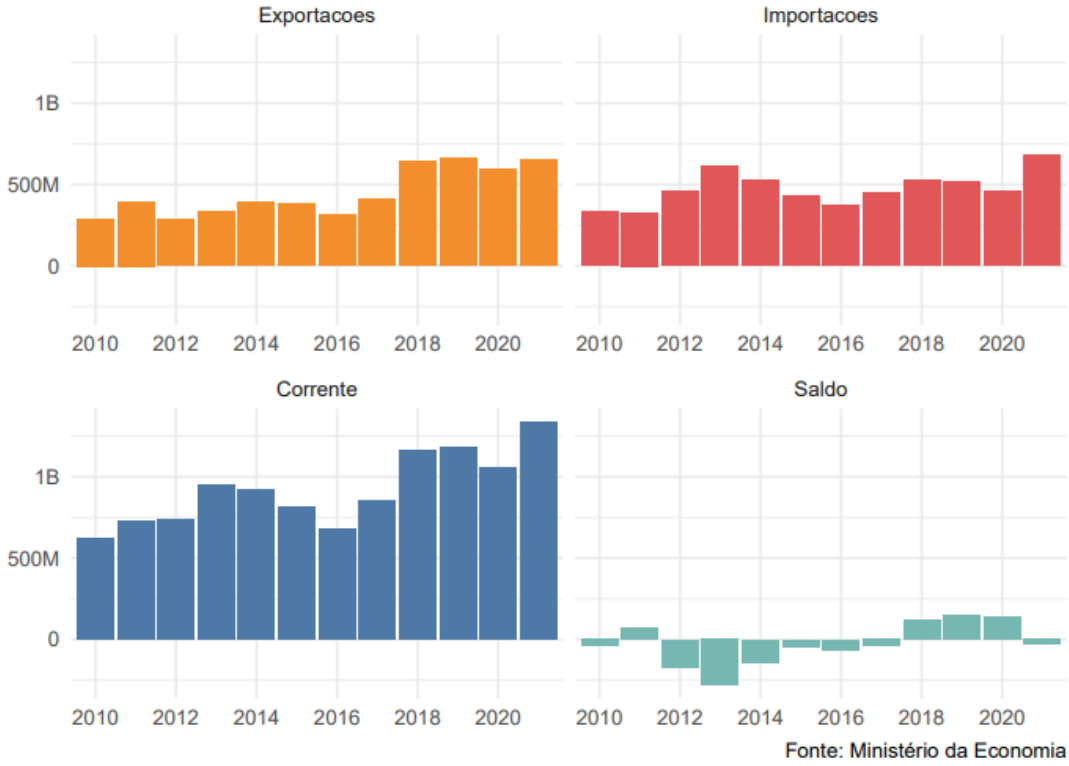


Fonte: Ministério da Economia

	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	826M (-2.86%)	850M (-0.79%)	857M (43.84%)	596M (39.31%)	428M (-13.57%)
Importacoes	619M (-6.48%)	661M (-5.56%)	700M (17.87%)	594M (21.95%)	487M (-7.97%)
Saldo	207M (9.8%)	189M (20.5%)	157M (9 317.6%)	2M (-97.2%)	-60M (-272.2%)
Corrente	1B (-4.45%)	2B (-2.94%)	2B (30.87%)	1B (30.06%)	915M (-10.68%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	495M (2.28%)	484M (22.23%)	396M (1.52%)	390M (-19.02%)	482M (22.97%)
Importacoes	529M (-20.36%)	665M (-17.82%)	809M (29.07%)	627M (34.44%)	466M (4.73%)
Saldo	-35M (-119.1%)	-181M (-143.8%)	-413M (-274.4%)	-237M (-1 652.0%)	15M (-71.5%)
Corrente	1B (-10.83%)	1B (-4.66%)	1B (18.50%)	1B (7.28%)	948M (13.27%)

Fluxo de comércio agregado até setembro

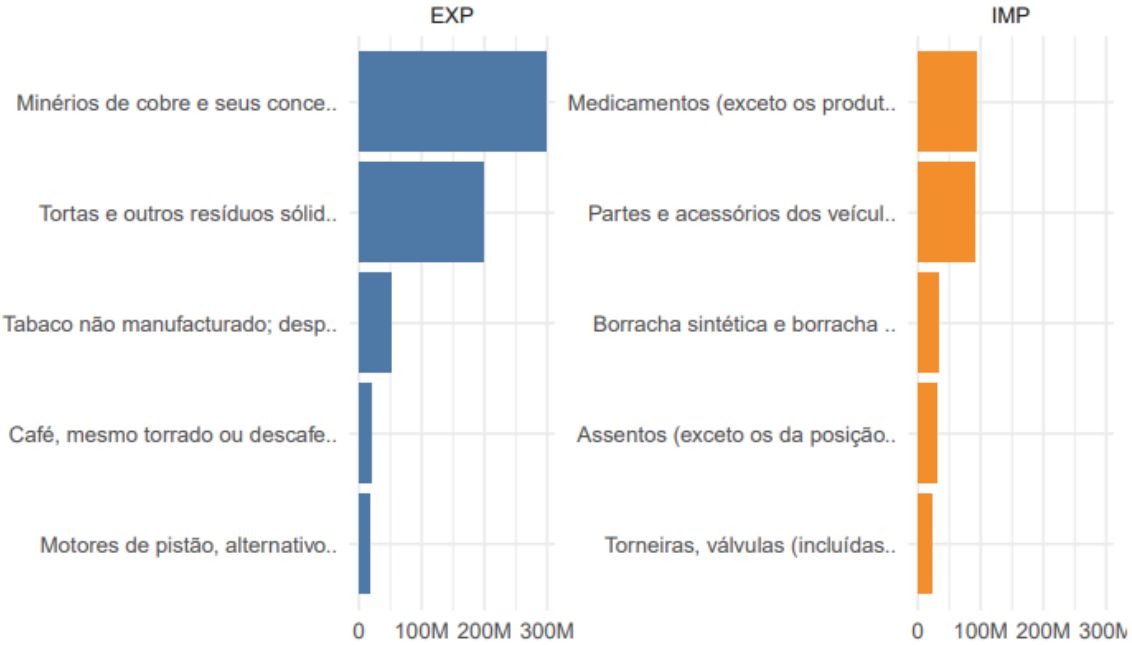


Fonte: Ministério da Economia

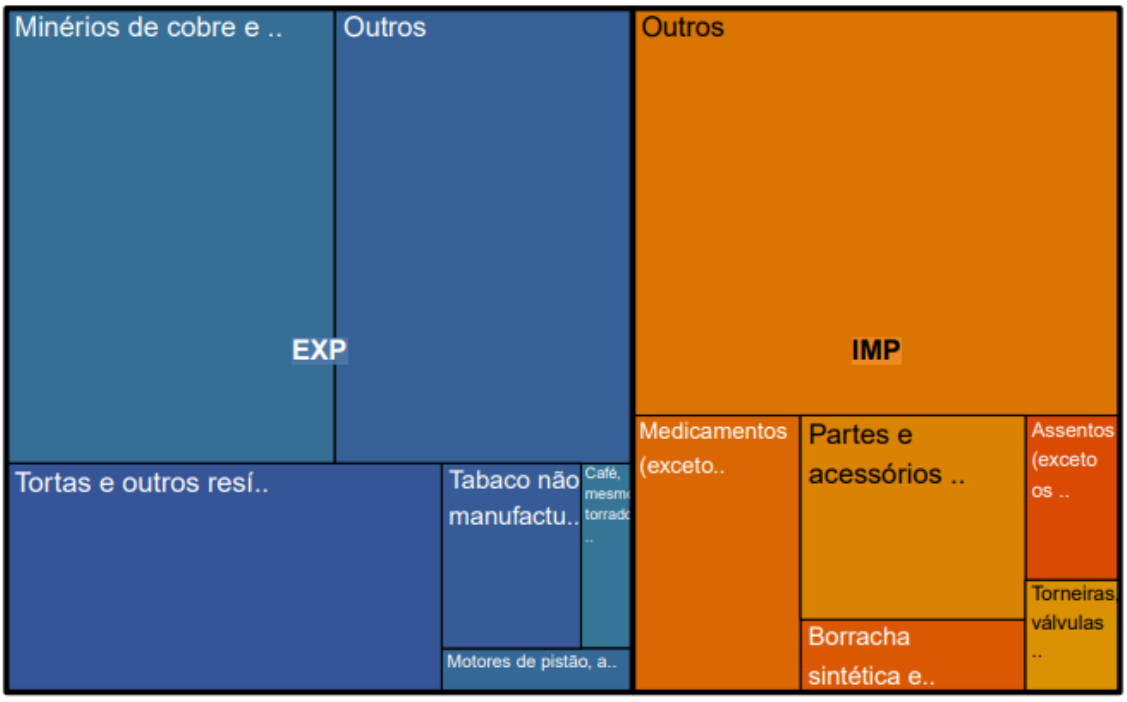
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	655M (9.56%)	598M (-10.05%)	665M (3.41%)	643M (57.92%)	407M (31.22%)
Importacoes	685M (48.9%)	460M (-11.1%)	517M (-1.3%)	524M (17.5%)	446M (19.1%)
Saldo	-29M (-121.3%)	138M (-6.4%)	148M (24.4%)	119M (202.8%)	-39M (-160.7%)
Corrente	1B (26.65%)	1B (-10.51%)	1B (1.28%)	1B (36.76%)	854M (24.58%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	310M (-19.47%)	385M (-0.49%)	387M (16.03%)	334M (16.79%)	286M (-27.91%)
Importacoes	375M (-12.8%)	430M (-19.0%)	530M (-13.8%)	615M (34.4%)	458M (39.2%)
Saldo	-65M (-245.7%)	-44M (-131.0%)	-143M (-150.9%)	-281M (-263.6%)	-172M (-354.2%)
Corrente	685M (-15.93%)	815M (-11.19%)	918M (-3.28%)	949M (27.61%)	744M (2.53%)

Principais produtos da pauta comercial

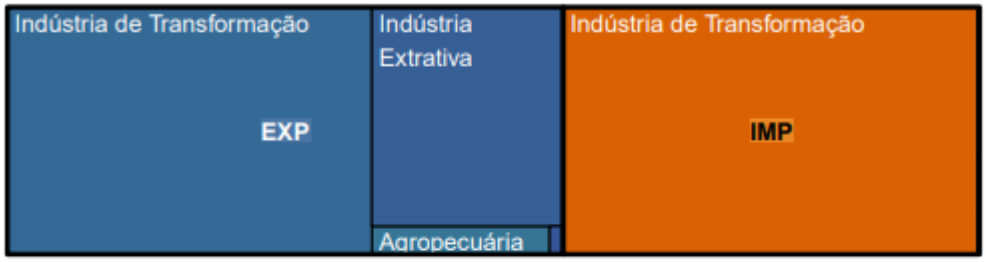


Fonte: Ministério da Economia

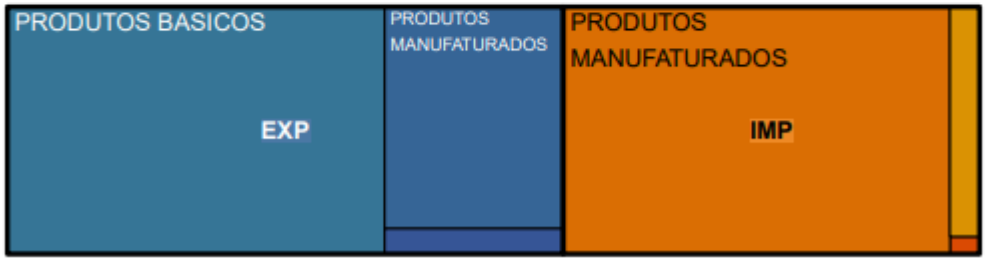


Classificações do comércio

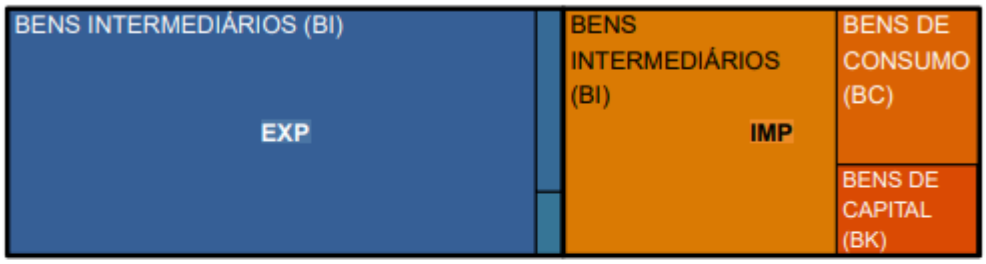
Classificação ISIC em 2020



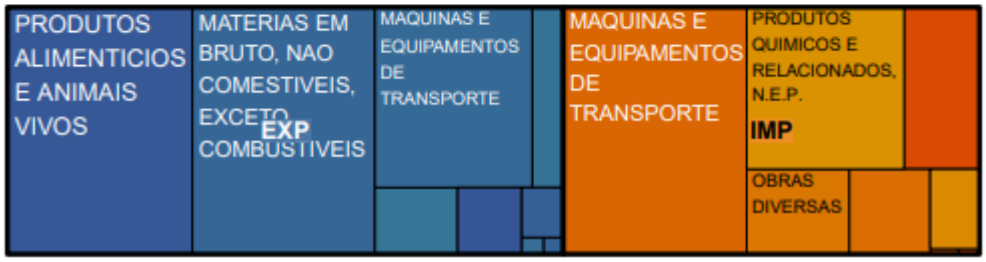
Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020

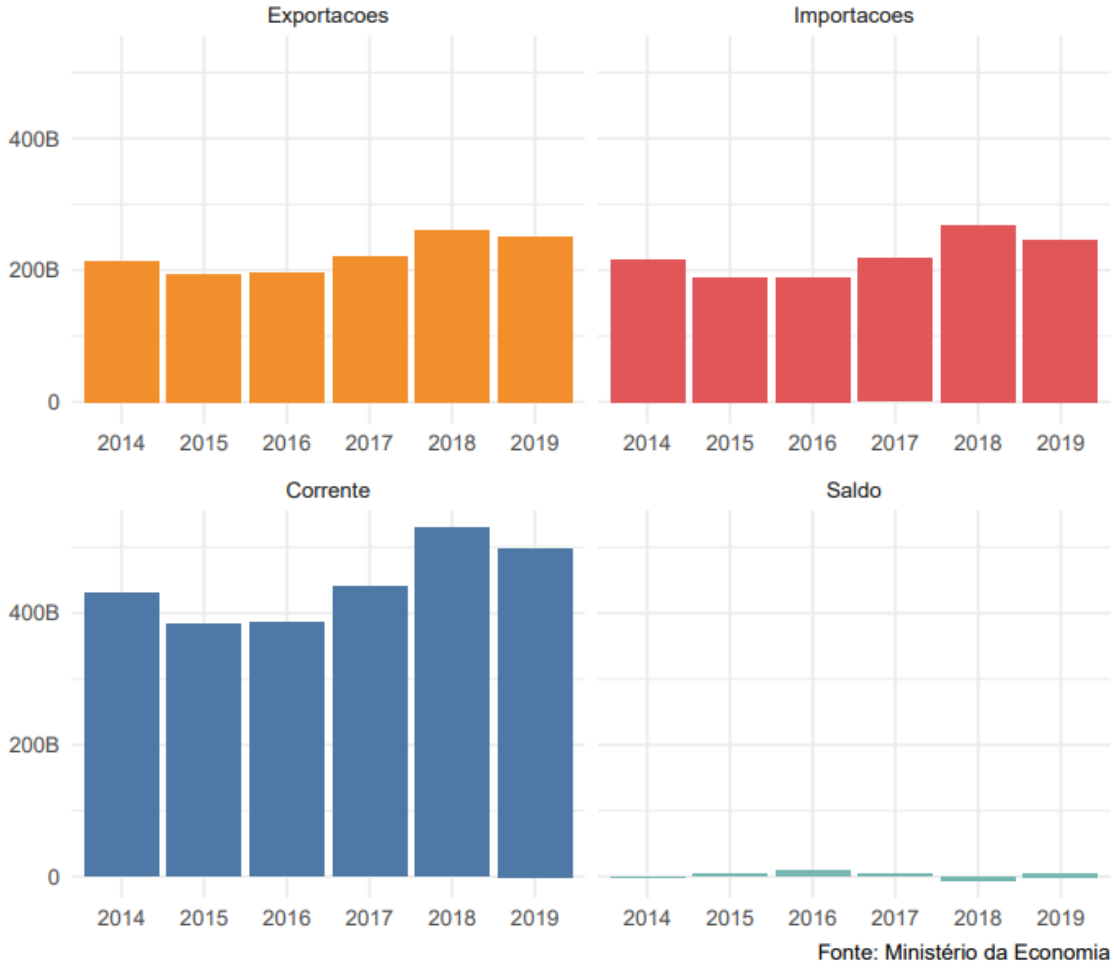


Classificação CUCI em 2020



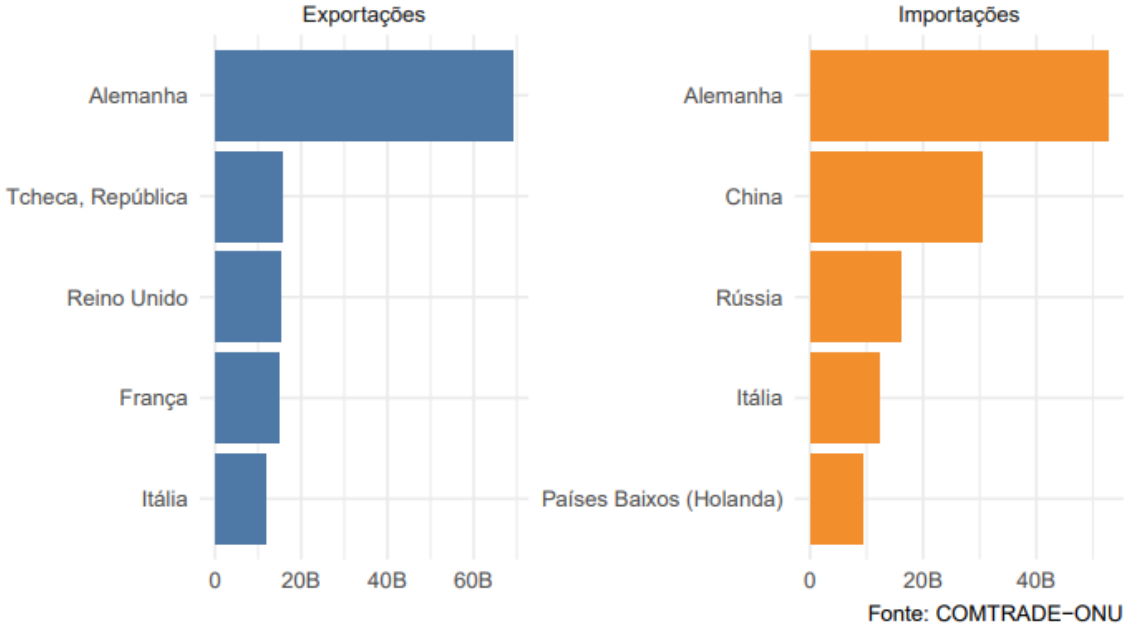
COMÉRCIO TOTAL DA POLÔNIA

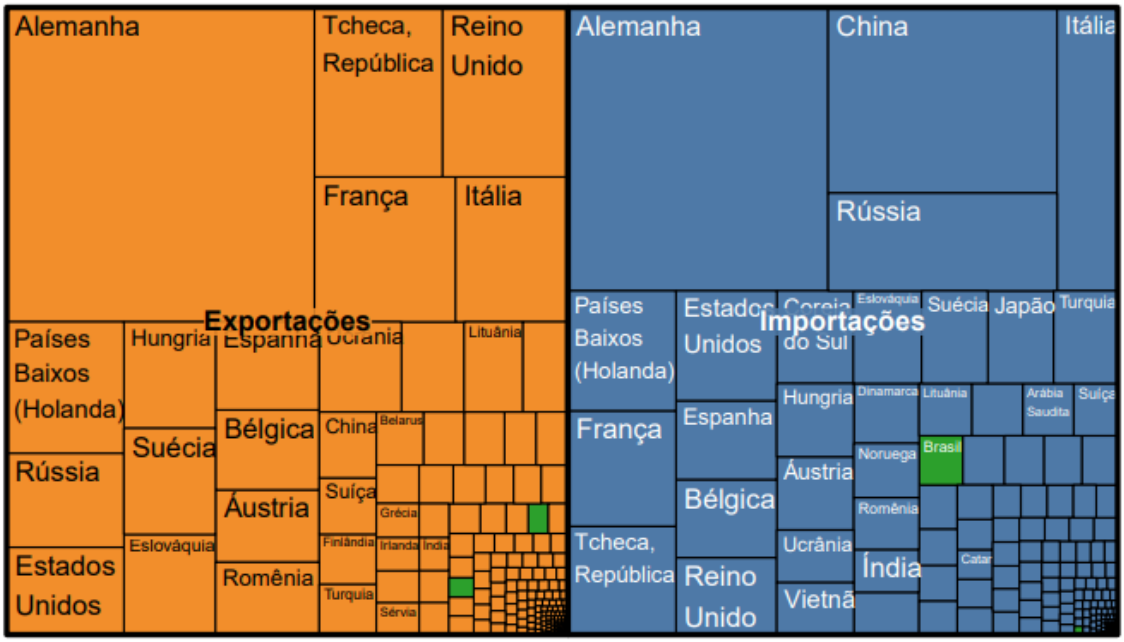
Fluxo de comércio até 2019



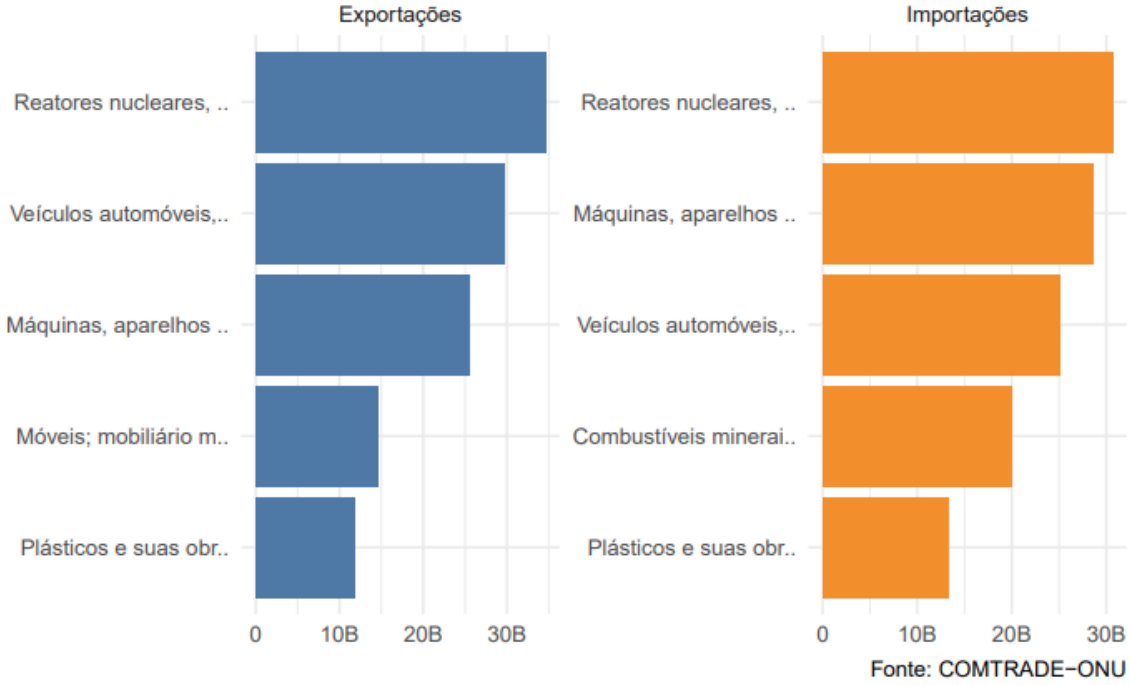
	2019	2018	2017
Exportacoes	251.86B (-3.8%)	261.82B (18.3%)	221.31B (12.7%)
Importacoes	246.65B (-7.9%)	267.70B (22.8%)	217.98B (15.6%)
Saldo	5.21B (-11%)	-5.88B (-277%)	3.33B (-58%)
Corrente	498.52B (-5.9%)	529.52B (20.5%)	439.29B (14.1%)

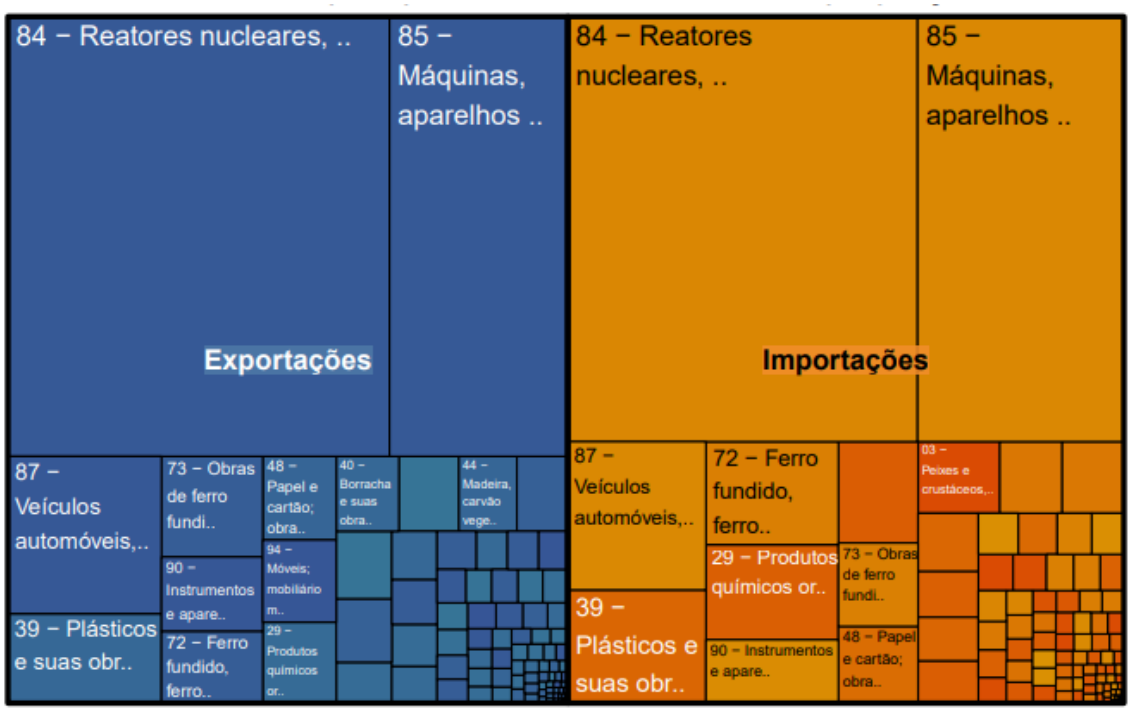
Principais parceiros comerciais em 2019





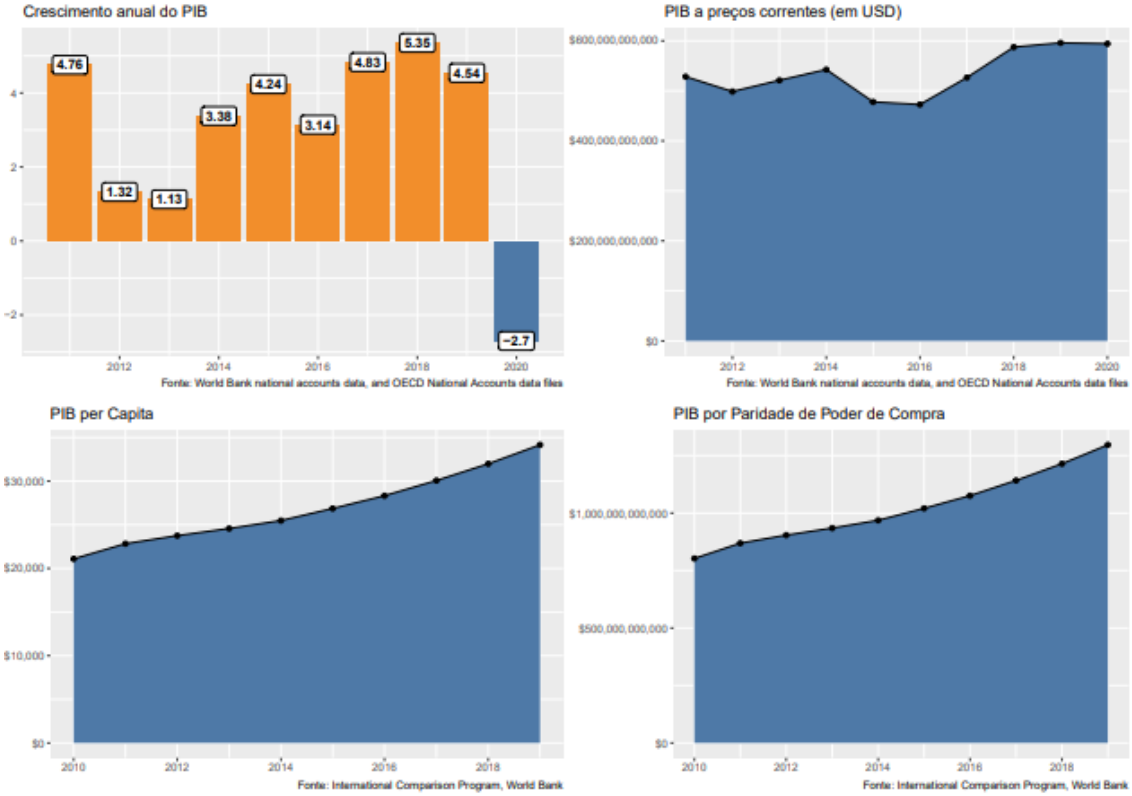
Principais produtos comercializados em 2019



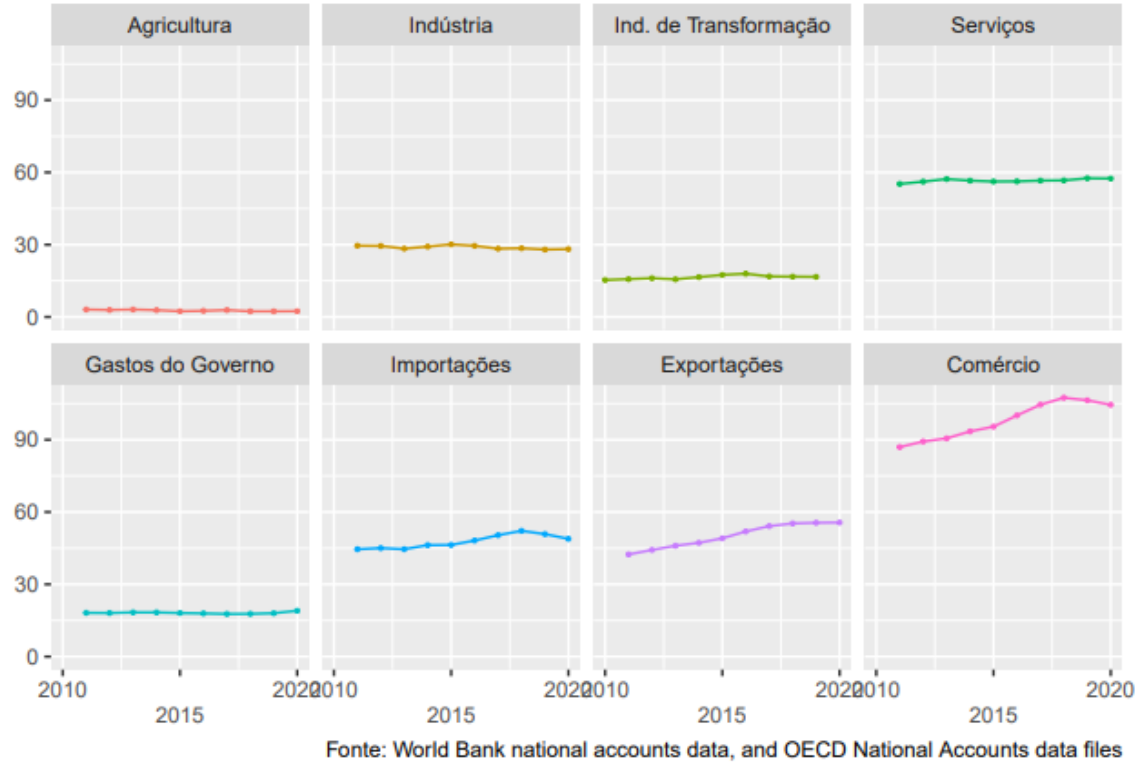


INDICADORES ECONÔMICOS INTERNOS

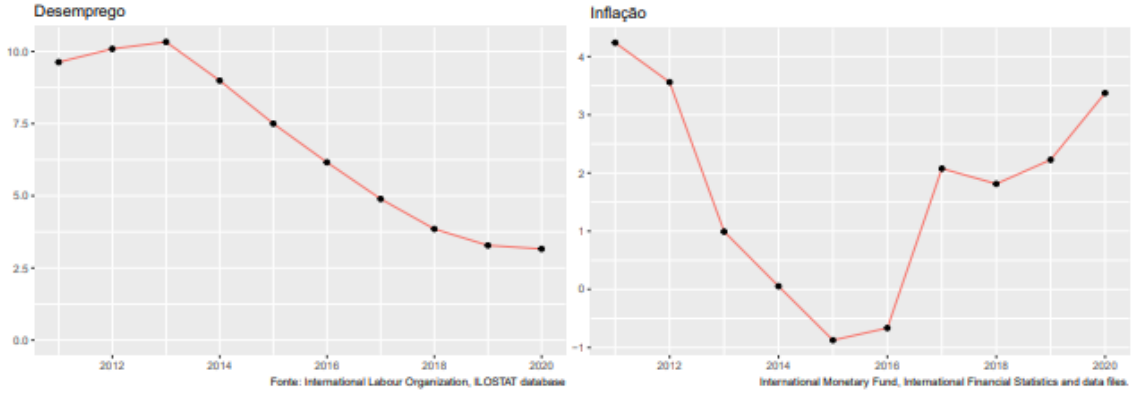
Produto interno bruto (PIB)



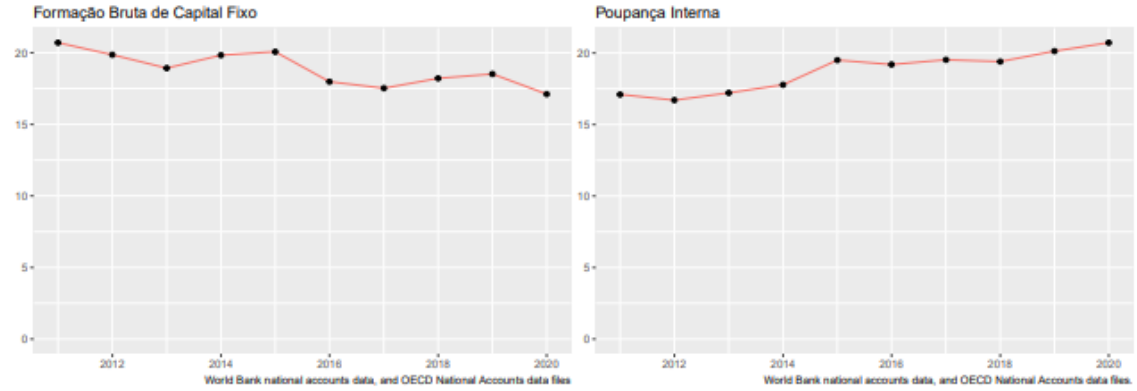
Estrutura da economia em proporção ao PIB



Indicadores de desemprego e inflação



Indicadores de investimentos



EMBAIXADA DO BRASIL EM VARSÓVIA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (nov/2018 - nov/2021):

Introdução

2. A Polônia é uma República parlamentarista, com uma Assembleia Nacional bicameral, composta pelo Senado, sua câmara alta, e o parlamento propriamente dito, o "Sejm", câmara baixa. Conforme o censo mais recente, de 2019, conta com 38,3 milhões de habitantes, sendo o sexto maior país europeu, com área de 312.685 km2. É país de população amplamente católica, com cerca de 91% de seus habitantes que declaradamente professam a religião.

3. Desde novembro de 2015 vem sendo governado pela coalizão "Direita Unida", que reúne atualmente cinco partidos ou agremiações, liderada pelo "Lei e Justiça" ("Prawo i Sprawiedliwosc" - PiS). O país adota o sistema semipresidencialista de governo, com a chefia de Estado cabendo ao Presidente Andrzej Duda e, a de governo, ao Primeiro-Ministro Mateusz Morawiecki, ambos do PiS.

4. Em 2020, a Polônia contou com PIB per capita de US$ 34.459, nominal de US$ 596 bilhões e de US$ 1,2 trilhão, medido pelo critério de poder de paridade de compra (PPP). No contexto da crise sanitária global do covid-19, sua economia recuou 2,7% em, 2020, após vir crescendo sustentadamente ao longo da segunda metade da década passada, com índice médio anual de 5%, desde 2017. Seu índice de desenvolvimento humano é de 0,880, ocupando a 35ª posição entre 189 países aferidos.

5. Aspecto do relacionamento bilateral com o Brasil o qual caberia destacar, a Polônia conta, no País, com seu segundo ou terceiro maior contingente migratório em todo o mundo (primeira geração e descendentes), após a região de Chicago, EUA, e, talvez, a Alemanha. Essa notável presença nacional polonesa no País é sempre lembrada, pelas autoridades polonesas, como fator que avulta a importância do Brasil no quadro das relações políticas e culturais bilaterais e da política externa polonesa de modo geral.

Inserção da Polônia na UE e no mundo: política externa

6. O fulcro da política externa da Polônia têm sido as questões de defesa e segurança nacionais. O receio de um possível expansionismo russo situa-se no cerne dos cálculos políticos poloneses para a Europa centro-oriental. Nesse sentido, as relações Polônia-Rússia têm sido tradicionalmente marcadas por grande desconfiança por parte de Varsóvia, a qual, cabe frisar, é compartilhada por quase todos os atores do espectro político do país, tanto na base governista, quanto na oposição, e envolvendo aspectos e considerações, tanto de índole histórica, quanto mais contemporâneos.

7. Os poloneses consideram as ações russas na Ucrânia (anexação da Península da Criméia e conflito no leste do país) e na Geórgia (reconhecimento da independência da Abcásia e da Ossétia do Sul) como fatores desestabilizadores e ameaçadores da soberania e da integridade territorial polonesas. Também consideram os russos como responsáveis por uma "guerra híbrida" contra adversários da região centro-oriental e, notadamente, Varsóvia, ataques que se consubstanciariam em campanhas de desinformação; invasão de sistemas digitais; perseguição de opositores do regime russo no exterior; e manipulação de movimentos migratórios irregulares na direção da fronteira leste da União Europeia – com as plenas participação e conivência da vizinha Belarus.

8. Para tentar conter tais possíveis ações expansionistas e hostis russas e reforçar sua proteção, a Polônia adota estratégia político-militar de três pilares fundamentais: i) reforço da própria capacidade de defesa, por meio da ampliação dos gastos militares; ii) engajamento da OTAN; e iii) aliança militar e de segurança com os EUA.

9. A Polônia tem meta de ampliar gradualmente seu gasto com defesa até alcançar 2,5% do PIB. Hoje, os gastos militares situam-se um pouco acima de 2%, o que já a posiciona, juntamente com Bulgária, EUA, Estônia, Grécia e Reino Unido, como os membros da OTAN que mais investem nesse setor. O país tem anunciado importantes aquisições de materiais bélicos, que poderão corresponder a elementos de dissuasão contra possíveis ações russas: 32 caças F35, ao custo de US$ 4 bilhões (2020), e 250 tanques M1A2 Abrams, por US$ 6 bilhões (2021), além do anúncio da instalação de nova base norte-americana antimísseis nas cercanias do Mar Báltico. Trata-se, nos dois primeiros casos, de equipamentos norte-americanos de última geração, que poderiam enfrentar os russos mais modernos, como os caças SU-35s, SU-57 e tanques T-14 Armata.

10. A Polônia promove, dessa forma, o reforço das capacidades militares, logísticas e de inteligência da OTAN em seu chamado "flanco oriental" (países fronteiriços com a Rússia), assim como política de "portas abertas" da OTAN, postulando o ingresso na Organização de novos membros da região, tais como Ucrânia e Geórgia.

11. Mesmo diante de um relativo esfriamento inicial das relações bilaterais com os EUA, em relação aos tempos do presidente Donald Trump à frente da Casa Branca, a Polônia tem mantido robusta aliança estratégica com aquele país. O governo polonês continua a considerar os EUA como seu principal aliado extraeuropeu, essencial para sua segurança, espécie de "garante" da soberania deste país após a queda do regime socialista, notadamente contra a propalada ameaça russa. A Polônia tem sido, nesse quadro, um dos principais defensores de boas relações no eixo transatlântico. O incremento da presença militar americana neste país, em 2020; o copatrocínio, com os EUA, de Reunião Ministerial para Promover Futuro de Paz e Segurança no Oriente Médio (2019); e a aludida aquisição recente de US$ 10 bilhões em equipamentos militares norte-americanos, nos próximos anos, demonstram os esforços poloneses de reforçar a parceria e a cooperação transatlântica em defesa.

12. A Polônia busca, também, o auxílio norte-americano para assegurar sua segurança energética; para diminuir sua dependência do carvão como fonte energética primária; e para evitar a utilização do gás proveniente da Rússia. Buscando esses objetivos, fechou contrato de longo prazo para aquisição de gás liquefeito de petróleo com companhia dos EUA e assinou acordo com aquele país para desenvolver sua primeira usina nuclear. Os norte-americanos, de sua parte, comprometeram-

se, em 2020, a investir US$ 1 bilhão em projetos de infraestrutura no âmbito da "Iniciativa dos Três Mares", cujos projetos principais vêm sendo capitaneados pela Polônia.

13. O relacionamento bilateral da Polônia com os países da América do Sul tem sido positivo e construtivo, estando, no entanto, bastante aquém do potencial que interessaria à Polônia e aos países do continente de modo geral. A última visita de um chefe de estado ou de governo polonês à região ocorreu em maio de 2008. Naquela ocasião, o então primeiro-ministro Donald Tusk visitou o Chile e o Peru e participou da Cúpula ALC-UE, em Lima. Como nota de destaque da política externa polonesa para a América do Sul, este país tem condenado veementemente o regime de Nicolás Maduro na Venezuela, manifestando-se, nesse particular, na maioria das vezes, em estreita sintonia com as posições e declarações da UE sobre a situação venezuelana.

14.E m que pese a prioridade conferida ao eixo euro-atlântico, a política externa polonesa tem buscado revalorizar, desde 2012, as relações com as potências emergentes, notadamente na área econômico-comercial e particularmente com Brasil (a ser objeto de item específico mais abaixo), China e Índia.

15. Em relação aos temas regionais, a Polônia busca exercer papel de liderança, sobretudo no seu entorno imediato na Europa Central e do Leste. Para isso, atua tanto isoladamente, quanto em coordenação com os demais membros do Grupo de Visegrado (V4, constituído por Eslováquia, Hungria, Polônia e República Tcheca). O sucesso desse esforço e dessa estratégia pode ser aferido pelos seguintes resultados: i) êxito da aludida "Iniciativa dos Três Mares", cujo objetivo, conforme mencionado, é o de melhorar a infraestrutura de transporte, energia e novas tecnologias na Europa Central e do Leste. Dois entre os projetos mais relevantes no âmbito da Iniciativa são a "Via Carpatia", autoestrada que deverá atravessar toda a região, conectando a Lituânia à Grécia, e a construção de infraestrutura de gás natural liquefeito, com gasodutos conectados a terminais marítimos na Polônia e na Croácia; ii) compromisso de Alemanha, França e Polônia de revigorar o "Triângulo de Weimar", após o Brexit, a partir de 2016; e iii) estabelecimento de novos foros de coordenação e concertação, tais como o Triângulo de Lublin (Lituânia, Polônia e Ucrânia), em 2020.

16. A Polônia é entusiasta defensora da aproximação entre a União Europeia e os países que então se situavam na órbita da antiga União Soviética. Nesse sentido, incentiva e participa de iniciativas a cargo de mecanismos de concertação como a "Parceria para o Leste" (Armênia, Azerbaijão, Belarus [suspensa], Geórgia, Moldova e Ucrânia) e nos Bálcãs Orientais (Albânia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia, além do Kosovo).

17. Em anos recentes, a Polônia tem criticado certas políticas comunitárias da UE, com o atual governo advogando que instituições e aspectos da legislação europeia seriam complementares e subsidiários ao Estado nacional polonês – que tem invocado princípios de nacionalismo, soberania e autodeterminação em diversos momentos de seu relacionamento com Bruxelas. Acusa, por exemplo, instituições da UE de extrapolarem poderes a elas concedidos pelos tratados constitutivos. A Comissão Europeia, e a maior parte dos países da região, por sua vez, criticam o atual governo polonês em razão de políticas e medidas como: i) recusar-se a receber solicitantes de asilo durante a crise migratória de 2015; ii) ser o único país da UE a não se comprometer nacionalmente com a meta de "neutralidade climática" até 2050; iii) implementar políticas

consideradas discriminatórias de pessoas LGBTI (ainda que tais políticas tenham sido amplamente revertidas nos âmbitos "estadual" e municipal); iv) "romper" com o Estado de Direito, em razão das reformas do judiciário que alegadamente reduziriam a independência daquele poder; v) descumprir determinações do Tribunal de Justiça da UE (notadamente nos casos dos procedimentos relativos ao regime disciplinar do judiciário polonês e à disputa bilateral com a República Tcheca relativa à mina carbonífera de Turów); e vi) subverter os "fundamentos da União Europeia", devido à decisão recente do Tribunal Constitucional polonês, que considerou que a Constituição nacional polonesa teria primazia sobre os Tratados constitutivos da União. A mencionada decisão do Tribunal Constitucional – prolatada em 7 de outubro de 2021, em resposta a consulta formulada pelo primeiro-ministro Mateusz Morawiecki – desencadeou o que pode ser considerada a mais grave crise da Polônia com a UE em toda a história.

18. No que tange à atuação polonesa em foros globais, cabe notar que o discurso soberanista no âmbito regional não restringe a importância conferida pela Polônia à concertação multilateral e plurilateral. O país busca valorizar a atuação de organizações internacionais e defender soluções negociadas multilateralmente. Destacam-se nessa seara, a realização da cúpula da OTAN em Varsóvia, em julho de 2016; a eleição para assento não-permanente no CSNU (biênio 2018-2019); a organização da 24ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças do Clima (COP 24) em Katowice, em dezembro de 2018; a realização da Conferência Ministerial sobre Oriente Médio em Varsóvia, em fevereiro de 2019; e a realização do Fórum de Governança da Internet das Nações Unidas (IGF 2021), em Katowice, em dezembro de 2021.

Política interna

19. O titular da embaixada iniciou sua gestão, em novembro de 2018, em meio a mudanças marcantes na política interna polonesa. A eleição do presidente Andrzej Duda, em julho de 2015, e a formação do governo pelo PiS, após sua vitória nas eleições parlamentares de 2018, trouxeram mudanças significativas para a administração do país, tanto no âmbito interno, quanto no externo.

20. Naquelas eleições de 2015, o PiS tornou-se o primeiro partido, desde 1991, a formar maioria para governar sozinho, conquistando 235 cadeiras de um total de 460 no "Sejm" (a câmara baixa – e mais importante – do parlamento). Nas últimas eleições parlamentares, em outubro de 2019, o PiS obteve, novamente 235 cadeiras. A coalizão governista "Direita Unida" recebeu, como um todo, 43,59% dos votos (dos quais 35,29% correspondiam a sufrágios diretamente ao PiS), contra 27,4% da segunda colocada, a Coalizão Cívica (KO, liderada pela Plataforma Cívica/PO), de perfil mais liberal ou social-democrata. No Senado, contudo, o PiS perdeu em 2019 a maioria conquistada em 2015, passando então a contar com 48 cadeiras, do total de cem (contra 61 em 2015).

21. Ainda que o partido tenha perdido o controle do Senado, a ampla margem de vitória para o "Sejm" pode ser atribuída ao cenário econômico positivo que aliava, até 2019, crescimento (5,1%) e baixo desemprego (3,3%). Pode-se afirmar, assim, que parcela significativa da população, sobretudo aquela residente em vilas e vilarejos, bastiões do PiS, está satisfeita com a atual gestão. Tal parcela identificar-se-ia com a defesa do nacionalismo e de uma identidade polonesa que teria como valores o cultivo da "família tradicional" e da religião católica. Mencione-se ainda, como fator de popularidade do PiS e da "Direita Unida", a instituição de programa de auxílio-natalidade

pelo governo atual, intitulado "500+", que consiste em transferência de renda mensal de PLN (carca de US$ 130) às famílias, a partir do segundo filho, independentemente do seu nível de rendimentos. Para as famílias de baixa renda, contudo, o auxílio é concedido já a partir do primeiro filho.

22. Ainda que tenha alcançado a reeleição, a plataforma política do governo tem gerado série de controvérsias neste país, sobretudo nos grandes centros urbanos, onde a liderança do PiS é mais frágil. Entre os temas que geraram mais controvérsia poderiam se destacar as reformas do Judiciário, novas restrições ao aborto e as disputas com a União Europeia (UE) decorrentes de tais temas e políticas.

23. As reformas no poder judiciário foram justificadas pelo PiS com a alegação que uma das falhas da transição para a democracia, em 1989, foi não ter realizado necessários ajustes no setor. Para o partido, as cortes seriam politizadas, ineficazes e corruptas, com juízes perpetuando-se em suas funções desde os tempos do comunismo. As medidas adotadas pelo governo buscariam trazer "maior responsabilização ao Judiciário" e aproximá-lo do Parlamento e da Presidência da República (instituições democraticamente eleitas), o que estaria em consonância com o espírito democrático e com as práticas de diversos países europeus – conforme preconiza a justificativa oficial. O líder do PiS, Jaroslaw Kaczynski (irmão gêmeo do ex-Presidente polonês Lech Kaczynski, morto em desastre aéreo, quando exercia a presidência, na cidade russa de Smolensk, em abril de 2010), propugnou, nesse sentido, que "sem uma profunda reforma seria difícil consertar o país", já que os tribunais seriam "a última barreira, o último nível de tomada de decisão em diversos casos".

24. Os críticos argumentam, contudo, que o PiS estaria minando a autonomia do poder judiciário. Segundo eles, desde outubro de 2015, certas ações do governo teriam por objetivo buscar o controle de tribunais pelo executivo e pelas forças governistas, quais sejam:

i) indicou juízes para o Tribunal Constitucional em alegada violação de regras constitucionais;
ii) reduziu a idade de aposentadoria de juízes;
iii) criou e indicou magistrados em câmara especial da Suprema Corte responsável por disciplinar juízes, inclusive em razão do teor de suas decisões;
iv) alterou a composição do Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo processo de designação de juízes;
v) aprovou lei que impede juízes de se pronunciarem quanto à juridicidade das nomeações de magistrados a cargo do Presidente da República; e
vi) mais recentemente, consultou o Tribunal Constitucional questionando a primazia das Constituição polonesa sobre os Tratados constitutivos da UE.

25. Também mais recentemente, em agosto de 2021, disputas entre a ala mais liberal e pró-europeia da "Direita Unida" e partidários mais nacionalistas e conservadores levaram à exclusão da coalizão governista do partido "Porozumienie" (Acordo), liderado pelo então ministro do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Tecnologia, Jaroslaw Gowin. O ex-ministro vinha buscando diferenciar-se do restante do governo ao defender posições mais pró-europeias e liberais. O ponto de ruptura deu-se com críticas do Porozumienie ao novo programa de governo e ao pacote de incentivo econômico-social para o "pós-pandemia". Tal ruptura acarretou, ao menos nominalmente, que o

governo perdesse a maioria no Sejm, já que a "Direita Unida" passou a contar com apenas 228 cadeiras, das 460 da Câmara Baixa. O líder do PiS, Jaroslaw Kaczynski, conseguiu, contudo, articular nova aliança informal com o pequeno partido "Kukiz'15" e, juntamente com outros deputados independentes, passou a obter apoio e maioria em pautas de maior interesse para a coalizão majoritária.

26. Ainda que tenha enfrentado reveses, o PiS continua sendo o líder em sondagens eleitorais. Caso fossem convocadas eleições antecipadas (o que é improvável no cenário político atual), o partido alcançaria cerca de 35% dos votos, contra cerca de 25% da PO. Observa-se, contudo, ligeira queda nas intenções de voto no partido governista em relação ao último pleito, assim como o crescimento do PO. Este foi observado desde o retorno do ex-primeiro-ministro Donald Tusk à política nacional, em julho deste ano, da qual estava afastado desde o fim de seu mandato como presidente do Conselho Europeu (2014-2019).

Economia

27. A embaixada elaborou regularmente relatórios sobre a atividade econômica na Polônia, notadamente dados relativos a comércio exterior e investimentos, com vistas ainda a identificar oportunidades para produtos, serviços e investimentos brasileiros neste país.

28. A economia polonesa tem apresentado trajetória de crescimento sustentado desde os anos 1990, a partir de seu processo de transição para a economia de mercado, expandindo-se, desde então, à taxa média de 4% ao ano. Houve, porém, recessão em 2020, devido aos efeitos da pandemia da covid-19, quando o PIB se retraiu em 2.7%. Cabe registrar, todavia, que a atividade econômica neste país foi bem menos afetada, em 2020, do que a média dos países membros da UE e da zona do euro, cujo PIB se contraiu em 6.1% e 6.6%, respectivamente, no ano passado.

29.Tal desempenho reflete os bons fundamentos da economia polonesa que, a partir de estabilidade macroeconômica observada desde que passou a adotar práticas de livre-mercado. Desde sua adesão à União Europeia, em 2004, o país logrou atravessar de forma relativamente incólume graves crises financeiras, como a global de 2008 e a do euro de 2011 – assim como a desestruturação econômico-produtiva global e dos mercados causada pela pandemia da covid-19.

30.Em 2021, espera-se que a economia cresça 5,3% (4,9%, em 2022). O PIB per capita do país, por paridade de poder de compra, tem-se aproximado, conforme aludido no início deste relatório, daquele dos seus pares ocidentais (US$ 34.459, em 2020), ultrapassando países como Portugal e Grécia e elevando-se, assim, à condição de país de renda alta, com uma classe média em franca ascensão em termos de poder aquisitivo. O país tem-se beneficiado, além do mais, da condição de receptor líquido de fundos europeus, ao mesmo tempo em que tem mantido sólidos fundamentos macroeconômicos, sem descurar de investimentos em setores como infraestrutura, educação e inovação. Como resultado, a Polônia tornou-se importante destino de fluxos de investimentos estrangeiros diretos, não apenas oriundos de seus pares na UE, mas também de países como EUA, Coreia do Sul e Japão, incentivados ainda pela posição geográfica central polonesa no continente europeu e pelos custos competitivos de sua mão de obra qualificada.

31. Desde 2015, com a chegada ao poder do PiS e da Direita Unida, o governo tem incrementado os gastos com políticas sociais redistributivas e de incentivo demográfico, cujo carro-chefe tem sido, tal como mencionado na seção sobre Política Interna acima, o programa "Família 500+". Tem também concedido elevações do salário mínimo e reduzido a idade mínima de aposentadoria. Medidas de estímulo como tais têm reduzido desigualdades e impulsionado o consumo privado, com efeitos positivos sobre a economia. Tais despesas do governo têm, em boa medida, sido compensadas, sob a ótica do equilíbrio macroeconômico, pelo volume significativo de recursos oriundos da UE, ao mesmo tempo em que mantém as contas públicas sob controle. Em 2019, o déficit fiscal foi de apenas 0,7% do PIB.

32. No contexto da crise econômica decorrente da pandemia do covid-19, o governo recorreu a política fiscal ainda mais expansionista, editando medidas de apoio aos setores mais afetados, tais como concessão de subsídios para pequenas empresas, cofinanciamento público do pagamento de salários e renúncia temporária a tributos patronais. Se, por um lado, tal cenário elevou o déficit público a 7% do PIB, em 2020 (devendo manter-se nesse patamar em 2021), por outro contribuiu para evitar que o desemprego atingisse níveis muito elevados. Em 2020, a taxa de desocupação foi de 5,9%, devendo assim manter-se em 2021, convergindo progressivamente para 5%, até 2025. Em razão da crise pandêmica, a política monetária do banco central polonês também tem sido expansionista, seja por meio da redução da taxa de juros de referência, de 1,5% para 0,1%, seja pela adoção de programa de afrouxamento monetário quantitativo ("quantitative easing" - QE), que permitiu a expansão dos ativos daquele banco em 40%. Já a taxa inflação na Polônia deve situar-se em 4.1%, em 2021, após ter sido de 3.4%, em 2020, e de 2,3%, em 2019.

33. Estima-se que o déficit fiscal do governo começará a ceder a partir de 2022, caindo para 4,2% (reduzindo-se a 2%, até 2025), uma vez que as medidas de enfrentamento da crise deverão encerrar-se e as despesas extras com o sistema de saúde também deverão ser reduzidas no cenário pós-pandemia. A Polônia conta com recursos da UE da ordem de EUR 23,.9 bilhões, além de EUR 75 bilhões extras, em fundos estruturantes. Tais repasses vêm sendo questionados, no entanto, no âmbito da própria UE, pelas questões políticas comunitárias alusivas ao "Estado de direito" na Polônia e ao "mecanismo de condicionalidades", tal como observado no item "Política Externa" acima.

34. No que se refere ao comércio exterior, as exportações polonesas mostraram-se competitivas e diversificadas no contexto da pandemia, recuando apenas 0,3% em 2020, em termos anuais. Tal desempenho relativamente positivo deve-se, principalmente, à produção manufatureira polonesa, permitindo que o impacto negativo da pandemia sobre as exportações da indústria automobilística, por exemplo, fosse amenizado pelas vendas de produtos não tão afetados ou mesmo sujeitos a aumento de demanda, tais como farmacêuticos, nicotínicos, alimentícios e de vestuário, além de bens de consumo duráveis (eletrodomésticos, eletroeletrônicos e móveis). O país encontra-se, além disso, inserido em cadeias globais de produção ligadas ao setor da eletromobilidade, que ganhou impulso durante a pandemia, fortalecendo, assim, a posição polonesa de fabricante e exportadora de ônibus elétricos e baterias de lítio.

35. Em 2021, as exportações de bens e produtos têm seguido trajetória ascendente, acompanhadas, desta feita, de aumento também das importações nesse setor, dada a retomada da demanda interna, reduzindo, portanto, o saldo da balança comercial que, apesar disso, se mantém positivo. Em 2020,

o saldo no setor de bens foi de US$ 14,3 bilhões, ao passo que, em 2021, estima-se que será de cerca de US$ 10 bilhões. No que tange à balança comercial de serviços, a Polônia também possui saldo superavitário, que se tem expandido a despeito dos efeitos da pandemia. Em 2019, ele fora de US$ 26,47 bilhões; em 2020, US$ 26,87 bilhões; e, em 2021, esperam-se US$ 29,31 bilhões. Os principais serviços exportados pela Polônia são os relacionados a transportes, indústria manufatureira e outros profissionais (principalmente os ligados a marketing, engenharia, arquitetura e técnicos). Tanto no comércio de bens quanto no de serviços, o principal parceiro da Polônia é a Alemanha, com expressiva vantagem frente aos demais, reflexo da profunda integração de suas cadeias produtivas.

36. Quanto à atração de investimento estrangeiro direto (IED), por seu turno, a Polônia manteve sua atratividade mesmo no cenário pandêmico, atraindo volume expressivo de IED, sobretudo nos setores automotivo, financeiro, de comércio varejista e TI. Em 2020, o país foi o destino de um quarto do total do fluxo de investimentos estrangeiros na Europa centro-oriental, recebendo US$ 13,8 bilhões, acima do valor registrado em 2019 (US$ 10,8 bilhões), oriundos principalmente dos Países Baixos, Luxemburgo e Alemanha. Do Brasil, naquele ano, partiram investimentos da ordem de US$ 7,5 milhões, principal emissor latino-americano de IED para a Polônia, seguido pelo México (US$ 5,2 milhões).

Relações bilaterais

Aproximação e cooperação política

37. O relacionamento bilateral passa por momento de especiais afinidade e aproximação desde a posse do presidente Jair Bolsonaro, em 2019. Os governos brasileiro e polonês autodefinem-se como conservadores e compartilham percepções afins sobre o tratamento de diversos temas da agenda internacional, tais como migrações, liberdade religiosa, proteção à família, defesa da democracia e do livre-mercado, entre diversos outros.

38. Essa afinidade e aproximação têm-se expressado na intensificação de encontros bilaterais de alto nível, a partir de janeiro de 2019, os quais relaciono, em ordem cronológica:

i) comparecimento do chanceler Jacek Czaputowicz à posse do presidente Bolsonaro (janeiro/19);
ii) encontro entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente Andrzej Duda à margem do Fórum Econômico Mundial de Davos (janeiro/19);
iii) visita ao Brasil do ministro-chefe da Presidência, Krzysztof Szczerski (abril/2019);
iv) visita do ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo para participar da Conferência sobre Oriente Médio, em Varsóvia (fevereiro/19);
v) visita bilateral do ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo à Varsóvia (maio/19);
vi) consultas políticas lideradas pelo Secretário de Negociações Bilaterais para Oriente Médio, Europa e África (agosto/19);
vii) participação do chanceler Jacek Czaputowicz em reunião de consultas políticas em Brasília e na abertura do GT sobre Assuntos Humanitários, no âmbito do Processo de Varsóvia (fevereiro/2020);
viii) videoconferência por ocasião do bicentenário das relações diplomáticas (maio/2020);
ix) encontro presidencial à margem da 76a AGNU (setembro/2021); e

x) Visita do Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Almirante Flávio Augusto Viana Rocha, a Varsóvia (novembro de 2021).

39. Como demonstração do destaque que a Polônia tem conferido ao Brasil em sua agenda internacional, recordo, ainda, a presença do ex-chanceler Czaputowicz à última cerimônia presencial de comemorações do Dia da Independência, antes do advento da pandemia de covid-19, realizada pela embaixada em 7 de setembro de 2019. Tal importância conferida ao Brasil já foi expressamente vocalizada ao titular do posto por seus interlocutores na chancelaria local. Em um desses encontros, foi-lhe dito que, fora do contexto europeu e após os EUA, o Brasil seria o parceiro mais importante da Polônia. "Mais prioritário mesmo do que a China", conforme acrescentou esse interlocutor.

40. A atual aproximação dos governos possibilitou inédito nível de cooperação no âmbito de foros multilaterais em temas de interesse comum. Brasil e Polônia, junto a outros parceiros como os EUA, cooperaram ativamente para o estabelecimento e fortalecimento de iniciativas como a Parceria para as Famílias; a Aliança Internacional pela Liberdade de Religião ou Crença; o Grupo de Amigos das Vítimas de Violência baseada em Religião ou Crença; e a Declaração de Genebra para a promoção da saúde da mulher e o fortalecimento da família. O muito bom entendimento facilitou ainda a troca de apoios mútuos para candidaturas de ambos os países em diversos organismos internacionais – com destaque, "inter alia" para o apoio polonês à candidatura brasileira para o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), biênio 2022-2023.

41. No que toca aos atos internacionais bilaterais, ambos os países negociam uma série de acordos com o objetivo de adensar seu marco normativo e ampliar a cooperação. Tais acordos e memorandos envolvem os mais diversos campos de atuação, a saber:

i) Acordo para Evitar a Dupla Tributação;
ii) Acordo de Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada;
iii) Acordo sobre Previdência Social;
iv) Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de Segurança Cibernética;
v) Programa Executivo de Cooperação Cultural;
vi) Acordo de cooperação na área cinematográfica e de coprodução audiovisual;
vii) Acordo Férias-Trabalho; e
viii) Acordo na área de esportes.

42. O contexto de ampliação dos gastos militares da Polônia e de aproximação do Brasil da OTAN suscita, ainda, oportunidades de cooperação entre os dois países na área de defesa - tanto no nível político quanto comercial, de expansão e desenvolvimento tecnológico das respectivas bases industriais de defesa. Destaque-se, ainda, a presença da Embraer no setor aeroespacial polonês: sendo a fornecedora de metade dos jatos comerciais da empresa aérea polonesa LOT, a fabricante brasileira posiciona-se ainda para vendas futuras de aeronaves militares a este país, especificamente o cargueiro KC-390.

Relações econômico-comerciais bilaterais

43.O Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina, em termos de fluxo total de comércio de bens (exportações e importações), apesar de o México ter ultrapassado o Brasil, desde 2015, como principal destino das exportações polonesas. Já as importações polonesas de produtos brasileiros superam a de bens mexicanos em escala marcadamente superior. O Brasil possui tradicionalmente saldo superavitário com a Polônia, ao passo que o México apresenta, em muitos casos, déficit em suas trocas comerciais de bens com os poloneses. A título de comparação, registre-se que, em 2020, segundo dados oficiais poloneses, a corrente total de comércio da Polônia com o México foi de US$ 1,5 bilhão (déficit mexicano de US$ 113 milhões), ao passo que com o Brasil o fluxo foi de US$ 1,7 bilhão (com superávit brasileiro de US$ 970 milhões).

44. Os principais bens de exportação brasileiros para a Polônia são produtos primários, com destaque para minério de cobre e farelo de soja. Não obstante, constam daquela pauta alguns produtos industrializados, como máquinas mecânicas, sobretudo motores, e bens de elevado valor agregado, como os mencionados aviões da Embraer. Já as importações brasileiras de produtos poloneses consistem mormente de bens industriais, como medicamentos, autopeças, máquinas mecânicas e móveis.

45. Tem-se verificado, a partir de 2018, significativo adensamento das relações Brasil-Polônia em termos de comércio. Naquele ano, o fluxo comercial bilateral de bens cresceu de forma pronunciada em relação a 2017, alcançando, segundo as estatísticas brasileiras, o patamar de US$ 1,56 bilhão (em 2017, o fluxo total havia sido de US$ 1,19 bilhão). O saldo comercial em 2018 foi superavitário para o Brasil em US$ 204 milhões, impulsionado pelas exportações de aeronaves comerciais da Embraer, bem como de farelo de soja (que decuplicaram de valor naquele ano).

46. O montante do fluxo bilateral registrado em 2019 foi muito similar ao de 2018, incluindo, novamente, valores significativos de vendas tanto de aeronaves quanto de farelo de soja brasileiros. Já em 2020, mesmo no contexto da pandemia, as trocas comercias mantiveram-se aproximadamente no mesmo patamar, com retração de apenas 4,6%, alcançando a cifra de US$ 1,44 bilhão. Cabe destacar não ter havido vendas de aeronaves brasileiras em 2020, devido ao grande impacto da pandemia de covid-19 no setor aéreo internacional como um todo.

47. A despeito da sinalização, nos anos recentes, de incremento da corrente de comércio bilateral, a participação relativa da Polônia no comércio exterior brasileiro de bens continua sendo relativamente diminuta. Em 2020, a Polônia foi destino de 0,40% das exportações brasileiras e a origem de 0,39% de nossas importações. Dadas as dimensões de ambas as economias, avalia-se haver espaço para ampliação, tanto do volume, quando do escopo, das trocas comerciais de bens entre os dois países.

48. No que toca à balança de serviços, diferentemente do intercâmbio de bens, o Brasil é deficitário no comércio com a Polônia. Em 2019, esse déficit foi da ordem de US$ 32,3 milhões (no mesmo ano, a título de referência, o superávit brasileiro no comércio de bens foi de US$ 188,9 milhões). A participação brasileira na corrente total de comércio de serviços da Polônia é bem reduzida. O fornecimento de serviços brasileiros para a Polônia correspondeu apenas a 0,06% do total de serviços adquiridos externamente por aquele país em 2019. A aquisição de serviços poloneses pelo Brasil, por seu turno, representou apenas 0,08% do total dos serviços prestados pela Polônia no mercado mundial.

49. Particularmente no que tange ao setor do agronegócio, a embaixada tem promovido a participação de compradores brasileiros em rodadas de negócios, em parceria com a Apex-Brasil, em diversos setores, como os de vinhos, algodão, alimentos orgânicos, cafés especiais, castanhas e nozes. Em 2019, os compradores poloneses participaram, presencialmente, das feiras brasileiras "Francal" (calçados) e "Wine South America" (vinhos), bem como de rodadas com representantes brasileiros da indústria de "design" de móveis. Nos anos seguintes, empresas polonesas participaram dos seguintes projetos compradores, em formato virtual: "Wood Products" (2020), "Brazilian Nuts" (2021) e "Natural, Organic & Healthy Foods" (2021). O posto tem organizado eventos e desenvolvido ações com foco na disseminação de informações relacionadas à prática de negócios no Brasil, como questões jurídicas e tributárias, de modo a reduzir o hiato de conhecimento do mercado brasileiro, de parte de significativa parcela do empresariado polonês - notadamente no âmbito do "Brazil Investment Forum" - BIF. Em 2019, um desses seminários foi organizado em Bydgoszcz, capital da região ("voivodia") de Cujávia-Pomerânia, no centro-norte da Polônia, em parceria com a Câmara de Comércio Polônia-Portugal (CCPP). Já em 2020 foram organizados dois eventos virtuais com esse mesmo perfil: o primeiro em parceria com a empresa "Targ Kielce", da capital da "Voivodia" de Santa Cruz (centro-sul); o segundo, juntamente com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) e com a CCPP, voltado para empresas polonesas de modo geral.

50. Tem-se buscado promover, igualmente, o setor de turismo brasileiro neste país. Com esse intuito, funcionárias do setor de promoção comercial do posto participaram, em novembro de 2021, de oficinas de trabalho, na capital Varsóvia e em Cracóvia (segunda maior cidade polonesa), com agentes e operadores de turismo locais, com o objetivo de promover o Brasil como destino turístico, bem como incentivar a formação de parcerias entre empresas e entidades do setor de turismo de ambos os países.

51. Para além do comércio de bens e serviços, o empresariado polonês tem demonstrado interesse crescente em investir no Brasil. Nos últimos anos, registraram-se significativos investimentos diretos no País de empresas polonesas de diversos setores, tais como químico, automobilístico, de construção civil e de "softwares". O Brasil conta com operações e investimentos de cerca de quinze empresas polonesas, destacando-se, entre elas, a "CanPack" (embalagens), "Maflow" (autopeças) e LUG (engenharia elétrica), além das provedoras de software "Brainly" e "Nethone". Cabe registrar, igualmente, projeto de construção de "resort" turístico ecológico de luxo, na região de Baía Formosa (RN), por parte da "holding" polonesa "Gremi International", que, no presente, tem buscado captar recursos junto a investidores internacionais para a execução das respectivas obras e investimentos.

52. No sentido contrário, tem-se registro de apenas uma empresa brasileira com investimentos de monta na Polônia, a "Stefanini IT Solutions". Em 2019, a "startup" brasileira "OrientaMed", que atua no setor de "medtech", registrou sua empresa na Polônia e, em 2020, a "Game Plan", do setor brasileiro de jogos digitais, estabeleceu escritório neste país.

53. Com o objetivo de incentivar maior fluxo de investimentos bilaterais, a embaixada tem realizado gestões em favor da conclusão do processo de revisão jurídica do "Acordo Brasil-Polônia para Evitar a Dupla Tributação" (já negociado) e da conclusão das negociações do "Acordo sobre Previdência Social", ambos com grande potencial de estimular o estabelecimento de filiais de

empresas polonesas no Brasil e vice-versa, ao garantirem maior segurança jurídica para a movimentação de capitais, no que toca a questões tributárias, assim como de funcionários, no que tange aos aludidos temas previdenciários.

54. A embaixada também contribuiu para a recente conclusão, em agosto de 2021, do "Acordo entre Brasil e Polônia sobre Troca de Proteção Mútua de Informações Classificadas", cuja assinatura será de grande relevância para eventuais negociações e transações comerciais bilaterais no setor de defesa. A propósito, cumpre mencionar a participação de delegação brasileira, com representantes dos setores público e privado, incluindo da Embraer, na principal feira polonesa do setor - a Feira de Kielce - realizada em 2019, ocasião em que foi realizado o "1º Diálogo das Indústrias de Defesa Brasil-Polônia".

55. O posto engendrou, ainda, contatos iniciais entre autoridades brasileiras e polonesas, no transcurso de 2021, com vistas ao início das negociações para futura celebração de memorando de entendimento na área de segurança cibernética, que ensejará, "inter alia", a aproximação entre empresas de tecnologia e de cibersegurança de ambos os países.

Relações em ciência, tecnologia e inovação

56. Com vistas a incrementar e a diversificar as trocas comerciais entre Brasil e Polônia, de bens e serviços de alto valor agregado, a embaixada em Varsóvia buscou intensificar a cooperação bilateral na área de ciência, tecnologia e inovação. Tem promovido, dessa forma, a aproximação de ecossistemas de "startups" de ambos os países, notadamente nos setores de agricultura, saúde, finanças, indústria 4.0 e indústria criativa (sobretudo jogos digitais).

57. Ainda no campo da inovação e de investimentos intensivos em conhecimento e tecnologia, a embaixada organizou, em abril de 2020, o seminário virtual "Fintech Webinar Brazil-Poland", em parceria com a fundação "Startup Poland" e a plataforma de inovação brasileira "Distrito". Tem apoiado, desde 2020, a cooperação entre instituições do sistema regional de inovação da região da Silésia e do Estado de Minas Gerais, contribuindo para a concepção do programa-piloto conjunto de aceleração empresarial cruzada "BraSilesia Accelerator", voltado para "startups" dos setores ligados à indústria 4.0, às energias renováveis e ciências da saúde. Em outubro/novembro de 2021, cinco "startups" brasileiras, das áreas de saúde, química, defesa e economia circular, foram selecionadas, treinadas e orientadas, com apoio da embaixada, do SEBRAE e da entidade polonesa de fomento à inovação "Startup Hub Poland", para participar, virtualmente, da conferência "Infoshare", a maior de tecnologia da Europa centro-oriental, bem como de agenda de "matchmaking" com investidores e empresas poloneses.

58. Quanto ao setor de jogos digitais, a embaixada vem desenvolvendo, desde o início de 2021, projeto em parceria com a Associação Brasileira de Desenvolvedores de Games (ABRAGAMES) e com a Agência Brasileira de Promoção Comercial e Investimentos (Apex-Brasil). No referido período, desenvolvedores e editores de jogos poloneses participaram da edição virtual do "BIG Festival", maior feira brasileira do setor, ao passo que companhias brasileiras participaram da versão on-line do "Game Industry Conference (GIC)", maior evento polonês nesse mercado, que contou com um "Brazilian Day" em sua programação. Mais recentemente, em novembro de 2021, a embaixada tem entabulado conversações com o "Instituto de Diplomacia Econômica da Polônia",

com vistas à organização de evento sobre cooperação bilateral na área de indústria criativa e jogos digitais, em 2022.

Intercâmbio cultural, educacional e de promoção da língua portuguesa

59. Desde o início de sua gestão, o titular desta embaixada procurou intensificar a promoção e a divulgação da cultura brasileira na Polônia, mediante a realização de diversos eventos; apoio a diferentes iniciativas; e contato constante com parceiros locais, públicos e privados. Após a bem-sucedida agenda de 2019, cujo marco foi a celebração dos 150 anos do início da migração polonesa para o Brasil, a crise sanitária do covid-19 veio a comprometer a agenda de atividades programadas inicialmente para 2020 e início de 2021. Limitado pela nova realidade da pandemia, o posto expandiu o uso de suas mídias eletrônicas, desta feita para organizar e realizar diversos eventos no âmbito do centenário do estabelecimento das relações diplomáticas bilaterais.

60. Dentre os eventos realizados pela embaixada, a partir de novembro de 2018 e depois, no marco daquela efeméride (que se passou no contexto da pandemia de covid-19), destacam-se os seguintes iniciativas realizadas e apoiadas pela embaixada:

- conferência "150 anos da imigração polonesa no Brasil", organizada pelo Senado polonês, com a presença do seu então Presidente, Stanislaw Karczewski, de autoridades do legislativo e do executivo poloneses, bem como de representantes do corpo diplomático e da comunidade polonesa-brasileira;
- abertura oficial do "Bom Dia Brasil", edições 2019 e 2020, o maior festival brasileiro na Polônia, organizado pela "Fundação Macunaíma";
- abertura oficial da programação das celebrações dos 100 anos do estabelecimento das relações diplomáticas Brasil-Polônia, com apresentação de músicos poloneses;
- promoção de ações "on-line" sobre o centenário das relações diplomáticas bilaterais, incluindo a criação de logomarca para o evento;
- produção e divulgação, nas mídias sociais da embaixada, de vídeos comemorativos alusivos ao sesquicentenário e ao centenário;
- apoio ao "Prêmio Sérgio Vieira de Mello", organizado pela "Associação Villa Decius", de Cracóvia, como reconhecimento do trabalho de pessoas e instituições "na defesa da paz e da cooperação internacional";
- concerto, com transmissão ao vivo em canal digital no "YouTube", de músicos poloneses de jazz e da orquestra "Melanidis", que interpretaram ritmos brasileiros e o qual contou, até novembro de 2021, com cerca de 11.000 visualizações;
- exibição virtual das exposições, cedidas pelo Consulado-Geral do Brasil em Genebra, "Legado do exílio: a contribuição dos refugiados da Segunda Guerra Mundial para o Brasil" e "Fayga Ostrower – 100 anos";
- apoio ao lançamento, em colaboração com os Correios do Brasil e da Polônia, de selos comemorativos aos 100 anos do estabelecimento das relações diplomáticas bilaterais;
- apoio à edição especial da revista anual bilíngue "Água Vai" (número 10, ano 2019/2020), intitulada "Centenário das Relações Diplomáticas Brasil-Polônia. 1920-2020", elaborada pelos professores e estudantes do curso de língua portuguesa da Universidade Maria Curie-Sklodowska (UMCS);

- publicações de artigos sobre o centenário das relações diplomáticas bilaterais, em periódicos alusivos ao evento, bem como no diário "Rzeczpospolita" ("República" - a segunda maior circulação do país) e em revistas especializadas da Polônia;
- participação do chefe do posto no programa "Guia Diplomático", da Televisão Pública Polonesa (TVP3);
- realização de negociações (em curso) com vistas à assinatura de Programa Executivo de Cooperação Cultural e de Acordo de Cooperação na Área Cinematográfica.

61. No que tange à difusão, promoção e popularização da língua portuguesa, destaco as diversas instituições de ensino polonesas que mantém o ensino do idioma em sua grade curricular, tais como as universidades de Varsóvia, Lublin, Cracóvia, Wroclaw e Poznan, assim como escolas secundárias e de ensino fundamental deste país.

62. Ainda nesse aspecto, o posto tem acompanhado e apoiado atividades de instituições de ensino polonesas em iniciativas relacionadas à divulgação da língua portuguesa e ao intercâmbio educacional, do que foram exemplo:

- patrocínio honorário do "I Simpósio de Português do Brasil - abordagens didáticas", organizado pelo Instituto dos Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia, em colaboração com a USP e com a editora "Biblioteka Iberyjska";
- promoção dos exames Celpe-Bras, de 2019 a 2021, organizado pela Universidade Marie Curie-Sklodowska, de Lublin;
- presença na premiação da 19ª edição do "Concurso Nacional dos Conhecimentos sobre o Brasil" dirigido aos alunos do ensino médio e da 5ª edição do concurso regional dirigido aos alunos do ensino fundamental (7° e 8° ano), organizadas pelo Liceu Ruy Barbosa, de Varsóvia, cujo tema foi folclore e lendas do Brasil;
- participação na feira de programas de mobilidade estudantil da "Warsaw School of Economics – SGH International Picnic", para promoção de intercâmbio acadêmico-estudantil e realização de estágios no Brasil;
- tradução para o polonês e publicação da obra "Viva o Povo Brasileiro", de João Ubaldo Ribeiro, a cargo da editora local "REBIS", no âmbito do programa de traduções da Fundação Biblioteca Nacional (FBN);
- participação na conferência "BRAZIL - KRAKÓW. A bridge to South America", dedicada à cooperação científica e acadêmica entre as universidades polonesas e brasileiras;
- inclusão da Polônia na lista de países participantes do Programa Estudante-Convênio - Graduação (PEC-G), do Ministério da Educação do Brasil;
- inauguração de núcleos de estudos brasileiros nas Universidades de Varsóvia e Jaguelônica (Cracóvia); e
- publicação da aludida coletânea de ensaios "Polska i Brazylia - blizsze, niz sie wydaje" ("Polônia e Brasil - mais próximos do que parece"), em colaboração com o núcleo de estudos brasileiros do Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade de Varsóvia, com o Museu da História do Movimento Popular Polonês e a Sociedade Polono-Brasileira.

63. Mencione-se ainda a premiação, em maio de 2021, pela estudante brasileira Lara Maria Guedes Gonçalves Costa, como melhor aluna estrangeira de graduação da Polônia, na competição anual "Interstudent - Competitition for the Best International Student in Poland", reconhecimento

atribuído anualmente a estudante ou pesquisador(a) estrangeiro(a) nas categorias Graduação, Mestrado e Doutorado. A notável brasileira foi premiada, segundo exultou a comissão organizadora do prêmio, "por sua coragem em assumir difíceis desafios no campo da ciência; por seu desempenho acadêmico acima da média; e por suas ações beneméritas e de caridade no âmbito da comunidade acadêmica polonesa".

Relações consulares

64. O Brasil conta com consulados honorários na Polônia nas cidades de Cracóvia, Lublin, Poznan e Wroclaw, que se situam entre as mais importantes cidades polonesas, após a capital, e populares destinos do país para turistas, empresários, acadêmicos e estudantes brasileiros. A comunidade brasileira na Polônia é pequena, se comparada à residente em outros países europeus: no início de 2018, 907 brasileiros estavam matriculados junto à embaixada do Brasil em Varsóvia, embora se estime haver hoje, em novembro de 2021, mais de 3.000 nacionais residentes permanentes na Polônia.

65. Em outubro de 2021 foram iniciados consultas e procedimentos para instalação de Conselho de Cidadãos na Polônia, com vistas a sua subsequente transformação em Conselho de Cidadania, tendo em conta sobretudo a celebração do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022, e a realização das eleições presidenciais, no mesmo ano - celebrações e acontecimento que demandarão grande engajamento e participação da comunidade brasileira na Polônia.

66. Destaque-se ainda, na atuação dos Consulados Honorários do Brasil na Polônia, notadamente nos casos de Cracóvia e Wroclaw, a decisiva atuação dos respectivos cônsules para a promoção comercial brasileira e a realização de investimentos no País - em certos casos com a participação e o envolvimento direto de empresas polonesas que dirigem.

Desafios e projetos para 2022

67. Como se pode depreender da extensa, rica e diversificada agenda bilateral, em praticamente todos os campos e atividades a Polônia tem galgado posições e alçado sua importância no quadro geral das relações diplomáticas com o Brasil, e vice-e-versa, no tocante ao Brasil, em relação ao governo e à sociedade poloneses.

68. Acontecimento de importância histórica para as relações bilaterais, esperado para 2022, é a programada visita do senhor Presidente da República a este país, que somente não veio a se concretizar devido às restrições impostas pela pandemia de covid-19. A visita, objeto de sucessivos convites de diversas autoridades do governo polonês e, particularmente, do Presidente Andrzej Duda, está prevista para o próximo semestre, e poderá vir a ser corolário do fortalecimento das relações bilaterais em anos recentes.

69. Outro tema que deverá marcar e mobilizar as relações bilaterais em 2022 será, desta feita, as celebrações do bicentenário da independência do Brasil, ano para o qual já estão previstos, na Polônia, diversos eventos, celebrações, homenagens e intervenções em espaços públicos do país, notadamente da capital, Varsóvia. Será oportunidade, juntamente com a visita presidencial, para

consolidar a imagem e a posição do Brasil como parceiro estratégico extra-europeu da Polônia - com os diversos benefícios para o País que tal condição encerra.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA EM VARSÓVIA

Candidato: Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro

PERFIL DO CANDIDATO



Nascido em Belo Horizonte, em 14 de julho de 1962, o embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro é formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Ingressou no Instituto Rio Branco em 1991, tendo sido agraciado com viagem de estudos à Universidade Paris II, na França, realizada em 1994. Em 1992, realizou estágio profissionalizante na Embaixada do Brasil em Quito. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em abril de 2000, tendo obtido o primeiro lugar na classificação geral. Em junho de 2008, foi aprovado com a menção "com louvor" no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco, com a defesa da tese "Comércio, Meio Ambiente e Solução de Controvérsias: a Evolução da Jurisprudência do Sistema Multilateral de Comércio sobre os Artigos XX(b) e XX(g) do GATT e sua Potencial Incidência sobre Interesses Brasileiros".

No Brasil, iniciou sua carreira na Divisão do Mercado Comum do Sul, em setembro de 1992, havendo atuado posteriormente no Departamento de Integração Latino-Americana, quando participou do conjunto das negociações atinentes à implementação do Mercosul. Foi de sua responsabilidade a redação do projeto básico e a negociação técnica do Protocolo de Ouro Preto sobre Aspectos Institucionais do Mercosul, de 1995. Na sequência de sua experiência no processo de formação do Mercosul, serviu na Missão do Brasil junto às Comunidades Europeias, em Bruxelas, entre 1997 e 2000, e na Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao Mercosul, em Montevidéu, entre 2000 e 2003.

Em 2004, assumiu as funções de subchefe da Coordenação-Geral de Contenciosos do Itamaraty, unidade responsável pelas defesas do Brasil nas disputas comerciais submetidas ao sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nesse período, atuou em importantes contenciosos vencidos pelo Brasil no setor do agronegócio, a exemplo dos contenciosos do algodão, com os Estados Unidos, e do açúcar e do frango salgado, com a União Europeia. No campo industrial, foi responsável pela exitosa defesa do Brasil no contencioso sobre pneus reformados contra a União Europeia, o primeiro em que um país em desenvolvimento fez uso das exceções ambientais do artigo XX do GATT. Na sequência de sua experiência com contenciosos na OMC, foi Coordenador do Departamento Econômico e,

posteriormente, assessor do Subsecretário de Assuntos Econômicos do Itamaraty. Entre 2008 e 2010, serviu na Missão do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, em Genebra.

Entre 2011 e 2013, em Brasília, ocupou a função de assessor econômico do Ministro das Relações Exteriores. Posteriormente, entre 2013 e 2016, foi assessor econômico do Secretário-Geral das Relações Exteriores. Entre 2017 e 2018, exerceu o cargo de Chefe de Gabinete da Secretaria Geral das Relações Exteriores, com responsabilidades nas áreas substantivas e administrativas do Itamaraty. Em janeiro de 2019, assumiu, em Bruxelas, as funções de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica e ao Grão-Ducado de Luxemburgo, com responsabilidade, igualmente, pelo acompanhamento dos temas de interesse do Brasil na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

O Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro reuniu em sua carreira vasta experiência em temas econômicos, políticos, jurídicos e administrativos que o habilitam a defender, com proficiência, os interesses brasileiros na Polônia, país que exerce considerável influência regional e no âmbito da União Europeia, tanto por seu peso econômico como por sua posição político-estratégica no flanco oriental do continente europeu, e que mantém relações históricas com o Brasil, onde vive a terceira maior população de origem polonesa no mundo.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, investimentos e serviços brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência. Manter, ampliar e aprofundar o histórico de excelência das relações diplomáticas Brasil-Polônia, expresso pelas celebrações, em 2020, do centenário da instituição das relações bilaterais.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, no tocante à Polônia, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares, com qualidade e presteza, ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO / OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas bilaterais e a inserção econômica competitiva do Brasil na Polônia, com foco na prosperidade da sociedade brasileira, com vistas inclusive ao aumento da competitividade da economia e das exportações brasileiras no âmbito da União Europeia.
2. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais, em regimes, foros e organismos nos quais participa conjuntamente com a Polônia. Empreender esforços de coordenação com a Polônia nessas instâncias.
3. Reforçar o apoio da Polônia aos interesses brasileiros nos diversos organismos multilaterais e instrumentos de concertação dos quais ambos os países fazem parte, assim como ao ingresso do Brasil na OCDE.
4. Fortalecer as relações bilaterais com a Polônia de modo geral.

5. Intensificar a promoção dos produtos, investimentos, serviços e negócios brasileiros na Polônia, notadamente os intensivos em conhecimento e inovação.
6. Promover a imagem, a cultura, a civilização brasileira e o idioma português, na variante brasileira, na Polônia.
7. Fornecer serviços consulares de qualidade na Polônia, inclusive por meio da participação da rede de Consulados Honorários brasileiros no país.
8. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros na Polônia.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.
10. Promover o turismo polonês no Brasil, por meio do seguimento de iniciativas em curso, sugestão de novas no plano bilateral, regional e internacional e da criação do comitê “Descubra Brasil” na Polônia.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incrementar e diversificar o comércio bilateral

a) dar continuidade às ações de promoção de cafés especiais brasileiros no mercado local, avaliado como de acesso promissor pela Apex-Brasil, em estudo realizado em 2018;

b) promover agro alimentos e bebidas brasileiros, sobretudo produtos de maior valor agregado, com marcas mais consolidadas no Brasil e competitivos no âmbito da UE;

c) divulgar produtos e serviços brasileiros do setor de energias renováveis, notadamente relacionados às fontes fotovoltaica, eólica e de biocombustíveis/bioetanol, à luz do planejamento estratégico voltado para a transição energética da Polônia;

d) promover bens e serviços providos por empresas brasileiras inovadoras, sobretudo "startups", pequenas e médias empresas inovadoras dos setores, entre outros, de "fintech", "agritech" e "healthtech";

e) intensificar o relacionamento com entidades públicas e privadas locais relacionadas a temas comerciais, como, entre outras, a Câmara de Comércio Nacional da Polônia, a associação empresarial "Leviatã", associações setoriais, o ministério do Desenvolvimento Econômico e Tecnologia, a Agência Polonesa de Promoção Comercial e Investimentos (PAIH) e a Agência Polonesa para o Desenvolvimento Empresarial (PARP);

f) fortalecer o núcleo dedicado ao Brasil no âmbito da Câmara de Comércio Polônia-Portugal, visando a estimular eventual criação, no futuro, de uma câmara de comércio bilateral;

g) promover encontros entre importadores, representantes comerciais, agentes de logística e de comércio exterior, com experiência na importação de produtos e serviços brasileiros, com vistas a identificar eventuais dificuldades que possam comprometer a agilidade e a competitividade do comércio exterior do Brasil com a Polônia;

h) aprofundar o relacionamento com o escritório da Apex-Brasil em Bruxelas, que detém jurisdição sobre todo o continente europeu;

i) elaborar e/ou encomendar estudos exploratórios sobre a complementaridade comercial de bens e serviços das economias brasileira e polonesa, com vistas a informar e integrar as atividades de promoção comercial do posto;

j) realizar estudos de mercado na Polônia, de caráter mais sintético e executivo, de interesse do setor exportador brasileiro;

l) produzir e/ou comissionar estudo sobre a estrutura e funcionamento do sistema de inovação da Polônia, com foco na interação entre os diferentes entes dos sistemas de inovação locais (empresas, governo, universidades, centros de P&D) e destes com parceiros internacionais.

2. Promover o Brasil como destino de investimentos estrangeiros

a) organizar, promover e/ou apoiar eventos para disseminação de informações práticas relacionadas à realização de negócios no Brasil, com vistas a reduzir o hiato de conhecimento sobre o mercado brasileiro de parte significativa do empresariado local. Valer-se, inclusive, de parcerias com escritórios de advocacia especializados do Brasil para sessões informativas e debates, na Polônia, sobre questões jurídicas e tributárias incidentes sobre o ambiente de negócios do País;

b) promover e/ou apoiar encontros empresariais para fins de divulgação das oportunidades de investimentos no Brasil, nos setores de infraestrutura de transportes, comunicações, agronegócio e energia;

c) aprofundar o relacionamento com entidades privadas e públicas locais relacionadas ao tema de investimentos, como, entre outras, fundos e gerentes de ativos, a Bolsa de Valores de Varsóvia e o Grupo Polonês de Fundos de Desenvolvimento;

d) realizar gestões para concluir o processo de revisão jurídica do "Acordo Brasil-Polônia para Evitar a Dupla Tributação", já negociado, com vistas a sua celebração definitiva;

e) realizar gestões em favor da conclusão das negociações do "Acordo sobre Previdência Social".

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 e 2

1) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada para promoção de cafés especiais brasileiros; avaliação qualitativa e quantitativa do impacto desses eventos em termos de realização de negócios e formação de parcerias comerciais.

2) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada para promoção de agro alimentos e bebidas, sobretudo industrializados, do Brasil – e conforme a mesma metodologia indicada no item anterior.

3) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada para promoção de bens e serviços do setor brasileiro de energias renováveis.

4) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada para promoção de produtos e serviços de “startups”, pequenas e médias empresas inovadoras brasileiras.

5) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada para divulgação e mobilização de informações sobre a prática e o ambiente de negócios no Brasil.

6) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada para promoção de oportunidades de investimentos no Brasil.

7) Número de empresas, associações empresariais, instituições governamentais, empresárias(os) e investidoras(es) participantes dos eventos organizados, apoiados e/ou com a participação direta da embaixada.

8) Número de iniciativas de promoção comercial e de investimentos divulgadas e veiculadas pelas mídias sociais da embaixada ou pela imprensa local.

9) Número de boletins informativos, e dos respectivos destinatários, produzidos pelo posto, com notícias sobre economia e divulgação de eventos empresariais, dirigidos ao setor privado, tanto polonês quanto brasileiro (boletins editados nas versões em português e polonês).

10) Número de encontros/reuniões mantidas com interlocutores de entidades públicas e privadas sobre cooperação na área de comércio e investimentos.

11) Números de demandas atendidas, pelo posto, dos setores privados brasileiro e polonês, presencialmente, por telefone, correio eletrônico ou outras mídias.

12) Número de atividades/eventos realizados como resultado de parcerias estabelecidas com o escritório da Apex-Brasil em Bruxelas.

13) Número de demandas, atendidas pelo posto, de perfil econômico-comercial de setores e segmentos específicos da economia polonesa, usualmente por iniciativa da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em reação, por sua vez, a pedidos de setores econômicos e industriais brasileiros.

14) Número de estudos e perfis de mercado na Polônia, elaborados ou comissionados pelo governo brasileiro e/ou associações setoriais.

15) Número de reuniões e de gestões realizadas com vistas a promover o processo negociador de acordos de natureza econômico-comercial, em especial o Acordo Mercosul-UE, que produzirão efeitos positivos sobre as relações entre Brasil e Polônia.

16) Número de documentos produzidos pelo posto com informações sobre a economia polonesa e sobre o relacionamento econômico-comercial bilateral de modo geral.

17) Número de documentos produzidos pelo posto com informações e análise relativas ao acompanhamento, pelas mídias locais, de notícias de interesse direto para setores econômicos brasileiros de destaque, sobretudo o agronegócio.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Observar, relatar e analisar, sob a ótica do interesse brasileiro, a política polonesa externa e interna

a) produzir regularmente informações e análises da situação presente e das tendências das políticas interna e externa polonesas, com o intuito de subsidiar a construção da política externa brasileira, em especial no que toca à Polônia, à Europa centro-oriental, à União Europeia, entidades e organismos multilaterais e plurilaterais dos quais o Brasil e Polônia façam parte ou dos quais o País tenha interesse direto de acompanhar;

b) manter contatos com formadores de opinião, analistas, jornalistas, acadêmicos e missões estrangeiras em Varsóvia sobre a realidade polonesa, por meio de visitas e reuniões, assim como mediante a participação em eventos, sobretudo de natureza acadêmica, diplomática e protocolar.

2. Fortalecer canais bilaterais de diálogo.

a) manter contatos frequentes com os principais atores políticos poloneses, dos setores público e privado, com o objetivo de assegurar interlocução ágil e fluida para o encaminhamento de temas de interesse do Brasil;

b) promover o Brasil, suas oportunidades e realidade contemporânea, junto a tais interlocutores.

3. Fortalecer e ampliar mecanismos de consulta e cooperação.

a) incentivar a realização de consultas políticas bilaterais, em diversos temas e modalidades;

b) formalizar mecanismo regular de diálogo, mobilizando instituições especializadas de ambos os países, com a participação, orientação e supervisão dos respectivos Ministérios das Relações Exteriores de ambos os países, com vistas ao adensamento das relações bilaterais, em seus vários setores, áreas e vertentes.

4. Contribuir para o aprofundamento do diálogo bilateral, em seus diversos níveis

a) apoiar missões, reuniões e eventos, virtuais e presenciais, entre órgãos governamentais de ambos os países;

b) apoiar o fortalecimento do diálogo parlamentar bilateral, incentivando contatos e visitas dos respectivos Grupos Parlamentares de Amizade;

c) apoiar e incentivar a realização de atividades dos grupos parlamentares de amizade de ambos os países;

d) apoiar visitas de autoridades brasileiras à Polônia.

5. Adensar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

a) apoiar negociações de acordos bilaterais;

b) identificar novas oportunidades para acordos, tendo em conta temas de interesse e prioritários para o Brasil;

c) realizar análises de propostas de texto de acordos e outros instrumentos bilaterais encaminhadas por entidades polonesas;

d) preparar originais e fornecer apoio cerimonial e protocolar para assinatura de acordos e instrumentos bilaterais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 5

1) Número de expedientes telegráficos produzidos pela Embaixada sobre política interna e externa.

2) Número de reuniões de consultas políticas com a participação da Embaixada.

3) Número de reuniões de funcionários da Embaixada com membros do governo polonês, além do Ministério das Relações Exteriores da Polônia, e parlamentares do país, das duas casas do Legislativo federal.

4) Número de reuniões de funcionários da Embaixada com representantes do setor privado, da academia e da sociedade civil.

5) Número de visitas, encontros e eventos, virtuais e presenciais, envolvendo instituições brasileiras e polonesas.

6) Número de acordos e instrumentos bilaterais e interinstitucionais negociados e efetivamente celebrados.

7) Número de acordos interinstitucionais em negociação.

8) Número de encontros presenciais e virtuais para negociação de acordos e instrumentos bilaterais em geral.

9) Número de gestões e outras ações com o intuito de iniciar negociações para acordos.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos internacionais dos quais ambos os países façam parte

a) elaborar regularmente informações e análises sobre a atuação da Polônia em organismos multilaterais, mecanismos regionais e organizações internacionais em que atua, como Nações Unidas (ONU), União Europeia (UE), Organização para Segurança e

Cooperação na Europa (OSCE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), além de diversos outros mecanismos de coordenação e concertação regionais, tais como Grupo de Visegrado (V-4) e Iniciativa dos Três Mares, entre diversos outros;

b) manter contatos com representantes do governo polonês sobre iniciativas de potencial interesse mútuo, em organismos internacionais, com vistas à informação sobre a atuação polonesa nos diversos foros dos quais participe;

c) realização de gestões e apoio a encontros bilaterais à margem de reuniões de organismos internacionais.

2. Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras

a) realizar gestões de alto nível com vistas a obter apoio polonês a candidaturas brasileiras para cargos e posições em organismos internacionais; realização de eventos internacionais no Brasil; e outras correlatas, conforme instruções do Ministério das Relações Exteriores;

b) manter encontros com representantes do governo da Polônia com vistas à promoção de candidatura brasileira de acessão à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

3. Efetuar gestões para reafirmar o apoio polonês à efetivação do Acordo Mercosul-União Europeia

a) realizar e/ou reforçar visitas e reuniões, conforme o caso, com membros dos órgãos governamentais poloneses, com vistas a manter e a reforçar o apoio polonês à efetivação do Acordo Mercosul-União Europeia (UE), de acordo com instruções do Ministério das Relações Exteriores;

b) divulgar, na Polônia, benefícios e oportunidades comerciais e de investimento recíprocas no âmbito do Acordo Mercosul-UE, com o intuito de superar resistências ainda observadas à plena aprovação do acordo, de parte de setores mais isolados e específicos da sociedade polonesa, conforme instruções do Ministério das Relações Exteriores.

4. Apoiar a articulação e realização de eventos sobre temas multilaterais ou plurilaterais de interesse comum.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 4

1. Número de expedientes telegráficos produzidos pela Embaixada sobre atuação da Polônia em organizações internacionais e em relação a temas de interesse multilateral e/ou plurilateral.

2. Número de gestões junto ao governo local para obter apoio a pleitos brasileiros nos âmbitos multilateral e plurilateral.

3. Número de contatos com o governo e autoridades locais com o objetivo de apoiar iniciativas conjuntas nos âmbitos multilateral e plurilateral.

4. Número de reuniões e eventos voltados para a divulgação e promoção de benefícios e oportunidades decorrentes da celebração do Acordo Mercosul-União Europeia.

5. Número de publicações, notas, entrevistas, matérias e artigos de promoção e divulgação na Polônia do Acordo Mercosul-União Europeia.

IV - Promoção da imagem do País, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

a) propor, junto a potenciais parceiros locais, e realizar, segundo a disponibilidade orçamentária e financeira do MRE, juntamente com a obtenção de patrocínios locais, projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, com o intuito de ampliar o conhecimento da comunidade polonesa no que tange às diferentes expressões culturais brasileiras;

b) organizar exposições de artes plásticas, dando destaque a produções regionais;

c) organizar exposição de projetos arquitetônicos brasileiros;

d) organizar espetáculos de música clássica brasileira e de ritmos regionais;

e) apoiar a participação de restaurantes e de serviços gastronômicos especializados em culinária brasileira em eventos gastronômico-culturais de grande alcance (como o “Breakfast Market” em Varsóvia, por exemplo);

f) apoiar a publicação de edições em polonês de obras literárias e acadêmicas brasileiras;

g) apoiar a organização de eventos de divulgação da dança e do teatro contemporâneos brasileiros; técnicas artesanais tradicionais; arte popular; música eletrônica; quadrinhos; e arte urbana, expressões e manifestações culturais que têm atraído grande interesse do público polonês em tempos recentes;

h) organizar palestras e demais eventos públicos sobre temas da cultura e da civilização brasileiras, assim como de seu pensamento político-social, com vistas à ampliação do conhecimento do público polonês sobre o país, inclusive com engajamento da comunidade brasileira local;

i) atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada com informações sobre a civilização brasileira para ampliar o conhecimento sobre o Brasil na Polônia e divulgar projetos e eventos culturais com temática brasileira.

2. Realizar atividades relacionadas ao bicentenário da Independência do Brasil

a) acertar parcerias com instituições públicas e privadas, do Brasil e da Polônia, para celebração da efeméride e para a realização de eventos culturais comemorativos, ao longo de 2022;

b) promover intervenções em cidades como Varsóvia, Cracóvia e Gdansk, tais como iluminação de pontos urbanos de destaque, notadamente estádios, monumentos e construções, nas cores verde e amarela;

c) divulgar material audiovisual e digital alusivo ao ano do bicentenário;

d) publicar artigos sobre a celebração do bicentenário em periódicos de grande circulação da Polônia.

3. Promover a indústria cultural e criativa brasileira

a) incentivar e apoiar a participação de artistas brasileiros em festivais e eventos culturais na Polônia;

b) fomentar a exportação de bens, produtos e serviços da economia criativa brasileira, tais como itens de artesanato e de cultura popular.

4. Promover a variante brasileira da língua portuguesa

a) divulgar o exame de proficiência em língua portuguesa “Celpe-Bras” e apoiar a realização de cursos especiais de preparação para o exame;

b) apoiar a expansão e atividades de cursos de português, cultura e civilização brasileira em estabelecimentos culturais e de ensino da Polônia, a exemplo do “Liceu Rui Barbosa”, de Varsóvia;

c) promover o engajamento de leitores no apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância) e ações de estímulo ao seu uso como língua de herança, por parte da comunidade brasileira na Polônia;

d) organizar seminário de crítica, teoria e história literárias, com a participação de acadêmicos e especialistas brasileiros em cultura e civilização eslavas e de acadêmicos poloneses com conhecimento de literatura brasileira, sempre em perspectiva comparada;

e) apoiar a organização, com a colaboração do Instituto Camões, de Portugal, de mostra de cinema de língua portuguesa;

f) apoiar a realização da mostra de cinema latino-americano;

g) apoiar a publicação de obras literárias e humanísticas clássicas brasileiras e de novos autores brasileiros de destaque, na Polônia, especialmente por meio do apoio a traduções para o polonês;

h) organizar participação da comunidade acadêmica polonesa no projeto “Brasil 200 anos: Minicurso de Literatura Brasileira e Comparada”;

i) apoiar atividades culturais, educacionais e acadêmicas, curriculares e extracurriculares, sobre temas brasileiros, em instituições de ensino secundário e superior que incorporem a língua portuguesa à sua grade curricular.

5. Promover o Brasil como destino turístico

A Polônia tem apresentado sólido desempenho de sua economia desde os anos 1990, crescendo à taxa média de 4,3% ao ano. O PIB per capita do país tem-se aproximado daquele dos seus pares ocidentais, consolidando sua classe média, cenário que favorece maior interesse em destinos turísticos tidos como mais desconhecidos pela população local. A promoção da diversidade turística do Brasil estará atrelada às facetas locais de sua economia criativa, suas manifestações culturais e artísticas, bem como ao fortalecimento de sua infraestrutura de recepção e de serviços turísticos.

a) Divulgar o Brasil como destino turístico na Polônia, por meio de campanhas especializadas e temáticas, como, por exemplo, sobre visitação a sítios do patrimônio histórico ou natural do País, inscritos nas listas da UNESCO;

b) negociar, junto ao Ministério do Turismo, com apoio do escritório da EMBRATUR na Europa, as bases para a constituição do Comitê “Descubra Brasil” na Polônia, a ser integrado, neste país, por operadores de turismo locais, representantes de empresas aéreas, promotores e produtores culturais;

c) realizar ações de divulgação de destinos turísticos brasileiros no âmbito das celebrações do bicentenário da independência do Brasil, em 2022;

d) promover ampla divulgação desses eventos e ações, junto a interlocutores da embaixada e ao público polonês em geral, por intermédio das mídias do posto, campanhas em espaços públicos de cidades principais polonesas e matérias de imprensa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 5

1) Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras.

2) Número de artigos e textos vários publicados na Polônia com referência à produção artística brasileira, com o apoio da embaixada.

3) Número de eventos culturais e sua frequência, alusivos à celebração do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022.

4) Número de intervenções urbanas em comemoração ao bicentenário da Independência do Brasil.

5) Número de publicações de obras, textos, artigos e ensaios brasileiros em polonês, que contem com o apoio da embaixada.

6) Número de textos, livros e artigos publicados sobre o idioma português na Polônia, sobretudo por ocasião das celebrações do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022.

7) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contem com a participação da embaixada para a promoção do Brasil como destino turístico.

8) Número de agências, empresas e operadores de turismo participantes de eventos organizados ou apoiados pela embaixada para a divulgação do Brasil como destino turístico.

9) Número de ações de promoção do turismo brasileiro nas mídias sociais e demais plataformas digitais da embaixada e de entidades de apoio à cultura, ao turismo e aos negócios brasileiros que colaborem com o posto.

10) Número de boletins informativos, produzidos pelo posto, com notícias relevantes sobre eventos e oportunidades de negócios no setor de turismo brasileiro.

11) Número de encontros/reuniões mantidas com interlocutores de entidades públicas e privadas sobre cooperação no setor de turismo.

12) Número de documentos produzidos pelo posto sobre atividades de promoção do Brasil como destino turístico.

13) Número de demandas atendidas, pelo posto, dos setores privados brasileiro e polonês, sobre questões de promoção turística, seja pessoalmente, por telefone ou via eletrônica.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Buscar promover a cooperação com a Polônia, em níveis bilateral e multilateral, em temas relacionados à promoção do desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente

a) entabular consultas com interlocutores dos setores público e privado da Polônia sobre eventual interesse em estabelecer mecanismo(s) de cooperação/coordenação em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente;

b) apoiar e acompanhar as atividades de eventual mecanismo de cooperação bilateral em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente, que venha a ser constituído;

c) buscar aproximar entidades dos sistemas de ciência, tecnologia e inovação dos dois países para fins de cooperação em áreas ligadas à promoção do desenvolvimento sustentável, tais como: energias renováveis; agricultura sustentável; manejo florestal; e cadeia produtiva de bens e insumos biodegradáveis, por exemplo;

d) difundir informações, junto a interlocutores locais, sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental e de sua biodiversidade;

e) produzir informações sobre os impactos ambientais, sociais, econômicos e políticos, na Polônia, dos efeitos da mudança climática e do correspondente processo de transição energética;

f) difundir regularmente informações, na Polônia, alusivas à sustentabilidade do agronegócio brasileiro.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) Número de encontros/reuniões mantidas com interlocutores de entidades públicas e privadas sobre cooperação na área de desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

2) Instrumentos formais adotados no âmbito de cooperação bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

3) Iniciativas conduzidas, apoiadas ou acompanhadas pelo posto no âmbito da cooperação bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

4) Número de documentos produzidos pelo posto sobre as atividades de cooperação na área de desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

5) Número de comunicações produzidas pela embaixada para fins de difusão de informações, junto a interlocutores locais, sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental e de sua biodiversidade.

6) Número de eventos organizados, apoiados e/ou que contaram com a participação da embaixada, no contexto da cooperação bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Polônia, notadamente nas áreas de tecnologias digitais e de criação de empresas de base tecnológica ("start-ups"), nas quais a Polônia detém vantagens competitivas, de alcance regional europeu e global

a) incentivar a cooperação bilateral para compartilhamento de conhecimento, pesquisa e desenvolvimento (P&D) conjuntos na área de C,T&I;

b) promover iniciativas Brasil-Polônia de mobilidade, intercâmbio acadêmico e de experiências de gestão, governamentais e privadas, na área de C,T&I;

c) apoiar o diálogo entre os ministérios competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet; padrão 5-G; produção de softwares e aplicativos; inteligência artificial; robótica; e tecnologias digitais aplicadas às ciências agrárias, entre outras áreas correlatas, áreas de especialidade e de recente vantagem competitiva da Polônia;

d) realizar encontro com profissionais brasileiros da área de C,T&I na Polônia, com vistas à identificação de inovações, em produto e processo, a cargo de tais profissionais, de interesse para o desenvolvimento tecnológico setorial brasileiro.

2. Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I

a) realização de análises e acompanhamento contínuos do ambiente de C,T&I da Polônia, com vistas a identificar oportunidades para desenvolvimento da cooperação bilateral nesse campo;

b) convocar e realizar a "I Reunião da Comissão Mista de Ciência, tecnologia e Inovação", prevista no acordo bilateral sobre o tema celebrado em 1996.

3. Apoio à aproximação científico-tecnológica bilateral nos setores acadêmico e empresarial, especialmente com vistas ao intercâmbio de experiências e de boas práticas para a inovação

a) diálogo com representantes da indústria de C,T&I na Polônia, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas estratégicas para o Brasil, notadamente tecnologias da informação e das comunicações (TICs), indústria 4.0 e energias renováveis;

b) apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de C,T&I, de acordo com programa de trabalho a ser estabelecido pela Comissão Mista a que alude o item "2" anterior.

c) desenvolvimento da cooperação entre parques tecnológicos, incubadoras e centros de P&D dos dois países, notadamente com vistas à internacionalização de empresas brasileiras de base tecnológica e "start-ups" em particular.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 3

1) Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema.

2) Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões entre Brasil e Polônia.

3) Gestões, atividades de mentoria e realização de investimentos na Polônia de parte de "start-ups" brasileiras, assim como de "startups" polonesas no Brasil.

4) Incorporação de inovações e projetos por empresas brasileiras em associação com congêneres polonesas; investimentos poloneses no Brasil em atividades de base tecnológica; parcerias para pesquisa, pesquisa e desenvolvimento (P&D) realizadas entre empresas e universidades do Brasil e da Polônia (por meio de edital de inovação, por exemplo).

VII - Cooperação em educação, cultura, esporte, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a regular realização de projetos de pesquisa e mobilidade acadêmicas;

a) apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com seus homólogos poloneses;

b) estreitar a interlocução da embaixada com estudantes e pesquisadores brasileiros residentes na Polônia, assim como com acadêmicos em visita ou em programas de intercâmbio;

c) incentivar a participação de estudantes poloneses no Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G).

2. Promover a celebração definitiva do Programa Executivo bilateral de Cooperação Cultural

3. Promover a celebração definitiva do Acordo bilateral de Cooperação Cinematográfica

4. Promover intercâmbio bilateral, na forma de consultas, visitas e programas, sobre experiências de ambos os países na preparação de atletas e participação em competições.

5. Propor a realização de diálogo bilateral Brasil-Polônia para intercâmbio de experiências e de boas práticas no setor de saúde

Trata-se de iniciativa com vistas ao aprimoramento do sistema brasileiro de saúde, por meio do acesso à experiência do setor polonês em programas como o de tratamento e prevenção de doenças cardiovasculares "POLKARD" 2017-2021; o de prevenção à depressão 2016-2020; ou relacionados ao combate e tratamento de morbidades decorrentes do COVID-19. Da mesma forma, o lado polonês beneficiar-se-ia da experiência brasileira de programas do Ministério da Saúde, tais como o "Conecte SUS", a experiência da "Rede Nacional de Dados em Saúde" (RNDS) e o DATASUS,

instrumentos considerados essenciais para integração de serviços, no Brasil, sobre o COVID-19, que poderão ser de interesse para a Polônia.

a) promover encontro entre os Ministérios da Saúde do Brasil e da Polônia para divulgação e intercâmbio de experiências de prevenção, tratamento, pesquisa e desenvolvimento em saúde, com vistas ao estabelecimento de futuro programa de cooperação bilateral, com a participação de governos, pesquisadores, empresas e laboratórios do setor, de ambos os países.

6. Avaliar oportunidades de cooperação na área comercial e de investimentos, com a possibilidade de desenvolvimento conjunto Brasil-Polônia de produtos e soluções tecnológicas nos setores de segurança e de defesa.

A Polônia é o principal membro da OTAN no chamado "flanco oriental" da organização, tanto por sua posição geográfica estratégica na Europa centro-oriental quanto pelos investimentos no setor de defesa, que ultrapassam 2% do PIB. Nesse contexto, descortinam-se oportunidades comerciais a serem avaliadas, incluindo a possibilidade de cooperação entre as indústrias de defesa dos dois países, com vistas ao desenvolvimento conjunto de produtos e de soluções tecnológicas. A Embraer Defesa manifestou interesse em vender, entre outros bens, unidades da aeronave militar de transporte KC-390 ao governo polonês, ao passo que este manifestou intenção de adquirir submarinos usados brasileiros. A Polônia manifestou ainda interesse no estabelecimento de parceria com o Brasil para o desenvolvimento conjunto de veículo blindado equipado com morteiro.

a) Realizar encontro, em coordenação com a Adidância de Defesa e do Exército da embaixada, entre os Ministérios da Defesa de ambos os países, mormente das áreas e setores responsáveis pela base industrial de defesa (BID);

b) promover a participação da base industrial de defesa do Brasil na prestigiosa feira internacional de defesa de Kielce, na Polônia, tradicionalmente realizada nos meses de setembro (5 a 8 de setembro, em 2022);

c) apoiar as negociações da EMBRAER na Polônia com vistas à promoção e comercialização de suas aeronaves civis e militares (a empresa polonesa LOT possui em seu plantel 37 aeronaves EMBRAER, número correspondente a 50% do total da frota).

7. Fomentar a cooperação bilateral na área de defesa sob a égide do Acordo-Quadro de Cooperação Brasil-Polônia em Matéria de Defesa, de 2010

A realização do "I Diálogo das Indústrias de Defesa Brasil-Polônia", no contexto da visita de delegação brasileira à Feira de Kielce, em setembro de 2019, comprovou haver oportunidades a serem exploradas para cooperação e trocas comerciais entre as indústrias de defesa de ambos os países. Registre-se que a Polônia é o principal membro da OTAN no chamado "flanco oriental" daquela organização, tanto por sua posição

geográfica estratégica na Europa centro-oriental quanto pelos investimentos no setor de defesa, superiores a 2% do PIB, conforme assinalado no item anterior.

a) Promover reunião bilateral Brasil-Polônia para cooperação em defesa, para consultas sobre temas e prioridades dos dois países nesse campo;

b) divulgar oportunidades de cooperação, comercialização, compras governamentais, pesquisa e desenvolvimento (P&D) entre Brasil e Polônia, no setor de defesa, ao amparo do respectivo Acordo-Quadro de Cooperação bilateral;

c) buscar o apoio da Polônia à ascensão do Brasil à condição de "Parceiro Global da OTAN" (*NATO Global Partner*).

8. Viabilizar a assinatura do Acordo Brasil-Polônia sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas

Em agosto de 2021, Brasil e Polônia concluíram as negociações relativas ao Acordo sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, que agora se encontra pronto para assinatura. O referido acordo foi exigido como pré-condição para que a "Embraer Defesa" participe de processo licitatório do Exército polonês para aquisição de aeronaves de transporte de cargas (o certame veio a ser posteriormente adiado "sine die" pelo governo local, entretanto). O referido acordo certamente provar-se-á essencial para eventuais futuras negociações comerciais com a Polônia no setor de defesa.

a) promover a celebração do Acordo bilateral sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, em 2022, desejavelmente durante visita oficial de alta autoridade brasileira à Polônia.

9. Realizar gestões para a inclusão de porto marítimo polonês no Báltico na viagem de instrução de guardas-marinhas do "Navio-Escola Brasil" e/ou do veleiro "Cisne Branco".

a) Visita do "Navio Escola Brasil" e/ou do veleiro "Cisne Branco" em viagem de instrução de guardas-marinhas à Polônia.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 9

1) Número de reuniões com representantes de universidades e de outros órgãos governamentais, a fim de promover o aumento do fluxo de estudantes e pesquisadores poloneses para o Brasil e de acadêmicos e estudantes brasileiros para a Polônia.

2) Número de reuniões, com representantes do governo polonês e com entidades dos setores cultural em geral e audiovisual em particular, com vistas à assinatura do Programa Executivo de Cooperação Cultural e do Acordo de Cooperação Cinematográfica.

3) Número de reuniões e de contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e polonesas.

4) Número de gestões, reuniões, consultas, visitas e programas para intercâmbio e cooperação na área desportiva.

5) Número de encontros e respectivos participantes, dos Ministérios da Saúde, laboratórios e fundações de saúde de ambos os países, para intercâmbio de experiências e de boas práticas em programas e serviços de saúde entre ambos os países, em áreas a serem selecionadas de mútuo acordo.

6) Número de reuniões/encontros realizados, com a participação da embaixada, para tratar de oportunidades de cooperação e de atividades comerciais entre as indústrias de defesa dos dois países.

7) Número de documentos produzidos pelo posto sobre as oportunidades comerciais e de cooperação entre as indústrias de defesa dos dois países.

8) Número de eventos que contem com a participação ou apoio da embaixada para a promoção de produtos da indústria de defesa brasileira.

9) Número de empresas e entidades governamentais brasileiras participantes da feira industrial de defesa de Kielce, na Polônia.

10) Número de encontros realizados, incluindo os exploratórios e preparatórios, no âmbito do Diálogo das Indústrias de Defesa Brasil-Polônia.

11) Número de documentos produzidos pelo posto quanto ao "Diálogo das Indústrias de Defesa Brasil-Polônia".

12) Número de instituições governamentais, empresas e associações empresariais participantes dos eventos organizados ou apoiados pela embaixada, no âmbito da cooperação entre as indústrias de defesa do Brasil e da Polônia.

13) Números de demandas atendidas, pelo posto, dos setores privados brasileiro e polonês, na área de defesa, seja pessoalmente, por telefone ou vai eletrônica.

14) Números de demandas atendidas, pelo posto, sobre temas de defesa, submetidas pela secretaria de Estado das Relações Exteriores.

15) Apoio da Polônia à associação do Brasil como "Parceiro Global da OTAN" (*NATO Global Partner*).

16) Número de ações realizadas em conjunto com leitores brasileiros na Polônia, de produção de material com a variante brasileira do português e de gestões para o credenciamento de instituições brasileiras para aplicação do CELPE-Brasil durante a gestão.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Estudar o impacto de programas poloneses de redistribuição de renda (como o "500 +", que assegura o pagamento de bolsa mensal de PLN 500, ou cerca de US$ 130, por

criança ou adolescente menor de 18 anos) em indicadores de crescimento vegetativo, redução da pobreza e das desigualdades no país

a) promover encontro entre o "Ministério da Família, do Trabalho e das Políticas Sociais" da Polônia e os Ministérios da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para apresentação e discussão de resultados de programas, temporários ou permanentes, de inclusão social, geração de emprego e transferência de renda;

b) promover intercâmbio de informações, experiências e indicadores de redução da pobreza e inclusão social, entre Brasil e Polônia.

2. Fortalecer negociações brasileiras com a Polônia, conforme princípios de diplomacia da saúde, com vistas ao intercâmbio de informações, boas práticas, programas e campanhas para prevenção e combate a epidemias, mormente a da COVID-19. Cooperação com a Polônia para prestação de assistência humanitária a terceiros países, de menor desenvolvimento relativo, nas áreas de saúde, abastecimento e meio ambiente

3. Fortalecer e promover o diálogo e a cooperação com a Polônia na temática de direitos humanos, tendo em vista especialmente o mandato polonês no Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas

a) continuar a defender, junto ao governo polonês, as posições brasileiras em discussões relacionadas aos direitos humanos;

b) acompanhar o seguimento, pela Polônia, da temática de direitos humanos;

c) promover a cooperação e a aproximação de posições em foros internacionais, notadamente nas Nações Unidas, sobre a temática de direitos humanos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 3

1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico.

2) Número de projetos e inciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e para o combate às desigualdades.

3) Número de contatos com autoridades polonesas da área de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.

4) Número de reuniões, gestões e outras ações na área de direitos humanos.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Intensificar o contato com a comunidade brasileira na Polônia, com vistas especialmente às celebrações dos 200 anos da independência do Brasil, em 2022, e o alistamento para as eleições gerais de 2022

a) aprimorar, atualizar e digitalizar banco de dados sobre a comunidade brasileira na Polônia, de modo a melhor compreender seu perfil e necessidades e melhor orientar a prestação dos serviços consulares correspondentes;

b) promover e fortalecer a atuação de consulados honorários na Polônia (Wrocław, Cracóvia, Lublin e Gdansk), de modo a facilitar o apoio à comunidade residente naquelas jurisdições, além de promover a realização de negócios e eventos culturais brasileiros;

c) acompanhar a atuação dos consulados honorários brasileiros na Polônia e fortalecer contato com canais de apoio, tais como igrejas, universidades, academia e câmaras empresariais, a partir do setor consular da embaixada em Varsóvia e com apoio daquelas repartições;

d) desenvolver ou manter diálogo com representações da comunidade brasileira na Polônia, inclusive por meio de plataformas digitais;

e) ampliar a difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, seja por meio das redes sociais da embaixada, seja pelo portal consular do Itamaraty, ou ainda no âmbito de eventos culturais brasileiros e de campanhas de promoção do turismo brasileiro na Polônia;

f) promover contínua interlocução e interação entre os consulados honorários e a embaixada, de modo a facilitar o atendimento a demandas da comunidade brasileira em suas respectivas jurisdições;

g) apoiar os trabalhos do Conselho de Cidadania da Polônia.

2. Promover o diálogo consular com a Chancelaria polonesa com vistas a solucionar eventuais problemas migratórios e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros, temporários e permanentes

3. Prestar atendimento consular eficiente e de qualidade, inclusive por meio do sistema *e-Consular*

a) promover a realização de cursos de formação para funcionários do setor consular da embaixada em Varsóvia, de modo a possibilitar melhor atendimento aos consulentes e intensificar os contatos com a comunidade brasileira no posto;

b) promover o aprimoramento e a boa utilização dos sistemas eletrônicos consulares (sistema “E-Consular”).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 3

1) Índice de elogios e reclamações do consulente (nº de reclamações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano, por meio de canal de ouvidoria / nº de manifestações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano anterior por meio de canal de ouvidoria) x 100.

2) Duração do atendimento no guichê - somatório do tempo total de atendimento em guichês / total de chamadas para atendimento. Números de atendimentos telefônicos.

3) Número de reuniões com a chancelaria polonesa sobre assuntos consulares e apoio à comunidade brasileira na Polônia.

4) Registro de tempo de espera para atendimento do consulente.

5) Número de atendimentos e de ações de iniciativa dos Consulados Honorários brasileiros na Polônia.

6) Número de reuniões e de atividades realizadas pelo Conselho de Cidadania do Brasil na Polônia, com o apoio da Embaixada.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

RELATÓRIO Nº , DE 2021

SF/21008.93494-58

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 74, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia*.

Relator: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Polônia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Para tanto e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da diplomata.

O Senhor Haroldo de Macedo Ribeiro, filho de Afonso de Araújo Ribeiro e Maria José de Macedo Ribeiro, nasceu em Belo Horizonte/MG, em 1962.

Antes de ingressar na carreira diplomática, Haroldo de Macedo Ribeiro graduou-se como bacharel em Direito pela Universidade Federal de

Minas Gerais em 1985 e pós graduou-se como Mestre em Direito Constitucional pela mesma Universidade no ano de 1990.

Saindo da vida acadêmica, Haroldo de Macedo Ribeiro ingressa no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr), de onde sai para seu primeiro posto como Primeiro-secretário em 1992. Em 1994, frequentou o *Panthéon-Assas* da *Université Paris II*, como viagem-prêmio por suas notas no Curso de Preparação. Completando resumidamente esse percurso de formação, registre-se que o Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro se tornou especialista em Integração Europeia pelo *Collège d'Europe*, em Bruges, na Bélgica, em 1997 e, no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, teve sua tese aprovada com louvor, intitulada "Comércio, Meio Ambiente e Solução de Controvérsias: a Evolução da Jurisprudência do Sistema Multilateral de Comércio sobre os Artigos XX(b) e XX(g) do GAT e sua Potencial Incidência sobre Interesses Brasileiros".

Na carreira, ascendeu a Segundo-secretário em 1996 e a Primeiro-secretário em 2003. Galgou os postos de Conselheiro em 2007, Ministro de segunda classe em 2011, e Ministro de primeira classe em 2017. Todas as promoções por merecimento.

O ilustre embaixador que ora arguimos é autor de vasta obra publicada no Brasil, na Itália e na França, da qual mencionamos aqui os títulos sobre contenciosos e solução de controvérsias no direito internacional.

Como reconhecimento aos seus honrosos serviços ao Brasil, o diplomata fez jus distinguidas condecorações. Em Minas Gerais, recebeu a Medalha de Honra da Ordem da Inconfidência, em 2013, e a Medalha Mérito Consular, em 2018. No âmbito nacional, foi galardoado com a Comenda da Ordem do Mérito da Defesa, em 2013; a Medalha Mérito Tamandaré, em 2016; a Medalha Mérito Santos-Dumont, em 2017; a Medalha do Pacificador, em 2017; a Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, em 2018; e o grau de Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico, em 2018.

O Embaixador Haroldo de Macedo Ribeiro desempenhou diferentes funções ao longo da carreira. Entre elas, destacam-se as de subchefe da Coordenação-Geral de Contenciosos, de 2004 a 2006; coordenador do Departamento Econômico, entre 2006 e 2007; assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos, de 2007 a

SF/21008.93494-58

SF/21008.93494-58

2008; Conselheiro e Ministro de segunda classe na Delegação junto à OMC e a outras Organizações Econômicas em Genebra, entre 2008 e 2011; assessor e chefe de gabinete do Gabinete do Ministro de Estado e do Gabinete do Secretário-Geral de Relações Exteriores, nos anos de 2011 a 2018; e, finalmente, Embaixador junto ao Reino da Bélgica e ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde 2019 até o presente.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Polônia o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil com esse país, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

O Brasil foi o primeiro país latino-americano e um dos primeiros do mundo a reconhecer a restauração da independência da Polônia, em 1918, fato sempre lembrado com simpatia pelos poloneses. O Brasil é o maior parceiro comercial da Polônia na América Latina e destino cada vez mais importante de investimentos poloneses. Ao menos 10 empresas polonesas estão presentes como investidoras significativas no mercado brasileiro.

A despeito da distância geográfica e da barreira do idioma, existem significativos vínculos culturais entre os dois países, em boa parte devido à presença no Brasil de comunidade expressiva de descendentes de poloneses (em torno de 2 milhões de pessoas), que migraram entre meados do século XIX e a primeira metade do século XX.

O fluxo de comércio bilateral com o Brasil em 2020 foi de US$ 1,4 bilhão, registrando queda de 4,4%. As exportações brasileiras somaram US$ 826 milhões (- 2,9%), as importações US$ 619 milhões (-6,5%), e o saldo comercial US$ 207 milhões.

Os principais produtos de exportação foram minérios de cobre (29%), farelo de soja (28%) e motores (19%) e, de importação, medicamentos veterinários (15%), partes de veículos (11%) e borrachas sintéticas (5,5%). De janeiro a agosto de 2021, houve incremento de 33% no fluxo de comércio bilateral em comparação ao mesmo período do ano anterior, com exportações de US$ 631 milhões (+19,7%) e importações de US$ 620 milhões (+50%), resultando em superávit brasileiro de US$ 11 milhões.

Questões de defesa e segurança têm recebido tratamento prioritário do governo polonês em sua política externa. Apesar do caráter incipiente da relação bilateral em defesa, há grande potencial para sua dinamização. No que diz respeito ao Brasil, a aproximação é favorecida pela atuação de adidos de defesa em Varsóvia e Brasília desde 1999 e pela vigência, desde 2016, de Acordo Quadro bilateral em matéria de Defesa, assinado em 2010.

Quanto à assistência consular, informa-se que os consulados honorários brasileiros na Polônia estão localizados nas cidades de Cracóvia, Lublin, Poznan e Wroclaw. A comunidade brasileira é pequena, se comparada àquela residente em outros países europeus. Cracóvia, Varsóvia, Gdansk e Wroclaw despontam como os principais destinos do país para turistas brasileiros. No início de 2021, a Embaixada do Brasil em Varsóvia estimava em 3.000 o número de brasileiros residentes da Polônia.

São essas as considerações que se podem fazer a neste Relatório, não podendo ser adiantado, nesse termo, a expressão do voto.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/21008.93494-58

3

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO*
CPF.: 344.083.041.15
ID.: 9057 MRE

1961	Filho de Sebastião Balduino de Souza e Carmelita Carneiro Balduino, nasce em 28 de dezembro
Dados Acadêmicos:	
1986	Bacharel em diplomacia - IRBr
1987	Bacharel em economia - UnB
1990	Pós graduação em sociologia - UnB
2006	Curso de Altos Estudos - IRBr "O Sistema Global de Preferências Comerciais: Resultados e Perspectivas"
Cargos:	
1986	Terceiro-secretário
1991	Segundo-secretário
1997	Primeiro-secretário, por merecimento
2003	Conselheiro, por merecimento
2007	Ministro de segunda classe, por merecimento
2014	Ministro de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1986-88	Departamento de Administração, assistente
1988-91	Divisão de Política Comercial, assistente
1991-94	Consulado-Geral em Genebra, terceiro-secretário
1994-96	Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI, segundo-secretário
1996-98	Ministério da Fazenda, assessor
1998-01	Embaixada em Washington, primeiro-secretário
2001-03	Escritório de Representação da Cadeira do Brasil no Banco Mundial
2003-04	Divisão de Acesso aos Mercados, chefe
2004-07	Embaixada em Nova Delhi, conselheiro, chefe do Setor Econômico
2007-08	Coordenador-Geral de Assuntos Financeiros e Serviços
2009-14	Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços, diretor
2015-16	Ministério da Fazenda, secretário de assuntos internacionais
2015-16	Conselho de Administração do New Development Bank, "Banco dos BRICS", com sede em Xangai, China, presidente
2015-16	Membro do Conselho de Administração da Caixa Vida e Previdência
2015-16	Membro do Conselho Deliberativo da FUNCEF
2016-19	Embaixada do Brasil em Bratislava, embaixador
2019-	Embaixada do Brasil em Bogotá, embaixador
Condecorações:	
2013	Ordre du Mérite Agricole, Chevalier, Governo da França (2013)
2017	Grã Cruz da Ordem de Rio Branco
2019	Placa de Ouro do Ministro dos Assuntos Estrangeiros e Europeus da República Eslovaca pela contribuição pessoal ao desenvolvimento das relações Brasil-Eslováquia

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 50, DE 2021

(nº 540/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 540

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 22 de outubro de 2021.

EM nº 00202/2021 MRE

Brasília, 14 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Finlândia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **JOÃO LUIZ DE BARROS PEREIRA PINTO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 871/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Finlândia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 25/10/2021, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2966709** e o código CRC **CF086E58** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008018/2021-82 SEI nº 2966709

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África
Departamento de Europa
Divisão de Europa I

FINLÂNDIA



FICHA-PAÍS
INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Finlândia
GENTÍLICO	Finlandês
CAPITAL	Helsinque
ÁREA	338.449 km²
POPULAÇÃO (2020) [1]	5,53 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Finlandês, sueco e sámi. As línguas oficiais são definidas por município.
PRINCIPAIS RELIGIÕES [2]	Luterana (70%), sem afiliação (27%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (*Eduskunta*), composto por 200 membros
CHEFE DE ESTADO	Presidente Sauli Niinistö (desde 2012, reeleito em 2018, sem partido)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-Ministra Sanna Marin (desde dezembro de 2019, Partido Social-Democrata)
CHANCELER	Pekka Haavisto (desde junho de 2019, Liga Verde)
PIB (2020) [1]	US$ 271 bilhões
PIB PPC (2020) [1]	US$ 275 bilhões
PIB PER CAPITA (2020) [1]	US$ 48.980
PIB PPC PER CAPITA (2020) [1]	US$ 49.850
VARIAÇÃO DO PIB [1]	2,3% (2021E); -2,9% (2020); 1,3% (2019)
IDH (2019) [3]	0,938 – 11º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2018) [4]	81,73
ALFABETIZAÇÃO (2018) [2]	99%
DESEMPREGO (7/2021) [5]	7,8%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)

COMUNIDADE BRASILEIRA [6]	Cerca de 2.000 pessoas

Fontes: *(1) FMI; (2) Governo da Finlândia; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Itamaraty.*

CORRENTE COMERCIAL – US$ milhões						
Brasil □ Finlândia	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	831	890	816	696	685	794
Exportações	269	281	290	242	209	294
Importações	561	609	526	454	476	500
Saldo	-292	-328	-236	-212	-268	-206

Fonte: *ComexVis – Ministério da Economia*

PERFIS BIOGRÁFICOS

Sauli Niinistö
Presidente da República da Finlândia



Nasceu em 24 de agosto de 1948. Formado em Direito pela Universidade de Turku, teve uma breve carreira como advogado, chefe de polícia e juiz, antes de dedicar-se à política. Depois de exercer cargos municipais entre 1977 e 1987, elegeu-se membro do parlamento pela Coalizão Nacional, de orientação liberal-conservadora. Em 1994, foi alçado à liderança do partido, que ocupou até 2001. Ao longo de distintos governos, foi Ministro da Justiça (1995-1996) e das Finanças (1996-2003). Nesta posição, implementou políticas estritas de controle do gasto público, pôs em ordem as contas públicas e ajudou a reverter o elevado desemprego e a crise econômica que marcou os anos 1990 na Finlândia. Em 2003, foi designado Vice-presidente do Banco Europeu de Investimento. Presidiu o parlamento entre 2007 e 2011.

Foi eleito Presidente da República em janeiro de 2012, pela Coalizão Nacional, e reeleito em janeiro de 2018, como candidato independente, em primeiro turno, com 62,7% dos votos. O Presidente finlandês goza de grande aprovação popular e tem se mostrado especialmente hábil em temas de política externa.

Twitter: @niinisto

Sanna Marin

Primeira-Ministra da Finlândia



Nasceu em 16 de novembro de 1985, em Helsinque, e passou a infância e juventude na cidade de Parkkala. É graduada e mestre em administração pela Universidade de Tampere. Marin foi eleita para o parlamento finlandês em 2015 e reeleita em 2019. Em junho de 2019, foi nomeada Ministra dos Transportes e Comunicações. Em agosto de 2020, Marin foi eleita Presidente do partido Social-Democrata, sucedendo o ex-Primeiro-Ministro, Antti Rinne, e, em dezembro, foi nomeada Primeira-Ministra.

Twitter: @MarinSanna

Pekka Haavisto

Ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia



Nasceu em 23 de março de 1958 em Helsinque. Foi membro do parlamento finlandês entre 1987 e 1995, sempre pelo Liga Verde. Entre 1995 e 1999, foi Ministro do Meio Ambiente no governo do Primeiro-Ministro Paavo Lipponen. Concorreu nas eleições presidenciais de 2012 e 2018, quando foi segundo colocado em ambas, perdendo para o atual Presidente, Sauli Niinistö. Em junho de 2019, a convite do então Primeiro-Ministro Antti Rinne, tornou-se Ministro dos Negócios Estrangeiros. Permaneceu no cargo com a ascensão da Primeira-Ministra Sanna Marin.

Twitter: @Haavisto

APRESENTAÇÃO

A Finlândia é um país membro da União Europeia, situado no norte da Europa, às margens do mar Báltico, entre a Suécia, a Noruega e a Rússia, com quem tem fronteiras secas, e a Estônia ao sul. Apesar de sua extensão territorial modesta, 75% da área da Finlândia é coberta por florestas, representando 10% das florestas da Europa. A região da Lapônia, ao norte do Círculo Polar Ártico, representa um terço da área do país e tem a menor densidade demográfica da Europa, com 1,9 habitante por quilômetro quadrado. A população finlandesa concentra-se ao sul do país, onde fica a capital, Helsinque, que também é a cidade mais populosa (cerca de 656 mil habitantes), cuja região metropolitana soma 1,5 milhão de habitantes, ou 27% da população finlandesa.

A Finlândia é um país nórdico, assim como seus vizinhos Suécia e Noruega, além da Dinamarca e da Islândia, mas, tecnicamente, não é um país escandinavo, categoria que inclui apenas Suécia, Noruega e Dinamarca. Além da precisão geográfica, essa distinção ressalta as peculiaridades étnicas, históricas e culturais da Finlândia, cujo mais evidente aspecto é a língua finlandesa, idioma de origem urálica, da família fino-ugúrica, sem relação com os idiomas de origem germânica dos países escandinavos, ou com qualquer língua da grande família indo-europeia.

Os laços culturais e históricos com os vizinhos nórdicos, porém, prevalecem sobre as diferenças, e refletem-se em proximidade política e valores comuns: a Finlândia é uma democracia liberal, com forte Estado de bem-estar social, alto desenvolvimento humano (entre os 15 países com maior IDH do mundo), distribuição de renda igualitária (entre os 10 países com menor índice de Gini), e notável estabilidade política e social. Além do modelo educacional de excelência, que desperta interesse em todo o mundo, a Finlândia destaca-se na produção de papel e celulose (o principal produto de exportação do país) e em setores de alta tecnologia, como telecomunicações (com empresas como a Nokia), engenharia de materiais, fabricação de equipamentos médicos, máquinas para indústria e para mineração, engenharia naval (especialmente na construção de grandes cruzeiros e de navios quebra-gelo), e nas indústrias criativas, como design e jogos eletrônicos.

A leste, a Finlândia divide a maior fronteira europeia com a Rússia (1.340 km), circunstância que determinou um longo histórico de conflitos e de cooperação. A Finlândia foi uma parte periférica do Reino da Suécia entre 1150 e 1809, palco de diversas guerras entre a Rússia e a Suécia. Em 1809, foi conquistada pelos russos, que a incorporaram a seu império, como um grão-ducado autônomo. Nesse período, a capital finlandesa foi transferida de Turku, na costa oeste, próxima à Suécia, para Helsinque, mais próxima de São Petersburgo. A Finlândia gozou de relativa autonomia durante o período, ainda que tenha havido algumas tentativas malsucedidas de russificação. Em 1917, com a revolução russa, a Finlândia declarou independência. O período posterior à independência foi marcado por aproximação com a Alemanha e conflitos com a União Soviética, que culminaram com a Guerra do Inverno (1939-1940) e a invasão soviética

durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar da resistência, os finlandeses viram-se obrigados a assinar tratado de paz cedendo à URSS cerca de 10% de seu território – incluindo a Carélia, região de grande importância cultural e econômica para o país –, além de pesadas reparações de guerra. Um esforço nacional permitiu o pagamento da dívida de guerra sem prejudicar a industrialização no pós-guerra, a consolidação do Estado de bem-estar social e a cultura de investimentos estatais em tecnologia.

Durante a Guerra Fria, a Finlândia buscou manter boas relações com a URSS. Em 1995, tornou-se membro da União Europeia e, na atualidade, segue sua vocação de estabelecer pontes entre a Rússia e os países ocidentais. A Finlândia não é membro da OTAN, mas mantém estreita colaboração com os países membros da aliança atlântica, especialmente na área de defesa contra ameaças híbridas.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Helsinque	João Luiz de Barros Pereira Pinto (desde março de 2019)
Embaixador da Finlândia em Brasília	Jouko Johannes Leinonen (desde setembro de 2019)
Cônsul-geral da Finlândia em São Paulo	Lasse Keisalo

Brasil e Finlândia estabeleceram relações diplomáticas em 1929 e desde então têm mantido relações cordiais. A agenda bilateral é marcadamente positiva. Existe interesse mútuo em expandir a cooperação em áreas estratégicas. Em agosto de 2016, os ex-chanceleres Timo Soini e José Serra assinaram, em Brasília, uma lista de prioridades para a cooperação, a saber: (i) temas educacionais; (ii) ciência, tecnologia e inovação; (iii) energias renováveis, bioeconomia e tecnologias limpas; (iv) defesa; (v) promoção de comércio, investimentos e negócios e (vi) diálogo político. O documento prevê a realização periódica de reuniões de consultas políticas.

A lista de prioridades é o eixo que orienta os trabalhos da Embaixada do Brasil em Helsinque e leva à busca por estreitamento das relações bilaterais em suas diversas vertentes. São frequentes as missões brasileiras de diversas naturezas que visitam a Finlândia todos os anos: autoridades dos governos federal, estaduais e municipais, parlamentares, empresários, delegações esportivas, representantes de escolas e universidades, entre outros.

VISITAS DE ALTO NÍVEL

Após a visita da então Presidente Dilma Rousseff à Finlândia, em outubro de 2015, o Presidente da República Finlandesa Sauli Niinistö esteve no Rio de Janeiro, por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016. Em agosto do mesmo ano, o ex-chanceler finlandês Timo Soini encontrou-se, em Brasília, com o então Ministro das Relações Exteriores, José Serra. No mesmo ano, a Ministra da Educação e Cultura da Finlândia, Sanni Grahn-Laasonen, visitou o Brasil. Em novembro de 2017, o Ministro da Economia finlandês Mika Lintilä veio ao Brasil, acompanhado de empresários.

Em dezembro de 2020, o Ministro do Comércio Exterior, Ville Skinnari, realizou visita virtual ao Brasil. O Ministro liderou missão empresarial virtual, que incluiu uma série de eventos online com empresários, além de reuniões com autoridades brasileiras. O Brasil é o único país da América Latina a receber essa visita. Os

principais temas na agenda seriam 5G, digitalização e bioeconomia. Em 2021, o Ministro das Comunicações, Fábio Faria, visitou Helsinque.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Brasil é, tradicionalmente, o principal parceiro comercial da Finlândia na América Latina. Em 2020, a corrente de comércio bilateral foi de US$ 794 milhões, com aumento de 15,9% em relação ao ano de 2019. As exportações brasileiras para a Finlândia foram de US$ 294 milhões (+40,9%), e as importações da Finlândia, de US$ 500 milhões (+5,0%). O saldo comercial bilateral manteve-se desfavorável ao Brasil, alcançando US$ 206 milhões. A Finlândia figurou em 59º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras, absorvendo 0,1% do total, e o país ocupa o 48º lugar no ranking das importações brasileiras (0,3% do total).

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram minério de cobre (54%); café não torrado (22%); e ferro-gusa (8,0%). A pauta importadora é composta por produtos manufaturados diversificados, em particular papel (9,0%); adubos ou fertilizantes químicos (8,3%); e medicamentos (6,5%).

Em 2019, a Finlândia detinha investimentos de US$ 558 milhões pelo critério de investidor imediato (36º maior) e de US$ 976 milhões pelo critério de controlador final (também 36º maior).

Cerca de 50 empresas finlandesas estão instaladas no Brasil, as quais geram quase 10.000 empregos diretos. Exemplos: Nokia (celulares e telecomunicação), Konecranes (máquinas e equipamentos industriais), Kemira (indústria química), Metso (mineração, reciclagem, petróleo e gás, celulose, e indústrias de processamento), UPM Raflatac (setor de rótulos e etiquetas), Wärtsilä (indústria naval e de energia), Pöyry (engenharia), Vaisala (medição industrial), Abloy (chaves e fechaduras) e Ahlstrom-Munksjö (fibras).

A Finlândia oferece ao Brasil um grande potencial de investimentos - os quais já são significativos no setor de telecomunicações, bem como no de papel e celulose.

A abertura do Consulado-Geral da Finlândia em São Paulo, em 2017, é clara indicação da importância atribuída ao Brasil. No mesmo sentido, a sede latino-americana da Business Finland, agência finlandesa de promoção comercial, que se encontra atualmente no México, será transferida para São Paulo no futuro próximo.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

A Finlândia exerceu a presidência rotativa do Conselho da União Europeia durante o segundo semestre de 2019. O país se beneficiará economicamente de sua entrada em vigor, mas sua posição deverá seguir o consenso europeu, sobretudo no que tange às preocupações com o meio ambiente.

COOPERAÇÃO CULTURAL

O Centro Cultural Brasil-Finlândia (CCBF), vinculado à Embaixada do Brasil em Helsinque, é um dos três centros da Rede Brasil Cultural do Itamaraty na Europa.

Importante instrumento de divulgação da cultura brasileira na Finlândia, o CCBF tem diversificado a oferta de cursos de língua portuguesa e cultura brasileira, com mais de 100 matrículas por ano. O CCBF possui sólidas parcerias com universidades e instituições educacionais na Finlândia. Dentre elas, vale destacar: a consistente colaboração com a Universidade de Helsinque, que culminou com a realização da quinta edição das Jornadas Pedagógicas de Português, o maior simpósio de língua portuguesa dos países nórdicos, em 2018, e a parceria com a Universidade Aalto e com a Universidade de Ciências Aplicadas de Turku para a oferta de cursos online de português. O CCBF também tem reforçado sua atuação no ensino do português como língua de herança, oferecendo regularmente uma oficina para que crianças brasileiras na Finlândia mantenham o contato com a língua e a cultura nacional.

CONSULTAS POLÍTICAS

No âmbito político, a lista de prioridades de 2016 estabeleceu mecanismo bianual de consultas políticas. Os dois países já realizaram reuniões desse tipo em 2009 (Brasília), 2011 (Helsinque), 2015 (Brasília) e 2020 (via videoconferência). Enquanto a reunião de 2009 foi em nível de Subsecretários, as outras três ocorreram em nível de Diretores de Departamentos.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Finlândia tem crescido de forma expressiva nos últimos anos. Estima-se, atualmente, que haja cerca de dois mil brasileiros residentes no país. A comunidade é formada por brasileiros que constituíram família na Finlândia, estudantes e profissionais que vieram atender à demanda local por mão-de-obra qualificada, como engenheiros, programadores e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Cerca de metade dos brasileiros encontra-se na região metropolitana da capital, Helsinque. Há comunidades expressivas em Tampere e Turku, importantes polos econômicos e tecnológicos onde o Brasil conta com consulados honorários.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

A Finlândia é uma república parlamentarista. Os poderes do Presidente são reduzidos, cabendo ao parlamento, por meio do gabinete de Ministros, a condução do governo. O Presidente tem funções cerimoniais como chefe de Estado, mas retém algumas atribuições importantes na condução da política exterior e de defesa, ainda que não possa se sobrepor ao parlamento. O popular Presidente Sauli Niinistö foi reeleito em janeiro de 2018, no primeiro turno. Foi a primeira vez na história da Finlândia em que um Presidente foi eleito no primeiro turno.

O parlamento (*Eduskunta*) é unicameral, composto por 200 membros eleitos para mandatos de 4 anos. As únicas instâncias de governo são o nacional e o municipal. Os municípios são governados pelos Conselhos Municipais, que acumulam os poderes executivo e legislativo. É possível, e comum, que um membro de Conselho Municipal também seja membro do parlamento nacional.

O Poder Judiciário é independente, e composto por sistemas paralelos: os tribunais administrativos e os tribunais gerais, para casos cíveis e criminais, além de cortes especializadas de direito comercial, trabalhista e de seguros. No topo dos sistemas estão a Suprema Corte Administrativa e a Suprema Corte. Não há corte constitucional, e as questões de interpretação da constituição são definidas pelo Comitê de Constituição do parlamento.

CONTEXTO RECENTE

O governo de centro-direita do Primeiro-Ministro Juha Sipilä (Partido do Centro), entre 2015 e 2019, adotou uma série de medidas de austeridade: cortes em benefícios sociais, redução de investimentos na educação, nas artes e nas ciências; reforma do sistema de saúde e do sistema ferroviário, mediante amplo processo de privatização; mudanças que dificultaram o acesso ao seguro-desemprego; congelamento de salários; simplificação da administração pública; remoção de obstáculos regulatórios para facilitar o empreendedorismo; e introdução de incentivos fiscais para empresas.

As reformas de Sipilä enfrentaram oposição no parlamento, levando à renúncia do Primeiro-Ministro em março de 2019, às vésperas das eleições gerais, vencidas pelo oposicionista Partido Social-Democrata.

As eleições de março de 2019 resultaram na seguinte composição parlamentar: Partido Social-Democrata (centro-esquerda) – 40 cadeiras; Partido dos Finlandeses (direita nacionalista) – 39 cadeiras; Coalizão Nacional (centro-direita) – 38 cadeiras; Partido do Centro (liberal) – 31 cadeiras; Liga Verde (centro, ambientalista) – 20 cadeiras; Aliança da Esquerda (esquerda) – 16 cadeiras; Partido do Povo Sueco (minoria sueco-falante) – 10 cadeiras; Democratas Cristãos (conservadores) – 5 cadeiras; Movimento Agora (liberal) – 1 cadeira.

Após a vitória eleitoral dos social-democratas (a primeira vez na história que nenhum partido consegue mais de 20% dos votos), seu então líder, Antti Rinne, negociou grande coalizão com o Partido do Centro, a Liga Verde, a Aliança da Esquerda e o Partido do Povo Sueco para tornar-se Primeiro-Ministro. O programa do novo governo, aprovado pelo parlamento em junho de 2019, prometeu reverter as medidas de austeridade do governo anterior e estabelecer ambiciosas metas de redução de gases de efeito estufa. Após ser eleita líder do partido em agosto, Sanna Marin assumiu como Primeira-Ministra em dezembro de 2019.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa finlandesa é definida por sua identidade nórdica e europeia. No plano bilateral e regional, a Finlândia confere prioridade aos demais países nórdicos, aos países bálticos e à Rússia. Como a Noruega e a Islândia não fazem parte da UE, os foros de cooperação nórdica são tidos pela Finlândia como instâncias de relevo para a coordenação dos cinco países.

Com uma política exterior ecumênica, voltada à defesa do multilateralismo, dos direitos humanos, da democracia, do Estado de Direito e do desenvolvimento sustentável, a Finlândia considera as Nações Unidas instrumento essencial de gestão dos temas globais e apoia os esforços para o fortalecimento de sua autoridade. Defende a reforma do Conselho de Segurança, com criação de assentos permanentes e não permanentes, mas sem direito de veto, e já manifestou apoio ao pleito do Brasil de ocupar assento permanente.

A Finlândia é membro das Nações Unidas (ONU) desde 1955; da União Europeia (UE) desde 1995; do Conselho Nórdico desde 1955; da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 1969; da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) desde 1973, do Conselho de Estados do Mar Báltico (CBSS) desde 1992; e do Conselho Ártico desde 1996.

A conjuntura regional da Finlândia explica a ênfase renovada em aspectos de segurança e de cooperação com os países nórdicos, europeus e mesmo com a OTAN, organização da qual a Finlândia não é membro, mas com a qual mantém cooperação cada vez mais fluida. A União Europeia é, desde a acessão finlandesa, em 1995, a referência mais importante da política exterior do país, que favorece a unidade de decisões da UE em questões de política externa e de segurança. Com a OTAN, o país desenvolve ampla cooperação, como demonstra a instalação, em Helsinque, do Centro Europeu de Excelência contra Ameaças Híbridas (*Hybrid CoE*). Neste aspecto, cabe destacar que a Finlândia é pioneira no combate às chamadas *fake news* e mantém-se na vanguarda do desenvolvimento de técnicas para combatê-las.

A Finlândia tem buscado mobilizar os demais países árticos (entre os quais Rússia e EUA) e toda a comunidade internacional quanto aos impactos das emissões de gases de efeito estufa naquela sensível região, em especial o acúmulo do chamado carbono negro (uma das formas mais puras de carvão, que contribui significativamente

para o aquecimento global) e suas consequências desastrosas para todo o globo. Entre junho e dezembro de 2019, a Finlândia ocupou a presidência do Conselho da União Europeia, onde buscou enfatizar temas de mudança do clima e redução de emissões.

A Finlândia também tem atuado historicamente como ponte entre a Rússia e a Europa Ocidental – papel que tem ganhado relevância nos últimos anos. O país tem realizado esforços para promover o diálogo e a reaproximação entre a Rússia e a União Europeia, bem como entre a Rússia e os EUA. Mais recentemente, a Finlândia também tem buscado contribuir para o processo de construção de confiança entre Washington e Pyongyang, havendo sediado, em março de 2018, encontro semioficial (*track 2 talks*) entre representantes governamentais e acadêmicos dos EUA, da Coreia do Norte e da Coreia do Sul.

ECONOMIA

O PIB finlandês é majoritariamente proveniente do setor de serviços (cerca de 69%), enquanto as atividades secundárias respondem por cerca de 28% e as primárias por apenas 3%.

No que tange ao ambiente de negócios, a Finlândia está na 20ª posição (de 190 países) do Ranking Doing Business 2020 do Banco Mundial, com score de 80,2. A boa posição finlandesa deve-se a boas colocações em todos os critérios pesquisados, incluindo o primeiro lugar no critério de solução para falências. Em relação à liberdade econômica, a Finlândia ocupa o 20º lugar (entre 180 países), com *score* de 75,7.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A economia finlandesa possui notável característica inovadora. Exemplo disso são as discussões recentes na Universidade de Oulu sobre padrões de telecomunicações para 2030 (tecnologia 6G), das quais participam pesquisadores brasileiros. Ademais, a finlandesa Nokia é uma das empresas que competem com a Huawei pelos mercados globais de redes 5G, e se beneficia das sanções dos EUA contra a empresa chinesa.

Esse elemento inovador da economia finlandesa também surge na área da saúde. O consórcio FINCOVAC, operacionalizado pela empresa Rokote Oy, é iniciativa de pesquisadores finlandeses para desenvolver uma vacina para Covid-19 sem patentes.

COMÉRCIO EXTERIOR

Cerca de 53,3% das exportações e 57,8% das importações finlandesas tiveram como destino ou foram provenientes da União Europeia.

Em 2020, as exportações finlandesas chegaram a US$ 65,6 bilhões, representando queda de 10% em relação a 2019. Os principais destinos das exportações foram Alemanha (13,5% do total), Suécia (10,4%) e Estados Unidos (8,3%). Os principais produtos da pauta de exportação são máquinas (14,4% do total), papéis (10,4%) e equipamentos eletrônicos (8%).

A Finlândia importou cerca de US$ 67,9 bilhões (-8% em relação a 2019), sobretudo da Alemanha (15,4% do total), Suécia (11%) e Rússia (9,7%). Os principais produtos importados foram máquinas (12,7%), óleos combustíveis (10,5%) e equipamentos eletrônicos (10,1%). A balança comercial do país ficou deficitária em US$ 2,3 bilhões em 2020.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1150	A Finlândia é parte do Reino da Suécia.
1812	Incorporação da Finlândia ao Império Russo, como Grão-Ducado autônomo.
1889	Petição assinada por 500 mil finlandeses solicita o fim da russificação.
1904	Assassinado o Governador-Geral russo por movimentos de resistência finlandeses.
1906	Czar autoriza a criação do parlamento unicameral finlandês, ativo até hoje.
1907	Realizadas na Finlândia as primeiras eleições parlamentares.
1917	Com a queda do Czar, o parlamento finlandês declara, em 6 de dezembro, a independência e, em 31 do mesmo mês, Lênin reconhece a independência finlandesa.
1939	É assinado, com a União Soviética, Tratado de Não-Agressão. No mesmo ano, a União Soviética invade a Finlândia e dá início à Guerra de Inverno (1939-40).
1940	Assinado o Tratado de Moscou, que marca o fim da Guerra de Inverno.
1941	Assinados tratados com a Alemanha para instalação de bases militares no território finlandês.
1944	Inicia-se a Guerra de Continuação (1941-44), entre a Finlândia e a União Soviética.
1944	Assinado armistício com os soviéticos.
1948	Assinado o Tratado de Amizade, Cooperação e Assistência Mútua com a URSS.
1955	Entrada da Finlândia na ONU.
1995	Concretiza-se a adesão da Finlândia à União Europeia.
1999	Adoção do euro como moeda oficial.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1876	D. Pedro II visita o Grão-Ducado da Finlândia.
1919	O Brasil reconhece a independência da Finlândia, declarada pelo parlamento finlandês em 6 de dezembro de 1917.
1929	O Brasil e a Finlândia estabelecem relações diplomáticas.
1938	Embaixada do Brasil é aberta em Helsinque, tendo como Chefe do Posto o Embaixador Gilberto Amado.
1983	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pär Stenbäack.
1986	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro, Taisto Kalevi Sorso, e do Ministro do Comércio Exterior, Jerme Laine.
1990	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior, Pertti Salolainen.
1996	Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Tarja Halonen, e do Ministro para Assuntos Europeus e do Comércio Exterior, Ole Norrback.
1997	Visita ao Brasil do Presidente da República, Matti Ahtissari.
1998	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e Indústria Antti Kalliomaki.
2000	Visita do Ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga, à Finlândia.
2001	Visita ao Brasil do Ministro dos Transportes e Comunicações Olli-Pekka Heinonen.
2002	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior Jari Villén.
2002	Visita do Vice-presidente da República, Marco Maciel, à Finlândia.
2003	Visita ao Brasil da Presidente da República, Tarja Halonen.
2004	Visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, à Finlândia.
2006	Visita ao Brasil da Presidente da República, Tarja Halonen, e do Ministro da Agricultura e Florestas, Juha Korkeaoja.
2007	Visita de Estado do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva à Finlândia, acompanhado dos Ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim; da Ciência e da Tecnologia, Sérgio Machado Rezende; do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.
2008	Encontro do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com a Presidente da Finlândia, Tarja Halonen, em Acra, à margem da UNCTAD XII.

2008	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro, Matti Vanhanen.
2009	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior e do Desenvolvimento, Paavo Väyrinen.
2012	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro, Jyrki Katainen, e do Ministro dos Assuntos Europeus e Comércio Exterior, Alexander Stubb.
2013	Visita ao Brasil do Ministro de Assuntos Econômicos da Finlândia, Jan Vapaavuori.
2015	Visita à Finlândia da Presidente Dilma Rousseff, acompanhada dos Ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira; da Defesa, Aldo Rebelo; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto; da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera; e das Comunicações, André Figueiredo.
2016	Visita da Ministra da Educação e Cultura da Finlândia, Sanni Grahn-Laasonen, ao Brasil.
2016	Visita ao Brasil do Presidente finlandês Sauli Niinistö, por ocasião dos Jogos Olímpicos.
2016	Visita ao Brasil do chanceler finlandês, Timo Soini, ao Brasil.
2017	Visita do Ministro da Economia finlandês, Mika Lintilä, ao Brasil.
2021	Visita do Ministro das Comunicações, Fábio Faria, à Finlândia.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

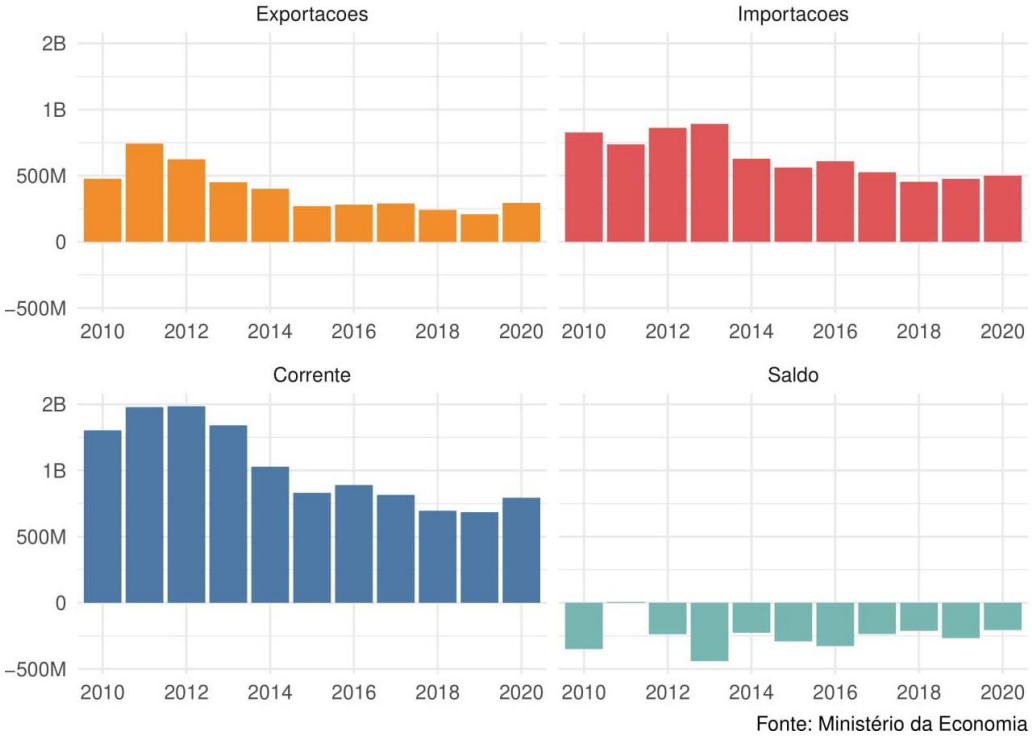
Título	Data de celebração	Status
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos Especiais ou de Serviços e Comuns entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Finlândia	29/01/1969	Em vigor
Ajuste para Efetuar Correções ao Texto em Finlandês da Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia	17/08/1972	Em vigor
Acordo para a Concessão de Isenção Aduaneira aos Consulados e Cônsules de Carreira entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia	01/06/1973	Em vigor
Acordo sobre a Troca de Estagiários entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia	30/05/1974	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre a República Federativa do Brasil e a República da Finlândia	05/11/1981	Em vigor
Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia	02/06/1988	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre a Renda	02/04/1996	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre Cooperação na Área de Mudança do Clima e sobre Desenvolvimento e Execução de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	10/09/2007	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, adMinistrativo e técnico	01/12/2015	Em vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-FINLÂNDIA

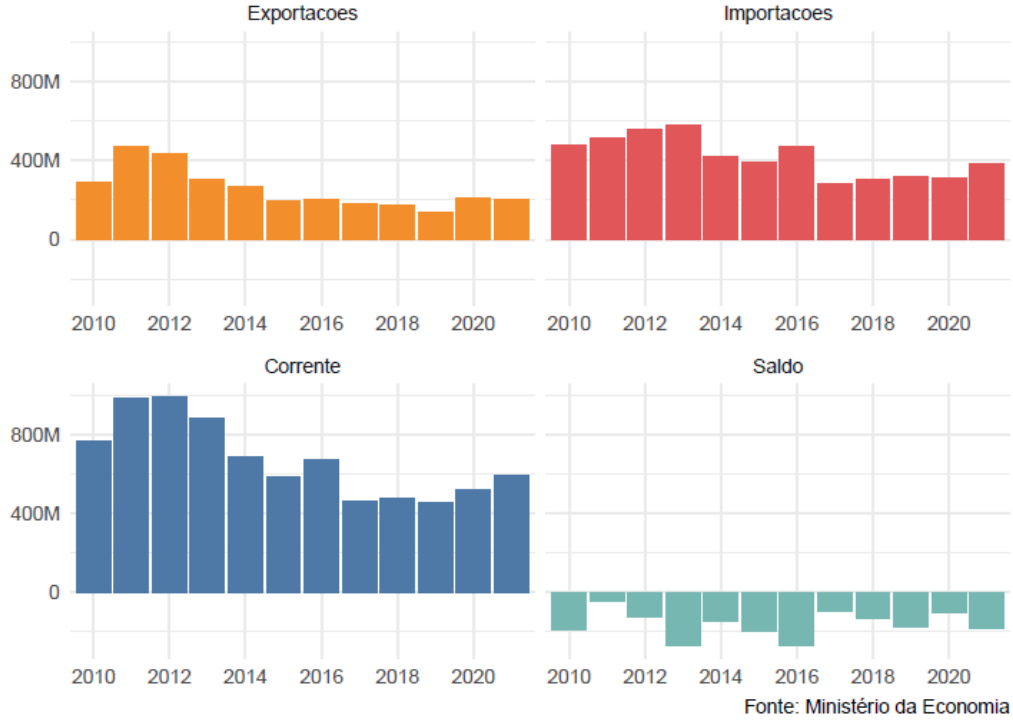
Fluxo de comércio anual



	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	294M (40.90%)	209M (-13.76%)	242M (-16.61%)	290M (3.16%)	281M (4.41%)
Importacoes	500M (4.954%)	476M (4.943%)	454M (-13.685%)	526M (-13.639%)	609M (8.460%)
Saldo	-206M (-176.9%)	-268M (-226.3%)	-212M (-189.9%)	-236M (-171.9%)	-328M (-212.2%)
Corrente	794M (15.9%)	685M (-1.6%)	696M (-14.7%)	816M (-8.3%)	890M (7.1%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	269M (-32.85%)	401M (-10.93%)	450M (-27.85%)	624M (-15.95%)	742M (55.73%)
Importacoes	561M (-10.603%)	628M (-29.557%)	892M (3.474%)	862M (16.948%)	737M (-10.896%)
Saldo	-292M (-228.7%)	-227M (-151.4%)	-441M (-285.7%)	-238M (-4 271.1%)	6M (-98.4%)
Corrente	831M (-19.3%)	1B (-23.3%)	1B (-9.7%)	1B (0.4%)	1B (13.5%)

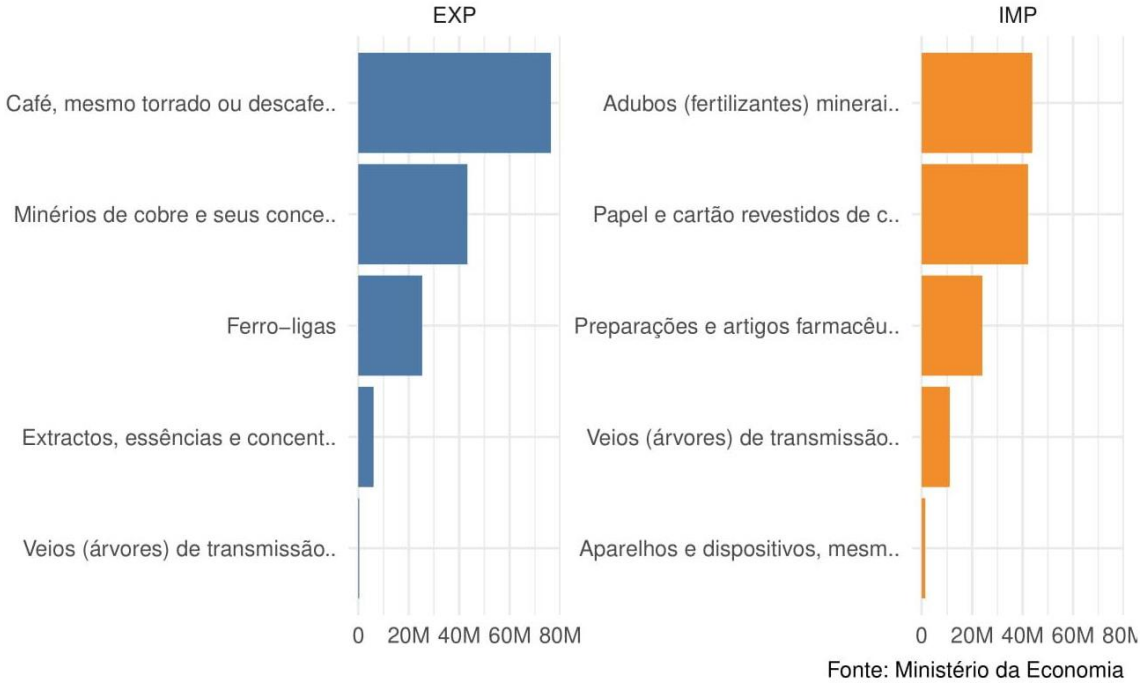
Fluxo de comércio agregado até agosto



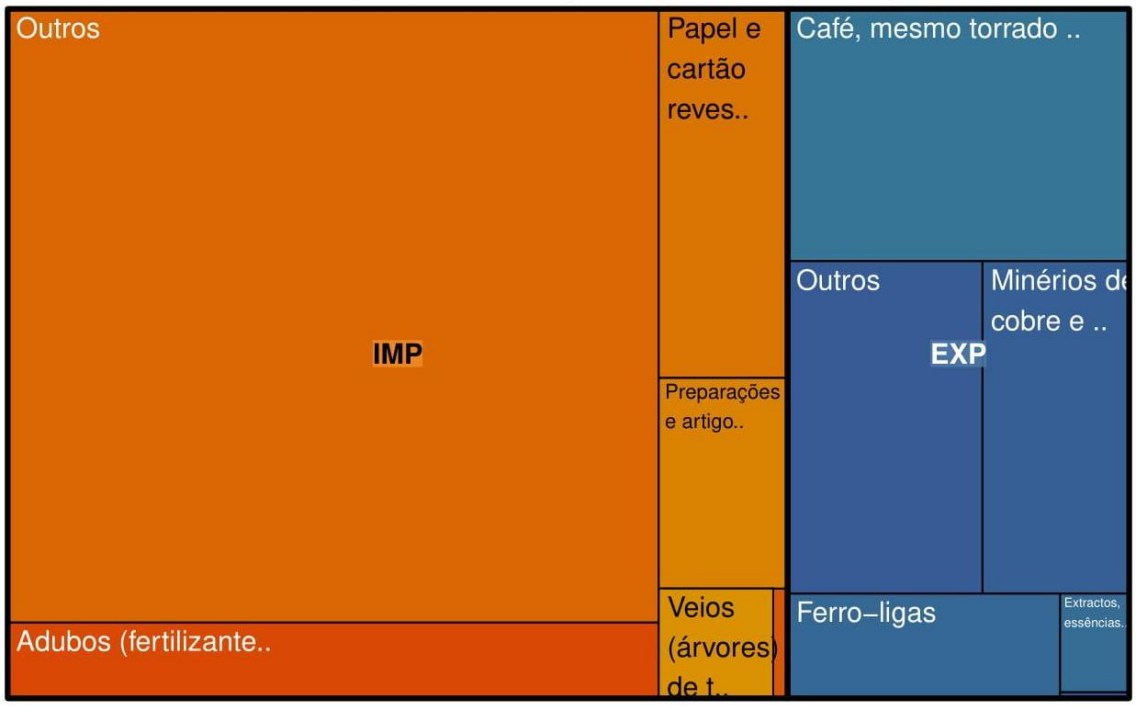
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	206M (-1.43%)	209M (48.42%)	141M (-18.43%)	172M (-5.78%)	183M (-9.09%)
Importacoes	387M (24.85%)	310M (-2.40%)	318M (3.97%)	305M (8.38%)	282M (-40.40%)
Saldo	-181M (-278.86%)	-101M (-157.28%)	-177M (-232.94%)	-133M (-234.53%)	-99M (-136.43%)
Corrente	593M (14.28%)	519M (13.19%)	458M (-4.10%)	478M (2.81%)	465M (-31.06%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	201M (4.50%)	192M (-28.59%)	270M (-12.23%)	307M (-29.20%)	434M (-7.69%)
Importacoes	473M (20.41%)	393M (-6.33%)	419M (-27.63%)	579M (3.71%)	559M (8.21%)
Saldo	-272M (-235.71%)	-200M (-233.75%)	-150M (-155.00%)	-272M (-318.04%)	-125M (-369.32%)
Corrente	674M (15.18%)	585M (-15.04%)	689M (-22.30%)	886M (-10.67%)	992M (0.64%)

Principais produtos da pauta comercial em 2020

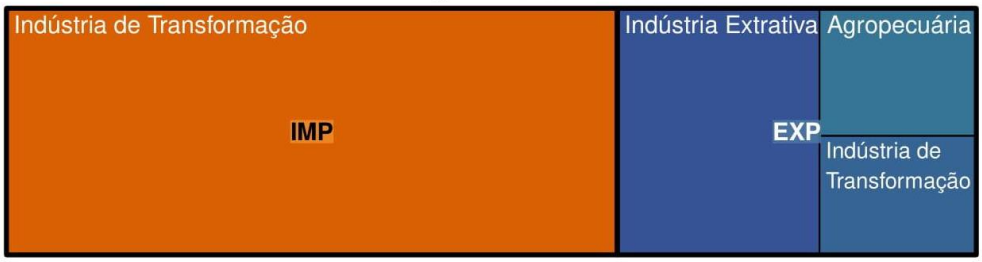


Fonte: Ministério da Economia

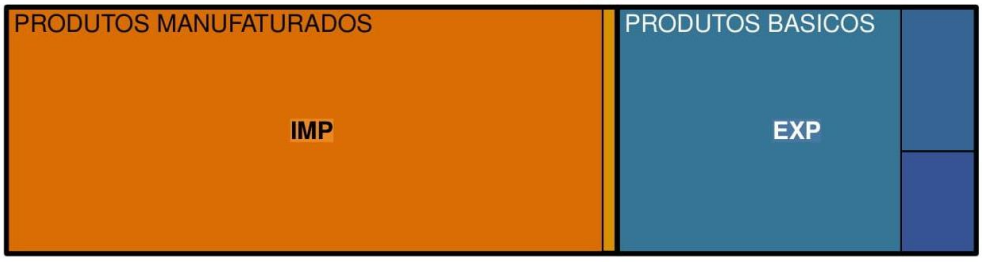


Classificações do comércio

Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020

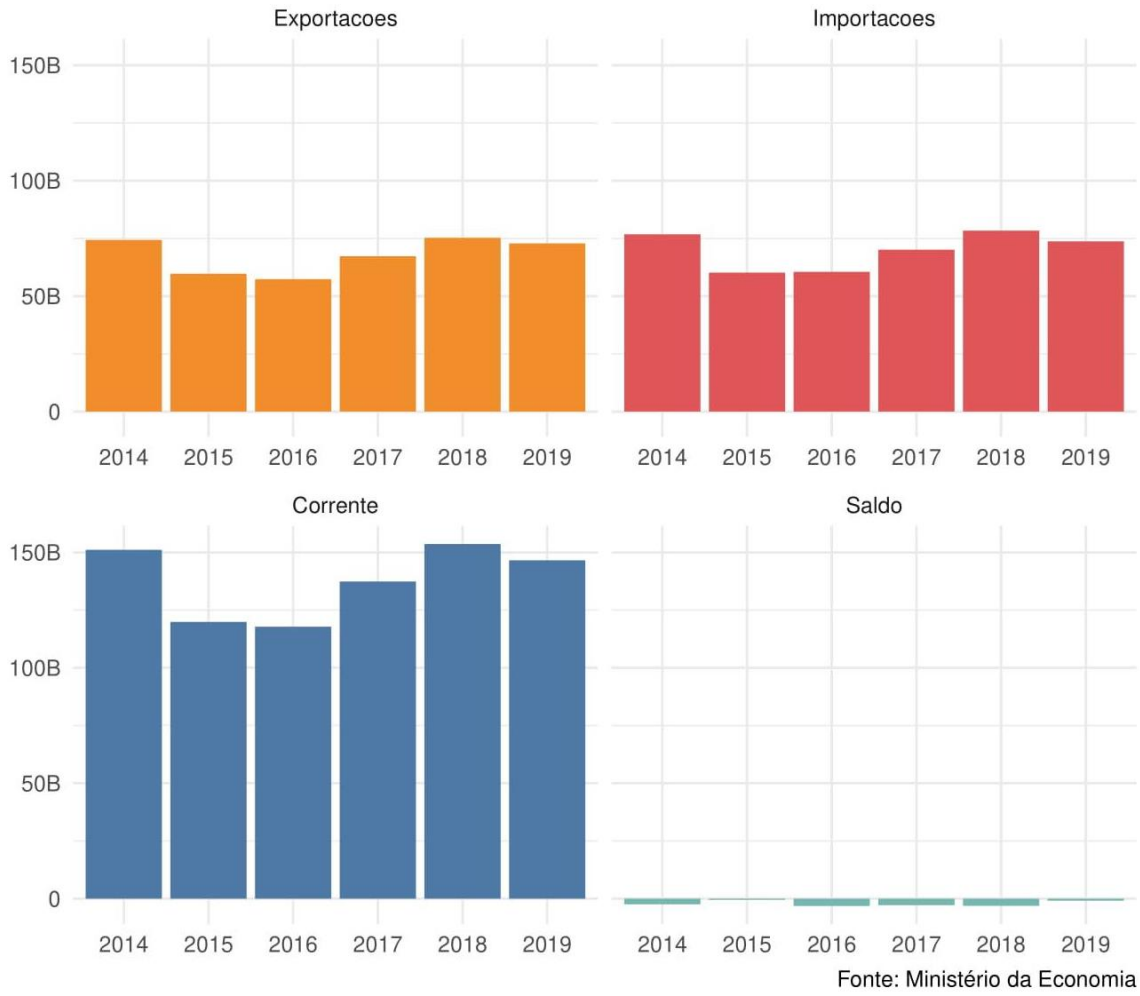


Classificação CUCI em 2020



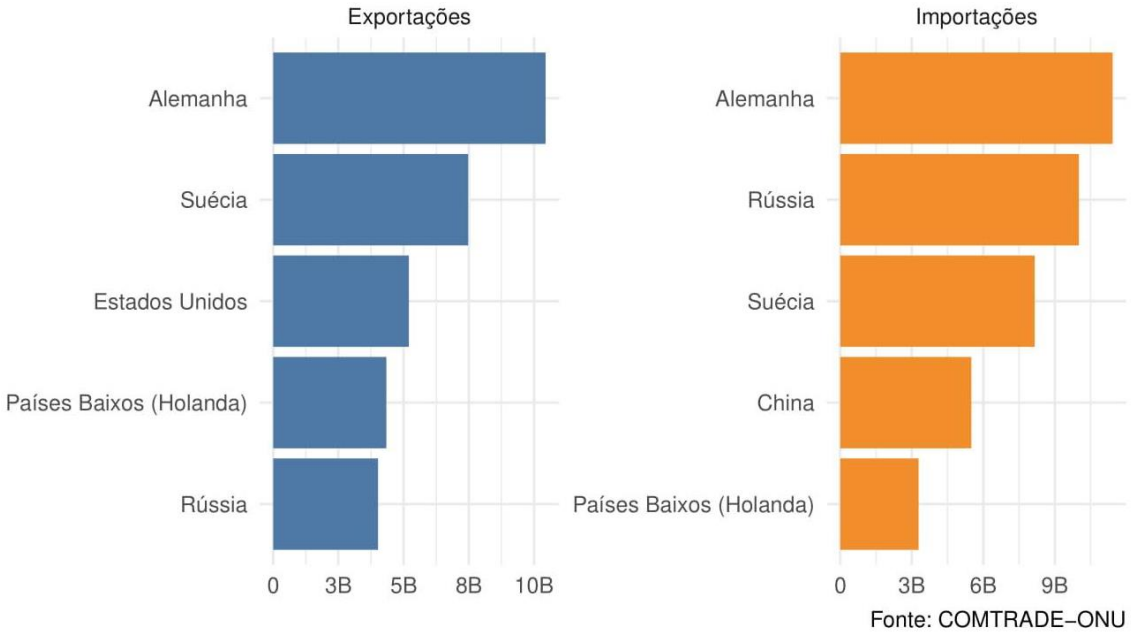
COMÉRCIO TOTAL DA FINLÂNDIA

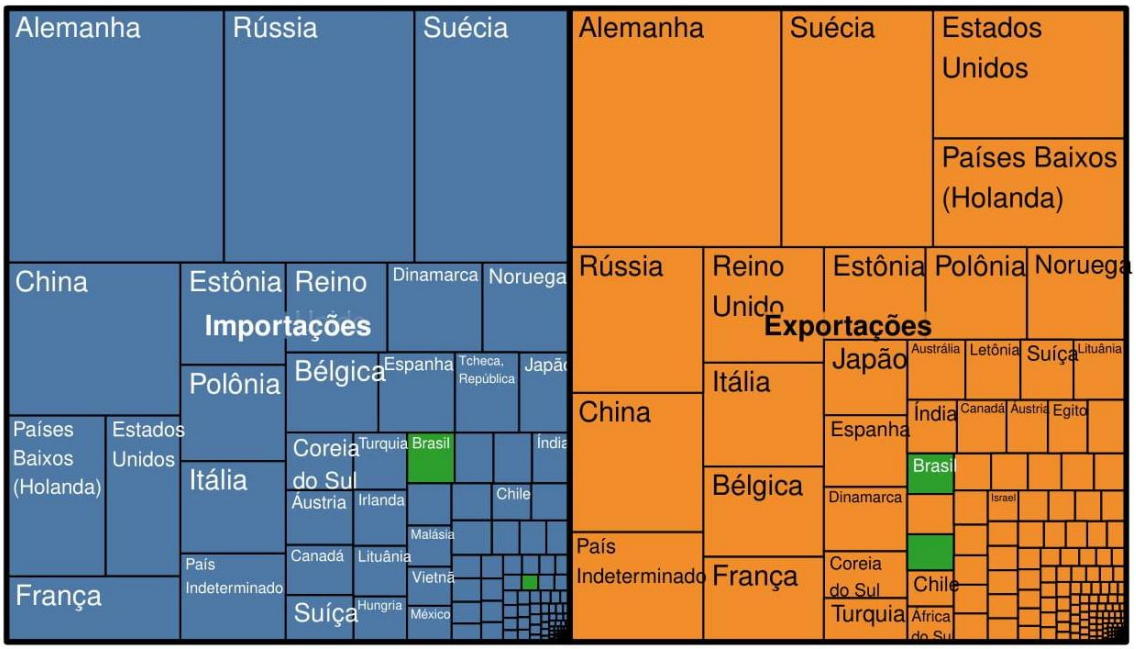
Fluxo de comércio anual



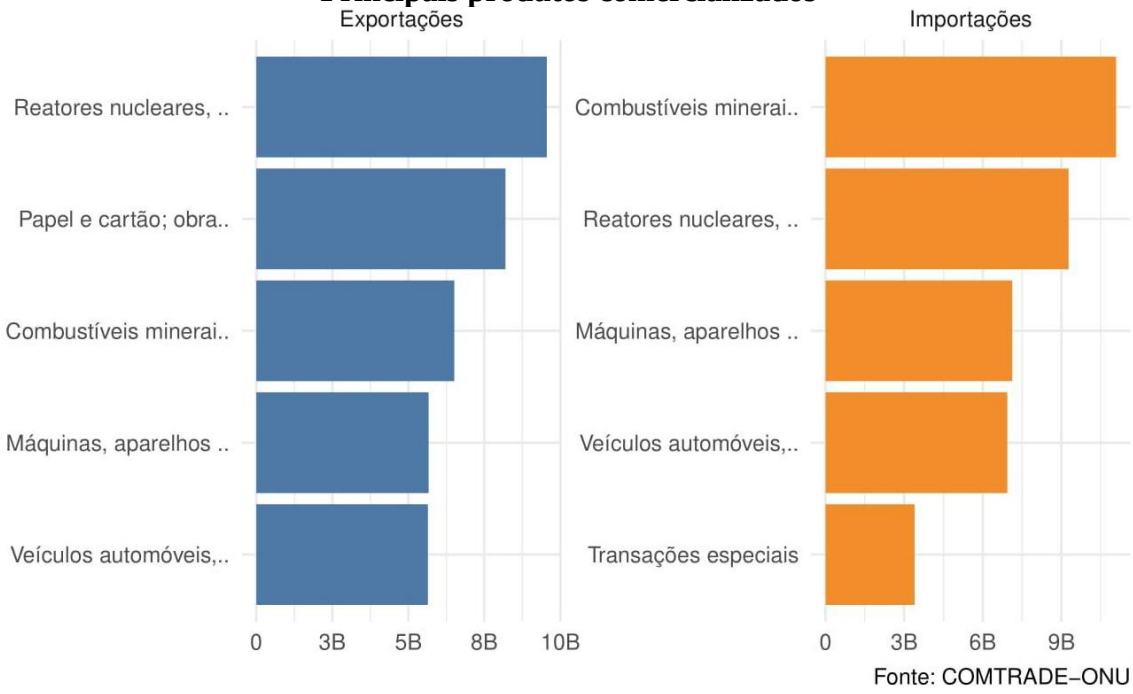
	2019	2018	2017
Exportacoes	72.84B (-3.21%)	75.26B (11.86%)	67.28B (17.37%)
Importacoes	73.72B (-5.9%)	78.35B (11.8%)	70.10B (15.9%)
Saldo	-880.68M (-128.5%)	-3.09B (-209.7%)	-2.82B (-188.8%)
Corrente	146.56B (-4.6%)	153.61B (11.8%)	137.38B (16.6%)

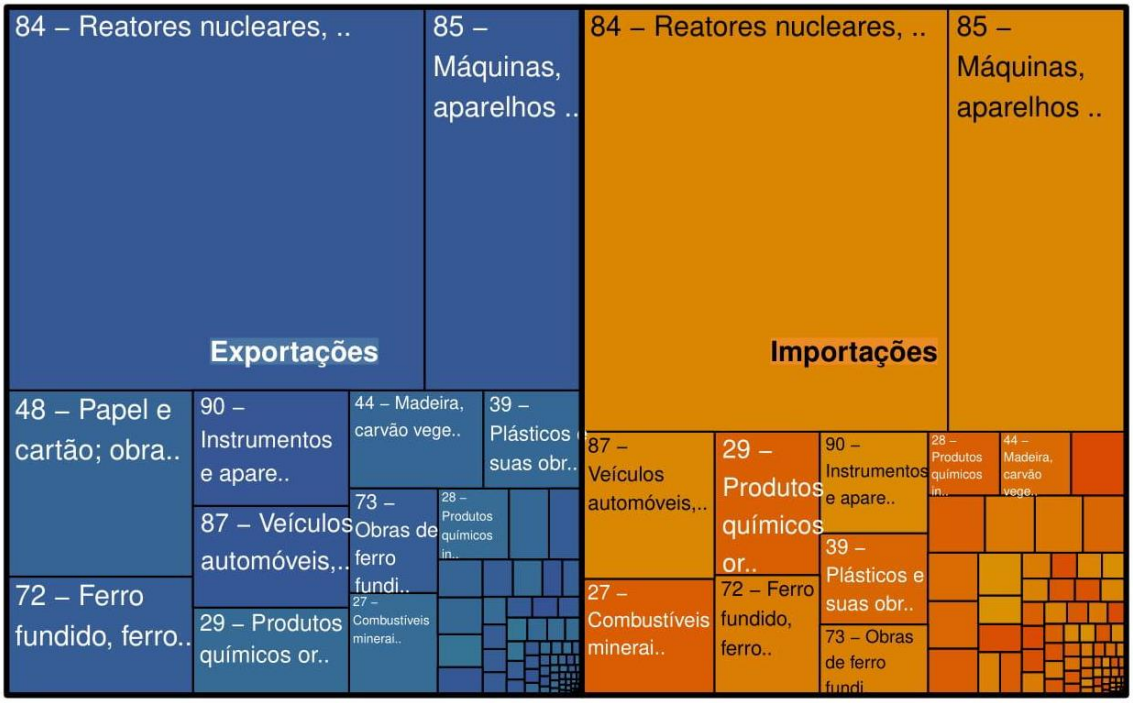
Principais parceiros comerciais





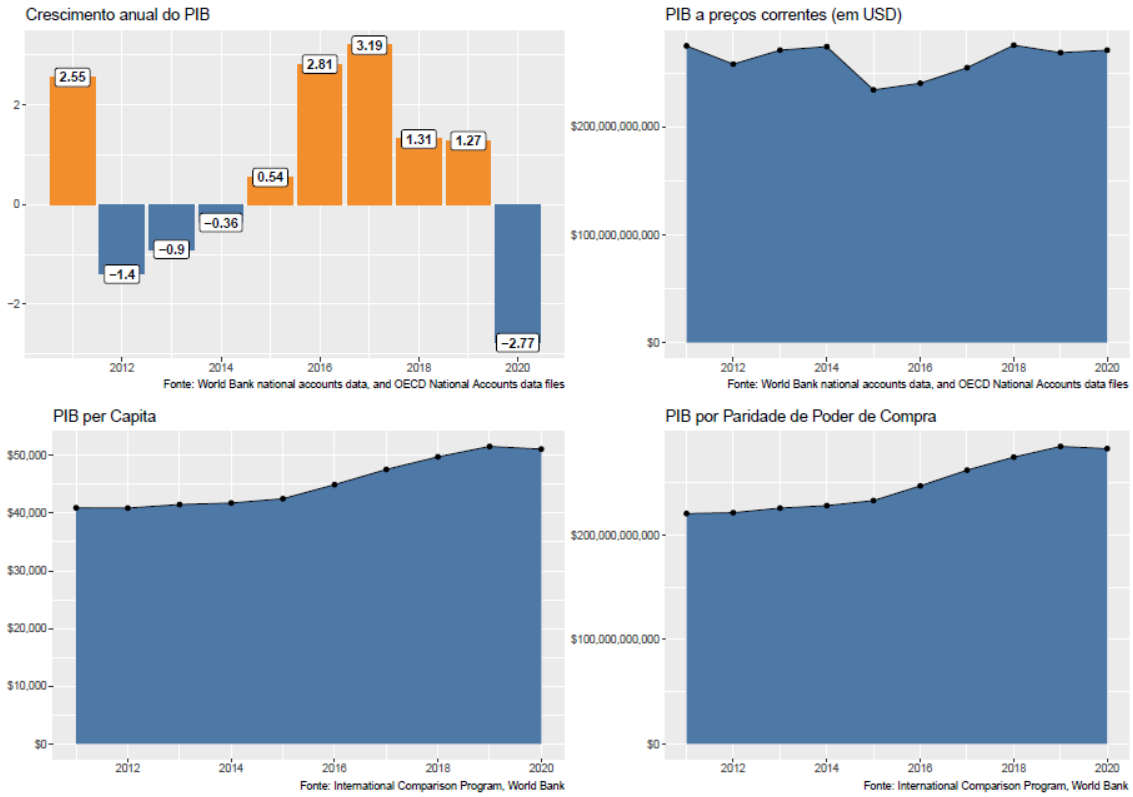
Principais produtos comercializados



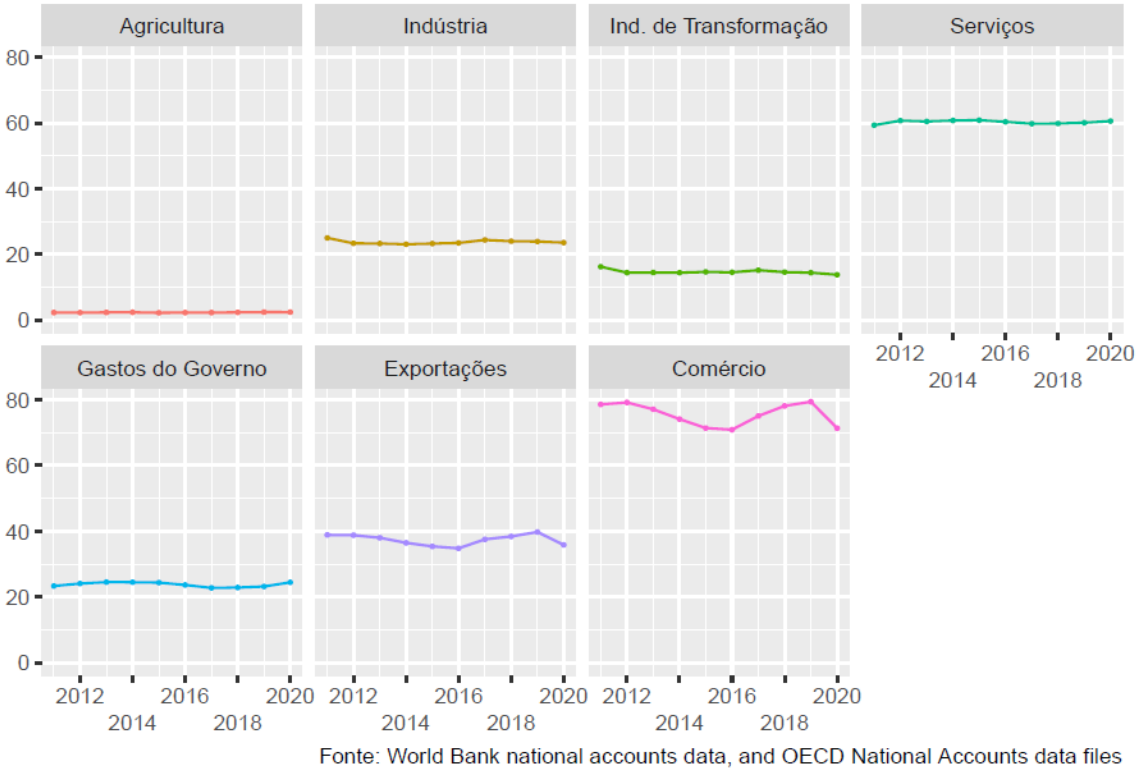


INDICADORES ECONÔMICOS INTERNOS

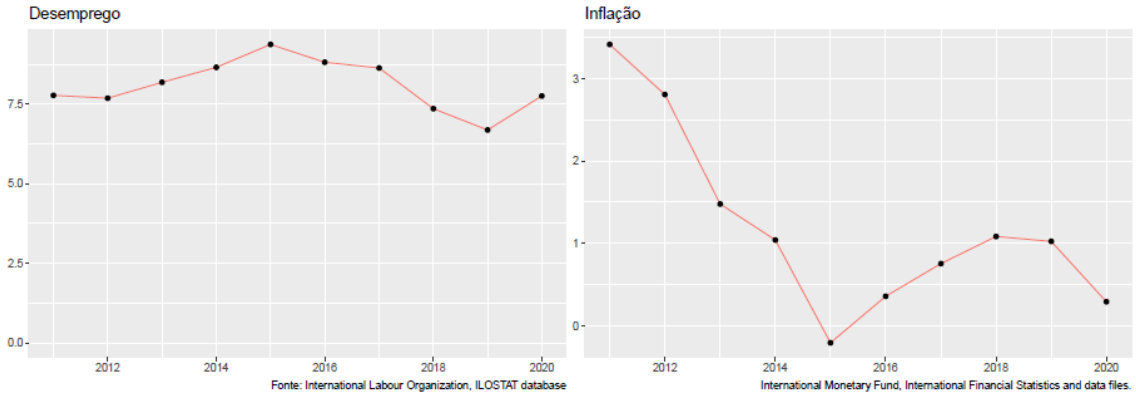
Produto interno bruto (PIB)



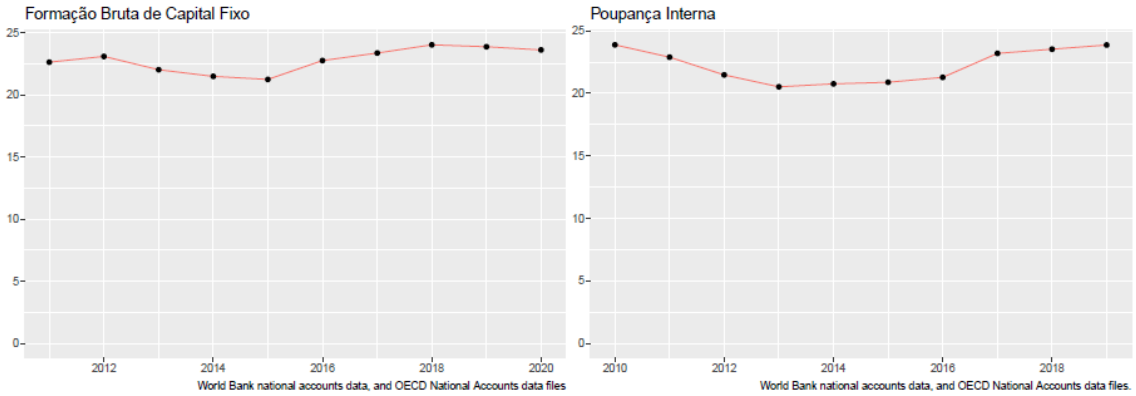
Estrutura da economia em proporção ao PIB



Indicadores de desemprego e inflação



Indicadores de investimentos



EMBAIXADA DO BRASIL EM HELSINQUE

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR JOÃO LUIZ PEREIRA PINTO

I. ESTADO DAS RELAÇÕES BRASIL-FINLÂNDIA

Em 2018, a Finlândia festejou o centenário de sua independência e, em 2019, completaram-se cem anos do reconhecimento pelo Brasil desta soberania. Apesar de que as relações diplomáticas só foram estabelecidas em 1937, a presença do Brasil na Finlândia é anterior, como atestam documentos de 1906 do Consulado do Brasil (na época subordinado à Legação em São Petersburgo) existentes no arquivo desta Embaixada, ou o grafite na rocha feito por D. Pedro II, em 1876, na cidade de Imatra.

2. As relações bilaterais Brasil-Finlândia são extremamente cordiais, com uma agenda positiva, sem desentendimento ou maiores dificuldades. Em foros multilaterais, as posições se assemelham e a Finlândia tem apoiado recorrentemente as candidaturas apresentadas pelo Brasil. Em questões mais atuais de interesse do Brasil, como a acessão à OCDE e o acordo MERCOSUL - União Europeia, o governo finlandês endossa a posição brasileira. Existe um claro interesse de ambas partes em expandir os fluxos de investimentos e comércio, bem como aumentar a cooperação em áreas estratégicas e científicas de ponta. A agenda bilateral ainda se pauta em grande parte pela lista de prioridades acordada entre os ex-chanceleres José Serra e Timo Soini, em agosto de 2016, que inclui (i) temas educacionais; (ii) ciência, tecnologia e inovação; (iii) energias renováveis, bioeconomia e tecnologia limpas; (iv) defesa; (v) promoção de comércio, investimentos e negócios e (vi) diálogo político.

3. A Finlândia atribui prioridade ao Brasil por considerá-lo um parceiro latino-americano estratégico. A agência "Business Finland", subordinada ao Ministério da Economia e do Emprego, que procura incrementar o comércio, turismo e investimento estrangeiro, além de prover fundos para a inovação, instalou seu escritório regional para as Américas em São Paulo. É necessário que se explore com mais ênfase o enorme potencial que uma relação mais intensa com a Finlândia pode aportar para o desenvolvimento brasileiro, em especial nas áreas de tecnologia de ponta, defesa, comunicações e educação.

4. Antes do início da pandemia de COVID-19, o número de visitas de autoridades brasileiras à Finlândia tinha-se reduzido, especialmente, depois da visita da Presidente Dilma Rousseff em 2015. Durante o meu período à frente desta Embaixada, apesar de terem surgido convites, a única visita de alto nível foi a da missão do Ministro das Comunicações, Fabio Faria, para contatos na área de telecomunicações com vistas à implantação do sistema 5G de telefonia móvel no Brasil. De sua parte, a Finlândia teve de suspender diversas visitas programadas de ministros ao Brasil mas, de uma forma criativa, em dezembro de 2020 o Ministro de Comercio Exterior e Cooperação, Ville

Skinnari, fez "visita virtual", mantendo reuniões com autoridades brasileiras por meio de teleconferências. Cabe mencionar que o mesmo Ville Skinnari viajará a Brasília, Belém e São Paulo em novembro próximo para retomar os contatos com o Brasil.

5. A Finlândia (5,5 milhões de habitantes) mantém um significativo volume de investimentos no Brasil, com 54 empresas instaladas e estoque de investimentos da ordem de 75 bilhões de euros. Historicamente, os principais produtos brasileiros exportados para a Finlândia são café, minérios de cobre, ferro e aço e polpa de celulose. Os produtos importados da Finlândia, por sua vez, correspondem aos setores de maquinário, fertilizantes e papel e cartão.

6. Segundo dados da alfândega finlandesa, em 2019 o comércio bilateral alcançou 835,6 milhões de euros, com superávit para o Brasil de 111,8 milhões de euros. O Brasil figurou, então, como o 21º parceiro comercial da Finlândia. Em 2020, ano em que se iniciou a pandemia, verificou-se aumento das transações correntes, que chegaram a movimentar 957,2 milhões de euros, além de inversão no saldo de pagamentos, cabendo ao Brasil déficit de 178 milhões de euros. O país alcançou, naquele ano, a 19ª posição no ranking de parceiros comerciais da Finlândia. No primeiro trimestre de 2021, ainda de acordo com dados oficiais finlandeses, o fluxo comercial de bens com o Brasil atingiu total de 207,3 milhões de euros, dos quais 108,5 milhões corresponderam a exportações, e 99 milhões a importações, com pequeno superávit para a Finlândia de 9,6 milhões de euros. No momento, o Brasil ocupa a 26ª posição na relação de parceiros comerciais deste país.

II. POLÍTICA EXTERNA E INTERNA FINLANDESA

7. A política externa da Finlândia é definida por sua identidade nórdica e europeia, com uma forte dose de pragmatismo por conta de uma fronteira de 1.340 Km com a Rússia. Refletindo sua vocação europeia, a Finlândia faz parte da União Europeia, da zona do Euro e do espaço Schengen, e sua área de prioridade na política externa. Uma área da política externa da Finlândia que tem aumentado em importância é o relacionamento com a China continental, tanto pelos investimentos de firmas finlandesas naquele país quanto pelo investimento que a empresa aérea estatal Finnair fez, procurando tornar-se a principal transportadora entre a Europa e a Ásia e transformando o aeroporto de Helsinque em "hub" regional, para tanto tendo se esforçado em ampliar as instalações.

8. Apesar de não pertencer à OTAN, mantém cooperação muito fluida com esta organização e, em recente pronunciamento, o Presidente Sauli Niinistö enfatizou a necessidade de "manter a porta da OTAN aberta para a Finlândia", possivelmente uma sutil mensagem diante de recentes e frequentes incidentes e provocações por parte de navios e aeronaves russas no mar Báltico. Explica-se, assim, a ênfase renovada em aspectos de segurança e de cooperação com os países nórdicos, especialmente a Suécia e a Noruega.

9. Sendo o país europeu que divide a maior fronteira terrestre com a Rússia, a Finlândia, historicamente, atua como uma ponte entre a Rússia e a Europa ocidental - papel que

tem ganhado relevância nos últimos anos. O país tem realizado esforços para promover o diálogo e reaproximação entre a Rússia e a União Europeia desde a crise da Ucrânia, bem como entre a Rússia e os EUA, tendo hospedado reuniões de delegações de alto nível desses dois países em seu território.

10. No plano interno, o governo de centro-direita do Primeiro-Ministro Juha Sipilä caiu no dia seguinte ao de minha assunção. Nas eleições parlamentares de 14 de abril daquele ano, o Partido Social Democrata (SPD) venceu por apertada margem de 40 a 39 o Partido dos Finlandeses PERUS), populista de direita. Nenhum partido obteve maioria absoluta, o que o obrigou a negociar um governo de coalizão, a norma desde a independência da Finlândia.

11. O então líder do SPD, Antti Rinne, logrou formar governo englobando o Partido do Centro (KESK), os Verdes (VIH), a Aliança da Esquerda (VAS) e o Partido do Povo Sueco (SFP), reunindo 117 das 200 cadeiras do parlamento. Em dezembro de 2019, o Partido do Centro anunciou que não mais confiava em Rinne para governar o país, forçando a sua renúncia. Após longas negociações, foi substituído por Sanna Marin, também do SPD, até então Ministra dos Transportes e Comunicações, o que a tornou, aos 34 anos, a mais jovem chefe de governo da história da Finlândia.

12. No cenário presente, a economia finlandesa caracteriza-se pela alta integração à economia global. O comércio internacional responde por um terço de seu PIB. Sob a ótica da oferta, os serviços compõem, historicamente, cerca de 60% do PIB. Dados do Banco Mundial apontam que o PIB da Finlândia, em 2020, foi de 271,23 bilhões de dólares, com retração de 2,8%. Em 2019, o PIB finlandês apresentou leve crescimento de 1%, em decorrência de aumento no volume das exportações e no consumo das famílias e de governos locais.

13. Projeções econômicas indicam que a economia finlandesa poderá crescer entre 2,3% e 3,5%, em 2021; 2% e 2,5% em 2022; e 1,5% e 2%, em 2023. Se, por um lado, pontos fortes como educação de alto nível, liberdade de investimentos e estabilidade institucional conferem certa resiliência à economia finlandesa, por outro, o envelhecimento da população e o aumento da dívida pública - que cresceu quase 30% entre 2008 e 2019 - põem consideráveis desafios à produtividade do país.

14. Como parte do pacote de investimentos e de reformas apoiado pela União Europeia em resposta à pandemia da COVID-19, o governo finlandês entregou à Comissão Europeia, em 27 de maio de 2021, seu Plano de Recuperação e Resiliência. O documento apresentado corresponde a parte do Programa de Crescimento Sustentável para a Finlândia e contempla ajustes estruturais na economia, por meio de pacotes de medidas que englobam reformas e investimentos de longo prazo concentrados em quatro áreas prioritárias: transição verde; transformação digital; emprego e capacitação; e saúde e serviços sociais. Para o período 2021-2023, a Comissão Europeia atribuiu à Finlândia 2,1 bilhão de euros, ainda pendentes de aprovação pelo Conselho da União Europeia. Estima-se que a Finlândia poderá receber cerca de 13 bilhões de euros, dos quais 6,6 bilhões na forma de empréstimos. A Ministra das Finanças, Annika Saarikko,

estimou que o crescimento do PIB finlandês poderá ser 0,3% maior em 2026 com a implementação do Plano de Recuperação e Resiliência e 0,8% maior até o final da década. O Programa de Crescimento Sustentável para a Finlândia também é contemplado com fundos de outros programas europeus, como o Mecanismo para uma Transição Justa e o Fundo Agrícola Europeu de Desenvolvimento Rural.

III. AÇÕES REALIZADAS PELO POSTO

15. Na área política bilateral, deve mencionar-se a realização de 4ª Reunião de Consultas Políticas, em novembro de 2019. O resultado foi amplamente positivo, demostrando o excelente estado das relações e a sintonia entre as posições dos dois países. A expectativa é de que o Governo brasileiro possa organizar a próxima edição das consultas políticas em Brasília, em 2022.

Assistência a brasileiros

16. Tendo em vista o notável crescimento da comunidade brasileira neste país, a demanda pelos mais variados serviços consulares seguiu a mesma linha, embora o advento da pandemia de COVID-19 tenha gerado um ano absolutamente atípico. Conforme dados do Serviço Estatístico da Finlândia, em 2019, a comunidade brasileira era de 1940 cidadãos declarados como tal junto aos órgãos de registros finlandeses e, em 2020, 2110 cidadãos. Os dados de 2021 só serão disponibilizados a partir de abril do próximo ano.

17. Existe um crescente número de brasileiros nascidos no exterior (cerca de 30 nascimentos são registrados no setor consular desta Embaixada por ano), cuja dupla nacionalidade não é devidamente registrada nos sistemas do governo finlandês. Além disso, uma parcela dos brasileiros residentes na Finlândia tem outra nacionalidade europeia (portuguesa ou italiana, por exemplo), e pode constar nas estatísticas como cidadãos de outros países.

18. Em função da expansão da população brasileira na Finlândia, o número de emissões de passaportes passou de 343 em 2018 para 362 em 2019. A despeito da pandemia de COVID-19, foram emitidos 210 passaportes em 2020 e, até o fim de setembro do corrente ano, 120.

19. Os serviços de atos notariais também apresentaram significativo acréscimo durante o ano de 2019 em relação a 2018, ambos períodos de normalidade no Setor Consular: 432 documentos em 2018, 502 em 2019 e, apesar da pandemia, em 2020, 351 serviços entre registros de nascimento, casamento, óbito, procurações, autenticações, atestados, declarações, etc. Neste ano, até o momento, foram emitidos 304 documentos notariais.

20. No que se refere aos vistos emitidos, a grande maioria é de trabalho para transferência de tecnologia ou assistência técnica. Em Helsinque, foram concedidos, em 2018, 211 vistos na totalidade. Em 2019, foram 153 vistos, em 2020, 119 vistos e neste ano, até 30 de setembro, foram concedidos 144.

21. No tocante a assistência a brasileiros, os casos mais comuns são de orientação para homologação de sentença de divórcio, tendo sido quatro casos em 2019, e um caso em 2020.

22. Importante ressaltar o atendimento a brasileiros que quiseram voltar ao Brasil no auge da pandemia de COVID-19 ou que, residentes na Finlândia, queriam retornar a este país. Teve-se conhecimento de 39 casos, dos quais 29 foram resolvidos com a intermediação da Embaixada junto a diversas companhias aéreas.

Cooperação bilateral e promoção comercial

23. Creio poder afirmar que um dos principais legados de meu antecessor na área de C,T&I foi a Rede de Inovação Brasil-Finlândia (RIBF), lançada em outubro de 2018, como projeto de mapeamento e plataforma de aproximação da diáspora científica brasileira neste país. Durante minha gestão, ficou a cargo do Setor de Ciência, Tecnologia e Inovação do Posto (SECTEC) a continuidade do mapeamento de pesquisadores e profissionais de inovação brasileiros - e estrangeiros com vínculos com o Brasil -, bem como a dinamização da Rede, por meio de encontros regulares de seus membros. De modo a facilitar o contato entre os membros, foram criados "mailing list" e grupo de "Whatsapp" da Rede de Inovação, o que também propiciou maior agilidade no compartilhamento de informações e divulgação de oportunidades e eventos sobre temas de interesse dos membros da rede.

24. Em junho de 2019, ocorreu o primeiro encontro da RIBF, na VTT (Empresa Nacional de Pesquisa e Tecnologia da Finlândia), situada no parque tecnológico de Otaniemi, região metropolitana de Helsinque. O encontro contemplou a temática de ecologia e meio-ambiente, contou com 30 participantes da Rede e palestrantes pesquisadores e representantes de empresas ligados ao tema.

25. Em agosto de 2019, realizou-se o segundo encontro da Rede, o "Desafio dos 60 Segundos". O evento consistiu em dinâmica em que os participantes, com base na técnica de "pitch", deveriam expor suas atividades em no máximo 60 segundos. A idealização da dinâmica resultou de "feedback" de membros da Rede após o evento de 19/6 na VTT, que expressaram o desejo de ter a oportunidade de falar de suas atividades e mais tempo para trocar experiências com os colegas.

26. Em janeiro de 2020, o terceiro encontro da RIBF foi realizado na cidade de Turku, em parceria com a Universidade de Ciências Aplicadas de Turku, e representou oportunidade de expandir as ações da Rede e travar contato mais estreito com representantes de instituições acadêmicas e outras entidades para além da capital. O encontro teve como tema "Pesquisa, Inovação e Tecnologia Aplicadas à Educação".

27. Em outubro de 2020, na sequência de visita da Chefe do SECTEC à Universidade de Turku, que abriga o "Amazon Research Team" (uma equipe interdisciplinar que forma um dos mais proeminentes grupos de pesquisa sobre a Amazônia no mundo),

realizou-se evento com temática amazônica que contou com palestra da pesquisadora brasileira Gabriela Zuquim, membro do "Amazon Research Team" e da RIBF. Antecedeu a referida palestra o lançamento do livro "O Santo é Vivo", de autoria da artista visual brasileira Andréa Vannucchi, ensaio fotográfico sobre a peregrinação de um seringueiro habitante da floresta amazônica. Estiveram presentes membros da RIBF da cidade de Turku, reforçando a aproximação iniciada no início do ano.

28. Está previsto para este semestre novo encontro da RIBF, a ocorrer na cidade de Tampere, no contexto da formação de profissionais de educação brasileiros na Universidade de Ciências Aplicadas de Tampere.

29. A RIBF conta, atualmente, com mais de 70 membros cadastrados. O objetivo de pôr em contato os seus diferentes membros, a fim de consolidar a diáspora científica brasileira na Finlândia, vem sendo alcançada a contento. Apontaria, como diretriz para o trabalho da RIBF, ações que visem à autonomia da diáspora, de modo que seus membros passem a sugerir iniciativas e desenvolvam organização própria. O estabelecimento de pontes com diásporas científicas brasileiras em outros países, de modo a formar uma "brain network", em contraponto ao "brain drain" anteriormente verificado, poderia nortear também as ações futuras concernentes à RIBF.

30. Em linha com uma das prioridades da Estratégia Nacional de Inovação, de promoção da imagem do Brasil como país produtor de ciência e soluções inovadoras nos mais diversos setores, foi criada em 2020 a série "Brasil Inova", que consiste na publicação semanal de artigos selecionados do Boletim da Divisão de Promoção Tecnológica I do Itamaraty na página de Facebook da Embaixada, com compartilhamento no grupo de "Whatsapp" da RIBF. As notícias, selecionadas por critério de relevância para o contexto local, vêm obtendo engajamento para as publicações da Embaixada. Desde agosto de 2020, foram mais de 70 postagens, que aumentaram o número de visualizações e engajamentos na página de Facebook do Posto, além de comentários e reações no grupo de "Whatsapp" da RIBF.

31. Ainda em consonância com o objetivo de promover a imagem do Brasil como país produtor de inovação, a Embaixada manifestou interesse em participar da iniciativa "Sapiência Br", lançada pela Embaixada do Brasil em Berlim, a fim de dar visibilidade ao trabalho de pesquisadores e profissionais brasileiros que atuam na área de ciência, tecnologia e inovação na Finlândia. A iniciativa, realizada em parceria com o Laboratório Aberto de Interatividade para Disseminação do Conhecimento Científico e Tecnológico da Universidade Federal de São Carlos (LabI), consiste em série de vídeos com pesquisadores brasileiros. Foram selecionados cinco pesquisadores brasileiros atuantes neste país, tendo por critério a diversidade geográfica e de instituições, áreas de estudo e níveis acadêmicos.

32. No dia 10 de junho de 2021, foi realizada "live" de lançamento da segunda temporada da série, já contemplando pesquisadores brasileiros, selecionados dentre os membros da RIBF. Até o momento, foram divulgados três vídeos: de Alexandre Aleixo, curador do Museu de História Natural da Finlândia; Leonardo Custódio, pós-

doutorando, Instituto para Pesquisa Social Avançada da Universidade de Turku; e Marianna Ferreira-Aulu, doutoranda, Estudos de Futuro e Planejamento Estratégico para Conservação da Amazônia, Universidade de Turku. Ainda estão por ser lançados os vídeos de Helena Cândido Dobrochinski, pós-doutoranda, Estudos de Justiça Social e Igualdade na Educação, Universidade de Helsinque; e de Hirley Alves, Professor Assistente do Centro de Comunicações Wireless, Universidade de Oulu. Foi aberta aos membros da RIBF a possibilidade de manifestar-se sobre a disposição em participar de eventuais próximas temporadas da série Sapiência Br.

33. Desde antes de minha assunção, este posto trabalha a fim de fortalecer a participação brasileira na Slush, o maior evento de "start-ups" e tecnologia do mundo. A edição de 2019, última realizada de forma presencial, contou com mais de 25.000 participantes, de 130 países, incluindo 4.000 "start-ups" e 2.000 investidores. Empresas e investidores brasileiros têm participado do evento, por iniciativa individual. Algumas ações vêm sendo empreendidas a fim de estreitar laços com a organização do evento e promover participação brasileira mais robusta.

34. Em outubro de 2019, a Embaixada acompanhou a participação da pesquisadora brasileira Carla Ellif, da USP/UFRGS, que apresentou pesquisa sobre a sobrevivência de recifes de corais em face das mudanças climáticas, no evento "Research Pitching Goes to Church" uma preparação para a competição de "pitch" ("Research Pitching Competition") que teria lugar dois dias depois na Slush.

35. Ainda envolvendo a Slush, está em fase final de organização o evento de desenvolvimento de jogos eletrônicos "Good Game Brazil", que tem por objetivo divulgar o Brasil como polo criativo e inovador na produção de jogos eletrônicos. Como prêmio, a equipe participante que apresentar o melhor jogo será agraciada com viagem à Finlândia para visitar a Slush e fazer tour à empresa de jogos local Metacore. Pretende-se, com a iniciativa, promover o intercâmbio de experiências no desenvolvimento de jogos eletrônicos e dar a conhecer, ao público brasileiro interessado na área, a indústria de jogos finlandesa, com foco na atuação de profissionais brasileiros neste país.

36. Uma terceira iniciativa de aproximação à Slush poderia ser a missão prospectiva de organizadores da feira ao Brasil, a fim de verificar a viabilidade de realização de edição brasileira do evento, a exemplo de edições regionais da feira em Tóquio, Shangai e Singapura. Repetidas vezes, nos últimos anos, os organizadores mencionaram o interesse em fazer um evento de preparação para a Slush no Brasil. A título de sugestão para meu sucessor, a iniciativa poderia ser explorada junto à Coordenação de Internacionalização da Apex-Brasil.

37. Entre as ações futuras a serem desenvolvidas pelo SECTEC, está previsto para o primeiro semestre de 2022 "webinar" sobre tecnologia 6G, conforme aprovado no âmbito do PDI. Foi assinado Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL) e a Universidade de Oulu no âmbito do "6G Flagship", com vistas a engajar o Brasil nas iniciativas finlandesas para o desenvolvimento das redes de comunicação avançadas em 6G. Nesse contexto, o "webinar" será realizado no

marco da já existente cooperação entre pesquisadores brasileiros e finlandeses. Deverá ser proferido pelo pesquisador brasileiro Hirley Alves, membro da RIBF (e um dos participantes da série Sapiência Br).

38. Finalmente, há a perspectiva da Publicação do Mapeamento do Ecossistema de Inovação da Finlândia no portal Invest&Export, com base nas orientações disponíveis no Manual dos SECTECs. O projeto deverá ser realizado com os recursos humanos disponíveis no SECTEC. Para tanto, deverá ser atualizado e expandido o conteúdo inserido pelo posto no mapeamento relativo à Finlândia.

39. Um exemplo do que poderia ser a cooperação bilateral em tecnologia de ponta é o caso do desenvolvimento conjunto de uma vacina contra a COVID-19, que não chegou a bom termo. A vacina FINCoVac está sendo desenvolvida, de forma aberta e livre de patentes, pela empresa Rokote Laboratories Oy, formada a partir de consórcio de pesquisadores da Universidade de Helsinque e da Universidade da Finlândia Oriental. Administrada via "spray" nasal, em dose única, a FINCoVac tem como proposta ser utilizada como reforço imunológico em indivíduos que já receberam vacinação intramuscular. A vacina FINCoVac encontra-se em fase de testes pré-clínicos e prepara-se para a fase 3 de testes em humanos.

40. A empresa Rokote Laboratories propôs parceria com o Brasil para a realização de testes de fase 3 no País, com possibilidade de transferência de tecnologia e de produção local da vacina. Após diversas teleconferências entre a empresa finlandesa e a FIOCRUZ, sob a coordenação da Embaixada, a petição do Itamaraty, o Ministério da Saúde consultou a FIOCRUZ, que teria concluído não haver forma efetiva de colaborar no projeto FINCoVac. Depois, a USP iniciou consultas, que tampouco chegaram a um acordo.

41. Em que pesem as restrições à mobilidade decorrentes da pandemia da COVID-19, o Setor de Promoção Comercial e Investimentos (SECOM) desempenhou normalmente suas atividades de inteligência comercial, de promoção de imagem e de consultoria a empresas brasileiras. Entre o segundo trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2021, foram realizadas quase 200 iniciativas, entre as quais podem-se destacar a atualização do guia "Como Exportar - Finlândia", a publicação do guia de turismo "Matkakohteena Brasilia", cerca de 150 atendimentos a exportadores brasileiros e diversas reuniões com importantes interlocutores, como Embraer, Apex-Brasil, Rokote Laboratories, Slush e professores da Universidade de Turku que ministram o curso "Doing Business in Brazil".

42. Cumpre mencionar, também, o único evento presencial que a Embaixada pôde realizar em 2020, de promoção da cachaça brasileira, que contou com degustação apresentada por Jairo Martins, especialista brasileiro reconhecido internacionalmente e integrante do júri de "spirits" do "Concours Mondial de Bruxelles". Participaram do evento importadores nórdicos de bebidas, vendedores finlandeses de bebidas alcoólicas a varejo para consumo em estabelecimentos próprios e membros de associações culturais locais.

Setor Cultural e Centro Cultural Brasil Finlândia (CCBF)

43. Desde março de 2019, quando assumi as funções no Posto, alguns temas da área cultural, cujas bases foram lançadas durante a gestão de meu antecessor, foram continuados de forma bem-sucedida, tendo as relações com parceiros sido aprofundadas e projetos desenvolvidos com êxito.

44. Em seu relatório de gestão, meu antecessor menciona a start-up fino-brasileira de realidade virtual l Zoan, assim como a empresa desenvolvedora de plataforma de ensino à distância CLANED, com a qual havia sido recém-estabelecida parceria para a digitalização dos cursos de português do Centro Cultural Brasil-Finlândia (CCBF). Outro parceiro mencionado é a Universidade de Ciências Aplicadas de Turku (TUAS, na sigla em inglês), que havia manifestado interesse em incluir os cursos à distância do CCBF na oferta da rede finlandesa de universidades de ciências aplicadas "Campus Online", assim como de desenvolver curso à distância sobre "Doing Business in Brazil".

45. Passados dois anos e meio de minha chegada ao Posto, tenho a satisfação de relatar que os referidos projetos foram levados adiante, tendo gerado importantes frutos na cooperação cultural bilateral, resultado do profissionalismo e dedicação da equipe do Centro Cultural Brasil-Finlândia (CCBF).

46. Um marco da atuação do CCBF na promoção da língua portuguesa foi o projeto do livro digital sobre a história da língua portuguesa "Palavras ao Mar", para o público infanto-juvenil. O livro, com texto original de Claudia Nina, ilustrações de Laura Athayde e prefácio do Professor Doutor Carlos Alberto Faraco, conta com recursos de realidade aumentada desenvolvido pela empresa Zoan. A publicação está disponibilizada ao grande público no site do CCBF (https://www.brazilianculturalinstitute.fi/palavras-ao-mar/), podendo ser baixada gratuitamente. O livro, de caráter multidisciplinar, pode ser utilizado tanto em contextos educacionais quanto familiares. A versão digital foi lançada no dia 5 de maio de 2021, por ocasião do Dia Mundial da Língua Portuguesa. Oportunamente, tenciona-se produzir versões impressas do volume, para fins de distribuição a toda a rede de representações do Brasil no exterior.

47. A parceria com a CLANED também gerou frutos não apenas para a difusão da língua portuguesa na Finlândia, ao ampliar o corpo discente para além de Helsinque, mas possibilitou ao CCBF tornar-se referência em atividades pedagógicas de ensino do português para toda a rede de ensino do Itamaraty no exterior. Desde 2019, passaram a ser oferecidos cursos de português como língua estrangeira (PLE) na modalidade online. Com a pandemia de COVID-19, a modalidade online afigurou-se como a solução ideal para a continuidade das atividades pedagógicas do MRE no exterior. O CCBF passou, então, a atuar como agente facilitador de seu projeto-piloto de cursos online para toda a rede de postos.

48. A Universidade de Ciências Aplicadas de Turku (TUAS) consolidou-se como uma das parcerias mais profícuas da Embaixada ao longo de minha gestão. Foram assinados memorandos de entendimento com a universidade a fim de oferecer os cursos de PLE online produzidos pelo CCBF na plataforma "Campus Online", gerenciada pela Universidade e que disponibiliza cursos para todos os estudantes de universidades de ciências aplicadas da Finlândia. Além de serem oferecidos, desde 2019, os cursos de PLE, o curso "Doing Business in Brazil" foi elaborado em uma parceria entre o CCBF, o Setor de Promoção Comercial da Embaixada e a TUAS. Em reunião realizada no último dia 16 de setembro na TUAS, foi feito balanço positivo da colaboração, e apontadas, além da continuidade das ações já empreendidas, atividades futuras, como a possibilidade de ampliar o oferecimento do curso "Doing Business in Brazil" para, além dos estudantes, empresas interessadas em empreender no Brasil.

49. Os cursos online do CCBF vêm sendo incrementados com recursos audiovisuais e tecnológicos. Ademais do material didático produzido especificamente para o ambiente online, as professoras do CCBF produziram, em parceria com a Universidade Aalto, vídeos didáticos, que são parte integrante das unidades disponibilizadas na plataforma CLANED. E encontram-se em fase final de produção ferramentas didáticas gameficadas, fruto de colaboração com a unidade G.A.M.I.N.G. (Grupo de Estudos Avançados, Métodos e Inovação em Games), grupo interdisciplinar que congrega pesquisadores de diversas disciplinas, da Universidade de Brasília (UnB), que ficarão igualmente disponíveis aos alunos do CCBF na plataforma CLANED. A fim de que esse recurso inovador possa também estar disponível para outras unidades da rede de ensino do Itamaraty no exterior, foi estabelecida nova parceria com a UnB e a empresa de games Behold Studios, a fim de desenvolver ferramenta de produção de jogos didáticos, que possibilitará que os professores da rede tenham autonomia para criar os próprios jogos de acordo com as necessidades específicas de suas realidades locais.

50. As atividades online do CCBF, muitas das quais já em curso antes do advento da pandemia, possibilitaram ao CCBF ampliar o alcance de suas atividades, no que diz respeito ao público atingido e à colaboração com outras unidades da rede de ensino do MRE. Nesse sentido, além dos cursos online, as atividades culturais migraram para o ambiente virtual. Foram realizadas atividades virtuais complementares às aulas, como a publicação semanal nas redes sociais do CCBF de curiosidades sobre a Língua Portuguesa e a Literatura Brasileira; "live" e concurso literário comemorativos do centenário de Clarice Lispector; e edições online das Semanas Culturais do CCBF. Foram desenvolvidas, ademais, as séries de "lives" "Espaço Vivo", uma série de entrevistas, debates e palestras com pesquisadores e professores envolvidos com temas ligados à Língua Portuguesa e Literatura Brasileira; e a série "Talentos do Brasil", de entrevistas com artistas e agentes culturais brasileiros que se destacam na cena cultural finlandesa.

51. Também as aulas da Oficina de Português como língua de herança (PLH) migraram para o ambiente online a fim de cumprir as regras de distanciamento social impostas pelas autoridades finlandesas durante a pandemia. As atividades da oficina foram igualmente dinamizadas no meio virtual, por meio de "lives" temáticas, como contação

de histórias com o grupo "Costurando Histórias" que marcou a celebração local do Halloween com elementos do folclore brasileiro; a sessão especial de contação de histórias "Os pequenos mistérios de Clarice para crianças", com a escritora Claudia Nina, que realizou leitura comentada da obra infantil "O Mistério do Coelho Pensante", de Clarice Lispector; e edição especial de Natal, com a presença de Papai Noel, que incluiu contação de histórias e interação em língua portuguesa com os alunos. O CCBF participou, ademais, da primeira edição das Olimpíadas e PLH, realizada totalmente online. No início do segundo semestre de 2021, foi possível retomar as aulas presenciais da Oficina de PLH, com limitações no que respeita ao número de participantes, ainda dentro das restrições impostas pela pandemia.

52. A aplicação do exame CELPE-Bras também sofreu adaptações devido às novas circunstâncias decorrentes da pandemia. A taxa de inscrição foi suspensa, a fim de facilitar trâmites burocráticos em caso de cancelamento por motivo de força maior e, conforme orientações do INEP, o espaço de aplicação dos testes foi adaptado a fim de cumprir medidas de proteção contra a COVID.

53. Desde minha assunção no posto, as áreas educacional e cultural provaram o dinamismo desse setor das relações bilaterais, em parte devido às sólidas parcerias estabelecidas com agentes locais, em parte devido a manifestações da cultura brasileira que florescem na sociedade finlandesa, de modo por vezes surpreendente.

54. No campo educacional, a concessão da insígnia da Ordem de Rio Branco à Universidade de Helsinque coroou a longa e frutífera cooperação da instituição com a Embaixada, que já dura 90 anos, desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Finlândia, em 1929. Alguns marcos recentes dessa cooperação são a mobilidade acadêmica intensificada no período de vigência do Programa Ciência sem Fronteiras e as parcerias com instituições de ensino superior brasileiras de excelência, como USP, UNESP e PUC/Rio, além da cooperação entre a Universidade e o CCBF, especialmente no tocante à promoção da língua portuguesa. A colaboração com a Universidade deverá ser ainda mais fortalecida com a chegada de leitor brasileiro, a ser selecionado por meio de processo seletivo ora em andamento.

55. Entre as sólidas parcerias culturais estabelecidas, às quais dei continuidade, são dignos de nota o festival Cinemaissi, Festival de Cinema Latino-Americano da Finlândia, importante plataforma de difusão do audiovisual brasileiro neste país; e o festival multicultural Kolibrí para crianças e famílias multiculturais, que sempre reserva em sua programação, voltada à promoção da diversidade e do multilinguismo, espaço destacado para o ensino de português como língua de herança e para o ensino de português por meio da capoeira.

56. Durante minha gestão, fiz questão de prestigiar aquela que talvez seja a mais importante manifestação da cultura brasileira na Finlândia: o "Helsinki Samba Carnaval". Trata-se de desfile anual de nove escolas de samba, nos moldes brasileiros, com mais de 2.000 integrantes finlandeses, entre ritmistas e dançarinos. Participei da cerimônia de abertura do desfile em 2019, a convite da Liga das Escolas de Samba da

Finlândia. O Posto tem apoiado a realização do evento desde sua primeira edição, e, nos últimos anos, essa colaboração tem se tornado mais estreita.

57. Outro ponto relevante das relações Brasil-Finlândia prestigiado pela Embaixada é a ligação cultural estabelecida por meio da imigração finlandesa para a cidade de Penedo. A Embaixada apoiou a exposição Ville Virkkilä - Tesouros de Família, do escultor finlandês que emigrou para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Proferi discurso na cerimônia de abertura, em que frisei a importância da família Virkkilä para as relações culturais entre Brasil e Finlândia, no marco dos 90 anos da fundação de Penedo.

58. A cultura brasileira também deu o tom das celebrações de datas nacionais: em 2019, foi realizada a mostra de filmes brasileiros "Brazilian Film Evenings", que exibiu os longas O Grande Circo Místico (2018), de Cacá Diegues; Gabriel e a Montanha (2017), de Fellipe Gamarano Barbosa; e Bingo: o Rei das Manhãs (2017), de Daniel Rezende. Em 2021, as celebrações da data nacional foram online, com "pocket show" do músico Nelson Latif, que consistiu em uma viagem pelos diferentes estilos musicais brasileiros, alternando a execução de clássicos do repertório nacional com curiosidades sobre as relações culturais entre Brasil e Finlândia.

59. No âmbito da programação cultural do Posto ao longo desses dois anos e meio, destaco a participação do cineasta Fernando Meirelles no festival local de cinema Midnight Sun Festival, como convidado de honra. Ressalto, ademais, a vinda à Finlândia do escritor Daniel Munduruku, que proferiu palestra na Universidade de Helsinque; lançou tradução para o idioma Inari Sami de seu conto "O menino que não sabia sonhar", no marco do Ano Internacional das Línguas Indígenas da UNESCO; ministrou oficina de escrita literária; e realizou contação de histórias na oficina de PLH do CCBF.

60. Dentre as atividades culturais aprovadas mais recentemente, e em diferentes estágios de execução, destaco o Portal de Língua e Literatura Brasileira da Rede de Ensino do Itamaraty no Exterior, que servirá como repositório para material cultural produzido por toda a rede de postos do MRE; o glossário de Termos Literários, com tradução de verbetes para o inglês, que deverá ser um dos primeiros materiais a ser incluídos no portal; lista de efemérides da Literatura Brasileira, que servirá como apoio à elaboração de atividades coordenadas de celebração de marcos importantes da literatura brasileira pela rede de postos; e minicurso de Literatura Brasileira e Comparada, realizado em colaboração com diversos outros postos da Rede de Ensino.

61. Merece especial atenção, por seu caráter inovador, o projeto comemorativo do Bicentenário da Independência, a ser realizado em parceria com a empresa Zoan. Mais uma vez lançando mão dos recursos de realidade aumentada, a exemplo da parceria já realizada para o livro "Palavras ao Mar", pretende-se dar vida ao cenário e às personagens de duas importantes obras de arte: a "Coroação de Dom Pedro I" (1828), no acervo do Palácio do Itamaraty, e a gravura "Aclamação de Dom Pedro I" (1829), ambas produzidas por Jean Baptiste Debret.

62. Estou certo de que, com o apoio da equipe do CCBF, todas essas iniciativas poderão ser levadas a cabo de forma bem-sucedida, mantendo o lugar destacado que as atividades culturais e educacionais têm ocupado na agenda de trabalho do posto.

63. Cabe mencionar que neste mês de outubro completam-se 20 anos de existência do CCBF, que serão marcados por campanha que recolherá depoimentos de alunos e professores do Centro, assim como pelo lançamento do site do CCBF.

64. A Embaixada também acompanhou missões da Força Aérea Brasileira junto a empresa ICEYE que vieram à Finlândia dentro do programa de aquisição de pequenos satélites que captam imagens de altíssima resolução por meio da tecnologia de radar de abertura sintética (SAR).

IV. DESAFIOS E SUGESTÕES PARA O NOVO TITULAR DO POSTO

65. A Finlândia possui uma experiência ímpar no que tange a segurança cibernética e controle e combate ao que agora se denomina "fake news." Desde a década de cinquenta do século passado a Finlândia resiste a campanhas de desinformação. Esse combate depende de uma forte coordenação entre os diferentes órgãos do Estado e da sociedade finlandeses e de uma cultura que estimula, desde o ensino básico, a analisar e criticar as informações. Em 2017, estabeleceu-se, em Helsinque, o Centro de Excelência contra Ameaças Híbridas, criado por 14 países-membros da OTAN e da UE, onde se desenvolvem pesquisas e boas práticas em resiliência a ataques cibernéticos, "fake news", espionagem e terrorismo, entre outras novas ameaças. Terceiros países, como Japão, Índia e Coreia do Sul, têm manifestado interesse em cooperar com o Centro. O Brasil teria muito a ganhar ao participar desse esforço.

66. Tendo em conta a experiência da Finlândia nesta e em outras áreas de defesa, a implantação de uma adidância de Defesa, mesmo que cumulativa com outra na região, afigura-se como necessidade urgente, tanto mais que há interesse da Finlândia em adquirir aeronaves de transporte e participar de licitações para fornecer às Forças Armadas do Brasil blindados e navios quebra-gelos. Também conviria iniciar uma cooperação entre o Centro Internacional das Forças de Defesa da Finlândia e o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, pois os dois países têm participado com sucesso em operações de manutenção da paz, e a troca de experiências pode contribuir para o enriquecimento de conhecimento de ambos.

67. O Brasil almeja obter o status de observador no Conselho do Ártico e esta embaixada deverá contribuir para que isso aconteça, mas também seria valioso que se inicie cooperação Ártico-Antártica entre Brasil e Finlândia (a Finlândia mantém pequena equipe de pesquisadores na base antártica sueca Svea).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA

EMBAIXADA DO BRASIL EM HELSINQUE

Candidato EMBAIXADOR LUIS ANTONIO BALDUINO CARNEIRO

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Luis Antonio Balduino Carneiro



Nascido em Goiânia, em 1961, formou-se em economia pela Universidade de Brasília, onde também cursou pós-graduação em sociologia.

Ingressou no Instituto Rio Branco em 1985. No Brasil, trabalhou no Departamento de Administração (1987) e na Divisão de Política Comercial (1988 a 1991). Foi assessor do Ministro da Fazenda (1996 a 1998) e chefiou a Divisão de Acesso a Mercados do Itamaraty, responsável pelos produtos não-agrícolas (2003 e 2004). Foi Coordenador de Assuntos Financeiros (2007) e em seguida Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços (2008 a 2014), onde teve como principal atribuição o acompanhamento da crise financeira internacional de 2008 e a preparação, no âmbito do MRE, das reuniões de cúpula do G20. Em 2015 e 2016 foi Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, período em que também exerceu a presidência do Conselho de Administração do New Development Bank ("Banco dos BRICS").

No exterior, serviu na Delegação Permanente em Genebra durante a Rodada Uruguai do GATT (1991 a 1994), onde tinha por principal atribuição a negociação do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS), e na Delegação do Brasil junto à ALADI (1994 a 1996), onde acompanhou a negociação do Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e o Chile – ACE 35. Serviu na Embaixada do Brasil em Washington (1998 e 1999) e foi Diretor Executivo Alterno da cadeira do Brasil no Banco Mundial (2000 a 2002). Serviu na Embaixada do Brasil em Nova Délhi (2004 a 2007), como conselheiro econômico, e foi embaixador do Brasil na República Eslovaca (2017 a 2019), onde articulou a criação da Câmara de Comércio Brasil-Eslováquia. Exerce o cargo de embaixador do Brasil na República da Colômbia desde dezembro de 2019, período em que foi firmado memorando de entendimento sobre a cooperação espacial, concluídas as negociações de acordo para evitar a dupla tributação, firmado acordo sobre a desgravação de produtos oriundos de zonas francas e articulada a repatriação de cerca de mil nacionais por conta da pandemia de Covid-19, entre outras ações.

Chefiou delegações em numerosas reuniões e conferências internacionais, notadamente no âmbito do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, Clube de Paris, Foro de Estabilidade Financeira, OCDE, OMC, Mercosul, do G-20 e dos BRICS. Acompanhou as nove primeiras reuniões de cúpula do G-20, realizadas em Washington (2008), Londres (2009),

Pittsburgh (2009), Toronto (2010), Seul (2010), Cannes (2011), Los Cabos (2012), São Petersburgo (2013), Brisbane (2014), Antália (2015) e Hangzhou (2016). Acompanhou igualmente reuniões no âmbito da ONU, especialmente a Conferência Internacional sobre Financiamento ao Desenvolvimento para Avaliar o Consenso de Monterrey (Doha, 2008) e a UNCTAD XI (São Paulo, 2004), além de várias outras.

A larga experiência profissional do Embaixador Luis Antonio Balduino Carneiro, notadamente no campo da diplomacia econômica, lhe permitirá trazer uma contribuição positiva para o adensamento das relações entre o Brasil e a Finlândia, em particular no que se refere à promoção das exportações brasileiras, à atração de investimentos finlandeses para o Brasil e à cooperação científica, tecnológica e de inovação, entre outras áreas.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência na administração das relações bilaterais do Brasil com a Finlândia em todas as áreas, atendendo para isso às demandas tanto do governo brasileiro quanto dos entes federados e da sociedade civil, sempre tendo presente a necessidade de manter o mais alto padrão de diplomacia e contribuir para o desenvolvimento nacional.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com a República da Finlândia; prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro na Finlândia; e aprofundar e ampliar os vínculos em todos os níveis.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover produtos e serviços brasileiros na Finlândia, assim como oportunidades de investimentos no Brasil;
3. Estimular o incremento do intercâmbio científico-educacional entre Brasil e Finlândia, em benefício da ampliação da capacidade de inovação nacional;
4. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Finlândia, nas mais distintas linguagens artísticas e em diferentes segmentos da economia criativa, bem como a língua portuguesa, na variante brasileira, maximizando o potencial do Centro Cultural Brasil-Finlândia;
5. Promover a imagem do Brasil, por meio da difusão de informações atualizadas e precisas, de forma a dirimir eventuais percepções equivocadas acerca do país, com especial foco dedicado aos setores de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e direitos humanos.
6. Prover serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro na Finlândia, dando continuidade aos esforços em curso para facilitar o acesso do nacional à prestação da assistência consular;
7. Explorar mecanismos de cooperação técnica pelos quais Brasil e Finlândia possam compartilhar soluções e práticas exitosas em diferentes áreas, inclusive em benefício de terceiros países;
8. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais;
9. Fortalecer as relações bilaterais e em blocos regionais;

10. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I – promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incrementar e diversificar o comércio bilateral

- *Elaborar ou encomendar, em coordenação com a APEX-Brasil, estudos de inteligência comercial para identificar o potencial de mercado para produtos brasileiros de exportação;*
- *Trabalhar em parceria com a Apex-Brasil para promover produtos e serviços brasileiros inovadores e/ou com maior valor agregado, como "games", serviços digitais desenvolvidos por "start-ups" e "spin-offs", entre outros;*
- *Trabalhar em parceria com entidades setoriais brasileiras promotoras de produtos já exportados para a Finlândia, mas em risco de perda de mercado para concorrentes de outros países (como o café), promovendo estratégias de consolidação ou manutenção do mercado;*
- *Estimular a participação de autoridades tomadoras de decisão, empresas, câmaras e associações comerciais finlandesas em feiras, missões e rodadas de negócios no Brasil, assim como estimular e apoiar a participação de autoridades, empresas e associações comerciais brasileiras em feiras, missões e rodadas de negócios na Finlândia;*
- *Promover os aviões da Embraer nas áreas de defesa e aviação comercial, em especial a aeronave de transporte C-390 Millenium, levando-se em consideração, de forma estratégica, a estreita cooperação em matéria de defesa entre a Finlândia e a Suécia;*
- *Promover a imagem de produtos e serviços brasileiros, compartilhando informações sobre qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira;*
- *Atuar junto à comunidade brasileira e a associações culturais brasileiras na Finlândia, a fim de estimular sua participação na importação e/ou no consumo de bens e de serviços brasileiros.*

2. **Atrair investimentos para o Brasil**

- *Manter e incrementar o diálogo com o governo e com o setor privado finlandeses com vistas a atrair investimentos ao Brasil;*

- *Divulgar seminários, diálogos com estados da federação e leilões promovidos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), em especial radiofrequência, mineração, geração e transmissão de energia elétrica;*
- *Divulgar outras oportunidades de investimentos no Brasil em áreas inovadoras de interesse da Finlândia, como digitalização de indústrias verticais, aproveitamento energético de resíduos, redes elétricas inteligentes ("smart grids") e hidrogênio verde;*
- *Manter apoio ao curso "Doing business in Brazil" da Universidade de Turku e atrair interesse de outras universidades finlandesas para multiplicação do projeto.*

3. Assegurar o apoio da Finlândia à ratificação do Acordo Mercosul-União Europeia

- *Manter interlocução permanente com lideranças no governo e no parlamento finlandês a fim de que a Finlândia continue apoiando a ratificação do Acordo Mercosul-União Europeia pelo Parlamento Europeu e Estados membros.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de serviços de inteligência comercial (estudos de mercado, guias sobre como exportar e investir, boletins de notícias, revistas, entre outros);
2) Número de encontros e reuniões com autoridades tomadoras de decisão, empresas, investidores, câmaras e outras associações de comércio de ambos os países;
3) Número de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, rodadas de negócios, apoio a missões, entre outros) organizados pela ou com apoio da embaixada;
4) Número de atendimentos a consultas realizadas por empresas, associações setoriais e agências de promoção de produtos, serviços e investimentos de ambos os países;
5) Número de missões e eventos de promoção da Base Industrial de Defesa brasileira;
6) Número de publicações realizadas pela embaixada em mídias sociais e via boletins eletrônicos para divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira;
7) Número de relatórios de acompanhamento da economia finlandesa e da balança comercial bilateral;
8) Número de eventos, publicações e boletins de notícias a respeito das oportunidades de investimento no Brasil;

9) Número de cursos de capacitação e treinamento realizados com o apoio da embaixada;

10) Apoio da Finlândia à ratificação do Acordo Mercosul-União Europeia.

II - relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Manter o diálogo político promovido no âmbito das Reuniões de Consultas Políticas, realizadas anualmente entre as chancelarias**

2. **Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral e entre os Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais nos Legislativos dos dois países**

- *Apoiar eventos e reuniões entre parlamentares brasileiros e finlandeses;*
- *Apoiar iniciativas conjuntas entre parlamentares brasileiros e finlandeses;*
- *Apoiar atividades dos grupos parlamentares de amizade de ambos os países.*

3. **Estimular a realização de missões oficiais de alto nível e a vinda de delegações brasileiras com integrantes dos diversos setores da economia**

- *Manter contatos regulares com os principais atores políticos finlandeses, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e o parlamento, bem como canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro na Finlândia;*
- *Realizar encontros com formadores de opinião, empresários, analistas, acadêmicos e missões estrangeiras sobre as realidades brasileira e finlandesa nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, militar e de segurança.*

4. **Acompanhar e relatar as atividades de política externa e de política interna do governo finlandês, do ponto de vista dos interesses para o Brasil**

- *Produzir regularmente materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa finlandesa, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, gestão fronteiriça, economia, comércio e investimentos,*

energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, entre outros, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação à Finlândia e sua ação regional e internacional;

- *Elaborar materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos.*

5. Atualizar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- *Propor atualização de acordos em vigor, mas celebrados na década de 1980, como o "Acordo de Cooperação Cultural, Educacional e Científica" de 1988 e o "Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial de 1981";*
- *Elaborar subsídios para o diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas e comentários realizadas pelo lado finlandês.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões em mecanismos bilaterais;
2. Número de visitas oficiais realizadas de lado a lado;
3. Obtenção pelo Brasil do status de membro observador do Conselho do Ártico;
4. Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa finlandesa;
5. Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e finlandeses;
6. Número de reuniões e eventos com atores políticos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos, formadores de opinião, etc.;
7. Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão.

III – atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Gestionar apoio a candidaturas brasileiras

- *Fazer gestões no mais alto nível possível com vistas a obter apoio da Finlândia a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;*
- *Manter gestões em favor de candidatura brasileira ao Conselho do Ártico, na qualidade de membro observador;*

- *Manter encontros com representantes do governo finlandês acerca da candidatura brasileira à acessão à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com vistas à obtenção de apoio a demandas específicas do governo brasileiro.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões com representantes do governo da Finlândia para fazer gestões em favor de candidaturas do Brasil no âmbito de organismos multilaterais.

IV - promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Melhorar a conectividade aérea entre a Finlândia e o Brasil**

- *Realizar gestões, em coordenação com a Embratur, junto a companhias áreas interessadas em estabelecer voo direto regular entre cidades finlandesas e brasileiras, com base no Acordo de Serviços Aéreos entre o Brasil e a Finlândia, celebrado em Brasília em setembro de 2018.*

2. **Promover o Brasil como destino turístico**

- *Buscar aumentar a visibilidade dos destinos turísticos brasileiros, assim como o interesse pelo Brasil junto ao público finlandês, sobretudo junto aos finlandeses que nutrem interesse pela América Latina e a cultura latino-americana, focando nos destinos turísticos brasileiros para além daqueles mais óbvios: floresta amazônica e Rio de Janeiro;*
- *Retomar a participação brasileira na "Matka Fair", maior feira de turismo do norte da Europa, que reúne cerca de mil expositores de pelo menos 90 países. Por 11 edições, de 2006 a 2017, a Embaixada promoveu o Brasil como destino turístico no evento que recebe, em média, 65 mil visitantes, entre consumidores, profissionais do setor de turismo, jornalistas e influenciadores digitais.*

3. **Promover a imagem do Brasil com base na diversidade cultural**

- *Promover projetos e eventos que contemplem a diversidade cultural brasileira e deem a conhecer ao público local destinos turísticos além dos mais óbvios e*

conhecidos, como palestras, exibições de filmes, apresentações musicais, que divulguem profissionais de cultura brasileiros junto ao público local;

- *Promover a variante brasileira da língua portuguesa, especialmente junto ao público finlandês que já nutre interesse pela cultura latino-americana, por meio das ações pedagógicas do Centro Cultural Brasil-Finlândia (CCBF) e do leitor brasileiro ora sendo selecionado por meio de edital de seleção da CAPES para ministrar aulas de português na Universidade de Helsinque;*
- *Realizar, por meio das redes sociais do Posto (Facebook e Twitter da Embaixada e Facebook e Instagram do CCBF) campanhas de promoção de destinos turísticos no Brasil e de atividades culturais que despertem o interesse local pela cultura brasileira.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de participações em feiras de turismo;
2) Número de eventos promovidos para divulgar o Brasil como destino turístico;
3) Número de reuniões com empresas aéreas que poderiam vir a estabelecer rota aérea direta entre os dois países;
4) Número de eventos realizados para a difusão das expressões culturais brasileiras em sua diversidade junto ao público local.

V - cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Acompanhar ativamente as repercussões na mídia e governos locais a respeito das questões ambientais no Brasil**

   - *Relatar para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores a evolução da opinião pública na Finlândia a respeito da proteção do meio ambiente e das políticas ambientais no Brasil.*
   - *Divulgar informações precisas a respeito das temáticas ambientais no Brasil - obtidas junto à Secretaria de Estado das Relações Exteriores e ao Ministério do Meio Ambiente para atores políticos – para instituições e meios de comunicação finlandeses.*

2. **Fomentar a cooperação bilateral para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e na Finlândia**

   - *Aprofundar a cooperação em áreas em que Brasil e/ou Finlândia possuem reconhecidos projetos de êxito, como educação, transformação digital, manejo ambientalmente saudável de produtos químicos e resíduos, gestão sustentável de florestas, entre outros;*

- *Promover iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.*

3. Ampliar a cooperação com a Finlândia para a promoção da bioeconomia na Amazônia

- *Fomentar projetos de cooperação entre centros tecnológicos, universidades e empresas inovadoras do Brasil e da Finlândia para o desenvolvimento de produtos e de serviços sustentáveis e intensivos em tecnologia a partir de recursos naturais amazônicos e com benefícios diretos para os povos tradicionais da floresta;*
- *Propor à equipe de pesquisadores brasileiros que integram o "Amazon Research Team" da Universidade de Turku a ampliação do escopo de seus projetos, ora voltados para as Ciências da Natureza (biologia, geografia e geologia), em direção à formulação de propostas inovadoras para o fortalecimento da bioeconomia na Amazônia.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de projetos intergovernamentais, empresariais e/ou acadêmicos com fins de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e na Finlândia;
2) Número de projetos de cooperação bilaterais de fomento à bioeconomia na Amazônia;
3) Número de publicações em mídias sociais e em boletins informativos da embaixada sobre desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente no Brasil;
4) Número de reuniões, palestras e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável no Brasil;
5) Número de expedientes telegráficos sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Trabalhar para que se inicie uma cooperação Ártico-Antártica entre Brasil e Finlândia

- *Fomentar a aproximação entre pesquisadores brasileiros e finlandeses na Antártica (a Finlândia mantém pequena equipe de pesquisadores na base antártica sueca Svea);*
- *De modo a preencher critério fundamental para o ingresso do País no Conselho do Ártico, na qualidade de membro observador, ampliar o portfólio de projetos brasileiros na região, em parceria com a Finlândia, que abordem temas de*

interesse mútuo, como melhores práticas de navegação, desenvolvimento de sistemas de monitoramento de poluentes ou de perda de biodiversidade com uso de Inteligência Artificial, entre outros.

2. **Fortalecer as pesquisas em torno da tecnologia 6G desenvolvidas por cientistas brasileiros na Universidade de Oulu**

- *Impulsionar a implementação do memorando de entendimento entre a Universidade de Oulu e o Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL) para pesquisa e desenvolvimento de soluções com a tecnologia de telecomunicações 6G.*

4. **Ampliar e dinamizar a rede de cientistas brasileiros diasporados na Finlândia, a fim de alavancar a cooperação bilateral em C,T&I**

- *Ampliar e dinamizar a Rede de Inovação Brasil-Finlândia, criada em 2018, e que conta atualmente com mais de 70 profissionais brasileiros atuantes nos mais diversos setores inovadores na Finlândia, por meio da atração de mais membros e a promoção de encontros e eventos em temas de interesse para os pesquisadores e prioritários para as relações bilaterais em C,T&I.*

5. **Promover a imagem do Brasil como país produtor de inovação e de soluções de ponta em segmentos específicos**

- *Dar continuidade à série Brasil Inova, iniciada em agosto de 2020, e que consiste em postagens na página de Facebook da Embaixada para divulgação de projetos científicos brasileiros e pesquisadores de destaque, assim como de oportunidades e eventos de cooperação tecnológica envolvendo o Brasil.*

6. **Identificar localmente os agentes e áreas prioritárias para o desenvolvimento de parcerias e oportunidades de cooperação tecnológica com os atores do sistema brasileiro de C,T&I**

- *Atualizar regularmente o mapeamento do ecossistema de inovação local, de modo a identificar áreas prioritárias de cooperação em C,T&I, apontando os principais agentes e projetos em andamento no mercado local, inclusive com vistas à publicação a ser divulgada no portal Invest&Export Brasil.*

6. **Possível realização de uma Comissão Mista bilateral em Ciência, Tecnologia e Inovação**

- *Retomar a cooperação em CTI entre o Brasil e a Finlândia aproveitando-se da conexão da diáspora científica naquele país, com ênfase em temas como 5G, 6G e bioeconomia.*

- *Enviar esforços para agendar a realização de comissão mista de ciência, tecnologia e inovação, para demonstração dos resultados alcançados e preparação de novas iniciativas. Adicionalmente, caberia avaliar a conveniência de revisão do acordo bilateral de C&T existente.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de adesões de pesquisadores à Rede de Inovação Brasil-Finlândia;
2) Número de encontros e eventos presenciais e virtuais envolvendo membros da Rede;
3) Número de projetos científico-tecnológicos fino-brasileiros desenvolvidos em regiões polares;
4) Número de visualizações, engajamentos, comentários e manifestações de interesse em participações em eventos e oportunidades divulgados na página de Facebook da embaixada;
5) Número de reuniões com agentes do sistema de C,T&I locais, especialmente aqueles atuantes nas áreas identificadas como prioritárias para as relações bilaterais (meio-ambiente, educação, telecomunicações, saúde/"healthtech", desenvolvimento de jogos eletrônicos, estudo de futuros, papel e celulose, biotecnologia com ênfase em alimentos);
6) Número de eventos realizados com temática envolvendo as áreas prioritárias supramencionadas, bem como outras áreas a serem identificadas como complementares entre os sistemas brasileiros e finlandês de C,T&I;
7) Atualizações realizadas pelo Posto ao mapeamento do ecossistema de inovação local, bem como publicação no portal Invest&Export Brasil.

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Promover a língua portuguesa e a cultura brasileira na Finlândia

- *Promover a difusão da língua portuguesa na Finlândia e da cultura brasileira por meio de ações pedagógicas do Centro Cultural Brasil-Finlândia (CCBF) e da promoção e apoio a eventos por parte do setor cultural da Embaixada, com base em parcerias consolidadas com agente culturais locais.*

2. Fortalecer a cooperação educacional, projetos e intercâmbio de boas práticas com instituições de ensino locais

- *Consolidar a cooperação com instituições de ensino superior locais, a fim de promover intercâmbio de boas práticas e projetos que beneficiem o Brasil a*

partir da experiência finlandesa, a exemplo das importantes parcerias existentes com a Universidade de Ciências Aplicadas de Turku, que disponibiliza cursos de português elaborados pelo CCBF em sua plataforma online; e com a Universidade de Helsinque, que deverá em breve receber leitor brasileiro, ora em processo de seleção por meio de edital aberto pela CAPES.

3. Apoiar projetos bilaterais em matéria de saúde

- *Envidar esforços com vistas ao estabelecimento de parcerias entre Brasil e Finlândia em áreas em que a Finlândia é referência e pode oferecer soluções inovadoras para o contexto brasileiro, como por exemplo o uso da inteligência artificial aplicada à saúde.*
- *Dada a prevista necessidade de vacinação regular das populações contra a COVID-19 nos anos vindouros, continuar auxiliando nos esforços com vistas ao estabelecimento de parceria entre Brasil e Finlândia para testes clínicos e produção da vacina para a prevenção da COVID-19 que cientistas finlandeses vêm desenvolvendo por meio do projeto FinCoVac.*

4. Aumentar a cooperação nas áreas de defesa e de cibersegurança

- *Trabalhar junto ao Ministério da Defesa para a efetiva implantação da planejada Adidância de Defesa;*
- *Fomentar a cooperação entre os Ministérios de Defesa de ambos os países para o fortalecimento de ações de promoção da segurança cibernética, tais como capacitação de pessoal especializado, inteligência, e pesquisas conjuntas para o desenvolvimento de soluções com uso de Inteligência Artificial;*
- *Explorar o potencial para o estabelecimento de um Diálogo de Indústrias de Defesa;*
- *Apoiar os esforços para que se inicie uma cooperação entre o Centro Internacional das Forças de Defesa da Finlândia e o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil;*
- *Apoiar as gestões da Embraer para fornecer o avião de transporte C-390 Millenium à Força Aérea Finlandesa, o que poderá alavancar outros projetos de cooperação bilateral em matéria de Defesa.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de alunos de língua portuguesa, como PLE e PLH, nas modalidades presencial e online;

2) Número de atividades culturais produzidas e patrocinadas com vistas à promoção da imagem do Brasil como produtor de cultura e de manifestações culturais marcadas pela diversidade;

3) Número de projetos estabelecidos e atividades realizadas em parceria com instituições de ensino e agentes educacionais locais;

4) Número de projetos e parcerias estabelecidas em matéria de saúde entre instituições científicas brasileiras e finlandesas, assim como número de reuniões e contatos realizados com esse fito;

5) Número de projetos e parcerias estabelecidas em matéria de defesa entre instituições brasileiras e finlandesas, assim como reuniões e gestões realizadas nesse sentido, inclusive com vistas ao estabelecimento de adidâncias militares recíprocas.

VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Promover a cooperação e a aproximação de posições na temática do desenvolvimento socioeconômico.**

2. **Sendo a África região de convergência nas prioridades de cooperação tanto do Brasil quanto da Finlândia, iniciar diálogo exploratório com vistas ao engajamento da Finlândia em projeto ou iniciativa de cooperação técnica em países africanos de língua portuguesa, em áreas como educação digital, economia circular ou meteorologia e prevenção de desastres naturais.**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento econômico;
2. Número de projetos e iniciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento econômico e combate às desigualdades;
3. Número de contatos com autoridades finlandesas da área de desenvolvimento econômico e combate às desigualdades.

IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira na Finlândia**

2. **Mapear a comunidade brasileira na Finlândia**

    - *Desenvolver o mapeamento da comunidade brasileira permanente e visitante na Finlândia, de modo a melhor compreender seu perfil e suas necessidades.*

3. **Organizar as eleições presidenciais 2022 na jurisdição do Posto**

4. **Utilizar as redes sociais da embaixada para fins de comunicação com a comunidade brasileira e difusão de informações relevantes**

    - *Ampliar a difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, seja por meio das redes sociais da embaixada, seja pelo portal consular do Itamaraty, ou ainda no quadro de campanhas de promoção do turismo.*

5. **Promover a atuação dos consulados honorários na Finlândia, de modo a facilitar o apoio à comunidade brasileira residente e visitantes**

    - *Acompanhar a atuação e a criação de consulados honorários em cidades finlandesas com maior concentração de brasileiros ou que constituam destinos turísticos de brasileiros;*
    - *Promover contínua interlocução e interação entre os consulados honorários do Brasil em Tampere e em Turku e a embaixada, de modo a facilitar o atendimento a demandas da comunidade brasileira nesses locais;*
    - *Verificar a possibilidade de criar consulado honorário na Lapônia.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1, 2, 4 e 5

1. Índice de satisfação do consulente; número de documentos consulares produzidos; número de atendimentos consulares realizados; tempo de espera para a prestação dos serviços consulares;
2. Relatório que permita visão mais clara da comunidade brasileira na Finlândia, tanto dos residentes permanentes – que cresce rapidamente – quanto dos turistas, que também aumenta;

3. Número de comunicações de esclarecimento preparadas para a comunidade brasileira;

4. Frequência dos contatos com os consulados honorários, número de atendimentos efetuados pelos cônsules honorários; abertura de consulado honorário na Lapônia.

4

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA*
CPF.: 186.636.481-20
ID.: 8293 MRE

1957	Filho de João Tabajara de Oliveira e Anna Maria Tabajara de Oliveira, nasce em 4 de março, no Rio de Janeiro/RJ
Dados Acadêmicos:	
1982	CPCD – IRBr
1995	CAD – IRBr
2007	CAE - IRBr, Novas ameaças, velhas vulnerabilidades: o novo conceito de segurança hemisférica e a agenda de desenvolvimento latino-americana.
Cargos:	
1983	Terceiro-secretário
1988	Segundo-secretário
1996	Primeiro-secretário, por merecimento
2003	Conselheiro, por merecimento
2008	Ministro de segunda classe, por merecimento
2013	Ministro de primeira classe
Funções:	
1983-85	Divisão de Passaportes, assistente
1985-87	Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, assistente
1987-90	Embaixada no Vaticano, terceiro-secretário e segundo-secretário
1990-93	Embaixada em Santiago, segundo-secretário
1993-96	Embaixada em Nova Delhi, segundo-secretário
1996-99	Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, chefe, substituto
1998	XXI Reunião da Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico, chefe de delegação
1999	Reunião Extraordinária para Determinação de Critérios para Designação de Quotas no âmbito da ICCAT, chefe de delegação
1999-2001	Embaixada em Estocolmo, primeiro-secretário
2001-03	Departamento de Organismos Internacionais, assessor
2003-06	Divisão da Organização dos Estados Americanos, chefe
2006-08	Missão junto à OEA, Washington, conselheiro
2008-11	Representação Permanente junto à Conferência do Desarmamento, Genebra, ministro-conselheiro
2001-13	Departamento de América Central e Caribe, diretor
2013-15	Gabinete do Ministro de Estado, assessor especial
2015-16	Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessor especial
2016-18	Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança, diretor
2018-19	Subsecretaria-Geral de Assuntos Multlaterais, Europa e América do Norte, subsecretário-geral
2019-	Embaixada em Estocolmo, embaixador
Condecorações:	
1987	Medalha do Mérito de Tamandaré, Brasil
1989	Ordem de São Gregório Magno, Vaticano, Comendador
1997	Medalha de Amigo da Marinha, Brasil
2010	Ordem do Mérito Militar, Comendador
2011	Ordem do Mérito Naval, Comendador
2012	Ordem de Rio Branco, Grande Oficial

2014	Medalha Mérito da Polícia do Exército - Exército do Brasil - 2014
2016	Ordem do Mérito da Defesa, Comendador
2016	Ordem do Mérito Santos-Dumont
2016	Medalha Ordem do Mérito Naval, Brasil, promoção a Grande Oficial
2016	Medalha Mérito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, Grão Mestre
2016	Medalha do Pacificador - Exército do Brasil
2016	Medalha Marechal Cordeiro de Farias - Escola Superior de Guerra
2016	Ordem do Mérito da Aeronáutica, Grande Oficial
2017	Medalha da Vitória, Ministério da Defesa
2017	Ordem de Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Grã Cruz
2018	Ordem do Mérito Militar, Exército do Brasil, promoção a Grande Oficial
2019	Ordem do Mérito Judiciário Militar - Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 59, DE 2021

(nº 574/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Página da matéria

MENSAGEM Nº 574

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de novembro de 2021.

EM nº 00211/2021 MRE

Brasília, 21 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Áustria, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 908/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 08 de novembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto

Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 08/11/2021, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020. .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2992308** e o código CRC **AB60E4E5** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008260/2021-56 SEI nº 2992308

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão de Europa II

ÁUSTRIA







INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS SOBRE ÁUSTRIA	
NOME OFICIAL	República da Áustria
GENTÍLICO	austríaco
CAPITAL	Viena
ÁREA	83.879 km²
POPULAÇÃO (2019)	8,9 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Catolicismo (73,8%), Protestantismo (4,9%), Islamismo (4,2%), Nenhuma (12%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, composto pelo Conselho Nacional (*Nationalrat*) e pelo Conselho Federal (*Bundesrat*)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Federal Alexander Van der Bellen (desde 26 de janeiro de 2017)
CHEFE DE GOVERNO	Chanceler Alexander Schallenberg (desde outubro de 2021)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Michael Linhart (desde outubro de 2021)
PIB NOMINAL (2020)	US$ 429 bilhões
PIB "per capita" NOMINAL (2020)	US$ 58.150
VARIAÇÃO DO PIB	3,5% (2021, est); -6,6% (2020); 1,4% (2019); 2,6% (2018).
IDH (2020)	0.922 (18ª posição)
EXPECTATIVA DE VIDA	81,5 anos
TAXA DE DESEMPREGO (2020)	5,7%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Dr. Stefan Scholz
COMUNIDADE BRASILEIRA	Registram-se 10 mil brasileiros residentes na Áustria.

Brasil →Áustria **(Em US$ milhões)**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	1.748	1.527	1.277	1.040	1.139	1.050	1.312	1.112	966
Exportações	228	139	147	139	89	137	212	149	114
Importações	1.520	1.388	1.130	901	1.050	913	1.100	963	852
Saldo	-1.292	-1.249	-983	-762	-961	-776	-888	-814	-738

APRESENTAÇÃO

A Áustria é uma República Federal democrática que se localiza na Europa Central. O país faz fronteira com a Alemanha e a República Tcheca ao Norte; com a Itália e a Eslovênia ao Sul; com a Hungria e a Eslováquia ao Leste; e com a Suíça e Lichtenstein a Oeste. O território austríaco ocupa 83.879 quilômetros quadrados, e a sua população compreende 8,9 milhões de habitantes. A língua oficial federal é o alemão.

As origens da Áustria moderna remontam aos domínios da Dinastia Habsburgo na Europa central. Nos séculos XVII e XVIII, a dinastia ampliou seus territórios frente ao enfraquecimento das soberanias otomana e polonesa. Com as Guerras Napoleônicas, no início do século XIX, o imperador Francisco José I da Áustria abdicou da coroa do Sacro Império Romano-Germânico e viu seus domínios serem repartidos por aliados de Napoleão Bonaparte: o Tirol foi ocupado pelo Reino da Baviera e pelo Reino da Itália, e o Principado de Trento e o Bressanone foram ocupados por tropas francesas.

Em aliança com o Reino Unido, a Prússia e a Rússia, o Império Austríaco dedicou-se a conter a expansão napoleônica no continente europeu. A serviço do ministro do Exterior imperial austríaco desde 1809, o príncipe Von Metternich teve papel central na construção de aliança para contenção da França, da restauração e da construção do novo equilíbrio europeu, que culminou, em 1815, com o Congresso de Viena. O Império obteve, então, terras do antigo Sacro Império, que consistiram basicamente na atual Alemanha, ainda à época fragmentada em várias monarquias regionais. Na ocasião, a Áustria tomou parte, em conjunto com a Prússia e estados alemães menores, da Confederação Germânica.

As derrotas nas guerras contra a Itália (1859) e a Prússia (1866) puseram fim à suserania austríaca no norte da Itália e à influência de Viena sobre os estados alemães. A derrota provocou, também, a saída da Áustria da Confederação Germânica, fator que facilitou a unificação da Alemanha logo após, em 1871. Enfraquecida, a monarquia austríaca aceitou compartilhar o poder com os húngaros, então a segunda etnia mais importante do império, dando origem, ao Império Austro-Húngaro. A criação do Império não aplacou os ânimos de grupos que reclamavam autonomia e autogoverno. As revoltas internas culminaram com o assassinato do arquiduque e herdeiro do trono, Francisco Ferdinando, o que foi, por sua vez, o estopim da Primeira Guerra Mundial.

Ao final da Grande Guerra, o Império Austro-Húngaro foi derrotado e dissolvido. Hungria, Tchecoslováquia, Polônia, Romênia e Iugoslávia herdaram territórios então vinculados a Viena. Em 1918, foi proclamada a Primeira República, que durou até a ascensão do fascismo na Áustria, em 1933. Em 1938, o país foi anexado à Alemanha nazista. Em 1945, foi instaurada a Segunda República, embora a Áustria seguisse dividida em áreas de ocupação britânica, francesa, norte-americana e soviética até 1955, ano em que recuperou a soberania plena sobre seu território. No mesmo ano, o país declarou sua neutralidade permanente por norma constitucional e tornou-se membro das Nações Unidas.

A Áustria é composta por nove províncias: Viena, Alta Áustria, Baixa Áustria, Estíria, Caríntia, Salzburgo, Tirol, Vorarlberg e Burgenland. A capital do país e maior

cidade, com população de cerca de 1,7 milhão, é Viena. Outras grandes áreas urbanas da Áustria incluem Graz, Linz, Salzburgo e Insbruque. O país tem alto padrão de vida e ocupa a 18º posição no ranking global de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A Áustria foi, ainda, membro fundador da OCDE em 1961. Aderiu à União Europeia em 1995, assinou o Acordo de Schengen em 1995 e adotou o euro em 1999.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Alexander Van der Bellen
Presidente Federal da República da Áustria



Nasceu em Viena, em 18 de janeiro de 1944. Membro de família nobre russa de ascendência neerlandesa, refugiada do stalinismo, Van der Bellen cursou economia na Universidade de Insbruque, onde recebeu seu doutorado em 1970. Foi professor de economia na Universidade de Viena antes de ingressar na carreira política. Ex-membro do Partido Social-Democrata (SPÖ), integrou o Conselho Nacional austríaco (Assembleia Nacional) pelo Partido Verde de 1994 a 2012 e foi líder do Partido entre 1997 e 2008. Em 2012, deixou o Parlamento e tornou-se membro do Conselho Municipal de Viena (legislativo municipal). É presidente federal da Áustria desde 26 de janeiro de 2017.

Alexander Schallenberg
Chanceler Federal da República da Áustria



Alexander Schallenberg nasceu em Berna, em 1969. É filho de antigo secretário-geral do MNE austríaco. Após graduar-se em direito pela Universidade de Viena e pela Universidade de Paris II Panthéon-Assas, ingressou na carreira diplomática em 1997. Quando Sebastian Kurz (ÖVP) tornou-se ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2013, Schallenberg foi nomeado chefe do Planejamento Estratégico. Apesar de não ser filiado a qualquer partido, Schallenberg fez parte da equipe negociadora do Partido Popular

(ÖVP) para a coalizão do primeiro governo de Kurz, em 2017. Como chefe da Seção de Coordenação Europeia na Chancelaria Federal, desempenhou papel central na presidência austríaca do Conselho Europeu, em 2018. Em junho de 2019, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros pelo governo transitório de Brigitte Bierlein. Em janeiro de 2020, foi reconduzido ao cargo no gabinete Kurz II. Tomou posse como Chanceler Federal em outubro de 2021.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações Brasil-Áustria são cordiais. Ancoram-se em laços históricos e culturais, entre os quais: (i) o casamento, em 1817, da arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo com o futuro imperador do Brasil, D. Pedro I; (ii) o exílio no Brasil, durante o nazismo, de Stefan Zweig (à época o mais popular escritor austríaco), bem como de outros migrantes, como o escritor e jornalista Otto Maria Carpeaux; (iii) a iniciativa do Brasil, na 7ª AGNU, em 1952, em favor do pleno restabelecimento da soberania austríaca. Brasil e Áustria, ademais, compartilham e defendem, no plano internacional, valores e objetivos comuns, como democracia e estado de direito, direitos humanos, reforço do multilateralismo, desarmamento nuclear, proteção ao meio ambiente e apoio ao desenvolvimento sustentável.

Há amplo espaço para a cooperação em foros internacionais, em razão da mencionada convergência de valores. No plano econômico, deve-se sublinhar a importante dimensão dos investimentos diretos brasileiros na Áustria. Outro aspecto relevante da relação bilateral é a presença na Áustria de comunidade brasileira estimada em 10 mil nacionais. Há aproximadamente 3.800 austríacos residentes no Brasil. A cooperação cultural é outro elemento importante. Em outubro de 2013, foi assinado memorando de entendimento entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Kunsthistorisches Museum (KHM - Museu de História da Arte) e o Weltmuseum Wien (antigo Museu de Etnologia). O acervo do Weltmuseum Wien, cujo material foi recolhido pela expedição científica austríaca que acompanhara a arquiduquesa Leopoldina ao Brasil, constitui, possivelmente, a mais importante coleção de etnologia sobre o País no exterior. Parte do acervo foi visto pela primeira vez no Brasil na exposição "Leopoldina, a princesa da Independência", ocorrida até junho de 2017, no Museu de Arte do Rio.

A mais recente visita em nível presidencial foi realizada em 2006, a Viena (à margem de cúpula CELAC-UE), reciprocando visita ao Brasil do ex-Presidente Federal Heinz Fischer, em 2005, e do ex-Chanceler Federal Alfred Gusenbauer, em 2008. Em 2013, o então Ministro das Relações Exteriores brasileiro visitou Viena em duas oportunidades, havendo, em ambas as ocasiões, mantido encontros bilaterais com seu então homólogo, Michael Spindelegger, o qual havia realizado, em 2010, visita ao Brasil. Do lado austríaco, registraram-se visitas ao Brasil dos ministros da Justiça, Beatrix Karl (2012) e Wolfgang Brandstetter (2014), bem como do Ministro da Ciência e Pesquisa Karlheinz Töchterle (2013), entre outras.

No âmbito do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas (2008), foram realizadas, no período de 2010 a 2018, seis reuniões de Consultas Políticas. A sexta reunião ocorreu em 2018, em Brasília, no nível de subsecretários políticos, ocasião em que foram discutidos temas de interesse comum nas esferas bilateral, multilateral e regional.

Em 31/10/2019, foi realizada visita ao Brasil do Secretário-Geral do MNE austríaco, Johannes Peterlik, o qual manteve encontro com a sra. Secretária-Geral interina e reunião de consultas com o sr. Diretor do Departamento de Europa.

Em 12/11/2020, por fim, foi realizada conversa telefônica entre o então Ministro Ernesto Araújo e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, Alexander Schallenberg, com o objetivo de trocar impressões sobre o acordo Mercosul-União Europeia, a acessão do Brasil à OCDE, a situação na Venezuela e temas das relações bilaterais

Entre os acordos bilaterais em vigor destacam-se: o Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital (1976); o Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial (1986); o Acordo sobre Serviços Aéreos (1995); e o Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica (2005). Tratado de Extradição, celebrado em 03/09/2014, e acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia, assinado em 19/6/2019, encontram-se em tramitação no Congresso Nacional. Em 31/10/2019, por ocasião da visita ao Brasil do secretário-geral austríaco Johannes Peterlik, foi celebrado acordo sobre o exercício de atividades remuneradas por dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico. Os textos bilaterais de acordos sobre Previdência Social e Cooperação Cultural encontram-se em fase final de negociação.

Assuntos Consulares

Estima-se haver cerca de 10 mil cidadãos brasileiros na Áustria. Além do setor consular da Embaixada em Viena, consulados honorários em Bregenz, Graz, Insbruque, Linz e Salzburgo prestam assistência a cidadãos brasileiros na Áustria.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para a Áustria.

POLÍTICA INTERNA

A Áustria está entre os países de mais alto desenvolvimento, com estabilidade democrática, economia avançada e competitiva e alto nível de homogeneidade e coesão social. A conjuntura interna recente tem sido marcada, entretanto, por tendências de fragmentação e de erosão do apoio popular aos dois partidos políticos tradicionais do pós-guerra.

Desde o início da chamada Segunda República, a chefia de governo vinha sendo exercida por um dos grandes partidos tradicionais – o Social-Democrata (SPÖ) e o Democrata-Cristão (CS), que se fundiu ao Partido Popular (ÖVP) – ou por meio de uma "grande coalizão" entre os dois.

Nas eleições legislativas de 1999, observou-se o crescimento na preferência dos eleitores pelo partido Partido da Liberdade (FPÖ), de direita, que ficou então em segundo lugar no pleito e obteve 26,9% dos votos, seu melhor resultado em uma eleição nacional, à frente do tradicional Partido Popular (ÖVP). O ÖVP e FPÖ lograram então formar governo de coalizão, que perdurou até 2006, sob a chefia do ÖVP. Nas eleições legislativas de 2013, o FPÖ obteve 20,5% dos votos e, mais recentemente, logrou estar à frente do SPÖ e do ÖVP em algumas eleições regionais, tendo sido o segundo maior partido no pleito em Viena.

Nesse contexto inserem-se a eleição presidencial de 2016, com primeiro turno em abril e segundo turno em maio daquele ano. No passado, sempre que houve segundo turno em eleições presidenciais, o confronto fora disputado entre candidatos do SPÖ e do ÖVP. Todos os chefes de estado da Segunda República pertenciam, na origem, a um desses dois partidos. Em 2016, pela primeira vez, chegaram ao segundo turno apenas os candidatos dos "Verdes" (ainda que nominalmente apresentado como independente), Alexander Van der Bellen, e do FPÖ, Norbert Hofer. O segundo turno foi vencido por estreitíssima margem, pelo candidato "verde", mas acabou anulado pelo Tribunal Constitucional. Este determinou a repetição do pleito, realizado em 4 de dezembro de 2016, quando Van der Bellen derrotou Hofer com 53,8% dos votos, tornando-se presidente federal.

O primeiro governo do Chanceler Federal Sebastian Kurz, iniciado em dezembro de 2017, chegou ao final em maio de 2019. Em 20 de maio, Kurz aceitou a renúncia de todos os ministros do ÖVP, e, no dia 27, seu governo foi derrotado em moção de desconfiança no parlamento.

No dia 30/6/2019, o presidente Van der Bellen nomeou a juíza Brigitte Bierlen, vice-presidente do Tribunal Constitucional, para assumir o cargo de Chanceler Federal do governo de transição até a realização de novas eleições, que ocorreram em 29 de setembro de 2019. Nestas últimas, o Partido Popular (ÖVP) obteve 38,4% dos votos, que lhe garantiram 71 representantes no Conselho Nacional (de um total de 183 assentos); o Partido Social-Democrata (SPÖ) alcançou 21,5% dos votos e 40 cadeiras; o Partido da Liberdade (FPÖ), 17,3% dos votos e 30 cadeiras; os Verdes, 12,4% e 26 cadeiras; e os NEOS, 7,4% dos votos e 15 cadeiras (há ainda um deputado independente). Os deputados tomaram posse em 23 de outubro de 2019.

Após meses de negociação, tomou posse o governo Kurz II em 7 de janeiro de 2020. Foi costurada inédita aliança entre o ÖVP e os Verdes.

Frente a acusações de corrupção apresentadas pelo Ministério Público, Kurz renunciou em 10/10/2021. Ele retorna a seu mandato de deputado, segue como líder do ÖVP no Parlamento e se mantém na presidência do partido. Nessas condições, preserva o assento nas reuniões do Conselho de Ministros e a influência sobre a legenda.

Poder Executivo

O chefe de Estado da Áustria é o "*Bundespraesident*" (presidente federal), que é eleito diretamente pela população a cada seis anos, limitado a dois mandatos consecutivos. O presidente federal nomeia o "*Bundeskanzler*" (chanceler federal), bem como os outros membros do governo federal. O chanceler federal é o chefe de governo, que pode ser destituído por decreto presidencial ou por voto de desconfiança do Conselho Nacional (Assembleia Nacional).

Poder Legislativo

O Poder Legislativo é bicameral. O Parlamento é composto pelo Conselho Nacional (Assembleia Nacional, Câmara Baixa) e pelo Conselho Federal (Assembleia Estadual, Câmara Alta). O primeiro tem 183 deputados; o segundo, 61 membros. O

Conselho Nacional é constituído a partir de eleições gerais a cada cinco anos e é a casa principal do legislativo austríaco. Os membros da segunda câmara, o Conselho Federal, são nomeados pelas nove províncias (*Länder*). O Conselho Federal representa os interesses das províncias e o seu poder é de natureza negativa, facultando-lhe vetar decisões do Conselho Nacional, o qual pode, contudo, anular eventuais vetos do Conselho Federal.

A eleição para o Conselho Nacional é realizada a cada cinco anos, ou a qualquer momento, em caso de dissolução da Casa, determinada pelo presidente a pedido do governo, ou por autodissolução, a partir de uma moção de censura.

POLÍTICA EXTERNA

A União Europeia é o centro da política externa austríaca e "âncora" do posicionamento e da identidade internacional do país (a Áustria tornou-se membro da UE em 1995). Subsidiariamente, outras áreas de atenção da política externa austríaca são as seguintes: (i) Bálcãs e Europa Oriental; (ii) Mediterrâneo e Oriente Médio; (iii) grandes mercados emergentes.

A Áustria posiciona-se tradicionalmente em favor da importância do multilateralismo e especialmente das Nações Unidas na condução da agenda internacional. Outra instituição internacional particularmente valorizada é a Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), sediada em Viena. A política externa do país, da mesma forma que a brasileira, tem tradição de busca de consensos e soluções negociadas. Essas características da política externa austríaca estão relacionadas ao estatuto de neutralidade, adotado pelo país em 1955, e à tradição de promoção do diálogo entre os blocos Leste-Oeste na época da Guerra Fria.

Em relação à reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), a Áustria nutre certa simpatia pela visão de que se deveria corrigir a sub-representação de países em desenvolvimento ou de regiões como América Latina e Caribe e África. Em 2015, em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, o então Ministro do Exterior e ex-Chanceler Federal, Sebastian Kurz, defendeu um Conselho de Segurança "mais representativo, responsável e transparente". Apesar da referência, a Áustria evita posicionamento em favor "de um dos grupos".

Aspecto permanente da política externa austríaca é o objetivo prioritário de promover Viena como centro diplomático e sede de organizações internacionais. A cidade é a terceira mais importante sede das Nações Unidas e abriga duas agências especializadas: a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). Também estão sediados em Viena o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNODC), o Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior (UNOOSA), o Secretariado da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) e a Iniciativa Energia Sustentável para Todos (SE4ALL), entre outros órgãos. A OPEP e seu fundo de ajuda ao desenvolvimento (OFID) têm igualmente sede

em Viena. O Plano de Ação Conjunto Global (em inglês: *Joint Comprehensive Plan of Action* – JCPoA), sobre o programa nuclear iraniano, foi assinado em Viena, em julho de 2015.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

País que detém um dos mais altos níveis de desenvolvimento, renda per capita e coesão social no mundo, a Áustria destaca-se, no conjunto da UE, por sua economia forte, com base industrial sólida e atuação em setores tecnológicos de ponta, como máquinas e equipamentos, indústria automotiva, metal-mecânica, farmacêutica e química, entre outros.

Após alguns anos de crescimento moderado, a economia austríaca passou a ter crescimento mais acelerado a partir de 2016, apoiado por reforma tributária que entrou em vigor naquele ano e pela retomada no comércio internacional. O PIB austríaco, entretanto, decresceu 6,6% em 2020, e o desemprego aumentou para 5,3%, como consequências da pandemia de Covid-19.

O Instituto de Estudos Avançados (IHS), importante "think tank" austríaco, divulgou suas projeções para a economia nacional no período 2021-2025, com perspectivas positivas que refletem a forte retomada da atividade no primeiro semestre de 2021. Para o IHS, este ano e o próximo serão marcados por crescimento mais acelerado, de 3,5% e 4,5%, respectivamente, como resultado da recuperação da demanda doméstica e dos investimentos. No médio prazo, a economia austríaca deve retornar ao seu padrão pré-crise, com crescimento anual médio de 1,5%. Nesse cenário, ao longo do período de análise, o PIB da Áustria deve se expandir à taxa média de 2,5% a.a. As altas taxas de inflação, por sua vez, devem ser passageiras, em razão de situações circunstanciais, envolvendo a elevada demanda por matérias-primas e atrasos em cadeias de suprimentos. Com a normalização da atividade, porém, o indicador deve estabilizar-se em torno de 2%. O mercado de trabalho, no entanto, deve ter um tempo mais dilatado de resposta, retornando aos níveis pré-crise apenas ao final do quinquênio.

Parcela majoritária do PIB austríaco – quase 56% – é gerada pela exportação de bens e serviços, sendo a UE responsável por 70% de seu mercado externo, que, em grande parte, é composto pela Alemanha. A balança comercial do país é tradicionalmente deficitária: em 2019, obteve o saldo negativo de US$ 5 bilhões, com exportações no valor de US$ 171,5 bilhões e importações de US$ 176,5 bilhões.

Quanto ao comércio bilateral, a Áustria foi o 86º parceiro comercial no ranking nacional brasileiro de exportações (representou 0,06% do total) em 2020, e 33º em termos de importações (representou 0,5%). Houve redução de 13% no intercâmbio comercial entre Brasil e Áustria em relação a 2019. As exportações brasileiras (US$ 114 milhões) reduziram-se em 24%, e as importações (US$ 852 milhões) decresceram 12%. Os principais produtos exportados pelo Brasil, em 2020, foram sucos de frutas ou vegetais (30%), motores de pistão (11%) e veios de transmissão, manivelas e engrenagens (8,5%). Os produtos importados da Áustria, por sua vez, foram sobretudo

medicamentos e produtos farmacêuticos (12%), medicamentos veterinários (8,7%) e bebidas não-alcoólicas (7,7%).

Constitui aspecto relevante do relacionamento bilateral no plano econômico o fato de ser a Áustria um dos principais destinos de investimentos brasileiros diretos (IBD), segundo dados do BACEN. Até 2013, o país ocupava a primeira posição. Em 2020, encontra-se em sétimo lugar, com estoque de US$ 12 bilhões. As principais empresas brasileiras presentes na Áustria são: Banco do Brasil, BRF Foods, Celulose Eldorado, Citrosuco, CSN, Fibria Internacional, Intercement (Camargo Correa), Magnesita Refractories, Nitroquímica, OAS Energy, Odebrecht Oil & Gas, Sotreq, Vale Internacional, Votorantim e WEG.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século 4º a.C. – Celtas habitam a região que hoje é a Áustria
Século 4º d.C. – Ondas de povos tribais invadem a Áustria
1156 – A Áustria, parte do Sacro Império Romano, torna-se Ducado
1282 – Albert de Habsburgo torna-se Duque da Áustria
1438 – O Duque da Áustria torna-se Sacro Imperador Romano
1740 – Maria Theresa torna-se Imperatriz da Áustria
1806 – Dissolução do Sacro Império Romano-Germânico
1815 –Congresso de Viena e participação da Áustria na Confederação Germânica
1848 – Onda de revoluções sacode o Império Austríaco. Metternich renuncia.
1866 – A Áustria é derrotada pela Prússia
1867 – Concedido status de igualdade à Hungria. Império Austro-Húngaro
1914 – Assassinato do Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro do trono austríaco, em Sarajevo
1918 – Desintegração do Império Austro-Húngaro. Proclamação da Primeira República
1934 – Dolfuss, Chanceler da Áustria, sofre atentado
1938 – Anexação da Áustria pela Alemanha
1945 – Governo provisório. Segunda República. A Áustria é dividida em zonas de ocupação
1955 – A Áustria recupera plena soberania sobre seu território. Ingressa nas Nações Unidas
1995 – A Áustria ingressa na União Europeia
1999 – A Áustria adota o Euro
2004 –Heinz Fischer (SPÖ) é eleito presidente federal.
2008 – Setembro - Os Partidos Social-Democratas (SPÖ) e Partido Popular (ÖVP) sofrem elevadas perdas. O Partido da Liberdade (FPÖ) avança e recebe 29% dos votos.
2008 - Dezembro - O novo governo de coalizão formado pelos Social-Democratas (SPÖ) e o Partido Popular (ÖVP) são empossados. O líder da SPO, Werner Faymann, torna-se chanceler federal.
2010 – Heinz Fischer (SPÖ) é reeleito presidente federal.
2016 – Dezembro: Alexander Van der Bellen (Verdes) derrota Norbert Hofer (FPÖ) na reedição do segundo turno da eleição presidencial e torna-se presidente federal
2017 – Outubro: As eleições federais registram avanço do Partido FPÖ. O ÖVP, de centro, e o FPÖ, de direita, acordam um governo de coalizão. O líder do

Partido Conservador (FPÖ), Sebastian Kurz, torna-se Chanceler Federal 2019 – Dissolução da aliança ÖVP-FPÖ e do governo. Briggite Bierlen é nomeada Chanceler de transição.
2020 - Tomou posse o governo Kurz II em 7 de janeiro, em inédita aliança entre o ÖVP e os Verdes.
2021 – Alexander Schallenberg tomou posse como Chanceler Federal, em 11 de outubro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1817 – Casamento da Arquiduquesa Leopoldina com o então Príncipe herdeiro do trono de Portugal e futuro Imperador do Brasil, Dom Pedro I
1825 – Reconhecimento, pela Áustria, da independência do Brasil. Estabelecimento de relações diplomáticas plenas entre os dois países (27 de dezembro)
1871 e 1877 – Visitas a Viena do Imperador Dom Pedro II
1891 – Reconhecimento, pela Áustria, da proclamação da República no Brasil (22 de janeiro)
1933 – Andreas Thaler, ex-Ministro da Agricultura da Áustria, funda a colônia de Treze Tílias, em Santa Catarina
1952 – Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores austríaco, Karl Gruber
1976 – Entrada em vigor do Acordo para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital
1980 – Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores austríaco, Willibald Pahr
1982 – Visita à Áustria do Ministro das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro
1986 – Entrada em vigor do Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial
1995 – Entrada em vigor do Acordo sobre Serviços Aéreos
2005 – Visita ao Brasil do Presidente Federal Heinz Fischer
2005 – Assinatura e entrada em vigor do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica
2005 – Assinatura e entrada em vigor do Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática de Viena
2006 – Visita à Áustria do Presidente brasileiro
2008 – Visita ao Brasil do Chanceler Federal Alfred Gusenbauer
2008 – Assinatura e entrada em vigor do Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas
2010 – Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Europeus e Internacionais, Michael Spindelegger; visitas à Áustria do Ministro das Relações Exteriores e do Secretário-Geral das Relações Exteriores
2011 – Visita ao Brasil do Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Europeus e Internacionais, Johannes Kyrle
2012 – Visita à Áustria do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Ruy Nunes Pinto Nogueira, e visita ao Brasil da Ministra da Justiça, Beatrix Karl
2013 – Duas visitas à Áustria do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de

Aguiar Patriota; visita ao Brasil do Ministro de Ciência e Pesquisa, Karlheinz Töchterle
2013 – Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior; do Memorando de Entendimento sobre Ensino Superior, Ciência e Pesquisa entre CAPES e OeAD; do Convênio de Cooperação entre CAPES e OeAD para Implementação de Bolsas de Graduação Sanduíche na Áustria no Âmbito do Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).
2013 – Assinatura e entrada em vigor do Memorando de Entendimento entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Kunsthistorisches Museum (KHM - Museu de História da Arte) e o Weltmuseum Wien (antigo Museu de Etnologia)
2014 – Visita ao Brasil do Ministro da Justiça, Wolfgang Brandstetter
2014 – IV reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Áustria
2017 – V reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Áustria
2017 – Bicentenário do casamento de Dona Maria Leopoldina de Habsburgo, filha do Imperador Francisco II, com Dom Pedro I.

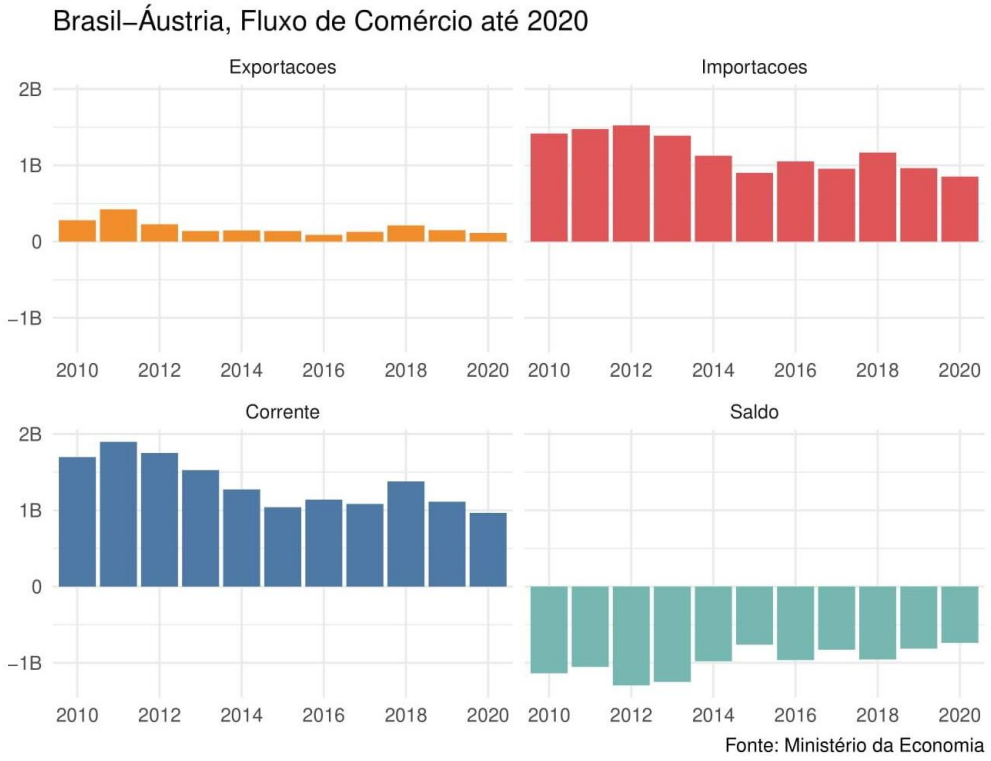
ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO D.O.U.
Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria	11/03/2013	01/08/2017	08/06/2017
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Áustria sobre Cooperação Técnica	19/09/2005	19/11/2005	26/11/2005
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Áustria	16/07/1993	01/09/1995	11/10/1993
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria Referente ao Reconhecimento dos Certificados de Origem e de Bens de Produção Artesanal	15/03/1993	26/04/1993	17/07/1993
Acordo, por Troca de Notas, sobre Radioamadorismo, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Federal Austríaco	29/06/1988	28/07/1988	04/08/1988
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial entre República Federativa do Brasil e o Governo Federal da Áustria.	03/05/1985	01/10/1986	14/08/1985
Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e República Federal da Áustria.	29/05/1980	29/05/1980	Dado inexistente
Convenção para Evitar a	24/05/1975	01/07/1976	11/11/1975

Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e sobre o Capital entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Áustria			
Acordo, por troca de notas, para a Supressão de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	22/08/1967	21/10/1967	05/09/1967
Acordo, por Troca de Notas, sobre Direitos Autorais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	21/12/1965	21/12/1965	Dado inexistente
Acordo, por troca de notas, sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	07/12/1959	01/01/1960	Dado inexistente
Ajuste de Pagamentos e Comércio, por troca de notas, Modificando as Disposições do "Acordo Regulando o Comércio e o Regime de Pagamentos, de 1956" entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República da Áustria	27/02/1958	27/02/1958	10/03/1958
Acordo de Pagamentos Brasil - Áustria	20/10/1952	19/11/1952	Dado inexistente

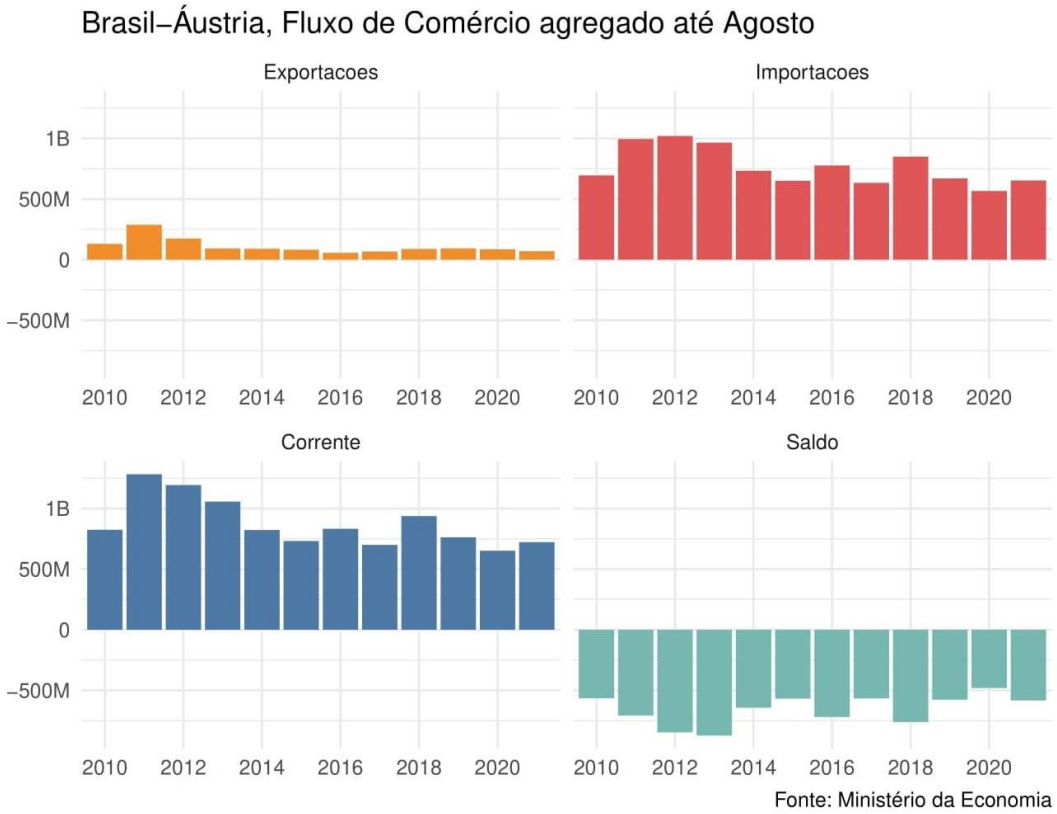
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.



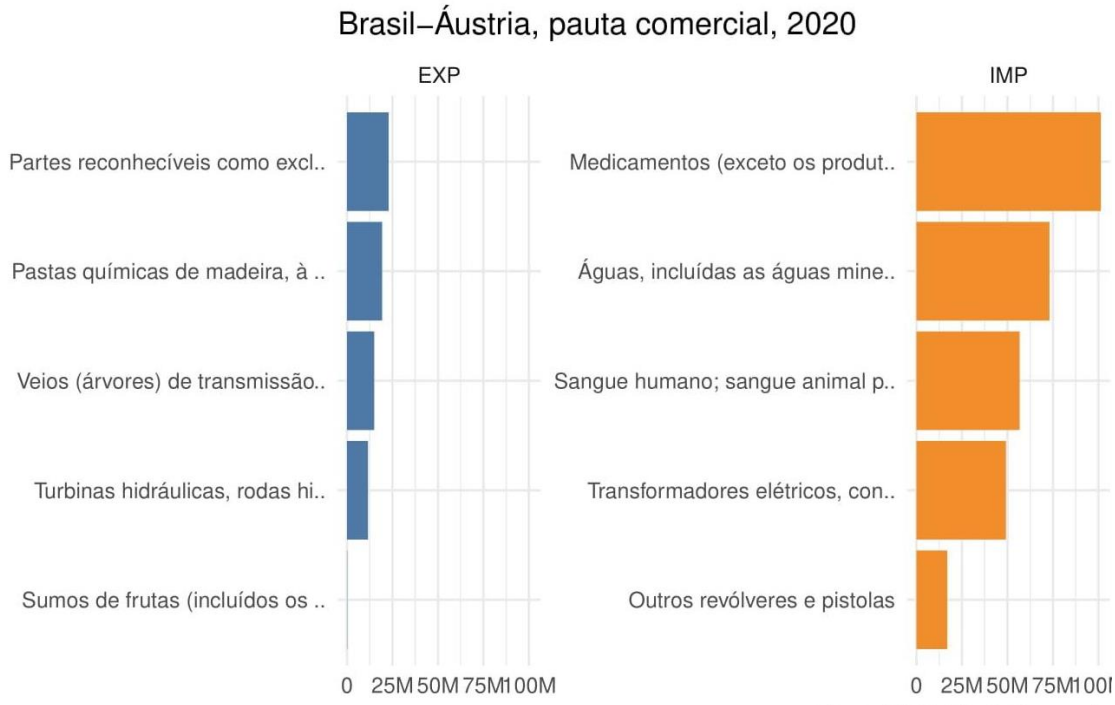
	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	114M (-23.7%)	149M (-29.4%)	212M (65.8%)	128M (44.6%)	88M (-36.5%)
Importacoes	852M (-11.55%)	963M (-17.48%)	1B (22.17%)	955M (-9.18%)	1B (16.73%)
Saldo	-738M (-190.68%)	-814M (-185.17%)	-955M (-215.44%)	-828M (-185.89%)	-964M (-226.45%)
Corrente	966M (-13.17%)	1B (-19.31%)	1B (27.31%)	1B (-5.01%)	1B (9.61%)

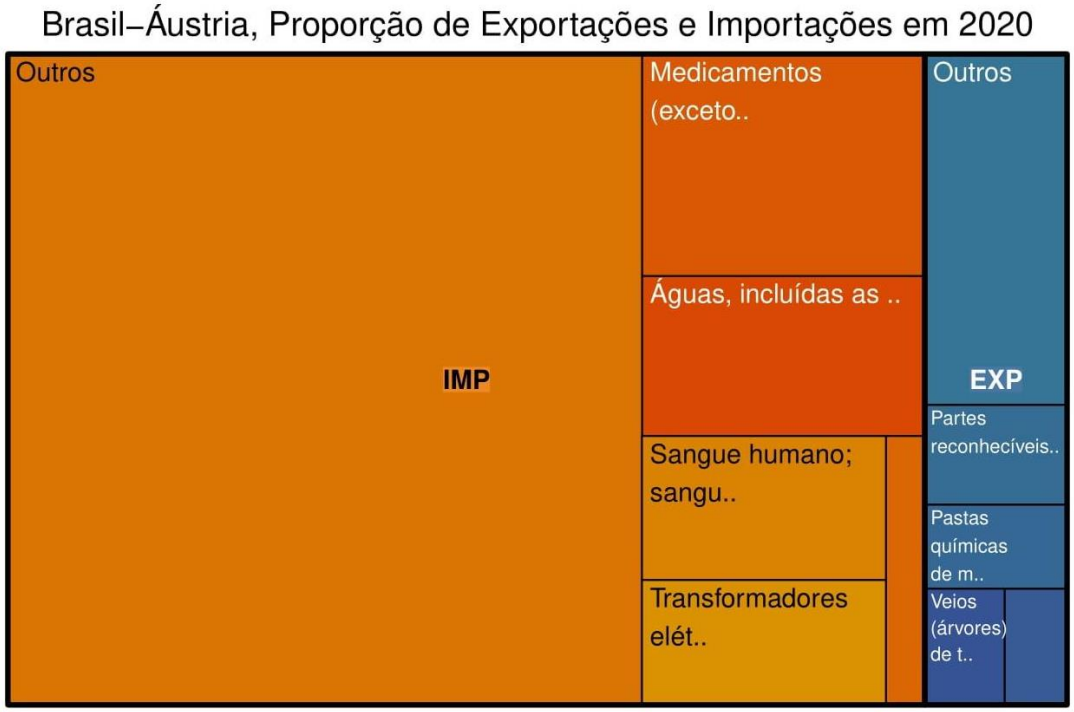
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	139M (-5.3%)	147M (6.0%)	139M (-39.2%)	228M (-46.1%)	423M (50.8%)
Importacoes	901M (-20.00%)	1B (-18.89%)	1B (-8.86%)	2B (3.28%)	1B (4.11%)
Saldo	-762M (-177.80%)	-980M (-178.35%)	-1B (-196.47%)	-1B (-223.08%)	-1B (-192.61%)
Corrente	1B (-18.30%)	1B (-16.63%)	2B (-12.81%)	2B (-7.71%)	2B (11.81%)



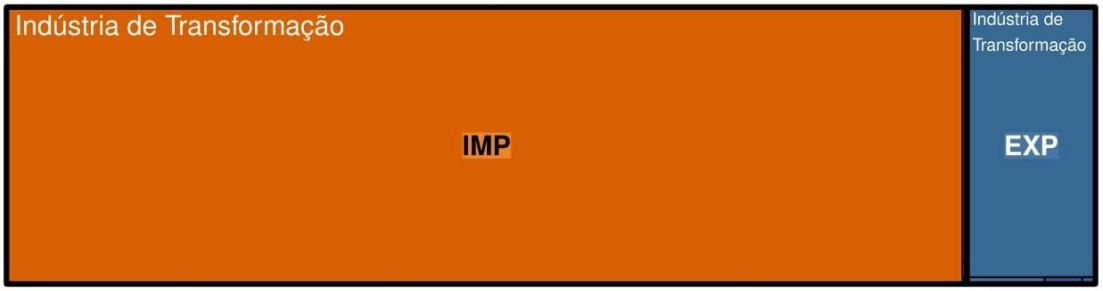
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	70M (-18.36%)	85M (-7.85%)	93M (4.92%)	88M (32.13%)	67M (18.01%)
Importacoes	653M (15.3%)	566M (-15.5%)	670M (-21.1%)	850M (34.2%)	633M (-18.5%)
Saldo	-583M (-221.3%)	-481M (-183.3%)	-577M (-175.8%)	-761M (-234.4%)	-566M (-178.7%)
Corrente	723M (10.90%)	652M (-14.54%)	762M (-18.70%)	938M (34.00%)	700M (-15.99%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	57M (-30.78%)	82M (-8.66%)	89M (-2.58%)	92M (-47.10%)	174M (-39.60%)
Importacoes	776M (19.4%)	650M (-11.3%)	733M (-24.0%)	965M (-5.4%)	1B (2.5%)
Saldo	-720M (-226.6%)	-569M (-188.4%)	-644M (-173.7%)	-873M (-203.2%)	-846M (-219.6%)
Corrente	833M (13.77%)	732M (-11.00%)	823M (-22.16%)	1B (-11.44%)	1B (-6.94%)

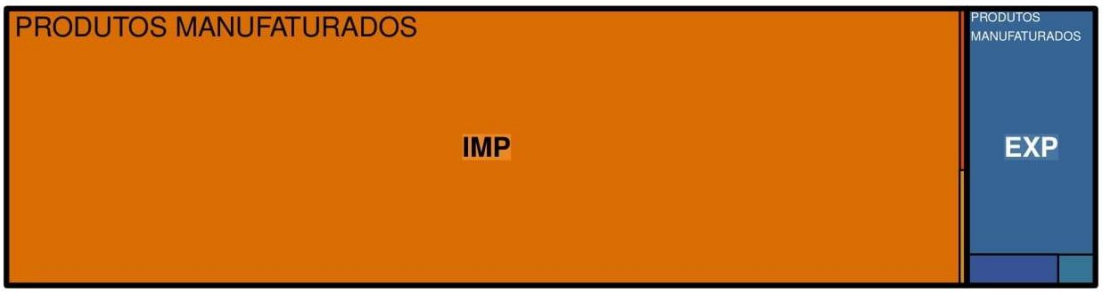

Brasil–Áustria, pauta comercial, 2020
EXP
Partes reconhecíveis como excl..
Pastas químicas de madeira, à ..
Veios (árvores) de transmissão..
Turbinas hidráulicas, rodas hi..
Sumos de frutas (incluídos os ..
0 25M 50M 75M 100M
IMP
Medicamentos (exceto os produt..
Águas, incluídas as águas mine..
Sangue humano; sangue animal p..
Transformadores elétricos, con..
Outros revólveres e pistolas
0 25M 50M 75M 100M
Fonte: Ministério da Economia


Brasil–Áustria, Proporção de Exportações e Importações em 2020
Outros
IMP
Medicamentos (exceto..
Águas, incluídas as ..
Sangue humano; sangu..
Transformadores elét..
Outros
EXP
Partes reconhecíveis..
Pastas químicas de m..
Veios (árvores) de t..

Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020

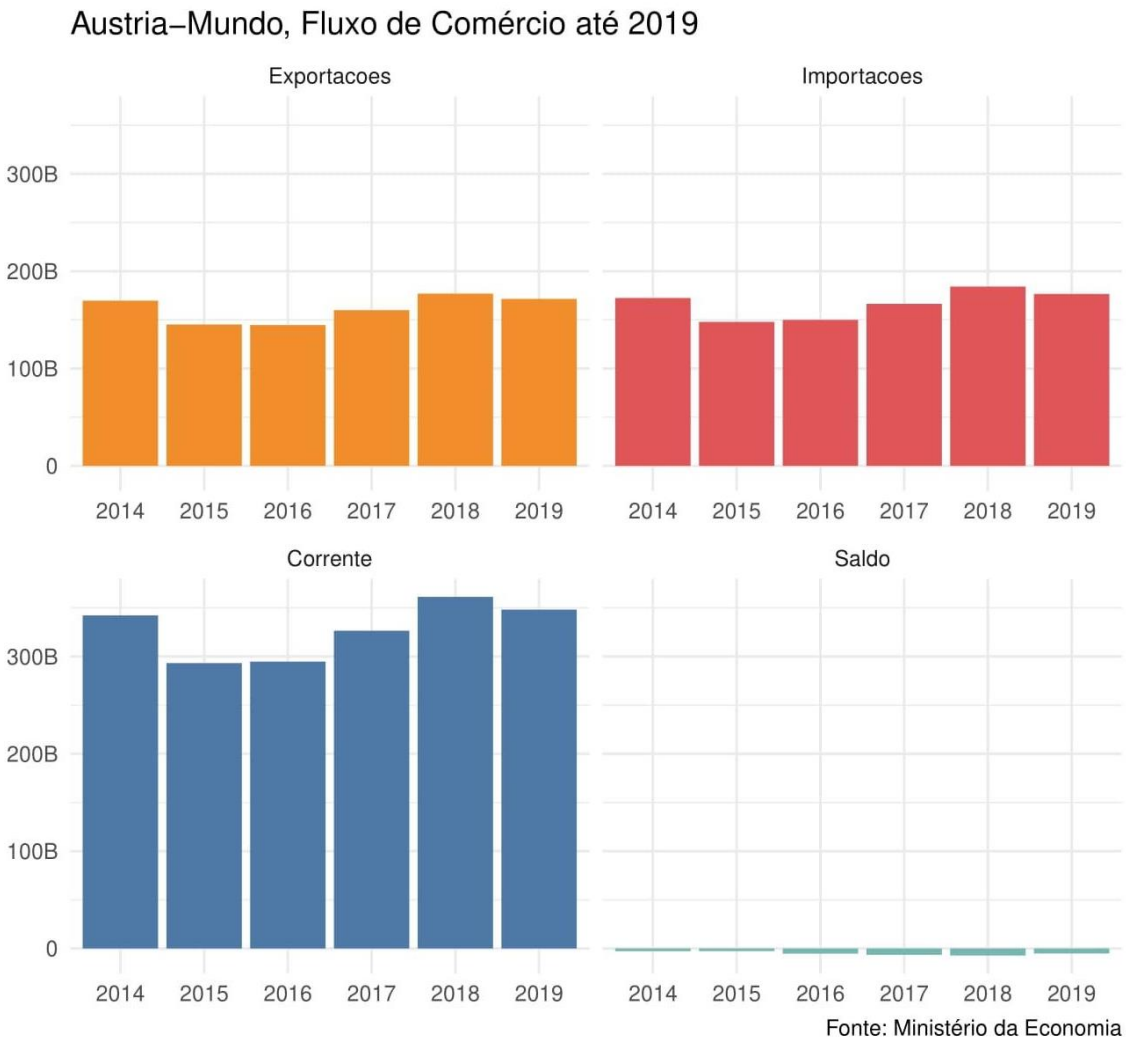


Classificação CGCE em 2020

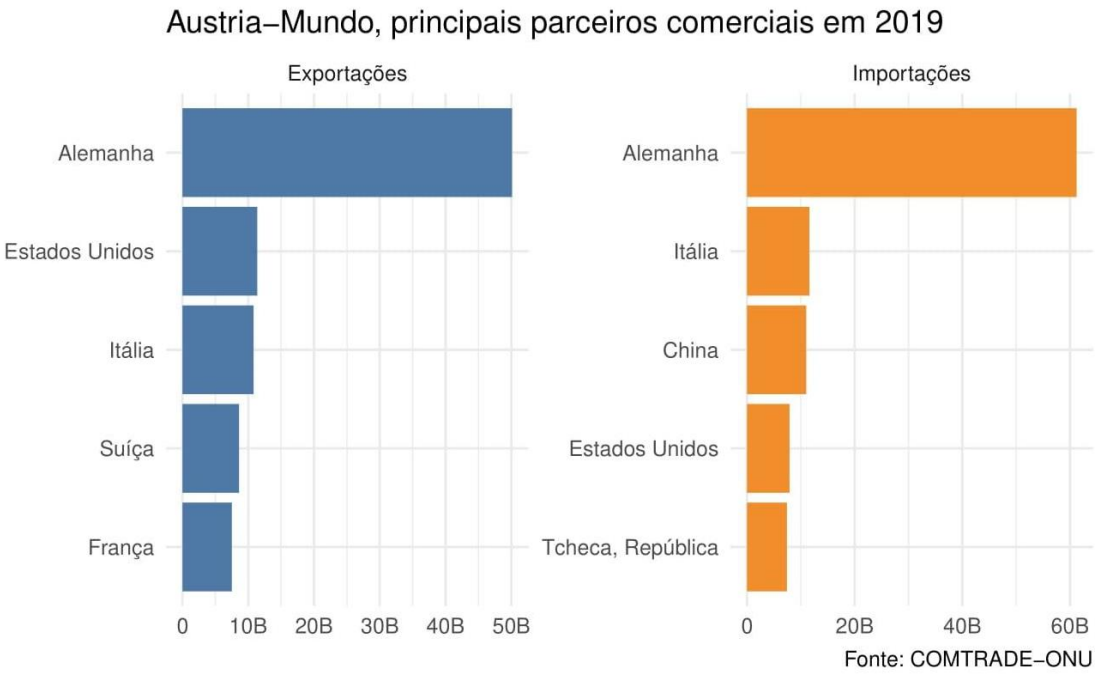


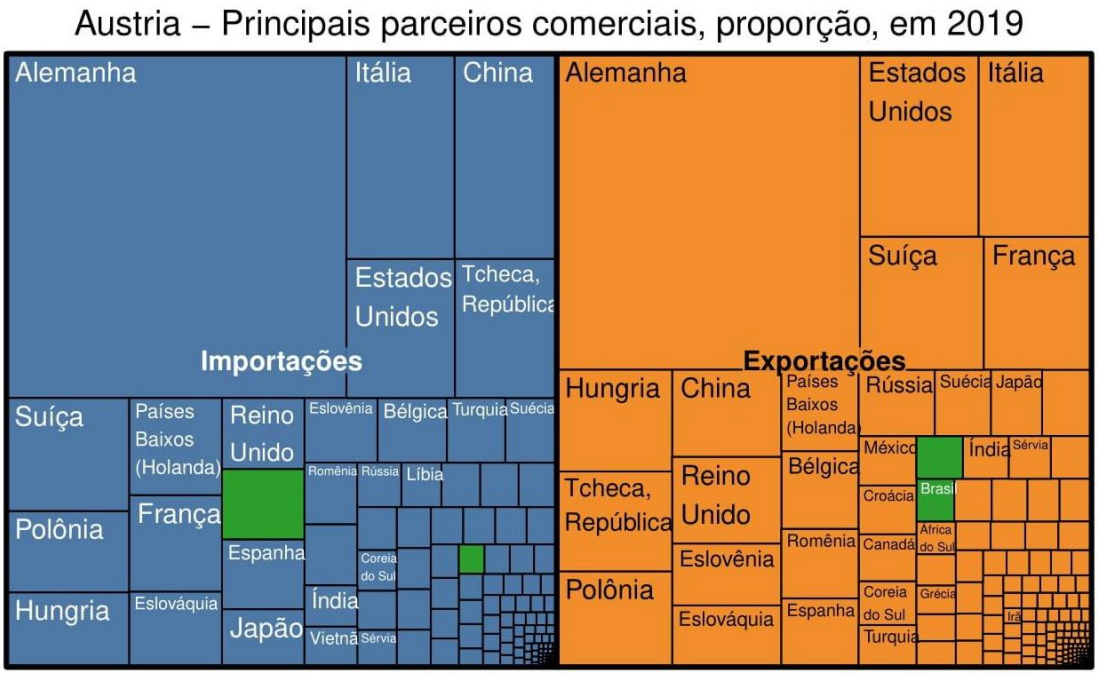
Classificação CUCI em 2020



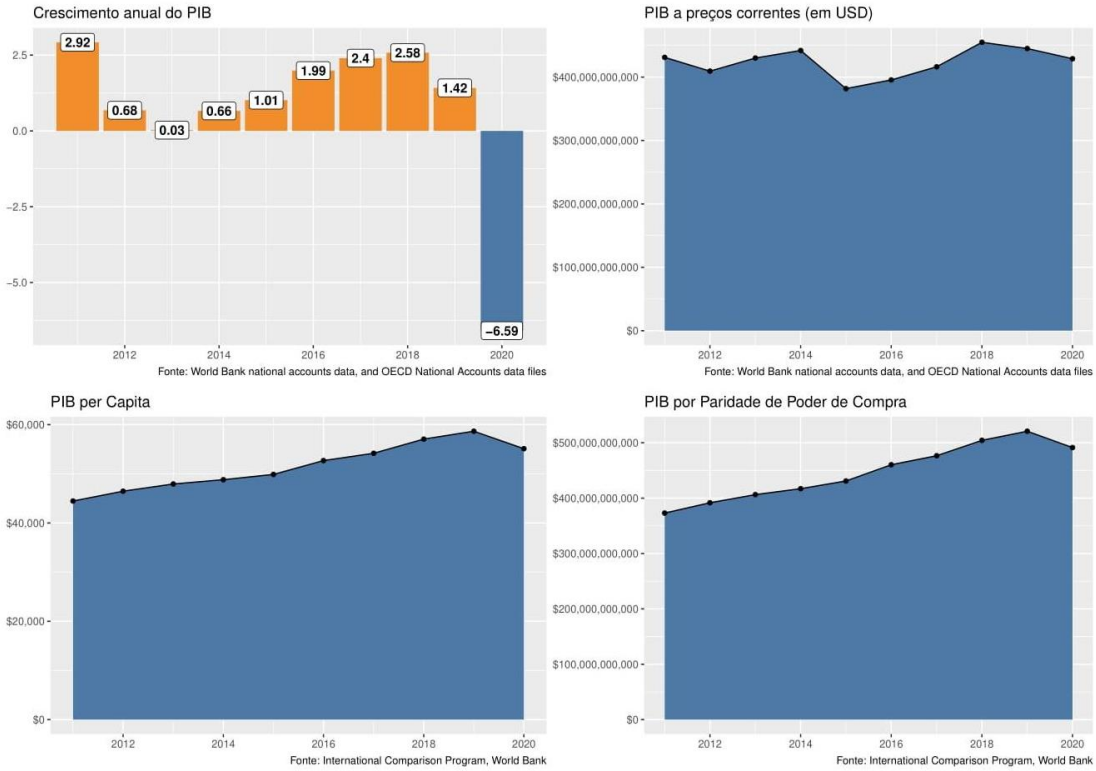


	2019	2018	2017
Exportacoes	171.53B (-3.085%)	176.99B (10.640%)	159.97B (10.553%)
Importacoes	176.60B (-4.13%)	184.20B (10.64%)	166.48B (10.99%)
Saldo	-5.06B (-170%)	-7.20B (-211%)	-6.50B (-223%)
Corrente	348.13B (-3.62%)	361.19B (10.64%)	326.45B (10.78%)

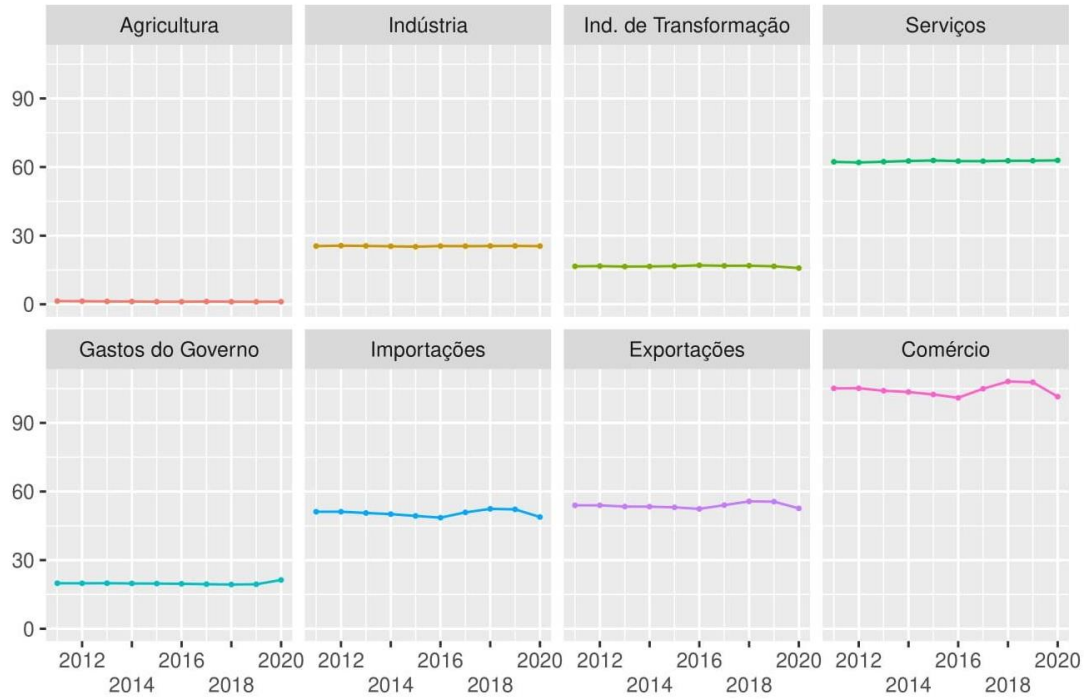

Austria–Mundo, principais parceiros comerciais em 2019
Exportações
Alemanha
Estados Unidos
Itália
Suíça
França
0
10B
20B
30B
40B
50B
Importações
Alemanha
Itália
China
Estados Unidos
Tcheca, República
0
20B
40B
60B
Fonte: COMTRADE–ONU


Austria – Principais parceiros comerciais, proporção, em 2019
Importações
Alemanha
Itália
China
Estados Unidos
Tcheca, República
Suíça
Países Baixos (Holanda)
Reino Unido
Eslovênia
Bélgica
Turquia
Suécia
Polônia
França
Espanha
Romênia
Rússia
Líbia
Hungria
Eslováquia
Coreia do Sul
Índia
Japão
Vietnã
Sérvia
Exportações
Alemanha
Estados Unidos
Itália
Suíça
França
Hungria
China
Países Baixos (Holanda)
Rússia
Suécia
Japão
México
Índia
Sérvia
Tcheca, República
Reino Unido
Bélgica
Croácia
Brasil
Polônia
Eslovênia
Romênia
Canadá
África do Sul
Eslováquia
Espanha
Coreia do Sul
Grécia
Turquia
Irã

Produto Interno Bruto

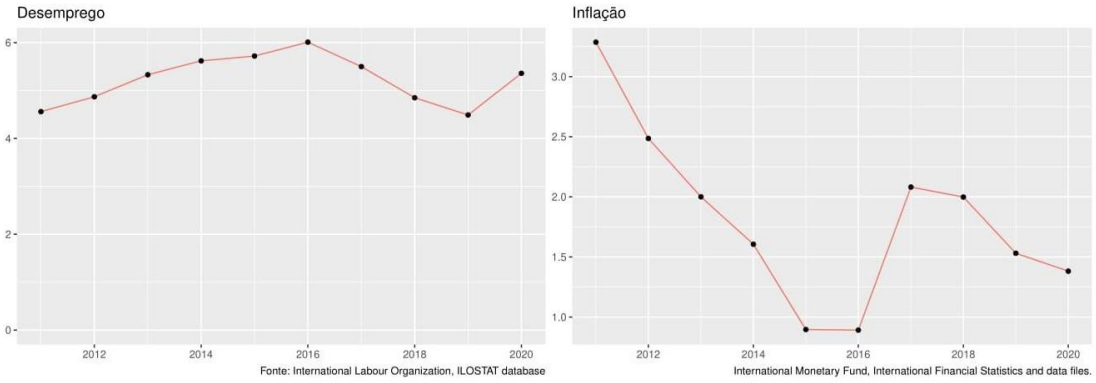


Estrutura da Economia em Proporção do PIB



Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

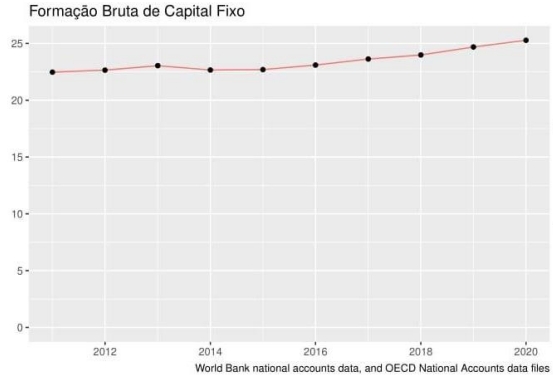
Indicadores de Inflação e Desemprego

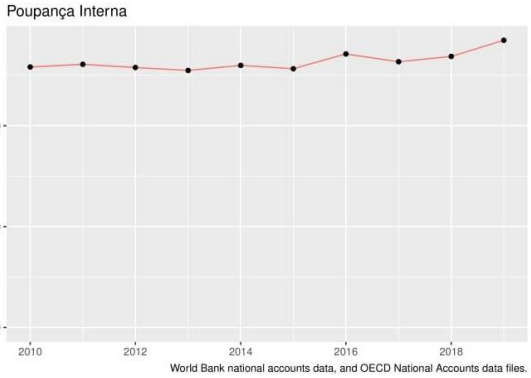


Fonte: International Labour Organization, ILOSTAT database

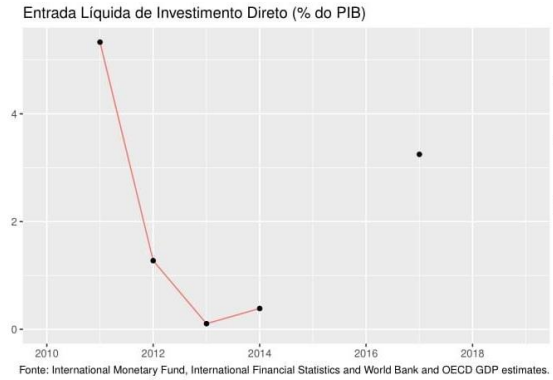
International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files.

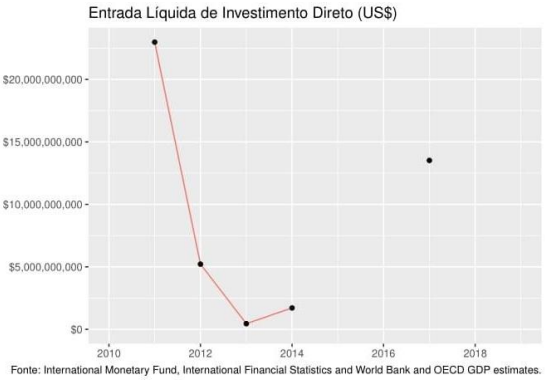
Indicadores de Investimento

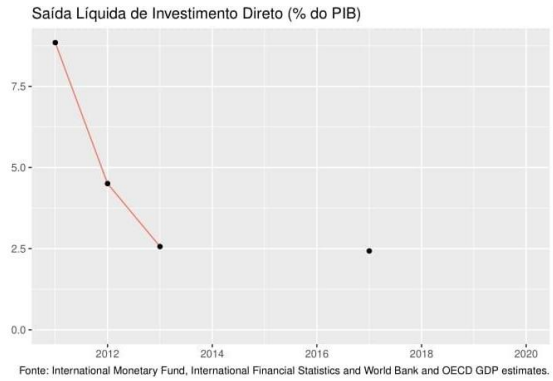




Fluxo de Investimentos









EMBAIXADA DO BRASIL EM VIENA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (nov/2018 - nov/2021):

Conjuntura Política

Política interna

2. No período em que estive à frente da embaixada do Brasil em Viena, desde novembro de 2018, o cenário político austríaco passou por período convulsivo e por marcada consolidação da direita no poder. A coalizão que se encontrava no governo entre o Partido Popular da Áustria (ÖVP) e o Partido da Liberdade (FPÖ) foi derrubada, em inédito voto de desconfiança, em maio de 2019, na esteira do episódio que ficou conhecido por "escândalo de Ibiza".

3. Em gravações secretas realizadas em uma vila na ilha espanhola de Ibiza, antes das eleições parlamentares de 2017, os então presidente do FPÖ, Heinz-Christian Strache, e o líder da bancada do partido no Conselho Nacional (câmara baixa do Parlamento), Johann Gudenus, aparecem em suposta reunião com uma mulher que se apresentava como sobrinha do empresário russo Igor Makarov. Na oportunidade, ambos mostram-se interessados em trocar contratos públicos por benefícios financeiros, burlar as leis de financiamento eleitoral, e exercer controle sobre veículos de mídia. Em 17 de maio de 2019, o vídeo foi publicado por jornais alemães e desencadeou o fim da coalizão. No dia seguinte à divulgação, Strache, então vice-chanceler federal, e Gudenuss anunciaram suas renúncias e desligamento de suas funções partidárias.

4. Os demais ministros do FPÖ também deixaram o governo após o chanceler federal, Sebastian Kurz, exigir a saída de Herbert Kickl, ministro do Interior, que atuava como secretário-geral do FPÖ na época das gravações. Com isso, o governo de Kurz tornou-se oficialmente um governo de minoria, que deveria permanecer no cargo até as eleições antecipadas, em setembro de 2019. Antes do final do mês, no entanto, o Parlamento aprovou, pela primeira vez desde 1945, voto de desconfiança contra o governo, colocando fim ao primeiro mandato de Sebastian Kurz à frente da Chancelaria Federal.

5. Diante da dissolução do governo, o Presidente Federal, Alexander van der Bellen, nomeou um "governo de especialistas" até as eleições gerais, o qual foi chefiado pela primeira vez, por uma mulher, a presidente da Corte Constitucional, Briggite Bierlein. Nesse contexto, destacou-se a nomeação, para o Ministério de Relações Exteriores, do embaixador Alexander Schallenberg (ÖVP) - à época sem partido- um dos principais assessores do ex-chanceler Sebastian Kurz. Sua indicação atendia ao perfil técnico desejado para o governo de transição e, simultaneamente, foi considerada uma deferência ao ex-chanceler.

6. A campanha eleitoral de 2019 foi dominada pelo tema da proteção climática e Sebastian Kurz, não obstante o fim antecipado de seu primeiro mandato, logrou manter-se como principal liderança do cenário político doméstico. Sob sua liderança, o ÖVP venceu as eleições, com 37,5% dos votos, obtendo grande parte dos votos antes atribuídos ao FPÖ, que, desde o escândalo de Ibiza, vem experimentando profundo encolhimento eleitoral. Após o pleito, Kurz convidou os Verdes, liderados por Werner Kogler, a formar inusitada aliança governista em nível federal.

7. Apesar das diferenças ideológicas entre os dois partidos da coalizão, Kurz conseguiu manter altos índices de popularidade, batendo inclusive recordes históricos durante a pandemia de COVID-19. As principais divergências no âmbito da coalizão foram compensadas, em parte, pela necessidade de reunir esforços no combate à pandemia. Um dos principais pontos de fricção é a questão migratória, tema no qual os Verdes defendem política mais flexível e maior participação nos esforços da União Europeia em prol do acolhimento e integração de refugiados. A divergência tornou-se patente durante a mais recente crise no Afeganistão, em agosto de 2021, durante a qual integrantes do ÖVP no governo defenderam, até às vésperas da queda de Cabul, a continuidade de deportações para aquele país.

8. Mesmo mantendo-se com popularidade relativamente elevada, Kurz passou a ser investigado por corrupção envolvendo, em um primeiro momento, a indicação de aliado seu para o cargo de diretor de empresa estatal responsável por representar os interesses do governo em empresas privadas, controlando investimentos de EUR 27 bilhões. Em outubro de 2021, novas denúncias emergiram contra o chanceler federal, relacionadas ao financiamento com recursos públicos de pesquisas eleitorais que o auxiliaram na conquista da liderança do ÖVP e na vitória eleitoral de 2017. Pressionado pelo partido parceiro da coalizão, Kurz renunciou ao cargo de chanceler federal em rápida sucessão de acontecimentos.

9. Com o movimento, manteve-se a coalizão ÖVP-Verdes, apesar de críticas dos partidos de oposição. O ministro de Relações Exteriores, Alexander Schallenberg (ÖVP), deixou seu cargo e assumiu a Chancelaria Federal, em 11/10, com a promessa de continuar o trabalho iniciado por Kurz e de seguir trabalhando em proximidade com o ex-chanceler.

Política externa e União Europeia

10. No âmbito europeu, a Áustria distanciou-se de parceiros tradicionais ao longo dos últimos três anos e aproximou-se de países mais afinados ideologicamente ao ÖVP, sobretudo na pauta da imigração, como o "Grupo de Visegrado". O governo de Viena defende ferozmente o provimento de auxílio no local onde os refugiados se encontram e se recusa a receber novos imigrantes, mesmo em crises, como a do incêndio no acampamento de Mória, na Grécia, ou a do Afeganistão. O governo local prega que a migração seja coibida pela adoção de controles mais rígidos nas fronteiras externas europeias e opõe-se veementemente à distribuição compulsória de migrantes entre os países do bloco.

11. Outra pauta que levou a Áustria a formar alianças não tradicionais no âmbito comunitário foi a formulação do Fundo de Reconstrução Europeu. Por ocasião das discussões do pacote de reconstrução econômica pós-COVID, o país se alinhou a Holanda, Dinamarca e Suécia para formar o grupo conhecido como "quatro frugais", que se manteve firme em suas exigências frente aos países vistos como “fiscalmente irresponsáveis". O grupo se opôs à emissão de títulos comunitários como forma de financiamento dos esforços de reconstrução econômica e, no contexto da proposta de EUR 750 bilhões apresentada pela Comissão Europeia, o governo austríaco defendeu maior peso para a concessão de empréstimos, em detrimento de subsídios.

12. Em termos de interesses geopolíticos, o país seguiu agindo para projetar sua influência sobre a região dos Bálcãs, e tem sido o principal defensor da expansão da UE para a região. Com essa estratégia, a Áustria fortalece sua imagem de "ponte" entre as porções oriental e ocidental da Europa. Para o país, é preciso garantir “perspectiva europeia" para a região também como forma de evitar um vácuo de poder, a ser ocupado por potências extrarregionais.

COVID-19

13. A pandemia de COVID-19 na Áustria tem seguido, em ampla medida, os acontecimentos no restante da Europa. Na esteira da primeira onda de contágios, o governo federal implementou quarentena de pouco mais de um mês, em todo o país, em meados de março de 2020, e determinou a retomada dos controles fronteiriços. Com a piora da epidemia, nova quarentena foi adotada, entre outubro de 2020 e fevereiro de 2021. A "normalização" da vida social ocorreu apenas no verão de 2021, com o avanço da campanha vacinal. Durante o período de maior intensidade da pandemia, o governo lançou um "sistema de semáforo" dedicado a indicar os níveis de risco de contágio nas diferentes regiões do país, com medidas mais restritivas sendo adotadas nas regiões mais atingidas.

14. No âmbito do controle de fronteiras, ao longo dos meses o regime foi sendo adaptado e passou a ser aplicado critério misto, de exigências sanitárias e restrições à entrada, a depender do país de origem, domicílio ou nacionalidade dos viajantes, com base em indicadores epidemiológicos. A legislação mais recente separa os países entre “seguros", "áreas de variantes" e "restante do mundo", com regras mais rígidas de entrada no caso daqueles com variantes. Não há exigência de vacinação para o ingresso na Áustria, mas, sim, de prova de baixo risco epidemiológico (teste biológico negativo, certificado de recuperação ou de vacinação). Há tratamento preferencial a cidadãos vacinados no que se refere à isenção de quarentena.

15. A relativa rapidez da atuação governamental no início da pandemia, com controle a primeira onda sem pressões sobre o sistema de saúde, foi usada politicamente pelo chanceler federal, Sebastian Kurz (ÖVP), que adotou um discurso triunfalista e participou de várias reuniões virtuais com líderes de países considerados "first movers".

16. A campanha de vacinação contra a COVID-19 foi iniciada em 27/12/20 e enfrentou severas críticas de lentidão nos primeiros meses. O processo ganhou tração a partir de maio de 2021,

com o oferecimento dos imunizantes a parcelas mais amplas da população. A meta do governo era de vacinar todos os cidadãos que o desejassem até o início de julho. Desde então, os números da vacinação encontram-se virtualmente estacionados, em torno de 60% da população com imunização completa, apesar da disponibilidade de vacinas, revelando amplo ceticismo da população local quanto à campanha.

17. Além da campanha de vacinação, o governo local valeu-se em larga medida de estratégia de testagem. Em Viena, por exemplo, há meses são distribuídos testes do tipo PCR gratuitamente em farmácias. Em todo o país, determinadas categorias profissionais e estudantes têm de se testar frequentemente, caso não sejam vacinados. Por essa razão, apesar de contar com apenas 8,9 milhões de habitantes, a Áustria já realizou mais de 90 milhões de testes para a COVID-19.

18. Desde o início da pandemia, aproximadamente 950 mil pessoas foram diagnosticadas com COVID-19 (10,5% da população), e mais de 11.500 óbitos foram registrados pela doença.

Acordo MERCOSUL-União Europeia

19. A Áustria foi o primeiro país europeu a aprovar moção parlamentar contrária ao acordo MERCOSUL-União Europeia, em setembro de 2019, em contexto de campanha eleitoral fortemente marcada pelos temas ambientais. Um dos sub-comitês da câmara baixa do Parlamento aprovou moção, vinculante em relação a governos subsequentes àquela legislatura, obrigando a administração austríaca vetar a ratificação do acordo Mercosul-UE e a se opor ao instrumento em todas as instâncias da União Européia. Em março de 2020, comitê da câmara alta do Parlamento também aprovou moções no mesmo sentido, reforçando as amarras estabelecidas no ano anterior. Em fevereiro de 2021, nova resolução foi aprovada pelo Parlamento, desta vez determinando sua "rejeição em sua atual forma".

20. Muito embora essas obrigações possam ser revertidas do ponto de vista jurídico, nenhum partido político austríaco tem mostrado disposição em defender a reversão do posicionamento do Parlamento sobre o assunto. Dentre os principais atores domésticos, apenas a Federação das Indústrias manifesta-se abertamente a favor do acordo. A Câmara de Economia da Áustria, por sua forte vinculação ao ÖVP, tem evitado declarações a respeito do tema, apesar de a abertura comercial ser do interesse direto de seus membros. Entre as principais críticas exaradas pelos grupos opositores ao acordo, são frequentes a associação do agronegócio brasileiro com o desmatamento da Amazônia, a referência ao uso de defensivos agrícolas não permitidos na UE, denúncias de violações de direitos humanos, o risco aos "padrões europeus" e o potencial de "inundação de mercado", às expensas dos pequenos agricultores locais.

21. Em termos econômicos concretos, o principal setor preocupado com a liberalização comercial é o de carne bovina. Os pecuaristas austríacos, tradicionais exportadores para o mercado comum europeu, temem que, na esteira do "Brexit", as exportações irlandesas de carne para o Reino Unido sejam desviadas para o continente, pressionando suas vendas. Em tal contexto, temem

que eventual aumento das exportações provenientes do Mercosul para a UE constituiria elemento adicional de disrupção de seu mercado.

22. Politicamente, os dois partidos que integram a coalizão de governo, ÖVP e Verdes, são contrários à ratificação. Enquanto esses últimos apoiam-se sobretudo em argumentos de cunho ambiental, o Partido Popular leva em conta principalmente as reivindicações de sua base eleitoral junto aos agricultores e criticam "importações baratas". O "Não ao Mercosul" consta, inclusive, do programa de governo da coalizão. Na oposição, os Sociais-Democratas (SPÖ) são tradicionalmente refratários a acordos de livre-comércio, estando fortemente vinculados aos sindicatos. Da mesma forma, o Partido da Liberdade (FPÖ), igualmente na oposição, opõe-se ao acordo, preocupado com o eleitorado trabalhador que teme o desemprego. Apenas o partido Nova Áustria (NEOS), de menor expressão e fora do governo, é favorável, em princípio, ao instrumento.

Meio Ambiente

23. A proteção ao meio ambiente tornou-se um dos principais tópicos do debate público austríaco, com peso desproporcional na campanha eleitoral de 2019, quando comparado a pleitos anteriores. Essa centralidade tem sido determinante para as movimentações políticas do atual governo, mas também pesa no que se refere às atividade de natureza econômica, sobretudo em contexto no qual o país tem dificuldades em cumprir suas metas de emissões de carbono.

24. Dados preliminares das emissões de gases de efeito estufa da Áustria, em 2020, apontam queda significativa, de 7,7%, a qual se deve, no entanto, às restrições impostas pela pandemia de COVID-19, com impactos sobretudo no setor de transportes. Com esse resultado, o país manteve-se dentro da meta anual de emissões e deve cumprir, igualmente, a meta para o período 1990-2020. Em 2019, no entanto, antes da queda provocada pela pandemia, as emissões de gases de efeito estufa da Áustria foram superiores àquelas de 1990 e próximas às de 2000.

25. No campo político, a importância do tema ambiental encontra expressão no crescimento sustentado do Partido Verde. O atual Presidente Alexander Van der Bellen concorreu em 2016 como indepedente, depois de ativa militância nos Verdes, de onde se desvinculara para sua postulação ao cargo. Pode-se afirmar haver sido a primeira escolha por voto direto de um candidato com marcada conexão verde para a presidência de um país da UE. Depois de ficarem fora do Parlamento na legislatura de 2017 a 2019, obtiveram seu melhor resultado nas eleições federais de 2019. Tal desempenho os habilitou a compor a coalizão governista junto com o ÖVP, na qual estão representados, sobretudo, pelo vice-chanceler federal, Werner Kogler, e pela ministra de Ação Climática, Meio Ambiente e Energia, Leonore Gewessler. II Conjuntura Econômica

26. A economia austríaca é marcada por ampla e sólida base industrial e atuação destacada em setores tecnológicos, como máquinas e equipamentos e indústrias automotiva, metal-mecânica, farmacêutica e química. Parcela majoritária do PIB local é gerada pela indústria e serviços associados e cerca de metade da atividade econômica está relacionada à exportação de bens e serviços, sendo a União Europeia responsável por aproximadamente 70% de seu mercado externo.

27. A crise desencadeada com a pandemia de COVID-19 teve impactos econômicos importantes. Após crescimento de 2,4% no PIB, em 2018, o país vinha em trajetória de desaceleração desde meados de 2019. A pandemia, e o confinamento decretado em meados de março de 2020, trouxeram um choque de oferta e de demanda, resultando em quedas históricas no PIB e no emprego. No ano passado, a economia encolheu 6,6% e, em seu auge, a taxa de desemprego atingiu 12,8%, no final de abril. Naquele momento, foram registradas mais de 570 mil pessoas sem trabalho e mais de 1,1 milhão de trabalhadores inscritos em regime especial de redução de jornada.

28. Em março de 2020, o governo austríaco anunciou pacote de EUR 38 bilhões para o combate às consequências econômicas da pandemia. Recursos vultosos foram direcionados ao financiamento do regime de redução de jornada e parcelas volumosas se destinaram à concessão de subsídios e garantias de empréstimos. Desde o início da pandemia, somando-se os programas anunciados para 2020 e 2021, estima-se que o governo austríaco já tenha comprometido 10,2% de seu PIB em medidas de apoio à economia. Em termos per capita, os pagamentos realizados pelo governo, somados a renúncia e diferimentos fiscais, seriam equivalentes a aproximadamente EUR 2.588.

29. Como consequência desses esforços, as contas públicas se deterioram sensivelmente. Nos dois anos anteriores à pandemia, o governo havia registrado superávit no orçamento público. Em 2020, com a expansão significativa do dispêndio e diminuição das receitas, registrou-se o maior déficit desde a Segunda Guerra Mundial, de EUR 33,2 bilhões, o equivalente a 8,9% do PIB. De acordo com orçamento previsto para este ano, o resultado fiscal deverá ser pouco melhor, com déficit de EUR 31 bilhões. A dívida pública, por sua vez, saltou de 70,5% do PIB, em 2019, para 83,9%, em 2020.

30. Apesar disso, institutos de pesquisa locais e internacionais preveem bom desempenho da economia local para os próximos meses/anos. Após o fim do confinamento no primeiro trimestre deste ano, já se observou retomada forte do crescimento, movimento acelerado até o verão europeu. No início do segundo semestre, estima-se, o nível de atividade econômica pré-crise foi alcançado, conquanto outros indicadores, como emprego e inflação, ainda estejam em desajuste. Em seu prognóstico de verão, a Comissão Europeia estimou que o PIB austríaco deverá crescer 3,8%, em 2021, e 4,5%, em 2022.

Relações Brasil-Áustria

31. As relações bilaterais têm raízes históricas que remontam ao século XIX e precedem à independência, quando, em 1817, a Arquiduquesa Leopoldina Habsburgo casou-se com o então futuro imperador do Brasil, Dom Pedro I. Trata-se de relacionamento marcado por agenda muito positiva, na qual predominam o compartilhamento de valores e princípios democráticos e a ausência de fricções ou temas contenciosos de fundo. No plano institucional, o diálogo bilateral dá-se no âmbito de mecanismo de consultas amparado em Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas (2008), que realizou sua sétima reunião em outubro de 2019, em Brasília. Dita reu-

nião foi seguida de conversa entre o então Ministro de Relações Exteriores brasileiro e o atual Chanceler federal austríaco, Alexander Schallenberg, com foco no acordo MERCOSUL-UE e nas celebrações do Bicentenário da Independência.

32. Entre as visitas oficiais realizadas a Viena, destacam-se as do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, que esteve na cidade em três ocasiões distintas (2019, 2020 e 2021), avançando a agenda bilateral nessa área com a assinatura de Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica. O instrumento já foi ratificado pelo lado austríaco e encontra-se em tramitação no Congresso brasileiro. Sob seu amparo, a cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação avançou e novas iniciativas floresceram, como o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Museu de História Natural de Viena, assinado em agosto de 2021.

33. Em outubro de 2019, foi firmado entendimento entre o Brasil e a Áustria sobre o exercício de atividades remuneradas por dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico. Acordo sobre Previdência Social, cuja negociação atende a antiga reivindicação da comunidade brasileira neste país, encontra-se pronto para assinatura, aguardando posicionamento do governo austríaco.

Desafios, dificuldades e sugestões

34. A agenda bilateral foi bastante prejudicada pela pandemia de COVID-19, que inviabilizou visitas e reuniões bilaterais. Questões políticas domésticas e comunitárias dificultam, ocasionalmente, o avanço de determinadas agendas de interesse do Brasil, como no caso do acordo MERCOSUL-UE.

35. Nesse contexto, o aprofundamento das relações políticas poderá beneficiar-se da realização de visitas recíprocas de alto nível, uma vez normalizadas as condições de viagens internacionais. O agendamento da oitava reunião de consultas políticas bilaterais também contribuirá para o avanço de temas de importância, bem como a continuidade do trabalho de ampliação do marco institucional de relações bilaterais. A esse respeito, o Acordo sobre Cooperação Cultural, elencado como prioritário pelo lado austríaco, segue em estágio de negociações. Há também espaço para serem promovidas tratativas para a assinatura de acordos bilaterais relativos à cooperação jurídica em matéria penal, em matéria civil e sobre transferência de pessoas condenadas; e, em estágio mais inicial, sobre o reconhecimento recíproco e conversão de carteiras de habilitação.

Relações bilaterais econômico-comerciais

36. O intercâmbio comercial entre Brasil e Áustria apresentou crescimento expressivo na última década, tendo atingido, em 2011, seu nível mais alto, de EUR 1,56 bilhão, de acordo com as estatísticas austríacas. O Brasil é, atualmente, o principal parceiro comercial da Áustria na América do Sul e o segundo na América Latina, atrás apenas do México. Entre 2018 e 2020, o fluxo de bens entre os dois países tem encolhido, com reduções mais expressivas das exportações brasilei-

ras (-35%) do que das importações oriundas da Áustria (-23%). Em 2020, o comércio bilateral encerrou o ano com perdas generalizadas em razão da pandemia. O Brasil exportou EUR 291,76 milhões em bens para a Áustria (-17,9%, na comparação com 2019), tendo importado EUR 633,05 milhões (-16,4%). Em 2020, a corrente comercial foi de EUR 924,8 milhões (-16,9%), enquanto o tradicional déficit, em desfavor do Brasil, diminuiu, atingindo EUR 341,3 milhões (-15,1%).

37. A pauta brasileira de exportações é dominada pelos produtos do agronegócio, com EUR 69,5 milhões (23,8% da pauta), a despeito de queda de -22,6%, na comparação com o ano anterior. Desse valor, mais de 80% está associado a quatro produtos: sucos de frutas; frutas e castanhas, frescas ou desidratadas; café e carne bovina. Individualmente, o principal produto de exportação brasileiro foi o minério de ferro (EUR 40,7 milhões / 14% da pauta), seguido pelo petróleo cru (EUR 31,2 milhões / 10,6%).

38. No tocante às importações provenientes da Áustria, houve crescimento expressivo da categoria "produtos médicos e farmacêuticos", com vendas de EUR 93,8 milhões, ou 14,8% do total. Em seguida, estão as "bebidas não alcóolicas, excluídos sucos de frutas e legumes", com embarques de EUR 55,6 milhões, ou 8,7% do total. De modo geral, a pauta exportadora austríaca é mais diversificada do que a brasileira, com 14 itens respondendo por menos de 60% da pauta.

39. No primeiro semestre de 2021, o comércio bilateral mostrou sinais de recuperação. As exportações brasileiras cresceram 27,9% entre janeiro a junho, perfazendo EUR 142,9 milhões, valor ainda 35% abaixo do verificado no mesmo período de 2019. Já as vendas austríacas superam em 3% o patamar pré-pandemia, com EUR 366,9 milhões, crescimento de 12,4% na comparação com o primeiro semestre do ano passado.

40. O relacionamento econômico bilateral é mais denso na área de investimentos diretos. Em 2020, o estoque de investimentos diretos da Áustria no Brasil foi de EUR 1,4 bilhão, com tendência de crescimento desde 2010, quando esse volume era de EUR 817 milhões. Mais de 200 empresas austríacas possuem investimentos em nosso país, inclusive grandes companhias, como Andritz, Palfinger, Lenzing, Voestalpine, Kapsch, Agrana e MIBA. No sentido inverso, número expressivo de empresas brasileiras utiliza a Áustria como base de operações no mercado europeu e/ou constituem "holdings" ou "tradings", de forma a beneficiarem-se da centralidade geográfica do país e de vantagens advindas do acordo bilateral para evitar a bitributação (1976). Conforme dados do Banco Central do Brasil, a Áustria é o sétimo principal destino dos investimentos diretos brasileiros no exterior, com estoque que correspondeu a 2,9% (US$ 11,9 bilhões) do total investido no exterior. As principais empresas brasileiras presentes na Áustria são: Banco do Brasil, BRF Foods, Celulose Eldorado, Citrosuco, CSN, Suzano, Iochpe-Maxion, Nitroquímica, OAS Energy, Ocyan Oil & Gas, Seabras Sapura, Sotreq, Vale Internacional, Votorantim e WEG.

41. A embaixada vem monitorando os movimentos do mercado austríaco e produzindo inteligência para subsidiar a ação de exportadores e investidores brasileiros, com estudos setoriais como o realizado em 2019 sobre o mercado de café e a atualização, em 2021, do "Guia Como Exportar",

publicado pela última vez em 2016, com informações sobre a economia, a estrutura de mercado e os principais marcos regulatórios da Áustria.

42. Foram igualmente organizadas apresentações de produtos brasileiros ao público local, como a cachaça, em parceria com o IBRAC, em iniciativa de 2020 estendida às Embaixadas brasileiras na Hungria e na Eslovênia. Por ocasião do dia internacional do café, em 2021, realizou-se também degustação de cafés especiais brasileiros, em parceria com empresa torrefadora local e a Associação Brasileira de Cafés Especiais na certificação desses grãos.

43. Procurou-se manter cooperação ativa com a Câmara de Comércio Austríaca (WKÖ), entidade que representa os interesses das empresas austríacas em nível nacional e internacional, e com a qual foi organizado, em fevereiro de 2020, evento de promoção de investimentos e de "networking" com empresários locais, além de seminário virtual, em abril de 2021, para atração de investimentos ao Brasil, em parceria com o escritório da Apex-Brasil em Bruxelas.

44. No tocante à promoção do turismo, registra-se participação inédita do Brasil, em janeiro de 2020, na feira "Ferien Messe", o evento de maior porte no país, com cerca de 750 expositores de 70 países e 150.000 visitantes. Em parceria com a EMBRATUR, montou-se estande institucional da Embaixada no qual foram prestadas informações turísticas sobre o Brasil aos visitantes. Visitou o espaço, durante passagem por esta capital, o Secretário-Executivo adjunto do Ministério do Turismo.

Desafios, dificuldades e sugestões

45. A pandemia de COVID-19 dificultou a realização de atividades e impactou o desempenho do comércio bilateral. Mesmo com recurso às tecnologias digitais, os resultados alcançados foram aquém do potencial que poderiam ter por meio de atividades presenciais. No campo do turismo, em especial, as restrições a viagens virtualmente inviabilizaram qualquer ação promocional nos últimos dezoito meses.

46. O grau de protecionismo observado na economia local e a resistência ao livre-comércio entre a população, a despeito da vocação exportadora do país, constituem desafio real à promoção comercial, sobretudo de produtos do agronegócio. Há forte incentivo ao consumo de produtos cultivados localmente (ou regionalmente), restringindo o escopo de promoção de itens não produzidos na Áustria ou na Europa. No que se refere aos bens industrializados, os fluxos comerciais obedecem, em linhas gerais, às cadeias de valor constituídas, de onde se depreende que o aumento das exportações brasileiras passa por maior integração à estrutura produtiva austríaca, reforçando a importância das atividades de atração de investimentos.

47. Registra-se, finalmente, a dificuldade enfrentada na identificação correta da origem de determinados produtos comercializados na Áustria em função do "efeito Roterdã". Sendo um país sem portos marítimos, as estatísticas relativas às importações austríacas sofrem distorções,

impedindo, por vezes, dimensionar com precisão a capacidade de penetração de bens brasileiros no mercado local, os quais aqui chegam, nos dados oficiais, como oriundos de outros países da UE.

48. Com vistas a auxiliar no processo de recuperação das exportações brasileiras no pós-crise, sugere-se ação focada na atração de investimentos. Nesse sentido, poderá ser valiosa a expansão de parceria com a Apex-Brasil, em particular seu escritório em Bruxelas, para a divulgação de oportunidades no país e a realização de missões de promoção comercial. A fim de dinamizar o relacionamento comercial de lado a lado, poderia também ser incentivada a criação de uma Câmara de Comércio Brasil-Áustria.

49. No setor de turismo, seria importante a participação constante e estruturada do Brasil na "Ferien Messe", contando com parcerias com empresas, hoteis e agências de viagens que possam atender ao público local, especialmente no que tange à demanda observada por pacotes de viagem (transporte, passeios e hospedagem).

Ciência, Tecnologia e Inovação

50. A agenda bilateral Brasil-Áustria em temas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) é das mais ativas da Embaixada, tendo-se beneficiado de frequentes visitas do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, durante as quais foi assinado o Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia, que conferiu novo ímpeto ao relacionamento na área. A Áustria tem demonstrado interesse no aprofundamento dessa agenda, por meio da intensificação dos contatos entre agências de fomento, do estabelecimento de plano de trabalho plurianual e do lançamento de iniciativas e chamadas conjuntas.

51. A partir desses contatos, foram identificadas como áreas prioritárias para o relacionamento bilateral: medicina e saúde; descarbonização, energias renováveis, tecnologias de baixo carbono e mobilidade elétrica; alimentos, agricultura e biotecnologias; meio ambiente e cidades inteligentes; digitalização e inteligência artificial; e humanidades, explorando a história compartilhada entre os dois países.

52. Essa ampla gama de temas de cooperação é reflexo da diversidade dos ecossistemas de inovação dos dois países. O sistema austríaco de pesquisa e inovação é abrangente e fragmentado, com competências divididas entre múltiplos órgãos governamentais e três ministérios. Nos últimos vinte anos, a Áustria multiplicou o financiamento a atividades de pesquisa e desenvolvimento, colocando-se entre os mais inovadores da Europa, e um daqueles com maior presença do setor privado, que investe pesadamente em tecnologia.

53. Outra dimensão relevante da cooperação bilateral em CTI é importante comunidade científica brasileira aqui estabelecida, atuante em áreas como biomedicina, demografia, engenharia e ciência política. Essa diáspora científica é majoritariamente jovem e recente, e tem grande interesse em manter vínculos com o Brasil.

54. Entre 2019 e 2021, o Ministro Pontes realizou três visitas ao país, com reuniões de alto nível no Ministério de Educação, em agências de fomento, aceleradoras de "startups", universidades, entidades de pesquisa e laboratórios científicos, além de encontros com a diáspora brasileira. Em seguimento a essas visitas, foram realizadas diversas reuniões técnicas, presenciais e virtuais, entre as quais destaca-se a ocorrida em janeiro de 2021, que colocou em contato as principais agências de fomento de Brasil e Áustria, passo importante na definição do plano de trabalho plurianual sobre cooperação bilateral.

55. Deu-se início, ainda, ao processo de mobilização da diáspora científica brasileira na Áustria, em linha com as diretrizes do Programa de Diplomacia da Inovação. Valendo-se da posição central do país, a iniciativa foi expandida para incluir as comunidades científicas na Eslováquia e na Eslovênia. Entre iniciativas realizadas, merecem destaque a contratação de estudo/mapeamento dessa comunidade, concluído em agosto de 2021, além da construção de sítio eletrônico e perfis em redes sociais; e seminários online para debater as formas de organização dessa comunidade e de conexão com o Brasil, com palestrantes como o presidente da Academia Brasileira de Ciência e o diretor-presidente da EMBRAPA.

56. Em agosto de 2021, em sua terceira visita à Áustria, o Ministro Pontes assinou Memorando de Entendimento com o Museu de História Natural de Viena, que oferecerá arcabouço para a cooperação entre as duas instituições, sobretudo no que tange à catalogação do importante acervo brasileiro do Museu, projeto inserido na programação alusiva às celebrações do Bicentenário da Independência.

Desafios, dificuldades e sugestões

57. O principal desafio para a promoção da cooperação bilateral em CTI é a fragmentação do sistema local e a predominância da abordagem "bottom-up", a qual confere ampla autonomia às instituições acadêmicas e científicas. Dessa forma, conquanto instrumentos como o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica constituam arcabouço importante, a concretização de projetos passa, necessariamente, pelo engajamento individual dos atores envolvidos. É necessário, portanto, contato frequente com múltiplas instituições e seguimento aos projetos propostos, para o que se sugere a identificação de entidades brasileiras, públicas ou privadas, que estejam em busca de parcerias internacionais e tenham condições de desenvolver projetos conjuntos no longo prazo.

58. Outro aspecto a ser observado é o impacto das restrições orçamentárias a que estejam sujeitas instituições de fomento à pesquisa no Brasil, que podem dificultar a cooperação com as entidades locais e afetar o intercâmbio acadêmico e científico, tornando-o desequilibrado, com fluxo majoritário de pesquisadores brasileiros vindo à Áustria. No tocante à mobilização da diáspora científica brasileira, faz-se necessária a continuidade do apoio da Embaixada, por meio de encontros periódicos e assessoramento à sua organização, até a constituição de massa crítica suficiente para a sua institucionalização e funcionamento de forma independente.

Setor cultural

59. Os dois projetos centrais da Embaixada no período foram a reativação do Centro Cultural Brasil-Áustria (CCBrAt) e o planejamento e coordenação das comemorações do Bicentenário da Independência.

60. O CCBrAt foi concebido de forma a dar uma solução institucional para a atuação da embaixada na difusão cultural em várias frentes. Situado no subsolo da residência oficial, o Centro funciona como galeria expositiva, mas também oferece espaço para a realização de projetos de iniciativa da comunidade brasileira e cursos de português ministrados por professores especializados em Português como Língua Estrangeira ou Português como Língua de Herança. Associada ao Centro, a programação musical da Embaixada também ocorre na residência oficial.

61. Na área de artes visuais, foram realizadas as exposições "Com.memória.ação caras, casas e casos de brasileiros em Viena", sobre a comunidade na capital; e o projeto "Um País, Dois Olhares", conformado pelas exposições "Thomas Farkas: o Ritmo da Luz", com a obra do fotógrafo nascido na Hungria; e "Diários Urbanos: Alberto Ferreira e o Fotojornalismo no Brasil", com trabalhos do fotojornalista paraibano. “Um País, Dois Olhares" foi posteriormente transformado em livro/catálogo.

62. No que se refere à participação da comunidade brasileira, a embaixada lançou edital de projetos para utilização de espaços do CCBrAt, que rendeu um total de sete projetos, entre iniciativas de apoio à comunidade, seminários, cursos, workshops de leitura e oficinas gastronômicas.

63. Na área de promoção da língua portuguesa, o Centro Cultural iniciou, em outubro de 2021, projeto piloto em parceria com o Instituto Cervantes, com base em currículo pedagógico para o ensino de Português como Língua Estrangeira (PLE).

64. Na área de música, merece destaque a parceria estabelecida pela Embaixada com o Clube do Choro de Viena, que conta com a participação de instrumentistas austríacos e brasileiros. A associação com o Clube resultou em uma série de concertos ao longo dos três últimos anos, com participação de artistas de peso do cenário musical brasileiro, como o violonista João Camarero, o acordeonista Renato Borghetti, o trombonista Raul deSouza, o multi-instrumentista Arismar do Espírito Santo e o grupo Choro Livre. A partir dessas apresentações, foi organizada a série especial denominada "Sarau", com shows mensais, com lugares marcados, distribuídos entre convidados, apoiadores e público aberto, alternando música clássica e popular.

65. A comemoração do bicentenário da independência reveste-se de importância para a história das relações bilaterais. O principal eixo histórico desse relacionamento iniciou-se com o enlace entre as coroas portuguesa e austríaca em 1817, por meio do casamento entre D. Pedro I e D. Leopoldina. A história de D. Leopoldina ainda é largamente desconhecida no país, em especial seu envolvimento com o processo de independência. Também pouco conhecida é a missão artí-

stica e científica que acompanhou D. Leopoldina em sua viagem ao Brasil, e que resultou no envio à Áustria de inúmeros documentos, imagens e peças hoje preservados em museus no país.

66. Esse importante vínculo histórico deu esteio a um conjunto de iniciativas culturais que deverá marcar a agenda de celebrações do Bicentenário na Áustria, e que se distribui entre exposições em grandes museus de Viena, como o Museu de História Natural e o Museu de Antropologia, concertos musicais, lançamento de filmes e livros, seminários e debates. Foi estabelecido um Comitê de Coordenação com participação de representantes de museus (História Natural, Antropologia, Museu Augarten de Viena e Museu Imperial de Petrópolis), da Chancelaria austríaca, de cônsules-honorários brasileiros, da Universidade de Viena, além de numerosos acadêmicos, especialistas, artistas etc.

Desafios, dificuldades e sugestões

67. A carregada agenda cultural de Viena e o alto custo com a contratação de serviços são os maiores desafios para o estabelecimento de agenda de atividades culturais. O trabalho de difusão cultural se beneficiaria de maior aporte de recursos, bem como de quadro de servidores e funcionários capacitados para as funções, especialmente tendo em vista o funcionamento do CCBrAT, aberto seis dias por semana. Como solução parcial a essas dificuldades, a embaixada logrou angariar apoio pontual de empresas sediadas em Viena, o que permitiu ampliar o escopo e o alcance de sua agenda cultural. Quanto à comemoração do bicentenário, a participação da embaixada deverá dar-se não apenas como promotora e organizadora de eventos, no âmbito da programação do CCBrAt, mas também como coordenadora de agenda cultural mais ampla, envolvendo diversos parceiros na Áustria e no Brasil.

Setor consular

68. Segundos os dados oficiais de população mais recentes divulgados pela "Statistik Austria", estavam registrados 3.883 nacionais brasileiros residentes neste país em janeiro de 2021. Estima-se que os números oficiais estejam bastante subdimensionados, dado que parcela significativa da diáspora de brasileiros neste país detém também outra nacionalidade, sobretudo de países da União Europeia. Com base nessa realidade, no número de atendimentos realizados pelo setor consular, e nas estimativas recebidas da rede de cônsules-honorários, o Posto avalia que a comunidade brasileira no país é de cerca de 8.000 pessoas. A maioria da comunidade é constituída por adultos, com maioria de mulheres. Para além da população de brasileiros residentes na Áustria, o posto tem prestado auxílio aos viajantes em sua jurisdição. Existem atualmente na Áustria 2.362 eleitores aptos a votar na próxima eleição.

69. Nos últimos três anos, a emergência da pandemia de COVID-19 foi o maior desafio consular enfrentado. Apesar das dificuldades, o setor consular permaneceu operacional durante todo o período. Nos primeiros meses da pandemia, quando foram adotadas medidas de restrição à circulação de pessoas, incluindo maior controle nas fronteiras, diversos brasileiros procuraram o setor consular para esclarecer dúvidas relacionadas à prorrogação do visto de turismo na Áustria ou ao

retorno de brasileiros residentes neste país. Durante o período, o setor acompanhou de perto a situação de cerca de 80 nacionais não-residentes que haviam ficado retidos em território austríaco em razão das dificuldades enfrentadas para a marcação de voos de retorno. Ainda hoje, consultas sobre as regras de entrada de brasileiros na Áustria seguem sendo recorrentes.

70. Há cinco consulados honorários brasileiros na Áustria: Bregenz, em Vorarlberg; Graz, na Estíria; Innsbruck, no Tirol; Linz, na Alta Áustria; e Salzburgo, em estado homônimo. Tais representações apoiam o posto de maneira muito satisfatória, tendo sido fundamentais ao atendimento da população brasileira durante o período mais crítico da pandemia de COVID-19.

Setor multilateral

71. A Embaixada do Brasil em Viena tem a peculiaridade de ser, ao mesmo tempo, embaixada bilateral e representação permanente junto às seguintes organizações internacionais na cidade: (i) UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime); (ii) UNOOSA (Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior); (iii) à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO); e (iv) à Academia Internacional Anticorrupção (IACA). O Posto acompanha também as atividades da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL), bem como de instituições das quais o Brasil não é membro mas cuja agenda tem relevância para o país, como a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e a organização Energia Sustentável para Todos (SE4All).

UNODC

72. Nos últimos três anos, a Embaixada coordenou a participação brasileira em conferências e negociações multilaterais dos órgãos que integram o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, a fim de apresentar experiências brasileiras na área de combate ao crime e defender pontos de vista nacionais.

73. A Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Penal (políticas de prevenção ao crime e justiça) e a Comissão de Entorpecentes (prevenção e combate ao uso de drogas), em seus encontros anuais debatem estratégias e padrões de combate ao crime, bem como políticas de drogas. Ressalte-se, nesse sentido, a atuação do Posto ao longo da sessão da Comissão de Entorpecentes de 2020, quando se debateu a mudança de classificação da cannabis nas listas de controle da ONU. A posição brasileira, coordenada com os órgãos competentes em Brasília, em especial com o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), de manter o controle mais estrito, foi defendida e, em grande parte, exitosa. Ainda no contexto da Comissão de Entorpecentes, foi possível conduzir campanha bem sucedida para novo mandato do Brasil, no primeiro semestre de 2021, de modo que o País estendeu, por mais dois anos, sua participação como membro pleno da Comissão. Em 2019, o Chefe do Posto foi eleito Vice-Presidente da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Penal e conduziu discussões que culminaram na aprovação de oito Resoluções. No ano seguinte, como Presidente da Comissão, contribuiu para decisões tomadas acerca de como lidar com as restrições impostas pela pandemia de COVID-19, inclusive no que diz respei-

to à realização do 14º Congresso sobre Prevenção do Crime e Justiça Criminal, Congresso de Kyoto, adiado para 2021.

74. A Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional tratam da cooperação entre países no combate ao crime. Durante os últimos três anos, diplomatas da embaixada participaram de conferências nas quais o Posto e as delegações brasileiras apresentaram as experiências do País na área de combate ao crime e defenderam pontos de vista nacionais: 8ª Conferência dos Estados Partes da Convenção de Corrupção (Abu Dhabi, dezembro de 2019); 10ª Conferência das Partes da Convenção contra o Crime Organizado Transnacional (Viena, outubro de 2020). Também se coordenou a preparação brasileira à 9ª Conferência dos Estados Partes da Convenção de Corrupção, a se realizar no Egito, em dezembro de 2021.

75. Cabe mencionar, também, as discussões sobre combate ao crime cibernético que incluíram a presidência, por parte do Brasil, de Grupo de Peritos, encerrado em 2021, e as tratativas preparatórias, ao longo de 2021, para a negociação de convenção das Nações Unidas sobre cooperação no combate ao crime cibernético, cujos trabalhos iniciar-se-ão em janeiro de 2022.

IACA

76. O Brasil é membro da Academia Internacional Anticorrupção, trata-se de organismo internacional que tem sede em na região de Viena. O Brasil participou das Assembleias das Partes, cuja sessão mais recente ocorreu em outubro de 2021.

UNIDO

77. A Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) é agência das Nações Unidas responsável pela promoção do desenvolvimento industrial. O atual diretor-geral, o chinês Li Yong, que estará no cargo até o final de 2021, tem buscado fortalecer a organização dentro do sistema das Nações Unidas, a exemplo da inclusão, na Agenda para o Desenvolvimento 2030, de objetivo específico de promoção da industrialização inclusiva e sustentável (ODS 9). O Brasil participou ativamente do processo de escolha do novo diretor-geral da organização, ressaltando a necessidade de melhoria no funcionamento da UNIDO e de foco nas demandas dos países da América Latina e Caribe. Buscou-se ressaltar a importância de reforma na organização, para que esta alcance maior efetividade no objetivo de promoção do desenvolvimento industrial em países em desenvolvimento. De igual forma, defendeu-se que o País busque auferir dividendos por sua participação, mediante a oferta de bens e serviços em programas da UNIDO em terceiros países; do aumento de nacionais brasileiros no secretariado; bem como a contratação de brasileiros para trabalhar em atividades da organização.

UNOOSA/COPUOS

78. O Escritório das Nações Unidas para Temas do Espaço Exterior (UNOOSA) exerce a função de secretariado do Comitê para Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS) e de seus dois subcomitês (Técnico-Científico e Jurídico). Dirigido, desde 2014, pela italiana Simonetta Di Pippo, o UNOOSA tem também a missão de promover a cooperação internacional nos usos pacíficos do espaço. Em cenário caraterizado pela multiplicação de atores espaciais governamentais e privados e pela centralidade das atividades espaciais nas sociedades modernas, o COPUOS tem exercido papel de liderança na regulação das atividades espaciais e no fomento da cooperação entre os países. O posto atua na defesa do fortalecimento do Comitê como o foro multilateral das Nações Unidas com mandato para tratar da exploração e dos usos pacíficos do espaço exterior, particularmente com vistas a assegurar os interesses do Brasil na área espacial, por meio da negociação de normas que facilitem a cooperação com outros países e o acesso a tecnologias espaciais. A participação ativa do país no Comitê busca assegurar que o país seja reconhecido como ator relevante na área espacial, cujo valor econômico e estratégico é crescente.

79. Nos últimos anos, procurou-se facilitar a aproximação do UNOOSA com os órgãos do sistema espacial brasileiro, o Ministério da Ciência e Tecnologia, a AEB, o INPE e o GSI/PR, por meio de reuniões virtuais e presenciais, como as do ministro Marcos Pontes com a diretora do UNOOSA. Nesse período, o Brasil assumiu a presidência do COPUOS e do grupo de trabalho sobre definição dos limites do espaço exterior e participou ativamente de debates sobre recursos espaciais, diretrizes de sustentabilidade de longo prazo e a elaboração da Agenda Espaço 2030.

UNCITRAL

80. Órgão subsidiário da Assembleia geral das Nações Unidas, a Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) atua no desenvolvimento do marco jurídico do comércio internacional, por meio da preparação de normas que visam à modernização do direito comercial internacional. O posto acompanhou diversas reuniões do órgãos e de seus seis grupos de trabalho. Atualmente, a UNCITRAL concentra-se em temas como: micro, pequenas e médias empresas; solução de controvérsias; reforma do sistema de solução de controvérsias entre investidores e Estados; comércio eletrônico; regras de insolvência; e venda judicial de embarcações. Nesses debates, o posto tem atuado para assegurar que as normas adotadas pela UNCITRAL sejam compatíveis com a legislação brasileira e contribuam para a expansão dos fluxos de comércio internacional do País.

SE4All

81. A organização Energia Sustentável para Todos ou SE4All, com sede em Viena, busca promover a universalização do acesso à energia, o aumento da participação de energias renováveis na matriz energética mundial e da eficiência energética. Suas atividades encontram-se alinhadas com o ODS 7 (acesso à energia). A embaixada acompanha os eventos da organização, de forma a transmitir informações de interesse do Brasil.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM VIENA

Candidato EMBAIXADOR NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira



Nascido no Rio de Janeiro, em 04 de março de 1957, o embaixador Nelson Antônio Tabajara de Oliveira cursou as faculdades: de filosofia, na Universidad de las Américas; de história, na Universidade Federal do Rio de Janeiro; e de arquitetura, na Universidade de Brasília. Ingressou no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) em 1981 e desempenhou, entre outras, as seguintes funções no Brasil: diretor do Departamento da América Central e Caribe (2011-2013); assessor especial do Ministro de Estado e Porta Voz (2013-2015); assessor especial para Assuntos de Defesa do secretário-geral (2015-2016); diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança (2016-2018); e subsecretário-geral de Assuntos Multilaterais, Europa e América do Norte (2018-2019). No exterior, serviu nas embaixadas do Brasil: no Vaticano (1987-1990); em Santiago (1990-1993); Nova Delhi (1993-1996); Estocolmo (1999-2001); Helsinque (2000); na Missão Permanente junto à OEA, em Washington (2005-2008); e na Representação do Brasil junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra (2008-2011). Desde dezembro de 2018, é Embaixador do Brasil em Estocolmo e Embaixador não residente do Brasil junto à República da Letônia.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

Ser reconhecido pela sociedade como entidade que representa e promove os interesses do Brasil e dos brasileiros na Áustria e junto às organizações internacionais sediadas em Viena, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência, identificando e explorando oportunidades de aproximação no âmbito bilateral e defendendo o interesse e a perspectiva nacionais no âmbito multilateral.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações em linha com as diretrizes da política externa brasileira com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações bilaterais com a Áustria e junto aos Organismos Internacionais sediados em Viena, bem como prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros no exterior e fomentar a cooperação bilateral em todos os níveis.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e aprofundar a relação diplomática entre Brasil e Áustria e a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado austríaco, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil na Áustria e difundir a língua portuguesa.
3. Promover serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro na Áustria e aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência ofertados.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais em foros multilaterais presentes em Viena.
5. Representar o Brasil nas discussões em curso no contexto dos Organismos Internacionais sediados em Viena e apoiar a participação de delegações brasileiras em reuniões presenciais ou virtuais.
6. Apoiar candidaturas brasileiras nos Organismos Internacionais relevantes.
7. Fortalecer as relações bilaterais com a Áustria.
8. Intensificar a promoção de produtos e serviços brasileiros na Áustria, bem como de oportunidades de investimentos no Brasil.
9. Promover cooperação científico-educacional entre Brasil e Áustria.
10. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência nos trabalhos diplomático e consular, com vistas a assegurar sua eficiência e eficácia para a sociedade brasileira.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Facilitar entendimentos em nível técnico e político com vistas à ratificação pela Áustria do Acordo de Associação entre MERCOSUL e União Europeia UE**
   - *Realizar gestões junto ao governo austríaco com vistas à ratificação do acordo pela Áustria;*
   - *Realizar gestões com vistas ao incremento do diálogo sobre o acordo com autoridades austríacas do Executivo e do Legislativo, com entidades de classe, sociedade civil, formadores de opinião e meios de comunicação;*
   - *Apresentar e defender a perspectiva brasileira sobre os benefícios recíprocos, para os mercados austríaco e brasileiro, derivados da ratificação e implementação do acordo;*
   - *Acompanhar a perspectiva austríaca com relação aos trabalhos sendo realizados em Bruxelas sobre o acordo.*

2. **Acompanhar a perspectiva austríaca com relação aos trabalhos em Bruxelas e Genebra sobre temas afetos à OMC**
   - *Realizar reuniões com autoridades do Executivo e do Legislativo e com entidades de classe, a fim de incrementar o diálogo sobre temas em discussão na OMC, focando na perspectiva austríaca sobre o trabalho desempenhado pelas instâncias comunitárias.*

3. **Aprofundar e diversificar o comércio bilateral**
   - *Valer-se da posição central da Áustria no continente europeu para identificar sinergias nas ações de promoção comercial com outras Embaixadas na região;*
   - *Elaborar estudos sobre o potencial de produtos brasileiros com possibilidade de acesso aos mercados austríaco e regional;*
   - *Realizar eventos para a promoção de produtos brasileiros no mercado austríaco;*
   - *Apoiar a realização de missões empresariais;*
   - *Apoiar discussões e trabalhos para a criação da Câmara de Comércio Brasil-Áustria;*
   - *Trabalhar em parceria com a Apex-Brasil, outros órgãos brasileiros e instituições austríacas na promoção de produtos e serviços de alto valor agregado brasileiros;*
   - *Promover a qualidade e a sustentabilidade da produção brasileira, contribuindo para a promoção da imagem dos produtos e serviços brasileiros;*
   - *Divulgar feiras e eventos comerciais internacionais organizados pelo Brasil e promover, quando for o caso, a participação austríaca.*

4. **Promover oportunidades de investimentos no Brasil**

- *Trabalhar em parceria com a Apex-Brasil, outros órgãos brasileiros e instituições austríacas na promoção de oportunidades de investimentos no Brasil;*
- *Divulgar junto a formadores de opinião e público especializado informações sobre o cenário econômico brasileiro e oportunidades de investimento no país;*
- *Divulgar feiras e eventos internacionais organizados pelo Brasil voltados à atração de investimentos, e promover, quando for o caso, a participação austríaca.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre o Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia

2) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações relacionadas temas em discussão na OMC

3) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada e de estudos de mercado elaborados

4) Número de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócios, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada

5) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras ou austríacas, bem como de associações setoriais, câmaras regionais, confederações, da Apex-Brasil e de outras entidades do setor privado

6) Número de relatórios de acompanhamento da economia austríaca e da balança comercial com o Brasil produzidos pela Embaixada

II - Relações políticas bilaterais;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Acompanhar a política interna e externa da Áustria e produzir inteligência, à luz dos interesses brasileiros

- *Prosseguir acompanhando e relatando os desenvolvimentos políticos na Áustria e seus potenciais impactos e desdobramentos sobre os interesses do Brasil, no contexto do importante papel desempenhado pela como*

ponte entre as porções ocidental e oriental da Europa e da difusão pelo entorno austríaco de movimentos políticos iniciados em Viena, como o avanço de partidos conservadores ou a premência de temas ambientais no debate eleitoral. Esses desenvolvimentos, por sua vez, podem repercutir sobre os interesses brasileiros, como é o caso do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia. Propõe-se, portanto

- *Produzir relatórios a respeito da política externa austríaca e de sua participação em instâncias comunitárias;*
- *Acompanhar os desenvolvimentos da política interna austríaca e seus eventuais impactos em temas comunitários e de interesse do Brasil;*
- *Manter diálogo constante com o governo e com representantes da sociedade austríacos para assegurar a melhor interlocução possível e canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse do Brasil.*

2. **Fortalecer o mecanismo de consultas políticas**
   - *Fortalecer o mecanismo bilateral de consultas políticas, estabelecido em 2008, para discutir a cooperação bilateral e temas da agenda internacional, estimulando a participação em alto nível das duas partes;*
   - *Organizar a realização de novas reuniões do mecanismo de consultas políticas entre os países.*

3. **Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral**
   - *Identificar temas prioritários e apoiar na negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;*
   - *Apoiar tratativas em curso para a assinatura de instrumentos relativos à cooperação jurídica em matéria penal, em matéria civil e sobre transferência de pessoas condenadas; cooperação cultural; previdência social; e sobre o reconhecimento recíproco e conversão de carteiras de habilitação.*

4. **Apoiar e fortalecer a relação bilateral por meio da intensificação de visitas oficiais de lado a lado**
   - *Identificar áreas e oportunidades nas quais a realização de visitas bilaterais poderia contribuir para o avanço do relacionamento bilateral;*
   - *Apoiar visitas, reuniões e encontros entre representantes governamentais de Brasil e Áustria, inclusive de entidades subnacionais.*

5. **Aproximar instituições públicas dos dois países**
   - *Fomentar a colaboração interinstitucional dos dois países, com destaque para o diálogo interparlamentar;*

- *Apoiar a realização de visitas de parlamentares austríacos ao Brasil e brasileiros à Áustria;*
- *Apoiar os trabalhos dos Grupos de Amizade Parlamentar no Brasil e na Áustria;*
- *Apoiar os trabalhos dos Grupos de Amizade Parlamentar no Brasil e na Áustria;*
- *Dar apoio à participação de representantes de instituições públicas brasileiras em negociações com autoridades austríacas e no âmbito dos organismos internacionais sediados em Viena.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de expedientes produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Áustria, além de outros temas de interesse para o Brasil, por ano**

2) **Número de reuniões com, e consultas a, representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa austríaca**

3) **Número de reuniões de consulta política**

4) **Número de visitas de oficiais de parte à parte**

5) **Número de acordos bilaterais concluídos**

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

A Embaixada do Brasil em Viena atua como de Representação Permanente junto aos seguintes organismos internacionais: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC); Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO); Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Sideral (UNOOSA); Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL); e Academia Internacional Anticorrupção (IACA). Nesse papel, a Embaixada atua nas seguintes áreas, nas quais tem como metas:

UNODC

- *Defender posições brasileiras relativas à prevenção ao uso de drogas, a repressão ao tráfico e o tratamento de usuários, assim como ao controle de substâncias sujeitas ao uso abusivo, na Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas (CND) e na Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE);*
- *Representar o Brasil nas discussões que ocorrem no contexto deste Organismo Internacional;*
- *Apoiar a participação de delegações brasileiras em reuniões presenciais ou virtuais;*
- *Apoiar candidaturas brasileiras no âmbito deste Organismo Internacional;*
- *Relatar os resultados de reuniões e o avanço de processos;*
- *Manter contatos e boas relações com o secretariado desta Organização Internacional;*
- *Atuar para aumentar a presença de brasileiros no secretariado dos organismos com sede em Viena;*
- *Manter contatos e boas relações com as delegações dos demais países representados em Viena, em especial do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC);*
- *Manter contatos com as áreas temáticas no MRE, bem como com Postos que compartilham temas com este Organismo Internacional (sobretudo as missões do Brasil em Genebra e Nova York), a fim de coordenar a atuação do Brasil;*
- *Monitorar as contribuições financeiras do Brasil a este Organismo Internacional.*

A CND é responsável desenhar políticas de controle de drogas e implementá-las, de acordo com as três convenções da ONU sobre drogas (de 1961, de 1971 e de 1988). A Comissão reúne-se em plenária em março e dezembro, e realiza encontros intersessionais em outubro, além de uma série de grupos de trabalho ao longo do ano. A Comissão é composta por 53 membros. O Brasil foi reeleito em 2021 para novo mandato (2022/25). A JIFE tem como objetivo monitorar o cumprimento das convenções sobre drogas das Nações Unidas do ponto de vista das substâncias proibidas e daquelas cujo uso é controlado.

1. **Disseminar práticas e pontos de vista brasileiros sobre políticas e ações para combater o crime doméstico e transnacional, bem como a eficiência dos sistemas de justiça criminal**

- *Defender posições brasileiras relativas à prevenção ao uso de drogas, a repressão ao tráfico e o tratamento de usuários, assim como ao controle de substâncias sujeitas ao uso abusivo, na Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas (CND) e na Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE);*
- *Representar o Brasil nas discussões que ocorrem no contexto deste Organismo Internacional;*
- *Apoiar a participação de delegações brasileiras em reuniões presenciais ou virtuais;*
- *Apoiar candidaturas brasileiras no âmbito deste Organismo Internacional;*
- *Relatar os resultados de reuniões e o avanço de processos;*
- *Manter contatos e boas relações com o secretariado desta Organização Internacional;*
- *Atuar para aumentar a presença de brasileiros no secretariado dos organismos com sede em Viena;*
- *Manter contatos e boas relações com as delegações dos demais países representados em Viena, em especial do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC);*
- *Manter contatos com as áreas temáticas no MRE, bem como com Postos que compartilham temas com este Organismo Internacional (sobretudo as missões do Brasil em Genebra e Nova York), a fim de coordenar a atuação do Brasil;*
- *Monitorar as contribuições financeiras do Brasil a este Organismo Internacional.*

A Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Penal (CPCJP) é o órgão encarregado de discutir políticas de justiça criminal e de prevenção ao crime. Conta com 40 países membros. O Brasil presidiu a Comissão em 2020 e tem mandato de até 2024. A Comissão reúne-se em plenárias anuais (abril e dezembro), em encontros intersessionais (outubro), além de grupos de trabalho ao longo do ano. A cada cinco anos, ocorre o Congresso das Nações Unidas de Prevenção do Crime e Justiça Criminal, que tem como objetivo reunir autoridades policiais, judiciais, acadêmicas e da sociedade civil, a fim de intercambiar experiência e debater questões relacionadas ao combate ao crime. O Brasil sediou o 12º Congresso em 2010, em Salvador.

2. **Atuar a fim de aprimorar a cooperação internacional para o combate ao crime organizado transnacional, por meio de discussões e políticas e resoluções aprovadas no âmbito da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC) e seus Protocolos.**

- *Defender posições brasileiras relativas à prevenção ao uso de drogas, a repressão ao tráfico e o tratamento de usuários, assim como ao controle de substâncias sujeitas ao uso abusivo, na Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas (CND) e na Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE);*
- *Representar o Brasil nas discussões que ocorrem no contexto deste Organismo Internacional;*
- *Apoiar a participação de delegações brasileiras em reuniões presenciais ou virtuais;*
- *Apoiar candidaturas brasileiras no âmbito deste Organismo Internacional;*
- *Relatar os resultados de reuniões e o avanço de processos;*
- *Manter contatos e boas relações com o secretariado desta Organização Internacional;*
- *Atuar para aumentar a presença de brasileiros no secretariado dos organismos com sede em Viena;*
- *Manter contatos e boas relações com as delegações dos demais países representados em Viena, em especial do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC);*
- *Manter contatos com as áreas temáticas no MRE, bem como com Postos que compartilham temas com este Organismo Internacional (sobretudo as missões do Brasil em Genebra e Nova York), a fim de coordenar a atuação do Brasil;*
- *Monitorar as contribuições financeiras do Brasil a este Organismo Internacional.*

A Convenção é o principal instrumento internacional de cooperação no combate ao crime. Conta com a participação de 190 Estados, incluindo o Brasil. Conta com três Protocolos: Tráfico de Pessoas; Contrabando de Migrantes; Tráfico de Armas de Fogo, Componentes e Munição. A cada dois anos reúne-se a Conferência dos Estados Partes da Convenção, que teve seu encontro mais recente em 2020. A UNTOC conta com mecanismo de revisão, por meio do qual países avaliam-se mutuamente acerca do cumprimento de seus compromissos.

3. **Fortalecer, no âmbito da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), a cooperação internacional sobre prevenção da corrupção, persecução criminal de entes envolvidos nesse crime e identificação e recuperação de ativos oriundos de corrupção.**

- *Defender posições brasileiras relativas à prevenção ao uso de drogas, a repressão ao tráfico e o tratamento de usuários, assim como ao controle de substâncias sujeitas ao uso abusivo, na Comissão de Entorpecentes das*

Nações Unidas (CND) e na Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE);

- *Representar o Brasil nas discussões que ocorrem no contexto deste Organismo Internacional;*
- *Apoiar a participação de delegações brasileiras em reuniões presenciais ou virtuais;*
- *Apoiar candidaturas brasileiras no âmbito deste Organismo Internacional;*
- *Relatar os resultados de reuniões e o avanço de processos;*
- *Manter contatos e boas relações com o secretariado desta Organização Internacional;*
- *Atuar para aumentar a presença de brasileiros no secretariado dos organismos com sede em Viena;*
- *Manter contatos e boas relações com as delegações dos demais países representados em Viena, em especial do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC);*
- *Manter contatos com as áreas temáticas no MRE, bem como com Postos que compartilham temas com este Organismo Internacional (sobretudo as missões do Brasil em Genebra e Nova York), a fim de coordenar a atuação do Brasil;*
- *Monitorar as contribuições financeiras do Brasil a este Organismo Internacional.*

A UNCAC conta com a participação de 188 países, incluindo o Brasil. A Conferência dos Estados Partes da Convenção ocorre a cada dois anos (próxima no Egito, em 12/2021). Os trabalhos da Convenção incluem reuniões periódicas de grupos de trabalho sobre medidas de prevenção, criminalização, cooperação internacional e recuperação de ativos.

4. **Negociar a Convenção das Nações Unidas sobre Combate ao Crime Cibernético. Trabalhar para que o instrumento seja compatível com a legislação brasileira e proveja mecanismos práticos para tornar mais ágil e efetiva a cooperação entre distintas jurisdições no combate a esse crime.**

- *Defender posições brasileiras relativas à prevenção ao uso de drogas, a repressão ao tráfico e o tratamento de usuários, assim como ao controle de substâncias sujeitas ao uso abusivo, na Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas (CND) e na Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE);*
- *Representar o Brasil nas discussões que ocorrem no contexto deste Organismo Internacional;*

- *Apoiar a participação de delegações brasileiras em reuniões presenciais ou virtuais;*
- *Apoiar candidaturas brasileiras no âmbito deste Organismo Internacional;*
- *Relatar os resultados de reuniões e o avanço de processos;*
- *Manter contatos e boas relações com o secretariado desta Organização Internacional;*
- *Atuar para aumentar a presença de brasileiros no secretariado dos organismos com sede em Viena;*
- *Manter contatos e boas relações com as delegações dos demais países representados em Viena, em especial do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC);*
- *Manter contatos com as áreas temáticas no MRE, bem como com Postos que compartilham temas com este Organismo Internacional (sobretudo as missões do Brasil em Genebra e Nova York), a fim de coordenar a atuação do Brasil;*
- *Monitorar as contribuições financeiras do Brasil a este Organismo Internacional.*

Os trabalhos preparatórios começaram em 2021. As negociações formais terão início em janeiro de 2022 e se estenderão até 2024. O Brasil é candidato a uma das vagas de Vice-Presidente do Comitê instalado para negociar o tratado.

IACA

5. Contribuir para a educação e o treinamento de profissionais que atuem em anticorrupção, tanto de entidades públicas como privadas.

- *Defender posições brasileiras relativas à prevenção ao uso de drogas, a repressão ao tráfico e o tratamento de usuários, assim como ao controle de substâncias sujeitas ao uso abusivo, na Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas (CND) e na Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE);*
- *Representar o Brasil nas discussões que ocorrem no contexto deste Organismo Internacional;*
- *Apoiar a participação de delegações brasileiras em reuniões presenciais ou virtuais;*
- *Apoiar candidaturas brasileiras no âmbito deste Organismo Internacional;*
- *Relatar os resultados de reuniões e o avanço de processos;*

- *Manter contatos e boas relações com o secretariado desta Organização Internacional;*
- *Atuar para aumentar a presença de brasileiros no secretariado dos organismos com sede em Viena;*
- *Manter contatos e boas relações com as delegações dos demais países representados em Viena, em especial do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC);*
- *Manter contatos com as áreas temáticas no MRE, bem como com Postos que compartilham temas com este Organismo Internacional (sobretudo as missões do Brasil em Genebra e Nova York), a fim de coordenar a atuação do Brasil;*
- *Monitorar as contribuições financeiras do Brasil a este Organismo Internacional.*

A IACA coopera com o Ministério Público Federal, a Fundação Getúlio Vargas e a Controladoria Geral da União para a realização de cursos e treinamento sobre combate à corrupção. A Assembleia dos Estados Partes da IACA ocorre anualmente.

UNIDO

6. Atuar para a promoção do desenvolvimento industrial do Brasil e assegurar que a Organização mantenha o foco em seu mandato.

- *Defender posições brasileiras relativas à prevenção ao uso de drogas, a repressão ao tráfico e o tratamento de usuários, assim como ao controle de substâncias sujeitas ao uso abusivo, na Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas (CND) e na Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE);*
- *Representar o Brasil nas discussões que ocorrem no contexto deste Organismo Internacional;*
- *Apoiar a participação de delegações brasileiras em reuniões presenciais ou virtuais;*
- *Apoiar candidaturas brasileiras no âmbito deste Organismo Internacional;*
- *Relatar os resultados de reuniões e o avanço de processos;*
- *Manter contatos e boas relações com o secretariado desta Organização Internacional;*
- *Atuar para aumentar a presença de brasileiros no secretariado dos organismos com sede em Viena;*

- *Manter contatos e boas relações com as delegações dos demais países representados em Viena, em especial do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC);*
- *Manter contatos com as áreas temáticas no MRE, bem como com Postos que compartilham temas com este Organismo Internacional (sobretudo as missões do Brasil em Genebra e Nova York), a fim de coordenar a atuação do Brasil;*
- *Monitorar as contribuições financeiras do Brasil a este Organismo Internacional.*

Atualmente, os principais temas tratados são: promoção da industrialização inclusiva e sustentável; medidas para o aumento da competitividade; proteção ambiental e do conhecimento; economia circular; e ainda revolução industrial de quarta geração. A partir de 2022, com a nomeação de novo Diretor-Geral (ex-ministro alemão de Desenvolvimento, Gerd Müller) espera-se que a Organização passe a dar maior foco às relações da industrialização com a proteção ao meio ambiente e o combate à mudança do clima

UNCITRAL

7. Negociar novas leis-modelo, convenções e guias de implementação para o regramento do comércio internacional. Assegurar que as normas negociadas sejam compatíveis com a legislação brasileira e contribuam para a expansão dos fluxos de comércio internacional do País.

- *Defender posições brasileiras relativas à prevenção ao uso de drogas, a repressão ao tráfico e o tratamento de usuários, assim como ao controle de substâncias sujeitas ao uso abusivo, na Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas (CND) e na Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE);*
- *Representar o Brasil nas discussões que ocorrem no contexto deste Organismo Internacional;*
- *Apoiar a participação de delegações brasileiras em reuniões presenciais ou virtuais;*
- *Apoiar candidaturas brasileiras no âmbito deste Organismo Internacional;*
- *Relatar os resultados de reuniões e o avanço de processos;*
- *Manter contatos e boas relações com o secretariado desta Organização Internacional;*
- *Atuar para aumentar a presença de brasileiros no secretariado dos organismos com sede em Viena;*

- *Manter contatos e boas relações com as delegações dos demais países representados em Viena, em especial do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC);*
- *Manter contatos com as áreas temáticas no MRE, bem como com Postos que compartilham temas com este Organismo Internacional (sobretudo as missões do Brasil em Genebra e Nova York), a fim de coordenar a atuação do Brasil;*
- *Monitorar as contribuições financeiras do Brasil a este Organismo Internacional.*

Atualmente, os principais temas discutidos são relativos a: micro, pequenas e médias empresas; solução de controvérsias; reforma do sistema de solução de controvérsias entre investidores e Estados; comércio eletrônico; regras de insolvência; e venda judicial de embarcações.

UNOOSA

8. **Atuar, no âmbito do Comitê das Nações Unidas para o Uso Pacífico do Espaço Exterior (COPUOS), para garantir que as normas e os princípios desenvolvidos sejam compatíveis com o programa espacial brasileiro e contribuam para o seu desenvolvimento. Participar da elaboração de regras que mantenham o espaço como ambiente pacífico e sustentável. O Brasil presidiu o Comitê entre 2019 e 2020.**

- *Defender posições brasileiras relativas à prevenção ao uso de drogas, a repressão ao tráfico e o tratamento de usuários, assim como ao controle de substâncias sujeitas ao uso abusivo, na Comissão de Entorpecentes das Nações Unidas (CND) e na Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE);*
- *Representar o Brasil nas discussões que ocorrem no contexto deste Organismo Internacional;*
- *Apoiar a participação de delegações brasileiras em reuniões presenciais ou virtuais;*
- *Apoiar candidaturas brasileiras no âmbito deste Organismo Internacional;*
- *Relatar os resultados de reuniões e o avanço de processos;*
- *Manter contatos e boas relações com o secretariado desta Organização Internacional;*
- *Atuar para aumentar a presença de brasileiros no secretariado dos organismos com sede em Viena;*

- *Manter contatos e boas relações com as delegações dos demais países representados em Viena, em especial do Grupo de Países da América Latina e do Caribe (GRULAC);*
- *Manter contatos com as áreas temáticas no MRE, bem como com Postos que compartilham temas com este Organismo Internacional (sobretudo as missões do Brasil em Genebra e Nova York), a fim de coordenar a atuação do Brasil;*
- *Monitorar as contribuições financeiras do Brasil a este Organismo Internacional.*

Entre os principais temas em negociação estão: implementação das Diretrizes de Sustentabilidade de Longo-Prazo e elaboração de novas diretrizes; elaboração de marco legal para a exploração de recursos espaciais; e implementação da "Agenda Espaço 2030".

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- grau de cumprimento das contribuições financeiras do Brasil aos Organismos Internacionais acompanhados pela Missão;
- número de participações em reuniões;
- número de expedientes expedidos e recebidos relativos às Organizações e processos negociadores em curso;
- número de relatos de encontros;
- aumento de brasileiros nos secretariados das Organizações Internacionais em Viena;
- candidatos brasileiros eleitos;
- participação de delegações brasileiras (diplomatas e de funcionários de outros órgãos) nas reuniões organizadas no contexto dos Organismos sediados em Viena.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Incentivar o turismo para o Brasil

- *Divulgar o Brasil como destino turístico por meio da participação em eventos e de ações junto aos meios de comunicação, agências de turismo, empresas aéreas, entre outros;*

- *Colaborar com a EMBRATUR e com parceiros brasileiros para participar em feiras de turismo, conforme disponibilidade orçamentário-financeira da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;*
- *Apoiar a participação de autoridades brasileiras em eventos de promoção do turismo realizados na Áustria.*
- *Divulgar feiras e eventos no Brasil voltados ao turismo e promover, quando for o caso, a participação austríaca.*

2. **Ampliar a difusão da cultura brasileira na Áustria e diversificar suas referências**
   - *Propor projetos e eventos de promoção da diversidade cultural brasileira na Áustria em parceria com instituições locais e realizá-los, de acordo com a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e a obtenção de patrocínios;*
   - *Divulgar ao público na Áustria o trabalho de artistas e profissionais da cultura brasileiros;*

3. **Utilizar os canais digitais da Embaixada para divulgar atividades de difusão da cultura brasileira realizadas pela Embaixada ou por instituições parceiras**

4. **Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção cultural desenvolvidas pelo Centro Cultural Brasil-Áustria (CCBrAt)**
   - *Fortalecer o papel do Centro Cultural Brasil-Áustria como principal instituição oficial de promoção da cultura brasileira em Viena;*
   - *Conceber e realizar projetos expositivos de artistas brasileiros e/ou sobre temáticas alusivos ao Brasil, com o apoio financeiro-orçamentário do MRE ou de eventuais patrocinadores;*
   - *Promover calendário periódico de concertos musicais com artistas brasileiros ou austríacos, de modo a promover a música brasileira, seja erudita ou popular, aproveitando a estrutura existente na Residência Oficial;*
   - *Promover e organizar, no espaço do Centro Cultural, a realização de projetos e atividades de interesse da comunidade brasileira, de cunho cultural, educacional ou outros, por meio do edital permanente "Portas Abertas".*

5. **Divulgar amplamente e organizar atividades relacionadas à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil**
   - *Apoiar a realização de atividades alusivas ao Bicentenário em processo de produção por importantes instituições culturais em Viena, como o Museu de História Natural e o Museu de Antropologia;*
   - *Coordenar o programa geral de atividades alusivas à efeméride a serem realizadas ao longo de 2022 na Áustria;*
   - *Realizar atividades culturais específicas no Centro Cultural alusivas ao Bicentenário;*
   - *Divulgar as iniciativas que serão realizadas para potencializar a imagem positiva gerada pelo marco do Bicentenário.*

6. **Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa desenvolvidas pelo Centro Cultural Brasil-Áustria (CCBrAt)**

- *Apoiar o projeto piloto de ensino de língua portuguesa do Centro Cultural Brasil-Áustria, em parceria com o Instituto Cervantes;*
- *Dar seguimento à iniciativa por meio da contratação de professores, com vistas a viabilizar a estruturação de proposta pedagógica permanente, a depender da disponibilidade financeiro-orçamentária do MRE;*
- *Apoiar a tradicional presença de professores de português atuantes na Áustria, seja na área de Português como Língua Estrangeira, seja na de Português como Língua de Herança;*
- *Dar seguimento à cooperação com professores de português do departamento de tradução da Universidade de Viena, em projetos como a publicação de série de contos "Brasil 200 Anos", coletânea de contos selecionados do Brasil dos últimos dois séculos, em edição bilingue, alusiva ao Bicentenário da Independência.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de participações em feiras de turismo

2) Número de ações de promoção do Brasil como destino turístico junto a atores do setor

3) Número de reuniões, eventos, palestras, e outras atividades para a difusão da cultura brasileira e sua diversidade

4) Número de atividades realizadas no contexto das celebrações do Bicentenário da Independência do Brasil

5) Número de exposições, concertos e outras atividades desenvolvidas pelo Centro Cultural Brasil-Áustria

6) Número de estudantes de língua portuguesa participando de iniciativas do Centro Cultural Brasil-Áustria/ Instituto Cervantes

7) Número de atividades realizadas em parceria com professores de português e professores do departamento de tradução/ Universidade de Viena

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Acompanhar a perspectiva austríaca com relação aos trabalhos em Bruxelas sobre as Convenções de Biodiversidade e de Mudança do clima**
   - *Realizar gestões para o incremento do diálogo com autoridades austríacas no Executivo e no Legislativo a respeito da percepção austríaca da condução dos trabalhos pelas instâncias da União Europeia na temática ambiental;*
   - *Promover o diálogo com entidades de classe, a sociedade civil e formadores de opinião acerca da percepção austríaca sobre a abordagem europeia para as questões de desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.*

2. **Expor às autoridades austríacas as posições brasileiras em foros internacionais de meio ambiente e de desenvolvimento sustentável e buscar pontos de convergência**

   - *Realizar encontros para expor posicionamentos brasileiros em reuniões e negociações internacionais sobre meio ambiente e de desenvolvimento sustentável;*
   - *Propor a realização de reuniões técnicas bilaterais para tratar de possibilidades de maior entendimento de posições de lado a lado em reuniões e negociações internacionais em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões, ações e gestões sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável

2) Número de expedientes produzidos sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e Áustria no âmbito Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica**
   - *Apoiar a instalação da Comissão Conjunta de Cooperação Científica e Tecnológica uma vez ratificado o acordo por ambas as partes;*
   - *Apoiar o diálogo entre ministérios e outras instituições técnicas dos dois países sobre possibilidades de cooperação em áreas de vanguarda, como inteligência artificial, biotecnologia, computação quântica, entre outras;*
   - *Promover iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de C,T&I.*

2. **Identificar possibilidades de novas iniciativas de cooperação bilateral na área de C,T&I**
   - *Analisar continuamente o ecossistema de ciência, tecnologia e inovação da Áustria com o objetivo de identificar possibilidades de cooperação bilateral.*

3. **Apoiar a cooperação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial**
   - *Incentivar o diálogo entre atores da academia e do setor empresarial dos dois países para explorarem possibilidades de cooperação em C,T&I.*
   - *Explorar a possibilidade de cooperação com aceleradoras de StartUps como a weXelerate em benefício de empresas brasileiras.*

4. Mobilizar a diáspora científica brasileira na Áustria

- *Aprofundar o exercício em curso de mapeamento da diáspora científica brasileira na Áustria, e em países vizinhos, em cooperação com outras Embaixadas do Brasil;*
- *Desenvolver atividades de apoio à mobilização da diáspora científica brasileira na Áustria;*
- *Valer-se da localização da Áustria na Europa Central para apoiar movimento semelhante de diásporas em países vizinhos, em cooperação com outras Embaixadas brasileiras;*
- *Incentivar a diáspora científica a se organizar, com a criação de associação, de modo a tornar-se referência nos diálogos sobre cooperação em C,T&I entre Brasil e Áustria*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de eventos, seminários e outras atividades organizados pela Embaixada ou com sua participação para aproximar as comunidades científicas dos dois países

2) Número de reuniões com representantes do setor acadêmico, governamental ou empresarial com o objetivo de identificar oportunidades de cooperação bilateral

3) Número de reuniões da Comissão Conjunta de Cooperação Científica, caso instalada

4) Número de ações realizadas para apoiar a diáspora científica em seu processo de organização e institucionalização, incluindo estudos de mapeamento

5) Número de expedientes produzidos sobre temas de CT&I

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Fomentar a cooperação educacional bilateral e a mobilidade acadêmica e científica mútua**
   - *Incentivar e apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas contrapartes austríacas;*
   - *Divulgar oportunidades de mobilidade internacional aplicáveis a acadêmicos e cientistas no Brasil e na Áustria;*
   - *Manter interlocução com estudantes brasileiros residentes na Áustria com autoridades e acadêmicos nacionais em visita ou intercâmbio.*

2. **Fomentar a cooperação bilateral em matéria de saúde e de defesa**
   - *Explorar as possibilidades de cooperação e parcerias em temas de interesse mútuo em matéria de saúde e de defesa;*
   - *Apoiar autoridades brasileiras das áreas de saúde e defesa em reuniões bilaterais e eventuais visitas de trabalho à Áustria.*

3. **Apoiar o avanço das negociações em torno do Acordo de Cooperação Cultural**
   - *Apoiar as negociações do Acordo de Cooperação Cultural;*
   - *Identificar e apoiar projetos-piloto que possam contribuir para o avanço do tema;*
   - *Incentivar a cooperação entre instituições culturais de Brasil e Áustria como forma de construir base sobre a qual estabelecer o acordo.*

4. Promover a variante brasileira da língua portuguesa

   - *Apoiar o trabalho dos professores de português atuantes no país;*
   - *Desenvolver a parceria iniciada com o Instituto Cervantes com vistas a viabilizar a criação de rede própria de professores, a depender da disponibilidade orçamentário-financeira do MRE;*
   - *Divulgar o exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras*
   - *Incentivar projetos de difusão da língua portuguesa em cooperação com acadêmicos brasileiros atuantes nesse campo na Áustria.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e encontros realizados com contrapartes austríacas sobre o tema

2) Número de telegramas produzidos pela Embaixada sobre direitos humanos

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Fortalecer e promover o diálogo e a cooperação com a Áustria na temática de direitos humanos**
   - *Promover o diálogo com autoridades austríacas, entidades de classe, a sociedade civil e formadores de opinião acerca da situação dos direitos humanos no país e internacionalmente;*
   - *Apresentar informações sobre as políticas de direitos humanos do Brasil a interlocutores austríacos;*
   - *Continuar a defender junto ao governo austríaco as posições brasileiras em discussões relacionadas a direitos humanos;*
   - *Explorar a existência de temas com potencial para cooperação bilateral na área dos direitos humanos, inclusive no âmbito de foros multilaterais.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e encontros realizados com contrapartes austríacas sobre o tema

2) Número de expedientes produzidos pela Embaixada sobre direitos humanos

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira na Áustria, inclusive por meio da constante facilitação do acesso a tais serviços.**

2. **Desenvolver, em conjunto com as representações consulares do Brasil no país (consulados honorários), mapeamento da comunidade brasileira na Áustria**
   - *Desenvolver mapeamento da comunidade brasileira na Áustria, de modo a melhor compreender seu perfil e suas necessidades.*

3. **Promover regularmente consulados itinerantes em cidades austríacas com presença de comunidade brasileira a fim de alcançar o máximo possível de nacionais interessados na assistência consular.**

4. **Promover a atuação da rede de consulados honorários na Áustria, de modo a facilitar o apoio à comunidade brasileira residente em território austríaco.**
   - *Acompanhar atuação de consulados honorários nas cidades austríacas com maior concentração de brasileiros ou que constituam destinos turísticos de brasileiros em viagem à Áustria. O Brasil possui consulados honorários nas cidades de Bregenz, Graz, Innsbruck, Linz e Salzburgo;*

- *Promover contínua interlocução e interação entre os consulados honorários e a Embaixada, de modo a facilitar o atendimento a demandas da comunidade brasileira.*

5. **Promover o diálogo consular com a Chancelaria austríaca, com vistas a solucionar eventuais problemas migratórios e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros temporários e permanentes.**

6. **Concluir a negociação de acordo bilateral sobre previdência social.**

7. **Realizar visitas a nacionais presos na Áustria a fim de prestar a assistência consular cabível.**

8. **Organizar eleições na jurisdição do posto.**

9. **Aumentar a utilização das redes sociais do posto para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira.**
   - *Manter de contato com canais auxiliares como organizações de apoio ao imigrante, organizações de direitos humanos, entidades religiosas, universidades, academias e câmaras empresariais;*
   - *Desenvolver ou manter diálogo com representações da comunidade brasileira na Áustria;*
   - *Ampliar a difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, seja por meio das redes sociais da Embaixada, seja pelo portal consular do Itamaraty.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

1) **Índice de satisfação do consulente**

2) **Número de inovações introduzidas na assistência consular que redundem em facilidade na prestação dos serviços**

3) **Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda**

4) **Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda**

5) **Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares**

6) **Tempo de permanência do cidadão no setor consular**

7) **Tempo de permanência do cidadão no guichê de atendimento**

8) **Número de consulados itinerantes realizados**

9) Número de postagens consulares nas redes sociais da Embaixada

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/21868.58452-60

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 59, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria*.

Relator: Senador **MARCOS DO VAL**

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor NELSON ANTONIO TABAJARA DE OLIVEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Áustria.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Para tanto e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da diplomata.

O Senhor Nelson Antonio Tabajara de Oliveira, filho de João Tabajara de Oliveira, nasceu em 4 de março de 1957 no Rio de Janeiro-RJ.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/21868.58452-60

Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1983. Pelo Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático em 1995 e o Curso de Altos Estudos em 2007, quando defendeu a tese "Novas ameaças, velhas vulnerabilidades: o novo conceito de segurança hemisférica e a agenda de desenvolvimento latino-americana".

Sempre por merecimento, ascendeu na carreira a Segundo-Secretário em 1988; a Primeiro-Secretário em 1996; a Conselheiro em 2003; a Ministro de Segunda Classe em 2008; e a Ministro de Primeira Classe em 2013.

O diplomata indicado desempenhou diferentes funções ao longo da carreira. Entre elas, destacam-se as de chefe, substituto, da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço, entre 1996 e 1999; Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos (OEA), entre 2003 e 2006; Conselheiro na Missão junto à OEA, de 2006 a 2008; Ministro-Conselheiro na Representação Permanente junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra, de 2008 a 2011; diretor do Departamento de América Central e Caribe, entre 2011 e 2013; assessor especial do Gabinete do Ministro de Estado, de 2013 a 2015; assessor especial da Secretaria-Geral das Relações Exteriores, entre 2015 e 2016; diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança, de 2016 a 2018; Subsecretário-geral de Assuntos Multilaterais, Europa e América do Norte, de 2018 a 2019; e Embaixador em Estocolmo, de 2019 até o presente.

O Embaixador Nelson Antonio Tabajara de Oliveira recebeu distinguidas comendas no Brasil e no exterior, entre as quais anotamos aqui: Comendador da Ordem de São Gregório Magno, do Vaticano; Ordem do Mérito Santos-Dumont; Grão Mestre da Medalha Mérito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco; Grande Oficial da Ordem do Mérito Militar; e Grande Oficial da Ordem do Mérito Judiciário Militar.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

SF/21868.58452-60

executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Áustria o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil com esse paíse, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

A Áustria é uma República Federal democrática que se localiza na Europa Central. O país faz fronteira com a Alemanha e a República Tcheca ao Norte; com a Itália e a Eslovênia ao Sul; com a Hungria e a Eslováquia ao Leste; e com a Suíça e Liechtenstein a Oeste. O território austríaco ocupa 83.879 quilômetros quadrados, e a sua população compreende 8,9 milhões de habitantes. A língua oficial federal é o alemão.

País que detém um dos mais altos níveis de desenvolvimento, renda per capita e coesão social no mundo, a Áustria destaca-se, no conjunto da UE, por sua economia forte, com base industrial sólida e atuação em setores tecnológicos de ponta, como máquinas e equipamentos, indústria automotiva, metalmecânica, farmacêutica e química, entre outros.

As relações Brasil-Áustria são cordiais. Há amplo espaço para a cooperação em foros internacionais, em razão da mencionada convergência de valores. No plano econômico, deve-se sublinhar a importante dimensão dos investimentos diretos brasileiros na Áustria. Outro aspecto relevante da relação bilateral é a presença na Áustria de comunidade brasileira estimada em 10 mil nacionais. Há aproximadamente 3.800 austríacos residentes no Brasil.

Constitui aspecto relevante do relacionamento bilateral no plano econômico o fato de ser a Áustria um dos principais destinos de investimentos brasileiros diretos (IBD), segundo dados do BACEN. Até 2013, o país ocupava a primeira posição. Em 2020, encontra-se em sétimo lugar, com estoque de US$ 12 bilhões.

A cooperação cultural é outro elemento importante. Em outubro de 2013, foi assinado memorando de entendimento entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o *Kunsthistorisches Museum (KHM* - Museu de História da Arte) e o *Weltmuseum Wien* (antigo Museu de

SF/21868.58452-60

Etnologia). O acervo do Weltmuseum Wien, cujo material foi recolhido pela expedição científica austríaca que acompanhara a arquiduquesa Leopoldina ao Brasil, constitui, possivelmente, a mais importante coleção de etnologia sobre o País no exterior.

Quanto ao comércio bilateral, a Áustria foi o 86º parceiro comercial no ranking nacional brasileiro de exportações (representou 0,06% do total) em 2020, e 33º em termos de importações (representou 0,5%). Houve redução de 13% no intercâmbio comercial entre Brasil e Áustria em relação a 2019. As exportações brasileiras (US$ 114 milhões) reduziram-se em 24%, e as importações (US$ 852 milhões) decresceram 12%. Os principais produtos exportados pelo Brasil, em 2020, foram sucos de frutas ou vegetais (30%), motores de pistão (11%) e veios de transmissão, manivelas e engrenagens (8,5%). Os produtos importados da Áustria, por sua vez, foram sobretudo medicamentos e produtos farmacêuticos (12%), medicamentos veterinários (8,7%) e bebidas não alcoólicas (7,7%).

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

5

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 77, DE 2021

(nº 622/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Coreia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 622

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MÁRCIA DONNER ABREU**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Coreia.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MÁRCIA DONNER ABREU** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de novembro de 2021.

EM nº 00255/2021 MRE

Brasília, 19 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MÁRCIA DONNER ABREU**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República da Coreia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MÁRCIA DONNER ABREU** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 954/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Coreia.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 25/11/2021, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3029625** e o código CRC **A7C655FD** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009146/2021-43 SEI nº 3029625

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *MÁRCIA DONNER ABREU*
CPF: 416.618.429-68

1961	Filha de Alcides Abreu e Sara Donner Abreu, nasce em 19 de maio, em Florianópolis/SC
Dados Acadêmicos:	
1981	Bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, Rio de Janeiro/RJ
1987	CPCD IRBr
1996	CAD IRBr
2005	Curso de Altos Estudos (com louvor; tese "Rompendo o Duopólio Estados Unidos-União Europeia na Organização Mundial do Comércio: O G-20 e as Negociações Multilaterais Agrícolas)
Cargos:	
1987	Terceira-Secretária
1993	Segunda-Secretária
2000	Primeira-Secretária, por merecimento
2004	Conselheira, por merecimento
2008	Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2019	Ministra de Primeira Classe, por merecimento
Funções:	
1988	Divisão das Nações Unidas, Assistente
1989	Departamento de Organismos Internacionais, Assistente
1989-91	Divisão Especial de Meio Ambiente, Assessora
1991-95	Embaixada em Washington, Terceira e Segunda-Secretária
1995-97	Embaixada em Montevidéu, Segunda-Secretária
1997-99	Assessoria de Relações Federativas, Assessora
1999-01	Divisão de Serviços e Temas Financeiros, Assessora e Subchefe
2000	Coordenadora Nacional de Comércio de Serviços
2001-05	Embaixada em Washington, Primeira-Secretária e Conselheira
2005-07	Embaixada em Pequim, Conselheira
2007-09	Divisão de Negociações Extrarregionais do MERCOSUL-II, Chefe
2009-12	Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO em Paris, Ministra-Conselheira e Delegada Permanente Adjunta
2012-18	Representante Permanente Adjunta na Delegação Permanente do Brasil junto à OMC e outras Organizações Econômicas Internacionais em Genebra, Ministra-Conselheira e Encarregada de Negócios
2018-19	Embaixadora em Astana, cumulativa com Turcomenistão e República do Quirguistão, Embaixadora
2019	Subsecretaria de Cooperação Internacional, Cultura e Promoção Comercial, Subsecretária
2019-20	Secretaria de Comunicação e Cultura, Secretária
2020-	Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia, Secretária
Condecorações:	
	Medalha do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro

Mérito Santos-Dumont, Brasil, Bronze
Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
Medalha Mérito Tamandaré

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

COREIA DO SUL





Setembro de 2021

PERFIS BIOGRÁFICOS

MOON Jae-in
Presidente da República



Nasceu em 1953. Membro do Partido Democrático da Coreia, foi eleito presidente em 10/5/17. Filho de norte-coreanos que partiram para o Sul em meio à Guerra da Coreia, cresceu em situação de extrema pobreza. Ingressou, em 1972, na faculdade de Direito da Universidade Kyung Hee, onde combateu o regime militar do General Park Chung-hee (pai da ex-presidente Park Geun-hye). Engajado no movimento contra a ditadura, foi preso em 1975. Tornou-se advogado em 1980, passando a trabalhar na área de direitos humanos com Roh Moo-hyun, de quem foi secretário de Assuntos Civis e, posteriormente, chefe de gabinete, quando este assumiu a Presidência, em 2002.

CHUNG Eui-yon
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em 1946. Graduou-se em Diplomacia pela Universidade de Seul. Diplomata de carreira, foi Embaixador em Israel, Vice-Ministro do Comércio (do então Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio - MOFAT) e Representante Permanente em Genebra. Entre 2004 e 2008, exerceu mandato na Assembleia Nacional. Como Conselheiro de Segurança Nacional da Presidência, no governo Moon Jae-in, foi responsável pela preparação da Cúpula Trump-Kim de Singapura (2018). Em julho de 2020, foi nomeado Assessor Especial da Presidência para Assuntos Internacionais e Segurança Nacional. Assumiu o atual cargo em 9/2/21.

LIM Ki-mo
Embaixador da Coreia do Sul no Brasil



Nasceu em 1965. Graduou-se em língua espanhola pela Universidade Nacional de Seul e obteve título de mestre em Relações Internacionais pela Universidade Yonsei. Ingressou na carreira diplomática em 1991. Serviu no Consulado-Geral em Xangai, em Berna, na Cidade da Guatemala, em Washington, na Cidade do México e em Kingston. Foi Embaixador em Buenos Aires (2018-19). Na Chancelaria coreana, ocupou os cargos de Diretor da Divisão de Cooperação Regional com América Latina e Caribe (2004-06), Diretor para Missões no Exterior (2006), Diretor de Finanças e Planejamento (2007), Diretor-Geral de América Latina e Caribe (2016-2018) e Vice-Ministro para Assuntos Protocolares (2019), cargo de nível equivalente ao de Secretário.

VISÃO GERAL

A Coreia é a 10ª economia do mundo (PIB de US$ 1,63 trilhões), com extraordinária história de superação e construção de uma sociedade moderna, próspera e estável após a ocupação japonesa (1910-1945) e a Guerra da Coreia (1950-53). Em pouco mais de seis décadas, transformou-se em um país desenvolvido, cuja história de sucesso está calcada em três bases: investimento em educação, os valores de harmonia social herdados do confucionismo e aposta decidida no planejamento econômico e no comércio internacional. Mais recentemente, incorporou a seu receituário o poder da inovação. Como resultado, possuía, em 2020, PIB nominal per capita de US$ 31,5 mil (US$ 44,6 mil em PPP), passando a pertencer ao clube "30/50", os sete países que ostentam, ao mesmo tempo, renda per capita de pelo menos US$ 30.000 e população superior a 50 milhões de habitantes.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e a Coreia do Sul (República da Coreia) estabeleceram relações diplomáticas em 1959. O Brasil foi o 8.º país do mundo e o 1.º latino-americano a reconhecer oficialmente o país, dez anos antes do estabelecimento das relações diplomáticas, em 1949. A República da Coreia abriu, em 1962, no Rio de Janeiro, sua primeira embaixada na América Latina. Em 1965, o Brasil abriu sua embaixada em Seul.

As relações Brasil-Coreia do Sul ganharam progressiva densidade com a celebração de diferentes instrumentos bilaterais, como o Acordo de Comércio (1963); o Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia (1991); o Acordo sobre Isenção de Vistos (2011); o Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa, em 2006; e o Acordo de Previdência Social, em 2012; entre outros.

Em outubro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro recebeu ligação do presidente Moon Jae-in. A última troca de visitas de alto nível ocorreu em 2018: em março, o primeiro-ministro Lee Nak-yon visitou o Brasil para participar do 8° Fórum Mundial da Água e foi recebido pelo presidente Michel Temer. A última visita de um Chefe de Estado brasileiro à Coreia do Sul ocorreu em 2010, quando o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve no país para participar da Cúpula do G-20. Antes disso, em 2005, o Presidente Lula realizara visita estritamente bilateral, assim como o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2001. O Brasil recebeu as seguintes visitas de presidentes sul-coreanos: Park Geun-hye (2015), Lee Myung-bak (2008), Roh Moo-hyun (2004) e Kim Young-sam (1996).

Em maio de 2018, o então ministro Aloysio Nunes visitou Seul, para o lançamento das negociações MERCOSUL-Coreia. A única outra visita de um chanceler brasileiro à Coreia ocorrera há 27 anos (sem considerar as visitas presidenciais, normalmente acompanhadas pelos Ministros de Relações Exteriores). O Brasil já recebeu três chanceleres da Coreia do Sul (novamente, excluídos aí aqueles que acompanharam seus presidentes): Kim Sung-hwan (2012), Gong Ro-myung (1995) e Kim Yong-shik (1973).

Em março de 2021, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, visitou a Coreia para participar do "Fórum de Cooperação Digital Coreia-América Latina 2021" e encontros bilaterais.

Em 29-31/8, o Ministro das Comunicações, Fábio Faria, esteve na Coreia para conhecer a tecnologia 5G local. Visitou a SAMSUNG e concluiu MdE para Cooperação em TICs.

O Mecanismo de Consultas Políticas, principal instância para a ampla discussão da agenda bilateral e de temas internacionais de mútuo interesse, foi estabelecido em 1996 e sua próxima reunião está agendada para 7/10/21, em Seul. Do lado brasileiro, será presidida pela Secretária de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia (SARP), Embaixadora Márcia Donner Abreu.

COMÉRCIO

A Coreia rivaliza com o Japão na posição de 2º parceiro comercial do Brasil na Ásia. Em 2020, a corrente bilateral alcançou US$ 7,8 bilhões. O Brasil foi o 2º parceiro da Coreia na América Latina, atrás do México.

O comércio tende a ser deficitário para o Brasil. Os principais produtos exportados em 2020 foram petróleo cru, farelo de soja, minério de ferro, milho e álcool. Os principais produtos importados foram componentes de equipamentos eletrônicos e da indústria de petróleo e gás, partes e acessórios para veículos, medicamentos e produtos farmacêuticos, bem como equipamentos de telecomunicações.

As exportações brasileiras para a Coreia do Sul no primeiro semestre de 2021 foram as maiores já registradas. **Pela primeira vez, desde 1997, houve superávit favorável ao Brasil** (no valor de US$ 129,6 milhões). Com o resultado, a Coreia do Sul tornou-se o quinto destino das vendas brasileiras para o exterior (2,08% do total), após China, EUA, Argentina e Países Baixos.

O fluxo de comércio entre o Brasil e a Coreia atingiu US$ 5,51 bilhões no primeiro semestre de 2021, com perspectivas positivas até o final deste ano.

ACESSO A MERCADOS PARA PRODUTOS DO AGRONEGÓCIO

A Coreia é o 6º importador mundial de produtos do agronegócio (valor de U$$ 32,243 bilhões), atrás da UE, EUA, China, Japão e Canadá (dados do triênio 2018-2020). O Brasil exportou US$ 1,706 bilhão, na média anual 2018-2020, em produtos agropecuários para a Coreia, o que significou 2,22% de participação do total exportado pelo Brasil ao mundo, tornando o país o 8º destino das exportações brasileiras no triênio. Em 2020, os produtos do agronegócio seguiram compondo importante fatia na pauta de exportação do Brasil à Coreia. O farelo de soja foi o 2º produto mais vendido para o país (US$ 545 milhões); ao passo que o milho foi o 4º (US$ 423 milhões) e derivados da cana-de açúcar (etanol combustível) foram o 5º (US$ 387 milhões). A carne de frango nacional lidera o mercado coreano, respondendo por 80% do total importado (US$ 264,2 milhões em 2020).

Os produtos do agronegócio brasileiro enfrentam, contudo, barreiras tarifárias e sanitárias/fitossanitárias, em longo processo de negociação para habilitação de estabelecimentos. A Coreia do Sul apresenta elevados picos tarifários em produtos agrícolas: milho (630%), soja (487%), etanol (270%), carne bovina desossada (40%) e açúcar refinado (30%).

O acesso brasileiro ocorre em produtos: i) que são beneficiados por quotas erga omnes ao amparo da Organização Mundial do Comércio (OMC), como o milho e a soja; ii) que possuem alíquotas baixas de importação, como o café (2%) e o algodão (0%); iii) em que o produto brasileiro tem alta competitividade no mercado internacional, como carne de frango (tarifa de 27%) e suco de laranja (54%).

Carne bovina: Apesar de o Brasil negociar a abertura do mercado para Santa Catarina (livre de febre aftosa sem vacinação) há mais de uma década, o processo ainda está na fase inicial. Em abril de 2019, o MAPA solicitou a expansão do processo, de forma que passe a incluir carne bovina de todo o Brasil - tendo em vista que a produção

de bovinos em Santa Catarina representa apenas 0,18% do total exportado pelo país. No final de 2019, o Ministério de Agricultura, Alimentos e Temas Rurais (MAFRA) aceitou dar início ao processo de abertura para os demais estados do Brasil, que tinham, então, status de "livre de febre aftosa com vacinação". Em 27/5/21, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconheceu novas áreas livres de febre aftosa sem vacinação no Brasil. Após dez meses de espera, as autoridades sanitárias sul-coreanas remeteram os questionários que deverão ser preenchidos para que se dê continuidade à análise de Santa Catarina e se inicie a avaliação da inclusão dos demais estados. O Brasil conta com condições sanitárias, na classificação da OIE, melhores do que a própria Coreia.

Carne suína: em maio de 2018, após doze anos de negociações, foram finalizados todos os procedimentos para a abertura do mercado sul-coreano às exportações de carne suína in natura de Santa Catarina (Estado livre de febre aftosa sem vacinação). A Coreia é um dos maiores compradores mundiais de carne suína in natura (mercado estimado em US$ 1,5 bilhão). O potencial de exportação do Brasil é estimado em US$ 160 milhões por ano. Não obstante, o Brasil exportou apenas US$ 9,2 milhões, em 2019, e US$ 11 milhões, em 2020. Sobre o produto brasileiro incide tarifa de 25%, ao passo que os principais concorrentes contam com tarifa zerada ou próxima a zero. Em agosto último, a Agência de Quarentena Animal e Vegetal (APQA) coreana reiterou que, mesmo após o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) das novas áreas livres de febre aftosa sem vacinação no Brasil (inclusive PR e RS), em 27/05/21, a exportação de produtos suínos para a Coreia continua restrita à SC.

Outro entrave significativo para as exportações de suínos brasileiros à Coreia diz respeito às dificuldades no processo de habilitação de estabelecimentos catarinenses junto ao governo coreano. Desde o início da pandemia de COVID-19, está pendente missão de inspeção sanitária coreana a estabelecimentos brasileiros interessados em exportar carne de aves, suínos e farinhas/gorduras de origem animal. Não há previsão de realização da referida missão. O Brasil deseja um processo de registro de empresas brasileiras mais simplificado, com base apenas na documentação (pre-listing), e não condicionado a inspeções in loco, como atualmente. O Brasil já concede pre-listing à Coreia do Sul para importação de pescados e frutas.

Frutas: o Brasil negocia acesso ao mercado coreano para uvas, frutas cítricas, melão e mamão. O processo de análise de risco que está mais avançado é o das uvas, prioritário para o MAPA. Os demais processos encontram-se em estágio inicial e só devem avançar após concluído o das uvas.

A Coreia, por sua vez, está negociando a abertura do mercado brasileiro para três produtos agrícolas: morangos (prioritário para o lado coreano), peras e rabanete.

NEGOCIAÇÕES DE ALC MERCOSUL-COREIA DO SUL

Estão em curso, desde 2018, negociações de Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Coreia. Em 2020, a pandemia paralisou rodadas presenciais MERCOSUL-Coreia e a Argentina decidiu retirar-se das negociações de acesso a mercados, o que obrigou o MERCOSUL a refazer sua oferta. Acordou-se que o MERCOSUL seguirá negociando no formato 4+1 em todos os outros grupos técnicos.

Em março de 2021, e em resposta a solicitação coreana, o MERCOSUL encaminhou plano de trabalho com cronograma para a conclusão das negociações. Além

das rodadas já realizadas este ano, estavam previstos encontros em outubro e novembro, com possível rodada final em fevereiro de 2022.

Trata-se de negociação complexa. A complementaridade natural, em visão de jogo de soma zero, aponta para uma perda de espaço para a indústria doméstica e ganhos para o agronegócio brasileiro. Em visão mais moderna, baseada na integração econômica e na competitividade das economias, o acordo permitiria às indústrias brasileiras integrarem-se de forma mais competitiva às cadeias globais de valor, além dos benefícios para os consumidores.

A Coreia e sua rede de ALCs: A Coreia é um dos países mais ativos do mundo em matéria de política comercial. Até o momento, já concluiu 17 ALCs, abrangendo universo de 57 países. A rede coreana de ALCs cobre o equivalente a cerca de 70% do comércio exterior sul-coreano e inclui alguns de seus principais parceiros econômicos, como EUA, China, União Europeia e ASEAN. A Coreia também é parte do RCEP ("Regional Comprehensive Economic Partnership"), assinado em 15/11/20 pelos 10 países da ASEAN e outros quatro parceiros asiáticos (China, Japão, Austrália e Nova Zelândia). O acordo, quando em vigor, deverá constituir a maior área de livre comércio do mundo. Todos os principais concorrentes brasileiros que apresentam market share superior ao Brasil no mercado sul-coreano possuem como diferencial acordos de livre comércio com o país: EUA (26% de market share), China (12,3% de market share), UE (12,1% de market share), e Austrália (9,5% de market share). Para vários produtos, os acordos de livre comércio destacados beneficiarão concorrentes brasileiros com alíquota zero, na fase final de desgravação, como por exemplo: fumo (livre comércio Austrália, EUA e UE), carne de frango (livre comércio em 18 anos com Austrália, 12 anos com EUA, e 14 anos com UE), chocolate (livre comércio em até 6 anos com EUA, UE e Austrália), milho (livre comércio em 18 anos com Austrália, 7 anos com EUA e 14 com UE), suco de laranja (livre comércio com EUA, 4 anos com Austrália e 5 com UE).

INVESTIMENTOS

A Coreia mantém estoque de investimentos no Brasil de US$ 7,2 bilhões. Estima-se que haja mais de 400 empresas coreanas instaladas no país, a exemplo da Hyundai/KIA (setor automobilístico), Samsung e LG (eletrônicos), Hana Micron (semicondutores) e POSCO (siderurgia).

A Korea Shipbuilding & Offshore Engineering (KSOE), parte do grupo Hyundai e maior estaleiro coreano, anunciou, em maio de 2021, que integrará o consórcio responsável pela construção da plataforma P-78, da Petrobras, com aporte de US$ 850 milhões. No mesmo mês, o Ministério da Economia aprovou projeto de investimentos de R$325 milhões da LG Electronics no Polo Industrial de Manaus. Em 24/11/20, ocorreu, em São Paulo, evento para investidores coreanos que contou com a presença do secretário-adjunto da SPPI. Espera-se organizar evento de maior amplitude em 2021.

COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

Tanto o Senado como a Câmara dos Deputados possuem grupos parlamentares de amizade instalados com a Coreia do Sul. O primeiro é presidido pelo Senador Antonio Anastasia (PSD/MG) e o segundo pelo Deputado Luis Miranda (DEM/DF), com participação de quase 80 membros das duas casas legislativas. Na Câmara, há, ainda, a Frente Parlamentar Brasil-Coreia do Sul, presidida pelo Deputado Cláudio Cajado (PP/BA) e constituída por 222 deputados. Por iniciativa do Deputado Aroldo

Martins (Republicanos/PR), foi recentemente instalada, na Câmara dos Deputados, a "Frente Parlamentar pela Pacificação das Coreias". Missões parlamentares com ênfase econômico-comercial ou em cooperação em áreas como educação, ciência e tecnologia foram mantidas regularmente até o início da pandemia, devendo ser retomadas tão logo a situação sanitária seja normalizada.

Missões parlamentares brasileiras à Coreia: Entre 27/2 e 1/3/2018, delegação parlamentar chefiada pelo então Deputado Federal Jair Bolsonaro (PSC/RJ) e integrada pelos Deputados Federais Eduardo Bolsonaro (PSC/SP) e Onyx Lorenzoni (DEM/RS), pelo então Deputado Estadual fluminense Flávio Bolsonaro (PSC/RJ) e pelo Vereador carioca Carlos Bolsonaro (PSC/RJ) esteve na Coreia para manter encontros com instituições das áreas de educação e inovação. O Deputado David Soares (DEM-SP) realizou missão à Coreia, em maio de 2019, com o objetivo de chamar a atenção de potenciais investidores para o setor de energia no Brasil. De 1° a 8/12/19, grupo de parlamentares brasileiros liderado pelo Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Vice-Presidente do Grupo Brasil-Coreia no Congresso, realizou missão à Coreia. Os parlamentares cumpriram programa voltado para o conhecimento da experiência coreana nas áreas de educação, ciência e tecnologia e meio ambiente.

Missões parlamentares coreanas ao Brasil: Delegação parlamentar, composta pelos Deputados Yoon Sang-hyun, Lee Eun-kwon e Park Chan-dae, realizou visita ao Brasil de 2 a 4/8/18, ocasião em que mantiveram encontro com o então SG e com parlamentares brasileiros. Os parlamentares sul-coreanos Jeon Hae-cheol – na qualidade de enviado especial do Presidente Moon Jae-in – e Choi In-ho, ambos do governista Partido Democrático da Coreia (PDC), realizaram visita ao Brasil em janeiro de 2019, para participar da cerimônia de posse do PR. Na ocasião, a delegação coreana foi recebida pelo então Ministro Ernesto Araújo e pelo então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Senador Fernando Collor de Mello. Delegação parlamentar coreana chefiada pelos Presidentes do Grupo Parlamentar Coreia-Brasil, Won Hye-young, e do Fórum Coreia-América Latina, Kim Moo-sung, visitou Brasília em 8/7/19. Na ocasião, os parlamentares foram recebidos pelo PR e pelo então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, Deputado Eduardo Bolsonaro (PSL/SP).

CIÊNCIA, TECNOLOGIA & INOVAÇÃO

Há excelentes perspectivas em Ciência, Tecnologia e Inovação. Recente missão do Ministro das Comunicações (29-31/8), Fábio Faria, tratou de 5G, da participação coreana nas redes pública e privada brasileira e do interesse em expandir investimentos setoriais em ramos como semicondutores e chips.

Participação no 5G: Representante da Samsung antecipou que a empresa não terá dificuldade de se mobilizar para atender às expectativas do governo brasileiro, inclusive na geração de empregos, em razão da base de produção e de P&D já montada em nosso País. Enfatizou que a Samsung detém "know-how" em redes privativas de governo, graças à experiência nos mercados dos EUA e do Canadá. A empresa coreana respondeu, no terceiro trimestre de 2020, por 6,4% do mercado mundial de equipamentos de tecnologia 5G, atrás da Huawei (32,8%), da Ericsson (30,7%), da ZTE (14,2%) e da Nokia (13,0%). Excluindo o expressivo mercado da China, a fatia da Samsung seria de cerca de 17%.

Representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação da Coreia expressou a disposição da Coreia em colaborar ativamente na implementação do 5G no

Brasil, com base na experiência coreana, em parcerias entre os dois governos e entre empresas dos dois países, incluindo o fornecimento de equipamentos e aparelhos, assim como o apoio a 'startups' e a PMEs.

Propalada como o primeiro país a adotar, comercialmente, o serviço de transmissão de dados digitais de quinta geração (abril de 2019), a Coreia detém, atualmente, a maior proporção mundial de usuários da tecnologia 5G e a maior velocidade média oferecida ao consumidor no mundo (351,2 megabits por segundo, de acordo com medição da Opensignal em dezembro de 2020). Em junho último, o número de assinantes de serviços de telecomunicações de 5G na Coreia era de mais de 16 milhões, e o número de estações-base construídas, de 170.000.

O governo coreano acredita que a nova tecnologia, por seu potencial de criar "efeito cascata" no segmento das telecomunicações, em termos de maiores investimentos, deve desempenhar o papel de motor do crescimento econômico da Coreia nos anos vindouros. A nova tecnologia é também alternativa para aumentar a competitividade mundial das empresas do país. No âmbito da “5G+ Strategy” do governo Moon, as ações estratégicas vislumbradas por Seul para os próximos anos assentam-se sobre cinco pilares: (i) protagonismo do setor público na fase inicial de investimentos, atuando como pivô na criação de primeiro mercado local de 5G, de modo a estimular a demanda; (ii) atração de investimentos privados; (iii) aprimoramento regulatório; (iv) criação de uma fundação industrial; e (v) apoio à exportação de bens e serviços em tecnologia 5G. A meta do governo é alcançar, até 2026, a marca de US$ 150 bilhões na produção relacionada com as indústrias estratégicas de 5G e a ampliação do volume de exportações nesse segmento para US$ 73 bilhões.

Cooperação em semicondutores e digitalização: A Samsung manifestou ao Ministro Fábio Faria interesse em examinar a possibilidade de produzir semicondutores e chips no Brasil.

Em reunião com a Ministra da Ciência, Tecnologia da Informação e Comunicação da Coreia, Lim Hye-sook, foram enfatizadas a potencialidade da Coreia de se tornar a principal parceira do Brasil em matéria de digitalização e em políticas de transformação digital e a disposição coreana de compartilhar seu 'know-how'.

A inovação por meio de recursos digitais constitui um dos três pilares do plano de revitalização econômica da Coreia do Sul ("Korean New Deal"). No âmbito desse pilar ("Digital New Deal"), o governo coreano espera investir, até 2025, quase US$ 40 bilhões em sistemas e infraestruturas digitais.

MdE TIC: Durante a missão do Ministro Fábio Faria, foi firmado "Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo das Tecnologias da Informação e da Comunicação".

É elevada a expectativa quanto à realização, na semana de 22 de novembro, após intervalo de 7 anos e sucessivos adiamentos, da 3ª Comissão Mista de Ciência e Tecnologia Brasil-Coreia, presencialmente, em Seul (a 2ª reunião ocorreu em abril de 2014, em Brasília). Possíveis temas a serem tratados incluem 5G, Inteligência Artificial, biotecnologia e saúde. A recente visita do ministro Marcos Pontes a Seul (15-18/03/21) reflete a prioridade que o MCTI confere à cooperação com o país.

COVID-19 E COOPERAÇÃO EM SAÚDE

A Coreia pretende tornar-se o 5º maior produtor mundial de vacinas até 2025. A área de P&D de vacinas será em breve designada um dos setores estratégicos da

economia nacional e receberá investimentos da ordem de US$ 1,9 bilhão nos próximos 5 anos.

Também há interesse brasieiro no reconhecimento da validade de comprovantes de vacinação. Desde 1°/07, indivíduos imunizados fora da Coreia – por antígenos aprovados junto à OMS – podem ser dispensados da quarentena de 14 dias. A isenção não é válida para viagens de turismo, e não se aplica a países onde predominam variantes consideradas altamente contagiosas, incluindo o Brasil.

Autoridades sanitárias coreanas anunciaram que o país planeja adotar regras para validação de certificados de vacinação emitidos no exterior. Ainda não se divulgaram medidas concretas, as quais, em princípio, deverão observar reciprocidade.

A empresa coreana Seegene Inc. efetuou doação de equipamentos médicos para instalação e uso em laboratórios da rede do SUS, além de testes PCR, no valor de cerca de US$ 18 milhões, no contexto do enfrentamento à pandemia de COVID-19. A empresa deve operar, já a partir de 2022, em São Paulo, unidade de produção e centro de pesquisa e desenvolvimento voltado à transferência de tecnologia e à capacitação técnica. A empresa planeja produzir no Brasil não somente testes de diagnóstico para a COVID-19, mas também para outras doenças infecciosas, como tuberculose, e enfermidades tropicais como dengue, zika e chikungunya.

A política de combate à pandemia de COVID-19 vem sendo tratada pelo governo coreano como relevante ativo diplomático e ferramenta de promoção da indústria de tecnologia de saúde coreana.

COMUNIDADE COREANA NO BRASIL

Em 2023, a imigração coreana ao Brasil completará 60 anos. O primeiro grupo de 109 pioneiros partiu da cidade de Busan, em dezembro de 1962, aportando em Santos, em fevereiro de 1963. O contingente populacional de coreanos, estabelecidos principalmente na cidade de São Paulo, é estimado em cerca de 60 mil pessoas. O Brasil abriga a maior comunidade de sul-coreanos na América Latina, a terceira maior população coreana fora da Ásia e a décima primeira no mundo.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

POLÍTICA INTERNA

Após período de sucessivos governos militares, a partir de 1961, a Coreia redemocratizou-se em 1987. Segundo a Constituição, o Presidente da República é o Chefe de Estado e de Governo, bem como Comandante-Chefe das Forças Armadas. O Presidente é eleito a cada 5 anos, sem possibilidade de reeleição. Como Chefe do Executivo, indica o Primeiro-Ministro[1], com anuência da Assembleia Nacional, e os 18 Ministros do governo, com os quais compõe o Conselho de Estado. A excessiva concentração de poderes na Presidência é objeto de recorrentes críticas na opinião pública coreana.

[1] No sistema político sul-coreano, o Primeiro-Ministro, que constitui o segundo cargo na hierarquia do Estado, tem a prerrogativa de substituir o Presidente da República em sua ausência - mas não em casos de destituição ou morte, cenários nos quais novas eleições são realizadas. O Primeiro-Ministro, contudo, desempenha funções normalmente limitadas dentro do Poder Executivo, como a coordenação e supervisão, sempre sob a orientação presidencial, de certas atividades dos ministérios ou programas de governo. Possui, ainda, margem apenas relativa de ação, a qual lhe deve ser concedida pelo Presidente da República, na articulação política do governo com o Parlamento.

Os principais partidos políticos são o "Partido Democrático da Coreia" (PDC ou Democratic Party of Korea - DPK, em inglês), atualmente no poder, de orientação liberal de centro-esquerda, e o conservador “Partido do Poder do Povo” (People Power Party – PPP, em inglês). O PPP foi criado em fevereiro de 2020, a partir da fusão do "Partido Coreia Liberdade" (PCL) com os minoritários “Novo Partido Conservador” e “Onward for Future 4.0”. A terceira força partidária é o Bareun Mirae (“futuro certo”), de centro-direita, fundado em 2018.

A ex-Presidente Park Geun-hye foi destituída em 10/3/17 — um ano antes do fim do seu mandato —, por meio de processo de impeachment. Pouco depois, em 10/5/17, o liberal Moon Jae-in, do PDC, foi eleito Presidente, encerrando ciclo de nove anos de governos conservadores. Moon venceu com a maior margem de votos já registrada na história do país: 5,56 milhões de votos a mais que o segundo colocado. Durante sua campanha, Moon prometeu maior engajamento nas relações com a RPDC, reforma das leis que regem os conglomerados econômicos, emenda à Constituição para reduzir os poderes do presidente e mudanças no sistema judiciário.

A Coreia tem eleições presidenciais marcadas para 09/03/22. Em 30/07, o ex-procurador-geral Yoon Seok-youl anunciou sua decisão de filiar-se ao Partido do Poder Popular (PPP), principal partido de oposição, e disputará as primárias do partido para definição do candidato da legenda. Pelo governista PDC, os mais cotados para a candidatura são o governador da província de Gyeonggi (a mais populosa, a noroeste do país), Lee Jae-myung (2º lugar nas pesquisas, com 25,5%), e os ex-PMs Lee Nak-yon e Chung Sye-kyun.

Poder Legislativo

O Poder Legislativo é constituído pela Assembleia Nacional (parlamento unicameral), composta por 300 membros (Deputados), com mandatos de 4 anos. Do total de seus membros, 253 são eleitos por voto distrital majoritário e 47 por sistema de representação proporcional de lista fechada. Dessa forma, o eleitor sul-coreano vota, paralelamente, em um dos candidatos de seu distrito para preencher uma das 253 vagas, bem como em um dos partidos sul-coreanos para compor as demais 47 cadeiras.

Em eleições legislativas realizadas em 15/4/20, o PDC obteve vitória sobre a oposição conservadora. Apesar da pandemia de COVID-19, as eleições legislativas tiveram índice de comparecimento às urnas de 66,2%, o maior nos últimos 28 anos. O governista PDC e o seu partido satélite, o “Citizen's Party” - este último criado exclusivamente para disputar as 47 vagas preenchidas pelo voto proporcional, que teoricamente favoreceria partidos minoritários - alcançaram resultado significativo. Conjuntamente, lograram preencher 180 dos 300 assentos da Assembleia Nacional, o que lhes garante maioria qualificada de três quintos no sistema unicameral sul-coreano e, por conseguinte, a possibilidade de aprovar qualquer projeto legislativo à exceção de projetos de mudança constitucional, que requerem maioria de dois terços.

A 21ª legislatura da Assembleia Nacional coreana teve início em 30/5/20 e exercerá mandato de quatro anos. A atual composição do Parlamento reflete alguns anseios da sociedade coreana por mudanças. Número sem precedentes na história coreana de parlamentares mulheres foram eleitas: 57 membros (19%). Ademais, 50,3% do parlamento foi renovado, o que representa aumento em relação à legislatura passada, que teve índice de renovação de 44%. O fato de o parlamento coreano ser um dos mais envelhecidos do mundo sofreu importante inflexão com a composição da atual legislatura, cuja média etária é de 49,9 anos.

Poder Judiciário

A mais alta instância do poder judiciário sul-coreano é a Suprema Corte, que conta com um Presidente e mais 13 Juízes, os quais cumprem mandato de 6 anos. O país também dispõe de uma Corte Constitucional, instância do sistema judicial sul-coreano encarregada de revisar as demais leis à luz da constituição, decidir casos de impedimento de servidores públicos (incluindo o Presidente da República) e sobre a dissolução de partidos políticos, resolver disputas entre os governos central e os locais, bem como emitir sentença final sobre casos que envolvam interpretações constitucionais. De seus nove Juízes, três são nomeados pela Assembleia Nacional, três pelo Presidente da Suprema Corte e três pelo Presidente da República, todos para mandatos de 6 anos.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa sul-coreana é condicionada pela persistência de um armistício na Península Coreana, já que nunca foi assinado tratado de paz que pusesse fim à Guerra da Coreia (1950-1953); pela aliança político-militar com os Estados Unidos; e pelas relações com os vizinhos do Nordeste Asiático (China e Japão). A política externa sul-coreana também se caracteriza por viés econômico voltado ao comércio internacional e à negociação de Acordos de Livre-Comércio (ALC).

Os principais desafios enfrentados pela política externa sul-coreana no momento são (i) o impasse nas negociações sobre a desnuclearização da Coreia do Norte e as dificuldades para retomar o diálogo intercoreano; (ii) a deterioração das relações entre EUA – seu principal aliado político e militar – e China – seu maior parceiro comercial; e (iii) os recorrentes atritos, históricos e territoriais, nas relações com o Japão.

ECONOMIA

A Coreia do Sul é a 10ª maior economia do mundo e a 4ª maior da Ásia (atrás da China, do Japão e da Índia). A economia sul-coreana apresenta fundamentos sólidos. Em termos estruturais, o país conta com mão-de-obra qualificada e grande capacidade industrial instalada. As reservas internacionais oscilam em torno dos US$ 400 bilhões. A relação dívida/PIB não passa de 50% e a renda per capita está em torno dos US$ 30,000[2]. O país tem mantido crescimento estável nos últimos anos: 2,6% (2015); 2,8% (2016); 3,1% (2017), 2,6% (2018) e 2% (2019). O crescimento deveu-se, em grande medida, ao bom desempenho do setor externo, que representa cerca de 70% do PIB do país.

Apesar da crise econômica internacional ocasionada pela pandemia de COVID-19, a Coreia teve contração do PIB de apenas 1% em 2020, a menor taxa entre os países da OCDE e abaixo da média mundial. A estimativa para 2021, é de aumento de 4,3% do PIB (FMI). Ademais, a despeito da retração de 11% do Investimento Externo Direto (IED) na Coreia do Sul em 2020, o total continuou acima dos US$ 20 bilhões pelo sexto ano consecutivo. Os relativos bons resultados deveram-se aos fundamentos macroeconômicos consistentes, à tempestividade das medidas fiscais, monetárias e financeiras e ao sucesso no controle da disseminação da doença.

Os pacotes de estímulo econômico lançados pelo governo coreano em 2020 chegaram aos US$ 280 bilhões, incluindo apoio a famílias e a pequenas empresas. O "Korean New Deal", lançado no período mais agudo da crise econômica de 2020, prevê

[2] Como já anteriormente indicado, a Coreia do Sul é um dos sete países do mundo a pertencer ao clube "30/50", formado pelos países que ostentam, ao mesmo tempo, renda `per capita` de, pelo menos, US$ 30 000 e população superior a 50 milhões de habitantes. As demais seis nações são Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Japão. Recorda-se que, nos anos 60, a Coreia do Sul era um dos mais pobres do mundo, com renda `per capita` de apenas US$ 100.

gastos públicos da ordem de US$ 145 bilhões até 2025, com os recursos sendo divididos entre proteção social, desenvolvimento digital (inclusive 5G) e economia sustentável. Em março de 2021, o governo coreano anunciou novo programa de estímulo econômico no valor de US$ 17,3 bilhões. Os recursos serão divididos em três linhas de ação: (i) auxílio aos pequenos negócios e aos trabalhadores, (ii) combate ao desemprego, e (iii) esforço de vacinação em massa.

No campo da política monetária, o Banco da Coreia (BoK, em inglês) já vinha adotando medidas de resposta à crise econômica provocada pela pandemia de COVID-19 desde 16/3/20, quando reduziu a taxa de juros básica de 1,25% para 0,75%. O BoK optou por reduzir novamente a taxa em 28/5/20, levando o índice de referência para 0,5%. Em agosto, em face de cenário de aceleração inflacionária para 2,1% e preocupações com o superaquecimento do mercado imobiliário e o endividamento das famílias, o Banco da Coreia elevou a taxa básica de juros de 0,5% para 0,75%. O crescimento de 0,7% do PIB no segundo trimestre reforçou a expectativa oficial de que expansão chegue a 4% em 2021. Para o BoK, a imposição recente de regras mais rígidas de isolamento social e incerteza internacional são os fatores que deverão ditar os limites da economia no segundo semestre.

O setor externo tem impulsionado a recuperação econômica do país. Na primeira metade de 2021, as exportações semestrais sul-coreanas chegaram a USD 303,24 bilhões e atingiram, pela primeira vez na história, a marca de 300 bilhões de dólares. O superávit comercial coreano no semestre atingiu cerca de USD 18 bilhões. O desempenho do comércio exterior em junho também foi o melhor da série histórica do país, e representa o quarto mês consecutivo com exportações superiores a USD 50 bilhões.

COMÉRCIO EXTERIOR

Até o momento, a Coreia já concluiu 17 ALCs, abrangendo universo de 57 países e incluindo alguns de seus principais parceiros comerciais, como China, EUA, União Europeia e ASEAN. A rede coreana de ALCs cobre o equivalente a aproximadamente 70% do comércio exterior sul-coreano.

A Coreia não faz parte do CPTPP (Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership), particularmente pela resistência do Japão. Não obstante, em dezembro de 2020 o presidente Moon confirmou publicamente que o país considera aderir ao acordo. Concluído em 2018, o CPTPP entrou em vigor em 01/2019, reunindo 11 países (os EUA se retiraram das negociações em 2017), formando a 4ª maior área de livre comércio do mundo.

RCEP: A Coreia do Sul integra o RCEP (Regional Comprehensive Economic Partnership), acordo firmado, em novembro de 2020, com os países da ASEAN, China, Japão, Austrália e Nova Zelândia. Os 15 países-membros da RCEP representam cerca de um terço da população, 30% do PIB mundial e 28% do comércio internacional. Quando em vigor, será a maior área de livre comércio do mundo. Embora menos ambiciosa em disciplinas do que o CPTPP, a RCEP inclui padrões mínimos sobre áreas como facilitação do comércio, medidas SPS, normas técnicas, entre outros. O acordo comporta os primeiros acordos de liberalização comercial entre as três grandes bases manufatureiras e tecnológicas da região – China, Japão e Coreia do Sul – resultado que teria sido politicamente difícil se negociado apenas entre os três países. A RCEP segue pendente de aprovação parlamentar pela Coreia. A participação do país no acordo constitui oportunidade de ganhos significativos de mercado para as exportações de manufaturas avançadas e bens culturais sul-coreanos (“K-pop” e “K-drama”), bem

como para o aprofundamento da integração regional de cadeias produtivas. O volume de exportações da Coreia para os demais membros da RCEP corresponde a mais de 40% das exportações do país.

DADOS BÁSICOS SOBRE A COREIA DO SUL	
NOME OFICIAL	República da Coreia
GENTÍLICO	Coreano
CAPITAL	Seul
ÁREA	99.678 km^2 (equivalente a Pernambuco)
POPULAÇÃO	51,7 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Coreano
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Nacional (Kuk Hoe): Parlamento unicameral, composto por 300 membros, eleitos para mandato de 4 anos
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Moon Jae-in (desde 10 de maio de 2017)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Chung Eui-yong (desde 9 de fevereiro de 2021)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Lim Ki-mo (desde 07/07/21)
EMBAIXADOR DO BRASIL	Luís Henrique Sobreira Lopes (desde 12/10/2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2018)	0,916 (23º lugar entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	83 anos (PNUD - IDH) – 11ª mais alta do mundo
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL	US$ 1,63 trilhão (2020) (FMI)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP)	US$ 2,31 trilhões (2020) (FMI)
PIB PER CAPITA	US$ 31,5 mil (2020) (FMI)

PIB PPP PER CAPITA	US$ 44,6 mil (2020) (FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	4,3% (estimativa do FMI para 2021) -1% (2020); 2% (2019); 2,7% (2018); 3,1% (2017); 2,8% (2016); 2,8% (2015) (Banco Mundial)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (AGO/2021)	2,8% (Banco da Coreia - BoK)
UNIDADE MONETÁRIA	won sul-coreano
COMÉRCIO BILATERAL EM 2020	US$ 8,25 bilhões (-2,8%)
COMÉRCIO BILATERAL NO 1º SEMESTRE DE 2021	US$ 5,51 bilhões
TOTAL EXPORTAÇÕES EM 2020	US$ 3,76 bilhões (+9,1%)
TOTAL EXPORTAÇÕES NO 1º SEMESTRE DE 2021	US$ 2,82 bilhões (+69,8%)
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES EM 2020	1,8%
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DAS EXPORTAÇÕES NO 1º SEM. DE 2021	2%
POSIÇÃO DA COREIA DO SUL NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM 2020	11° lugar
POSIÇÃO DA COREIA DO SUL NAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO 1º SEM. DE 2021	5° lugar
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO EM 2020	Petróleo cru, minério de ferro, farelo de soja, álcoois e seus derivados e produtos semi-manufaturados de ferro
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO NO 1º SEM. DE 2021	Petróleo cru, minério de ferro, farelo de soja, álcoois e seus derivados, e soja
TOTAL IMPORTAÇÕES EM 2020	US$ 4,49 bilhões (-10,9%)
TOTAL IMPORTAÇÕES NO 1º SEM. DE 2021	US$ 2,69 bilhões (+49%)

PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DAS IMPORTAÇÕES EM 2020	2,83%
PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DAS IMPORTAÇÕES NO 1º SEM. DE 2021	2,72%
POSIÇÃO DA COREIA DO SUL NAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS EM 2020	5° lugar
POSIÇÃO DA COREIA DO SUL NAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS NO 1º SEM. DE 2021	8° lugar
PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO EM 2020	Componentes para equipamentos eletrônicos, partes e acessórios para veículos, plataformas e embarcações, medicamentos e produtos farmacêuticos, demais produtos da indústria de transformação
PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO NO 1º SEM. DE 2021	Semicondutores, partes e acessórios para veículos, plataformas e embarcações, medicamentos e produtos farmacêuticos, motores de pistão e suas partes
PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO EXTERIOR DA COREIA DO SUL (1º SEM. DE 2021)	Brasil responde por 0,98% das importações da Coreia do Sul e 2,72% das exportações
POSIÇÃO DO BRASIL NO COMÉRCIO EXTERIOR DA COREIA DO SUL (2020)	23° mercado comprador e 24º fornecedor de bens, bem como 2º parceiro comercial da Coreia na América Latina (atrás do México).
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	• US$ 4,69 bilhões em 2011 • Média de US$ 3,64 bilhões desde 2012
EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS	• US$ 10,09 bilhões em 2011 • Média de US$ 6,37 bilhões desde 2012
SALDO DA BALANÇA COMERCIAL	Déficit crônico para o Brasil, com tendência decrescente: US$ 2,5 bilhões em 2016; US$ 1,9 bilhão em 2018; US$ 1,2 bilhão em 2019, e US$ 734 milhões, em 2020. • No 1º semestre de 2021, pela primeira vez desde 1997, houve superávit favorável ao Brasil (no valor de US$ 129,6 milhões).
SECOM	• Seul
PRESENÇA DA APEX	• Não há escritório

EMBAIXADA DO BRASIL EM SEUL

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR LUÍS HENRIQUE SOBREIRA LOPES

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (out/2018 - nov/2021):

Ao chegar a Seul, em 11 de outubro de 2018, para assumir a chefia da missão diplomática brasileira na Coreia do Sul, encontrei um país em plena consolidação de sua posição como uma das economias mais desenvolvidas do mundo, em contraste óbvio com aquele país, um dos mais pobres do mundo, com quem iniciáramos nosso relacionamento diplomático apenas 60 anos antes. De receptor a doador de assistência ao desenvolvimento, de importador a criador e exportador de tecnologia, de seguidor de tendências a influenciador de modas e comportamentos, a Coreia do Sul tem seguido políticas consistentes e integradas, entre os setores público, privado e acadêmico, de investimentos em pesquisa e desenvolvimento em setores de alta tecnologia e em educação que têm estado invariavelmente associadas ao rápido crescimento econômico do país. Segundo dados do FMI de 2020, o país é a 10a. economia do mundo. Integra o G20 e a OCDE e seu presidente participou como convidado especial da última reunião de cúpula do G7 que teve lugar no Reino Unido em 2021. Integra ainda o seleto clube chamado "30/50" que congrega os sete países com PIB per capita superior a US$ 30.000 e população acima de 50 milhões de habitantes.

2. Persistem importantes desafios. Registram-se elevados índices de pobreza entre os mais idosos. O país enfrenta crise demográfica, com a população coreana apresentando crescimento negativo desde 2018, com impacto sobre o envelhecimento populacional e o sistema previdenciário nacional. Soluções que contemplem incluir aumento controlado de participação de imigrantes no cotidiano coreano enfrentam resistências por falta de abertura para a diversidade em geral. Importante ainda mencionar o desafio de transição para a economia verde assumido publicamente pelo governo coreano, não apenas no âmbito dos entendimentos climáticos multilaterais, mas também em busca de melhorar a qualidade do ar que os habitantes deste país respiram. Ainda que a China quase sempre leve a culpa pelos elevados índices de poluição atmosférica registrados na Coreia durante quase todo o ano, sabe-se que as termelétricas locais, 70% das quais à base de combustíveis fósseis, detêm grande parte da responsabilidade pelo problema. Sua substituição por energias renováveis e a adoção de formas alternativas de geração de energia fazem parte dos compromissos anunciados pela Coreia em sua participação em foros multilaterais econômicos e ambientais.

3. Nos três anos cobertos por este relatório, até novembro de 2021, o relacionamento do Brasil com a Coreia do Sul experimentou evolução impulsionada pelos aspectos que se destacam a seguir, dentre outros: (i) incremento, ano a ano, das exportações brasileiras para o país, que logrou, mesmo no contexto adverso das crises sanitária e econômica globais causadas pela pandemia de Covid-19, consolidar-se em 2021 como o segundo destino de nossas exportações na Ásia; (ii)

abertura crescente de oportunidades no campo da cooperação em CT&I, em quadro de aceleração do processo de digitalização da economia global e do pioneirismo coreano na exploração comercial, desde abril de 2019, da tecnologia 5G e de suas aplicações; (iii) abertura de perspectivas inéditas para cooperação em saúde, fármacos, biomedicina e biotecnologia; (iv) lançamento de iniciativas inovadoras dos dois países no campo cultural e educacional, voltadas para a aproximação e a promoção do conhecimento mútuo; (v) negociação de acordo de livre comércio Mercosul-Coreia que, quando concluída, contribuirá para elevar o intercâmbio comercial a novos patamares; e (vi) elevação do perfil internacional da Coreia, que passa a projetar-se como potência média, com interesses frequentemente convergentes com aqueles do Brasil.

RELACIONAMENTO POLÍTICO BILATERAL

4. Durante esta gestão, a Embaixada manteve-se engajada na reativação de mecanismos de diálogo e cooperação, cujas reuniões haviam perdido regularidade. O mais abrangente deles, o Mecanismo de Consultas Políticas (MCP), reuniu-se três vezes, desde 2018, após período de cinco anos sem reuniões. Por sua vez, a Comissão Mista de Ciência e Tecnologia (CMCT), mecanismo impulsionador da cooperação em C,T&I, tem reunião por video conferência marcada para 25/26 de novembro de 2021, pela primeira vez desde 2014. Finalmente, o Comitê Consultivo Agrícola (CCA), cuja última reunião se deu em 2012 e cuja reativação tem sido discutida em encontros e reuniões bilaterais, é de especial interesse para a construção e manutenção de confiança mútua entre as agências de vigilância sanitária e outros serviços técnicos pertinentes em setor de vital importância para nosso comércio bilateral.

REATIVAÇÃO DO MCP

5. A X Reunião do MCP teve lugar em Seul em setembro de 2018. Em setembro de 2019, em Brasília, reuniu-se a XI sessão do mecanismo. A XII Reunião do MCP se deu em Seul, em outubro de 2021.

6. O MCP consolidou-se como instrumento que tem permitido às partes tratar dos temas mais relevantes do relacionamento bilateral. A recuperação da periodicidade anual de suas reuniões constitui reflexo tanto do novo dinamismo que tem adquirido o relacionamento quanto da determinação dos dois países de contarem com ferramenta ágil, de fácil recurso, para seu contínuo impulsionamento. Suas reuniões se dão em nível de Secretário/Vice-Ministro ("Deputy Minister").

7. O reconhecimento da relevância do relacionamento bilateral e do mecanismo nesse contexto levou os dois países a iniciarem discussões sobre a elevação de sua interlocução política a "diálogo estratégico", o que tenderá a conferir maior visibilidade e força política à coordenação de posições e às iniciativas bilaterais de cooperação que sejam estabelecidas em seu âmbito, delas extraindo resultados mais robustos.

8. Brasil e Coreia mantêm diálogo fluido, baseado em bom grau de convergência de visões em relação aos grandes temas da agenda internacional. Isso permitiu que, durante a gestão, fosse mantida a tradição de troca de apoios intercâmbio de visões e coordenação de posições em organismos internacionais. Como exemplo, os dois países defenderam posição semelhante quanto ao enfrentamento de maneira combinada dos aspectos sanitários e econômicos da crise causada pela pandemia, em que a colaboração no combate à doença não pode ceder a impulsos protecionistas e deve evitar a proliferação de barreiras ao comércio para garantir o fluxo de bens e a preservação das cadeias de valor globais, que chegaram a ser diretamente ameaçadas pela pandemia.

9. No plano da troca de apoios registrados durante a gestão, o mais importante acerto foi o apoio mútuo às candidaturas respectivas a assentos não-permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). A presença do Brasil no biênio 2022-2023 e o apoio brasileiro para que a Coreia se eleja no biênio 2024-2025 abrem perspectiva de que possam manter consultas e coordenar posições em temas relevantes tratados pelo órgão durante os próximos quatro anos.

10. A Coreia também tem conferido decidido apoio à aspiração do Brasil de adesão plena à OCDE.

INTERCÂMBIO DE VISITAS DE ALTO NÍVEL

11. Marcam momento de novo dinamismo nas relações bilaterais as missões a Seul do Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes (março de 2021), e do Ministro das Comunicações, Fábio Faria (setembro de 2021). A Conferência Ministerial das Nações Unidas sobre Manutenção da Paz que Seul sediará nos dias 7 e 8 de dezembro de 2021 contará com a participação do Ministro da Defesa, General Braga Netto.

12. A mais recente visita de Presidente brasileiro à Coreia deu-se em 2010. Por sua vez, a última visita presidencial coreana ao Brasil ocorreu em 2015. O Primeiro Ministro coreano visitou o Brasil, em março de 2018, e participou do Fórum Mundial da Água. Em setembro de 2018, ainda sob a gestão de meu antecessor à frente da Embaixada, deu-se a primeira visita de Chanceler brasileiro a Seul desde 1991. Por sua vez, a última visita de Chanceler coreano ao Brasil foi em maio de 2012. Pelas manifestações que ouço do lado coreano e pelo interesse que reconheço nas autoridades brasileiras, creio que a retomada do intercâmbio regular de visitas no mais alto nível dependa apenas da identificação de épocas mutuamente convenientes para sua concretização. Neste contexto, é importante atentar para o fato de que o mandato do atual presidente coreano termina em maio de 2022.

COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

13. A redinamização do intercâmbio de visitas de alto nível coincidiu com a intensificação de visitas de missões integradas por parlamentares dos dois países. A diplomacia parlamentar tem desempenhado papel relevante como vetor de aprofundamento das relações bilaterais. Nos últimos três anos, cumpre mencionar visita a Seul de comitiva da Câmara dos Deputados liderada

pelo então Deputado Federal Jair Bolsonaro, em fevereiro de 2018, ainda na gestão de meu antecessor, seguida, em janeiro de 2019, por missão especial integrada por dois parlamentares próximos ao Presidente Moon Jae-in, com que a Coreia do Sul foi representada nas cerimônias de posse do Presidente Bolsonaro.

14. Em julho, visitaram o Brasil seis membros do Grupo de Amizade BrasilCoreia da Assembleia Nacional, incluindo seu então presidente, Won Hye-young (DPK), quando foram recebidos pelo Sr. Presidente da República. Delegação parlamentar brasileira liderada pelo Senador Sérgio Petecão visitou Seul, em dezembro de 2019. Também integraram a missão os Senadores Carlos Viana e Irajá Abreu, além dos Deputados Federais Aroldo Martins, Manuel Marcos, Vavá Martins e João Henrique Caldas. Além de visitarem a Assembleia Nacional, os congressistas brasileiros cumpriram programação voltada para o conhecimento da experiência coreana nas áreas de educação, CT&I e de meio ambiente.

15. Com vistas a dar continuidade ao intercâmbio interparlamentar, o novo presidente do grupo parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Sul da Assembleia Nacional, Do Jong-hwan, formalizou, em outubro de 2021, convite para que o presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Coreia do Sul da Câmara dos Deputados, Deputado Luis Miranda, visite Seul proximamente.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

16. A cooperação em CT&I Brasil-Coreia apresenta amplo potencial ainda a ser explorado. A Coreia do Sul conta, atualmente, com a 2ª maior proporção do mundo de investimentos em P&D em relação ao PIB (após Israel): cerca de 4,5%. As prioridades desses investimentos são os setores ligados à Indústria 4.0, de grande relevância para a modernização e competitividade da economia brasileira.

17. Em sua visita à Coreia do Sul, o Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações mapeou as áreas mais promissoras para o avanço da cooperação: biotecnologia; área aeroespacial; aplicações da tecnologia 5G; Inteligência Artificial; Internet das Coisas; novos materiais; pesquisa aplicada à saúde; pesquisa ambiental; indústria microeletrônica; entre outras.

18. Por sua vez, a visita do Ministro das Comunicações teve como principal objetivo conhecer a experiência coreana na área de tecnologia de rede 5G, já que este foi o primeiro país a adotar comercialmente, em abril de 2019, o serviço de transmissão de dados de quinta geração (5G). A Coreia detém a maior proporção mundial de usuários da tecnologia e a maior velocidade média oferecida ao consumidor no mundo e domina tecnologia de ponta na produção de semicondutores, aparelhos celulares e equipamentos de rede, com bom potencial de tornar-se parceiro importante não só no processo de implementação da tecnologia 5G no Brasil, mas também nos usos e aplicações associados à tecnologia.

19. Os investimentos coreanos no Brasil concentram-se em setores de alta tecnologia e têm sido grandes impulsionadores da cooperação em CT&I. Empresas coreanas no Brasil contam com

centros de P&D e capacitação, têm histórico de desenvolvimento de programas de apoio à aceleração de "startups" e mantêm parcerias com instituições nacionais de ensino superior.

20. As "startups" constituem, a propósito, campo de potencial interesse para a cooperação bilateral e para os negócios entre os dois países, já que os dois países acumulam sólida experiência no desenvolvimento desse tipo de empresas e contam com número semelhante de unicórnios. Esse campo de interesse ganha maior apelo se considerarmos a aceleração ainda maior dos processos de digitalização da economia global e das atividades humanas em geral em função da pandemia. Em junho de 2021, o Brasil participou, pela primeira vez, por meio de uma sessão especial dedicada ao país, da maior feira de "startups" da Coreia, a Nextrise. A participação brasileira teve o objetivo de dar visibilidade ao ecossistema brasileiro de "startups" e auxiliou na identificação de agritechs brasileiras com soluções inovadoras na área de "smart farms".

21. Teve seguimento neste período parceria tradicional, estabelecida há mais de 10 anos, entre a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e a empresa coreana de encapsulamento de semicondutores Hana Micron, cujo eixo principal tem sido a área da pesquisa e da indústria microeletrônica e de semicondutores. A Unisinos mantém, ainda, com a Universidade de Sungkyunkwan, programa de mestrado dupla-diplomação em Computação Aplicada. Foi selecionada, ademais, dentro do programa Capes/Print, para promover parcerias estratégicas com a Coreia nas áreas de Indústria 4.0/Inteligência Artificial e Internet das Coisas.

22. Outra parceria na área de pesquisa iniciou-se durante visita a Seul, em outubro de 2019, do diretor-presidente da FAPESP, Professor Carlos Américo Pacheco, que concluiu acordo com a Fundação Nacional de Pesquisa da Coreia do Sul (NRF), pelo qual as duas instituições estabeleceram esquema conjunto de financiamento à pesquisa. O início das pesquisas conjuntas está previsto para dezembro de 2021.

23. Ao longo da gestão, o modelo de desenvolvimento da competitividade coreana em setores de alta tecnologia, como as tecnologias da informação e das comunicações (ICT), continuou a atrair o interesse do governo e da sociedade brasileira em geral.

24. A nova importância atribuída pelos dois países à cooperação em CT&I pode ser atestada pela decisão conjunta de reativar a Comissão Mista de Ciência e Tecnologia Brasil-Coreia (CMCT), cuja III Reunião foi convocada para o dia 25/26 de novembro, após um hiato de 7 anos.

25. É importante ressaltar, por fim, que a cooperação com a Coreia apresenta caráter horizontal. A produção de conhecimento pelo Brasil em áreas específicas nos setores de biotecnologia, de bioenergia, de biomedicina, aeroespacial, de pesquisa ambiental e de agricultura inteligente, além da já mencionada vitalidade do ecossistema brasileiro de "startups" são fenômenos reconhecidos e respeitados por parceiros coreanos e apresentam bom potencial para o desenho de estratégias e iniciativas de cooperação. A reativação da CMCT constitui, nesse contexto, fato alentador. Trata-se de mecanismo bilateral mais apropriado, por excelência, para estabelecer prioridades e formular planos e iniciativas de cooperação em CT&I.

COOPERAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL

26. Em 2020, a Coreia passou a integrar o Programa brasileiro de Bolsas de Graduação, conhecido como PEC-G. Em 2021, o governo brasileiro abriu, em parceria com a Hankuk Univesity of Foreign Studies (HUFS), em Seul, o primeiro leitorado brasileiro na Coreia, dedicado ao ensino da língua portuguesa e à difusão da cultura brasileira. Essas iniciativas brasileiras espelham, por sua vez, as atividades do programa coreano de bolsas de estudo (Global Scholarship Korea-GSK) e o recente processo de ampliação da presença no Brasil do Instituto "Rei Sejong" dedicado à difusão da língua e cultura coreanas.

27. Por dois anos consecutivos (2018-2019), a Embaixada participou do programa "Open House", da Secretaria Metropolitana de Educação de Seul (SMOE), em cujo âmbito recebeu, em suas instalações, para palestras e atividades interativas cerca de 420 alunos coreanos de ensinos fundamental e médio de Seul. Após interrupção do programa em 2020 e 2021, em função da pandemia, a Embaixada deverá retomar sua parceria no programa em 2022.

28. Outro instrumento inovador acordado, voltado para ao público jovem, é o chamado Programa Férias-Trabalho, que deverá permitir que anualmente até 300 nacionais de cada parte permaneçam no território da outra por período de até um ano, para fins primordialmente turísticos, mas com a possibilidade de exercer atividade remunerada para complementação de recursos. O Programa deverá ser implementado quando plenamente superados os entraves impostos à mobilidade internacional pela pandemia de Covid-19.

29. Em 2019, celebraram-se os 60 anos das relações diplomáticas entre os dois países. Os governos dos dois países promoveram concurso conjunto para a seleção de “logo" que marcou a celebração da efeméride. O governo brasileiro emitiu, igualmente, um selo comemorativo do 60º aniversário das relações e, no Congresso Nacional, no dia do aniversário (31 de outubro de 2019), realizou-se sessão solene dedicada à data. A Embaixada em Seul organizou uma série de eventos, como concertos, exposições de arte, festival de cinema, palestras e espetáculos, distribuídos ao longo do ano.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

30. O "Navio Médico Inteligente", projeto inovador que presta assistência médico hospitalar a população ribeirinha no estado do Amazonas, parceria entre a Universidade de Taubaté, a Yonsei University e a empresa coreana Bit Computer, entre outras instituições, que conta com apoio do governo sul-coreano e do governo do estado do Amazonas, foi lançado em fevereiro de 2020 e passou a simbolizar o que a cooperação Brasil-Coreia pode alcançar no campo da saúde.

31. A crise sanitária gerada pela Covid-19 e o relativo êxito obtido pela Coreia do Sul no enfrentamento à pandemia abriram oportunidades inéditas de cooperação bilateral na área da saúde. O "modelo coreano" de contenção da pandemia derivou da conjunção de fatores favoráveis presen-

tes no país, como a disponibilidade de tecnologia de ponta e a sólida experiência decorrente de epidemias prévias recentes (SARS e MERS).

32. Além de já deter experiência na fabricação de equipamentos, fármacos e produtos médico-hospitalares, o país planeja tornar-se, nos próximos anos, um dos principais produtores mundiais de vacinas, com potencial para desenvolvimento de cooperação bilateral, em campo em que o Brasil também é reconhecido por sua competência.

33. A Embaixada tem monitorado a situação local da pandemia, apontando, quando possível, nichos de oportunidade para a cooperação bilateral. Nos primeiros meses da crise, houve trocas de experiências entre os dois países quanto à gestão da pandemia, por meio de vídeo conferências das quais os então chanceleres participaram. O Brasil recebeu da Coreia, em 2020, doações de "kits" de testes PCR, em apoio aos esforços nacionais de combate à Covid-19, e, em 2021, de equipamentos hospitalares e testes de diagnóstico. A cooperação humanitária prestada pela Coreia do Sul ao País soma cerca de US$ 20 milhões, segundo declaração dos doadores.

CONJUNTURA ECONÔMICA

34. Respostas emergenciais à crise econômica agravada pela pandemia foram agrupadas em torno de programa batizado de "Korean New Deal", que se apresentou em diferentes configurações até atingir seu formato atual. Ao lado dos programas de auxílio imediato, reuniram-se medidas de reforma estrutural da economia que, dadas as condições políticas, aprofundaram planos já aventados pelo governo Moon Jae-in. Em seu formato final, o K-New Deal dividiu-se, assim, em três pilares: o digital, o ambiental e o humano. No pilar digital, os programas DNA (dados, redes e inteligência artificial) receberão US$ 29 bilhões. A infraestrutura para negócios sem contato físico disporá de US$ 2,8 bilhões. A promoção de serviços de convergência tecnológica, como plataformas de realidade virtual e aumentada, receberá USD 2,3 bilhões. O pilar ambiental conta com US$ 4 bilhões destinados à obtenção da neutralidade de carbono. Os investimentos na adaptação da infraestrutura urbana serão de US% 14 bilhões. A promoção de energias limpas receberá US$ 26 bilhões. O incentivo oficial para as indústrias verdes chegará a US$ 9 bilhões. Finalmente, o pilar humano contará com cerca de US$ 43 bilhões. Desses, US$ 8 bilhões serão dirigidos para a formação de recursos humanos. O fortalecimento da proteção social receberá US$ 23,5 bilhões. As medidas voltadas para promoção do emprego e treinamento de jovens terão orçamento de US$ 7 bilhões. O combate à desigualdade, a seu turno, receberá US$ 5 bilhões. Os gastos com a nova estratégia de desenvolvimento elevam-se a aproximadamente 9% do PIB sul-coreano de 2019.

35. Até o momento, porém, a recuperação sul-coreana tem sido irregular. Por um lado, o comércio exterior voltou a se apresentar como motor do crescimento do país. É provável que 2021 seja o ano, de toda a história, com maior volume de comércio e com exportações mais significativas. Nos primeiros três trimestres de 2021, as vendas para o exterior somaram US$ 467,7 bilhões, com US$ 25,6 bilhões de superávit comercial. Por outro lado, as políticas emergenciais adotadas em resposta à crise de 2020 agravaram desequilíbrios já presentes na economia local. As políti-

cas expansionistas, tanto monetária quanto fiscal, detiveram a queda do PIB em 2020, que teve retração de 1%. No entanto, a disponibilidade de recursos a juros baixos conduziu a aumento do endividamento das famílias e contribuiu para aumento ainda maior do valor dos imóveis na área metropolitana de Seul. Em resposta, o Banco da Coreia foi uma das primeiras autoridades monetárias do mundo desenvolvido a elevar a taxa básica de juros. Em agosto de 2021, o Banco subiu a taxa de 0,5% para 0,75%. Foram também adotadas medidas de restrição da oferta de empréstimos individuais.

36. A elevação dos juros teve como alvo, além disso, a crescente inflação, que superou os 3% anuais no mês de outubro de 2021. A discussão que mobiliza hoje os economistas sul-coreanos diz respeito à origem da vaga inflacionária. Enquanto, para alguns, a excessiva liquidez criou inflação motivada pela demanda, e portanto mais fácil de controlar por meio da política monetária, para outros a inflação que se observa é resultado dos distúrbios enfrentados pelas cadeias de fornecimento internacionais. Seria, consequentemente, uma inflação alimentada pela carência da oferta e suas causas estariam, em boa medida, fora do controle das autoridades sul-coreanas, às quais restariam medidas paliativas para administrar o problema.

COMÉRCIO BILATERAL

37. O comércio bilateral evoluiu de forma positiva para o Brasil nos últimos três anos. Foi possível, no período, superar dinâmica desvantajosa para o Brasil nas trocas com a Coreia. Até 2019, os aumentos do fluxo comercial vinham invariavelmente acompanhados por crescimento quase proporcional do déficit na balança de comércio.

38. Em 2020, a tendência se reverteu e o fluxo de comércio bilateral entre o Brasil e a Coreia do Sul atingiu US$ 7,84 bilhões, com redução de 74% do déficit bilateral para US$ 325,4 milhões. O montante foi composto por exportações brasileiras de US$ 3,76 bilhões e importações de US$ 4,08 bilhões. As exportações sul-coreanas para o Brasil apresentaram variação de -13,1%, as exportações brasileiras para a Coreia do Sul aumentaram 8,7%. No total, o volume de comércio bilateral teve queda de 3,88%, influenciado pela diminuição das vendas sul-coreanas.

39. O principal responsável pelo aumento das vendas brasileiras foi o petróleo. Sem participação na pauta bilateral até 2019, a exportação brasileira de petróleo para a Coreia atingiu, naquele ano, apenas US$ 59 milhões. Em 2020, o total chegou a US$ 597 milhões. Com o salto, o produto tornou-se o item mais importante da pauta de exportações brasileiras, com participação de 16%. Em 2020, também destacou-se, em termos proporcionais, o aumento das vendas de açúcar, que obteve variação de 349%, totalizando US$ 20 milhões. Em termos absolutos, distinguiu-se a soja, cujas vendas para a Coreia chegaram a US$ 545 milhões.

40. No primeiro semestre de 2021, a recuperação da economia sul-coreana e a valorização das commodities produziram novo salto quantitativo e qualitativo nas trocas bilaterais. O fluxo de comércio atingiu US$ 5,51 bilhões. As exportações para a Coreia responderam por US$ 2,82 bilhões, crescimento de 69,8% com relação ao mesmo período de 2020, e as importações brasilei-

ras somaram US$ 2,69 bilhões, aumento da ordem de 49%. O desempenho das exportações brasileiras para a Coreia no primeiro semestre de 2021 foi o melhor de toda a série, iniciada em 1994, mesmo após a atualização dos montantes pela inflação. Pela primeira vez, desde 1997, registrou-se superávit em favor do Brasil, de US$ 129,7 milhões.

41. Além do petróleo, cuja exportação continuou em crescimento tanto em termos de valor quanto de volume, produtos como o café, a carne de aves e o algodão, nos quais a coordenação entre as empresas exportadoras e a Embaixada é mais estreita, obtiveram novos e importantes ganhos no mercado sul-coreano. Com relação aos produtos tradicionalmente exportados para o mercado sul-coreano, como é o caso do café e do algodão, as iniciativas da Embaixada deram-se no sentido de consolidar os espaços existentes e ampliar a participação brasileira por meio da presença em feiras e rodadas de negócios, interlocução com importadores e com autoridades locais e organização de atividades em conjunto com os exportadores. A Embaixada reforçou nos últimos anos o contato direto com associações de setores exportadores, com federações industriais de indústria e comércio e com agências de fomento às exportações e de captação de investimentos, como a própria Apex-Brasil e a SP Negócios. A perspectiva de que o PIB coreano tenha crescimento de 4% em 2021, com participação decisiva do comércio exterior, abre a possibilidade de que no segundo semestre as trocas bilaterais continuem a se ampliar e possam consolidar números ainda mais positivos.

42. Subsistem, porém, desafios para o comércio entre os dois países. As barreiras tarifárias e não-tarifárias que dificultam as exportações de produtos agropecuários brasileiros constituem, possivelmente, o maior de tais desafios. É exemplar, nesse aspecto, a situação da exportação de carne bovina, cujo processo para a abertura do mercado coreano para o produto de Santa Catarina foi iniciado há 13 anos e conseguiu poucos avanços. Em abril de 2019, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) solicitou a expansão do processo, de forma que passasse a incluir carne bovina de todo o sul do Brasil e não apenas de Santa Catarina. Após dez meses, as autoridades sanitárias sul-coreanas remeteram os questionários que deverão ser preenchidos para que se dê continuidade à análise de Santa Catarina e se inicie a avaliação da inclusão dos demais estados.

43. O lado coreano argumenta preocupação com a questão sanitária para a existência de procedimentos morosos para a liberação do mercado local. A resistência do setor pecuário coreano é o principal determinante para a postura adotada pela burocracia. A pecuária local ocupa, contudo, fatia reduzida e muito específica do mercado que é, na verdade, dominado pelas exportações dos EUA e da Austrália, países que, muito provavelmente, atuam ao mesmo tempo contra o lobby interno e contra o surgimento de novos competidores.

44. Além da questão sanitária, cabe destacar o tema de habilitação de estabelecimentos exportadores de produtos agrícolas. A Coreia do Sul classifica os países exportadores de acordo com três categorias no que se refere às exigências para habilitação de estabelecimentos: revisão "in loco", revisão documental e autorização prévia. Segundo o modelo atual, os estabelecimentos brasileiros devem ser inspecionados "in loco" pelas autoridades coreanas. Essa situação gera custos e

retarda significativamente o processo de entrada de produtos brasileiros neste país. No caso de carne suína e de carne de frango, cerca de 15 empresas são habilitadas por ano. É do interesse brasileiro a agilização e a simplificação máxima do processo de habilitação e a inclusão do Brasil no grupo de países com autorização prévia de exportação. Possibilidade adicional que vem sendo avaliada junto às autoridades sanitárias coreanas é a adoção de procedimentos de inspeção remota, com significativa redução de custos e aumento de agilidade.

45. Em reunião com o Vice-Ministro de Políticas para a Indústria de Alimentos, Park Byung-hong, do Ministério da Agricultura, Alimentação e Assuntos Rurais (MAFRA), em julho de 2020, expus a posição brasileira sobre os temas mencionados e transmiti a percepção de que o Comitê Consultivo Agrícola (CCA), criado em 2005 e que se reuniu apenas quatro vezes, a última em 2012, seria mecanismo adequado para discutirmos formas de aprofundar a cooperação em temas agrícolas, bem como para abordar os obstáculos que impedem maior integração na área. Ademais de servir como instrumento adicional de tratativa dos empecilhos atualmente existentes para a abertura deste mercado para produtos agropecuários brasileiros, o CCA poderia auxiliar o mapeamento de áreas em que seria possível desenvolver parcerias bilaterais aptas a aumentar a confiança e o conhecimento mútuos.

46. Busquei sempre transmitir ao governo sul-coreano, além disso, que o tratamento adequado dos empecilhos tarifários e sanitários impostos aos produtos agropecuários é um objetivo brasileiro que persiste em paralelo ao andamento das negociações do ALC Mercosul-Coreia do Sul.

47. Apesar das dificuldades, foi possível, nos últimos três anos, obter avanços em termos de abertura de mercados e habilitação de estabelecimentos exportadores, alguns dos mais importantes dos quais menciono aqui: em 2019, abertura de mercado para castanha de baru, habilitação de 6 novos estabelecimentos exportadores de pescados e habilitação de 8 novos estabelecimentos exportadores de carne suína; em 2020, reabertura do mercado de lácteos (queijos e sorvetes) e atualização do modelo de certificado, habilitação de 7 novos estabelecimentos exportadores de pescados, habilitação de 9 novos estabelecimentos exportadores de carne de aves e abertura de mercado e definição de requisitos para farinha de mandioca, "pulses", uva-passa, castanha de caju, passas de caju, banana desidratada e frutos processados; e, em 2021, atualização dos requisitos para exportação de mangas *in natura*, definição de requisitos para exportação de plantas ornamentais *Cereus jamacaru* e *Sansevieria spp.* e atualização de certificado de carne de aves termoprocessadas.

48. No campo das exportações industriais, a aviação civil apresenta possibilidades reais de evolução no futuro próximo. Em 2019, a Embraer obteve informação de que a Autoridade Sul-coreana de Aviação Civil e o Ministério de Terras, Infraestrutura e Transporte (KCAB & MOLIT) consideram a possibilidade de estabelecer regulamentação, ainda não existente, para aeronaves que transportem entre 50 e 150 passageiros. Essa mudança iria ao encontro dos interesses da empresa, pois abriria possibilidade de comercialização de aeronaves E175 na Coreia do Sul. A atual legislação sul-coreana representa entrave para o desenvolvimento de aeroportos locais, longe de grandes centros metropolitanos como Seul e Busan.

49. Ainda em 2019, a Embraer realizou, com o apoio da Embaixada, reuniões com representantes do MOLIT e do MOTIE para discutir o assunto. Em julho daquele ano, a empresa organizou evento de apresentação do avião E195-E2 em solo coreano. Na ocasião, estiveram presentes representantes do governo coreano e de empresas locais de aviação.

50. Espera-se que, uma vez ultrapassadas as eleições presidenciais de 2022, o governo sul-coreano reabra as discussões sobre o fortalecimento da aviação regional no país.

ALC MERCOSUL-COREIA DO SUL

51. Relançadas em 2018, as negociações entre o Mercosul e a Coreia do Sul para a conclusão de Acordo de Livre Comércio cumpriram, até novembro de 2021, sete rodadas de negociações, as duas últimas, em 2021, em formato de videoconferência.

52. Além das mencionadas rodadas, as negociações do ALC foram objeto de reuniões "intersessionais" dos grupos de trabalho técnicos e entre os negociadores-chefe dos cinco países. Em Seul, a Embaixada participa regularmente de reuniões sobre o assunto com autoridades locais e com os representantes dos países do Mercosul. Além de ocasiões voltadas para a discussão específica de temas relacionadas ao acordo, a situação das negociações integra as gestões realizadas pelo Posto sobre o relacionamento comercial Brasil-Coreia e de avaliação geral do relacionamento bilateral. Como tal, foi também tratada nas reuniões do Mecanismo de Consultas Políticas em 2018, 2019 e 2021.

53. As tratativas para a obtenção do acordo procuram, antes de mais nada, garantir a obtenção de texto que seja equilibrado e mutuamente benéfico para os países contratantes. Com esse propósito tenho recordado de modo insistente a meus interlocutores que a pauta de exportações da Coreia do Sul para o Mercosul é completamente formada por produtos industriais, enquanto o mercado mais promissor para as exportações mercosulinas são os produtos agrícolas. A diferença exige, do ponto de vista dos países do bloco sul-americano, que, ademais das desgravações tarifárias sejam equacionados a contento assuntos tais como as barreiras sanitárias e fitossanitárias.

54. O ALC Mercosul-Coreia do Sul poderá abrir novas fronteiras para as exportações brasileiras, permitir o acesso da indústria nacional a insumos a preços competitivos e integrar cadeias produtivas entre a Coreia e os países-membros do Mercosul, aumentando, em consequência, a atratividade de nossos países para o investimento estrangeiro. No entanto, mais importante do que estabelecer meta temporal pouco realista para a conclusão das negociações é que haja a segurança de que o texto final resultará em adequado equilíbrio de interesses, benefícios e concessões para as partes.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DA EMBAIXADA DO BRASIL EM SEUL

Candidata EMBAIXADORA MÁRCIA DONNER ABREU

PERFIL DA CANDIDATA

Embaixadora Márcia Donner Abreu



Nascida em 1961, em Florianópolis, SC, a Embaixadora Márcia Donner Abreu é Bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro (1981), com pós-graduação em Desenvolvimento pelo *Institut Universitaire d'Etudes du Développement* (1983) e em Direito Internacional pelo *Graduate Institute of International Studies* (1985), ambos em Genebra. Ingressou no Instituto Rio Branco em 1986. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático em 1996 e o Curso de Altos Estudos em 2005, com louvor, com tese sobre o G-20 e as Negociações Multilaterais Agrícolas na Rodada Doha da OMC.

Atuou em várias áreas do Ministério das Relações Exteriores, tendo ocupado, no Brasil, funções nas áreas de desarmamento, meio ambiente e relações com Estados e Municípios. Também em Brasília, foi Coordenadora Nacional de Comércio de Serviços, responsável pelas propostas negociadoras brasileiras às negociações do GATS/OMC, ALCA, MERCOSUL-União Europeia e pelo Acordo de Serviços do MERCOSUL. Também chefiou a área de negociações extra-regionais do MERCOSUL responsável por negociações com a União Europeia e de conversas exploratórias sobre possíveis acordos comerciais com a Coreia do Sul, a Rússia e a Turquia, notadamente.

No exterior, serviu duas vezes na Embaixada em Washington, como chefe do setor de meio ambiente e direitos humanos e do setor de comércio agrícola. Chefiou ainda o setor econômico das Embaixadas em Montevidéu e Pequim. Foi Delegada Permanente Adjunta do Brasil na UNESCO, em Paris, de 2009 a 2011, e de Representante Permanente Adjunta do Brasil na Organização Mundial do Comércio, em Genebra, de 2012 a 2018.

Em 2018 assumiu a Embaixada do Brasil no Cazaquistão, cumulativa com Turcomenistão e Quirguistão. Regressou ao Brasil em 2019, nomeada Secretária de Comunicação e Cultura. Desde 18 de maio de 2020 exerce a função de Secretária de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia, região que abriga 58% da população mundial, responde por cerca de 40% do PIB global e quase metade das exportações brasileiras.

Tem uma filha adulta, Clara Donner Abreu de Lara Resende.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE

VISÃO
Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO
Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

VISÃO
Contribuir para promover os interesses do Brasil e dos brasileiros na República da Coreia (Coreia do Sul), por meio de uma ação diplomática de excelência dirigida a identificar e explorar oportunidades de aproximação entre os dois países e superar desafios que afetem interesses brasileiros.

MISSÃO
Propor e executar ações que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações bilaterais com a Coreia do Sul, sempre atento ao imperativo do desenvolvimento nacional e da defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira, por meio do incremento do comércio bilateral com a Coreia do Sul, da atração de investimentos sul-coreanos, da cooperação em ciência, tecnologia e inovação, sobretudo em áreas de ponta, de parcerias para o desenvolvimento sustentável, com ênfase em bioeconomia e energias renováveis, do aproveitamento de sinergias na área de saúde e fármacos e da intensificação dos fluxos interpessoais.

2. Fortalecer as relações bilaterais por meio (i) da realização regular de reuniões de consultas políticas e econômicas, nas quais altos funcionários dos dois países discutem temas de interesse comum na pauta bilateral e nos âmbitos regional e global; (ii) do incentivo à maior aproximação e trocas de visitas entre autoridades sul-coreanas e brasileiras de alto nível; (iii) da promoção da diplomacia parlamentar e da diplomacia federativa, incentivando contatos e visitas de representantes eleitos dos dois países para a promoção de agendas de interesse recíproco; (iv) do estímulo a contatos e missões empresariais dos dois países; (iii) da elevação da parceria bilateral ao patamar de "diálogo estratégico" com a Coreia do Sul, de forma a incentivar ainda mais os contatos de alto nível entre autoridades dos dois países e elevar os laços bilaterais de maneira condizente com sua importância.

3. Facilitar, no âmbito das competências bilaterais, a conclusão das negociações de um Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Coreia do Sul que seja equilibrado e mutuamente benéfico, preparando análises e informações de apoio às rodadas negociadoras e desenvolvendo contatos substantivos com autoridades locais e setores da sociedade coreana que tenham influência sobre o processo negociador, de forma a melhor expor o conteúdo e a lógica das posições negociadoras do Brasil e do MERCOSUL.

4. Assegurar melhor acesso ao mercado coreano para os produtos do agronegócio brasileiro, especialmente nas áreas de maior valor agregado, como proteína animal e frutas, por meio de gestões junto às autoridades competentes na área sanitária e fitossanitária; pela reconvocação do Comitê Consultivo Agrícola Brasil-Coreia; e por atividades de promoção do agronegócio brasileiro.

5. Promover produtos e serviços brasileiros na Coreia do Sul, assim como oportunidades de investimentos no Brasil, por meio de ações que destaquem a qualidade, a sustentabilidade e a capacidade de inovação presentes na economia brasileira , bem como as condições muito favoráveis para investimentos em infraestrutura, no âmbito do Programa de Parceria de Investimentos (PPI).

6. Dinamizar a cooperação científica, tecnológica e de inovação entre Brasil e Coreia do Sul, particularmente em áreas de ponta como a nova economia digital, tecnologia 5G, semicondutores e tecnologias da informação e comunicação (TICs), promovendo contatos entre instituições de pesquisa, "startups" e demais agentes públicos e privados com interesses nessas áreas; apoiar as reuniões regulares da Comissão Mista de Ciência e Tecnologia Brasil-Coreia, a implementação de acordos e demais

instrumentos já existentes; e promover e organizar missões e eventos diversos em áreas de interesse de atores setoriais brasileiros e coreanos.

7. Atrair investimentos de empresas sul-coreanas para a produção de semicondutores e chips no Brasil, em linha com a atual revisão da política brasileira de semicondutores, por meio da divulgação de oportunidades e facilidades a serem oferecidas pelo governo brasileiro, bem como pela intermediação de contatos com o setor privado local.

8. Impulsionar a cooperação na área de energias renováveis entre Brasil e Coreia do Sul e explorar oportunidades existentes no setor, em particular para a produção de "hidrogênio verde" a partir do etanol, por meio de ações que destaquem o potencial tecnológico brasileiro e nossa capacidade de contribuir para a transição energética coreana.

9. Estimular maior intercâmbio científico-educacional entre Brasil e Coreia do Sul, com incentivo à elaboração de projetos comuns de pesquisa e ao intercâmbio de estudantes e pesquisadores; favorecer a divulgação e a implementação do Programa de Férias-Trabalho recém aprovado entre os dois países.

10. Promover a cooperação entre Brasil e Coreia do Sul na economia da saúde, dadas as sinergias possíveis na área de fármacos e produção de vacinas, bem como a perspectiva de que a Coreia se torne um dos maiores produtores mundiais de imunizantes; incentivar o contato entre especialistas e instituições de ambos os países, bem como a prospecção de novas oportunidades de parceria bilateral.

11. Apoiar a cooperação parlamentar entre Brasil e Coreia do Sul, por meio do incentivo e facilitação a troca de visitas, bem como à realização de eventos conjuntos de aproximação entre os dois países.

12. Promover a imagem, a cultura e as indústrias criativas do Brasil na Coreia do Sul, com ações de divulgação da cultura brasileira nas suas diferentes expressões e da língua portuguesa na variante brasileira.

13. Promover serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro na Coreia do Sul, dando continuidade aos esforços em curso para facilitar o acesso de nossos nacionais à prestação de assistência consular.

14. Promover maior interação da comunidade brasileira na Coreia, com criação de grupos de contato em mídias sociais e promoção de eventos comunitários na embaixada do Brasil.

15. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência, estimular ambiente de trabalho motivador e de qualidade, e zelar pela execução orçamentária e pela gestão de pessoas e patrimônio em total conformidade com a legislação brasileira.

16. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais por meio de gestões junto ao governo sul-coreano em favor de candidaturas brasileiras em organismos internacionais e de realização de eventos multilaterais no Brasil.

17. Aprofundar o diálogo com autoridades coreanas em temas multilaterais políticos e econômicos. Enfatizar a coordenação em temas do Conselho de Segurança da ONU, em que nossos dois países terão mandatos sucessivos como membros não-permanentes -, e no âmbito da Organização Mundial do Comércio e da promoção da candidatura brasileira à OCDE.

18. Manter acompanhamento constante da situação política e securitária da Península Coreana, bem como de sua repercussão para o contexto geopolítico do Leste Asiático, mediante a busca de informações e análise da conjuntura local e regional.

METAS E INDICADORES POR TEMA

I – promoção de comércio e investimentos;

i) **METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- *Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Coreia*
  - Apoiar, em termos logísticos e substantivos, as próximas rodadas negociadoras do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Coreia, bem como seus Grupos de Trabalho, visando à assinatura de instrumento equilibrado e mutuamente benéfico no mais breve prazo.
  - Manter contatos com autoridades locais e setores da sociedade coreana que tenham influência sobre o processo negociador e sobre a ratificação do acordo quando concluído, de modo a facilitar o diálogo, construir confiança mútua entre as partes e favorecer consensos, buscando conscientizar o lado coreano sobre as vantagens do ALC bem como sobre as prioridades e as sensibilidades brasileiras.
  - Em resposta a demandas dos negociadores do MERCOSUL, coordenar-se com os Embaixadores plenipotenciários dos demais membros do bloco em Seul para a realização de gestões conjuntas junto a autoridades locais e setor privado.

- *Acesso a mercados para produtos do agronegócio*
  - Realizar gestões junto às autoridades sanitárias e a interlocutores locais relevantes em favor de maior abertura do mercado coreano para os produtos agropecuários brasileiros, especialmente carnes bovina, suína e frutas, visando à eliminação de barreiras sanitárias e fitossanitárias.
  - Sensibilizar as autoridades coreanas para a importância de reestabelecer o Comitê Consultivo Agrícola (CCA), mecanismo criado em 2005, a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que teve sua última reunião em 2012, com vistas a promover a confiança mútua entre as autoridades sanitárias dos dois países e a superar entraves ao acesso de produtos agropecuários brasileiros no mercado coreano.
  - Explorar perspectiva de desenvolver, no âmbito do CCA ou em outro foro setorial, cooperação em áreas como biotecnologia, agricultura de precisão, uso de drones na produção e mecanização de cultivos.

- *Promoção comercial*
  - Elaborar ou encomendar estudos exploratórios de complementaridade entre as economias do Brasil e da Coreia do Sul.
  - Trabalhar em parceria com a Apex-Brasil para avaliar mercados a ser explorados e incrementar o comércio bilateral, tendo em vista o interesse em promover produtos e serviços, especialmente de alto valor agregado, originários do Brasil.
  - Promover encontros e reuniões com câmaras e associações de comércio, bem como estimular a participação em feiras de comércio realizadas nos dois países.
  - Promover os aviões da Embraer nas áreas de defesa e aviação civil.
  - Divulgar a qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, para promover a imagem de produtos e serviços brasileiros,.
  - Ampliar o conhecimento brasileiro sobre a experiência coreana em negociações comerciais, tendo presente tratar-se de um dos países mais ativos nessa área. A Coreia do Sul já concluiu 17 Acordos de Livre Comércio, abrangendo universo de 57 países; sua rede de ALCs cobre o equivalente a

cerca de 70% do comércio exterior sul-coreano, incluindo seus principais parceiros econômicos, como EUA, China, União Europeia e ASEAN. A Coreia também é parte do RCEP ("Regional Comprehensive Economic Partnership"), assinado em novembro de 2020 pelos 10 países da ASEAN e outros cinco parceiros asiáticos (China, Japão, Coreia, Austrália e Nova Zelândia) – acordo que, quando entrar em vigor, constituirá a maior área de livre comércio do mundo.

- *Atração de investimentos*
  - Manter e incrementar o diálogo com o governo e com o setor privado coreanos com vistas a atrair investimentos para o Brasil.
  - Engajar-se com formadores de opinião e lideranças corporativas a fim de divulgar oportunidades de investimentos no Brasil, especialmente no âmbito de tecnologias de ponta e do Programa de Parceria de Investimentos (PPI).
  - Divulgar medidas do governo brasileiro voltadas para a melhoria do ambiente de negócios no País.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- *Indicadores de resultado:*
  - Assinatura de Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Coreia;
  - Quantidade de produtos do agronegócio brasileiro que lograram acesso ao mercado coreano;
  - Número de estabelecimentos do agronegócio habilitados a exportar para a Coreia do Sul;
  - Número de reuniões do Comitê Consultivo Agrícola (CCA);
  - Número de projetos de cooperação na área agrícola acordados;
  - Número de contratos e licitações ganhos pela Embraer nos setores civil e de defesa;
  - Número de estudos e relatórios de comércio produzidos pela embaixada ou por prestadores de serviço;
  - Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio;
  - Números de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela embaixada ou com sua participação;
  - Número de atendimentos a empresas brasileiras interessadas em investir ou realizar comércio com a Coreia do Sul;
  - Número de atendimentos a empresas sul-coreanas interessadas em investir ou realizar comércio com o Brasil.
  - Número de publicações, em meio impresso ou eletrônico, disponibilizadas na Coreia do Sul que destaquem a qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira.

- *Indicadores de esforço:*
  - Número de encontros com representantes do governo e do setor privado da Coreia do Sul para tratar das negociações do ALC MERCOSUL-Coreia;
  - Número de gestões realizadas em conjunto com os Embaixadores plenipotenciários dos demais membros do MERCOSUL em Seul junto a autoridades locais e setor privado em favor de um acordo equilibrado;
  - Número de reuniões com as autoridades sanitárias locais em favor da abertura do mercado coreano para os produtos agropecuários brasileiros;

- Número de reuniões com representantes do governo e setor privado da Coreia do Sul que tenham como foco o a prospecção de oportunidades e o aumento do comércio e dos investimentos bilaterais;
- Número de relatórios de acompanhamento da economia coreana e da balança comercial com o Brasil produzidos pela embaixada;
- Número de eventos ou textos para circulação a respeito das oportunidades de investimento no Brasil.

II - relações políticas bilaterais;

i) **METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- *Observação e produção de inteligência*
  - A Coreia do Sul desempenha papel de destaque na geopolítica regional, tendo em vista sua proximidade com a China, a Rússia e o Japão, além de sua fronteira terrestre com a Coreia do Norte (República Popular Democrática da Coreia). A Coreia do Sul tem buscado coordenar-se com seus vizinhos e com os EUA, por vezes encapsulando atritos históricos e territoriais, de modo a evitar escalada de tensões na Península Coreana e retomar processo de diálogo com Pyongyang. Propõe-se manter constante acompanhamento da situação na Península, tema relevante para a atuação diplomática brasileira, uma vez que repercute no equilíbrio estratégico da região, no tratamento de temas de impacto mundial – como o desarmamento e a não proliferação nuclear – e na relação do Brasil com outros parceiros-chave, como EUA, China, Japão e Rússia. A questão tende a ganhar ainda maior relevo para o Brasil nos próximos anos, tendo em vista o mandato brasileiro como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2022-2023).
  - O Indo-Pacífico é a região econômica mais dinâmica do mundo. O Mar do Sul da China é possivelmente o principal eixo de navegação mercante do mundo. Pelos seus 3,5 milhões de quilômetros quadrados, estima-se que circulam entre um terço e 60% do comércio mundial – ou US$ 3,4 trilhões por ano aproximadamente –, com tendência de crescimento. China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e países da ASEAN, são agentes econômicos relevantes ou com peso crescente. A ascensão da China como potência econômico-militar vem criando desafios para o equilíbrio de poder da região. Um dos principais desafios enfrentados pela política externa sul-coreana é o constante acirramento das tensões entre Estados Unidos – principal aliado político e militar da Coreia do Sul – e China – seu vizinho e maior parceiro comercial. Embora o país busque atuar com certo grau de autonomia em relação aos pontos de fricção entre as duas superpotências, encontra pouca margem de manobra, diante da constante ameaça representada pelo programa nuclear e missilístico da Coreia do Norte. Propõe-se prosseguir com o trabalho de observação da política sul-coreana em relação ao entorno regional e aos EUA, tendo em conta que o Brasil, a despeito de estar geograficamente distante, tem interesse na estabilidade da região, por onde passa parte importante de seu comércio.
  - Produzir informes sobre os principais temas de política interna e externa da Coreia do Sul e suas possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil.
  - Identificar soluções adotadas na Coreia do Sul que possam ser de interesse do governo brasileiro, de empresários brasileiros ou da sociedade brasileira em geral, seja na área econômica, social, ambiental, energética ou científico-

tecnológica. Ao mesmo tempo, fomentar a divulgação, na Coreia do Sul, de experiências exitosas no Brasil que possam suscitar o interesse local (como a experiência brasileira com energias renováveis e hidrogênio verde).

- *Relações bilaterais*
  - Mecanismo de Consultas Políticas: os dois países mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas desde 1996, para discutir a cooperação bilateral e propiciar espaço de diálogo sobre temas da agenda internacional. A XII e última reunião ocorreu em Seul, em 7 de outubro de 2021. Do lado brasileiro, foi presidida pela Secretária de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia (SARP) (e candidata nesta sabatina) Embaixadora Márcia Donner Abreu. Propõe-se coordenação com o governo coreano para garantir regularidade anual do mecanismo, viabilizando, já em 2022, a organização de sua XIII edição em Brasília.
  - Diálogo Estratégico: durante a XII reunião do MCP (Seul, 7/10/21), Brasil e Coreia do Sul concordaram em elevar as relações bilaterais ao status de "diálogo estratégico". A atribuição de caráter estratégico ao diálogo bilateral visa a aumentar a regularidade dos contatos de alto nível entre os dois países, bem como a elevar o patamar do relacionamento a níveis condizentes com sua importância atual. Reflete, ainda, a prioridade mútua conferida aos laços bilaterais, assim como contribui para que sejam alcançados resultados mais robustos em iniciativas de cooperação em diversos campos. Propõe-se coordenação com o lado coreano para a elaboração de Plano de Trabalho conjunto, que permita, já em 2022, o efetivo lançamento da iniciativa, com resultados concretos em áreas prioritárias de cooperação, como tecnologias digitais e fármacos.

Aproximação entre órgãos públicos dos dois países

- Seguir fomentando a colaboração interparlamentar entre Brasil e Coreia do Sul. Há grande potencial para intensificar o intercâmbio entre os parlamentos dos dois países a respeito de soluções adotadas em uma variada gama de temas (como comércio, semicondutores, educação e combate à COVID-19). Tanto o Senado Federal como a Câmara dos Deputados possuem grupos parlamentares de amizade instalados com a Coreia do Sul. O primeiro é presidido pelo Senador Antonio Anastasia (PSD/MG) e o segundo pelo Deputado Luis Miranda (DEM/DF), com participação de quase 80 membros das duas casas legislativas. Na Câmara, há, ainda, a Frente Parlamentar Brasil-Coreia do Sul, presidida pelo Deputado Cláudio Cajado (PP/BA) e constituída por 222 deputados. Por iniciativa do Deputado Aroldo Martins (Republicanos/PR), foi recentemente instalada, na Câmara dos Deputados, a "Frente Parlamentar pela Pacificação das Coreias" Missões parlamentares com ênfase econômico-comercial ou em cooperação em áreas como educação, ciência e tecnologia foram mantidas regularmente até o início da pandemia, estando, segundo informação da Embaixada da Coreia em Brasília, previstas missões para novembro de 2021 e março de 2022.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- *Indicadores de resultado:*

- Número de relatórios produzidos pela embaixada sobre política interna e política externa da Coreia do Sul.
- Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa coreanas.
- Número de reuniões de Consultas Políticas, em formato presencial ou virtual.
- Lançamento do "diálogo estratégico" Brasil-Coreia do Sul, em formato presencial ou virtual.
- Número de instrumentos bilaterais firmados por ocasião do lançamento do "diálogo estratégico".
- Número de visitas de delegações parlamentares de parte a parte.

- *Indicadores de esforço:*
  - Número de reuniões com representantes do governo da Coreia do Sul para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reunião de consultas políticas.
  - Elaboração do Plano de Trabalho conjunto para o lançamento do "diálogo estratégico".
  - Número de reuniões com representantes do governo da Coreia do Sul para tratar da realização, dos preparativos e da agenda do "diálogo estratégico".

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) **METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- *Candidaturas brasileiras*

  - Fazer gestões no mais alto nível possível com vistas a obter apoio da Coreia do Sul a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;

  - Manter encontros com representantes do governo da Coreia do Sul acerca da candidatura brasileira de acessão à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com vistas à obtenção de apoio a demandas específicas do governo brasileiro.

- *Diálogo no âmbito das Nações Unidas*

  - Em junho de 2021, o Brasil foi eleito para assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), mandato 2022-2023. A Coreia do Sul apresentou candidatura – que contará com apoio brasileiro – para assento não permanente, mandato 2024-2025, para eleição que deve ocorrer em junho de 2023. A Coreia manifestou interesse em estabelecer diálogo com o Brasil no âmbito do órgão, a respeito de temas como o dossiê norte-coreano. À luz da relevância da Coreia para a geopolítica regional e como potência econômica (10ª economia do mundo em 2021) e tecnológica (investimentos em P&D de cerca de 4,5% do PIB), o Brasil tem interesse em ampliar o escopo da proposta coreana para outras questões no âmbito da ONU, inclusive para além da área securitária. Propõe-se coordenação com as

autoridades sul-coreanas para lançar diálogo sobre temas multilaterais já em 2022, visando a ampliar a troca de informações no âmbito da ONU.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- *Indicadores de resultado:*
  - Lançamento de diálogo sobre temas multilaterais no âmbito da ONU;
  - Número de candidaturas brasileiras apoiadas pela Coreia do Sul.

- *Indicadores de esforço:*
  - Número de reuniões com representantes do governo da Coreia do Sul para gestões em favor de candidaturas internacionais do Brasil e do processo de acessão do Brasil à OCDE.
  - Número de reuniões com representantes do governo da Coreia do Sul para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de eventual diálogo sobre temas multilaterais no âmbito da ONU.

IV - promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) **METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- *Turismo*
  - A Coreia do Sul suspendeu, em 2020, acordos de isenção de vistos de turismo e de negócios com 90 países, incluindo o Brasil, como medida de contenção do contágio da COVID-19. Desde 13/4/20, não têm sido concedidos vistos de turismo para portadores de passaporte comum brasileiro. A rigidez das medidas de controle em curso no país asiático igualmente inviabiliza grande parte das viagens internacionais com destino à Coreia. A regra de isenção de quarentena para viajantes completamente imunizados fora da Coreia, adotada a partir de julho de 2021, não se aplica aos passageiros oriundos do Brasil e de outros 35 países. O País, em princípio, poderia beneficiar-se da regra de isenção, tendo em vista que faz uso de vacinas aprovadas pela OMS (critério utilizado pelo governo coreano). Propõe-se, nesse sentido, a realização de gestões junto às autoridades competentes sul-coreanas que possibilitem a retomada das viagens entre Brasil e Coreia, por meio, por exemplo, do reconhecimento da validade de certificados de vacinação e de flexibilizações das regras de quarentena.

  - Propõe-se, de outro lado, buscar aumentar a visibilidade e o interesse pelo Brasil entre o público coreano, a partir de ações junto aos meios de comunicação, agências de turismo, empresas aéreas, entre outros.

  - Participação em feiras dedicadas ao turismo, conforme disponibilidade orçamentário-financeira da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

- *Atividades culturais*
  - Propor e realizar, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE, eventos de promoção da cultura brasileira, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos de divulgação ao público coreano de artistas plásticos, escritores e outros artistas brasileiros;

- Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público coreano sobre o País;

- A oferta de cursos de português é praticamente inexistente na Coreia do Sul: apenas três universidades oferecem o idioma. A ausência de cursos acessíveis à comunidade constitui a principal razão do baixo número de coreanos que estudam o português. Como resultado, o número de coreanos que escolhem o Brasil como destino de intercâmbio é muito baixo (entre 60 e 80 alunos por ano). Propõe-se, assim, promover a variante brasileira da língua portuguesa na Coreia do Sul, valendo-se, entre outros meios, da criação, em março de 2021, de Programa de Leitorado do Brasil na Coreia do Sul, em parceria com a "Hankuk University of Foreign Studies" (HUFS).

- Atualizar regularmente os canais digitais da embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil na Coreia do Sul.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- *Indicadores de resultado:*
  - Número de reuniões de promoção do Brasil como destino turístico com meios de comunicação, agentes de viagem, empresas aéreas e outros *stakeholders* do setor;
  - Número de participações em feiras de turismo;
  - Número de eventos, palestras e entrevistas para a divulgação da cultura brasileira na Coreia do Sul.

- *Indicadores de esforço:*
  - Número de ações de divulgação do Programa de Leitorado do Brasil na "Hankuk University of Foreign Studies" (HUFS).

V - cooperação para o desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente;

i) **METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Embora seja um dos maiores emissores de gases geradores de efeito estufa (GEE) do mundo (7º maior em 2021, com 600 milhões de toneladas, sendo o Brasil o 13º.colocado, com 473 mt), a Coreia do Sul, nos últimos anos, vem buscando engajar-se de forma mais proativa com as agendas de desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente. Em maio de 2021, o país sediou a Cúpula da "Parceria para o Crescimento Verde" (P4G), iniciativa voltada a atrair parcerias público-privadas nas áreas de água, energia, reciclagem, cidades, alimentação e agricultura sustentável. Em agosto, com a aprovação da "Lei de Resposta à Crise Climática" pela Assembleia Nacional, a Coreia elevou o nível de ambição de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), comprometendo-se a reduzir suas emissões, até 2030, em, ao menos, 35%, tomando-se como referência o ano-base de 2018.

- Propõe-se explorar a possibilidade de dar início a diálogo com o governo coreano a fim de identificar oportunidades de cooperação ambiental e de mitigação da mudança do clima, especialmente no que diz respeito a parcerias em energias renováveis, área em que o Brasil se destaca. Almoço de trabalho entre o Embaixador da Coreia do Sul e a UNICA, União da Indústria da Cana-

de-Açúcar, intermediado pela Secretaria de Ásia-Pacífico do Itamaraty, terá lugar em 16 de novembro.

- *Cooperação em energias renováveis*
    - Cerca de 85% da energia coreana é produzida a partir de combustíveis fósseis. As fontes renováveis correspondem a menos de 3% da matriz energética. É estrategicamente conveniente para a Coreia do Sul diminuir sua dependência de combustíveis fósseis, que se traduz em emissões significativas e grande dependência de fontes importadas de energia. A principal alternativa, a energia nuclear, é vista com temor pela população em razão dos riscos de acidentes. As fontes renováveis devem ser, portanto, o caminho para que a Coreia possa reduzir suas emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE) e diminuir a dependência da importação de combustíveis fósseis. Com orçamento de US$ 60 bilhões, o "Green New Deal" sul-coreano, lançado em 2020, tem como foco a multiplicação das energias renováveis, a promoção de veículos elétricos e a hidrogênio, a instalação de rede de distribuição inteligente ("smart grid") e o desenvolvimento de tecnologias para a redução da emissão de GEE. Tendo em vista a posição de liderança do Brasil no âmbito das energias renováveis e, sobretudo, no desenvolvimento do hidrogênio verde, propõe-se a estabelecer contatos com atores do setor de energia da Coreia do Sul, com vistas à identificação de áreas com potencial de cooperação.

    - A popularização de veículos movidos a hidrogênio é uma das mais vistosas apostas da Coreia para a transição energética – o Presidente sul-coreano, Moon Jae-in, utiliza automóvel do gênero em seus deslocamentos. Em setembro último, os 15 maiores conglomerados econômicos da Coreia do Sul formaram um Conselho de Negócios, o "Korea H2 Business Summit", voltado para a promoção da indústria do hidrogênio na Coreia. Na ocasião, cinco dessas empresas – Hyundai Motor, SK, POSCO, Hanwha and Hyosung – anunciaram planos de investir até US$ 36,7 bilhões para a construção de infraestrutura de hidrogênio até 2030. No Brasil, por sua vez, existe potencial para produzir, competitivamente, hidrogênio verde a partir das fontes eólica, solar e hidráulica, além da biomassa. Vultosos investimentos (cerca de US$ 22 bi) já foram anunciados no Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. O governo brasileiro está em processo de definir diretrizes para a elaboração do Programa Nacional de Hidrogênio (que tratará não apenas de hidrogênio verde, mas também daquele gerado por fontes não-renováveis de baixo carbono, como o gás natural). Propõe-se a divulgar, junto ao setor privado coreano, oportunidades de negócios no Brasil e soluções tecnológicas brasileiras com aplicação de hidrogênio verde, bem como a prospectar novas possibilidades de cooperação bilateral entre instituições de pesquisa e empresas de ambos os países para o desenvolvimento da nova tecnologia.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- *Indicadores de resultados:*
    - Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para promover a cooperação na área de energias renováveis e hidrogênio entre os governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países.

- Número de atendimentos a empresas coreanas interessadas em realizar investimentos no Brasil na área de energias renováveis, em especial relacionadas ao hidrogênio.

- *Indicadores de esforço:*
  - Número de reuniões com representantes do governo da Coreia do Sul a fim de identificar áreas com potencial de cooperação na área de meio ambiente.
  - Número de ações de divulgação de experiências exitosas no Brasil na área do desenvolvimento sustentável.
  - Divulgação, nos meios de comunicação da Coreia do Sul, e com apoio de instituições brasileiras, de pesquisas científicas de ponta realizadas no Brasil, nas áreas de energias renováveis, especialmente hidrogênio.

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- A Coreia é um dos países que mais investe relativamente em C&T: cerca de 4,5% do PIB. Ocupa a 4ª posição mundial na proporção de pesquisadores por habitantes (6.826 por milhão) e detém a 10ª posição no Índice Global de Inovação; a 2ª posição mundial em P&D realizado por empresas; a 4º em multinacionais com "alta densidade de P&D"; bem como o 8º lugar em "valor global de marcas", com destaque para a Samsung (5º lugar). Seul é o 3º maior "cluster" de C&T do mundo. Ademais, o país desponta como pioneiro da tecnologia 5G e de outras tecnologias digitais que configuram a base da 4ª revolução industrial. Propõe-se manter monitoramento e produzir análises a respeito do ecossistema de inovação coreano e dos desenvolvimentos científico-tecnológicos do país asiático, de modo a identificar sinergias e possíveis novas áreas de cooperação bilateral, bem como a aprender com a experiência coreana.

- As relações entre Brasil e Coreia em C&T são pautadas pelo "Acordo sobre Cooperação nos Campos da Ciência e Tecnologia", de 1991, que prevê a instituição da Comissão Mista de C&T. A 1ª Comista foi realizada em 2011, em Seul, e a 2ª, em 2014, em Brasília. Espera-se, na semana de 22 de novembro, após intervalo de 7 anos e sucessivos adiamentos, a realização virtual da 3ª Comista. Com a impossibilidade de realizar-se reunião presencial e a grande diferença de horário (Seul está 12 horas à frente de Brasília, foram apenas dois os temas selecionados pelo MCTI para o encontro: bioeconomia e setor espacial. Há amplas possibilidades em outros setores, em particular energias renováveis, TICs, semicondutores e aplicações do 5G. Propõe-se realizar reuniões de seguimento da 3ª Comista, a fim de garantir que as iniciativas de cooperação discutidas naquela ocasião rendam frutos, bem como apoiar a realização das próximas Comistas com maior regularidade, evitando novos lapsos significativos de tempo que prejudiquem a fluidez da cooperação.

- *Cooperação em 5G*
  - Durante a missão do Ministro das Comunicações, Fábio Faria, a Seul, em 29-31/8/21, representante do Ministério de Ciência e das Tecnologias, Informação e Comunicações da Coreia expressou a disposição do país asiático em colaborar ativamente na implementação do 5G no Brasil, com base na experiência coreana, em parcerias entre os dois governos e entre empresas

dos dois países, incluindo o fornecimento de equipamentos e aparelhos, assim como o apoio a “startups” e a PMEs. Na mesma ocasião, representante da Samsung antecipou que a empresa não terá dificuldade de se mobilizar para atender às expectativas do governo brasileiro, inclusive na geração de empregos, em razão da base de produção e de P&D já montada em nosso País. Enfatizou que a Samsung detém “know-how” em redes privativas de governo, graças à experiência nos mercados dos EUA e do Canadá. A empresa coreana respondeu, no terceiro trimestre de 2020, por 6,4% do mercado mundial de equipamentos de tecnologia 5G, atrás da Huawei (32,8%), da Ericsson (30,7%), da ZTE (14,2%) e da Nokia (13,0%). Propalada como o primeiro país a adotar, comercialmente, o serviço de transmissão de dados digitais de quinta geração (abril de 2019), a Coreia detém, atualmente, a maior proporção mundial de usuários da tecnologia 5G e a maior velocidade média oferecida ao consumidor no mundo (351,2 megabits por segundo). Propõe-se dar continuidade aos contatos mantidos pelo Ministro Fábio Faria com autoridades coreanas e com a Samsung de modo a aprender com a experiência coreana de implementação da rede 5G, bem como a buscar soluções tecnológicas que possam ser utilizadas no contexto brasileiro.

- *Cooperação em tecnologias digitais e semicondutores*
  - A Samsung manifestou ao Ministro Fábio Faria, durante sua missão a Seul, em agosto último, interesse em examinar a possibilidade de produzir semicondutores e chips no Brasil. Há instrução para que seja instituído um comitê interministerial de atualização da política brasileira de semicondutores que possa identificar medidas destinadas a facilitar a instalação de fábrica da Samsung no Brasil para a produção de semicondutores e chips. Propõe-se intermediar os contatos com a Samsung de modo a incentivar a empresa a realizar tais investimentos no Brasil e a facilitar eventual processo de instalação da planta. Propõe-se, igualmente, divulgar, junto a outras empresas coreanas do ramo, oportunidades de negócios no Brasil no âmbito da atualização da política brasileira de semicondutores.

  - Em reunião do Ministro Fábio Faria com a Ministra da Ciência e das Tecnologias, Informação e Comunicações da Coreia, Lim Hye-sook, em Seul, foram enfatizadas a potencialidade da Coreia de se tornar a principal parceira do Brasil em matéria de digitalização e em políticas de transformação digital, assim como a disposição coreana de compartilhar seu 'know-how'. A inovação por meio de recursos digitais constitui um dos três pilares do plano de revitalização econômica da Coreia do Sul ("Korean New Deal"). No âmbito desse pilar ("Digital New Deal"), o governo coreano espera investir, até 2025, quase US$ 40 bilhões em sistemas e infraestruturas digitais. Propõe-se a manter interlocução com autoridades coreanas para compartilhamento de experiências na área de digitalização e políticas de transformação digital, bem como a prospectar novas oportunidades de parcerias com instituições de pesquisas e empresas coreanas deste ramo.

- *MdE em Tecnologia da Informação e da Comunicação*
  - Durante a missão do Ministro Fábio Faria, foi firmado "Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo das Tecnologias da Informação e da Comunicação", voltado ao desenvolvimento de novas tecnologias, em especial na área de semicondutores (chips). Também no contexto da missão ministerial à Coreia, o Secretário interino das Telecomunicações, Artur

Coimbra, foi recebido pelo presidente da Hana Micron, empresa coreana com "know-how" no segmento de semicondutores, já presente no Brasil (lançou o 1º chip de Internet das Coisas do nosso País). Propõe-se promover atividades de intercâmbio científico com instituições e empresas brasileiras e coreanas da área, de modo a implementar o referido instrumento, bem como prospectar novas oportunidades de cooperação em semicondutores, à luz da "expertise" coreana e da presença da Hana Micron no Brasil.

- *Cooperação em biotecnologia e fármacos*
  - Conforme apontado pelo Ministro Marcos Pontes, em visita a Seul (15-18/03/21), a área de fármacos configura-se particularmente promissora para a cooperação bilateral em C&T. Ao se reunir com seu homólogo coreano e com grandes empresas locais, como a Samsung Bioepis, o Ministro enfatizou a existência de oportunidades de parcerias na área bioeconômica, por meio da exploração sustentável da biodiversidade brasileira e de seus recursos naturais, com vistas, entre outros, à produção de insumos e produtos farmacêuticos. A Samsung Bioepis demonstrou interesse. Propõe-se a interlocução junto a institutos de pesquisa, universidades e empresas da Coreia do Sul para a identificação de contrapartes no Brasil, de modo a gerar parcerias produtivas e o desenvolvimento de novos produtos;

- *Novos Materiais e Terras Raras*
  - O potencial para parcerias na área de grafeno também merece destaque: a Coreia do Sul é líder em patentes industriais (Samsung e LG) de aplicações relacionadas a grafeno. O lado coreano já expressou interesse em cooperar na área de novos materiais e terras raras. Propõe-se a interlocução junto a institutos de pesquisa, universidades e empresas da Coreia do Sul para a identificação de contrapartes no Brasil, de modo a gerar parcerias produtivas e o desenvolvimento de novas aplicações para o grafeno;

- *Cooperação espacial*
  - Identificação de possíveis instituições ou empresas coreanas interessadas em parcerias para o desenvolvimento conjunto de equipamentos e de sistemas, como satélites de sensoriamento para a agricultura, bem como interessadas em realizar operações comerciais no Centro Espacial de Alcântara. Empresa coreana participou em recente licitação brasileira para o início do uso comercial de Alcântara para o lançamento de artefatos espaciais, mas não foi escolhida.

- *Startups*
  - Em 2019, a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) assinou Memorando de Cooperação com o Korean Innovation Center (KIC) - agência governamental de inovação da Coreia do Sul. O intuito é criar escritório no país, o "KIC Brazil Entity", que contará com programa de aceleração para startups brasileiras e coreanas nas áreas de segurança cibernética, atenção à saúde, tecnologia da informação, e internet das coisas. A proposta é acelerar de 20 a 30 empreendimentos por ano. Há, atualmente, poucos escritórios da KIC ao redor do mundo e, certamente, seria agente importante para incrementar a cooperação bilateral na área de inovação. A iniciativa ainda não foi concretizada. Propõe-se estabelecer interlocução com o KIC de modo a

estimular e facilitar a implementação do referido instrumento, com vistas a instalação de unidade da instituição no Brasil.

- Apoiar o Projeto de Incubação Brasil-Coreia, proposto pela ANPROTEC para 2022 e que consiste em intercâmbio presencial, no qual empreendimentos inovadores brasileiros participariam de agenda de imersão na Coreia do Sul, pelo período de uma semana. Durante o período de intercâmbio, os empreendimentos participantes teriam a oportunidade de estabelecer contatos com o mercado coreano, realizar sessão de "matchmaking" e conhecer o ambiente de inovação do país. Além do resultado imediato de preparação e direcionamento de empreendimentos inovadores brasileiros para o mercado sul-coreano, espera-se que haja ganhos de visibilidade, na Coreia do Sul, do ecossistema brasileiro de inovação.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- *Indicadores de resultado:*
  - Número de relatórios a respeito do ambiente de inovação e de Ciência e Tecnologia na Coreia do Sul;
  - Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para aproximação das comunidades científicas dos dois países;
  - Número de reuniões de seguimento da 3ª Comista de Ciência e Tecnologia Brasil-Coreia;
  - Convocação de novas edições da Comista de Ciência e Tecnologia Brasil-Coreia;
  - Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para promover a cooperação na área de 5G, tecnologias digitais e semicondutores entre os governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;
  - Número de atendimentos a empresas coreanas interessadas em realizar investimentos no Brasil para a produção de semicondutores e chips;
  - Número de relatórios acerca sobre digitalização e políticas de transformação digital na Coreia do Sul;
  - Número de atividades de intercâmbio científico e eventos ao abrigo do Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo das Tecnologias da Informação e da Comunicação;
  - Número de atendimentos a empresas coreanas interessadas em realizar investimentos no Brasil, a partir do uso conjunto sustentável da biodiversidade brasileira, para a produção de fármacos;
  - Número de atendimentos a empresas coreanas interessadas em realizar investimentos no Brasil na área de novos materiais, especialmente grafeno, e terras raras;
  - Número de atendimentos a empresas coreanas interessadas em realizar operações comerciais no Centro Espacial de Alcântara;
  - Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para promover a cooperação na área biotecnologia e fármacos entre os governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;
  - Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para promover a cooperação na área de novos materiais e terras raras entre os governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;

- Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para promover a cooperação na área de cooperação espacial entre os governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;
- Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para promover a cooperação na área de startups entre os governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;
- Instalação do "KIC Brazil Entity" em território brasileiro;
- Número de parcerias estabelecidas após a participação no intercâmbio do Projeto de Incubação Brasil-Coreia.

- *Indicadores de esforço:*
  - Número de reuniões com representantes de universidades, institutos de pesquisa, entidades do setor privado e governo da Coreia do Sul, a fim de identificar oportunidades de cooperação bilateral;
  - Divulgação, nos meios de comunicação da Coreia do Sul, e com apoio de instituições brasileiras, de pesquisas científicas de ponta realizadas no Brasil, especialmente nas áreas de biotecnologia e fármacos;
  - Apoio à realização das próximas edições da Comista de Ciência e Tecnologia Brasil-Coreia.

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) **METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- *Educação:*
  - Destaca-se a importância conferida pelos sul-coreanos à educação, vista como central para o rápido desenvolvimento econômico e tecnológico do país nas últimas décadas. A ênfase na formação acadêmica reflete-se na altíssima proporção de estudantes entre 18 e 24 anos que ingressam no ensino superior, entre 70 e 80%. Propõe-se realizar estudos sobre o sistema de ensino coreano, de modo a identificar boas práticas que possam ser úteis para eventuais reavaliações do sistema educacional brasileiro.

  - O número de coreanos que escolhem o Brasil como destino de intercâmbio ainda é muito baixo (entre 60 e 80 alunos por ano). A partir de 2020, a Coreia do Sul foi incluída nos Programas PEC-G e PEC-PG (Programa de Estudantes-Convênio de Graduação e Pós-Graduação, respectivamente), que oferecem vagas gratuitas a estudantes estrangeiros em universidades públicas e privadas brasileiras (não houve, até o momento, estudantes coreanos inscritos nesses Programas). A Coreia é, ademais, um dos 26 países em que se prevê a alocação de recursos do Programa Institucional de Internacionalização da Capes (Capes-PrInt), voltado para a internacionalização das universidades brasileiras. Há, também, convênios para intercâmbio acadêmico firmados entre universidades brasileiras e coreanas. Em visita à Coreia, em 2019, o Reitor da Universidade de São Paulo (USP) firmou 6 convênios com entidades locais, incluindo a "Seoul National University" (SNU) e o "Korea Advanced Institute of Science and Technology" (KAIST) – as duas mais prestigiosas instituições acadêmicas coreanas. A Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), no Rio Grande do Sul, tem longo histórico de parceria com a Coreia, cujo eixo principal tem sido a área de tecnologia. Atualmente, a Unisinos mantém acordos de

cooperação com 15 instituições coreanas. Propõe-se incrementar a divulgação do PEC-G e PEC-PG, bem como de outras ofertas de cursos acadêmicos no Brasil abertos a estudantes estrangeiros, de modo a contribuir para o aprofundamento do intercâmbio acadêmico entre os dois países e, sobretudo, fomentar o aumento do fluxo de estudantes e pesquisadores coreanos para o Brasil.

- No âmbito do programa Ciência sem Fronteiras, foram concedidas mais de 500 bolsas para estudantes brasileiros estudarem em universidades coreanas. Durante o funcionamento do programa (2011-2017), o país ocupou o 16º lugar em número de bolsas concedidas, à frente de China e Japão. A experiência dos estudantes, em geral, foi positiva, devido a dois fatores: o alto nível de excelência das principais instituições de ensino superior na Coreia, especialmente em áreas do conhecimento voltadas à produção científica e de tecnologia de ponta; e a ampla oferta de estágios por parte de grandes conglomerados coreanos tais como Hyundai, Samsung e LG. Propõe-se facilitar contatos entre universidades coreanas e brasileiras, por meio da organização de eventos e reuniões, de modo a fomentar o intercâmbio estudantil e propiciar o oferecimento de oportunidades acadêmicas para estudantes brasileiros.

- A pequena comunidade brasileira residente na Coreia do Sul (pouco menos de mil pessoas, segundo estimativa de 2019) é composta, em sua maioria, de estudantes (22%) ou profissionais especializados, técnicos e pesquisadores (18%), entre outros. Propõe-se realizar iniciativas de acompanhamento e de integração dessa comunidade acadêmica brasileira residente na Coreia, de modo a apoiá-la e a melhor conhecer seus êxitos e dificuldades.

- Dada a qualidade da pesquisa científica brasileira, o próximo passo na cooperação educacional bilateral é o aumento do intercâmbio entre pesquisadores de instituições dos dois países. A título de exemplo do potencial da cooperação científica-acadêmica bilateral, só no período entre 2013 e 2018, foram publicados mais de 2000 trabalhos em coautoria entre pesquisadores da USP e os de quase 80 instituições coreanas. A Embaixada continuará a fomentar e apoiar a aproximação entre cientistas de universidades e instituições de pesquisa do Brasil e da Coreia do Sul.

- *Programa Férias e Trabalho*
  - Brasil e Coreia do Sul recém concluíram a negociação do Programa Férias-Trabalho, que permitirá que jovens (18 a 30 anos) nacionais dos dois países tenham a oportunidade de viver no país parceiro e aprofundar seus conhecimentos sobre a língua e cultura locais, com o direito de desempenhar atividades laborais voltadas a custear sua estada. Os países emitirão vistos de múltiplas entradas, gratuitamente, aos nacionais do outro país, com validade de um ano, desde que cumpridos alguns requisitos. O novo instrumento será particularmente relevante no cenário pós-pandemia de COVID-19, quando deverão ser retomados os fluxos de viagens internacionais. Propõe-se dialogar com autoridades da área educacional na Coreia do Sul para estudar formas de, após as dificuldades decorrentes da pandemia, divulgar o Programa de Férias Trabalho e incentivar a vinda de jpvens coreanos ao Brasil.

- *Cultura*

- O Brasil possui “Acordo Cultural” com a Coreia desde 1966 (foi o segundo acordo firmado entre as partes). Em 2015, durante a visita da então Presidente Park Geun-hye ao Brasil, foi firmado Programa Executivo Cultural (PEC) para o período 2015-2017. Desde então, a cooperação cultural tem-se baseado em inciativas descentralizadas, promovidas por instituições ou empresas brasileiras, bem como em atividades de promoção cultural das embaixadas do Brasil em Seul e da Coreia em Brasília. Propõe-se reavaliar, junto a autoridades locais, a pertinência do estabelecimento de novo PEC visando à implementação do Acordo Cultural e de prospectar maiores possibilidades de cooperação nesta área. Recorde-se que ainda predomina na Coreia pouco conhecimento sobre o Brasil e sua cultura. Maior presença do Brasil na Coreia do Sul contribuiria para a exportação de bens e serviços das indústrias culturais e criativas, bem como para reforçar a marca Brasil.

- *Saúde*
  - A política de combate à pandemia de COVID-19 vem sendo tratada pelo governo coreano como relevante ativo diplomático e ferramenta de promoção da indústria de tecnologia de saúde coreana. A Coreia pretende tornar-se o 5º maior produtor mundial de vacinas até 2025. A área de P&D de vacinas deve ser em breve designada um dos setores estratégicos da economia nacional e receberá investimentos da ordem de US$ 1,9 bilhão nos próximos 5 anos. Há também grandes investimentos na área de desenvolvimento de novos medicamentos e equipamentos/insumos médico-hospitalares. A empresa coreana Seegene Inc. efetuou doação de equipamentos médicos para instalação e uso em laboratórios da rede do SUS, além de testes PCR, no valor de cerca de US$ 18 milhões, no contexto do enfrentamento à pandemia de COVID-19. A empresa deve operar, já a partir de 2022, em São Paulo, unidade de produção e centro de pesquisa e desenvolvimento voltado à transferência de tecnologia e à capacitação técnica. A Seegene planeja produzir no Brasil não somente testes de diagnóstico para a COVID-19, mas também para outras doenças infecciosas, como tuberculose, e enfermidades tropicais como dengue, zika e chikungunya. Propõe-se manter interlocução com autoridades, empresas e instituições de pesquisa que integram a indústria de tecnologia de saúde coreana, de modo a prospectar novas possibilidades de cooperação bilateral e de novos investimentos produtivos no Brasil.

- *Defesa:*
  - Os governos do Brasil e da Coreia do Sul firmaram, em março de 2006, o Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa. O instrumento, em vigor desde 2008, serve de base para o intercâmbio existente na área de capacitação de oficiais das Forças Armadas. Em julho de 2014, foi aberta Adidância de Defesa brasileira residente em Seul. Propõe-se seguir prestando apoio ao intercâmbio de oficiais, bem como a outras inciativas de cooperação no âmbito do referido Acordo.

  - Em anos recentes, houve tentativas, sem sucesso, de introdução de produtos de defesa brasileiros na Coreia. Em 2018, a Marinha do Brasil encaminhou projeto de produção de munições de diversos calibres ao Ministério da Defesa coreano, mas não houve reação local. No mesmo ano, realizou-se reunião entre a Defense Acquisition Program Administration (DAPA) e a Embraer Asia Pacific, em que representante da empresa brasileira apresentou a linha E2 da Embraer como potencial alternativa aos aviões de patrulha marítima P-3,

então utilizados pelos coreanos e que seriam brevemente substituídos. Na sequência, os aviões foram substituídos por modelos da linha P-8A Poseidon, da Boeing. Propõe-se estreitar o contato com autoridades coreanas e demais atores envolvidos na indústria de defesa local, a fim de incrementar a divulgação dos produtos de defesa brasileiros, em especial das aeronaves da Embraer Defesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- *Indicadores de resultado:*
  - Número de eventos, seminários, webinários e outros, organizados pela embaixada ou com sua participação, para aproximação das comunidades acadêmicas dos dois países.
  - Número de delegações de estudantes e pesquisadores dos dois países que realizam visitas de estudos.
  - Número de projetos de pesquisa científica envolvendo investigadores dos dois países.
  - Número de relatórios a respeito do sistema de ensino coreano e boas práticas locais na área educacional.
  - Número de estudantes coreanos inscritos nas próximas edições dos programas PEC-G e PEC-PG.
  - Número de eventos e reuniões organizados pela embaixada ou com sua participação, para acompanhamento e integração da comunidade acadêmica brasileira residente na Coreia.
  - Número de vistos concedidos a jovens coreanos e brasileiros no âmbito do Programa de Férias-Trabalho.
  - Número de contratos fechados pela indústria de defesa brasileira na Coreia do Sul.

- *Indicadores de esforço:*
  - Número de reuniões com representantes de universidades e de outros órgãos governamentais a fim de ampliar o fluxo de estudantes e pesquisadores coreanos para o Brasil;
  - Número de reuniões com representantes de universidades e de outros órgãos governamentais a fim de propiciar oportunidades de intercâmbio educacional na Coreia para estudantes e pesquisadores brasileiros;
  - Número de atividades de divulgação do Programa de Férias-Trabalho junto ao público jovem coreano;
  - Número de reuniões com representantes do governo e instituições coreanas com vistas a prospectar oportunidades de cooperação cultural;
  - Número de reuniões com representantes do governo, empresas e instituições coreanas com vistas a prospectar oportunidades de cooperação na área de saúde, especialmente para a produção e aquisição de vacinas, medicamentos e insumos médico-hospitalares;
  - Número de reuniões com representantes do governo coreano para divulgar os produtos da indústria de defesa brasileira.

VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) **METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- A Coreia tem extraordinário histórico de superação e de construção de uma sociedade moderna, próspera e estável após a ocupação japonesa (1910-1945) e sobre as ruínas da Guerra da Coreia (1950-53). Transformou-se em pouco mais de seis décadas em uma das maiores economias desenvolvidas, cuja história de sucesso está calcada em três bases: investimento em educação, os valores de harmonia social herdados do confucionismo e aposta decidida no planejamento econômico e no comércio internacional. Mais recentemente, incorporou a seu receituário o poder da inovação. Como resultado, possuía, em 2020, PIB nominal per capita de US$ 31,5 mil (US$ 44,6 mil em PPP), passando a pertencer ao clube "30/50", os sete países que ostentam, ao mesmo tempo, renda per capita de pelo menos US$ 30.000 e população superior a 50 milhões de habitantes. Com PIB de US$1,63 trilhões, em 2020, a Coreia tornou-se a 10ª economia do mundo (segundo dados do Banco Mundial e do FMI). Apesar da crise econômica internacional ocasionada pela pandemia de COVID-19, a Coreia teve contração do PIB de apenas 1% em 2020, a menor taxa entre os países da OCDE e abaixo da média mundial. A expectativa para este ano é de crescimento de 4,3% (FMI). Esses resultados deveram-se aos fundamentos macroeconômicos consistentes, à tempestividade das medidas fiscais, monetárias e financeiras e ao sucesso no controle da disseminação da COVID-19. A Embaixada continuará a produzir informações a respeito da exitosa experiência local de desenvolvimento socioeconômico, buscando identificar boas práticas que possam ser incorporadas pelo Brasil, assim como continuará a estimular o intercâmbio e troca de informações entre formuladores brasileiros e coreanos de política econômica e social.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- *Indicadores de resultado:*
  - Número de informes elaborados pela Embaixada a respeito do desenvolvimento socioeconômico local.
  - Número de encontros (presenciais ou virtuais) entre atores dos dois países para a troca de experiências.

IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior.

i) **METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Promover maior coordenação da comunidade brasileira na Coreia, por meio de iniciativas nas redes sociais e eventos presenciais, nos quais se aferirá o interesse na criação de um Conselho de Cidadãos em Seul;
- Garantir a prestação eficiente de serviços consulares à comunidade brasileira na Coreia do Sul, por meio da constante desburocratização da assistência consular, entre outros meios;

- Manter e atualizar os esforços de resposta a crises ou desastres naturais;
- Realizar visitas a nacionais presos na Coreia do Sul a fim de prestar a assistência consular cabível.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- *Indicadores de resultado:*
  - Ampliação de foros e eventos de interação com a comunidade brasileira, incluindo o possível estabelecimento de um Conselho de Cidadãos em Seul;
  - Índice de satisfação do consulente;
  - Número de inovações introduzidas que redundem em facilidade na prestação de serviços consulares;
  - Número de documentos consulares produzidos;
  - Número de atendimentos consulares realizados;
  - Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares;
  - Tempo de permanência do cidadão no setor consular da Embaixada;
  - Tempo de permanência do cidadão no guichê de atendimento;
  - Número de comunicações de esclarecimentos preparados para a comunidade brasileira para situações de crises ou catástrofes naturais;
  - Número de seguidores das redes sociais do posto.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

SF/21844.58750-09

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 77, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MÁRCIA DONNER ABREU, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Coreia*.

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz da Senhora Márcia Donner Abreu, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Coreia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo da diplomata indicada.

Brasília:
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:
Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

SF/21844.58750-09

A senhora Márcia Donner Abreu, nascida em 19 de maio de 1961, na cidade de Florianópolis/SC, é filha de Alcides Abreu e Sara Donner Abreu. É bacharel em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro/RJ. Concluiu o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr) em 1987, ano em que ingressou na Carreira no posto de Terceira-Secretária.

A indicada tornou-se Segunda-Secretária em 1993. Chegou a Primeira-Secretária em 2000; a Conselheira em 2004; a Ministra de Segunda Classe em 2008; e a Ministra de Primeira Classe em 2019. Todas as ascensões por merecimento. Foi aprovada no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do IRBr em 2005 com a tese "Rompendo o Duopólio Estados Unidos-União Europeia na Organização Mundial do Comércio: O G-20 e as negociações multilaterais agrícolas".

Ao longo de sua carreira, desempenhou relevantes funções. Merecem destaque os cargos Primeira-secretária e Conselheira na Embaixada em Washington, de 2001 a 2005; Conselheira na Embaixada em Pequim, entre 2005 e 2007; Chefe da Divisão de Negociações Extrarregionais do MERCOSUL-II, de 2007 a 2009; Ministra-Conselheira e Delegada Permanente Adjunta na Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO, em Paris, de 2009 a 2012; Representante Permanente Adjunta na Delegação Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e outras Organizações Econômicas Internacionais em Genebra, entre 2012 e 2018; Embaixadora em Astana, cumulativa com a embaixada no Turcomenistão e na República do Quirguistão, entre 2018 e 2019; Subsecretária de Cooperação Internacional, Cultura e Promoção Comercial, em 2019; Secretária de Comunicação e Cultura, de 2019 a 2020; e Secretária de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia, desde 2020.

Ainda em observância às normas regimentais, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Coreia, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

SF/21844.58750-09

Brasil e a Coreia do Sul (República da Coreia) estabeleceram relações diplomáticas em 1959. O Brasil foi o 8.º país do mundo e o 1.º latino-americano a reconhecer oficialmente o país.

A Coreia é a 10ª economia do mundo (PIB de US$ 1,63 trilhões), com extraordinária história de superação e construção de uma sociedade moderna, próspera e estável após a ocupação japonesa (1910-1945) e a Guerra da Coreia (1950-53). Em pouco mais de seis décadas, transformou-se em um país desenvolvido, cuja história de sucesso está calcada em três bases: investimento em educação, os valores de harmonia social herdados do confucionismo e aposta decidida no planejamento econômico e no comércio internacional.

A Coreia rivaliza com o Japão na posição de 2º parceiro comercial do Brasil na Ásia. Em 2020, a corrente bilateral alcançou US$ 7,8 bilhões. O Brasil foi o 2º parceiro da Coreia na América Latina, atrás do México.

O comércio tende a ser deficitário para o Brasil. Os principais produtos exportados em 2020 foram petróleo cru, farelo de soja, minério de ferro, milho e álcool. Os principais produtos importados foram componentes de equipamentos eletrônicos e da indústria de petróleo e gás, partes e acessórios para veículos, medicamentos e produtos farmacêuticos, bem como equipamentos de telecomunicações.

As exportações brasileiras para a Coreia do Sul no primeiro semestre de 2021 foram as maiores já registradas. Pela primeira vez, desde 1997, houve superávit favorável ao Brasil (no valor de US$ 129,6 milhões). Com o resultado, a Coreia do Sul tornou-se o quinto destino das vendas brasileiras para o exterior (2,08% do total), após China, EUA, Argentina e Países Baixos.

O fluxo de comércio entre o Brasil e a Coreia atingiu US$ 5,51 bilhões no primeiro semestre de 2021, com perspectivas positivas até o final deste ano.

A Coreia mantém estoque de investimentos no Brasil de US$ 7,2 bilhões. Estima-se que haja mais de 400 empresas coreanas instaladas no país, a

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

SF/21844.58750-09

exemplo da Hyundai/KIA (setor automobilístico), Samsung e LG (eletrônicos), Hana Micron (semicondutores) e POSCO (siderurgia).

Propalada como o primeiro país a adotar, comercialmente, o serviço de transmissão de dados digitais de quinta geração (abril de 2019), a Coreia detém, atualmente, a maior proporção mundial de usuários da tecnologia 5G e a maior velocidade média oferecida ao consumidor no mundo. O governo coreano acredita que a nova tecnologia, por seu potencial de criar "efeito cascata" no segmento das telecomunicações, em termos de maiores investimentos, deve desempenhar o papel de motor do crescimento econômico da Coreia nos anos vindouros.

Em 2023, a imigração coreana ao Brasil completará 60 anos. O primeiro grupo de 109 pioneiros partiu da cidade de Busan, em dezembro de 1962, aportando em Santos, em fevereiro de 1963. O contingente populacional de coreanos, estabelecidos principalmente na cidade de São Paulo, é estimado em cerca de 60 mil pessoas. O Brasil abriga a maior comunidade de sul-coreanos na América Latina, a terceira maior população coreana fora da Ásia e a décima primeira no mundo.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

Brasília:
Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho – Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:
Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10° Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

6

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 78, DE 2021

(nº 623/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 623

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de novembro de 2021.

EM nº 00256/2021 MRE

Brasília, 19 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES**, ministra de primeira classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República Tcheca, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 952/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 25 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 25/11/2021, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3029601** e o código CRC **CFE2939A** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

414

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

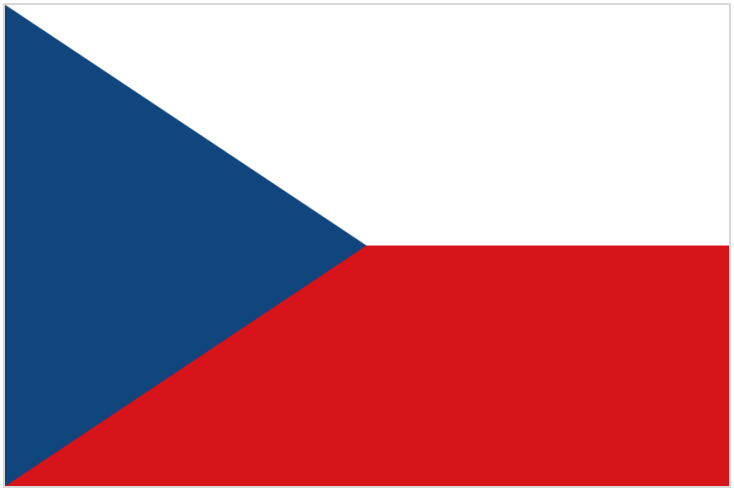
MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE *SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES*
CPF.: 289.778.741-49
ID.: 9312 MRE

1961	Filha de Luiz Gomes Fernandes e Sônia Guimarães Gomes, nasce em 25 de junho, em São Paulo/SP
Dados Acadêmicos:	
1982	Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1986	CPCD – IRBr
1997	CAD – IRBr
2007	CAE – IRBr, Filmar no Brasil: a atuação do Itamaraty no estímulo à exportação dos serviços de produção audiovisual.
Cargos:	
1987	Terceira-secretária
1994	Segunda-secretária
2002	Primeira-secretária, por merecimento
2007	Conselheira, por merecimento
2009	Ministra de segunda classe, por merecimento
2017	Ministra de primeira classe, por merecimento
Funções:	
1988	Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, assistente
1988-90	Secretaria de Controle Interno, Divisão de Acompanhamento, Avaliação e Orientação, assessora e Diretora, substituta
1992-94	Divisão do Pessoal, assessora
1994	Embaixada em Bridgetown, Encarregada de Negócios em missão transitória
1994-96	Secretaria-Geral, assessora
1996-98	Coordenação-Geral de Informação e Divulgação, assessora
1998-2000	Embaixada em Roma, segunda-secretária
2000-01	Embaixada em Assunção, segunda-secretária
2001-03	Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior, assessora
2003	Embaixada em São Tomé, encarregada de negócios em missão transitória
2003-04	Departamento de Administração, assessora técnica
2004-07	Consulado-Geral em Los Angeles, cônsul-adjunta
2007-10	Embaixada em Praia, Conselheira, ministra-conselheira, comissionada
2010-2014	Divisão de Serviços Gerais, chefe
2013	Consulado-Geral em Chicago em missão transitória
2014	Departamento de Administração - diretora
2014	Coordenadora do Comitê Gestor de Gênero e Raça do MRE
2018	Escritório Financeiro em Nova York - chefe
Condecorações	
2015	Ordem do Rio Branco - Comendador

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA TCHECA





INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Tcheca
CAPITAL	Praga
ÁREA	78.867 km^2
POPULAÇÃO (Banco Mundial, 2020)	10,7 milhões
LÍNGUA OFICIAL	Tcheco
SISTEMA DE GOVERNO	Parlamentarismo
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Câmara dos Deputados (200 membros). Senado Federal (81 membros).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Miloš Zeman (desde 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Andrej Babiš (desde 2017)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Jakub Kulhánek (desde 2021)
PIB (FMI, 2020)	US$ 276 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020)	US$ 461 bilhões
PIB *per capita* (FMI, 2020)	US$ 25.730
PIB PPP *per capita* (FMI, 2020)	US$ 42.960
VARIAÇÃO DO PIB	2,3% (2019); -5,6% (2020); 4,2% (2021 est.)
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa tcheca
IDH (PNUD, 2019)	0,900 (27º maior)
ALFABETIZAÇÃO (UNESCO)	99,8%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (OECD, 7/2021)	2,8%
COMUNIDADE BRASILEIRA	Cerca de 1000 pessoas

INTERCÂMBIO BILATERAL, US$ milhões (Fonte: ME)						
BRASIL □ R. TCHECA	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	459	500	582	614	613	491,4
Exportações	26,1	35,5	70,7	84,2	90,7	44,5
Importações	433	465	511	530	522	446,9
Saldo	-407	-429	-441	-446	-431	-402,4

PERFIS BIOGRÁFICOS



Milos Zeman, Presidente da República. Nasceu em 28/09/1944 em Kolín. Juntou-se ao Partido Comunista da Tchecoslováquia durante as reformas da Primavera de Praga, em 1968. Dois anos depois, foi expulso do partido. Juntou-se ao Partido Social Democrata em 1993. Cinco anos mais tarde, formou governo de minoria responsável pelas negociações para a adesão da República Tcheca à União Europeia. Entre 1998 e 2002, foi Primeiro-Ministro da República Tcheca. Em janeiro de 2013, foi eleito Presidente da República. Em 2018, foi reeleito para um segundo mandato de cinco anos.



Andrej Babis, Primeiro-Ministro. Nasceu em 02/09/1954. Empresário, dono da Agrofert, holding que controla mais de 230 empresas. Entrou para a política em 2013, quando fundou o movimento ANO (Ação de Cidadãos Descontentes, acrônimo que em tcheco significa "sim"). Foi Ministro das Finanças e Vice-Primeiro-Ministro do governo Bohuslav Sobotka (2014-2017) e foi indicado Primeiro-Ministro após o ANO vencer as eleições parlamentares de outubro de 2017.



Jakub Kulhanek, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Nasceu em Mělník, em 30/06/1984. É formado em Relações Internacionais pela Universidade de Charles e mestre pela Universidade de Georgetown. Fez carreira como pesquisador e analista em diversas instituições e organizações internacionais, incluindo a OTAN. Ingressou no governo tcheco em 2013, como assessor do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Foi Vice-Ministro da Defesa (2014), Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros (2014-2016) e Vice-Ministro do Interior (2018-2021). Em abril de 2021, foi indicado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil mantém relações ininterruptas com Praga desde 1920. Nesse mesmo ano, a Tchecoslováquia instala legação diplomática no Rio de Janeiro, gesto retribuído pelo Brasil em 1921.

Antes do chamado "divórcio de veludo", entre a República Tcheca e a República Eslovaca, o Primeiro-Ministro tchecoslovaco, Lubomir Strougal, visitou o Brasil, em 1988. Em 1993, o Brasil reconheceu a República Tcheca como país independente.

A agenda bilateral começou a adensar-se com o fim do regime comunista, sobretudo a partir da visita do Presidente Fernando Collor de Mello em 1990. Em 1994, o Presidente eleito Fernando Henrique Cardoso viajou a Praga, visita reciprocada pelo Primeiro-Ministro Vaclav Klaus, em 1994, e pelo Presidente Vaclav Havel, em 1996. Em 2006, Jiri Paroubek tornou-se o segundo Primeiro-Ministro tcheco a visitar o Brasil.

O diálogo bilateral recebeu novo impulso com a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, ocasião em que foi firmado o novo Acordo de Cooperação Econômica e Industrial. O Presidente Vaclav Klaus retribuiu a visita em 2009, em viagem que propiciou aproximação entre os setores empresariais dos dois países e revelou oportunidades para investimentos tchecos no Brasil.

Em abril de 2016, o Vice-Presidente da República Michel Temer realizou visita a Praga. Naquele mesmo ano, em agosto, por ocasião dos Jogos Olímpicos, visitou o Brasil o Presidente Milos Zeman. Em janeiro de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro e o Primeiro-Ministro tcheco, Andrej Babis, mantiveram encontro em Davos, por ocasião do Fórum Econômico Mundial.

A República Tcheca vê o Brasil como interlocutor estratégico na América do Sul para temas políticos e econômico-comerciais. No atual momento, as relações tendem a beneficiar-se das afinidades no plano econômico, em função da orientação liberal e da busca de novas parcerias comerciais, como no plano político, graças às convergências de visão em temas de interesse comum.

CONSULTAS POLÍTICAS

As reuniões de consultas políticas bilaterais são reguladas pelo Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, de 23/8/1993. A última reunião ocorreu em Praga, em 29 de agosto de 2016, presidida, do lado brasileiro, pelo então subsecretário-geral para Assuntos Políticos Multilaterais Europa e América do Norte (SGEAM), embaixador Fernando Simas Magalhães, atual Secretário-Geral do MRE.

Em 16 de novembro de 2017, foi realizada, em Budapeste, reunião de consultas políticas entre o Brasil e o Grupo de Visegrado, integrado, além da República Tcheca, por Hungria, Polônia e Eslováquia.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2020, o comércio bilateral atingiu fluxo de US$ 491 milhões, o que representou queda de 19,8% em relação a 2019. As exportações brasileiras foram de US$ 45 milhões (-50,9%) e as importações chegaram a US$ 447 milhões (-14,4%). O saldo comercial, historicamente deficitário para o Brasil, foi de US$ 402 milhões.

A pauta de exportações brasileira teve como principais produtos em 2020 os produtos semi-acabados de ferro ou aço (27%); máquinas-ferramentas para trabalhar metais (8,8%); e móveis e suas partes (6,7%). As importações, por sua vez, são bem

diversificadas, com destaque para: partes e acessórios de veículos automotivos (6,5%); equipamentos de telecomunicações (5,4%); e borrachas sintéticas (5,4%).

COOPERAÇÃO EM DEFESA

A cooperação bilateral em defesa constitui a face mais evidente da cooperação bilateral. Em setembro de 2010, o então ministro da Defesa, Nelson Jobim, esteve na República Tcheca para visitar fábricas locais, em particular a Aero Vodochody, uma das mais importantes indústrias aeronáuticas da Europa central. Em 2015, o ministro da Defesa Martin Stropnicky realizou visita ao Brasil, por ocasião da Feira LAAD (Feira Internacional de Segurança Pública e Corporativa). A Aero Vodochody é uma das parceiras da Embraer no desenvolvimento do cargueiro militar KC-390.

Cabe recordar também a realização, em Praga, em 2019, de seminário voltado à promoção de negócios e à busca de parcerias entre a Embraer e empresas tchecas das áreas aeroespacial e de defesa. Fizeram-se também representar, naquela oportunidade, pelo lado tcheco, 33 empresas dos setores de defesa e da indústria aeroespacial, além de autoridades dos ministérios da Defesa e da Indústria e Comércio.

A escolha, pela Força Aérea Brasileira, do Gripen NG da Saab no âmbito do Programa FX-2, oferece possibilidades de cooperação com a República Tcheca no longo prazo, pois as forças daquele país utilizam os caças JAS-39 Gripen há uma década.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O Deputado Pavel Jurícek, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados da República Tcheca, visitou, em fevereiro de 2019, além de Brasília, os estados de Santa Catarina, Paraná e Bahia. Durante sua estada no Brasil, Jurícek discutiu a possibilidade de implementação de vários projetos de cooperação bilateral. Citou o interesse tcheco nas áreas de digitalização da indústria, despoluição de rios, reciclagem de rejeitos, oncologia (câncer de mama) e programas de segurança de barragens. Em sua passagem por Brasília, Jurícek avistou-se com o Ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, com quem discutiu, entre outros temas, a possível assinatura de memorando de entendimento entre os ministérios de Ciência e Tecnologia dos dois países.

Há várias possibilidades de cooperação que se abrem no âmbito bilateral em programas de intercâmbio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Em abril de 2018, delegação do Senai visitou a embaixada do Brasil em Praga e foi recebida na sede da Academia de Ciências tcheca. O encontro também contou com a presença de Jurícek, que discorreu sobre os instrumentos locais de estímulo à inovação e à alta tecnologia, bem como sobre os setores prioritários para investimentos na República Tcheca, entre os quais se destacam a inteligência artificial, fontes alternativas de energia, bioplásticos e nanotecnologia, além do setor automotivo, que responde por 24% do PIB tcheco. Participaram do evento representantes da Agência Espacial, da Agência de Tecnologia, do CzechInvest (agência tcheca de incentivo aos investimentos), do Centro HILASE de Pesquisa com Laser, além de outros dos 55 institutos vinculados à Academia de Ciências. Na mesma data, a delegação do Senai foi recebida posteriormente pela presidente da Academia de Ciências, Eva Zazimalová.

COOPERAÇÃO PARLAMENTAR

O Grupo Parlamentar Brasil-República Tcheca foi criado pela Resolução da Câmara dos Deputados nº 73 de 1994, em substituição ao Grupo Brasil-Tchecoslováquia (que existia desde 1990), e instituído em 1998 pela Resolução nº 32.

Em 2002, realizou visita a Praga o então Presidente do Senado, Ramez Tebet. Em setembro de 2013, delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), visitou a República Tcheca, a convite do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Tcheca. Participaram da missão, entre outros, o então Presidente do Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-República Tcheca, o Senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB/SC), além dos senadores Jorge Viana (PT/AC), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Lídice da Mata (PSB/BA) e Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE). O presidente do Senado da República Tcheca, Milan Štěch, realizou visita ao Brasil em novembro de 2013. Em maio de 2018, o Senador Fernando Collor de Mello, então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, realizou visita a Praga.

COOPERAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA

No âmbito literário, no que se refere ao significado histórico e cultural de Juscelino Kubitschek, sua personalidade, bastante conhecida pelos tchecos, foi retratada com destaque, no livro intitulado "Brasília-mesto-sen" ("Brasília-Cidade-Sonho", em português), primeira obra sobre a arquitetura de Brasília lançada em língua tcheca, complementada de versão condensada em inglês e português, em 2017. A publicação foi acolhida com entusiasmo pelos leitores e recebeu críticas elogiosas nos principais meios de comunicação locais.

COMUNIDADE BRASILEIRA

A seção consular da Embaixada em Praga presta assistência à comunidade brasileira residente no país, estimada em cerca de mil pessoas. Atualmente, residem no Brasil cerca de meio milhão de tchecos e descendentes, a maioria na Região Sul, e alguns no Centro-Oeste. Entre os primeiros imigrantes, aqui chegados em 1823, estava o carpinteiro Jan Nepomuk Kubíček, um dos bisavós maternos do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Além da seção consular da Embaixada em Brasília, a República Tcheca têm um Consulado-Geral em São Paulo e nove consulados honorários no Brasil – Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Foz do Iguaçu (PR) e Blumenau (SC), Recife (PE), Fortaleza (CE) e Salvador (BA).

POLÍTICA INTERNA

A República Tcheca adota como forma de governo o sistema parlamentarista e o atual Primeiro-Ministro é o empresário Andrej Babis (dono da Agrofert, holding que controla mais de 230 empresas). Babis trocou a administração diária da Agrofert pela política em 2013, quando fundou o movimento ANO (Ação de Cidadãos Descontentes). Foi Ministro das Finanças e Vice-Primeiro-Ministro do governo Bohuslav Sobotka (2014-2017), tendo sido indicado Primeiro-Ministro após o ANO vencer as eleições parlamentares de outubro de 2017.

Em março de 2018, ocorreu a cerimônia de posse do Presidente Milos Zeman, para seu segundo mandato à frente da Chefia de Estado da República Tcheca.

Durante seu primeiro mandato, Zeman teve especial interesse em manter encontros com cidadãos: foram mais de 4 mil encontros com personalidades das ciências, artes, esportes, negócios, e das administrações regionais. O presidente afirmou que, durante essas oportunidades, teve possibilidade de adquirir conhecimentos que, depois, procurou transferir para o governo. Recordou, ainda, que a Constituição também

dá ao presidente o direito de chamar para consultas representantes do governo, o que procurou realizar.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa tcheca tem como diretriz básica a plena integração à Europa ocidental. Nesse contexto, foi fundamental para o país integrar-se à OTAN e à União Europeia, respectivamente, em 1999 e 2004.

Uma das prioridades tchecas consiste no fortalecimento da região centro-europeia. O país investe alto capital político no Grupo de Visegrado, formado por Hungria, Polônia, República Tcheca e Eslováquia, no âmbito do qual é vocal defensor da Parceria para o Leste da União Europeia.

As relações com os Estados Unidos possuem caráter estratégico, particularmente na área de segurança, e têm-se estreitado constantemente, em particular desde que a República Tcheca contou com apoio direto dos EUA para ingressar na OTAN. A visão do Governo tcheco é a de que a segurança europeia – e, em certa medida, a mundial – deve necessariamente passar pela Organização.

A diplomacia tcheca tem buscado abrir novos mercados para sua economia, sobretudo na Ásia. Há interesse também em expandir o horizonte das relações diplomáticas em direção a grandes países emergentes, como Brasil, China e Índia, particularmente no campo econômico-comercial.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A República Tcheca conta com economia próspera e de mercado aberto, baixo nível de desemprego e sólida taxa de crescimento do PIB no período pré-pandêmico. O PIB per capita atingiu US$25.730 em 2020. O país tem sua própria moeda, a coroa tcheca (CZK), e uma política monetária independente. A República Tcheca é um dos países mais estáveis e prósperos da Europa Central. O crescimento econômico é sustentado pelas exportações, principalmente para a UE, bem como pela atividade de investimento sustentada por um ambiente de negócios favorável e forte competitividade.

A República Tcheca está profundamente integrada nas cadeias globais de valor. Os principais setores são a indústria automotiva, máquinas, montagem de equipamentos eletrônicos e de TI, produção de ferro e aço. Os principais parceiros comerciais são Alemanha, França, Áustria, Reino Unido, Itália, China e países vizinhos.

O nível de desemprego no país foi afetado pela pandemia de Covid-19, passando de 2,1% para 3,1% de 2019 para 2020, o que significa aumento de quase 50% no número de desempregados entre 15 e 64 anos. Apesar do aumento, o número ainda é considerado baixo, sobretudo em comparação com outros países da região (superior a 7,5% na UE, ou 8,3% se considerados apenas os países na zona do euro). O Ministério das Finanças prevê que em 2021 a economia se recuperará da crise de 2020, quando o PIB registrou queda de 5,6% (a maior contração desde o desmembramento da Tchecoslováquia, em 1993). Segundo a expectativa, a produção nacional poderá crescer 3,1% em 2021.

Com 62%, o setor de serviços é o que mais contribui para o PIB. A indústria contribui com 30%, e os setores de construção e agricultura contribuem com 6% e 2%, respectivamente. A indústria tcheca é voltada para o mercado externo e responde por cerca de um terço da produção econômica do país, com papel fundamental na geração

de riqueza. Sua produção industrial, com grande participação do setor automotivo, é escoada principalmente para mercados desenvolvidos, como a Alemanha, Reino Unido, França e outros países da UE, responsáveis pela aquisição de quase metade das exportações tchecas.

O resultado do comércio exterior de bens tem acompanhado o ritmo do crescimento econômico geral, com repetidos superávits comerciais (US$ 21,3 bilhões em 2020). Um fenômeno relativamente recente que merece ser mencionado é o fato de a China aparecer, nos últimos anos, como segundo maior supridor de bens de consumo, logo atrás da Alemanha, com mais de 12% do total das importações.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1918	Independência da Tchecoslováquia
1939	Invasão da Tchecoslováquia pela Alemanha de Hitler
1945	Levante de Praga e libertação da Tchecoslováquia
1948	Partido Comunista assume poder com Klement Gottwald
1968	Invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia/ encerra Primavera de Praga, movimento de reformas liberalizantes
1989	Revolução de Veludo encerra período comunista. Vaclav Havel eleito presidente.
1993	"Divórcio de veludo" separa República Tcheca e Eslováquia. Vaclav Havel eleito presidente. Václav Klaus (ODS) assume como primeiro-ministro
1996	Klaus reconduzido ao posto de primeiro-ministro após primeiras eleições pós-"divórcio de veludo"
1998	Após eleições antecipadas, Milos Zeman torna-se o primeiro PM social-democrata
1999	República Tcheca torna-se membro pleno da OTAN
2002	Sociais-democratas vencem novamente as eleições, com Vladimir Spidla à testa do governo
2003	Václav Klaus eleito presidente
2004	República Tcheca torna-se membro da União Europeia
2004	Renúncia de Vladimir Spidla. Assume Stanislav Gross
2005	Com menos de um ano de governo, Stanislav Gross renuncia. Jiri Paroubek assume como primeiro-ministro
2006	Mirek Topolanek vence eleições de junho
2007	República Tcheca adere ao Espaço Schengen
2008	Václav Klaus reeleito presidente
2009	República Tcheca ocupa a Presidência da União Europeia
2009	PM Mirek Topolánek renuncia após voto de desconfiança
2009	Jan Fischer assume como primeiro-ministro
2010	PM Petr Necas forma governo após eleições gerais de maio
2013	Milos Zeman assume como primeiro presidente eleito pelo voto direto
2013	Petr Necas renuncia.
2014	Bohuslav Sobotka assume como PM após eleições gerais de outubro 2013
2017	Andrej Babiš é nomeado PM
2018	Milos Zeman é reeleito para um segundo mandato de cinco anos

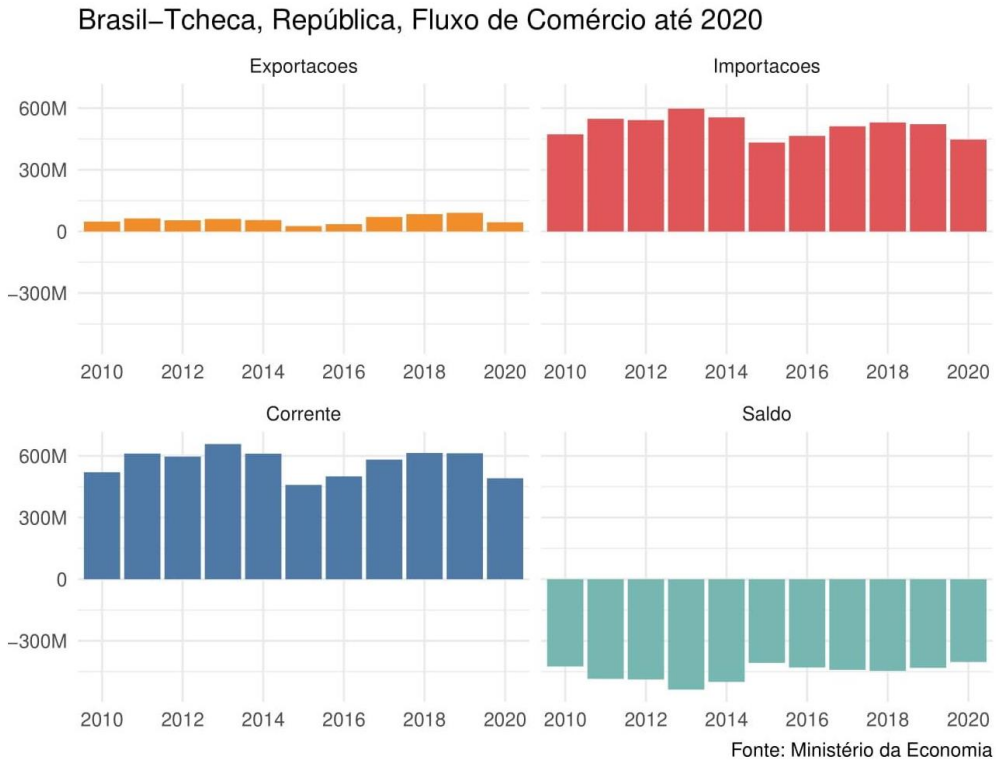
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1920	Brasil e Tchecoslováquia estabelecem relações diplomáticas. Tchecoslováquia instala legação diplomática no RJ
1921	Brasil abre legação diplomática em Praga
1960	Missões diplomáticas elevadas ao nível de Embaixada
1988	Visita do primeiro-ministro tchecoslovaco Lubomir Strougal ao Brasil
1989	Visita do ministro das Relações Exteriores Roberto Costa de Abreu Sodré a Praga
1990	Visita do presidente Fernando Collor de Mello a Praga
1993	Brasil reconhece a República Tcheca após "divórcio de veludo"
1994	Fernando Henrique Cardoso visita a República Tcheca na condição de PR eleito; Visita do PM Vaclav Klaus ao Brasil
1996	Visita do Presidente Vaclav Havel ao Brasil
2002	Visita a Praga do presidente do Senado, Rames Tebet
2006	Visita do primeiro-ministro Jiri Paroubek ao Brasil
2008	Visita do presidente Luis Inácio Lula da Silva a Praga
2009	Visita do Presidente Vaclav Klaus ao Brasil
2013	Visita de delegação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal à República Tcheca
2013	Visita do presidente do Senado tcheco Milan Štěch ao Brasil
2015	Visita do ministro da Defesa Martin Stropnicky ao Brasil
2016	Visita a Praga do Vice-Presidente da República, Michel Temer
2016	Visita ao Brasil do Presidente Milos Zeman, do Presidente do Senado Milan Stech, do Presidente da Câmara Jan Hamácek, e da Ministra da Educação, Esporte e Juventude, Katerina Valachová, por ocasião dos Jogos Olímpicos Rio 2016
2018	Visita do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor de Mello
2019	Encontro entre o Presidente Jair Bolsonaro e o Primeiro-Ministro Andrej Babis à margem do Fórum Econômico Mundial em Davos

Título do Acordo	Data	Status da Tramitação
Acordo sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira	01/11/2012	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa	13/09/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Tcheca	18/04/2008	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial	12/04/2008	Em Vigor
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	29/04/2004	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	18/11/1999	Denunciado
Acordo sobre o Exercício de Emprego por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	13/06/1997	Em Vigor
Acordo sobre Comércio e Cooperação Econômica	25/04/1994	Denunciado
Memorando de Entendimento sobre Consultas	23/08/1993	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, para Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços.	15/07/1991	Em Vigor
Protocolo de Intenções.	02/10/1990	Em Vigor
Memorando de Entendimento.	02/10/1990	Em Vigor

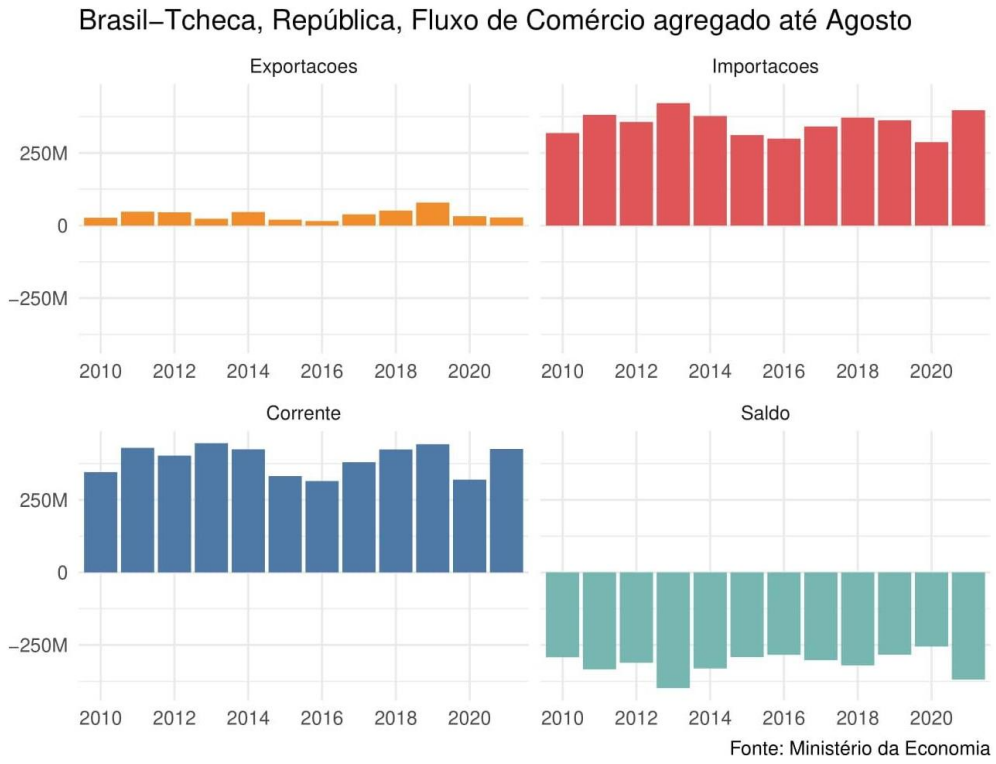
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.



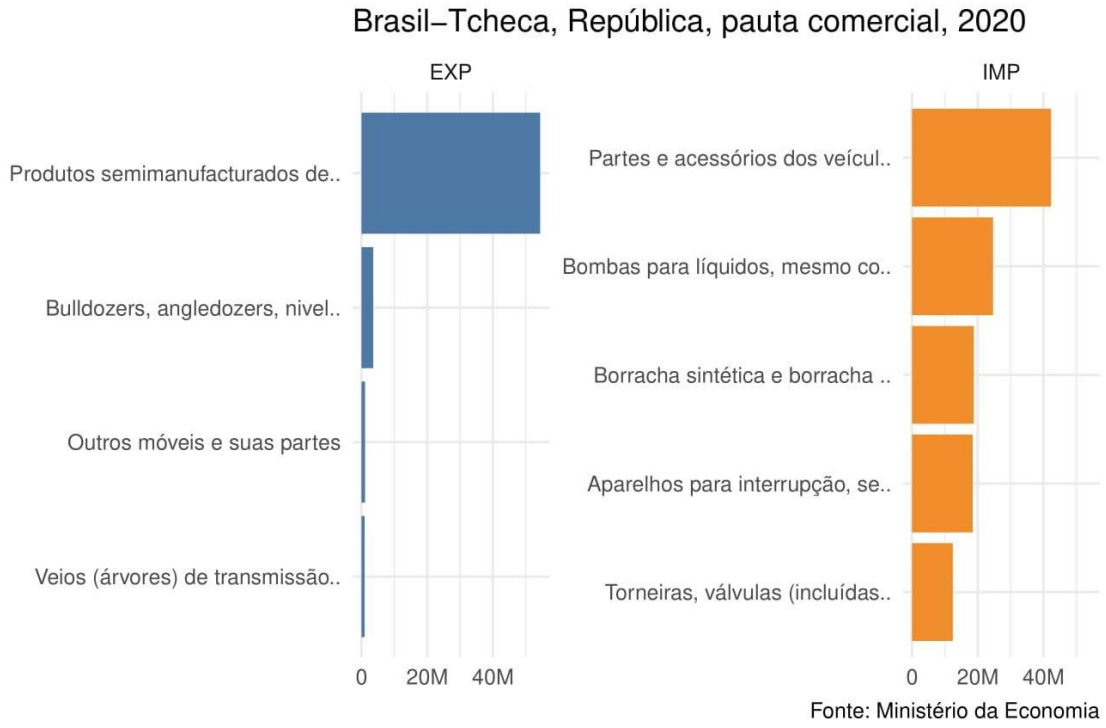
	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	44M (-51.0%)	91M (7.7%)	84M (19.1%)	71M (99.3%)	35M (36.1%)
Importacoes	447M (-14.37%)	522M (-1.54%)	530M (3.64%)	511M (10.05%)	465M (7.38%)
Saldo	-402M (-193.33%)	-431M (-196.72%)	-446M (-201.16%)	-441M (-202.67%)	-429M (-205.54%)
Corrente	491M (-19.8%)	613M (-0.3%)	614M (5.5%)	582M (16.4%)	500M (9.0%)

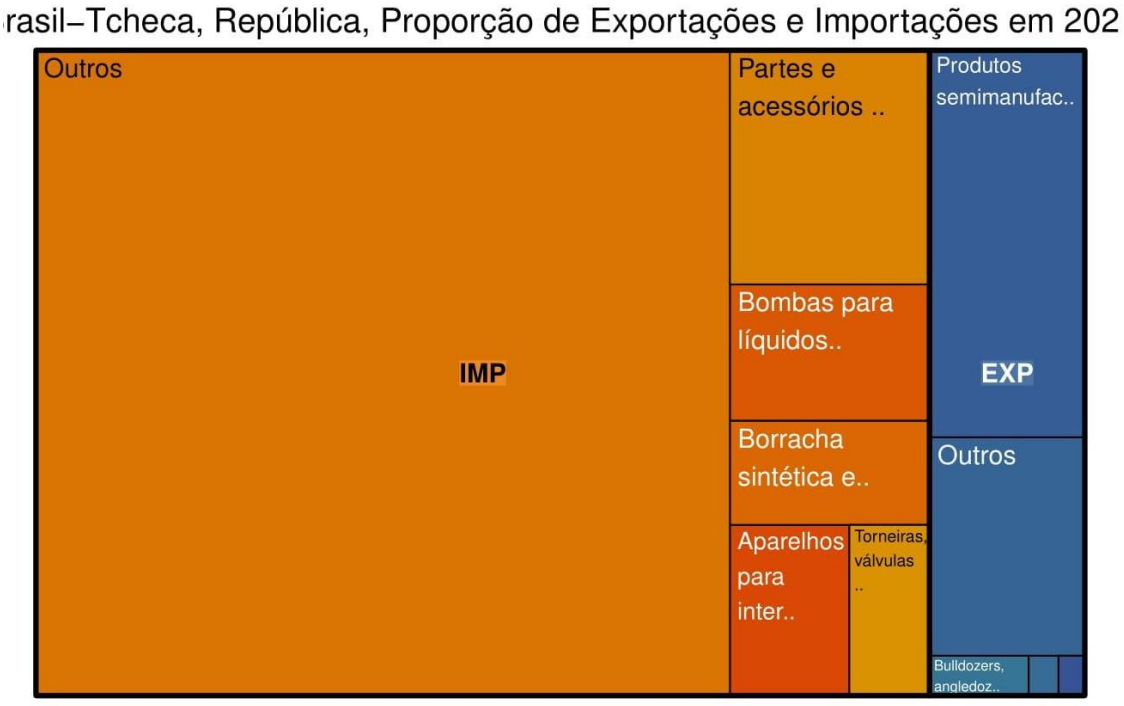
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	26M (-53.1%)	56M (-7.9%)	60M (11.3%)	54M (-14.2%)	63M (32.0%)
Importacoes	433M (-22.02%)	555M (-7.07%)	597M (10.22%)	542M (-1.08%)	548M (15.96%)
Saldo	-407M (-181.44%)	-499M (-193.02%)	-537M (-210.10%)	-488M (-200.64%)	-484M (-214.14%)
Corrente	459M (-24.9%)	611M (-7.2%)	658M (10.3%)	596M (-2.4%)	611M (17.4%)



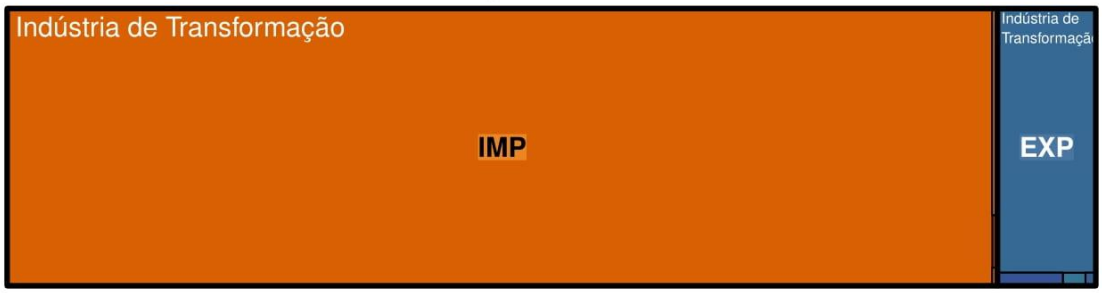
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	28M (-13.2%)	32M (-59.3%)	79M (53.1%)	52M (33.5%)	39M (149.6%)
Importacoes	397M (38.2%)	287M (-20.7%)	362M (-2.5%)	372M (9.0%)	341M (13.9%)
Saldo	-369M (-244.73%)	-255M (-190.07%)	-283M (-188.48%)	-320M (-205.91%)	-302M (-206.50%)
Corrente	425M (33.06%)	319M (-27.63%)	441M (4.25%)	423M (11.54%)	380M (20.60%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	15M (-22.9%)	20M (-56.9%)	47M (100.1%)	23M (-48.9%)	46M (-4.4%)
Importacoes	299M (-4.0%)	312M (-17.4%)	377M (-10.5%)	422M (18.3%)	357M (-6.5%)
Saldo	-284M (-197.33%)	-292M (-188.17%)	-331M (-182.99%)	-398M (-228.08%)	-311M (-193.22%)
Corrente	315M (-5.12%)	332M (-21.73%)	424M (-4.76%)	445M (10.65%)	402M (-6.25%)

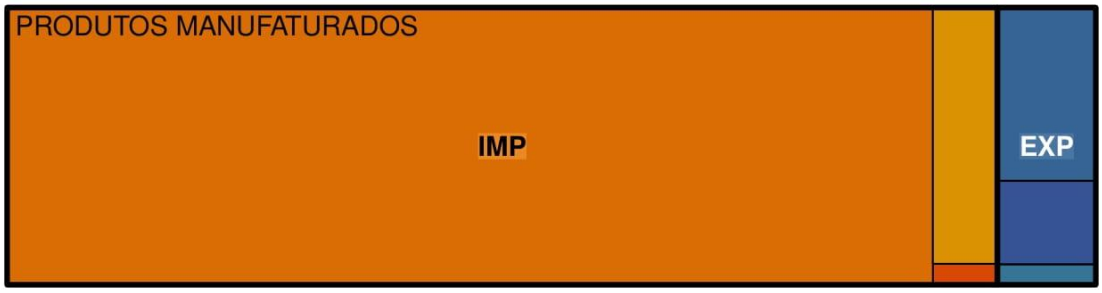

Brasil–Tcheca, República, pauta comercial, 2020
EXP
IMP
Produtos semimanufacturados de..
Bulldozers, angledozers, nivel..
Outros móveis e suas partes
Veios (árvores) de transmissão..
Partes e acessórios dos veícul..
Bombas para líquidos, mesmo co..
Borracha sintética e borracha ..
Aparelhos para interrupção, se..
Torneiras, válvulas (incluídas..
0
20M
40M
0
20M
40M
Fonte: Ministério da Economia


rasil–Tcheca, República, Proporção de Exportações e Importações em 202
Outros
IMP
Partes e acessórios ..
Bombas para líquidos..
Borracha sintética e..
Aparelhos para inter..
Torneiras, válvulas ..
Produtos semimanufac..
EXP
Outros
Bulldozers, angledoz..

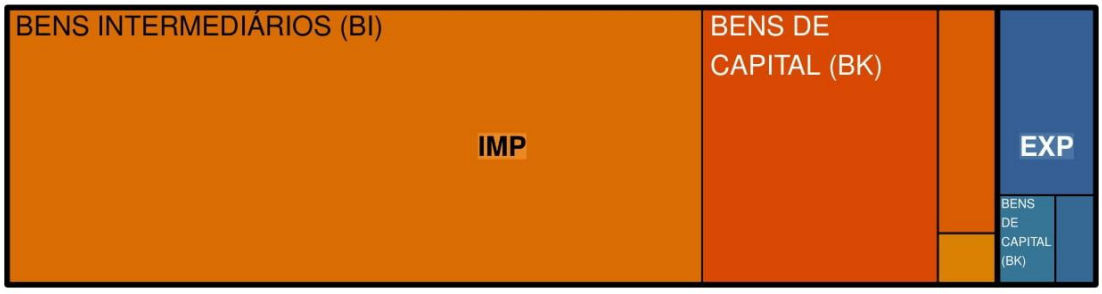
Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020

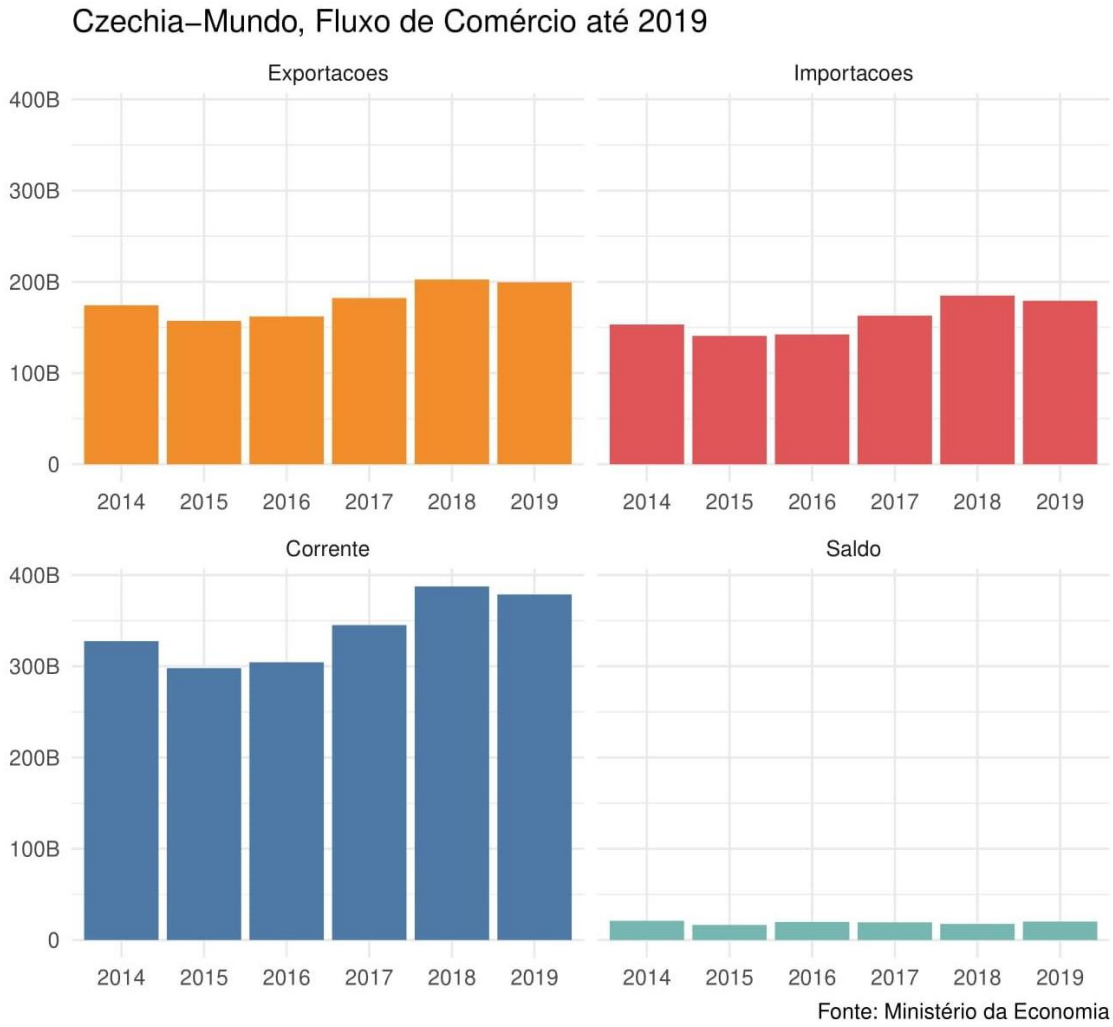


Classificação CGCE em 2020

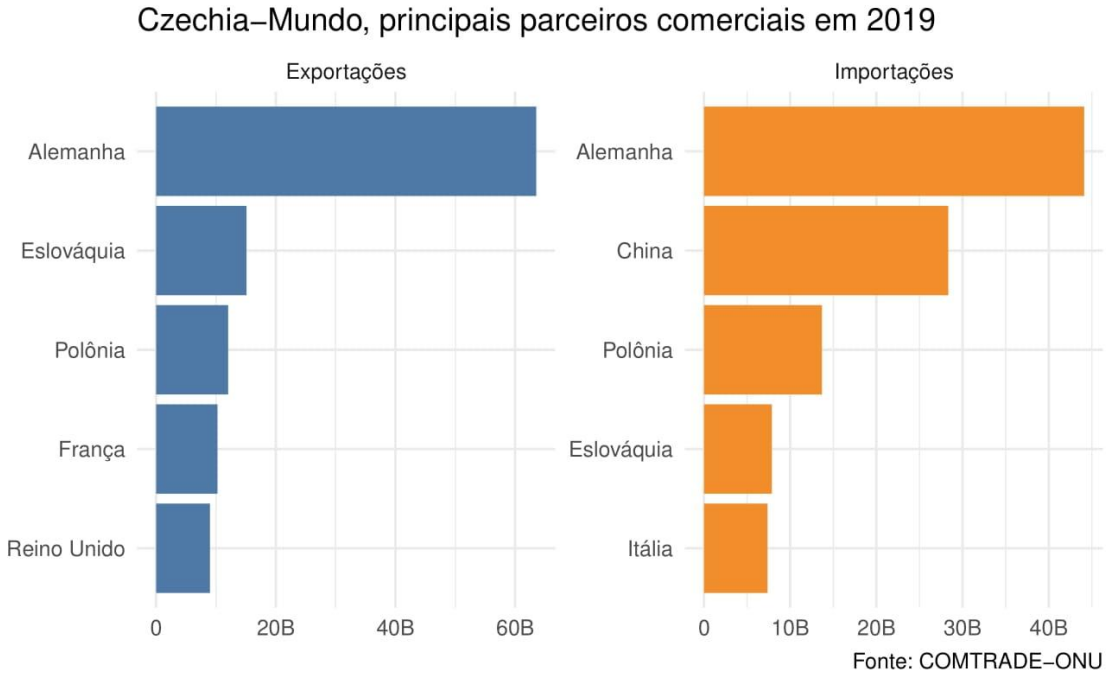


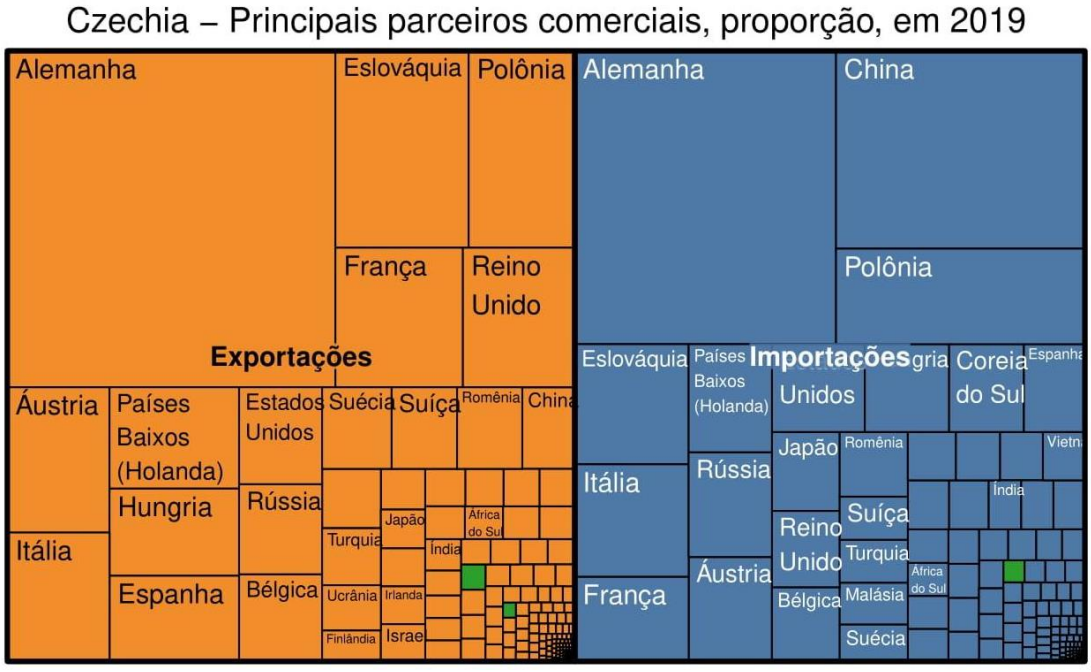
Classificação CUCI em 2020

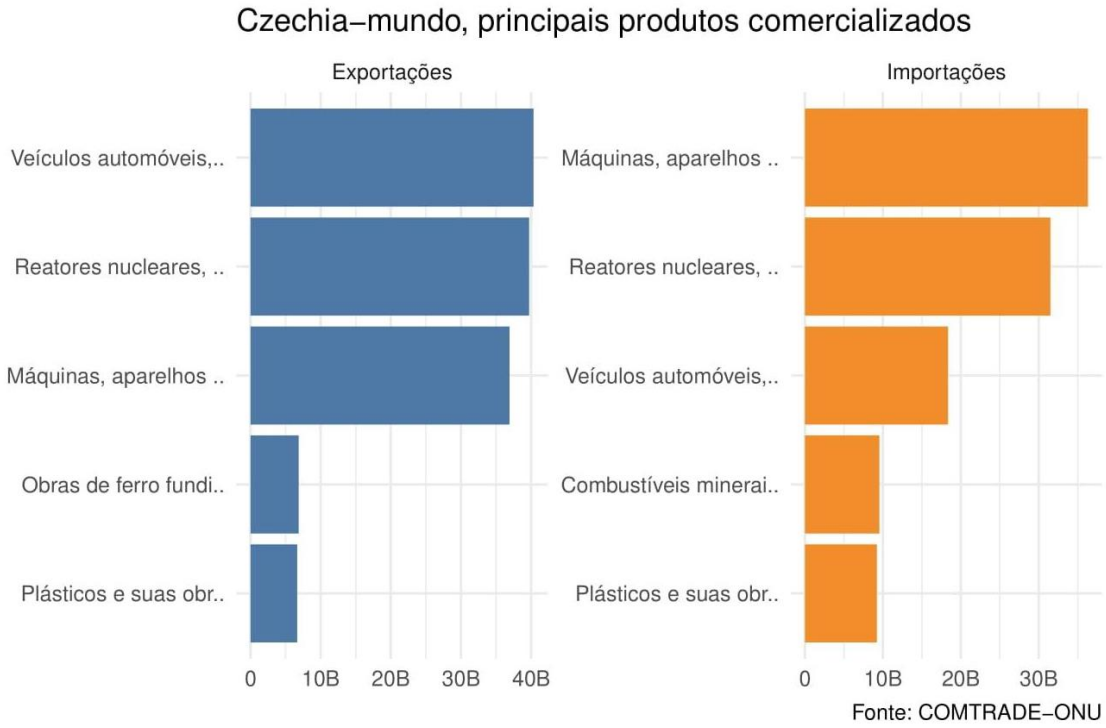


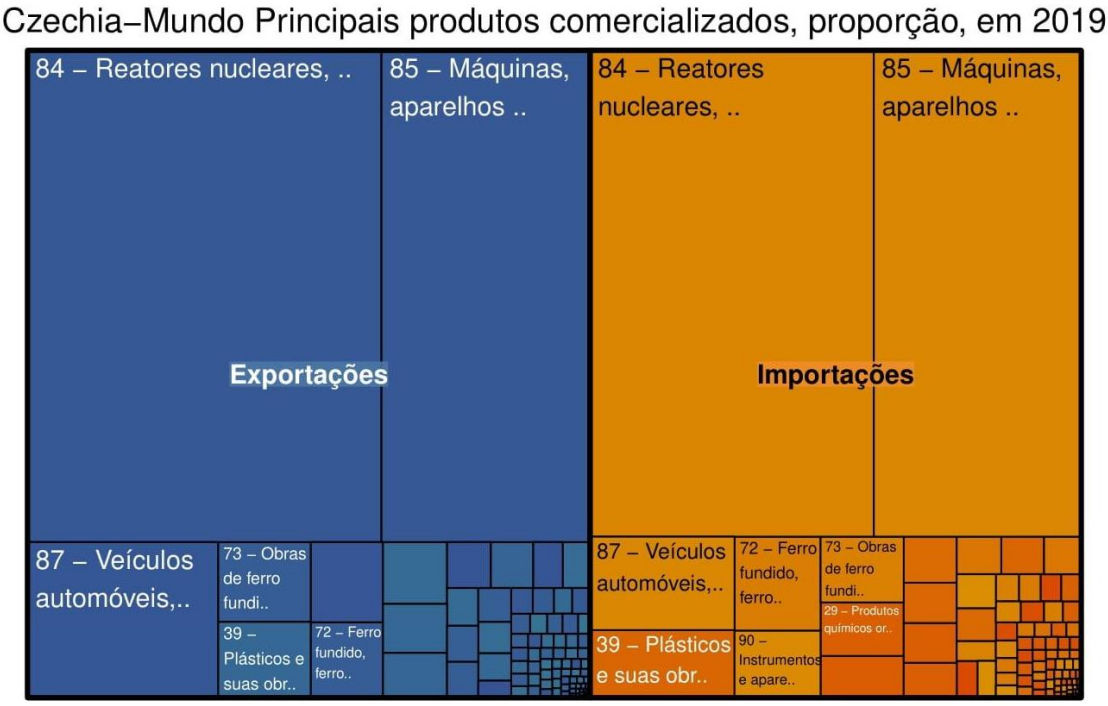


	2019	2018	2017
Exportacoes	199.47B (-1.5%)	202.52B (11.1%)	182.23B (12.4%)
Importacoes	179.27B (-3.06%)	184.92B (13.52%)	162.90B (14.45%)
Saldo	20.20B (14.8%)	17.60B (-9.0%)	19.33B (-2.2%)
Corrente	378.74B (-2.2%)	387.45B (12.3%)	345.13B (13.4%)

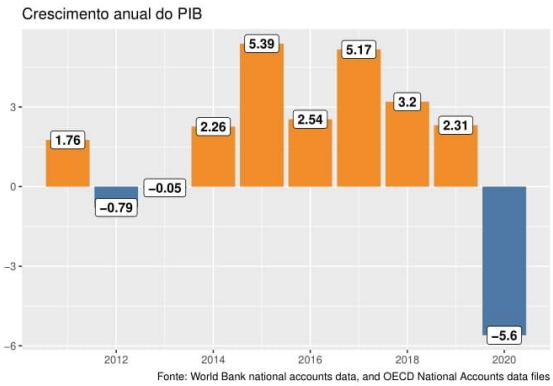

Czechia–Mundo, principais parceiros comerciais em 2019
Exportações
Alemanha
Eslováquia
Polônia
França
Reino Unido
0
20B
40B
60B
Importações
Alemanha
China
Polônia
Eslováquia
Itália
0
10B
20B
30B
40B
Fonte: COMTRADE–ONU

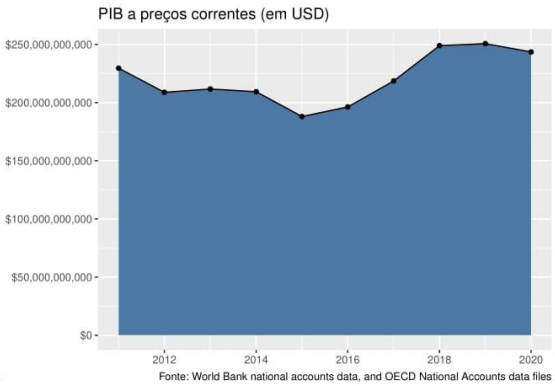

Czechia – Principais parceiros comerciais, proporção, em 2019
Exportações
Alemanha
Eslováquia
Polônia
França
Reino Unido
Áustria
Países Baixos (Holanda)
Estados Unidos
Suécia
Suíça
Romênia
China
Hungria
Rússia
Itália
Espanha
Bélgica
Japão
Turquia
Ucrânia
Irlanda
Finlândia
Israe
India
África do Sul
Importações
Alemanha
China
Polônia
Eslováquia
Países Baixos (Holanda)
Unidos
Coreia do Sul
Espanha
Japão
Romênia
Rússia
Itália
Suíça
Reino Unido
Turquia
Áustria
França
Bélgica
Malásia
Suécia
India
África do Sul

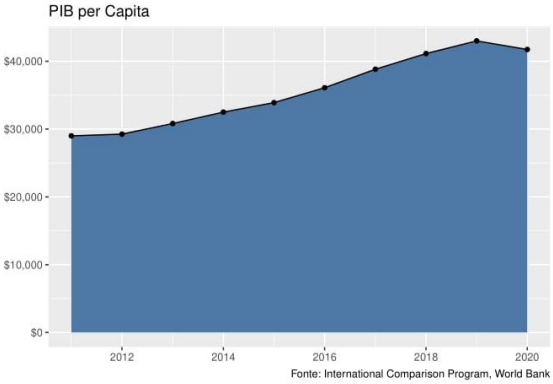

Czechia–mundo, principais produtos comercializados
Exportações
Importações
Veículos automóveis,..
Reatores nucleares, ..
Máquinas, aparelhos ..
Obras de ferro fundi..
Plásticos e suas obr..
Máquinas, aparelhos ..
Reatores nucleares, ..
Veículos automóveis,..
Combustíveis minerai..
Plásticos e suas obr..
0
10B
20B
30B
40B
0
10B
20B
30B
Fonte: COMTRADE–ONU

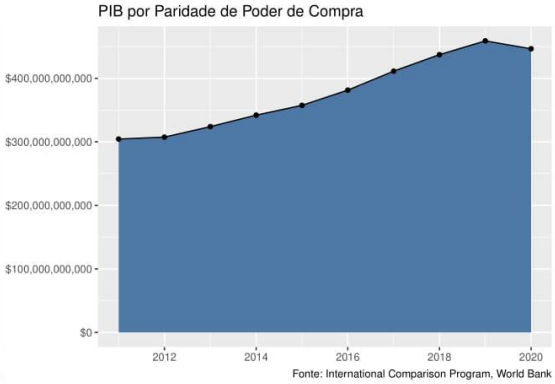

Czechia–Mundo Principais produtos comercializados, proporção, em 2019
84 – Reatores nucleares, ..
85 – Máquinas, aparelhos ..
Exportações
87 – Veículos automóveis,..
73 – Obras de ferro fundi..
39 – Plásticos e suas obr..
72 – Ferro fundido, ferro..
84 – Reatores nucleares, ..
85 – Máquinas, aparelhos ..
Importações
87 – Veículos automóveis,..
72 – Ferro fundido, ferro..
73 – Obras de ferro fundi..
29 – Produtos químicos or..
39 – Plásticos e suas obr..
90 – Instrumentos e apare..

Produto Interno Bruto

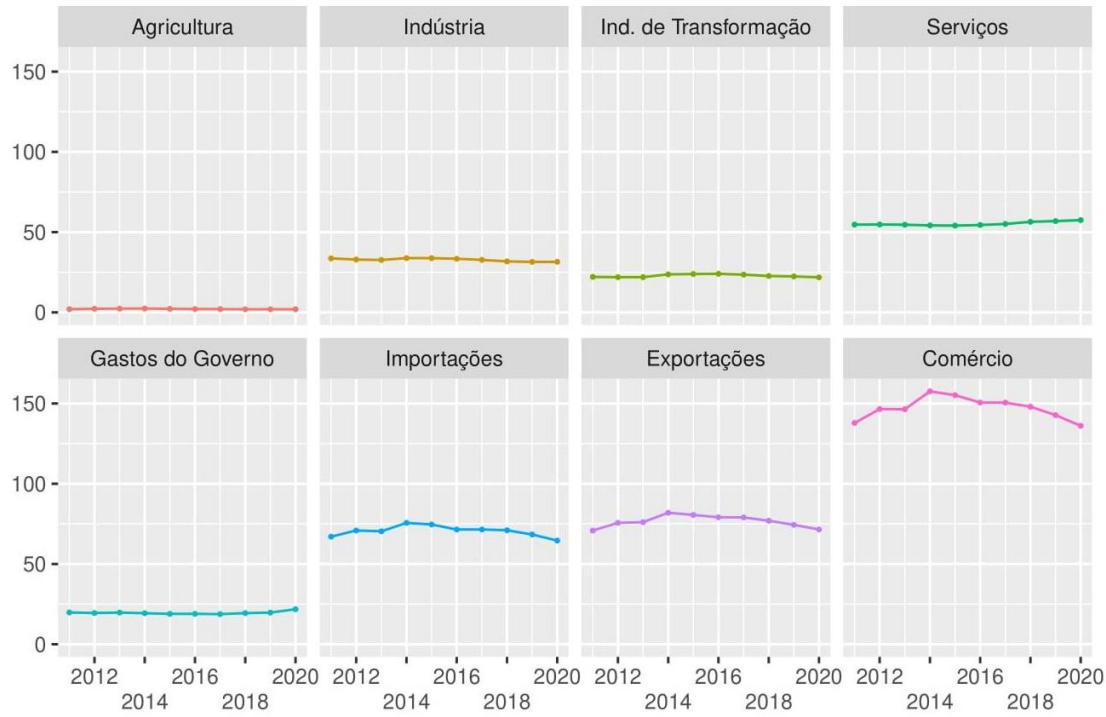






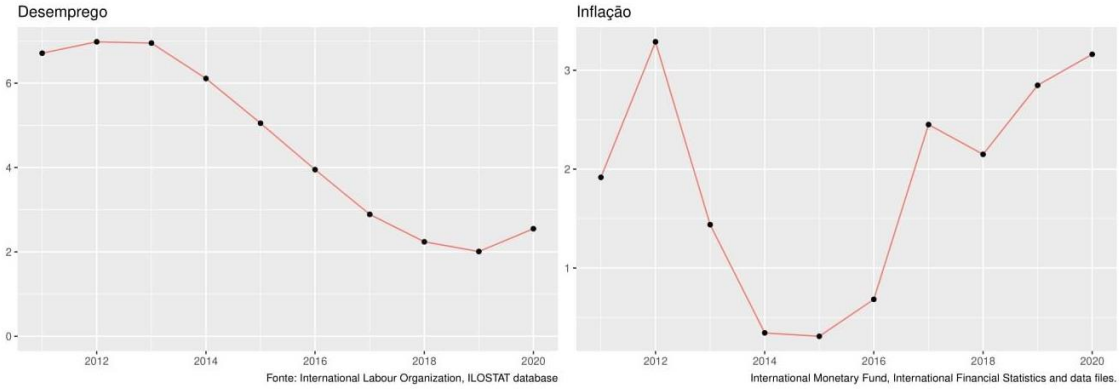


Estrutura da Economia em Proporção do PIB



Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de Inflação e Desemprego



Fonte: International Labour Organization, ILOSTAT database

International Monetary Fund, International Financial Statistics and data files.

EMBAIXADA DO BRASIL EM PRAGA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR MÁRCIO FLORÊNCIO NUNES CAMBRAIA

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (out/2016 - jul/2021):

Com uma população de 10,7 milhões de habitantes, a República Tcheca está localizada na Europa Central, uma das regiões mais prósperas e ricas do continente europeu. Sua economia concentra-se nos setores de serviços, indústria (com destaque para as áreas automotiva, aeronáutica, farmacêutica e de tecnologia da informação) e inovação, e caracteriza-se por grande integração com a economia europeia e pela busca de diversificação de parceiros comerciais, fatores responsáveis pelo dinamismo de seu setor exportador.

2. Entre os elementos responsáveis pela alta competitividade da economia tcheca sobressaem a mão de obra qualificada e os investimentos em infraestrutura, capacitação e inovação, o que tem levado várias empresas multinacionais a elegerem o país como base para instalação de suas fábricas.

3. A República Tcheca está dividida em três regiões históricas, Boêmia, Morávia e Silésia, que se subdividem, por sua vez, em 14 regiões administrativas: Praga, Boêmia Central, Boêmia do Sul, Pilsen, Karlovy Vary, Ustí nad Laben, Liberec, Hradec Králové, Pardubice, Vysocina, Morávia do Sul, Morávia-Silésia, Olomouc e Zlín.

4. A República Tcheca adota como forma de governo o sistema parlamentarista: o atual primeiro-ministro é o empresário Andrej Babis que entrou na política, em 2013, quando fundou o movimento ANO (Ação de Cidadãos Descontentes, acrônimo que em tcheco significa "sim"). Foi ministro das Finanças e vice-primeiro-ministro do governo Bohuslav Sobotka (2014-2017), tendo sido indicado primeiro-ministro após o ANO vencer as eleições parlamentares de outubro de 2017. O presidente da República Tcheca, Milos Zeman, em segundo mandato, tem tido atuação marcante, pois é hábil articulador, e tem gosto pela política.

5. O governo atual, liderado pelo ANO, é composto por coalizão minoritária com o Partido da Social Democracia Tcheca (CSSD), a qual conta com o apoio informal do Partido Comunista (KSCM).

6. No plano internacional, cabe destacar a importância atribuída pela diplomacia tcheca ao aprofundamento dos vínculos euro-atlânticos, tanto em nível político quanto econômico, e à preservação dos princípios do livre comércio nas relações da União Europeia com os EUA. Nesse contexto, a República Tcheca tem reafirmado seu compromisso com a Otan de atingir, até 2024, a meta de dispêndio de 2% do PIB com gastos na área de defesa. Outro compromisso do país no

plano estratégico diz respeito à prioridade no combate ao terrorismo e na manutenção de tropas em operações de paz.

7. O alargamento da União Europeia constitui uma das prioridades da política externa da República Tcheca, que vê nele a alternativa mais eficaz para promover a segurança, a estabilidade e a prosperidade do Bloco. Neste particular, a República Tcheca tem-se notabilizado pela defesa constante da admissão dos países dos Bálcãs Ocidentais (Albânia, Bósnia & Herzegovina, Kosovo, Sérvia, Montenegro e Macedônia do Norte) no seio da União Europeia.

8. No âmbito europeu e atlântico, o Grupo de Visegrado (V4), integrado pela República Tcheca e mais três países da Europa Central - Hungria, Polônia e Eslováquia -, constitui um foro privilegiado de discussão e de coordenação das ações desses países. Com 30 anos de existência, o grupo busca atuar, desde sua criação, em 1991, como instrumento eficaz na promoção dos interesses e valores comuns de seus integrantes em áreas como segurança, energia, infraestrutura e alargamento da União Europeia.

9. A restauração da normalidade das relações e da comunicação diplomática com a Rússia constitui um objetivo de longo prazo da diplomacia tcheca.

10. Por fim, no que diz respeito à Ásia, a República Tcheca tem buscado coordenar-se com seus principais parceiros na região, especialmente Japão, Coréia e Índia - países com os quais compartilha visões e objetivos de longo prazo -, a fim de fortalecer a atuação conjunta e a defesa de interesses comuns no âmbito multilateral.

RELAÇÕES BILATERAIS

11. As relações diplomáticas da República Tcheca com o Brasil foram estabelecidas em 1918, quando o nosso país reconheceu o novo Estado. O país, ainda unido com a Eslováquia, ganhou sua independência com a desintegração do Império Austro-Húngaro, após a Primeira Guerra Mundial. A República Tcheca vê o Brasil como centro de gravidade do continente sul-americano e interlocutor estratégico na região para temas políticos e econômico-comerciais. As relações entre os países apresentam um histórico positivo de afinidades, de que dá mostra, por exemplo, a trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek, cujo bisavô materno, de origem tcheca, se fixou na cidade de Serro, em Minas Gerais, em meados do século XIX. Em janeiro de 2019, o presidente Bolsonaro e o primeiro-ministro tcheco, Andrej Babis, encontraram-se em Davos, na Suíça, por ocasião da edição de 2019 do Fórum Econômico Mundial.

12. No plano bilateral, são três as áreas que reúnem maior interesse para os dois governos: i) A Embraer é parceira da empresa tcheca Aero Vodochody no desenvolvimento do cargueiro militar C-390. A despeito do grande êxito da iniciativa do ponto de vista da cooperação industrial, a República Tcheca ainda não se comprometeu a adquirir o avião. ii) A Avibras utiliza chassis, câmbio e motor da empresa tcheca Tatra Trucks nos veículos lançadores Astros, que possuem sofisticado sistema de artilharia. À luz da colaboração existente, a empresa tem interesse em oferecer o

produto para a República Tcheca. iii) A retomada e o aprofundamento do diálogo parlamentar vinham-se intensificando no período que antecedeu o surgimento da pandemia de covid-19. Com o início dos trabalhos da atual legislatura do Congresso Nacional, em 1º de fevereiro de 2019, foi reinstalado o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-República Tcheca, criado em 1998. No parlamento tcheco, foi estabelecido, em 18 de março de 2019, o Grupo de Amizade Interparlamentar República Tcheca-Brasil, capitaneado pelo deputado Pavel Jurícek, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados da República Tcheca. Em fevereiro de 2019, Jurícek visitou, além de Brasília, os estados de Santa Catarina, Paraná e Bahia. Durante sua estada no Brasil, ele discutiu a possibilidade de implementação de vários projetos de cooperação bilateral. Empresários tchecos têm interesse em criar parcerias nas áreas de digitalização da indústria, despoluição de rios, reciclagem de rejeitos, oncologia e programas de segurança de barragens.

13. Em sua passagem por Brasília, Jurícek avistou-se com o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, com quem discutiu, entre outros temas, a possível assinatura de memorando de entendimento entre os ministérios de Ciência e Tecnologia dos dois países. Como resultado da visita, o governador da Bahia visitou a República Tcheca, a convite do deputado Jurícek, em abril de 2019, a fim de avaliar a possibilidade de aquisição de equipamentos hospitalares. Em agosto do mesmo ano, delegação integrada pela deputada federal Aline Sleutjes (PSL/PR) e pelo vice-governador do Estado do Paraná, Darci Piana, acompanhados de quatro secretários de governo daquele estado, visitou Praga e Ceské Budejovice com o objetivo de conhecer o agronegócio local.

14. Consegui estabelecer diálogo estreito com diferentes setores da sociedade tcheca. Nesse sentido, mantive contatos frequentes com autoridades e figuras de expressão da RT. Utilizei as excelentes instalações da residência da Embaixada para lá receber personalidades do país, como, por exemplo, o ex-chanceler Tomás Petrícek, que homenageei em recepção. Também estiveram na residência brasileira o influente assessor diplomático do presidente Milos Zeman, Rudolf Jindrák, e deputado príncipe Karel Schwarzenberg, que goza de muito prestígio e tem tido marcante trajetória política, tendo sido chanceler e candidato à presidência.

15. Ainda para promover os interesses do Brasil, recebi, na embaixada, muitas visitas de autoridades tchecas e brasileiras. Participei, igualmente, de eventos e apresentações em órgãos governamentais, na chancelaria local e na Universidade de Praga, além de contatos constantes com meus colegas embaixadores.

VISITAS DE ALTO NÍVEL

16. No plano bilateral, as afinidades entre Brasil e República Tcheca favoreceram a realização de intercâmbio em várias áreas, que redundaram nas seguintes visitas de alto nível ocorridas durante minha gestão à frente deste posto:

- visita do então presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Fernando Collor de Mello (28 a 31 de maio de 2018);
- visita do deputado Pavel Jurícek, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados da República Tcheca, a Brasília e aos estados de Santa Catarina, Paraná e Bahia (fevereiro de 2019);
- visita do Secretário de Estado da chancelaria tcheca, Miloslav Stasek, para reunião bilateral com o senhor SG (9 de abril de 2019);
- visita de delegação integrada pela deputada federal Aline Sleutjes (PSL/PR) e pelo vice-governador do Estado do Paraná, Darci Piana, acompanhados de quatro secretários de governo daquele estado, a Praga e Ceské Budejovice com o objetivo de conhecer o agronegócio local (agosto de 2019).

17. Há convites feitos ao presidente do Senado e ao presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, bem como ao chanceler, para que visitem seus homólogos na República Tcheca.

ECONOMIA

18. A República Tcheca conta com uma economia próspera e de mercado aberto com baixo nível de desemprego e uma sólida taxa de crescimento do PIB. O PIB per capita atingiu US$ 23.113 em 2018. O país tem sua própria moeda, a coroa tcheca (CZK), e uma política monetária independente. A República Tcheca é um dos países mais estáveis e prósperos da Europa Central. O PIB per capita em paridade do poder de compra atingiu 91% da média da UE em 2018, o nível mais alto na região da Europa Central e Oriental (ECO). O crescimento econômico é sustentado pelas exportações, principalmente para a UE, bem como pela atividade de investimento sustentada por um ambiente de negócios favorável e forte competitividade.

19. A República Tcheca está profundamente integrada às cadeias globais de valor. Os principais setores são a indústria automotiva, máquinas, montagem de equipamentos eletrônicos e de TI, produção de ferro e aço. Os principais parceiros comerciais são Alemanha, França, Áustria, Reino Unido, Itália, China e países vizinhos da ECO.

20. O nível de emprego no país foi afetado pela pandemia de covid-19, passando de 2,1% para 3,1% de 2019 para 2020, o que significa um aumento relativo de quase 50% no número de desempregados entre 15 e 64 anos. Apesar do aumento, o número ainda é considerado baixo, sobretudo em comparação com outros países da região (superior a 7,5% na UE, ou 8,3% se considerados apenas os países na zona do euro). O Ministério das Finanças prevê que em 2021 a economia se recuperará da desaceleração de 2020, quando o PIB registrou queda de 5,6% (a maior contração desde o desmembramento da Tchecoslováquia, em 1993). Segundo a expectativa, a produção nacional poderá crescer 3,1% em 2021.

21. Com 62%, o setor se serviços é o que mais contribui para o PIB. A indústria contribui com 30%. E os setores de construção e agricultura contribuem com 6% e 2%, respectivamente. A in-

dústria tcheca é voltada para o mercado externo e responde por cerca de um terço da produção econômica do país, com papel fundamental na geração de riqueza. Sua produção industrial, com grande participação do setor automotivo, é escoada principalmente para mercados desenvolvidos, como a Alemanha, Reino Unido, França e outros países da UE, responsáveis pela aquisição de quase metade das exportações tchecas.

22. O resultado do comércio exterior de bens tem acompanhado o ritmo do crescimento econômico geral, com repetidos superávits comerciais (USD 21,3 bilhões em 2020). Um fenômeno relativamente recente que merece ser mencionado é o fato de a China aparecer, nos últimos anos, como segundo maior supridor de bens de consumo, logo atrás da Alemanha, com mais de 12% do total das importações. Com a Ásia, a balança comercial tcheca é deficitária, sendo a China a principal vendedora, seguida da Coreia do Sul, Japão e Tailândia.

23. O Brasil figurou, em 2020, na 53ª posição entre os principais parceiros econômicos da República Tcheca, de acordo com estatísticas fornecidas pelo país europeu. A RT registrou forte saldo comercial sobre o Brasil, havendo exportado o equivalente a USD 319,5 milhões e importando USD 208,16 milhões (superávit de USD 111,34 milhões). O volume é inferior ao observado em 2019 e 2018 (respectivamente, USD 632,37 bi e USD 713,50 bi), mas dentro da média dos últimos 14 anos, período em que, apesar de algumas flutuações, o comércio bilateral manteve-se relativamente estável.

24. Os três principais produtos que o país europeu exportou para o Brasil em 2020 foram: 1) borracha sintética; 2) bombas hidráulicas; 3) aparelhos de circuitos elétricos (interruptores, fusíveis, plugues, tomadas); 4) partes e acessórios para veículos. Do Brasil, as principais importações foram: 1) produtos semiacabados de ferro e aço; 2) medicamentos; 3) tabaco; 4) soja.

25. Entendo que a República Tcheca, pela localização e importância relativa, pode funcionar como plataforma para a exportação de produtos brasileiros a outros países da Europa Central.

COMÉRCIO E TURISMO

26. A fim de incrementar a participação do Brasil como parceiro econômico da República Tcheca, dei continuidade à prática de apoiar as empresas brasileiras que buscam o Setor de Promoção Comercial para encontrar companhias interessadas em adquirir seus produtos. Encorajei, ainda, a frequente participação de diplomata do setor em eventos com potencial de atrair novos negócios e investimentos ao Brasil.

27. Agradeço a liberação de recursos para redação de novo guia Como Exportar, concluída no início de 2020, e a realização de um estudo de mercado, recentemente concluído, documentos fundamentais para nortear a atuação do exportador brasileiro. Devido à relativa concentração das parcerias comerciais tchecas, o governo local costuma ver com bons olhos iniciativas de aproximação comercial com países com potencial de incremento das atividades comerciais bilaterais, como o Brasil.

28. Incentivei a realização de eventos oficiais que promovessem produtos brasileiros do agronegócio, a exemplo do café e da cachaça, em 2019. As ações, primeiras do gênero de que se tem registro, foram muito bem recebidas pelos convidados, demonstrando haver espaço para outras iniciativas semelhantes, desses ou de outros produtos. Sugiro a eventual realização de semana do café e semana da cachaça em restaurantes da capital. Adicionalmente, após se superarem as dificuldades de circulação decorrentes da pandemia de covid-19, seriam bem-vindas novas edições de eventos específicos para a promoção de produtos brasileiros. Ao reconhecer a importância do agro brasileiro, formalizei, em agosto de 2020, a criação de Setor do Agronegócio na embaixada.

29. Na área de turismo, de 2012 a 2019, cerca de 60.000 turistas brasileiros visitaram a RT a cada ano, sendo Praga o destino mais popular. O número de residentes tchecos que viajaram para o Brasil foi de 5.600 por ano, em média, principalmente ao Rio de Janeiro, às praias do Nordeste e à Amazônia. Investi na divulgação de nichos específicos que possam ser atrativos para a parcela da sociedade tcheca com maior poder aquisitivo, disponibilidade e interesse em viagens transatlânticas, procurando apresentar o Brasil tanto como destino de negócios e congressos profissionais (por exemplo, nas áreas médica e jurídica) quanto como para a prática de modalidades esportivas de elite (como golfe, iatismo e equitação).

30. Como se recorda, o turismo é uma importante atividade econômica na República Tcheca, respondendo diretamente por 2,9% do PIB e 4,5% dos postos de trabalho (2019). O número de turistas estrangeiros visitando o país praticamente dobrou na última década, quando chegou ao máximo de 14 milhões antes da pandemia, caindo 80% em 2020, com a pandemia de covid-19. O turismo dos tchecos para o exterior, por sua vez, tem crescido mais modestamente. Passou de 5,3 milhões de viagens para fora do país em 2011 para 6,8 milhões em 2019, e reduziu-se para 2,2 milhões em 2020.

DEFESA E SEGURANÇA

31. A indústria de defesa local é um dos pilares da estrutura de segurança nacional e o governo tcheco apoia a áreas militares específicas, bem como a produção industrial, pesquisa e desenvolvimento, principalmente por meio de empresas estatais. A política da indústria de defesa e armamentos é apresentada em detalhes na Estratégia de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria de Armamentos e Defesa. No processo de negociações comerciais, as autoridades locais valorizam a aproximação pessoal, a exemplo de visitas a autoridades e missões dedicadas a temas específicos. Para o êxito das atividades comerciais e da cooperação bilateral em geral, mas também em particular em matéria de defesa, é fundamental a realização de encontros em nível técnico e político.

32. Em fevereiro de 2020, foi oficialmente aberta a Adidância de Defesa, do Exército e da Aeronáutica brasileira em Praga. Entendo que se trata de iniciativa importante para a cooperação bilateral em matéria de defesa e para promoção dos interesses nacionais nessa área.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

33. O governo tcheco aprovou uma nova estratégia de inovação para o país em fevereiro de 2019 (chamada oficialmente de "Estratégia de Inovação da República Tcheca 2019-2030") juntamente com a marca "República Tcheca: O País do Futuro". Elaborada pelo Conselho de Pesquisa e Desenvolvimento, órgão chefiado pelo primeiro-ministro, em estreita cooperação com uma equipe de empresários, cientistas, acadêmicos e representantes da administração pública, a estratégia tem objetivo de tornar o país um dos mais inovadores da Europa até 2030.

34. O plano para atingir esse objetivo é formado por nove pilares: financiamento e avaliação da pesquisa e desenvolvimento, educação politécnica, ambiente para startups e spin-offs, digitalização, centros de inovação e pesquisa, investimento inteligente, ambiente para mobilidade e construção, proteção de direitos de propriedade intelectual e divulgação inteligente.

35. No Índice Global de Inovação, a RT aparece em 24º lugar entre 131 economias mundiais. É forte em conhecimento e produção tecnológica, produção criativa, infraestrutura e sofisticação do comércio. Em termos de infraestrutura, figura entre os dez primeiros países, com um desempenho muito bom em sustentabilidade ecológica e certificados de qualidade ambientais. Também está entre os dez primeiros na importação de tecnologias avançadas e na produção e exportação de alta tecnologia.

36. Tendo em vista a importância do tema, formalizei, em novembro de 2019, a criação de Setor de Ciência, Tecnologia e Inovação na embaixada, mediante o qual procurei apresentar os esforços do Brasil para modernizar legislação e os mecanismos oficiais de apoio com vistas a criar ambiente propício ao surgimento de empresas inovadoras em tecnologia, parques tecnológicos e startups, uma vez que o desenvolvimento tecnológico é fundamental para a evolução o posicionamento do país nas décadas futuras.

37. Durante minha gestão, intensifiquei contatos com a Academia de Ciências da República Tcheca, que convidou delegação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para visitar Praga no período de 16 a 18 de abril de 2018, para compartilhar experiências no campo da pesquisa, do desenvolvimento e da inovação tecnológica e industrial e iniciar eventuais entendimentos com vistas a desenvolver estratégias conjuntas de estímulo à inovação e à cooperação bilateral.

38. De acordo com o presidente da Comissão de Ciência, Pesquisa e Inovação da Câmara dos Deputados do Parlamento da República Tcheca, o país tem interesse em cooperar com o Brasil em áreas como: indústria 4.0, robótica, limpeza de água por meio de processos de dessalinização, reciclagem de resíduos (em especial plásticos que vão para os oceanos), inteligência artificial, tecnologias inovadoras, softwares e P&D em oncologia.

39. A fim de facilitar a cooperação nessas áreas, a parte brasileira apresentou em abril de 2019 proposta de acordo-quadro para cooperação na área de ciência, tecnologia, inovação e comuni-

cações, em seguimento a tratativas para a constituição de moldura jurídica bilateral com vistas a intensificar pesquisas conjuntas e propiciar o desenvolvimento de programas e projetos em C,T&I entre as duas partes.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E EDUCACIONAL

40. No âmbito bilateral, cabe destacar a parceria em programas de intercâmbio com o SENAI. Em abril de 2018, delegação do SENAI foi recebida na sede da Academia de Ciências tcheca. O encontro também contou com a presença do deputado Pavel Jurícek, que discorreu sobre os instrumentos locais de estímulo à inovação e à alta tecnologia, bem como sobre os setores prioritários para investimentos na República Tcheca, entre os quais se destacam a inteligência artificial, fontes alternativas de energia, bioplásticos e nanotecnologia, além do setor automotivo, que responde por 24% do PIB tcheco. Participaram do evento representantes da Agência Espacial, da Agência de Tecnologia, do CzechInvest (agência tcheca de incentivo aos investimentos), do Centro HILASE de Pesquisa com Laser, além de outros dos 55 institutos vinculados à Academia de Ciências. Na mesma data, a delegação do SENAI foi recebida pela presidente da Academia de Ciências, Eva Zazimalová, e por mim.

PROMOÇÃO CULTURAL

41. Durante minha gestão, busquei promover, junto ao público tcheco, a cultura e a língua brasileiras sob diversas modalidades de eventos e iniciativas. Dentre as atividades promovidas, seleciono aquelas que, a meu juízo, merecem ser destacadas.

42. Em junho de 2018, o Festival Internacional de Dança Contemporânea, Tanec Praha, contou com a apresentação da peça "O Crivo", do dançarino e coreógrafo brasileiro João Paulo Gross, ovacionado pelo público. Acompanhado do bailarino Daniel Calvet, Gross mostrou ao público de Praga, depois de excursionar por outras 7 cidades tchecas, o vigor da peça baseada em alguns contos do livro "Primeiras Estórias", de João Guimarães Rosa. O desempenho dos artistas brasileiros foi bastante aplaudido pela platéia, que lotou as arquibancadas do teatro Ponec, da capital.

43. No mesmo mês de junho de 2018, realizou-se nova edição da Bienal de Arte Latino-Americana, que homenageia as cores que marcam a fisionomia da região. O Brasil foi representado por imagens do Instituto Inhotim, que mostram alguns aspectos dos pavilhões temáticos e obras individuais do museu. As fotografias foram gentilmente cedidas pela Coordenadoria de Marketing e Relacionamento do Instituto Inhotim para utilização na Bienal.

44. Em 11 de julho de 2018, o violonista Yamandu Costa apresentou-se em Mikulov (região da Morávia do Sul), no contexto do 32º Festival de Violão Clássico (32. Guitar Festival Mikulov). Yamandu Costa apresentou composições originais, mostrando diferentes tradições e estilos musicais sul-americanos. O concerto, o primeiro do violonista na República Tcheca, foi muito bem recebido pelo público de cerca de 200 pessoas que preencheram o salão principal do Castelo de Mikulov.

45. Em 10 de outubro de 2018, realizou-se recital do barítono brasileiro Miguelangelo Cavalcanti, cantor lírico integrante do corpo permanente da ópera do Teatro Nacional de Praga, que se fez acompanhar ao piano pela concertista tcheca Sárka Csolle Knízetová, também pertencente à equipe do Teatro Nacional. O cantor brasileiro, radicado há 15 anos na República Tcheca, incluiu em seu repertório composições de Bach, Haendel, Fauré, Ravel, Donizetti e Verdi, além de peças de Villa-Lobos e Claudio Santoro.

46. Realizou-se, no período de 1 a 4 de novembro de 2018, o festival de cinema Kino Brasil. Em sua quinta edição, a mostra exibiu 6 filmes da produção cinematográfica brasileira contemporânea. Durante o evento, foram igualmente promovidas atividades paralelas de degustação de café, comidas regionais e apresentações de música popular brasileira.

47. Realizou-se, no período de 6 a 16 de junho de 2019, a 14ª edição da Quadrienal de Praga de Espaço e Design Cênico. Criada em 1967, a Quadrienal é hoje o mais importante evento no campo da cenografia teatral no mundo. A delegação do Brasil, chefiada pela curadora-geral Aby Cohen e composta por mais de 50 integrantes, foi homenageada na embaixada com um vinho de honra por sua participação na Quadrienal.

48. No período de 2 a 4 de outubro de 2019, realizou-se em Praga a 14ª edição do festival intitulado "Architecture Week Prague". Com foco no tema da conservação e preservação do patrimônio arquitetônico e de monumentos de interesse cultural, o evento contou com a participação do presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU-SP), José Roberto Geraldine.

49. Realizaram-se na residência oficial, em dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, concertos de canto, órgão, flauta e harpa, com repertório brasileiro, como Chiquinha Gonzaga, Vinícius de Moraes e Villa-Lobos. Compareceram chefes de posto, vice-ministros no Ministério dos Negócios Estrangeiros e membros da sociedade tcheca.

50. Registro que, todos os anos, a cidade de Brno celebra a cultura brasileira com a organização do "Brasil Fest Brno", um festival internacional, voltado à divulgação da música, da dança e da culinária brasileiras, que ocorre num fim de semana no auge do verão, na virada dos meses de julho e agosto, e que inclui um desfile de carnaval pelas ruas de Brno. A embaixada tem patrocinado institucionalmente esse festival.

51. Menciono também a realização de sucessivas edições do Prêmio Ibero-Americano (PIBAM), uma tradição iniciada em 1996 e que atingiu sua XXVI edição no ano de 2021. Trata-se de um concurso anual de monografias em português e espanhol que, por iniciativa das embaixadas ibero-americanas com representação em Praga, contempla trabalhos, redigidos em português ou espanhol por estudantes de universidades tchecas, que versem sobre temas culturais ou relacionados à área de política externa e relações internacionais. Embora o PIBAM seja promoção tradicional, e tenha tido êxito, sugiro dar mais ênfase a eventos especificamente brasileiros, pois o Prêmio Ibero-Americano dilui a participação e identidade do Brasil.

ASSISTÊNCIA CONSULAR

52. Segundo o Instituto Estatístico tcheco, viviam na República Tcheca, em 2019, 984 cidadãos brasileiros. Cifras divulgadas pelas autoridades policiais tchecas, por outro lado, registram um total de 1053 brasileiros oficialmente residentes na RT (dados de 30/09/2020). A maior parte da comunidade brasileira concentra-se na região de Praga, seguida pela cidade de Brno.

53. Esse número reflete a quantidade de brasileiros que residem no país em condição migratória regular (com visto apropriado para residência). Considerando-se as atuais restrições imigratórias no espaço Schengen, estima-se baixo o número de imigrantes brasileiros em situação irregular na República Tcheca.

54. O perfil migratório da comunidade brasileira neste país é constituído, majoritariamente, por adultos em idade economicamente ativa que imigraram por motivo de trabalho ou para dar continuidade a estudos ou pesquisa em nível de pós-graduação. Observa-se também, em menor número, que parte da comunidade imigrou em razão de vínculos familiares (antepassado ou cônjuge tcheco). Aproximei-me da comunidade brasileira, tendo feito recepções na residência para seus membros mais representativos.

55. A negociação de um acordo bilateral de previdência social entre o Brasil e a República Tcheca foi concluída, no final de 2020, e o texto está pronto para ser celebrado. Aguarda-se a chancela do Ministério da Economia na exposição de motivos interministerial, já firmada pelo Itamaraty, para que o acordo seja assinado pelos dois países.

56. Com relação ao fluxo de turistas brasileiros que visitam a República Tcheca, o departamento de estatística local estima em 60 mil o número médio de brasileiros que visitam o país a turismo por ano, sendo Praga seu principal destino. Tendo em vista que após o início da pandemia de covid-19 o número de turistas sofreu redução de cerca de 94% no ano de 2020, pode-se estimar que, no ano passado, o número de turistas brasileiros neste país girou em torno de 3500 pessoas.

57. Em decorrência das medidas de combate à disseminação da covid-19 tomadas pelo governo tcheco, desde fevereiro de 2020, com o início da pandemia, o posto vem atendendo os brasileiros necessitados de assistência consular de todas as formas possíveis, por meio do telefone do plantão consular, pessoalmente na embaixada ou por e-mail, de modo a fornecer-lhes todas as informações necessárias e prestar-lhes o auxílio cabível.

58. Em função do caráter restritivo das medidas, os brasileiros que, durante o auge da pandemia, se encontravam na República Tcheca a turismo ou com visto de residência temporária enfrentaram dificuldades devido à indisponibilidade ou ao cancelamento de voos que permitissem retorno ao Brasil. Além disso, com o fechamento das fronteiras terrestres e as restrições de trânsito impostas pelos países vizinhos, a opção de saída por via terrestre foi limitada durante período prolongado no ano de 2020.

59. O posto criou um grupo de "Whatsapp", no telefone do plantão consular, de apoio à repatriação dos brasileiros que entraram em contato solicitando ajuda (financeira ou institucional) para retornar ao Brasil. O grupo contou com cerca de 30 pessoas que tiveram voos cancelados ou cujos vistos de residência no país estavam prestes a expirar. Por meio do grupo, o posto mantinha os nacionais atualizados sobre novas opções de voo, novas regras impostas pela imigração tcheca e opções de traslado terrestre por empresas autorizadas e recomendadas pela chancelaria tcheca.

60. Durante a pandemia, a embaixada recebeu, de três brasileiros residentes em Praga, a oferta de hospedagem gratuita àqueles cidadãos que solicitassem esse tipo de auxílio. Além disso, foram elaboradas cartas oficiais, apresentadas à imigração local ou de países vizinhos, para auxiliar brasileiros que partiam da República Tcheca com escala em outros países.

61. A maior parte dos cidadãos que solicitaram ajuda para repatriação conseguiu retornar com sucesso ao Brasil por meios próprios (por remarcação ou aquisição de novo bilhete aéreo) e contou com o apoio institucional da embaixada.

62. Com o início do programa de vacinação na República Tcheca, o posto foi contatado por vários brasileiros aqui residentes que não tinham acesso às vacinas contra a Covid-19 em razão de disporem apenas de seguro de saúde privado, ao passo que o governo tcheco exigia seguro de saúde público para incluir os estrangeiros residentes em seu programa de vacinação, de conformidade com disposições estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

63. Em vista disso, encaminhei o assunto às autoridades tchecas, com o objetivo de dar conhecimento dessa dificuldade e solicitar previsão de incluir no programa de vacinação os estrangeiros residentes que possuam apenas seguro de saúde privado, como forma de evitar prejuízos àqueles que se encontram nessa situação.

64. Em resposta, o Ministério dos Negócios Estrangeiros informou que seriam criados centros de vacinação destinados especificamente aos estrangeiros residentes neste país. Com isso, o programa de vacinação para estrangeiros passou a abranger também as pessoas que não dispõem de cobertura oferecida pelo sistema público de saúde local. Essas informações foram divulgadas nas páginas das redes sociais da embaixada.

65. No que diz respeito à população carcerária, acrescento que, ao final de 2019, com a liberação de uma nacional brasileira, não há, no momento, nenhum cidadão brasileiro recluso em prisões tchecas.

66. Em conclusão, creio que as relações do Brasil com a República Tcheca merecem ser incrementadas, pois há grande potencial nas áreas de defesa, alta tecnologia, pesquisa e como base para exportação, por causa da localização central e infraestrutura. Do ponto de vista político, devemos aproveitar ainda mais as inúmeras identidades de posições e a longa trajetória de relações diplomáticas.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DA EMBAIXADA DO BRASIL EM PRAGA

Candidata: EMBAIXADORA SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES

PERFIL DO CANDIDATO



Nascida em São Paulo, em 1961, a Embaixadora Sônia Regina Guimarães Gomes é formada em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Ingressou na carreira diplomática em 1986 e concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com a tese "Filmar no Brasil: a atuação do Itamaraty no estímulo à exportação de serviços de produção audiovisual."

No Brasil desempenhou funções de Assessora da Secretaria de Controle Interno (1988-1990), de Assessora da Secretaria Geral de Controle (1990-1992), Assessora da Divisão do Pessoal (1990-1994), Assessora do Núcleo de Divulgação da Secretaria Geral (1994-1995), Assessora da Assessoria de Comunicação Social (1995-1997), Assessora da Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (2001-2003), Assessora Técnica do Departamento de Administração (2003-2004), Chefe da Divisão de Serviços Gerais (2010-2014) e Diretora do Departamento de Administração (2014-2018). Foi igualmente Coordenadora do Comitê Gestor de Gênero e Raça do Ministério das Relações Exteriores (2014-2016) e membro do Comitê de Prevenção de Discriminação e Assédio Sexual no MRE.

No exterior desempenhou a chefia dos Setores de Imprensa e Promoção Comercial na Embaixada em Roma (1998-2000), trabalhou no Setor de Política Interna da Embaixada em Assunção (2000-2001). Atuou como Cônsul-Adjunta e encarregada do Setor Cultural do Consulado-Geral em Los Angeles (2004-2007). Em 2004 foi membro da equipe de abertura da Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe e encarregada de negócios durante o período de

abertura do posto. Foi Ministra-Conselheira comissionada na Embaixada em Praia, Cabo Verde, onde coordenou a implementação e execução dos projetos de cooperação técnica Brasil-Cabo Verde e auxiliou na criação do Centro Cultural Brasil-Cabo Verde (2007-2010). Atualmente exerce a chefia do Escritório Financeiro em Nova York onde tem-se encarregado da negociação de contratos e licitações internacionais para fornecimento de bens e serviços a rede de postos do Brasil no exterior.

A experiência da embaixadora Sônia Gomes, sobretudo ao longo de sua carreira no exterior, demonstra sua habilidade para promover a política externa brasileira e os interesses nacionais em países de diferentes dimensões e peculiaridades, quer sejam eles com densas relações com o Brasil por sua vizinhança, como o Paraguai, por suas relações históricas, como a Itália e Estados Unidos, quer por laços culturais, como Cabo Verde. Suas atuações nas áreas de promoção comercial e cooperação técnica demonstram sua capacidade para buscar de forma efetiva o adensamento das relações com a República Tcheca, sobretudo no que tange a melhora na posição brasileira como parceiro comercial e como fornecedor de produtos estratégicos para aquele país. Por outro lado, sua experiência nas áreas de cooperação cultural e de divulgação da imagem do Brasil no exterior podem favorecer a implementação de programas de cooperação científica, tecnológica, de difusão cultural e do turismo brasileiro, áreas que demonstram potencial de ampliação na relação bilateral entre os dois países.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como órgão de excelência dedicado à promoção dos interesses do Brasil e dos brasileiros na República Tcheca, por meio de uma ação diplomática dedicada a identificar e explorar oportunidades de aproximação entre os dois países e superar desafios que afetem interesses brasileiros.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações bilaterais com a República Tcheca, sempre em atenção ao imperativo do desenvolvimento nacional e da defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover produtos e serviços brasileiros na República Tcheca, assim como oportunidades de investimentos tchecos no Brasil.

3. Estimular o incremento do intercâmbio científico-educacional entre o Brasil e a República Tcheca, em benefício da ampliação da capacidade de inovação nacional.
4. Promover a imagem e cultura do Brasil na República Tcheca, nas mais distintas linguagens artísticas e em diferentes segmentos da economia criativa, e a língua portuguesa na variante brasileira.
5. Prover serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro na República Tcheca, dando continuidade aos esforços em curso para facilitar o acesso do nacional à prestação da assistência consular.
6. Explorar mecanismos de cooperação técnica pelos quais Brasil e República Tcheca possam compartilhar soluções e práticas exitosas em diferentes áreas, inclusive em benefício de terceiros países.
7. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais.
8. Fortalecer as relações bilaterais e em blocos regionais.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Empreender esforços para resgatar o crescimento das exportações brasileiras, ampliando a corrente comercial bilateral, em particular o saldo comercial**
   - *Incentivar e apoiar a realização de missões comerciais, de lado a lado;*
   - *Buscar parceria com a APEX-Brasil e implementar ações de promoção de* produtos e serviços de alto valor agregado;
   - *Elaborar estudos de mercado para avaliar a potencialidade de setores específicos;*
   - *Promover, em coordenação com a adidância militar em Praga (aberta em 2020), os produtos da indústria de defesa brasileira, tendo em vista especialmente o potencial de aquisição pela República Tcheca de aeronaves Embraer KC-390; promover a cooperação bilateral em defesa, que facilitam aquele objetivo;*
   - *Zelar pela imagem dos produtos e serviços brasileiros;*
   - *Manter Interlocução com associações comerciais tchecas;*
   - *Prover informações de qualidade que auxiliem empresas brasileiras interessadas em expandir seu mercado consumidor, bem como a empresas tchecas interessadas em fornecedores brasileiros;*
   - *Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;*
   - *Manter interlocução permanente com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes da República Tcheca, na área comercial;*
   - *Organizar e proferir palestras dirigidas aos setores produtivos brasileiros, com potencial de incremento das exportações para a República Tcheca;*

- *Viabilizar eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou ampliação de mercado local, como a realização da "Semana do Café do Brasil", em parceria com exportadores nacionais e estabelecimentos comerciais locais;*
- *Manter diálogo atento e contínuo com a mídia local, com o objetivo de preservar e fomentar a imagem do Brasil como país exportador de excelência;*
- *Participar das principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas na República Tcheca.*

2. **Promover produtos do agronegócio brasileiro no mercado tcheco (bebidas não alcoólicas e alcoólicas, frutas, café, carnes);**
   - *Organizar eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado local;*
   - *Promover a participação de empresas locais em projetos compradores no Brasil;*
   - *Acompanhar eventuais medidas de defesa comercial que afetem exportações brasileiras, realizando gestões cabíveis a fim de reverter ações prejudiciais aos produtos brasileiros;*
   - *Promover a qualidade e sustentabilidade do agronegócio brasileiro, sob forma de publicações, mídia social e outros meios.*

3. **Atrair investimentos tchecos para o Brasil**
   - *Participar em eventos empresariais para apresentar oportunidades de investimento no Brasil e organizar ações próprias com a mesma finalidade;*
   - *Aprofundar a interlocução com o governo tcheco com vistas à realização de ações temáticas sobre comércio, indústria e investimentos no Brasil, promovendo interesses mútuos junto a "stakeholders" locais;*
   - *Aproximar-se da mídia local, com o objetivo de fixar o Brasil como referência de oportunidades de comércio e investimento;*
   - *Apoiar investidores tchecos interessados em investir no mercado brasileiro;*
   - *Organizar e proferir palestras dirigidas aos setores produtivos da República Tcheca com potencial de incremento dos investimentos diretos no Brasil.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras, presenciais ou virtuais, sobre temas econômico-comerciais;
2. Número de atendimentos a consultas telefônicas, por e-mail, por meios eletrônicos oficiais ou presenciais;
3. Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio;
4. Números de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada;
5. Número de publicações em mídias sociais ou tradicionais;
6. Número de reuniões com representantes do governo dedicadas ao aumento

do comércio e investimentos;
7. Número de relatórios dedicados à promoção de produtos brasileiros produzidos pela ou com a participação da embaixada.

II - Relações políticas bilaterais;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Observar e produzir inteligência

A República Tcheca vem de um longo período de prosperidade econômica e de avanços nas mais diversas áreas. O país exerce papel político-diplomático cada vez mais assertivo. Ao mesmo tempo em que usufrui de relações econômicas muito densas e franco diálogo com a Alemanha, procura estender sua influência sobre os demais países do centro e do leste da Europa. Caixa de ressonância de tensões pró e anti-UE, Praga configura-se como um observatório privilegiado das forças atuantes na União Europeia, mesmo aquelas originadas fora do bloco, como da Rússia, China e Estados Unidos, e sobretudos aquelas cujos efeitos afetam os interesses brasileiros. Na gestão do candidato se buscará:

- Produzir informes sobre os principais temas de política interna e externa da República Tcheca e suas possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil;
- Identificar soluções adotadas na República Tcheca que possam ser de interesse do governo brasileiro, de empresários brasileiros ou da sociedade brasileira em geral, seja na área econômica, social ou ambiental. Ao mesmo tempo, fomentar a divulgação de experiências exitosas brasileiras que possam suscitar o interesse local.

2. Retomar o mecanismo de consultas políticas

As reuniões de consultas políticas são o mecanismo de preferência para interlocução de alto nível com vistas à concertação política, troca de experiências e de informações sobre os respectivos contextos regionais e as agendas nos foros multilaterais comuns. O mecanismo bilateral de consultas políticas foi criado por acordo em 1993, e desde então ocorreram 6 reuniões, a última em 2016. Essas reuniões acontecem geralmente a cada dois anos, em sede alternada (Brasília e Praga). Desse modo, pois, prevê-se a realização de duas reuniões durante a gestão em tela, em modo presencial ou virtual.

3. Aproximar os órgãos públicos dos dois países, em especial parlamentares

Brasil e República Tcheca mantém grupo de amizade em seus respectivos parlamentos. Na República Tcheca, o grupo consta de 5 deputados, sendo prevista troca de alguns com o resultado das eleições de outubro/2021. Há grande potencial para intensificar o intercâmbio entre os parlamentos dos dois países, o que ajudaria na tramitação e na interlocução sobre temas de interesse comum.

4. Diálogo continuado

Para o Brasil, é importante manter contato de alto nível com país que se torna cada vez mais relevante no cenário europeu e internacional. O apoio tcheco revela-se importante, por exemplo, para o avanço das negociações do acordo Mercosul-UE e para o processo de acessão do Brasil à OCDE. Além da constante interlocução com a chancelaria tcheca e outras autoridades que tratem de temas de interesse brasileiro, na gestão do candidato também se pretenderá:

- Apoiar eventuais visitas de alto nível ao território tcheco;
- Divulgar ações de interesse do governo brasileiro;
- Divulgar temas de interesse internacional do Brasil, seja para embasar as relações bilaterais, seja para fortalecimento da imagem do Brasil em seus diversos campos;
- Propor, negociar e, se for o caso, assinar acordos bilaterais sobre temas ainda não cobertos; propor, se for o caso, atualização de acordos, protocolos e memorandos de entendimento já assinados entre os dois países (cerca de 25, atualmente);
- Em conexão com o ponto anterior, averiguar especialmente o andamento dos trâmites para assinatura do Acordo de Previdência Social e prepará-lo para assinatura; e
- Averiguar o andamento da negociação do Acordo-Quadro para Cooperação em Ciência e Tecnologia (ver item VI, Meta 2).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 A 4

1. Número de relatórios, sob a forma de telegramas, informes ou outros, produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da República Tcheca;
2. Número de reuniões de consultas políticas – preveem-se duas: uma em Praga, outra em Brasília, em formato presencial ou virtual;
3. Número de reuniões com pessoas e grupos de interesse no acompanhamento da política externa tcheca: empresários, acadêmicos, políticos, diplomatas estrangeiros;
4. Número de reuniões periódicas com diplomatas tcheco;
5. Número de visitas de delegações parlamentares de parte a parte;
6. Número de reuniões com representantes de outros setores do governo tcheco.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras

- *Fazer gestões no mais alto nível possível com vistas a obter apoio da República Tcheca a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outros temas, conforme instruções do sr. Ministro de Estado;*
- *Manter encontros com representantes do governo tcheco acerca da candidatura brasileira de acessão à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), com vistas à obtenção de apoio a demandas específicas do lado brasileiro.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 4

Número de reuniões com representantes do governo da República Tcheca para fazer gestões em favor de candidaturas internacionais do Brasil e do processo de acessão do Brasil à OCDE.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Promover o turismo no Brasil

Embora a República Tcheca seja conhecida como um dos principais países receptores de turistas (cerca de 40 milhões por ano, antes da pandemia), cerca de 7 milhões de tchecos viajam a turismo internacional por ano – a grande maioria para destinos europeus, mas existe demanda considerável para viagens a destinos tropicais.

- Promover os destinos brasileiros por meio da participação em feiras de turismo, conforme disponibilidade orçamentária, mas também com a exibição, a custo reduzido, de documentários e filmes brasileiros em eventos online ou em universidades, por exemplo.

2. Divulgar a culinária brasileira

Ações de divulgação do Brasil como destino turístico e, ao mesmo tempo, de promoção comercial, a participação em feiras de culinária ou, mais efetivamente, a promoção de eventos de gastronomia brasileira têm uma boa relação custo/benefício. Nessas ocasiões, poder-se-ia promover alguns produtos específicos com Denominação de Origem Controlada do Brasil (de um total de atualmente 50), tais como café, cacau, cachaça, queijos e vinhos.

3. Promover a língua portuguesa e a literatura brasileira

Tendo em conta a dimensão do público universitário tcheco, ações dessa natureza têm geralmente boa acolhida. Nesse sentido, a promoção da língua portuguesa, no geral, e da literatura brasileira, em particular, poderia valer-se de vários métodos e meios de custo reduzido, seja em modo presencial ou virtual. São exemplos que se pretendem adotar:

- realizar “Dia do Brasil” com parceria local, para exibição de dois ou três documentários sobre o Brasil, com palestra de personalidade brasileira de relevo ou chefe do posto;
- realização de evento para celebrar o Dia da Língua Portuguesa (5 de maio);
- realização de evento em parceria com universidade local para comemorar o Dia do Escritor (25 de julho), com mostra das edições tchecas de autores brasileiros e em português,
- promover premiação, em concertação com o grupo de embaixadas ibero-americanas em Praga, de autor acadêmico de ensaio sobre a cultura, a sociedade ou a economia de país do grupo (“PIBAM” – Prêmio Ibero-americano, já em sua 27ª edição anual), e
- promover a tradução de autores brasileiros ao idioma tcheco.

4. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

Todos os anos, a cidade de Brno celebra a cultura brasileira com a organização do "Brasil Fest Brno", festival voltado à divulgação da música, da dança e da culinária brasileiras, que ocorre num fim de semana no auge do verão, na virada dos meses de julho e agosto, e que inclui um desfile de carnaval pelas ruas de Brno. A Embaixada em Praga tem patrocinado institucionalmente esse festival, e é exemplo que poderia ser seguido em iniciativas semelhantes.

- *Propor junto a potenciais parceiros locais e realizar, segundo a disponibilidade orçamentária, projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes, palestras com artistas, exposições, peças coreográficas etc. Conforme se aprendeu na pandemia, muito se pode fazer em formato virtual, ou em combinação com evento presencial;*
- *Apoiar e subsidiar com informações relevantes a sessão tcheca da Associação de Brasilianistas na Europa (ABRE);*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 4

1. Número de participações em feiras de turismo;
2. Número de reuniões de promoção do Brasil como destino turístico com meios de comunicação, agentes de viagem, empresas aéreas e outros participantes do setor;

3. Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade cultura brasileira na República Tcheca.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Informar o governo e a sociedade tchecos sobre ações de desenvolvimento sustentável e de preservação do meio ambiente no Brasil

Observando-se a imprensa local, nota-se que dificilmente chegam ao conhecimento do público tcheco as ações de uma agenda positiva nesses quesitos. Mesmo numa Embaixada pequena, é fundamental dedicar tempo e recursos para o cumprimento desse papel, em contato com a imprensa, os formadores de opinião, as ONGs etc.

2. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Número de entrevistas, artigos, participações em debates.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Fomentar e apoiar a cooperação científica**

A cooperação científico-tecnológica é área promissora das relações bilaterais e atenção especial será dada a essa agenda. No Índice Global de Inovação, a República Tcheca aparece em 24º lugar entre 131 economias mundiais (o Brasil, em 57º). É forte em conhecimento e produção tecnológica, produção criativa, infraestrutura e sofisticação do comércio. Em termos de infraestrutura, figura entre os dez primeiros países, com um desempenho muito bom em sustentabilidade ecológica e certificados de qualidade ambientais. Também está entre os dez primeiros na importação de tecnologias avançadas e na produção e exportação de alta tecnologia. Segundo já se apurou, a República Tcheca tem interesse em cooperar com o Brasil em temas como: indústria 4.0, robótica, dessalinização de água, reciclagem de resíduos (em especial plásticos que vão para os oceanos), inteligência artificial, tecnologias inovadoras, softwares e P&D em oncologia. Será preciso identificar os parceiros mais adequados e intermediar seus contatos.

2. Negociar assinatura de Acordo-Quadro para Cooperação em Ciência e Tecnologia

O Acordo-Quadro é instrumento essencial para embasar a cooperação na área, não só por manifestar a vontade das duas partes como para delimitar o que pode e o que não pode ser feito nesse contexto. A proposta de um tal acordo já foi feita pela Embaixada

brasileira; o tema deve ser acompanhado e estimulado nas conversas com os interlocutores tchecos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 e 2

1. Número de reuniões com representantes do governo da República Tcheca.
2. Número de reuniões e/ou comunicações com representantes da comunidade científica brasileira, em avaliação dos objetivos.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Fomentar o intercâmbio acadêmico

A demanda de estudantes brasileiros por cursos de graduação e pós-graduação na Europa é conhecidamente alta. A República Tcheca, onde também se oferecem cursos em inglês, é destino pouco divulgado entre esse público no Brasil. Inversamente, o Brasil poderia receber alunos tchecos em cursos de pós-graduação ou especialização, em especial os dedicados à língua portuguesa e à literatura brasileira, de que há número considerável de estudantes na República Tcheca.

3. Fomentar a cooperação do SENAI com instituições tchecas

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) já enviou 20 estudantes para 6 meses de estágio na República Tcheca (2018) e, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) e com a Agência de Tecnologia da República Tcheca (TACR) publicou (2019) edital para estimular projetos bilaterais de pesquisa, desenvolvimento e inovação que promovam a transferência tecnológica em áreas ligadas à indústria 4.0. Iniciativas como essa devem ser estimuladas, em benefício da formação técnica e da produção industrial no Brasil.

4. Acompanhar, fomentar e subsidiar a cooperação em matéria de defesa

Uma adidância de Defesa, do Exército e da Aeronáutica brasileira foi aberta em Praga em 2020. Sua atuação soma-se aos esforços, ainda necessários, da Embaixada brasileira para tratar dos temas dessa agenda.

A indústria de defesa é um dos pilares da estrutura de segurança da República Tcheca. O governo tcheco apoia fortemente a produção industrial, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, principalmente por meio de empresas estatais na área de defesa. Conseguir parcerias locais – chanceladas pelas mais altas autoridades – é fundamental para o bom êxito da cooperação nesse campo.

Exemplos como a parceria da Avibras com a Tatra Trucks demonstram que existe potencial para parcerias comerciais na área de defesa.

O treinamento conjunto de militares é outro tema que exigirá atenção para bons resultados, tendo em conta, por exemplo, o uso comum aos dois países dos caça Gripen e dos helicópteros Mi, além de softwares específicos.

Continuarão os esforços para auxiliar na venda dos cargueiros Embraer KC-390.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de eventos, seminários, webinários e ações organizados pela ou com participação da Embaixada para aproximação das comunidades científicas dos dois países;
2. Número de delegações de estudantes e pesquisadores dos dois países que realizam visitas de estudos;
3. Número de projetos de pesquisa científica envolvendo investigadores dos dois países
4. Número de reuniões com representantes de universidades, instituições de ensino e pesquisa e outros órgãos de governo federal ou locais com o intuito de fomentar o fluxo de estudantes e pesquisadores tchecos ao Brasil;
5. Número de reuniões com representantes dos ministérios da defesa e/ou representantes de empresas privadas ou estatais do setor.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Mapear a comunidade brasileira na República Tcheca

- Promover o mapeamento da comunidade brasileira na República Tcheca, de modo a melhor compreender seu perfil e suas necessidades; com esses resultados, e se essa demanda for verificada, reativar o Conselho de Cidadãos, em diálogo com representantes da comunidade brasileira no país;

2. Apoiar a comunidade brasileira residente em território tcheco

- Ampliar a difusão de informações consulares de especial interesse para os brasileiros, seja por meio das redes sociais da Embaixada, seja pelo portal consular do Itamaraty, ou ainda no quadro de campanhas de promoção ao turismo.

3. Promover o diálogo consular com a Chancelaria tcheca

- Facilitar a solução de eventuais problemas migratórios e promover os interesses relativos à realidade dos residentes brasileiros, temporários ou permanentes.

4. Prestar atendimento consular eficiente e de qualidade

- Promover a realização de cursos de aperfeiçoamento para os funcionários do Setor Consular, de modo a possibilitar melhor atendimento aos brasileiros;
- Promover o aprimoramento e boa utilização dos sistemas eletrônicos consulares, inclusive por meio do sistema e-Consular.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 4

1. Índice de reclamações relativas aos serviços consulares (número de reclamações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano por meio de canal de ouvidoria; número de manifestações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano anterior por meio de canal de ouvidoria);
2. Duração do atendimento no guichê; somatório do tempo total de atendimento em guichês; total de chamadas para atendimento;
3. Número de reuniões com a chancelaria tcheca sobre o tema;
4. Tempo de espera para atendimento do público.

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

RELATÓRIO Nº , DE 2021

SF/21740.61460-45

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 78, de 2021, do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora SÔNIA REGINA GUIMARÃES GOMES, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca*.

RELATOR: Senador **ZEQUINHA MARINHO**

De acordo com o art. 52, IV, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Dessa forma, o Senhor Presidente da República submeteu o nome da Senhora Sônia Regina Guimarães Gomes, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Tcheca. Para tanto, o Itamaraty, atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), encaminhou currículo da diplomata, do qual extraímos os dados que se seguem.

A indicada, que nasceu em 25 de junho de 1961 na cidade de São Paulo/SP, é filha de Luiz Gomes Fernandes e Sônia Guimarães Gomes. Graduou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) no ano de 1982. Ingressou no Curso Preparatório à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr) em 1986. Ainda no IRBr frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1997 e o Curso de Altos Estudos (CAE),

em que teve aprovada, no ano de 2007, a tese “Filmar no Brasil: a atuação do Itamaraty no estímulo à exportação dos serviços de produção audiovisual”.

Foi nomeada Terceira-secretária em 1987, sendo, subsequentemente, promovida a Segunda-secretária em 1994; e, sempre por merecimento, a Primeira-secretária em 2002; a Conselheira em 2007; a Ministra de segunda classe em 2009; e a Ministra de primeira classe em 2017.

Entre as funções desempenhadas, destacam-se as de cônsul-adjunta no Consulado-Geral em Los Angeles (2004/07); ministra-conselheira comissionada na Embaixada em Praia (2007/10); chefe da Divisão de Serviços Gerais (2010/14); diretora do Departamento de Administração (2014); coordenadora do Comitê Gestor de Gênero e Raça do Ministério das Relações Exteriores [MRE (2014)]; e chefe do Escritório Financeiro em Nova York (desde 2018).

Também em atendimento ao preceito regimental referido, o MRE elaborou relatório sobre a República Tcheca, do qual destacamos as informações seguintes.

Localizada na Europa Central, a República Tcheca surge da divisão pacífica da então Tchecoslováquia, em 1993. Seu território com área de 78.867 km² é formado pela parte ocidental do antigo país. A capital, Praga, é tradicional centro de cultura e artes da Europa. Nesse sentido, recebe expressivo afluxo de turistas. Com uma das economias mais desenvolvidas do ex-bloco socialista, o país fabrica produtos alimentícios, bebidas e eletrodomésticos. Seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* é de aproximadamente USD 26 mil. O país se tornou membro da União Europeia em 2004.

Brasil e República Tcheca mantêm relações ininterruptas desde 1920, ano em que a antiga Tchecoslováquia instalou legação diplomática no Rio de Janeiro, gesto retribuído pelo Brasil em 1921. O fim do regime comunista seguido do chamado “divórcio de veludo”, que resultou em dois novos Estados (Repúblicas Tcheca e Eslovaca), adensou a agenda bilateral. O Brasil é considerado interlocutor estratégico na América do Sul para assuntos políticos e econômicos-comerciais.

No tocante ao comércio bilateral, o fluxo atingiu USD 491 milhões em 2020. Esse número representou queda de 19,8% em relação ao

SF/21740.61460-45

ano anterior. Historicamente, o saldo comercial é deficitário para o Brasil. No ano referido, exportamos USD 45 milhões e importamos USD 447 milhões. Nossa pauta está centrada em produtos semiacabados de ferro ou aço, máquinas-ferramentas para trabalhar metais; e móveis e suas partes. Importamos acessórios de veículos automotivos, equipamentos de telecomunicações e borrachas sintéticas.

O domínio da cooperação em defesa ganhou importante dinamismo com a parceria entre a Embraer e a Aero Vodochody para o desenvolvimento do cargueiro militar KC-390. Some-se a esse contexto a circunstância de ambas as forças aéreas terem optado pela aquisição de caças Gripen, de origem sueca, para equiparem suas respectivas forças.

Em relação à comunidade de brasileiros em território tcheco, ela é estimada em cerca de mil pessoas, que são atendidas pela seção consular da Embaixada em Praga. Ainda na esfera da dimensão humana, cabe registrar que residem no Brasil cerca de meio milhão de tchecos e descendentes. Entre eles o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, cujos bisavós maternos imigraram para terras brasileiras em 1823.

É o relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador Zequinha Marinho, Relator

SF/21740.61460-45

7

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 69, DE 2021

(nº 589/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 589

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de novembro de 2021.

EM nº 00180/2021 MRE

Brasília, 7 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **FLÁVIO SOARES DAMICO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 936/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 22/11/2021, às 18:39, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3019989** e o código CRC **1B9E9AD5** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007839/2021-00 SEI nº 3019989

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447 469

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO*
CPF.:469.003.657-87

ID.: 6231 MRE

1953	Filho de Paulo Alfredo Pingret de Carvalho e Maria Marcondes de Carvalho, nasce em 18 de março, em Porto Alegre/RS
Dados Acadêmicos:	
1975	CPCD - IRBr
1980	Direito UDF, Brasíia/DF
1982	CAD - IRBr
1997	CAE - IRBr, Do Fracasso de Bicese à Esperança de Lusaca: etapa da construção da paz em Angola sob a perspectiva do Conselho de Segurança
Cargos:	
1976	Terceiro-Secretário
1979	Segundo-Secretário, por merecimento
1985	Primeiro-Secretário, por merecimento
1992	Conselheiro, por merecimento
1998	Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2003	Ministro de Primeira Classe
Funções:	
1976-78	Divisão de Produtos de Base, Assistente
1978-80	Divisão de Energia e Recursos Minerais, Assistente
1980-82	Departamento Econômico, Assessor
1982-87	Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário
1987-90	Embaixada em Havana, Primeiro Secretário
1990-91	Divisão Especial do Meio Ambiente, Subchefe

1991-92	Presidência da República, Assessoria para Assuntos Sociais, Adjunto
1992-93	Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, Assessor e Chefe de Gabinete
1993-98	Missão junto à ONU, Nova York, Conselheiro
1998-99	Divisão de Integração Regional, Chefe
1999-03	Direção-Geral de Integração Latino-Americana, Diretor-Geral
2003-07	Departamento de Integração, Diretor
2007-10	Embaixada em Roma, Representante Especial junto à FAO
2010-13	Embaixada em Caracas, Embaixador
2013-18	Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia, Subsecretário
2018-	Embaixada em Viena, Embaixador

Condecorações:

1999	Ordem do Rio Branco, Grande Oficial

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS

Chefe da Divisão do Pessoal

REPÚBLICA DO PARAGUAI



Lado anverso da bandeira



Lado reverso da bandeira





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2021

APRESENTAÇÃO

Localizado na América do Sul, o Paraguai não possui saída para o mar e faz fronteiras com o Brasil (a nordeste e leste), com a Argentina (ao sul e a oeste) e com a Bolívia (a norte e noroeste). Com uma extensão de 406.752km2, o território paraguaio pertence à grande bacia formada pelos rios Paraguai e Paraná. É constituído de planícies e, na região leste, há formações montanhosas de pouca elevação, estruturalmente ligadas ao planalto brasileiro. A capital e maior cidade é Assunção, cuja região metropolitana abriga cerca de um terço da população do país. A independência do país em relação à Espanha foi proclamada em 14 de maio de 1811.

Atualmente, o Paraguai tem a nona maior população sul-americana, com cerca de 7,3 milhões de habitantes. É o oitavo maior país da América do Sul em extensão territorial. Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) paraguaio foi de US$35,3 bilhões. Entre os 12 países da América do Sul, de acordo com dados do FMI, o PIB do Paraguai ocupa a décima posição.

PERFIL BIOGRÁFICO

MARIO ABDO BENÍTEZ
PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Nascido em Assunção, em 10 de novembro de 1971. Ingressou em 1989 nas Forças Armadas, tendo desempenhado a função de paraquedista militar. Suas primeiras incursões na política datam de 2005, quando se tornou membro da ala "Reconstrução Nacional Republicana" do Partido Colorado. No mesmo ano, passou a exercer a Vice-Presidência do partido. Em 2013, foi eleito senador pelo Partido Colorado e, em junho de 2015, assumiu a Presidência do Congresso Nacional. Foi líder do Añetete (em língua guarani, "verdadeiro"), movimento do Partido Colorado que se contrapôs à gestão do ex-presidente Horacio Cartes, promovendo discurso mais nacionalista e associado às lideranças tradicionais. Obteve 46,49% dos votos nas eleições presidenciais de 2018. Tomou posse em 15/08/2018, com mandato até 2023.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Paraguai estabeleceram relações diplomáticas em 1844. As relações bilaterais encontram-se em elevado patamar, à luz da convergência de visões e de valores entre os dois Governos em temas como democracia, liberdade econômica e segurança. Entre as principais vertentes de cooperação destacam-se: energia – sendo a Itaipu Binacional o cerne dessa vertente; infraestrutura comum; comércio e investimentos; cooperação fronteiriça; e combate a ilícitos transnacionais.

Os dois presidentes mantêm relação próxima, tendo sido realizados seis encontros bilaterais presenciais desde 2019, além de contatos telefônicos.

A hidrelétrica de Itaipu é um projeto emblemático da relação Brasil-Paraguai. A usina é estratégica para o Brasil (fornece em torno de 11% da energia elétrica consumida no país) e ainda mais importante para o Paraguai (representando 7% de seu PIB, 88,5% do consumo de energia elétrica e 12% das

receitas fiscais). Em 2020, um dos anos mais secos na história da usina, a Itaipu produziu 76.382 GWh (em 2016, Itaipu estabeleceu sua melhor marca anual, com 103.098 GWh). O consumo paraguaio da energia de Itaipu Binacional tem aumentado gradualmente, e a expectativa paraguaia é de que, até 2030, o Paraguai esteja consumindo os 50% de energia de Itaipu a que faz jus.

O Brasil é o maior parceiro comercial do Paraguai, sendo o comércio bilateral superavitário para aquele país, quando contabilizada a exportação de energia. No que tange às exportações brasileiras, a pauta mantém-se bastante diversificada e composta por bens de alto valor agregado, entre os quais 96% representaram produtos industrializados em 2020. De acordo com dados do Ministério da Economia referentes a 2020, os principais produtos exportados ao Paraguai foram: adubos ou fertilizantes químicos (5,1%); produtos da indústria de transformação (4,6%); bebidas alcoólicas (3,4%); veículos automotores para passageiros (3,3%); inseticidas, herbicidas, desinfetantes e semelhantes (3,3%); e máquinas agrícolas, exceto tratores (3,2%). Os principais itens importados pelo Brasil do Paraguai, em 2020, foram: energia elétrica (49%); soja (7,9%); milho (5,9%); equipamentos para distribuição de energia elétrica (4,8%); arroz (4,7%); carne bovina (3%); álcoois, fenóis e seus derivados (2,4%); outros artigos de plástico (2,3%); e artigos confeccionados de matérias têxteis (2,2%).

Em termos de investimentos, o Brasil ocupa posição de segundo maior investidor, atrás apenas dos Estados Unidos. Em termos de fluxo registrado pelo Banco Central do Paraguai, em 2019, Brasil e EUA representaram, juntos, mais de 80% dos investimentos no país. Cabe registrar, contudo, que os investimentos estrangeiros diretos ainda são pouco significativos, sendo equivalentes a aproximadamente 1% do PIB paraguaio.

Brasil e Paraguai compartilham 1.339 km de fronteira, a quarta maior extensão dentre os limites brasileiros. Desse total, 700 km correspondem à chamada “fronteira seca”, na qual inexistem barreiras naturais entre os dois países. O Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, que prevê benefícios às populações fronteiriças, foi assinado em novembro de 2017 e segue em tramitação no Congresso Nacional, tendo o lado paraguaio notificado o Brasil a respeito do cumprimento das formalidades legais internas para entrada em vigor em 22/04/2021.

Na área de integração física, destacam-se as duas pontes internacionais atualmente em desenvolvimento, sobre o rio Paraguai e sobre o rio Paraná. Em 21/12/2018, foi assinada, em Foz do Iguaçu, a Declaração Presidencial Conjunta Brasil-Paraguai sobre Integração Física. No documento, os dois países se comprometem a construir duas pontes internacionais: a segunda ponte sobre o rio Paraná (batizada de Ponte da Integração), a ser custeada pela margem brasileira de Itaipu; e a ponte sobre o rio Paraguai, a cargo da margem paraguaia.

A Ponte da Integração, cuja construção teve início em agosto de 2019, ligará Foz do Iguaçu a Presidente Franco e será utilizada primordialmente para o

fluxo de carga, oferecendo alternativa logística à já saturada Ponte da Amizade (inaugurada em 1965), que se destinará ao trânsito de veículos de passeio. O estágio de execução das obras da ponte alcançou 67% em agosto último, estando prevista a conclusão dos trabalhos em julho de 2022. O consórcio encarregado das obras está trabalhando 24 horas por dia, 7 dias por semana, para garantir que o prazo seja cumprido.

A Ponte Internacional sobre o rio Paraguai integrará o Corredor Rodoviário Bioceânico, ligando o Centro-Oeste brasileiro e o Chaco paraguaio ao Noroeste argentino e aos portos do Norte do Chile. Está em curso a adjudicação do processo licitatório das obras, a cargo do Ministério de Obras Públicas e Comunicação do Paraguai.

No âmbito da cooperação para o enfrentamento da Covid-19, o governo brasileiro doou ao Paraguai 50 ventiladores pulmonares, 20 tendas de campanha para acolhimento e triagem de paraguaios repatriados, 50 mil testes para covid-19 e insumos para outros 35 mil testes. Autorizou, ademais, exportações de oxigênio hospitalar para apoiar o fornecimento a hospitais paraguaios. Em março de 2021, por ocasião de visita do chanceler paraguaio a Brasília, o governo brasileiro anunciou sua disposição em priorizar a exportação de vacinas para Covid-19 ao Paraguai uma vez consolidada a capacidade brasileira de produção.

Após período de fechamento das fronteiras terrestres entre o Brasil e o Paraguai, em decorrência da emergência sanitária, iniciou-se processo de reabertura gradual em 15/10/2020. O trânsito internacional de cargas não foi afetado pelo fechamento das fronteiras.

No que diz respeito ao MERCOSUL, observa-se convergência de interesses entre Brasil e Paraguai na dimensão econômico-comercial. Os dois países têm defendido os exercícios de revisão da TEC e do Regime de Origem do MERCOSUL; embora o Paraguai ressalte a sensibilidade interna do tema relacionado à TEC. Em relação ao setor automotivo, o Paraguai apoia a posição brasileira favorável a discussões técnicas e estratégicas no âmbito do Comitê Automotivo do bloco e defende uma política automotiva comum baseada nos acordos bilaterais existentes. Como a menor economia do MERCOSUL, o Paraguai insiste em que o MERCOSUL negocie como bloco todos os acordos comerciais com parceiros extrarregionais, como previsto na Decisão do Conselho do Mercado Comum 32/2000.

Assuntos consulares: O Brasil tem Consulados-Gerais nas cidades paraguaias de Assunção e Ciudad del Este; Consulados em Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá; e Vice-Consulados em Encarnación e Concepción. O Paraguai abriga a terceira maior comunidade brasileira no exterior, estimada em aproximadamente 240 mil pessoas em 2020 (superada apenas pelas comunidades nos Estados Unidos e em Portugal). Embora a presença de brasileiros no Paraguai seja bastante diversificada, a maior parte deles dedica-se a atividades agropecuárias em Departamentos limítrofes com o Brasil.

Empréstimos e financiamentos oficiais: de acordo com a Secretaria Executiva da CAMEX, o Brasil não tem exposição soberana ao Paraguai. Tampouco há, atualmente, operação relevante (operações totais no valor de US$ 18.961,70) que envolva exportação ao Paraguai no âmbito do FGE da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF).

POLÍTICA INTERNA

Mario Abdo Benítez, do Partido Colorado ("Associação Nacional Republicana"), foi empossado em 15 de agosto de 2018, após vitória nas eleições nacionais de abril com 46,49% dos votos. Seu mandato é de cinco anos.

No que se refere ao sistema presidencialista paraguaio, há duas principais particularidades relativas às eleições presidenciais: (i) não há segundo turno; e (ii) é vedada a reeleição do presidente da República, tanto de forma consecutiva como alternada.

O Parlamento paraguaio é bicameral, sendo conformado pela Câmara de Senadores e pela Câmara de Deputados. Os 45 Senadores, com mandato de cinco anos, são escolhidos em eleição majoritária em uma única circunscrição nacional. Os ex-presidentes da República são senadores vitalícios com direito a voz, mas não a voto. A Câmara dos Deputados é composta de 80 deputados, eleitos para mandato de cinco anos, em circunscrições departamentais. São 17 Departamentos, além da capital Assunção, município autônomo. Os 17 departamentos paraguaios são governados por governadores eleitos em votação majoritária, para mandato de cinco anos.

As principais forças políticas no Paraguai são o Partido Colorado ("Associação Nacional Republicana-ANR") e o Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA). O presidente Mario Abdo é membro do Partido Colorado e, dentro da agremiação, integra o movimento “Colorado Añetete”, que se contrapõe ao “Honor Colorado”, vinculado ao ex-presidente Horacio Cartes. Atualmente, o Partido Colorado tem buscado estabelecer alianças de modo a manter sua maioria no Senado e na Câmara.

O Partido Colorado conta com mais de 2,5 milhões de filiados, 17 dos 45 senadores, 42 dos 80 deputados, 13 dos 17 Governos departamentais e 148 de 250 Governos municipais. O Partido Liberal Radical Autêntico, por sua vez, tem mais de 1 milhão de correligionários e conta com 14 senadores, 24 deputados, 3 Governadores departamentais e 75 Governos municipais.

Estão previstas eleições municipais em outubro próximo, quando deverão ser delineadas as principais tendências políticas com vistas às eleições gerais de 2023. A linha oficial dos partidos tem sido a de concentrar os esforços na promoção das candidaturas para as próximas eleições municipais; no entanto, já há registro de movimentações internas nos partidos nacionais com vistas à definição de nomes para as internas partidárias e pré-candidaturas para as chapas presidenciais.

Para as eleições de outubro, constitui fato relevante que os partidos de oposição à Associação Nacional Republicana (ANR) lograram candidato de consenso à intendência de Assunção, atualmente sob gestão colorada. Candidato do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) recebeu apoio de outros quatro partidos, para fazer face ao candidato da ANR. A capital Assunção é tida como local relevante para verificação da capacidade da oposição frente à ANR nas urnas. Do ponto de vista colorado, termômetro importante serão as cidades do entorno de Assunção, mais densamente povoadas e com histórico de voto liberal.

O governo do presidente Mario Abdo foi alvo de mobilizações populares, em março último, motivadas pelo agravamento da crise sanitária no país. Os eventos levaram o presidente paraguaio a promover ampla reforma em seu gabinete. A gestão do mandatário tem se concentrado na gestão sanitária e econômica da pandemia, além da segurança pública e combate ao crime organizado transnacional.

A independência do Poder Judiciário está prevista na Constituição paraguaia. Seu órgão máximo é a Corte Suprema de Justiça, composta por nove magistrados, nomeados pelo presidente da República, após indicação do Senado Federal a partir de lista tríplice encaminhada pelo Conselho de Magistratura. O mandato dos juízes da Corte Suprema é de cinco anos, renovável por igual período. Em caso de renovação, adquirem vitaliciedade no cargo até o limite constitucional de 75 anos de idade, sendo removidos apenas por juízo político. Não há concursos públicos para juízes, que são designados pela Corte Suprema de Justiça a partir de indicações do Conselho da Magistratura.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do governo do presidente Mario Abdo Benítez tem sido norteada por princípios universais como a defesa da liberdade, dos direitos humanos e da democracia. A Chancelaria paraguaia tem promovido a imagem do Paraguai como país confiável, de vocação universal e multilateralista, que respeita o direito internacional.

A eclosão da pandemia de Covid-19 compeliu a Chancelaria local a redirecionar esforços para a "diplomacia da vacina", sendo passados para segundo plano eixos tradicionais de ação, como a busca de cooperação e transferências não reembolsáveis e a cooperação para o combate a crimes transnacionais.

Em 5 de setembro de 2021, o Paraguai contabilizava 458.884 casos confirmados de Covid-19 e 15.995 óbitos. Até 2 de setembro, 2,3 milhões de indivíduos haviam sido vacinados no país (32,3% da população). O número de imunizados com a 2ª dose ou dose única corresponde a aproximadamente 1,8 milhão de pessoas, cerca de 25,3% da população. Durante o primeiro semestre de 2021, o Paraguai se manteve como um dos três países com menos doses

aplicadas do continente sul-americano, o que conduziu os EUA e Taiwan a articularem apoio. Dessa forma, em junho passado, no âmbito de abrangente iniciativa de doação de doses de vacinas contra a Covid-19, os EUA anunciaram doação direta de 2 milhões de doses da vacina da Pfizer ao país, o que representa a metade de todas as doses recebidas até o momento pelo governo paraguaio.

Desde janeiro de 2021, a chancelaria paraguaia está a cargo do ministro Euclides Acevedo. Atualmente, são questões prioritárias na agenda externa do país a temática da revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu, a reabertura dos passos fronteiriços com a Argentina e, sobretudo, a obtenção do fornecimento de vacinas contra a Covid-19 e de medicamentos e insumos médicos indispensáveis ao sistema de saúde local.

Tema prioritário para o governo guarani tem sido as negociações com vistas à reabertura de fronteira com a Argentina, sua única zona fronteiriça que permanece fechada. O chanceler Euclides Acevedo realizou, em 20/08/2021, visita a Buenos Aires para encontrar-se com o chanceler argentino, ocasião em que solicitou a abertura gradual das fronteiras comuns e o aumento da frequência semanal de voos que comunicam as capitais dos dois países. O tema segue em tratativas.

O Paraguai não mantém relações diplomáticas com a República Popular da China, mas com Taiwan ("República da China"), sendo os Estados Unidos e Taiwan tradicionais aliados e fornecedores de cooperação ao país. A inclinação do Paraguai em direção à Taiwan não constitui unanimidade no público interno. Apesar do volume e das cifras da cooperação prestada pela ilha, muitos enfatizam o potencial econômico-comercial das relações com a RPC. Com efeito, a balança comercial do país com a China é cada vez mais deficitária. Segundo dados do Banco Central do Paraguai, 34% das importações guaranis proveem da RPC. A República Popular da China é o segundo maior parceiro comercial do Paraguai, atrás apenas do Brasil.

No pilar da defesa da democracia na região, Brasil e Paraguai participam de diversas iniciativas em relação aos regimes de Nicolás Maduro, na Venezuela, e de Daniel Ortega, na Nicarágua, particularmente o apoio à adoção de Resoluções do Conselho Permanente e de Assembleias-Gerais da OEA. O Governo paraguaio mantém postura crítica ao regime ilegítimo de Nicolás Maduro e, ao mesmo tempo, ressalta seu compromisso com a defesa da ordem democrática e dos direitos humanos no país.

O Paraguai tem desempenhado papel de relevo com respeito à situação da Venezuela no MERCOSUL, no Grupo de Lima e no hemisfério. Em janeiro de 2019, o presidente Mario Abdo anunciou o rompimento de relação diplomáticas com a República Bolivariana da Venezuela, em decorrência da posse ilegítima de Nicolás Maduro, e reconheceu Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela, tendo ainda determinado o imediato fechamento da Embaixada do Paraguai em Caracas. Guaidó visitou o Paraguai em março de 2019, durante périplo pela região iniciado no Brasil. Em outubro de 2020, o Embaixador

nomeado pelo Governo legítimo apresentou cartas credenciais ao Presidente Abdo, normalizando, assim, as relações diplomáticas rompidas no ano anterior.

O Paraguai também tem mantido participação ativa em organismos regionais, como PROSUL e OEA, e é Estado-parte do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). O país busca ampliar sua presença em orgãos multilaterais, como o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas; o Tribunal Internacional do Direito do Mar; as Comissões de Assuntos Administrativos e Orçamentários da ONU; e o Centro de Desenvolvimento Econômico da OCDE.

Outro eixo importante da política externa paraguaia tem sido a diplomacia presidencial de Mario Abdo Benítez, com foco na ampliação do acesso do Paraguai a mercados internacionais. Desde a sua vitória eleitoral, em 2018, Mario Abdo realizou diversas missões oficiais, com destaque para visitas ao Brasil (foram seis encontros presidenciais), Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia Estados Unidos, Guatemala, Rússia, Taiwan e Uruguai.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A estimativa de crescimento da economia paraguaia é de 4% em 2021. As diretrizes econômicas do governo anterior foram mantidas na gestão de Mario Abdo Benítez. O governo tem dado seguimento a políticas ortodoxas no âmbito econômico-monetário, por meio do regime de metas de inflação, câmbio flexível, orçamentos equilibrados e normas rígidas de responsabilidade fiscal. Por limites legais, o governo não pode apresentar orçamento anual com déficit superior a 1,5%. A relação dívida/PIB situa-se em patamar confortável (35,5%), contribuindo para tal, além do controle de gastos, o longo ciclo de expansão econômica iniciado em 2003 e a relativa dificuldade em alavancar-se junto aos mercados externos.

Por sua vez, o endividamento passou de 6,7% do PIB em 2011 a 35,5% em 2021, mas a avaliação de crédito do país progrediu constantemente, aproximando-se hoje do grau de investimento nas três principais agências de classificação de risco. Segundo a agência de classificação de risco de crédito Fitch, o crescimento sustentado e uma gestão fiscal relativamente prudente sustentam o perfil de crédito soberano do país.

O PIB paraguaio, em 2020, foi de US$ 35,3 bilhões. O país tem um dos menores produtos internos brutos da América do Sul, à frente do Suriname e da Guiana, e a economia informal ainda tem grande relevância no país (no primeiro trimestre de 2021, o percentual de trabalhadores informais alcançou 65%).

O impacto da pandemia na economia foi relativamente reduzido no país, provocando queda de apenas 0,6% no PIB em 2020 e projetando-se crescimento de 4% em 2021 e em 2022. Contribuíram para tal os bons resultados do agronegócio, setor que cresceu 7% no último ano.

Entre os desafios conjunturais, o principal é a aceleração inflacionária,

mesmo que a níveis ainda relativamente baixos. A expectativa de inflação para este ano, segundo estudo divulgado pelo Banco Central Paraguaio (BCP) em agosto, é de 4,1% e, para 2022, é de 4% - maior do que no último ano (2,2%) e em 2019 (2,8%). O guarani tem-se desvalorizado no corrente ano, acumulando depreciação de 4% diante do dólar em 2021. A exemplo da maioria dos governos confrontados com a pandemia, o déficit fiscal aumentou de 2,8%, em 2019, para 6,2% do PIB, em 2020. Os gastos públicos subiram 16%, em linha com os esforços para reativar a economia.

No que tange aos setores mais dinâmicos da economia paraguaia, mostra-se cada vez mais relevante o agronegócio, que já representa 10% do PIB, 19% dos empregos e 38,7% das exportações. Outro setor que tem ganhado tração nos últimos anos, puxado pelo comércio internacional, é o da maquila. Destaca-se, em especial, a indústria de autopeças, com os cabos e chicotes elétricos, que se mostra bem integrada economicamente à cadeia produtiva brasileira. Destaque-se, ainda, o importante avanço que constituiu a assinatura do acordo automotivo bilateral, em setembro de 2020, que ofereceu maior previsibilidade jurídica à integração da cadeia produtiva dos dois países no setor.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Paraguai
CAPITAL	Assunção
ÁREA	406.752 km²
POPULAÇÃO (DGEEC, 2020)	7,3 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Espanhol e Guarani
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Mario Abdo Benítez (desde 15/08/2018)
CHANCELER	Euclides Acevedo (desde 25/01/2021)
PIB nominal (FMI, 2020)	US$ 35,3 bilhões
PIB PPP (FMI, 2020)	US$ 92,8 bilhões
PIB *per capita* (FMI, 2020)	US$ 4.949,75

PIB PPP *per capita* (FMI, 2020)	US$ 13.012,87
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	+4% (2021, est.), - 1% (2020), -0,4% (2019), +3,2%(2018), +4,8% (2017), +4,3% (2016), +2,96% (2015) , +5,3% (2014), 8,3% (2013), -0,7% (2012)
IDH (PNUD, 2020)	0,728 (103ª posição)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (DGEEC, 2020)	93,3%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2020)	74,3 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Guarani
EMBAIXADOR EM ASSUNÇÃO	Flávio Soares Damico (beneplácito concedido pelo governo paraguaio, em 1º/09/2021, ao pedido de "agrément" em favor do embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Juan Ángel Delgadillo
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA (2020, SASC, MRE)	240 mil

INTERCÂMBIO BILATERAL (US$ bilhões FOB)

Brasil–Paraguai	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2020/ 2019
Exportações	3	2,63	3	3,2	2,5	2,2	2,6	2,91	2,5	2,15	-13,2%
Importações	2,47	2,80	2,861	2,9	2,56	2,98	2,75	2,8	2,82	2,97	+6%
Saldo	0,525	-0,17	0,139	0,3	-0,06	-0,78	-0,15	0,11	-0,32	-0,82	-150%
Intercâmbio	5,47	5,43	5,86	6,1	5,1	5,2	5,4	5,71	5,32	5,12	-3%

Fonte: Ministério da Economia

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1525	O explorador português Aleixo Garcia visita o território do Paraguai.
1537	Fundação da cidade de Assunção pelo capitão espanhol Juan de Salazar

	y Espinoza.
1609	Jesuítas espanhóis dão início a atividade missionária na região.
1776	O Paraguai é transferido do Vice-Reino do Peru ao Vice-Reino do Rio da Prata, cuja capital é Buenos Aires.
1811	Independência do Paraguai.
1814	Nomeação de José Gaspar Rodríguez de Francia como Ditador Supremo da República do Paraguai.
1840	Morte de José Gaspar Rodríguez de Francia
1844	Carlos Antonio López assume a Presidência da República do Paraguai.
1862	Posse de Francisco Solano López como presidente do Paraguai.
1864	Início da Guerra do Paraguai com a invasão do Mato Grosso.
1865	Assinatura do Tratado da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai).
1870	Fim da Guerra do Paraguai.
1932-35	Paraguai e Bolívia enfrentam-se na Guerra do Chaco.
1954	O general Alfredo Stroessner toma o poder por golpe de Estado, dando início a mais de 30 anos de ditadura.
1989	Stroessner é deposto em golpe de Estado liderado pelo general Andrés Rodríguez, que assume a Presidência.
1992	Promulgada a nova constituição do Paraguai.
1993	Posse de Juan Carlos María Wasmosy como presidente do Paraguai.
1998	Posse de Raúl Alberto Cubas Grau como presidente do Paraguai.
1999	O presidente Cubas renuncia pouco após o assassinato do vice-presidente Luis María Argaña. O presidente do Senado, Luis González Macchi, é designado presidente pelo restante do mandato.
2003	Nicanor Duarte Frutos, do Partido Colorado, toma posse como presidente.
2006	O ex-ditador Alfredo Stroessner morre no exílio, no Brasil, aos 93 anos.
2008	Eleição do ex-bispo Fernando Lugo, da Aliança Patriótica para a Mudança, como presidente do Paraguai. Fim da hegemonia de seis décadas do Partido Colorado.
2012 (junho)	Deposição de Fernando Lugo pelo Congresso paraguaio. O vice-presidente Federico Franco assume a Presidência da República.
2013	Posse de Horacio Cartes, do Partido Colorado, como presidente da República.
2018	Posse de Mario Abdo Benítez, do Partido Colorado, como presidente da

	República.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1844	Reconhecimento formal da independência paraguaia pelo Império Brasileiro. Assinatura, em Assunção, de Tratado de Aliança, Comércio e Limites entre os dois países (não foi ratificado pelo Brasil).
1850	Assinatura do Tratado de Aliança entre o Brasil e o Paraguai, como resultado de negociações conduzidas em Assunção por Pedro de Alcântara Bellegarde (Missão Bellegarde).
1854	Proibição da passagem de navios estrangeiros pelo Rio Paraguai por Carlos Antonio López e expulsão do encarregado de negócios brasileiro em Assunção. Despacho de força naval brasileira ao Paraguai, em represália.
1856	Assinatura, no Rio de Janeiro, do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Paraguai.
1858	Confirmação, mediante Convenção Bilateral, da "verdadeira inteligência e prática" do Tratado assinado em 1856 entre Brasil e Paraguai, em missão de José Maria da Silva Paranhos a Assunção.
1864	Declaração de guerra pelo Paraguai contra o Império Brasileiro. Início da Guerra do Paraguai (ou Guerra da Tríplice Aliança).
1865	Assinatura do Tratado da Tríplice Aliança contra o governo paraguaio de Solano López por Argentina, Brasil e Uruguai (1º de maio).
1870	Declaração formal de término da Guerra do Paraguai, após a morte de Solano López, pelo Império (4 de abril). Assinatura de Protocolo preliminar de Paz entre a Tríplice Aliança e o governo provisório do Paraguai (20 de junho).
1872	Assinatura do Tratado definitivo de Paz e Amizade Perpétua entre o Brasil e o Paraguai.
1876	Celebração do Tratado de Paz entre Argentina e Paraguai. Retirada das últimas tropas brasileiras no Paraguai.
1877	Assinatura do Protocolo de Montevidéu, entre Argentina, Brasil e Uruguai, que confere garantia coletiva à independência, soberania e integridade territorial do Paraguai.
1881	Denúncia do Tratado de 1872 pelo Paraguai.
1883	Assinatura de Novo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Paraguai, em substituição ao Tratado de Paz de 1872.
1889	Reconhecimento do governo republicano brasileiro pelo Paraguai.

1927	Assinatura do Tratado complementar de Limites entre o Brasil e o Paraguai.
1928	Visita ao Brasil do presidente eleito do Paraguai, José Guggiari (10 de julho). Primeiro choque entre Bolívia e Paraguai pela Região do Chaco; o Brasil se mantém neutro (5 de dezembro).
1930	Reconhecimento do novo governo de Getúlio Vargas pelo Paraguai.
1933	Proclamação, por Decreto, da completa neutralidade do Brasil na Guerra do Chaco (23 de maio).
1941	Visita de Getúlio Vargas ao Paraguai (primeira visita oficial de um chefe de Estado brasileiro ao Paraguai).
1943	Visita do presidente do Paraguai, Higinio Morínigo, ao Brasil.
1965	Inauguração da Ponte da Amizade entre Brasil e Paraguai.
1966	Assinatura, em Foz do Iguaçu, da Ata das Cataratas, ponto de partida da chamada "diplomacia das cachoeiras" na Bacia do Prata.
1969	Assinatura, em Brasília, do Tratado da Bacia do Prata, por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.
1973	Assinatura do Tratado de Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná entre o Brasil e o Paraguai para a Construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu (Tratado de Itaipu), por ocasião de visita do presidente paraguaio, Alfredo Stroessner. Aprovação do Estatuto da Itaipu Binacional.
1975	Visita do presidente Ernesto Geisel a Assunção. Assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o Paraguai.
1977	Início das conversações tripartites entre Argentina, Brasil e Paraguai a respeito do aproveitamento energético do Rio Paraná.
1979	Assinatura do Acordo Tripartite sobre coordenação técnico-operativa para o aproveitamento hidrelétrico de Itaipu e Corpus por Brasil, Argentina e Paraguai.
1980	Visita do presidente Figueiredo ao Paraguai, ocasião em que devolve documentos, peças históricas paraguaias e objetos pessoais de Solano López que se encontravam no Brasil.
1984	Inauguração formal da usina hidrelétrica de Itaipu.
1991	Celebração do Tratado de Assunção, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, para a constituição do MERCOSUL.
1996	Visita oficial do presidente Fernando Henrique Cardoso a Assunção (26 de junho).
1998	Visita oficial do presidente paraguaio eleito, Raúl Cubas Grau, a Brasília (29 de maio).
1998	Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso a Assunção em virtude da

	posse do presidente paraguaio Raúl Cubas (15 de agosto).
1999	Visita oficial do presidente paraguaio, Raúl Cubas Grau, a Brasília (11 de fevereiro).
1999	Concessão de asilo político a Raúl Cubas Grau, após sua renúncia ao cargo de presidente da República do Paraguai.
2000	Visita oficial do presidente paraguaio Luis Ángel González Macchi a Brasília (9-13 de fevereiro).
2001	Visita oficial do presidente Fernando Henrique Cardoso a Assunção (21-22 de junho).
2003	Visita do presidente paraguaio eleito Nicanor Duarte Frutos ao Brasil (maio).
2003	Visita do presidente Lula a Assunção em virtude da posse do presidente Nicanor Duarte Frutos (14-15 de agosto).
2003	Visita de trabalho do presidente Duarte Frutos a Brasília (14 de outubro).
2004	Encontro entre o presidente Lula e o presidente Duarte Frutos em São Paulo (14 de junho).
2004	Visita de trabalho do presidente Nicanor Duarte Frutos a Brasília (26 de agosto).
2004	Visita ao Brasil do presidente Nicanor Duarte Frutos (6 de outubro).
2005	Doação, pela Força Aérea Brasileira, de seis aeronaves T-25 Universal, de fabricação brasileira, à Força Aérea Paraguaia (4 de dezembro).
2005	Decisão de aumentar o valor pago pelo Brasil ao Paraguai pela cessão de energia de Itaipu. Assinatura de acordo para a construção de uma segunda ponte internacional sobre o rio Paraná (8 de dezembro).
2006	Assinatura do Acordo Bilateral para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia do Rio Apa e de comunicado conjunto para regularizar a situação de nacionais durante visita do chanceler do Paraguai Rubén Ramírez ao Brasil (11 de setembro).
2007	Assinatura de Memorando de Entendimento para eliminar o fator de correção pela inflação norte-americana dos contratos assinados entre a Eletrobras e a ANDE junto à Itaipu Binacional (19 de janeiro).
2007	Visita oficial do presidente Lula a Assunção. Na ocasião, foram assinados 11 instrumentos bilaterais.
2007	Assinatura da Declaração de Intenções sobre Cooperação Técnica para Elaboração do Projeto Básico da Linha de Transmissão entre a Subestação Itaipu-Margem Direita e a Subestação Limpio, na Cidade de Assunção, com tensão de 500 KV.

2007	Doação brasileira de R$ 20 milhões ao Fundo de Apoio à Economia Paraguaia, conforme Lei 11.444/07 (3 de dezembro).
2008	Visita do então candidato Fernando Lugo a Brasília, para encontro com o presidente Lula (2 de abril).
2008	Participação do presidente Lula nas cerimônias de posse do presidente Fernando Lugo (15 de agosto).
2008	Visita do presidente Lugo a Brasília (17 de setembro).
2008	Encontro bilateral entre os presidentes Lula e Lugo à margem da Cúpula do MERCOSUL, em Sauipe (17 de dezembro).
2009	Realização da I Reunião Ministerial de Diálogo sobre Itaipu, com a participação dos ministros de Relações Exteriores, Fazenda e Energia dos dois países (26 de janeiro).
2009	Visita de Estado do presidente Fernando Lugo ao Brasil (7 e 8 de maio).
2009	Visita de trabalho do presidente Lula a Assunção, na sequência de Cúpula do MERCOSUL realizada naquela cidade (25 de julho).
2009	Declaração Conjunta "Construindo uma Nova Etapa na Relação Bilateral" firmada pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo (25 de julho).
2010	Visita de trabalho do presidente Fernando Lugo a Ponta Porã/MS (3 de maio).
2010	Visita de trabalho do presidente Lula a Villa Hayes, nos arredores de Assunção (30 de julho).
2010	Encontro bilateral entre os presidentes Lula e Lugo à margem da Cúpula do MERCOSUL, em Foz do Iguaçu (16 de dezembro).
2011	Participação do presidente Lugo nas cerimônias de posse da presidente Dilma Rousseff (1º de janeiro).
2013	Participação da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse do presidente Horacio Cartes (15 de agosto).
2013	Encontro entre os presidentes Horacio Cartes, Nicolás Maduro e Dilma Rousseff à margem da Cúpula da UNASUL, em Paramaribo (30 de agosto).
2013	Visita de Estado do presidente Horacio Cartes ao Brasil (30 de setembro).
2013	Cerimônia de Inauguração da Linha de Transmissão da Subestação de Villa Hayes, com a presença da presidente Dilma Rousseff e do presidente Horacio Cartes (29 de outubro).
2015	Participação do presidente Horacio Cartes nas cerimônias de posse da presidente Dilma Rousseff (1º de janeiro).
2015	Visita de trabalho do ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro

	Vieira, ao Paraguai (13 de março).
2015	Visita de trabalho do chanceler Eladio Loizaga ao Brasil (15 de julho).
2016	Reunião dos ministros das Relações Exteriores e da Defesa (formato 2+2) do Brasil e Paraguai, em Assunção (4 de abril).
2016	Visita de trabalho do chanceler Eladio Loizaga ao Brasil (8 de junho).
2016	Assinatura do Acordo entre o Brasil e o Paraguai para a construção de uma ponte rodoviária sobre o rio Paraguai, entre Porto Murtinho e Carmelo Peralta (8 de junho).
2016	Visita de trabalho do presidente Michel Temer a Assunção (3 de outubro).
2016	Participação do chanceler Eladio Loizaga na 1ª Reunião Ministerial do Cone Sul sobre Segurança nas Fronteiras (16 de novembro).
2017	Visita do ministro Aloysio Nunes ao Paraguai (27 a 28 de março).
2017	Visita de Estado do presidente Horacio Cartes ao Brasil (21 de agosto).
2017	Visita do chanceler Eladio Loizaga ao Brasil (23 de novembro).
2017	Assinatura do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas (23 de novembro).
2018	Visita do presidente eleito Mario Abdo ao Brasil (11 de junho).
2018	Assinatura do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a construção de uma ponte internacional Sobre o rio Apa entre o distrito de San Lázaro e o município de Porto Murtinho.
2018	Participação do presidente Michel Temer na cerimônia de posse do presidente Mario Abdo Benítez (15 de agosto).
2018	Visita do chanceler Luis Alberto Castiglioni ao Brasil (11 de setembro).
2018	Encontro entre os presidentes Michel Temer e Mario Abdo Benítez na Usina Hidrelétrica de Itaipu e firma da Declaração Presidencial Conjunta Brasil-Paraguai sobre Integração Física (21 de dezembro).
2019	Participação do presidente Mario Abdo Benítez na cerimônia de posse do presidente Jair Bolsonaro (1 de janeiro).
2019	Encontro entre os presidentes Jair Bolsonaro e Mario Abdo Benítez na Usina Hidrelétrica de Itaipu, à margem da posse do diretor-geral brasileiro de Itaipu Binacional (26 de fevereiro).
2019	Visita de trabalho do presidente Mario Abdo Benítez ao Brasil (12 de março).
2019	Encontro entre os presidentes Jair Bolsonaro e Mario Abdo Benítez, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da Ponte da Integração, no

	Marco das Três Fronteiras, em Foz do Iguaçu (10 de maio).
2019	Encontro entre os presidentes Jair Bolsonaro e Mario Abdo Benítez à margem da 55ª Cúpula do Mercosul, em Bento Gonçalves/RS (5 de dezembro).
2020	Visita do chanceler Ernesto Araújo ao Paraguai (3 de fevereiro).
2020	Visita dos presidentes Jair Bolsonaro e Mario Abdo Benítez às obras da Ponte da Integração (1 de dezembro).
2021	Visita do chanceler Euclides Acevedo a Brasília, ocasião em que se encontrou com o presidente Jair Bolsonaro e com o chanceler Ernesto Araújo.

EMBAIXADA DO BRASIL EM ASSUNÇÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR FLÁVIO SOARES DAMICO

Transmito relatório atualizado de minha gestão nesta Embaixada, a título de subsídio sintético à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

INTRODUÇÃO

2. As complexas, densas e profundas relações entre o Brasil e o Paraguai, com seus períodos de maior parceria e cooperação, assim como eventuais desencontros, são, obviamente, determinadas pelas contingências da história e, sobretudo, da geografia. A fronteira do Brasil com o Paraguai tem extensão de 1,3 mil km (um terço dos quais é fronteira seca). É a mais densa e das mais permeáveis, além de ser a mais habitada e a mais próxima dos maiores centros populacionais do Brasil. Intensas relações econômicas e sociais se desenvolvem nessa fronteira, com benefícios mútuos, mas também riscos e preocupações. Aos fluxos legais de pessoas, bens, mercadorias e moedas soma-se a problemática de seus movimentos ilegais, favorecidos pela vizinhança territorial e pela dualidade de ordenamentos jurídicos e consequente duplicação de órgãos de controle e segurança, razão pela qual a cooperação entre os dois países permanecerá imperativa. Tendo presente a importância das relações Brasil - Paraguai, segue relato sumário das principais realizações de minha gestão à frente da Embaixada em Assunção, bem como das dificuldades enfrentadas. Buscarei, por fim, traçar sugestões ao meu sucessor.

POLÍTICA EXTERNA E O CONTEXTO DE CRISE SANITÁRIA

3. Durante minha gestão, iniciada em dezembro de 2019, o governo do presidente Mario Abdo Benítez (Partido Colorado, Añetete), empossado em agosto de 2018, defrontou-se com cenário difícil. A primeira tentativa de impedimento do presidente ocorreu em agosto de 2019. Nos dois anos

seguintes, o governo defrontou-se com grave crise econômica e social provocada pela pandemia da Covid-19 e que, no seu momento mais agudo, em março de 2021, levou a nova tentativa malograda de "juicio político" do presidente. Nesse contexto de turbulência, a diplomacia paraguaia esteve a cargo de três chanceleres sucessivos: Antonio Rivas (de 30/7/2019 a 12/10/2020), Federico González (de 12/10/2020 a 23/1/2021) e Euclides Acevedo (a partir de 23/1/2021).

4. A política externa paraguaia caracteriza-se pelo alinhamento a princípios universais - a defesa da liberdade, dos direitos humanos e da democracia. A Chancelaria local tem-se esforçado para projetar a imagem de país confiável, respeitador do direito internacional e do multilateralismo.

5. O agravamento da situação epidemiológica do Paraguai na segunda onda da COVID impeliu o governo a direcionar sua política externa para a diplomacia da saúde. A partir de fevereiro deste ano, as restrições vigentes mostraram-se insuficientes para a manutenção da relativamente baixa média de casos e óbitos. Sem capacidade laboratorial para produzir vacinas, o Paraguai dependia de compras e doações para levar adiante sua campanha de vacinação. Os esforços da diplomacia paraguaia resultaram, até o momento, no recebimento de pouco mais de 2,7 milhões de imunizantes adquiridos pelo governo. No âmbito da Covax Facility, foram compradas quase 4,3 milhões de doses e apenas 569 mil foram entregues. As doações de imunizantes feitas ao Paraguai ultrapassaram a marca de 4 milhões de doses. Destacam-se as substanciais doações feitas pelos EUA (2 milhões de doses), Espanha (977 mil doses), México (300 mil) e Índia (200 mil). Outros vizinhos sul-americanos (Chile, Colômbia e Uruguai) e os Emirados Árabes Unidos fizeram doações.

6. Atualmente, quase 6 milhões de doses de imunizantes contra a Covid-19 foram ministradas no país, com cobertura vacinal de 45% (ao menos uma dose aplicada). Assim, 35% da população total passou pelo ciclo completo de imunização. Autoridades sanitárias estão investindo em campanhas de conscientização e em estratégias de vacinação em escolas e nos domicílios, uma vez que significativa parcela da população, em especial nas zonas rurais, segue avessa à vacinação.

7. A cooperação brasileira, no contexto de pandemia, concentrou-se na doação de testes de detecção da Covid-19, no repasse de 30 ventiladores mecânicos de lote doado ao Brasil pelos EUA, além de autorizações para exportação extraordinária de 3,5 mil toneladas de oxigênio hospitalar, em momento de grande escassez no mercado local. O Brasil compartilhou com o Paraguai, ademais, protocolos de manejo de pacientes acometidos pela Covid-19 e de teleatendimento.

VISITAS OFICIAIS

8. Com a pandemia, o intercâmbio de visitas de autoridades e de missões empresariais entre Brasil e Paraguai foi drasticamente afetado. Ainda que o trânsito de passageiros tenha sido reestabelecido no segundo semestre do mesmo ano, a crise sanitária seguiu inibindo a realização de encontros presenciais. Desde minha chegada no Posto (2/12/2019), realizaram-se dois encontros bilaterais entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente Mario Abdo (em Foz do Iguaçu, 1/12/2020, e em Brasília, 24/11/2021), estando previsto um terceiro em Porto Murtinho/Carmelo Peralta para 13/12/2021, além da presença do mandatário paraguaio em Brasília na Cúpula do Mercosul (17/12/2021).

9. O então chanceler do Brasil, Ernesto Araújo, realizou viagem oficial a Assunção em 3/2/2020. Foi recebido pelo presidente Mario Abdo Benítez e pelo chanceler paraguaio Antonio Rivas. Em 11/2/2020, o então secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Marcos Troyjo, realizou visita a esta capital, ocasião em que foram assinados o Acordo de Complementação Econômica entre Brasil e Paraguai e seu primeiro Protocolo Adicional, estabelecendo acordo automotivo entre os dois países. Entre os dias 3 e 4/5/2021, o presidente do Parlamento do Mercosul (PARLASUL), Deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP) visitou Assunção para participar de reuniões de coordenação com a Representação Paraguaia no PARLASUL. Da parte paraguaia, realizaram-se visitas a Brasília do ministro das Relações Exteriores, Euclides Acevedo (em 17/3/2021 e em 5/11/2021), da ministra da Justiça, Cecilia Pérez (30/1/2020), e do ministro do Interior, Arnaldo Giuzzio (1/6/2021).

10. Autoridades dos entes federativos também realizaram missões ao Paraguai durante minha gestão. O governador do estado do Paraná, Carlos Roberto Massa Ratinho Júnior, visitou oficialmente o país (28 e 29/6/2021), tendo se reunido com o presidente Mario Abdo Benítez e com o presidente da Administração Nacional de Energia (ANDE), Félix Sosa. Além disso, a Secretária de Turismo do Distrito Federal, Vanessa Mendonça, visitou Assunção (17 e 18/12/2019), com o objetivo principal de divulgar o estabelecimento de ligação aérea entre Brasília e Assunção. O novo voo, contudo, segue suspenso desde o início da pandemia.

INTEGRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

11. As iniciativas de integração física em curso entre os territórios dos dois países são de extrema importância para o Paraguai, uma vez que as redes de transporte locais não acompanharam o acentuado crescimento do fluxo de passageiros e de cargas registrado nas últimas décadas. No âmbito paraguaio, a gestão do presidente Mario Abdo Benítez caracteriza-se como aquela que mais asfaltou rodovias na história do país, aproximadamente 2,5 mil km até o momento. Ressalta-se também que os investimentos em infraestrutura contribuíram para sustentar a demanda agregada, sustentando o nível de atividade da economia na vigência das medidas de restrição para conter a COVID-19. Igualmente, os projetos de construção de pontes internacionais entre Brasil e Paraguai ampliarão o reduzido número de conexões físicas do país.

12. Em 2019, os presidentes Jair Bolsonaro e Mario Abdo Benítez reiteraram a Declaração Presidencial sobre Integração Física assinada no ano anterior. Confirmou-se que a margem brasileira de Itaipu financiaria a construção da segunda ponte internacional sobre o Rio Paraná (Foz do Iguaçu-Presidente Franco), ao passo que a margem paraguaia custearia a construção da ponte internacional sobre o Rio Paraguai (Porto Murtinho-Carmelo Peralta). Além disso, houve acordo para construção de ponte internacional sobre o Rio Apa, ainda pendente de aprovação parlamentar no Brasil. A ponte sobre o Rio Paraná apresenta atualmente avanço superior a 73%, com previsão de conclusão em setembro de 2022. Sobre a ponte sobre o Rio Paraguai, o ato de lançamento de sua pedra fundamental deverá ocorrer em 13/12, em cerimônia com

a participação dos presidentes dos dois países. Esta última ponte integra o Corredor Bioceânico, interligando portos nos oceanos Atlântico e Pacífico, passando por Brasil, Paraguai, Argentina e Chile.

ITAIPU

13. A usina Itaipu Binacional constitui tema prioritário do relacionamento Brasil-Paraguai. No Brasil, sua importância decorre do fato de ser responsável pelo fornecimento de cerca de 11% de toda a energia consumida em território nacional. Já no país vizinho essa relevância é ainda maior: Itaipu gera a quase totalidade do fornecimento elétrico nacional (88% em 2020). Os recursos transferidos pela usina ao país desempenham papel central no orçamento paraguaio e no financiamento de investimentos em diferentes setores econômicos. Em 2020, esses aportes chegaram a 13% das receitas fiscais do país.

14. A relevância da questão de Itaipu aumenta à medida que se aproxima o processo de revisão do Anexo C de seu Tratado, previsto para ocorrer a partir de 13 de agosto de 2023. Em fevereiro passado, o governo paraguaio formalizou o interesse de antecipar para 2021 o início das negociações. Por ocasião da visita do chanceler Euclides Acevedo a Brasília, em 5/11, Brasil e Paraguai concordaram em elaborar calendário de reuniões presenciais.

15. O interesse paraguaio explica-se por esse país entender que as cláusulas do Anexo C estabelecem que a tarifa se reduzirá automaticamente com a progressiva quitação da dívida da Binacional. Com isso, haveria redução tarifária, que culminaria com um rebaixamento de aproximadamente 60% de seu valor atual em função do pagamento total da dívida e de seu serviço em 2023. Esse montante totaliza cerca de US$ 2 bilhões anuais, quantia que, quando saldada, deixaria de fazer parte dos custos da hidrelétrica.

ECONOMIA

16. O desempenho da economia paraguaia tem sido consistentemente superior ao dos demais países do MERCOSUL. Desde a criação do bloco em 1991, o PIB paraguaio, a renda per capita do país e seu comércio exterior ganharam terreno em relação aos demais parceiros. Esse bom desempenho pode ser atribuído tanto à abertura econômica e ao acesso preferencial aos mercados regionais, quanto à competente gestão macroeconômica do país.

17. A política econômica paraguaia caracteriza-se pelo sistema de metas de inflação, câmbio flexível, orçamentos equilibrados e normas rígidas de responsabilidade fiscal. Assim, o governo não pode apresentar orçamento anual com déficit superior a 1,5%. A relação dívida/PIB situa-se em patamar confortável (35,5%), resultado do controle de gastos e de longo ciclo de expansão econômica. A disponibilidade de recursos nas instituições financeiras multilaterais e regionais, a juros baixos, tornaram atraente o recurso ao endividamento externo, que passou de 6,7% do PIB em 2011 a 35,5% em 2021. Assim mesmo, melhorou o "credit rating" do país, aproximando-o do grau de investimento nas três principais agências de classificação de risco.

18. O impacto da crise sanitária na economia foi relativamente reduzido, provocando queda de apenas 0,6% no PIB em 2020, projetando-se crescimento de 4,5% em 2021 e em 2022, em linha com a média da região. Esse resultado tem como motor o desempenho do agronegócio, setor que cresceu 7,1% no último ano, com previsão de crescimento de 11,5% em 2021.

19. Entre os setores mais dinâmicos da economia paraguaia, saliente-se o agronegócio, que representa 10% do PIB, 19% dos empregos, mais de 25% dos créditos bancários e 38,7% das exportações (que passam a 86,2%, caso se contabilizem os manufaturados de origem agropecuária). Outro setor com bom desempenho nos últimos anos é o da maquila. Destaca-se, em especial, a indústria de autopeças, com os cabos e chicotes elétricos, que se mostra bem integrada economicamente à cadeia produtiva brasileira.

20. A inflação está em níveis baixos, comparando com os demais países da região. A expectativa de inflação para o

ano de 2021, segundo estudo divulgado pelo Banco Central Paraguaio (BCP) em novembro, é de 6,3%. Para 2022, é de 4,3%, maior do que em 2020 (2,2%) e em 2019 (2,8%). A cotação do guarani, apesar de flutuações no período, manteve-se como uma das moedas mais estáveis da América do Sul. De todo modo, o BCP tem elevado a taxa de juros de referência, com aumentos em outubro e em novembro, hoje situada em 4% ao ano.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

21. O Brasil é o maior parceiro comercial do Paraguai, responsável por aproximadamente 1/3 do comércio internacional guarani em 2020. A balança comercial com nosso país é superavitária para o Paraguai, quando contabilizada a exportação de energia. A pauta exportadora guarani tem-se diversificado ao longo dos anos, graças à ascensão da indústria da maquila e do agronegócio. Seguem favoráveis as perspectivas de aumento da integração produtiva no âmbito do MERCOSUL.

22. Com respeito às exportações brasileiras, a pauta mantém-se muito diversificada e composta por bens de alto valor agregado. Em 2020, 96% dos itens da pauta eram compostos por produtos industrializados. No ano passado, os produtos mais exportados foram adubos ou fertilizantes químicos (5,1% de participação na pauta), seguidos por produtos da indústria de transformação (4,6%); bebidas alcoólicas (3,4%); veículos automotores para passageiros (3,3%); e inseticidas (3,3%).

23. Em termos de investimentos no Paraguai, o Brasil ocupa posição de destaque no país vizinho. Tanto em termos de fluxo, quanto de estoque, nosso país ocupa a segunda posição, atrás apenas dos Estados Unidos. Em termos de fluxo, no último ano registrado pelo Banco Central do Paraguai (2019), Brasil e EUA representaram, juntos, mais de 80% dos investimentos no país. De todo modo, os investimentos estrangeiros diretos seguem sendo pouco significativos (menos de 1% do PIB/ano).

DEFESA, CRIME TRANSNACIONAL E COOPERAÇÃO JURÍDICA

24. A cooperação bilateral em segurança pública e inteligência cresce em importância. A administração guarani tem mantido engajamento nas iniciativas conjuntas com o Brasil pela via da cooperação entre os Ministérios de Justiça/Interior, e também com ações de capacitação promovidas pela Polícia Federal junto a agências paraguaias - Polícia Nacional Paraguaia, a Secretaria Nacional Anti-Drogas, a Secretaria de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e a Diretoria de Migrações. Também se destaca a cooperação jurídica como vetor dinâmico da agenda bilateral, notadamente quanto a expulsões e extradições. O Paraguai recorre frequentemente ao instituto da expulsão sumária para o Brasil de cidadãos que respondam a processos criminais junto à Justiça brasileira, a qual tem como contrapartida a agilidade da Polícia Federal em recebê-los na fronteira.

AÇÕES REALIZADAS

25. Quanto à cooperação técnica, Brasil e Paraguai mantêm carteira de projetos em áreas como produção de melado, gestão de recursos hídricos, desenvolvimento da silvicultura clonal, padrões técnicos elétricos e meteorológicos. Conforme acordado na I reunião de monitoramento e avaliação do programa de cooperação técnica bilateral, será avaliada a possibilidade de expandi-la com iniciativas em novas áreas – formação profissional; defensoria pública; mineralogia; cooperação penitenciária; combate à dengue; farmacopeia; vigilância sanitária nas fronteiras; sistemas de água; capacitação em terapia intensiva. O Brasil também participa de projetos para o fortalecimento da cadeia de algodão, com a FAO e com a OIT, para a promoção do trabalho decente.

26. Nas relações econômicas, o principal avanço recente foi o acordo automotivo, assinado em fevereiro de 2020 e que entrou em vigência em setembro do mesmo ano. O acordo ofereceu maior previsibilidade jurídica à integração da cadeia produtiva no setor.

27. Apesar de afetada pela crise sanitária, a promoção comercial recorreu à realização de eventos via internet. A Expo Paraguai-Brasil, em outubro deste ano, levou à conclusão de negócios no valor de USD 121,7 milhões. Foram também realizados diversos "webinars" em parceria com o Ministério

da Indústria e Comércio paraguaio, a Câmara de Comércio e a SP Negócios, para setores como arquitetura, massas e biscoitos e pequenas e médias empresas exportadoras. Destaca-se, ainda, palestra virtual do senhor vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, sobre o tema "Perspectivas da Integração e Cooperação entre Paraguai e Brasil", realizada em junho último, por ocasião da comemoração dos 20 anos da CCPB.

28. Em temas de defesa, segurança e gestão de fronteiras, a embaixada conta com sete adidâncias: das três Forças e de Defesa, um adido da Polícia Federal, um da Receita Federal do Brasil (RFB) e dois da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

29. A Operação Nova Aliança, iniciativa da PF e da Secretaria Nacional Antidrogas do Paraguai (Senad), logrou retirar de circulação 4,6 mil toneladas de maconha em 2020 e 6,3 mil toneladas em 2021. A PF também coopera, a partir de sua "Base Guarani" instalada na Senad, para descapitalizar e desestruturar organizações criminosas transnacionais, com as Operações "Spectrum" e "Status" para combater o tráfico de cocaína para o Brasil e a lavagem de dinheiro. A PF assinou também memorando com a Diretoria de Material Bélico, em outubro de 2021, sobre rastreamento de armas e combate ao descaminho.

30. A visita oficial do ministro do Interior do Paraguai ao Brasil, em junho passado, culminou na assinatura de dois importantes convênios com o MJSP: estabelecimento do Comando Bipartite de segurança na fronteira entre Ponta Porã (MS) e Pedro Juan Caballero (que replica a experiência do Comando Tripartite de Foz do Iguaçu); e instalação de oficial de ligação da Polícia Federal junto à Polícia Nacional paraguaia, nos moldes de parceria com a Senad.

31. A adidância da RFB mantém canais de diálogo com o Ministério da Fazenda e com a Direção de Aduanas do Paraguai, o que tem permitido agilizar o intercâmbio de informações nas investigações sobre contrabando e evasão fiscal. Além disso, ressalte-se o apoio da RFB e da PF a órgãos paraguaios no contexto da avaliação do Paraguai pelo Grupo de Ação Financeira da América Latina (Gafilat). Na área de

inteligência, os adidos civis dão prosseguimento a atividades de apoio institucional à Secretaria Nacional de Inteligência do Paraguai (SNI), além de viabilizar acompanhamento adicional de temas estratégicos.

32. Na área da defesa, renovou-se, até 2026, o acordo para o estabelecimento da Cooperação Militar Brasileira no Paraguai (CMBP), mantida pelo Exército Brasileiro, responsável por estreitar a cooperação com fins científicos, culturais, tecnológicos e de aperfeiçoamento profissional. A comemoração dos 79 anos da CMBP, em 27/10, contou com a presença do General do Exército Júlio César de Arruda, diretor do Departamento de Engenharia e Construção. Outro tema positivo na agenda foi a doação de seis obuseiros autopropulsados M-108 para o Exército paraguaio.

33. A adidância naval mantém essencial diálogo e atividade de instrução com militares da ARPAR. A adidância da FAB e a Missão Técnica Aeronáutica do Brasil (MTAB) têm sido essenciais no diálogo sobre vigilância do espaço aéreo deste país, para fins tanto de defesa quanto de combate a ilícitos praticados por aeronaves, reforçado pela assinatura, em 2020, do Ajuste Complementar entre a FAB e a Direção Nacional de Aeronáutica Civil do Paraguai (DINAC), para execução do "Acordo de Cooperação Mútua entre Brasil e Paraguai para Reprimir o Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais". Por fim, as gestões referentes à venda de produtos de defesa brasileiros ao Paraguai, em particular os seis aviões A-29 SuperTucano da Embraer, foram comprometidas pelas limitações orçamentárias do governo local.

34. Na cooperação cultural, as circunstâncias da pandemia impuseram que seu foco se dirigisse aos meios digitais. O posto aumentou em aproximadamente 60% o número de seus seguidores nas redes sociais em dois anos (de 45 mil, em 2019, para 71,4 mil, em novembro de 2021). No período de suspensão de atividades, foram reformados os espaços culturais do Posto, os quais foram reinaugurados, em 25 de novembro, com exposição fotográfica em parceria com o Ministério da Cultura local e a presença do titular da Pasta.

35. Busquei identificar, ao longo de minha gestão, nichos culturais de grande potencial, como o da arquitetura e da arte modernista. Mesa redonda virtual, realizada no final de outubro, contou com a participação do maior arquiteto paraguaio da atualidade, Solano Benítez, o arquiteto brasileiro de renome, Angelo Bucci, e o Embaixador André Corrêa do Lago, jurado do Prêmio Pritzker.

36. Nos temas educacionais, os programas PEC-G e PEC-PG continuam a ser as principais ferramentas da diplomacia brasileira no Paraguai. Foi criado grupo de ex-alunos, de modo a potencializar os vínculos entre o Brasil e o grande número de paraguaios que estudaram em nosso país. Por fim, gestões da Embaixada lograram superar as dificuldades na homologação dos diplomas obtidos junto a universidades brasileiras.

37. O ensino de português como língua de herança (PLH) foi iniciado com projeto experimental no último mês de setembro. À luz da grande comunidade brasiguaia no país, parece-me importante que a Embaixada desenvolva projetos de PLH que mantenham os descendentes de brasileiros vinculados à língua e à cultura brasileira.

PRINCIPAIS DESAFIOS E DIFICULDADES

38. No que se refere a Itaipu, apesar de persistirem diferenças de percepções entre os atores paraguaios, parece predominar corrente que defende a manutenção - ou ligeira redução - do valor atual da tarifa de energia da hidrelétrica, o que resultaria na elevação do valor das transferências de recursos de Itaipu ao país. São menos influentes os que advogam a redução tarifária, de maneira que o menor custo da energia elétrica na central seja repassado ao consumidor final, com reflexos positivos na promoção da atividade industrial e no aumento das taxas de crescimento.

39. Mesmo não tendo sido iniciadas formalmente as negociações formais sobre a revisão do Anexo C, a questão da fixação da tarifa de Itaipu apresentou-se antecipadamente aos dois países, por ocasião da definição do orçamento da usina para

2022. Assim, as discussões sobre o ponto central na revisão do Anexo C - o valor da tarifa de Itaipu - têm ocorrido não apenas em âmbito técnico na Binacional, mas igualmente entre autoridades de alto nível dos dois países. Destaca-se, nesse sentido, o tratamento da questão pelos chanceleres em 5/11, bem como pelos presidentes em 24/11, por ocasião da visita ao Brasil do presidente Mario Abdo Benítez. Nessas oportunidades, o lado paraguaio defendeu a manutenção da tarifa nos patamares atuais até 2023.

40. A revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu transcorrerá em contexto marcado pela relativa coincidência dos calendários políticos no Brasil e no Paraguai. Além disso, como é natural, o processo será de forma transparente junto à opinião pública dos dois países, elevando a complexidade das negociações. Faz-se necessário atentar para a sensibilidade local sobre as questões relativas a Itaipu, que, por ocasião da discussão da Ata Bilateral de 2019, desencadearam crise política que culminou na primeira tentativa de impedimento do presidente Mario Abdo Benítez, em agosto daquele ano.

41. Quanto à questão fundiária, cidadãos brasileiros radicados neste país seguem sofrendo as consequências da falta de segurança jurídica no campo. Em março de 2021, o Posto recebeu denúncia sobre a falta de resolução de crimes sofridos por membros da comunidade brasileira de Alto Paraguai, no Chaco, assim como sobre a situação de insegurança enfrentada no local. Na percepção de produtores brasileiros, persistem sentimentos negativos em relação a brasileiros no Paraguai, sobretudo em áreas rurais mais afastadas.

42. Em contatos com as autoridades competentes, a Embaixada tem buscado mostrar que a falta de garantias para os produtores não se coaduna com a imagem que o Paraguai busca projetar a respeito do meio rural do país, na tentativa de angariar investimentos produtivos. Aqueles produtores de origem brasileira integrados a associações de classe, como a Associação Rural do Paraguai (ARP) e a União de Grêmios de Produtores (UGP), têm sua posição relativamente resguardada, ainda que sofram com a deterioração das condições de segurança no campo. Cabe assinalar que está em tramitação no

Congresso paraguaio lei que prevê pena de seis anos de prisão para invasores de terras.

43. Quanto ao combate a organizações criminosas estruturadas e de alcance regional, tema de especial interesse para o Brasil, reformas legislativas para endurecer a repressão, como o pacote de leis contra a lavagem de dinheiro, promulgado em 2020, deparam-se, por vezes, com dificuldades na sua implementação. Da mesma forma, ações locais de combate ao contrabando de mercadorias para o Brasil carecem de continuidade e não logram desmantelar organizações criminosas que operam no segmento. Trata-se de atividade econômica, particularmente ligada à indústria do cigarro, que contribui para a arrecadação de impostos e a geração de empregos no Paraguai e com grande influência política.

44. O cenário de superlotação em grande parte do sistema prisional paraguaio, onde as facções criminosas têm encontrado terreno fértil para expandir-se, por vezes com a conivência de agentes públicos, impõe a necessidade de aprimorar-se a cooperação brasileira em inteligência penitenciária.

45. Com respeito ao controle de armas e munições, avanços na legislação local, em 2018, não produziram os resultados esperados no combate ao tráfico desses artefatos para o Brasil. Espera-se que o convênio DIMABEL-PF, de 2021, melhore a situação de rastreamento no Paraguai, de armamentos apreendidos em território brasileiro. Também conviria reforçar junto ao governo paraguaio a necessidade de ratificação do "Memorando de Entendimento para a Cooperação em Matéria de Combate ao Tráfico Ilícito de Armas de Fogo e Munições", instrumento assinado em 2006 e já ratificado pelo Brasil.

46. As ações do grupo armado EPP (Exército do Povo Paraguaio) e suas dissidências, como o sequestro do ex-vice-presidente Óscar Denis, em setembro de 2020, continuam a impor desafios severos à Força-Tarefa Conjunta do Paraguai (FTC), o que gera demanda paraguaia de apoio externo de países vizinhos, como o Brasil, para combater esses grupos.

SUGESTÕES E POSSÍVEIS LINHAS DE ACÃO

47. A centralidade do tema da renegociação do Anexo C do Tratado de Itaipu no Paraguai, especialmente no período pré-eleições presidenciais de 2023, demandará grande atenção de meu sucessor. O tom emocional que domina o discurso nacionalista sobre a usina e a falta de conhecimento sobre a estrutura do mercado de energia brasileiro dificultam o engajamento no debate público local, o que recomenda atuação preferencial junto ao parlamento e aos formadores de opinião.

48. Tendo em conta o rápido fortalecimento de facções criminosas instaladas na frágil estrutura prisional deste país, avalio ser do interesse brasileiro que o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) prossiga com iniciativas de cooperação para compartilhar procedimentos e sistemas de controle adotados em presídios federais brasileiros.

49. A relevância da agenda do combate à lavagem de dinheiro no Paraguai e seus impactos na descapitalização de organizações criminosas em ambos os lados da fronteira fazem com que seja oportuno engajar agências paraguaias como o Ministério Público e a Secretaria de Prevenção à Lavagem de Dinheiro ou Bens (Seprelad), que possuem atribuições semelhantes às do COAF.

50. Por fim, caberia avaliar as necessidades paraguaias de aprimorar seus meios técnicos de monitoramento e controle do espaço aéreo e de vias fluviais. Quanto ao espaço aéreo, valeria considerar os pedidos de compartilhamento de sinal de radares brasileiros para detectar o tráfego de aviões de pequeno porte. Sobre a fiscalização da Hidrovia Paraguai-Paraná, haveria que elevar a capacidade técnica dos órgãos de inspeção de embarcações pela via da cooperação entre a Polícia Federal e a Receita Federal com a Armada Paraguaia e a Direção de Aduanas.

51. No âmbito da cooperação educacional, haveria que reforçar a relação com a Universidad Nacional de Asunción (UNA), principal instituição de ensino local, e a reforma do Programa de Leitorado, cujos resultados foram afetados pela falta de contrapartidas dos parceiros locais. Iniciativas

como promover interações da UNA com instituições de ensino brasileiras parecem promissoras.

52. No comércio bilateral, em particular quanto à indústria da maquila e à integração produtiva no setor automobilístico, a despeito da entrada em vigor do acordo automotivo, ainda persiste insegurança jurídica. Com efeito, resta pendente a questão da tributação das exportações realizadas antes de setembro de 2020, o que tem gerado inquietação nos empresários do setor.

53. No que tange à promoção comercial, julgo que seja profícuo continuar a manter ações de promoção, "matchmaking" e divulgação da marca Brasil. Nesse sentido, a parceria com entidades como a SP Negócios e a Câmara de Comércio Paraguai-Brasil é um facilitador, e pode ser aprofundada e expandida, com a prospecção e adesão de novos parceiros. A retomada de ações presenciais oferecerá novas oportunidades de interação.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM ASSUNÇÃO

Candidato: EMBAIXADOR JOSÉ ANTONIO MARCONDES DE CARVALHO

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho



Nascido em Porto Alegre/RS, em 18 de março de 1953, o embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho é formado em Direito pela Universidade do Distrito Federal (UDF). Ingressou no Instituto Rio Branco em 1975. No Brasil, trabalhou como assessor da Divisão de Produtos de Base, de 1976 a 1978, da Divisão de Energia e Recursos Minerais, de 1978 a 1980, e do Departamento Econômico, de 1980 a 1982. Entre 1991 e 1991, foi subchefe da Divisão Especial do Meio Ambiente. Foi assessor, adjunto, para Assuntos Sociais da Presidência da República, de 1991 a 1992. Entre 1992 e 1993, foi assessor e chefe de gabinete da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior. Foi chefe da Divisão de Integração Regional (1998-1999) e Diretor de Integração Latino-Americana (1999-2003) e Integração (2003-2007). De 2013 a 2018, foi Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia.

No exterior, além de ter participado de numerosas missões, o embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho serviu nas Embaixadas do Brasil em Washington (de 1982 a 1987) e Havana (de 1987 a 1990), além da Missão do Brasil junto às Nações Unidas (de 1993 a 1998). Entre 2007 e 2010, foi Representante Permanente do Brasil junto à FAO e embaixador do Brasil na Venezuela, de 2010 a 2013. Desde 2018, chefia a Embaixada do Brasil na Áustria.

O embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho possui vasta experiência profissional, incluindo funções de grande relevância para a diplomacia brasileira, no Brasil e no exterior. A confirmação de sua indicação para e Embaixada em Assunção em muito contribuiria para o tratamento dos interesses brasileiros junto à República do Paraguai, país com o qual o Brasil compartilha o emblemático projeto da Itaipu Binacional, assim como densa agenda bilateral em temas como integração de infraestrutura, comércio e investimentos, bem como combate a ilícitos transnacionais.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE[1])

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Desenvolver e intensificar, de forma integrada e com visão global, as relações do Brasil com o Paraguai, em todos os âmbitos e níveis, prestando contas ao governo brasileiro e esclarecendo os entes federados interessados e a opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações Brasil-Paraguai, inclusive sobre sua incidência no âmbito regional e internacional. Representar, promover e defender os interesses brasileiros no Paraguai, almejando a maximização de benefícios concretos para o Brasil, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

MISSÃO DO POSTO

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a República do Paraguai, assim como fomentar a cooperação bilateral em todos os âmbitos e níveis.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com o Paraguai nos âmbitos bilateral, regional (sul-americano, latino-americano e hemisférico) e internacional, assim como a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado paraguaio, com foco na prosperidade da sociedade brasileira e no desenvolvimento sustentável de ambos os países.
2. Apoiar, promover e defender os interesses brasileiros no âmbito da Itaipu Binacional, em particular haja vista o processo negociador para revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu.
3. Desenvolver uma cooperação ampla e produtiva com o Paraguai em áreas de interesse comum, como combate ao crime organizado transnacional, cooperação fronteiriça, projetos de integração e colaboração no âmbito do MERCOSUL.
4. Promover a imagem e a cultura do Brasil no Paraguai, em especial mediante fomento ativo da língua portuguesa e da cultura brasileira no Paraguai.
5. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio de articulação com o governo paraguaio.
6. Fortalecer as relações com o Paraguai, com os mecanismos de integração subregional de que faz parte e, por consequência, com toda a América do Sul.
7. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros no Paraguai prospectando oportunidades e apoiando as empresas e investidores brasileiros.
8. Apoiar e desenvolver a diplomacia da inovação.
9. Apoiar e promover o desenvolvimento das relações de Estados e Municípios brasileiros, especialmente os fronteiriços, com o Estado paraguaio, seus departamentos e cidades.
10. Apoiar e promover a diplomacia parlamentar brasileira no Paraguaia.
11. Promover o Brasil como destino turístico junto ao público paraguaio.
12. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do Posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e qualidade.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) **Apoiar tratativas de coooperação em matéria de saúde animal e vegetal com vistas ao permanente melhoramento das condições sanitárias e fitosanitárias nos dois países.**
   - *Estreitamento dos contatos com o Governo paraguaio, bem como com associações de classe e empresários do setor*
2) **Promover maior abertura do mercado paraguaio aos produtos do Brasil, inclusive por meio de apoio aos interesses brasileiros em negociações no âmbito do MERCOSUL.**

   - *Acompanhamento da perspectiva paraguaia dos trabalhos do MERCOSUL e realização de gestões para o incremento do diálogo com autoridades paraguaias;*
   - *Apoio às presidências pro tempore brasileiras do MERCOSUL;*
   - *Apoio ao diálogo político e técnico junto ao Governo paraguaio sobre os exercícios de revisão da TEC e do Regime de Origem do MERCOSUL, buscando maior interlocução em temas de sensibilidade para o Paraguai, como a TEC e o setor açucareiro;*
   - *Em relação ao setor automotivo, apoio às discussões bilaterais técnicas e estratégicas, com vistas à convergência de posições no âmbito do Comitê Automotivo do MERCOSUL, visando a uma política automotiva comum baseada nos acordos bilaterais existentes;*
   - *Apoio ao diálogo político e técnico junto ao Governo paraguaio sobre a adoção do modelo brasileiro de rotulagem nutricional no âmbito do MERCOSUL.*

3) **Facilitar entendimentos em nível técnico e político com vistas à convergência de posições em foros multilaterais de comércio, em particular na OMC**
   - *Apoio ao diálogo político e técnico junto ao Governo paraguaio no campo multilateral, em particular na coordenação de posições junto à OMC, especialmente, nos temas de agricultura, medidas sanitárias e fitossanitárias, apoio doméstico e acesso a mercados.*

4) **Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com o Paraguai, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos**
   - *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos e serviços brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;*
   - *Continuidade dos esforços de atualização do Guia Como Exportar-Paraguai;*
   - *Organização de eventos de promoção de produtos e serviços brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado paraguaio;*
   - *Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes no Paraguai;*
   - *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;*
   - *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos brasileiros;*

- *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos paraguaios;*
- *Apoio a empresários e investidores paraguaios interessados no mercado brasileiro;*
- *Apoio a empresários e investidores brasileiros interessados no mercado paraguaio;*
- *Apoio a investidores brasileiros no seu processo de instalação no Paraguai ("after-care");*
- *Articulação de ações integradas com o escritório da Apex Brasil para a América do Sul, em particular projetos de integração produtiva;*
- *Desenvolvimento e aprofundamento de ações de promoção comercial e "matchmaking", em parceria com entidades como as federações de indústrias estaduais, a SP Negócios e a Câmara de Comércio Paraguai-Brasil;*
- *Promoção da participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas no Paraguai, como a Expo Paraguai-Brasil, a Expo MRA e a feira Innovar.*

5) Apoiar e incrementar os trabalhos da Câmara de Comércio Paraguai- Brasil

- *Ações de apoio e realização de eventos conjuntos com a Câmara de Comércio Paraguai-Brasil, visando a fortalecer os vínculos entre as comunidades empresariais dos dois países;*
- *Envolvimento, sempre que cabível, da Câmara de Comércio bilateral em ações de promoção comercial patrocinadas pelo Posto.*

6) Apoiar e promover a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira no Paraguai

- *Ações de apoio à realização de missões e eventos para promoção da indústria de defesa brasileira, com o ativo envolvimento dos adidos militares acreditados em Assunção;*
- *Apoio e acompanhamento a todas as tratativas bilaterais com o objetivo de aproximar a demanda paraguaia por equipamento militar e de polícia da oferta brasileira de bens e serviços na área de defesa;*
- *Promoção do melhor conhecimento recíproco das bases industriais de defesa dos dois países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre a resolução das pendências sanitárias e fitossanitárias.

2) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre eventual instrumento bilateral na área de saúde animal.

3) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações com vistas à abertura do mercado paraguaio aos produtos e serviços brasileiros.

4) Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais e a atores relevantes, de atividades de inteligência e promoção comercial e de ações realizadas;

5) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre temas econômico-comerciais**

6) **Número de reuniões da Câmara de Comércio Paraguai-Brasil realizadas durante a gestão**

7) **Número de missões e eventos de promoção da Base Industrial de Defesa brasileira**
Resultados estão relacionados a decisões do Governo paraguaio.

8) **Valor de eventuais aquisições pelo governo paraguaio de produtos da indústria de defesa brasileira**
Resultados estão relacionados a decisões do Governo paraguaio

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Apoiar e fortalecer a relação bilateral por meio da intensificação de visitas oficiais de lado a lado**
   - *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Paraguai e vice-versa;*
   - *Apoio substantivo e de cerimonial aos trabalhos preparatórios à realização de reuniões bilaterais;*
   - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e paraguaios, em formato presencial ou virtual;*
   - *Apoio a visitas de autoridades brasileiras ao Paraguai e de autoridades paraguaias ao Brasil, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos (Brasil) ou departamentais (Paraguai).*

2. **Acompanhar e atuar na defesa de interesses brasileiros no âmbito da Itaipu Binacional, à vista do processo negociador para revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu.**
   - *Acompanhamento de discussões e posicionamentos internos do governo paraguaio e dos diferentes partidos políticos e organizações da sociedade civil sobre o tema da Itaipu Binacional;*
   - *Apoio às negociações com vistas à criação da Comissão Binacional para Fiscalização de Contas da Itaipu Binacional;*
   - *Apoio e defesa dos interesses brasileiros no âmbito do processo negociador para revisão do Anexo C ao Tratado de Itaipu;*
   - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e paraguaios sobre o tema da Itaipu Binacional;*
   - *Continuidade do contato com formadores de opinião paraguaios e preenchimento de lacunas no seu entendimento sobre a organização do mercado brasileiro de energia e sobre o processo de tomada de decisões no Brasil com respeito às negociações de Itaipu.*

3. **Acompanhar e atuar, em todos os âmbitos, na promoção de projetos comuns de infraestrutura, em especial o desenvolvimento das Pontes Internacionais em curso.**
   - *Prestação de informações sobre o processo de construção da Ponte Internacional sobre o Rio Paraguai, entre Carmelo Peralta e Porto Murtinho (MS), a cargo do Paraguai, bem como acompanhar e participar da Comissão Mista relativa ao tema;*
   - *Prestação de informações sobre as obras de acesso do lado paraguaio à Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná– também denominada Ponte da Integração;*
   - *Apoio e defesa do interesse brasileiro no âmbito de tratativas sobre a promoção de projetos de infraestrutura bilaterais;*
   - *Acompanhamento do andamento do eventual processo de construção, por parte do Paraguai, da ponte sobre o Rio Apa.*

4. **Acompanhar e atuar na promoção do interesse brasileiro no âmbito da gestão comum e integrada das Bacias Hidrográficas**
   - *Acompanhamento e apoio ao desenvolvimento sustentável e a gestão Integrada das bacias hidrográficas dos rios Apa, Paraguai e Paraná;*
   - *Apoio e defesa do interesse brasileiro no âmbito de tratativas sobre a gestão das bacias hidrográficas comuns;*
   - *Apoio e defesa do interesse brasileiro no âmbito de tratativas sobre navegabilidade no âmbito das bacias hidrográficas comuns.*

5. **Administrar e ampliar onde possível a interlocução entre as duas Chancelarias**
   - *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o Governo paraguaio, por meio do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai;*
   - *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Paraguai, quando cabível;*
   - *Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais, quando cabível.*

6. **Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa paraguaia**
   - *Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa paraguaia, nos níveis nacional, regional e local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país e canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro no Paraguai;*
   - *Manutenção de intensos contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade paraguaia nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, militar e de segurança;*
   - *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa paraguaia, inclusive em suas vertentes*

de segurança e defesa, gestão fronteiriça, economia, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação ao Paraguai e sua ação regional e internacional;

- *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou de outros órgãos públicos por ela encaminhados.*

7. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral

- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e paraguaios;*
- *Apoio a iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e paraguaios;*
- *Acompanhamento das iniciativas dos parlamentares paraguaios no PARLASUL voltadas a promover seus interesses com respeito à negociação de Itaipu e outras matérias controversas.*

8. Contribuir para a cooperação entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e paraguaias

- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes governamentais, inclusive de entes federados brasileiros e entidades subnacionais paraguaias;*
- *Apoio à coordenação e cooperação na gestão integrada das fronteiras entre entidades de ambos os países;*
- *Apoio a iniciativas/projetos conjuntos entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e paraguaias.*

9. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral

- *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;*
- *Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo paraguaio para a abertura de negociação de acordos bilaterais;*
- *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado paraguaio.*

10. Apoiar e incrementar programa de cooperação técnica bilateral e ações de assistência humanitária

- *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos de cooperação técnica bilateral;*
- *Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo paraguaio para a abertura de negociação de acordos de cooperação técnica bilateral;*
- *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado paraguaio na matéria;*
- *Apoio à prestação de assistência humanitária.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões bilaterais realizadas por ano durante a gestão**

2) **Número de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano durante a gestão**

3) **Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa paraguaia e demais assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano**

4) **Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e paraguaios**

5) **Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos, formadores de opinião, etc.**

6) **Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e entidades subnacionais paraguaias**

7) **Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão**

8) **Número de acordos e instrumentos de cooperação técnica bilateral concluídos durante a gestão**

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais nos quais os dois países sejam membros**
   - *Elaboração sistemática de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários do Paraguai na Organização Mundial do Comércio, especialmente sobre as perspectivas paraguaias nas negociações sobre acesso a mercados e apoio doméstico em agricultura;*
   - *Elaboração sistemática de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Paraguai em foros multilaterais, como as Nações Unidas e demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros;*
   - *Diálogo com representantes governamentais paraguaios sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;*
   - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais.*

2. **Contribuir para maior concertação bilateral em organismos regionais nos quais os dois países sejam membros**

- *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários do Paraguai em organismos regionais e subregionais, particularmente na Organização dos Estados Americanos (OEA), no PROSUL, e como Estado-Parte do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR);*
- *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Paraguai, como seu interesse em integrar a Aliança do Pacífico;*
- *Em apoio às presidências pro tempore brasileiras do MERCOSUL, realização de gestões para o incremento do diálogo com autoridades paraguaias;*
- *Apoio ao diálogo junto ao Governo paraguaio com vistas ao incremento da cooperação bilateral nos âmbitos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do PROSUL;*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpula de organismos regionais.*

3. **Apoiar candidaturas brasileiras a organismos multilaterais e regionais que contam com o Paraguai entre seus membros.**
   - *Realização de gestões para buscar o apoio do Governo paraguaio a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas multilaterais por ano;**
   1.a) Número de reuniões promovidas com autoridades paraguaias sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo;
   1.b) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais.

2) **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas regionais;**
   2.a) Número de reuniões promovidas com autoridades paraguaias sobre temas regionais;
   2.b) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros regionais.

3) **Índice de apoio paraguaio a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais/regionais**
   (Nº de indicações positivas de apoio paraguaio a candidaturas brasileiras a organismos multilaterais/regionais no ano / Nº de solicitações brasileiras apresentadas à parte paraguaia para apoio a candidaturas a organismos multilaterais/regionais no ano) x 100

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa do Brasil, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade paraguaia e diversificar as referências culturais brasileiras**
   - *Apoio à organização regular de festival de cinema brasileiro no Paraguai e à inserção brasileira em outros festivais de cinema;*
   - *Promoção de eventos de fotografia, música e dança brasileira;*
   - *Apoio a festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros;*
   - *Apoio a eventos de gastronomia brasileira no Paraguai;*
   - *Apoio à publicação de edições em espanhol de grandes obras da literatura brasileira e à ampliação de sua distribuição no Paraguai;*
   - *Promoção da literatura brasileira, inclusive por meio de parcerias com feiras internacionais realizadas no país;*
   - *Estímulo a atores locais que cultivam cultura brasileira no Paraguai;*
   - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil nas línguas espanhola e guarani, em especial ao público infanto-juvenil, diversificando as referências sobre o país;*
   - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
   - *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira;*
   - Desenvolvimento de política atualizada de atuação nas redes sociais.

2. **Ampliar a interlocução entre o setor comercial e o cultural do Posto como vetor eficiente de promoção da marca Brasil, agregando valor aos produtos brasileiros**
   - *Desenvolvimento e consolidação, em parceria com o setor privado paraguaio e brasileiro, da realização da "Semana del Brasil" como plataforma privilegiada para promoção da imagem do país e de seus produtos e serviços.*

3. **Divulgar amplamente e realizar atividades relacionadas à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil**
   - *Promoção de eventos relativos à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil, com eventual apoio do setor privado;*
   - *Desenvolvimento e consolidação, em parceria com o setor privado paraguaio e brasileiro, a realização da "Semana del Brasil", reunindo elementos comerciais e culturais para promoção da marca Brasil, por ocasião das celebrações do Bicentenário da Independência.*

4. **Promover intercâmbio cultural entre os dois países em áreas em que o Paraguai tenha reconhecida tradição**
   - *Promoção de contatos entre profissionais e artistas brasileiros e paraguaios;*
   - *Fomento ao intercâmbio cultural-artístico e organização de festivais bilaterais.*

5. **Promover a indústria cultural e criativa brasileira**
   - *Apoio à realização de estudo de mercado sobre nichos a serem explorados no mercado paraguaio para a indústria cultural brasileira;*
   - *Diversificação das ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores paraguaios e brasileiros;*

- *Apoio a iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira no Paraguai, a exemplo da produção de grandes eventos;*
- *Incentivo aos artistas brasileiros a participar de eventos no Paraguai.*

6. **Promover o Brasil como destino turístico de viajantes paraguaios**
   - *Ação promocional do Brasil como destino turístico junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e a influenciadores;*
   - *Participação brasileira em grandes feiras de turismo no Paraguai;*
   - *Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo no Paraguai;*
   - *Apoio a iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover seu turismo receptivo junto ao mercado paraguaio;*
   - *Realização de campanhas digitais direcionadas ao público paraguaio por meio das redes sociais da Embaixada e do Comitê Descubra Brasil no Paraguai.*

7. **Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público paraguaio**
   - *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex Brasil, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.*

8. **Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção cultural desenvolvidas pelo Centro Cultural da Embaixada do Brasil em Assunção**
   - *Ampliação da realização de eventos de promoção cultural brasileira no Paraguai;*
   - *Realização de parcerias com vistas à promoção da literatura brasileira e do idioma português.*

9. **Dar continuidade e ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa desenvolvidas pelo Centro de Estudos Brasileiros (CEB)**
   - *Continuidade e ampliação da oferta de cursos de português fornecidos pelo CEB;*
   - *Continuidade ao esforço de manter e fortalecer o vínculo da comunidade brasiguaia com a língua portuguesa e a cultura brasileira;*
   - *Realização de ações, como oficinas, para divulgação do idioma português;*
   - *Ampliação do alcance territorial do ensino do português do Brasil no Paraguai, a partir do CEB, mediante a utilização da experiência de ensino à distância desenvolvida durante a pandemia.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Evolução no número de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros em relação à gestão anterior

2) Número de eventos culturais alusivos à celebração da Independência do Brasil

3) **Número e qualidade de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão**

4) **Número e qualidade de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão**

5) **Número e qualidade de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão**

6) **Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa - Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões de coordenação com a Apex Brasil realizadas durante a gestão**

7) **Número e qualidade de eventos realizados ou apoiados pelo Centro Cultural da Embaixada do Brasil em Assunção ou pelo CEB**

8) **Número de alunos inscritos nos cursos de língua portuguesa fornecidos pelo CEB**

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Promover a cooperação com o Paraguai na área do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental**
   - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
   - *Promoção da participação brasileira em eventos no Paraguai ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades paraguaias em eventos realizados no Brasil;*
   - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
   - *Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos paraguaios e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;*
   - *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética, e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;*
   - *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente;*
   - *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima no Paraguai.*

2. **Promover o acercamento das posições paraguaias e brasileiras em foros internacionais de meio ambiente**

- *Realização de encontros para expor posicionamentos brasileiros em reuniões e negociações internacionais sobre meio ambiente;*
- *Realização de reuniões técnicas bilaterais para tratar de possibilidades de maior entendimento de posições de lado a lado em reuiões e negociações internacionais em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.*

3. **Promover a cooperação com o Paraguai na área de gestão de recursos hídricos**
   - *Promoção do diálogo e o avanço de mecanismos bilaterais na área de gestão de recursos hídricos nas Bacias do Rios Paraguai e Rio Paraná;*
   - *Apoio aos trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia para o Desenvolvimento Sustentável e a Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa.*

4. **Avançar nas negociações do Protocolo Adicional sobre a Gestão Ambiental em Itaipu**

   - *Apoio às negociações com o lado paraguaio com vistas à aprovação do Protocolo Adicional sobre a Gestão Ambiental em Itaipu, cuja proposta brasileira foi encaminhada em maio de 2018.*

5. **Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.**
   - *Incentivo à cooperação com governo paraguaio para compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável;*
   - *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão**

2) **Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre gestão de recursos hídricos**

3) **Índice de progressão das negociações de Protocolo Adicional sobre a Gestão Ambiental em Itaipu**

4) **Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano**

VI – Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

1) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e o Paraguai**

- *Incentivo à cooperação com governo paraguaio para compartilhamento de conhecimento na área de CT&I;*
- *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de CT&I;*
- *Apoio ao diálogo entre os ministérios técnicos competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet, software, biotecnologia, entre outras;*
- *Oferta de apoio para capacitação institucional das áreas competentes da administração pública paraguaia;*
- *Promoção da participação do Paraguai no "hub" de vacinas e produtos médicos da OMS.*

2. **Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I**
   - *Realização de análises contínuas do ambiente de CT&I no Paraguai, com vistas a identificar potenciais para desenvolvimento de cooperação bilateral.*

3. **Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial**
   - *Diálogo com representantes da indústria de CT&I no Paraguai, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas mais estratégicas;*
   - *Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;*
   - *Promoção de cooperação entre parques tecnológicos dos dois países.*
   - *Apoio e promoção de start ups brasileiras no mercado paraguaio9*

4. **Mapeamento da diáspora científica e acadêmica brasileira no Paraguail**

i) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema**

2) **Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões.**

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a regularidade de apoio a projetos de pesquisa universitária conjunta e de mobilidade acadêmica mútua**
   - *Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas homólogas paraguaias, em especial aquelas de maior influência;*
   - *Criação das condições para o estabelecimento de um programa efetivo de leitorado no Paraguai;*
   - *Interlocução com os estudantes brasileiros residentes no Paraguai e acadêmicos nacionais em visita ou intercâmbio.*

2. **Promover a variante brasileira da língua portuguesa**
   - *Divulgação do exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras e apoio à realização de cursos especiais de preparação para o exame;*
   - *Apoio a eventual processo de credenciamento de instituições paraguaias para fins de aplicação de exame de proficiência em língua portuguesa Celpe-Bras;*
   - *Apoio aos candidatos selecionados pelos programas PEC-G e PEC-PG;*
   - *Consolidação da iniciativa de criação de associação de ex-alunos paraguaios no Brasil;*
   - *Promoção do engajamento dos leitores no apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância) e ações de estímulo ao seu uso como língua de herança por parte da diáspora brasileira.*

3. **Ampliar o diálogo com o Paraguai para cooperação na área de saúde, com especial ênfase no enfrentamento da pandemia de COVID-19**
   - *Monitoramento dos desenvolvimentos no Paraguai na área de saúde e, em particular, no contexto de enfrentamento da pandemia de COVID-19;*
   - *Compartilhamento de experiências bem sucedidas na área de saúde;*
   - *Apoio à interlocução construtiva entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e diálogo sobre eventuais restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia;*
   - *Continuidade à cooperação no combate à pandemia de COVID-19, em particular por meio de doação e venda de medicamentos, vacinas e insumos médico-hospitalares ao Paraguai.*

4. **Incentivar a cooperação na área de saúde, bem como de segurança e defesa na zona de fronteira**
   - *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais;*
   - *Apoio à cooperação entre as forças policiais no combate à erradicação de cultivos ilícitos na região de fronteira e ao tráfico de drogas, com o envolvimento direto do adido policial acreditado em Assunção;*
   - *Promoção da cooperação na área de saúde entre autoridades de ambos os países, integrando representantes de administrações locais da região de fronteira;*
   - *Promoção e apoio às atividades do Grupo de Trabalho Saúde de Itaipu.*

5. **Incentivar a cooperação e a interlocução entre autoridades de defesa e forças policiais dos dois países**
   - *Apoio às operações conjuntas desenvolvidas pela Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD) do Paraguai e pela Polícia Federal do Brasil (PF);*
   - *Acompanhamento e apoio às tratativas entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Secretaria de Administração de Bens Apreendidos e Confiscados do Paraguai (Senabico) com vistas a estabelecer cooperação sobre administração e restituição de bens do crime organizado;*

- *Apoio à criação e o estabelecimento de novos oficialatos de ligação junto à Polícia Nacional Paraguaia e à SENAD;*
- *Apoio à cooperação prestada pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), em matéria prisional, a exemplo de cursos de capacitação oferecidos a agentes penitenciários paraguaios, bem como assessoria prestada pelo referido departamento ao Ministério da Justiça paraguaio para construção de presídios de segurança máxima;*
- *Divulgação, junto aos setores interessados do governo paraguaio, de informações sobre os produtos de defesa produzidos pelo Brasil;*
- *Promoção da Base Industrial de Defesa brasileira junto ao governo paraguaio;*
- *Apoio às negociações entre a EMBRAER e a Força Aérea do Paraguai com vistas à aquisição de aeronaves;*
- *Apoio às reuniões entre autoridades de ambos os países;*
- *Apoio à participação governamental e empresarial paraguaia em feiras de produtos de defesa brasileiros;*
- *Apoio a iniciativas para promover um melhor conhecimento recíporoco entre as indústrias de defesa do Brasil e do Paraguai.*

6. Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa

- *Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informacões sobre atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e Paraguai.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e paraguaias durante a gestão

2) Promoção da língua portuguesa no exterior
Número de ações realizadas em conjunto com os leitores, de produção de material com a variante brasileira do português e de gestões para o credenciamento de instituições paraguaias para aplicação do CELPE-Brasil durante a gestão.

3) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão

4) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral em saúde, defesa e segurança na zona de fronteira

5) Número de contatos com autoridades de Defesa do Paraguai e de reuniões bilaterais em matéria de Defesa e cooperação policial durante a gestão

6) Índice de realização de ações de promoção de produtos de Defesa
Número de contatos com autoridades de Defesa do Paraguai, reuniões com entidades setoriais e com empresas brasileiras de produtos de Defesa, e ações de promoção de produtos de Defesa durante a gestão.

VIII - Apoio às comunidades brasileiras no Paraguai

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Promover interlocução com os Consulados-Gerais em Assunção e em Ciudad del Este; com os Consulados em Pedro Juan Caballero e em Salto del Guairá; assim como com os Vice-Consulados em Encarnación e em Concepción.**
   - *Continuidade e desenvolvimento de interlocução com as representações consulares do Brasil no Paraguai, de modo a acompanhar as necessidades da comunidade brasileira no país.*

2. **Desenvolver, em conjunto com as representações consulares do Brasil no país, mapeamento da comunidade brasileira no Paraguai**
   - *Mapeamento da comunidade brasileira no Paraguai, de modo a melhor compreender seu perfil e suas necessidades.*

3. **Buscar facilitar o apoio à comunidade brasileira residente em território paraguaio**
   - *Acompanhamento e apoio à atuação das representações consulares do Brasil no Paraguai;*
   - *Acompanhamento e apoio à situação da comunidade brasileira afetada pelos conflitos de terra no Paraguai;*
   - *Ampliação da difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, seja por meio das redes sociais da Embaixada ou ainda no quadro de campanhas de promoção ao turismo;*
   - *Promoção contínua da interlocução e interação entre representações consulares brasileiras no país e a Embaixada, de modo a facilitar o atendimento a demandas da comunidade brasileira.*

4. **Promover o diálogo consular com a Chancelaria paraguaia, com vistas a solucionar eventuais problemas relativos a políticas migratórias, políticas de fronteiras e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros e à eventual utilização do território paraguaio para imigração irregular em direção ao Brasil**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões e contatos com representantes consulares do Brasil no Paraguai**

2) **Número de reuniões com a Chancelaria paraguaia sobre o tema**

IX - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Desenvolver iniciativas de cooperação com o governo paraguaio com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações**
   - *Promoção da cooperação técnica em áreas com externalidades positivas para as populações de ambos os países, como saúde, educação, agricultura e energia;*
   - *No âmbito da cooperação técnica, continuidade à carteira de de projetos em áreas como produção de melado, gestão de recursos hídricos, desenvolvimento da silvicultura clonal, padrões técnicos elétricos e metrológicos, direitos humanos (Simore +) e patrimônio imaterial;*
   - *Avaliação de possibilidade de encetar novas iniciativas em áreas como formação profissional; defensoria pública; mineralogia; combate à dengue; farmacopeia; vigilância sanitária nas fronteiras; sistemas de água; capacitação em terapia intensiva;*
   - *Apoio, no plano trilateral, ao projeto para o fortalecimento da cadeia de algodão no Paraguai, em conjunto com a FAO.*

2. **Promover a atuação brasileira na prestação de cooperação para o desenvolvimento, em especial assistência humanitária, ao Paraguai**
   - *Acompanhamento e desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e assistência humanitária com o Paraguai;*
   - *Promoção do diálogo com o governo paraguaio sobre iniciativas de desenvolvimento socioeconômico;*
   - *Apoio, no plano trilateral, ao projeto para a promoção de condições decentes de trabalho na cadeia de algodão, juntamente com a OIT;*
   - *Promoção da cooperação (Simore +) e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de desenvolvimento.*

3. ***Fortalecer e promover o diálogo e a cooperação com o Paraguai na temática de Direitos Humanos***
   - *Continuidade da defesa junto ao governo paraguaio das posições brasileiras em discussões relacionadas a Direitos Humanos;*
   - *Acompanhamento do seguimento pelo Paraguai da temática de Direitos Humanos;*
   - *Promoção da cooperação e aproximação de posições em foros internacionais sobre a temática de Direitos Humanos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico**

2) **Número de projetos e inciativas de cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades**

3) Número de contatos com autoridades paraguaias da área de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

4) Número de reuniões, gestões e outras ações na área de Direitos Humanos

X - Cooperação fronteiriça

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incentivar a cooperação na área na zona de fronteira

- *Promoção da cooperação entre autoridades de ambos os países, com vistas ao fortalecimento do combate a ilícitos transnacionais na zona de fronteira;*
- *Promoção da integração econômica na fronteira entre os dois países;*
- *Promoção do trânsito fluido de pessoas e mercadorias entre os dois países;*
- *Promoção da cooperação na área educacional e cultural na zona de fronteira, com ênfase na promoção da língua portuguesa e cultura brasileira junto à comunidade residente na faixa de fronteira;*
- *Promoção da cooperação aduaneira e tributária que facilite o comércio exterior bilateral;*
- *Acompanhamento e desenvolvimento das atividades e diálogo em temas como controle fronteiriço integrado, transportes, saúde na fronteira, cooperação ambiental fronteiriça e temas fundiários;*
- *Gestões com vistas à internalização do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas;*
- *Apoio às atividades da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil-Paraguai.*

2. Acompanhar e apoiar projetos comuns de integração por infraestrutura, em especial o desenvolvimento das Pontes Internacionais em curso

- *Prestação de informações sobre as obras da Ponte Internacional sobre o Rio Paraguai, entre Carmelo Peralta e Porto Murtinho (MS), a cargo do Paraguai;*
- *Prestação de informações sobre as obras de acesso do lado paraguaio à Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná – também denominada Ponte da Integração;*
- *Apoio e defesa do interesse brasileiro no âmbito de tratativas sobre a promoção de projetos de infraestrutura bilaterais.*

4. Apoiar e promover iniciativas de cooperação e interlocução entre as unidades subnacionais fronteiriças de ambos os países

5. Dar continuidade e desenvolver o diálogo com o Paraguai para cooperação na área de saúde, em especial no enfrentamento à pandemia de COVID-19, na zona de fronteira.

- *Acompanhamento e apoio à interlocução entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e diálogo sobre medidas de enfrentamento à pandemia, assim como sobre eventuais restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia;*

- *Promoção da cooperação na área de saúde na zona de fronteira, inclusive por meio do Grupo de Trabalho Saúde de Itaipu e do Projeto de Prevenção Conjunta nas fronteiras do MERCOSUL.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões, gestões e contatos sobre o tema de cooperação na área de fronteira

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

SF/21437.75441-49

RELATÓRIO Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 69, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai*.

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido, o Presidente da República submete ao exame desta Casa a indicação que faz do Senhor JOSÉ ANTÔNIO MARCONDES DE CARVALHO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.

Em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

O indicado nasceu em 18 de março de 1953, em Porto Alegre/RS. É filho de Paulo Alfredo Pingret de Carvalho e Maria Marcondes de Carvalho. Formou-se em Direito pelo Centro Universitário UDF, de Brasília (1980). Ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no Instituto Rio Branco (IRBr) no ano de 1975. Também nessa instituição realizou o Curso de

SF/21437.75441-49

Aperfeiçoamento de Diplomatas (1982) e o Curso de Altos Estudos (1997), quando apresentou e teve aprovada a tese "Do fracasso de Bicese à esperança de Lusaca: etapa da construção da paz em Angola sob a perspectiva do Conselho de Segurança".

O indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1976 e Segundo-Secretário em 1993. Sempre por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1985, a Conselheiro em 1992, a Ministro de Segunda Classe em 1998 e a Ministro de Primeira Classe em 2003.

Dentre as funções por ele desempenhadas, destacam-se: Conselheiro na Missão junto à ONU (1993/98); Chefe da Divisão de Integração Regional (1998/99); Diretor-Geral da Direção-Geral de Integração Latino-Americana (1999/2003); Diretor do Departamento de Integração (2003/07); Representante Especial junto à FAO (2007/10); Embaixador em Caracas (2010/13); Subsecretário da Subsecretaria-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia (2013/18); e Embaixador em Viena (desde 2018).

Ainda em atendimento ao Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre República do Paraguai. O documento traz informações acerca das relações bilaterais, inclusive com cronologia, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

As relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai foram estabelecidas em 1844. Desde então, o relacionamento passou por momentos de maior ou menor aproximação. No momento presente, a agenda bilateral contempla como principais eixos o compartilhamento de infraestrutura comum, a cooperação energética e fronteiriça, bem como o combate a ilícitos transnacionais. Esse contexto é favorecido pela relação próxima entre os dois presidentes, que já se encontraram presencialmente seis vezes desde 2019. O comércio bilateral, por sua vez, se desenvolve sob as normas do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Compartilhamos com o Paraguai 1.339 quilômetros de fronteira, sendo que 700 quilômetros correspondem à chamada "fronteira seca", sem barreiras naturais entre os dois países. Nesse espaço, é importante mencionar a hidrelétrica de Itaipu. Essa usina, situada na divisa dos dois países, responde por aproximadamente 11% da energia consumida no Brasil e por 88,5% do consumo paraguaio.

SF/21437.75441-49

No campo econômico, somos tradicionalmente o principal parceiro comercial do Paraguai. No ano passado, absorvemos aproximadamente 31% das exportações paraguaias e fornecemos cerca de 22,5% de suas importações. Historicamente, o comércio bilateral é superavitário para o Paraguai, quando contabilizada a exportação de energia. Das exportações brasileiras, 96% são produtos industrializados. Já as importações concentram-se em produtos básicos.

Observamos, por fim, que o Paraguai tem a segunda maior comunidade brasileira no exterior, estimada em 240 mil pessoas no ano de 2020. Esses nacionais se dedicam, em grande parte, a atividades agropecuárias em Departamentos limítrofes com o Brasil. O contingente referido representa a terceira maior comunidade de brasileiros no exterior (superado apenas pelas comunidades nos Estados Unidos da América e Portugal).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

8

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 75, DE 2021

(nº 620/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Página da matéria

MENSAGEM Nº 620

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de novembro de 2021.

EM nº 00241/2021 MRE

Brasília, 19 de Novembro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **EDUARDO BOTELHO BARBOSA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 953/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 25 de novembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 25/11/2021, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3029621** e o código CRC **4E8E9BE7** no site:



Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.009140/2021-76 SEI nº 3029621

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO*
CPF.: 221.188.101-72
ID.: 6899 MRE

1959	Filho de Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto e Maria Lucia da Fonseca Costa Couto, nasce em 27 de maio, em Assunção/Paraguai (brasileiro, de acordo com o artigo 145, inciso I, da Constituição de 1946)
Dados Acadêmicos:	
1977-78	UNB, Faculdade de Direito
1978-79	Universidade Cândido Mendes, Direito
1987-89	Mestrado em Relações Internacionais pela Boston University/EUA
1988	CAD - IRBr
2000	CAE - IRBr
Cargos:	
1980	Terceiro-secretário
1983	Segundo-secretário, por merecimento
1989	Primeiro-secretário, por merecimento
1996	Conselheiro, por merecimento
2003	Ministro de segunda classe, por merecimento
2015	Ministro de primeira classe
Funções:	
1980	Divisão Consular, assistente
1982	Divisão do Oriente Próximo, assistente
1983	Departamento da África, assistente
1985-89	Embaixada em Bonn, segundo-secretário
1989-91	Embaixada em Montevidéu, segundo e primeiro-secretário
1991-94	Embaixada em Paramaribo, primeiro-secretário
1994-96	Divisão de Feiras e Turismo, chefe substituto
1996-97	Divisão de Operações de Promoção Comercial, subchefe
1997-2001	Consulado-geral em Miami, conselheiro e cônsul-geral adjunto
2001-03	Embaixada em Tóquio, conselheiro
2003-11	Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Gabinete, assessor especial
2011-14	Ministério da Integração Nacional, assessor especial
2014-18	Embaixada em Cartum, embaixador
2018-	Consulado-geral em Munique, cônsul-geral
Condecoração	
2010	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DEPARTAMENTO DA EUROPA
DIVISÃO DA EUROPA II

Ficha país

REPÚBLICA DA SÉRVIA





Novembro de 2021

OSTENSIVO

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República da Sérvia
CAPITAL	Belgrado (1.694.056 habitantes, est.2020)
ÁREA	88.361 km² (incluindo o Kosovo), 77.474 km² (excluindo o Kosovo)
POPULAÇÃO	6.871.547 (estimativa de 01/07/21), exclui o Kosovo)
IDIOMAS	Sérvio
PRINCIPAIS RELIGIÕES	84,6% cristã ortodoxa; 5% católica romana; 3,1% muçulmana; 6,9% outras ou não declarados.
SISTEMA POLÍTICO	Democracia parlamentar
CHEFE DE ESTADO	Aleksandar Vučić
CHEFE DE GOVERNO	Ana Brnabić
MRE	Nikola Selakovic
PIB	USD 53,415 bilhões (2020)
CRESCIMENTO REAL do PIB	+4,2% (2019); -1% (2020); +7% (2021 est.)
PIB per capita	USD 7.773,00 (2020 est.)
PIB PPP *	USD 124,38 bilhões (2020)
PIB PPP per capita *	USD 17.910,00 (2020 est.)
CRESCIMENTO DO PIB *	-1% (2020); +6,5% (2021 est.)
COMÉRCIO EXTERIOR	USD 46,36 bilhões (2019); 45,72 bilhões (2020)
EXPORTAÇÕES	USD 19,63 bilhões (2019); 19,49 bilhões (2020)
IMPORTAÇÕES	USD 26,73 bilhões (2019); 26,23 bilhões (2020)
UNIDADE MONETÁRIA	Dinar sérvio (RSD); USD 1,00 = RSD 101,31 (27/10/2021)
CÓDIGO DDI	+381
CÓDIGO internacional na Internet	.rs
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Aguardando designação
EMBAIXADOR EM BELGRADO	Eduardo Botelho Barbosa

Fontes: Escritório de Estatísticas da Sérvia e (*) – Banco Mundial.

APRESENTAÇÃO

A República da Sérvia situa-se no centro dos Bálcãs, sem litoral marítimo. Sua capital, Belgrado, foi também a capital da ex-Iugoslávia. Tem 2027 quilômetros de fronteira com oito vizinhos: Albânia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Macedônia do Norte, Montenegro e Romênia. O idioma oficial é o sérvio, o alfabeto é o cirílico (mas o alfabeto latino é amplamente utilizado). O regime político é de república parlamentarista.

A população totaliza 6,9 milhões de habitantes, em sua maioria da etnia sérvia (83,3% do total, Kosovo não incluído, dados da Comissão Europeia-CE), além de diversas minorias: húngaros (3,5%), roma (2,1%), bósnios (2%), croatas (0,8%), eslovacos (0,7%), montenegrinos (0,5%), muçulmanos (0,3%) e outros. Desde meados dos anos noventa a taxa de crescimento natural da população é negativa.

Em termos de religião, 84,6% se declaram cristãos ortodoxos, 5% católicos, 3,1% muçulmanos, 1,1% ateus, 1% protestantes e 2% outras confissões, sendo que 3,1% não se definem religiosamente (fonte: CE). A igreja ortodoxa sérvia é autocéfala.

Nas últimas semanas da Primeira Guerra Mundial, a Sérvia liderou, em outubro de 1918, junto com os estados eslavos dos Bálcãs ocidentais, a formação do Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, rebatizado mais tarde de Reino da Iugoslávia. Após a Segunda Guerra Mundial, em novembro de 1945, o Reino foi transformado na República Federativa Popular da Iugoslávia (RFPI). A partir de 1963, passou a chamar-se República Socialista Federativa da Iugoslávia (RSFI).

Diante do desmantelamento da RSFI em seus diversos estados-componentes, iniciado em 1991 com as independências da Eslovênia e da Croácia, seguidas da Bósnia Herzegovina e da Macedônia do Norte, a Sérvia fundou com Montenegro, em 1992, a República Federal da Iugoslávia, que foi sucedida, em 2003, pela União de Estado da Sérvia e Montenegro.

Em 1996, o Exército de Libertação do Kosovo (KLA) iniciou luta armada contra as forças sérvias, e a escalada de violência dos dois lados levou, em 1999, a OTAN, sem a anuência do CSNU, a intervir no conflito, bombardeando Belgrado para forçar os sérvios a cessar os combates e a alegada “limpeza étnica” contra os kosovares albaneses. A província do Kosovo proclamou unilateralmente sua independência em 17 de fevereiro de 2008. O governo sérvio, porém, não reconhece a soberania da província e mantém processo negociador com os korovares, amparado pela Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU.

Finalmente, após o referendo de 2006, no qual Montenegro optou pacificamente pela independência, conforme autorizado pela constituição, em 5 de junho daquele mesmo ano a Sérvia reconheceu a independência daquele país.

A Sérvia é membro da Organização das Nações Unidas (ONU), do Conselho da Europa, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e da Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro. Ademais, é candidato oficial à adesão à União Europeia

(UE). Possui o estatuto de observador na Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC). Está em processo de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC). É membro do Acordo de Livre Comércio da Europa Central (CEFTA, na sigla em inglês), além de ter celebrado acordos bilaterais com a Associação de Livre Comércio da Europa (EFTA, em inglês) e outros quatro países, entre eles a Federação da Rússia e a Turquia.

5

PERFIS BIOGRÁFICOS

ALEKSANDAR VUČIĆ

Presidente da República da Sérvia



Aleksandar Vučić nasceu em 5 de março de 1970, em Belgrado. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de Belgrado, em 1994. Iniciou a carreira política cedo, no Partido Radical Sérvio ("SRS", em sérvio, partido nacionalista de direita), ao qual aderiu em 1993. No mesmo ano, foi eleito deputado para a Assembleia Nacional da Sérvia e, em seguida, aos 24 anos de idade, passou a ocupar o cargo de secretário-geral do SRS, posição que exerceu até 2008. Foi Ministro da Informação no Gabinete do ex-presidente Slobodan Milosevic, de 1998 a 2000.

Foi co-fundador do Partido Progressista Sérvio (SNS), junto com Tomislav Nikolic, em outubro de 2008. Foi eleito vice-presidente da nova agremiação logo após sua criação. O SNS é de direita e pró-europeu, divergindo neste aspecto do SRS, de tendência nacionalista. Quando Nikolic foi eleito presidente da Sérvia, em maio de 2012, Vučić sucedeu-o na presidência do SNS, cargo que exerce até hoje, junto com o de Presidente da Sérvia.

De 2012 a 2013, chefiou o Ministério da Defesa e ocupou o cargo de primeiro vice primeiro-ministro (2012-2014). Além de assuntos de defesa, foi também encarregado dos temas de segurança e de combate à corrupção e ao crime. Atuou, ao mesmo tempo, como secretário do Conselho de Segurança Nacional. Foi deputado da Assembleia Federal da República Federal da Iugoslávia durante três mandatos.

O Presidente Vučić participou ativamente das negociações entre Belgrado e Pristina, sob os auspícios da União Europeia. Contribuiu para a assinatura do "Acordo de Bruxelas" de abril de 2013.

Após a vitória do Partido Progressista Sérvio nas eleições antecipadas de 16 de março de 2014, Vučić tornou-se o primeiro-ministro da Sérvia, posteriormente reconduzido ao cargo nas eleições antecipadas de 24 abril de 2016. Após a vitória nas eleições presidenciais de 2 de abril de 2017, foi nomeado Presidente da República da Sérvia, para exercer um mandato de cinco anos.

É fluente em inglês e russo, com conhecimentos básicos de francês e estuda alemão.

7

ANA BRNABIĆ

Primeira-ministra



Nasceu no dia 28 de setembro de 1975, em Belgrado. Possui um diploma de MBA (*Master in Business Administration*) da Universidade de Hull, Reino Unido. Trabalhou mais de dez anos com organizações internacionais, investidores estrangeiros, governos locais e o setor público na Sérvia.

Em agosto de 2016, foi nomeada ministra da Administração Pública e do Governo Local. Exerceu o cargo até ser eleita primeira-ministra em 29 de junho de 2017, sendo a primeira mulher e primeira homossexual assumida no cargo. Sua permanência no cargo foi confirmada nas eleições parlamentares de 21 de junho de 2020.

Brnabić é presidente do Conselho Nacional de Minorias da República da Sérvia, bem como vice-presidente do Conselho de Reforma da Administração Pública da República da Sérvia.

Antes de sua eleição para o governo sérvio, foi diretora da Continental Wind Serbia (CWS), onde trabalhou na implementação de um investimento no valor de € 300 milhões no parque eólico do município de Kovin. Trabalhou em várias empresas de consultoria americanas que implementaram na Sérvia projetos financiados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Participou ativamente do estabelecimento da Aliança Nacional para o Desenvolvimento Econômico Local (NALED) em 2006.

NIKOLA SELAKOVIC

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nikola Selakovic nasceu em 1983, em Uzice. Graduou-se na Sexta Escola de Gramática de Belgrado e concluiu a graduação e mestrado na Faculdade de Direito de Belgrado, onde atualmente cursa doutorado. Concluiu os estudos de graduação em defesa e segurança. Durante esse período, ganhou três vezes o concurso de oratória da Faculdade de Direito.

De 2009 a 2012 ensinou na Faculdade de Direito de Belgrado como professor assistente no Departamento de História Jurídica, encarregado das aulas de Tradição Jurídica Comparada, História Legal Sérvia e Retórica.

Selakovic aderiu ao Partido Radical Sérvio (ultradireita nacionalista) em 2001. Em 2008, porém, tornou-se membro fundador do Partido Progressista Sérvio (SNS, na sigla em Sérvio), a mesma agremiação do Presidente Aleksandar Vučić, no qual atuou como coordenador do Conselho Jurídico, membro da Presidência (desde 2012) e vice-presidente do Conselho Principal (2014-2016).

Foi Ministro da Justiça e Administração do Estado de 2012 a 2014, e depois Ministro da Justiça, de 2014 a 2016, no primeiro Gabinete do Presidente Vučić. De maio de 2017 a outubro de 2020, atuou como Secretário-Geral da Presidência da República.

Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 28 de outubro de 2020, no segundo Gabinete da Primeira-Ministra Ana Brnabić.

Fala inglês, francês e italiano.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil manteve relações amigáveis com a antiga Iugoslávia, e esse legado de proximidade ainda hoje influencia o relacionamento com a Sérvia. A diplomacia sérvia recorda com satisfação a cooperação do Brasil com o Movimento Não-Alinhado — mesmo na condição de observador — e, sobretudo, o fato de o Brasil jamais ter fechado sua Embaixada em Belgrado, mesmo durante o episódio dos bombardeios da OTAN em 1999.

O governo brasileiro reconhece a Sérvia como sucessora legal da extinta República Socialista Federativa da Iugoslávia, bem como da igualmente extinta União de Estados (união entre as Repúblicas da Sérvia e Montenegro entre 2003-2006). O Brasil não reconhece a independência da província do Kosovo.

As relações bilaterais são marcadas pelo diálogo político fluido. Os contatos de alto nível foram estimulados pelas cinco vindas do ex-Chanceler Vuk Jeremic ao Brasil, que realizou visitas em 2008 e 2012 e participou do Fórum Econômico Mundial para América Latina, em 2009; do III Fórum da Aliança de Civilizações, em 2010; e novamente do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, em 2011. Em todas as ocasiões, manteve encontro com o Ministro das Relações Exteriores brasileiro.

Cabe ressaltar a recente vinda do então ministro dos Negócios Estrangeiros Ivica Dačić ao Brasil, por ocasião da posse do Presidente Jair Bolsonaro, e da realização da V Reunião de Consultas Políticas Brasil-Sérvia, em junho de 2021, em nível de secretário. Na ocasião, foi mantido diálogo franco e construtivo sobre temas políticos da agenda bilateral, bem questões regionais, multilaterais e globais.

Acessão da Sérvia à OMC

A antiga República Socialista Federativa da Iugoslávia aderiu ao antigo GATT 1947 em 25/8/1966, tendo participado como membro ativo nas diversas rodadas que se seguiram. Devido à fragmentação do país no início dos anos 1990 e às controvérsias que opuseram as novas repúblicas quanto à sucessão das obrigações internacionais assumidas pela antiga federação, a Iugoslávia não participou do fechamento da Rodada Uruguai. O pedido de acessão da Sérvia foi tratado pelo Secretariado da Organização Mundial do Comércio (OMC) como acessão de um novo membro.

O Grupo de Trabalho (GT) para acessão da Sérvia à OMC foi instituído em fevereiro de 2005 e reuniu-se mais recentemente, pela décima terceira vez, em junho de 2013. Entre essa data e 2017, houve diminuição da atividade na OMC, ainda que Belgrado tenha mantido seu comprometimento com o processo e com as reformas estruturais requeridas para adequar o país às regras da OMC. Atualmente, na parte bilateral do processo, permanecem três negociações pendentes (Brasil, Ucrânia e Rússia). Desde 2013 a Sérvia tem dado indicações de que atribui prioridade menor ao seu acesso à OMC e suas atividades junto à organização vem sendo

reduzidas. Permanece, como obstáculo também a proibição vigente de importação de produtos geneticamente modificados, legislação inaceitável para os EUA.

A primeira oferta sérvia tomada em consideração pelo Brasil consistiu naquela apresentada durante a quinta reunião do GT, ocorrida em maio de 2008. Apesar de a negociação bilateral com o Brasil ter evoluído inicialmente, permanecem dificuldades significativas em relação à oferta sérvia para carnes (bovina, suína e de aves) e açúcar refinado.

Comércio bilateral

O Brasil registra superávit estrutural no comércio com o parceiro sérvio, considerando as estatísticas desse país. Em 2020, o intercâmbio total chegou a USD 87,6 milhões (importações oriundas do Brasil de USD 68,9 milhões, exportações sérvias ao Brasil de USD 18,7 milhões, superávit para o Brasil de USD 50,2 milhões). Os principais produtos importados do Brasil foram o café (43,9%), minérios de ferro (7,5%), sucos de laranja (5,6%); enviados ao Brasil foram tripas artificiais (36,2%), seguidos de pneus (24,8%) e de alimentos para cães e gatos (18,9%).

Segundo dados do Ministério da Economia brasileiro, no entanto, o intercâmbio comercial bilateral totalizou apenas USD 51 milhões (exportações de USD 23,9 milhões, importações de USD 27,1 milhões, déficit de USD 3,2 milhões). Carnes, café, tabaco e calçados representaram, naquele ano, 73% do total exportado.

A disparidade entre as estatísticas brasileiras e sérvias explica-se pelo fato que a Sérvia identifica os produtos importados segundo o local de produção, independentemente do país de onde procedem. No caso do intercâmbio com o Brasil, os dados sérvios evitam assim subestimar os valores reais, pois o MECON registra as exportações para países que podem estar apenas intermediando a operação. No caso do café brasileiro, por exemplo, a Sérvia compra importantes quantidades do produto nos portos de Koper/Eslovênia, Trieste/Itália ou Rijeka/Croácia.

Cabe destacar que, no caso das carnes, que representam 24% das exportações brasileiras registradas pelo MECON, o produto é, na realidade, destinado à região do Kosovo, pois no restante do território sérvio está proibida a importação de carnes do Brasil pela ausência de harmonização dos certificados sanitários internacionais.

A Sérvia adquiriu dois jatos Legacy 600 fabricados pela Embraer. O primeiro, pelo governo da Sérvia, no segundo semestre de 2018, para uso pelo Presidente da República, e o segundo pela empresa de fretamento de jatos executivos Air Pink, em junho de 2021. Os aviões foram comprados de proprietários privados e não diretamente da empresa brasileira.

Investimentos bilaterais

A participação do laboratório brasileiro EMS na privatização da estatal farmacêutica sérvia Galenika, em 02/11/17, representa o primeiro grande investimento brasileiro no mercado local. O negócio insere-se na estratégia de expansão internacional da fabricante de genéricos brasileira EMS em novos mercados na Europa e, particularmente, no Sudeste Europeu. A Galenika/EMS anunciou recentemente novos investimentos para aumentar sua produção na Sérvia.

Não há registro de investimentos sérvios no Brasil de porte, nem de recente interesse de empresas sérvias em investir no Brasil.

Cooperação policial

O Memorando de Entendimento sobre o Fortalecimento da Cooperação Policial contra o Crime Organizado Transnacional, assinado em 7/6/2010, visa a promover o intercâmbio de informações sobre o crime organizado e estimular a assistência recíproca em ações operacionais de investigação, com vistas a coibir o tráfico de drogas, o tráfico de armas e a lavagem de dinheiro. O instrumento permite cooperar em investigações sobre atuação de organizações criminosas sérvias que tenham repercussão no território brasileiro.

Para a Sérvia, por sua vez, interessa intensificar a cooperação policial para combater o tráfico de drogas que utiliza o território brasileiro como rota para a exportação de cocaína para a Europa.

Grupos parlamentares de amizade

Em 2013 foi criado um grupo parlamentar de amizade com a Sérvia, que se reuniu duas vezes, em junho de 2013 e em março de 2015, ocasião em que foi reinstalado.

O Deputado Ricardo Barros (PP/PR) realizou missões parlamentares à Sérvia em fevereiro e junho de 2015, com enfoque na cooperação bilateral no setor da indústria de defesa. Em julho de 2017, o então Senador Hélio José (PROS/DF) visitou a Sérvia, na condição de presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. Reuniu-se, na ocasião, com a ministra da Construção, Transporte e Infraestrutura e com a presidente do parlamento local. Na atual legislatura (2019-2023), o grupo não foi reconduzido.

A Assembleia Nacional da Sérvia conta tradicionalmente com um grupo parlamentar de amizade Sérvia-Brasil, com o qual a Embaixada mantém contato.

POLÍTICA INTERNA

Sistema político

O sistema político da Sérvia é o parlamentarismo multipartidário. A Assembleia Nacional ("Skupstina") é unicameral, e conta com 250 deputados, eleitos proporcionalmente por um mandato de quatro anos, renovável indefinidamente. A Skupstina, contudo, pode ser dissolvida pelo presidente, a pedido do primeiro-ministro, resultando em novas eleições parlamentares.

O presidente, eleito por voto direto para um mandato de cinco anos renovável uma vez, é o chefe de Estado. O nome do primeiro-ministro é proposto pelo presidente, cabendo à Skupstina aprová-lo.

O Supremo Tribunal de Cassação é a corte mais alta da Sérvia. A Lei de Organização dos Tribunais de 2008 diminuiu bastante o número de tribunais na Sérvia, de 168 para 64, e criou três níveis de tribunais abaixo da suprema corte.

O quadro partidário tem passado por turbulências. Na atual legislatura, em razão do boicote dos partidos oposicionistas às eleições legislativas de junho de 2020, muitos partidos de oposição antes presentes no Legislativo não mais estão representados. A coalizão "Pelas Nossas Crianças", liderada pelo Presidente Aleksandar Vučić, alcançou 188 cadeiras (75%). O segundo partido mais votado, o Partido Socialista da Sérvia (SPS), do ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros e, agora, Presidente do Parlamento, Ivica Dačić, obteve 32 assentos (12%). O SPS, como tem feito nas eleições anteriores, coligou-se com o partido do Presidente, o SNS. As demais cadeiras são ocupadas por partidos de oposição que não aderiram ao boicote e pelas representações étnicas, com cotas garantidas, do que resulta uma virtual ausência da oposição do Parlamento na atual legislatura.

Conjuntura política atual

O Presidente Aleksandar Vučić serviu como primeiro-ministro entre 2014 e 2017, quando foi eleito presidente em primeiro turno, com mandato até 2022. Apesar do sistema de governo da Sérvia ser parlamentarista, o presidente é quem dirige a nação. A Primeira-Ministra Ana Brnabić, reconduzida em 2020, participa ativamente do dia-a-dia do governo, mas sempre alinhada com o presidente.

Os partidos oposicionistas boicotaram as últimas eleições legislativas de junho de 2020 por considerarem que não havia condições igualitárias de competição, sobretudo de acesso às mídias, de forma que pudessem levar suas mensagens alternativas ao eleitor. O Presidente Vučić anunciou que as próximas eleições presidenciais, previstas para abril de 2022 (e para as quais ele não se apresentou ainda explicitamente como candidato à reeleição), deverão ser realizadas simultaneamente a eleições legislativas antecipadas. Isso foi interpretado pela oposição como um reconhecimento implícito de que o Parlamento, sem a presença da oposição, tem a sua legitimidade prejudicada.

Os protestos pela falta de condições eleitorais justas se mantêm, tendo sido abertos dois fóruns de negociação em separado entre governo e oposição, com o objetivo de um novo boicote às próximas eleições: uma mesa de diálogo mediada pelo Parlamento Europeu e outra apenas com os atores internos, com aqueles partidos que não aceitaram a mediação estrangeira. Nesta última, foi alcançado um acordo, à espera de assinatura entre as partes.

POLÍTICA EXTERNA

A política exterior sérvia gira em torno de dois eixos prioritários:

(1) o encaminhamento da questão do Kosovo de forma negociada, no âmbito da Resolução 1244/99 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU);

(2) a adesão à União Europeia.

Outros objetivos externos da Sérvia são a captação de investimentos diretos externos, visando ao muito ansiado desenvolvimento da sua economia e à manutenção de boas relações com a Rússia, que empresta importante apoio na questão do Kosovo e com o qual a Sérvia compartilha laços étnicos e culturais. A China, importante parceiro comercial do país, também é tema destacado da pauta externa.

A questão do Kosovo

Desde o momento em que a província do Kosovo foi integrada à República Federativa Socialista da Iugoslávia, quando da fundação daquela federação em 1945, a relação daquele território com Belgrado tem sido complexa.

Em 1990, a Assembleia Nacional do Kosovo proclamou, numa primeira tentativa, a independência da província, reconhecida apenas pela Albânia (cerca de 90% da população kosovar é etnicamente albanesa, e apenas oito por cento tem origem sérvia). Diante da indefinição sobre o status do território, o Exército de Libertação do Kosovo (KLA) iniciou, em 1996, a luta armada contra as forças sérvias, que reagiram. A escalada de violência dos dois lados levou, em 1999, a OTAN, sem a anuência do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), a intervir no conflito, bombardeando Belgrado para forçar os sérvios a cessar os combates e a alegada "limpeza étnica" contra os kosovares albaneses.

Logo após o cessar-fogo, a província foi colocada sob a administração da UNMIK (Missão de Administração Interina das Nações Unidas para o Kosovo), criada pela Resolução 1244 (1999) do CSNU. Em novembro de 2005, durante as negociações sobre o status final do território entre a Sérvia e o Kosovo, o mediador especial da ONU, Martti Ahtisaari, propôs um plano que previa a concessão de amplo grau de autonomia supervisionada para o Kosovo. O impasse gerado em torno do Plano Ahtisaari levou a que Kosovo declarasse unilateralmente sua independência, em 17/2/2008.

A "independência" kosovar foi prontamente respaldada por Berlim, Londres, Paris e Washington. A Sérvia, apoiada por Moscou, considerou a declaração ilegal. Por meio de parecer consultivo de 2010, a Corte Internacional de Justiça se manifestou de forma ambígua, afirmando que a independência unilateral do Kosovo, apesar de contrariar a citada Resolução 1244, não seria contrária ao direito internacional.

Em novembro de 2018, o Kosovo teve rejeitada a sua candidatura à Interpol. A ação diplomática de Belgrado contribuiu fortemente para a recusa. Como retaliação a essa intervenção,

inserida em campanha sérvia contra a adesão de Kosovo a organismos internacionais, o Kosovo impôs uma tarifa punitiva de 100% sobre a importação de produtos oriundos da Sérvia e da Bósnia-Herzegovina. A imposição dessa tarifa provocou a paralisação do chamado "Diálogo de Bruxelas", conduzido entre as partes sob os auspícios da UE, que foi retomado apenas em 2020.

Em julho de 2019, o então Primeiro-Ministro do Kosovo, Ramush Haradinaj, renunciou ao cargo para se apresentar a procuradores da Corte Residual da Haia para a ex-Iugoslávia, onde deveria responder por supostos crimes de guerra cometidos durante o período em que era comandante do KLA. Haradinaj permaneceu por apenas 24 horas na Haia para prestar depoimento e, ao retornar, chegou a aventar a possibilidade de anular a renúncia. Tendo em vista que a Constituição determinava que a renúncia era irreversível, foram convocadas eleições legislativas antecipadas, realizadas no início de outubro de 2019.

O partido Autodeterminação (LVV) sagrou-se vencedor e seu líder, Albin Kurti, tornou-se primeiro-ministro. Kurti, no entanto, levou quase quatro meses para formar um governo de coalizão, instalado finalmente em fevereiro de 2020. Assim que assumiu, Kurti manteve, na prática, as tarifas condicionais e punitivas sobre produtos sérvios do seu antecessor, enquanto Belgrado não tomasse certas "ações de reciprocidade", medida que foi desaprovada pelo Parlamento.

O impasse criado entre Kurti e o parlamento kosovar terminou por levar à queda de seu governo e sua substituição por Avdulllah Hoti em junho de 2020, sem que tenham sido realizadas novas eleições. O primeiro ato de Hoti foi abolir as tarifas sobre produtos sérvios. Dessa forma, já em julho, foi realizada uma primeira reunião de cúpula do Diálogo de Bruxelas.

Em setembro de 2020, sob os auspícios do ex-presidente norte-americano Donald Trump, o sérvio Vučić e o kosovar Hoti assinaram separadamente documentos no Salão Oval da Casa Branca em que se comprometiam a normalizar suas relações econômicas e a respeitar moratória de um ano nas tentativas do Kosovo de aderir a organismos internacionais e na campanha internacional da Sérvia contra o reconhecimento do Kosovo.

Em novembro de 2020, o então Presidente kosovar Hashim Thaci renunciou, igualmente por ter sido convocado pelo Tribunal da Haia. Assumiu interinamente o cargo a Presidente do Parlamento, Vjosa Osmani. Em dezembro de 2020, a Corte Constitucional invalidou a eleição de Hoti pelo Parlamento e determinou a convocação de novas eleições legislativas, realizadas em fevereiro de 2021, das quais saiu vitorioso Albin Kurti, que retomou o cargo de primeiro-ministro. Em abril, Osmani foi eleita, de forma efetiva, para o cargo de presidente.

Dois episódios recentes tornaram o diálogo particularmente desafiador: em setembro de 2021, o Kosovo passou a exigir a mudança das placas de automóveis e caminhões que atravessassem a fronteira, vindos da Sérvia. Motoristas descontentes bloquearam as passagens terrestres e incendiaram um posto de emplacamento. A crise prolongou-se por vários dias e temia-se uma perigosa escalada. Um acordo provisório, porém, foi obtido em Bruxelas, com a intermediação do enviado especial da UE, o eslovaco Miroslav Lajcak, bem como com pressão da parte norte-americana. Em outubro, nova crise foi deflagrada com uma operação policial contra o

contrabando no norte do Kosovo, região de maioria sérvia, que levou Belgrado a enviar tanques para região próxima da fronteira.

Uma das questões cruciais do Diálogo de Bruxelas é a exigência sérvia de que o Kosovo estabeleça a Associação de Municipalidades Sérvias, acordada entre as partes em 2013 e nunca implementada por Pristina, frustrando expectativas da UE e dos EUA. As autoridades kosovares alegam que a Associação criaria um enclave onde a autoridade do Estado central exerceria uma jurisdição apenas parcial e a compararam à Republika Srpska, área semi-autônoma de maioria sérvia na Bósnia-Herzegovina, que mantém veleidades separatistas.

A União Europeia tem grande e estratégico interesse na resolução da questão do Kosovo. Se, por um lado, a disputa ameaça a paz e a estabilidade de toda a região dos Bálcãs ocidentais e é considerada, por alguns, "a mais séria questão de segurança europeia no momento"; por outro, um acordo sobre o status definitivo do Kosovo, a ser obtido por negociação entre as partes, é condição *sine qua non* para uma futura adesão da Sérvia ao bloco e, eventualmente, também do Kosovo. A adesão já foi colocada muitas vezes como estímulo para o acordo, mas tem perdido urgência e popularidade, até mesmo em razão das exigências impostas pela UE.

Perspectivas de adesão à UE

A Sérvia apresentou a sua candidatura a membro da União Europeia em 2009 e tornou-se candidata oficial em 2012. Desde então, o processo de acessão ao bloco tem progredido, mas sem data para conclusão.

Em diferentes ocasiões, autoridades europeias têm afirmado que a região dos Bálcãs é parte da Europa e que é apenas uma questão de tempo para que esta seja totalmente integrada à "família europeia". Em seus últimos relatórios sobre o assunto, porém, a Comissão Europeia aponta os tópicos sobre reformas democráticas, transparência e liberdade de imprensa como aqueles em que teria havido menor progresso para a conformidade da Sérvia aos "padrões europeus".

A UE também critica a falta de disposição da Sérvia em alinhar sua política de defesa com a OTAN (permanecem vivos na memória os bombardeios a Belgrado e outros alvos no país em 1999) e a aproximação com a Rússia, em termos de fornecimento de gás e cooperação militar – incluindo a realização de exercícios conjuntos e aquisição de armamentos. Os Estados Unidos preocupam-se com esse aspecto, dada a presença de uma grande base militar americana no Kosovo (Camp Bondsteel). A UE já alertou que a Política Externa Comum deve ser observada tanto por membros como por candidatos.

Para a Sérvia, as relações com Moscou e Pequim são muito importantes, visto que o apoio de ambas as potências no Conselho de Segurança garante a continuação da vigência da RES. 1244/99 e a presença da administração das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK).

O governo sérvio segue reiterando que a adesão à UE é uma grande prioridade na sua política externa. De acordo com "nova metodologia" adotada por Bruxelas, os antigos capítulos de negociação foram agrupados em seis "clusters". Apenas um (Fundamentos) encontra-se inteiramente aberto e nenhum foi ainda concluído.

18

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia sérvia foi fortemente afetada pela crise financeira global de 2008, que obrigou o país a rever seu modelo de inspiração socialista. Em 2015, Belgrado teve que pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional. Assinou um acordo "stand-by" seguido, em 2018, de um "Instrumento de Coordenação Política" (ICP), com duração de 30 meses, renovado em junho de 2021 por igual período, que objetiva manter a orientação reformista liberalizante e desestatizante do referido "stand-by".

Os resultados do "stand-by" superaram as expectativas do Fundo: a confiança na economia melhorou muito, a dívida pública diminuiu e o investimento e o crescimento aumentaram significativamente.

Em 2019, o PIB da Sérvia cresceu 4,5%. Em 2020, a economia local registrou uma queda do PIB de apenas 0,9% (o Banco Mundial registra queda de 1%). As previsões de crescimento do PIB são de até 7% em 2021.

Para enfrentar a atual pandemia, o governo aplicou rapidamente estímulos fiscais e monetários importantes, enquanto que, paralelamente, as medidas epidemiológicas foram moderadas na maior parte do ano, permitindo o funcionamento quase inalterado da indústria e do setor da construção civil.

Produção industrial

A produção industrial na Sérvia cresceu 4,1% em 2020. A tendência positiva manteve-se no primeiro semestre de 2021, com taxa de 2,5%. Os ministérios responsáveis acreditam que o aumento da produção industrial será mantido no decorrer do ano, estimulado por investimentos estrangeiros diretos (IED) e uma demanda maior por parte dos países membros da União Europeia.

A produção agrícola, em 2020, aumentou 4,4% em volume. A agricultura e a indústria alimentícia são setores importantes da economia sérvia. As exportações de bens agrícolas e alimentícios somaram EUR 3,6 bilhões, registrando aumento de 12% em relação aos resultados de 2019, e uma participação nas exportações totais de 21,3% (EUR 5,6 bilhões).

A importação de produtos agro-alimentícios atingiu EUR 2,02 bilhões, 8% a mais do que em 2019, com uma participação nas importações totais de 8,8%. O saldo comercial do setor foi positivo, alcançando EUR 1,61 bilhão, um acréscimo de 32,5% comparado ao ano anterior.

Tecnologia e inovação

O setor de tecnologia e inovação vem registrando importante crescimento no país. As exportações de serviços de TI da Sérvia, da ordem de USD 100 milhões em 2012, alcançaram o valor de USD 1,5 bilhão em 2020, e mantêm tendência de elevação. O país tem buscado aproveitar a disponibilidade de talento de engenharia barato e de alta qualidade para estimular o ambiente de inovação no país, com resultados positivos.

Embora muitas das empresas sérvias de tecnologia ainda se concentrem no setor de "outsourcing" para companhias dos grandes centros desenvolvidos, registra-se importante crescimento de startups em setores de ponta, com resultados no setor de jogos e em "blockchain". A respeito desse último, a Sérvia foi classificada como um dos cinco melhores países do mundo para desenvolvedores da tecnologia pelo "Startup Genome".

Inflação

No final de 2020, a inflação foi de 1,3%, ou seja, abaixo do limite mínimo projetado de 1,5%. Entretanto, desde julho de 2021 a Sérvia registra aumento preocupante do índice. Em setembro de 2021, segundo dados publicados pelo Escritório de Estatísticas da Sérvia, a inflação mensal foi de 0,8%. A inflação em bases anuais, por seu lado, registrou crescimento de 5,7%, com pressões adicionais externas, na medida em que os preços das commodities e do combustível aumentaram no mercado internacional e que surgiram problema nas cadeias de abastecimento, gerando inflação em nível mundial.

Turismo

O setor turístico foi particularmente atingido pela crise provocada pela pandemia em 2020. No decorrer do ano foram registrados 6,2 milhões de pernoites no país, das quais 4,9 milhões por hóspedes nacionais, ou seja, uma diminuição de 18,6%, enquanto que o número de pernoites de turistas estrangeiros diminuiu em 68,5%.

Em 2020, a renda do turismo foi reduzida em 38,4%, tendo sido estimada em cerca de EUR 800 milhões. Em 2021, com o avanço da campanha de vacinação contra o Covid-19, o turismo deverá apresentar resultados positivos, entretanto com recuperação menor quando comparado com outros setores da economia.

Empregos e salários

O desemprego cresceu moderadamente em 2020, com aumento de 0,2%, registrando taxa de 9,9%. No entanto, devido à continuidade da crise do Covid-19 e menor apoio financeiro de parte do governo e à menor recuperação do setor turístico, o desemprego aumentou para 11,4% no final do segundo trimestre de 2021.

Em 2020, a nível anual, os salários líquidos aumentaram em termos reais, na média, em 9,2%, fruto do aumento dos salários dos funcionários do setor público (8,8%), do salário mínimo e dos diversos reajustes salariais dos funcionários do setor da saúde.

O setor privado acompanhou os aumentos salariais no decorrer do ano, com os maiores crescimentos registrados no setor de tecnologia. Analisado em preços constantes, o salário líquido médio cresceu de 6,4% no decorrer de 2020.

Consumo interno

Em 2020, o faturamento de vendas de mercadorias a varejo cresceu 4,3%, quando comparado a 2019. O crescimento, menor do que em 2019 (9,7%), indica que a pandemia deixou rastro negativo na dinâmica do comércio varejista, mas que não chegou a atingir os níveis

verificados na maioria dos países desenvolvidos. O resultado também deriva das várias medidas de apoio do governo sérvio a população. Segundo os últimos dados de agosto de 2021, o crescimento do poder aquisitivo contribuiu para o dinamismo do consumo interno, registrando aumento de 14,3%, ou 7,7% se descontada a inflação.

Dívida pública

No final de 2020, a dívida pública total da Sérvia somou EUR 26,66 bilhões, um crescimento considerável de 11,4% com relação ao ano anterior, resultado principalmente da necessidade de endividamento devido à crise provocada pela pandemia.

Segundo os últimos dados do Ministério das Finanças, em 30/6/2021, a dívida pública da Sérvia alcançou EUR 28,26 bilhões, ou seja, 55% do PIB estimado do país.

Investimentos Estrangeiros Diretos

Os investimentos estrangeiros diretos (IED) registraram decréscimo de 20% em 2020, somando EUR 2,8 bilhões. O montante foi suficiente para cobrir parcialmente o déficit na conta corrente do país, junto com as remessas dos trabalhadores sérvios no exterior, que atingem cerca de EUR 3,2 bilhões. Segundo o Ministério das Finanças, o fluxo de IED, no decorrer dos sete primeiros meses de 2021, foi da ordem de EUR 2 bilhões, 30% maior do que no mesmo período de 2020.

Taxa de câmbio e reservas do BC

No decorrer de 2021, a estabilidade da taxa de câmbio (USD 1,00 = RSD 101,31, em 27/10/2021) vem sendo preservada, embora estejam presentes perigos inflacionários. A política de taxa de câmbio fixa apresenta riscos em futuro próximo, devido ao declínio da competitividade dos preços dos produtos exportados pela Sérvia.

As reservas cambiais ficaram praticamente estáveis no final do ano de 2020, comparado a dezembro de 2019, registrando o valor de EUR 13,5 bilhões, graças às remessas dos trabalhadores sérvios residentes em países da Europa Ocidental, e à venda do último banco estatal sérvio ao NLB (Novo Banco de Liubliana).

O Banco Nacional da Sérvia divulgou que suas reservas, no final de agosto de 2021, atingiram EUR 15,59 bilhões, o maior montante desde o ano de 2000, quando foi estabelecida a metodologia atual. O aumento das reservas resultou, parcialmente, da entrada de 627,6 milhões de direitos de especiais de saque (DES) do FMI, no valor de EUR 759,4 milhões.

Comércio exterior total da Sérvia

O comércio exterior da Sérvia, em 2020 foi relativamente pouco prejudicado pela pandemia do Covid-19. Houve uma queda de 2,85% das exportações, que baixaram para USD 19,49 bilhões, e de 3,8% do lado das importações, que montaram a USD 26,23 bilhões.

Em 2021, as últimas estatísticas disponíveis (janeiro a agosto) revelam um dinamismo notável do setor externo da Sérvia, que conseguiu vender no mercado internacional produtos no

valor de USD 16,37 bilhões, 37,9% a mais do que nos primeiros oito meses do ano passado. O forte crescimento na dinâmica das atividades exportadoras explica-se, parcialmente, pelo aquecimento da economia global, e o aumento dos preços dos produtos metalúrgicos básicos e dos produtos agrícolas primários, importantes na pauta exportadora do país.

No mesmo período, as importações atingiram USD 21,46 bilhões, 32,9% a mais do que nos primeiros oito meses de 2020. O aumento foi provocado pela intensificação de aquisições de matérias-primas e de equipamentos destinados à produção industrial, bem como de bens de consumo duráveis e não duráveis.

Comércio exterior da Sérvia por região/país

O intercâmbio sérvio com o mundo se mantém pouco diversificado em termos geográficos, já que 91% das exportações sérvias são direcionadas aos países europeus, dos quais provêm 76,6% das importações sérvias.

Os principais parceiros sérvios, em 2020, bem como nos anos imediatamente anteriores, foram Alemanha, Itália, China, Romênia, Hungria, Bósnia e Herzegovina, Rússia e Polônia. Os outros importantes e tradicionais parceiros continuam sendo Turquia, República Tcheca, Croácia, Eslovênia, Bulgária, França e Áustria, com os quais a Sérvia mantem intercâmbio comercial anual superior a um bilhão de dólares norte-americanos.

A Rússia, tradicional e importante parceira da Sérvia (sempre depois da Alemanha e Itália), caiu para o sétimo lugar na última década. A China, ao contrário, vem subindo na escala nos últimos dez anos e já é o terceiro maior parceiro da Sérvia, sendo o segundo maior fornecedor de produtos.

Com relação ao continente americano, o intercâmbio sérvio, em 2020, representou apenas 2,6% do volume total das trocas comerciais. A Sérvia exportou produtos no valor de USD 487,6 milhões (2,5% do total) e importou produtos no valor de USD 705,8 milhões (2,7% do total).

O valor exportado pela Sérvia à América do Norte, em 2020, foi de USD 403,6 milhões (2,1% do total), à América Central e Caribe de USD 39,6 milhões (0,2% do total) e para a América do Sul, USD 44,5 milhões (0,2% do total). Paralelamente, as importações sérvias da América do Norte foram de USD 481,7 milhões (1,8% do total), da América Central e Caribe de USD 73,3 milhões (0,3% do total) e da América do Sul de USD 150,8 milhões (0,6% do total).

O Brasil é o maior parceiro da Sérvia na América do Sul, contribuindo com 45,5% do intercâmbio total da Sérvia com o continente (60,7% das exportações e 41,8% das importações da Sérvia oriundas da América do Sul).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Século VII	Chegada das primeiras comunidades sérvias à Região dos Bálcãs, no contexto das migrações eslavas para o sul.
1389	Derrota sérvia na Batalha dos Campos de Melro no Kosovo, que põe fim ao reino independente da Sérvia.
Séculos XV a XVIII	Sérvia é absorvida pelo Império Otomano.
Século XIX	Avanço militar do Império Austro-Húngaro contra os turcos, nos Bálcãs, que permitiu a independência de nações como a Sérvia.
1817	O Principado da Sérvia torna-se semiautônomo dentro do Império Otomano.
1878	Independência sérvia reconhecida internacionalmente.
1918	Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos formado após a I Guerra Mundial.
1929	Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos renomeado Reino da Iugoslávia.
1945	Sérvia torna-se uma das seis repúblicas da República Federativa Socialista da Iugoslávia.
1991	Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia separam-se da Iugoslávia.
1992	Sérvia e Montenegro formam a República Federativa da Iugoslávia.
1995	Acordos de Dayton encerram Guerra da Bósnia.
1998	Início da Guerra do Kosovo.
1999	Bombardeios da OTAN. Rendição sérvia. Kosovo torna-se um protetorado da ONU, permanecendo parte da Sérvia.
2000	Derrota eleitoral de Slobodan Milošević em setembro, seguida de sua renúncia em outubro.
2003	Iugoslávia renomeada como União da Sérvia e Montenegro.
2006	Milosevic morre nas dependências do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, na Haia.
2006	Montenegro declara independência após referendo. O país passa a intitular-se República da Sérvia.
2008	Kosovo declara independência. Belgrado considera declaração ilegal, mas a independência é reconhecida pelos Estados Unidos e principais potências europeias.
2008	Parlamento sérvio ratifica acordo de estreitamento de laços com a União Europeia.
2012	A UE concede à Sérvia o status de candidata oficial.
2012	Tomislav Nikolić é eleito Presidente da República.
2012	Ivica Dačić, do partido socialista, assume como Primeiro-Ministro da Sérvia.

2013	Assinatura dos Acordos de Bruxelas, que regularizam as relações entre a Sérvia e o Kosovo.
2014	Abertura oficial das negociações com a União Europeia para adesão ao bloco.
2014	Aleksandar Vučić, do partido progressista, assume o cargo de Primeiro-Ministro.
2017	Aleksandar Vučić é eleito presidente da República.
2017	Ana Brnabić assume o cargo de primeira-ministra.

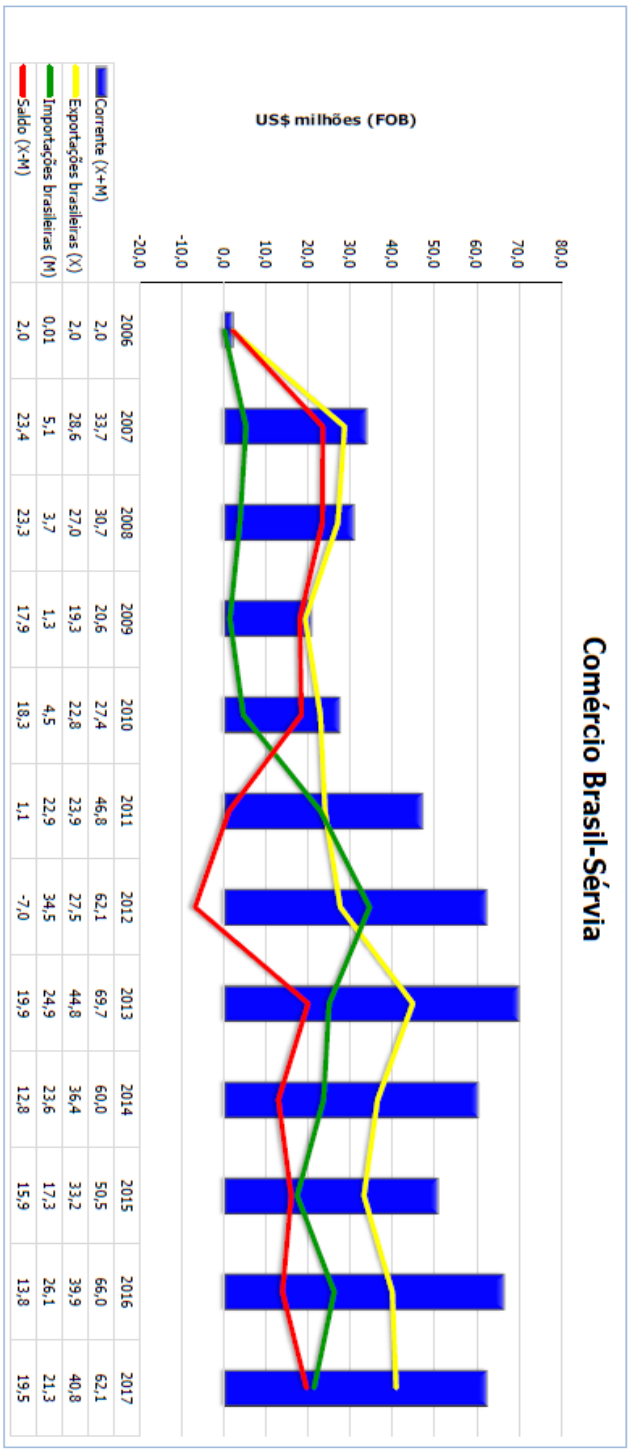
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2003	O Primeiro-Ministro da Sérvia, Zoran Djindjic, comparece à posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2003	Visita ao Brasil do Chanceler da então Sérvia e Montenegro, acompanhado de missão empresarial
2003	Os Primeiros-Ministros da Sérvia e Montenegro, Zoran Zivkovic e Milo Djukanovic, respectivamente, estiveram em São Paulo para participar do 22° Congresso da Internacional Socialista, onde se avistaram com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2005	Reunião de consultas políticas bilaterais em Brasília
2006	Após a extinção da união de Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Sérvia estabelecem relações diplomáticas
2007	Reunião de consultas políticas bilaterais em Belgrado
2008	Visita oficial ao Brasil do Chanceler sérvio
2008	Encontro entre os Chanceleres do Brasil e da Sérvia à margem da 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas
2008	Reunião de consultas políticas bilaterais em Brasília
2009	Visita a Brasília de enviado de alto nível do Chanceler sérvio para encontros no Ministério das Relações Exteriores
2009	Encontro entre os Chanceleres do Brasil e da Sérvia no Rio de Janeiro, à margem do Fórum Econômico Mundial sobre a América Latina
2010	Visita a Brasília do Ministro da Agricultura sérvio
2010	Participação do Chanceler sérvio na Conferência da Aliança das Civilizações, no Rio de Janeiro
2010	Visita do Primeiro Vice Primeiro Ministro e Ministro do Interior Ivica Dačić ao Ministro da Justiça do Brasil
2010	Visita do Chanceler brasileiro, Embaixador Celso Amorim, a Belgrado, onde manteve encontros bilaterais com seu homólogo sérvio, o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e os Ministros da Defesa e do Interior
2010	Visita do Ministro da Defesa brasileiro a Belgrado. Encontrou-se com o Presidente da República da Sérvia e visitou seu homólogo e várias instituições militares;
2012	Encontro dos Chanceleres brasileiro e sérvio, Vuk Jeremić, em Brasília (20 e 21 de abril)
2012	Participação do Presidente Tomislav Nikolic e do Chanceler sérvio na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). Encontro com o Chanceler brasileiro
2013	Entrada em vigor do acordo sobre dispensa de vistos de turista e de negócios entre os dois países
2018	Comemoração dos 80 anos das relações diplomáticas Brasil-Sérvia
2018	Reunião de consultas políticas bilaterais em Belgrado
2019	Reunião de consultas políticas bilaterais em Brasília

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Assunto	Data	Status da Tramitação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação no Campo Veterinário.	Sanidade Animal e Vegetal Cooperação Técnica	05/01/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos ou Oficiais/de Serviço.	Vistos e Imigração	20/06/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre a isenção de vistos para seus respectivos nacionais.	Vistos e Imigração	20/06/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Sérvia sobre Consultas Políticas.	Consultas Diplomáticas	20/06/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação em Matéria de Defesa	Defesa e Assuntos Militares	29/11/2010	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Exercício de Atividade Remunerada de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	Privilégios e Imunidades	19/04/2020	Em vigor

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

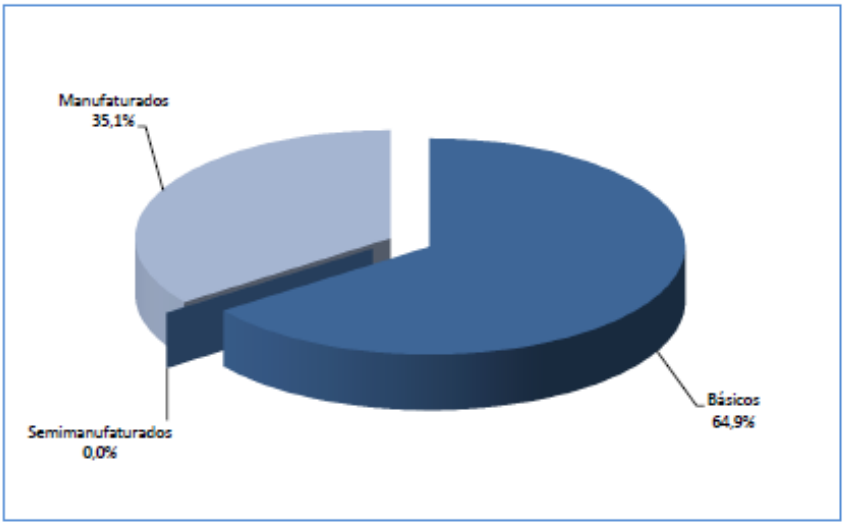


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX. Maio de 2018.

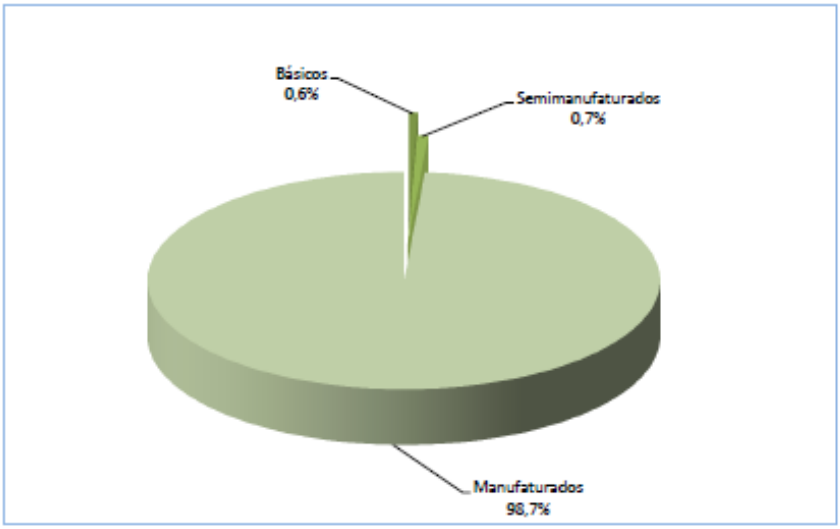
2017 / 2018	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Corrente de comércio	Saldo
2017 (jan-abr)	11,9	8,4	20,3	3,5
2018 (jan-abr)	12,5	8,1	20,6	4,3

Exportações e importações brasileiras por fator agregado
2017

Exportações



Importações



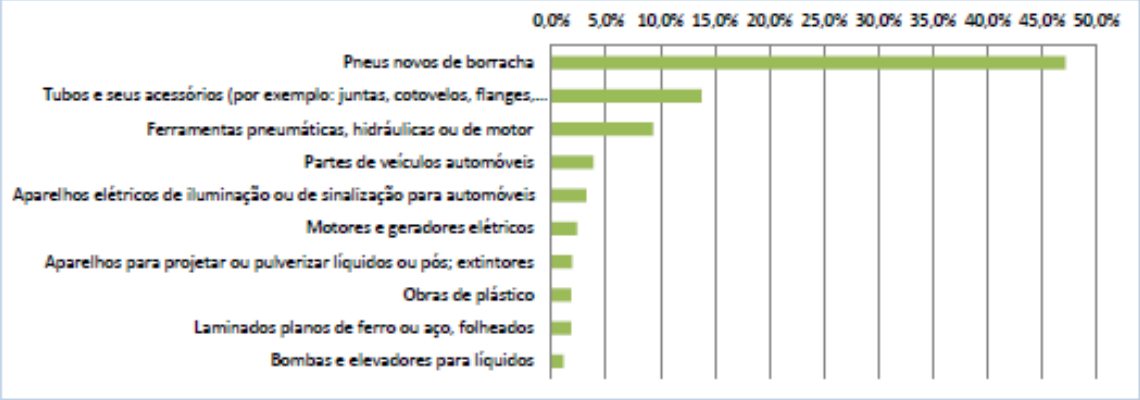
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX, Maio de 2018.

Composição das exportações brasileiras para a Sérvia (SH4)
US$ milhões

Grupos de produtos	2015		2016		2017	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Tabaco não manufaturado	6,7	20,1%	8,8	22,0%	10,4	25,5%
Carnes de frango	9,6	29,0%	12,4	31,1%	9,0	22,1%
Café solúvel	6,5	19,7%	7,2	18,1%	8,3	20,4%
Carnes bovinas congeladas	5,6	16,7%	4,0	10,1%	6,8	16,6%
Calçado com sola e parte superior de borracha ou plástico	1,1	3,2%	3,0	7,5%	1,1	2,7%
Partes de veículos automóveis	0,0	0,0%	0,4	0,9%	1,0	2,4%
Preparações e conservas de carne, miudezas ou sangue	0,5	1,5%	0,3	0,8%	0,6	1,5%
Aparelhos para projetar ou pulverizar líquidos ou pós; extintores	0,0	0,1%	0,4	0,9%	0,5	1,2%
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	0,1	0,4%	0,4	0,9%	0,5	1,2%
Aparelhos para interrupção, ligação ou conexão de circuitos elétricos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,5	1,1%
Subtotal	**30,1**	**90,8%**	**36,9**	**92,4%**	**38,7**	**94,8%**
Outros	**3,1**	**9,2%**	**3,0**	**7,6%**	**2,1**	**5,2%**
Total	**33,2**	**100,0%**	**39,9**	**100,0%**	**40,8**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb, Maio de 2018.

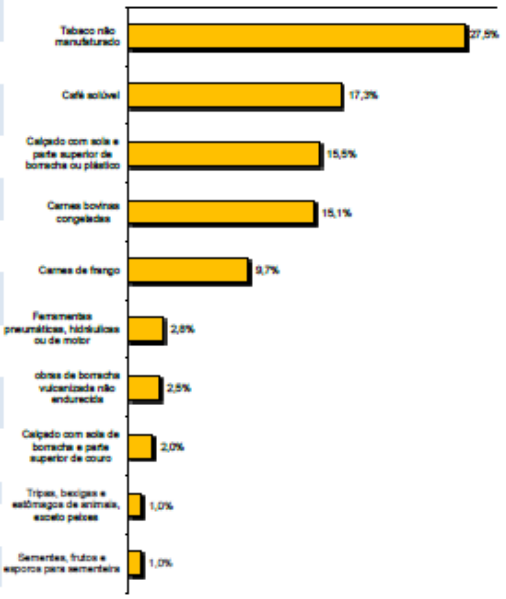
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2017



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US$ milhões

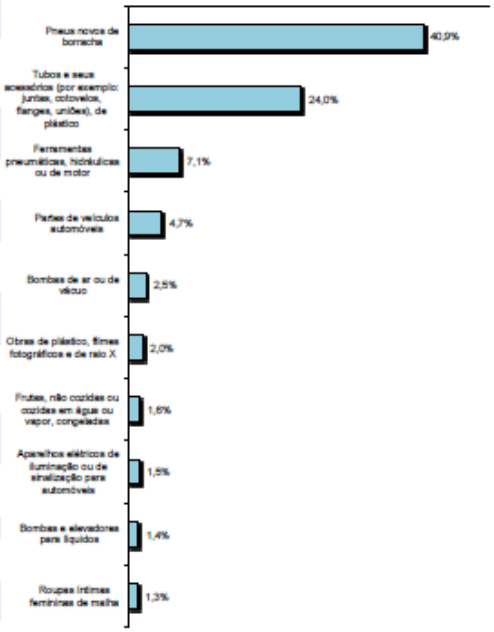
Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-abr)	Part. % no total	2018 (jan-abr)	Part. % no total
Exportações				
Tabaco não manufaturado	2,72	22,9%	3,42	27,5%
Café solúvel	2,79	23,5%	2,16	17,3%
Calçado com sola e parte superior de borracha ou plástico	0,19	1,6%	1,93	15,5%
Carnes bovinas congeladas	1,53	12,9%	1,88	15,1%
Carnes de frango	2,99	25,2%	1,21	9,7%
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	0,13	1,1%	0,35	2,8%
obras de borracha vulcanizada não endurecida	0,00	0,0%	0,31	2,5%
Calçado com sola de borracha e parte superior de couro	0,06	0,5%	0,24	2,0%
Tripas, bexigas e estômagos de animais, exceto peixes	0,00	0,0%	0,13	1,0%
Sementes, frutos e esporos para sementeira	0,11	0,9%	0,12	1,0%
Subtotal	**10,51**	**88,6%**	**11,76**	**94,4%**
Outros	**1,36**	**11,4%**	**0,70**	**5,6%**
Total	**11,87**	**100,0%**	**12,45**	**100,0%**

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2018

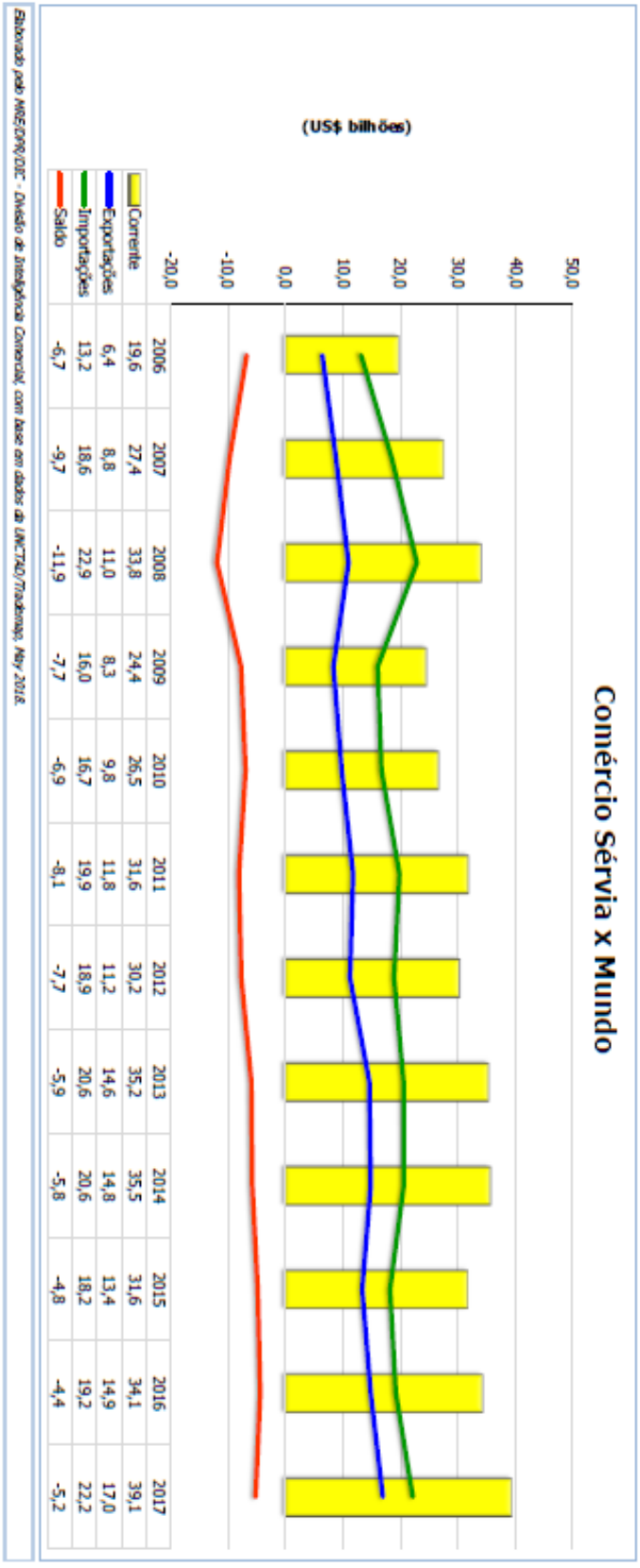


Grupos de produtos (SH4)	2017 (jan-abr)	Part. % no total	2018 (jan-abr)	Part. % no total
Importações				
Pneus novos de borracha	4,70	56,0%	3,34	40,9%
Tubos e seus acessórios (por exemplo: juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plástico	0,83	9,9%	1,96	24,0%
Ferramentas pneumáticas, hidráulicas ou de motor	0,70	8,3%	0,58	7,1%
Partes de veículos automóveis	0,12	1,5%	0,38	4,7%
Bombas de ar ou de vácuo	0,03	0,3%	0,20	2,5%
Obras de plástico, filmes fotográficos e de raio X	0,09	1,1%	0,16	2,0%
Frutas, não cozidas ou cozidas em água ou vapor, congeladas	0,09	1,0%	0,13	1,6%
Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização para automóveis	0,24	2,9%	0,13	1,5%
Bombas e elevadores para líquidos	0,09	1,1%	0,12	1,4%
Roupas íntimas femininas de malha	0,05	0,6%	0,11	1,3%
Subtotal	**6,94**	**82,7%**	**7,10**	**87,2%**
Outros produtos	**1,45**	**17,3%**	**1,04**	**12,8%**
Total	**8,39**	**100,0%**	**8,15**	**100,0%**

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2018



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alicweb). Maio de 2018.



	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Corrente	19,6	27,4	33,8	24,4	26,5	31,6	30,2	35,2	35,5	31,6	34,1	39,1
Exportações	6,4	8,8	11,0	8,3	9,8	11,8	11,2	14,6	14,8	13,4	14,9	17,0
Importações	13,2	18,6	22,9	16,0	16,7	19,9	18,9	20,6	20,6	18,2	19,2	22,2
Saldo	-6,7	-9,7	-11,9	-7,7	-6,9	-8,1	-7,7	-5,9	-5,8	-4,8	-4,4	-5,2

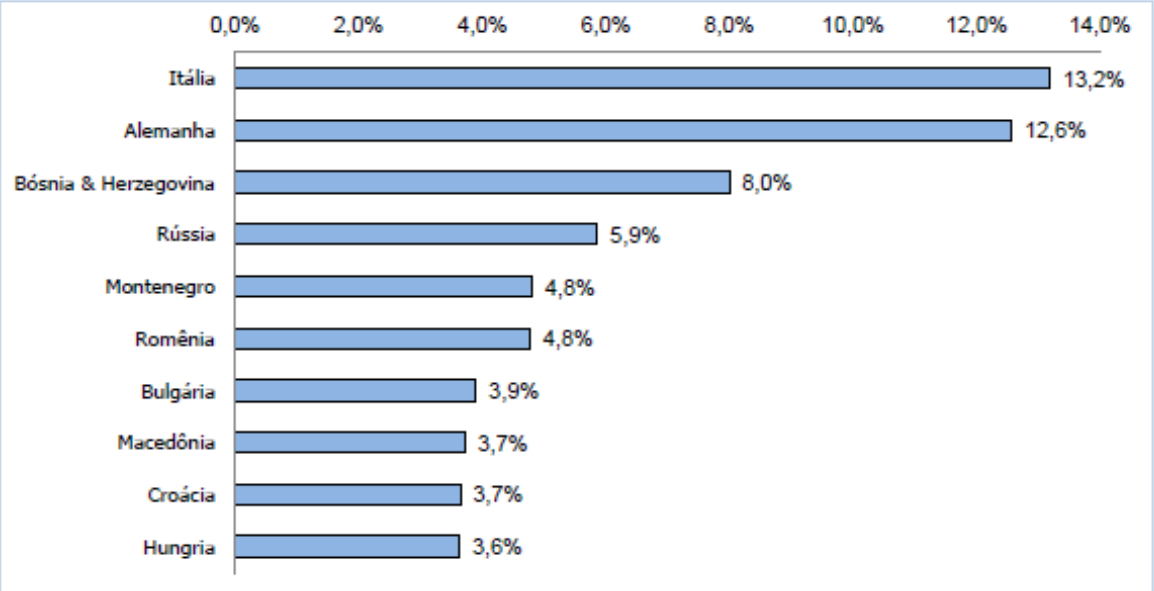
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

31

Principais destinos das exportações da Sérvia
US$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
Itália	2,24	13,2%
Alemanha	2,13	12,6%
Bósnia & Herzegovina	1,36	8,0%
Rússia	1,00	5,9%
Montenegro	0,82	4,8%
Romênia	0,81	4,8%
Bulgária	0,66	3,9%
Macedônia	0,63	3,7%
Croácia	0,62	3,7%
Hungria	0,62	3,6%
...		
Brasil (50º lugar)	*0,01*	*0,1%*
Subtotal	**10,90**	**64,3%**
Outros países	**6,06**	**35,7%**
Total	**16,97**	**100,0%**

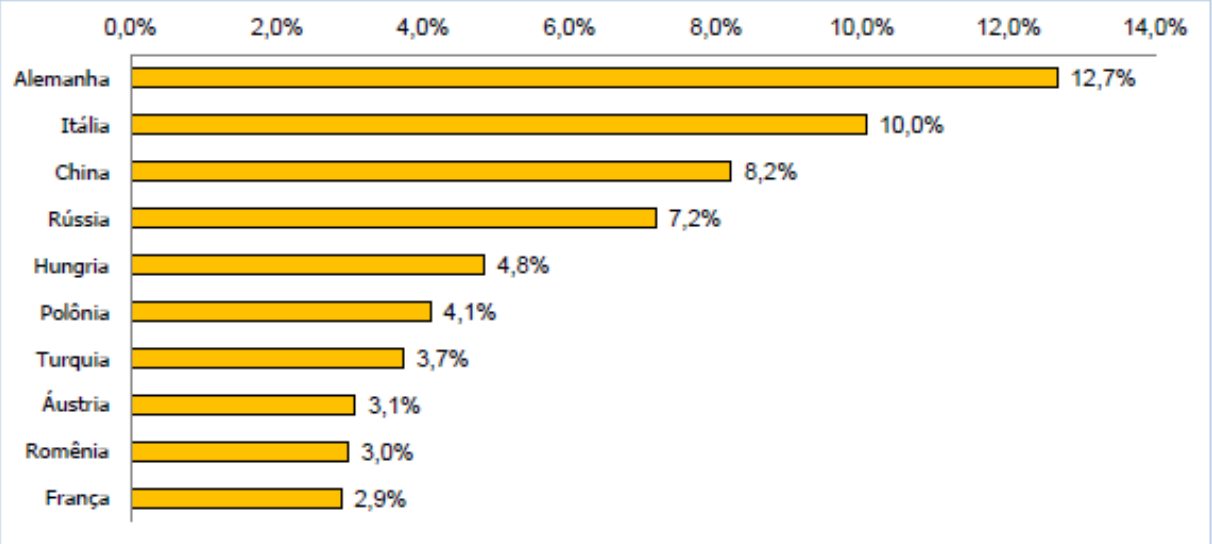
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Principais origens das importações da Sérvia
US$ bilhões

Países	2017	Part.% no total
Alemanha	2,81	12,7%
Itália	2,23	10,0%
China	1,82	8,2%
Rússia	1,59	7,2%
Hungria	1,07	4,8%
Polônia	0,91	4,1%
Turquia	0,83	3,7%
Áustria	0,68	3,1%
Romênia	0,66	3,0%
França	0,64	2,9%
...		
Brasil (35º lugar)	*0,11*	*0,5%*
Subtotal	**13,34**	**60,2%**
Outros países	**8,82**	**39,8%**
Total	**22,16**	**100,0%**

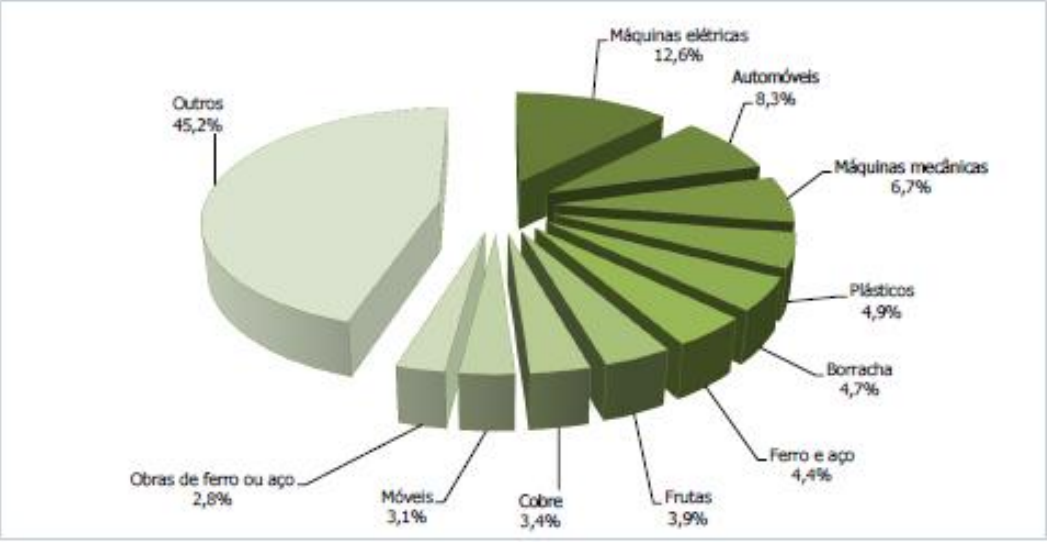
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.



Composição das exportações da Sérvia (SH2)
US$ bilhões

Grupos de Produtos	2017	Part.% no total
Máquinas elétricas	2,13	12,6%
Automóveis	1,41	8,3%
Máquinas mecânicas	1,14	6,7%
Plásticos	0,84	4,9%
Borracha	0,80	4,7%
Ferro e aço	0,75	4,4%
Frutas	0,66	3,9%
Cobre	0,58	3,4%
Móveis	0,53	3,1%
Obras de ferro ou aço	0,47	2,8%
Subtotal	**9,30**	**54,8%**
Outros	**7,67**	**45,2%**
Total	**16,97**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

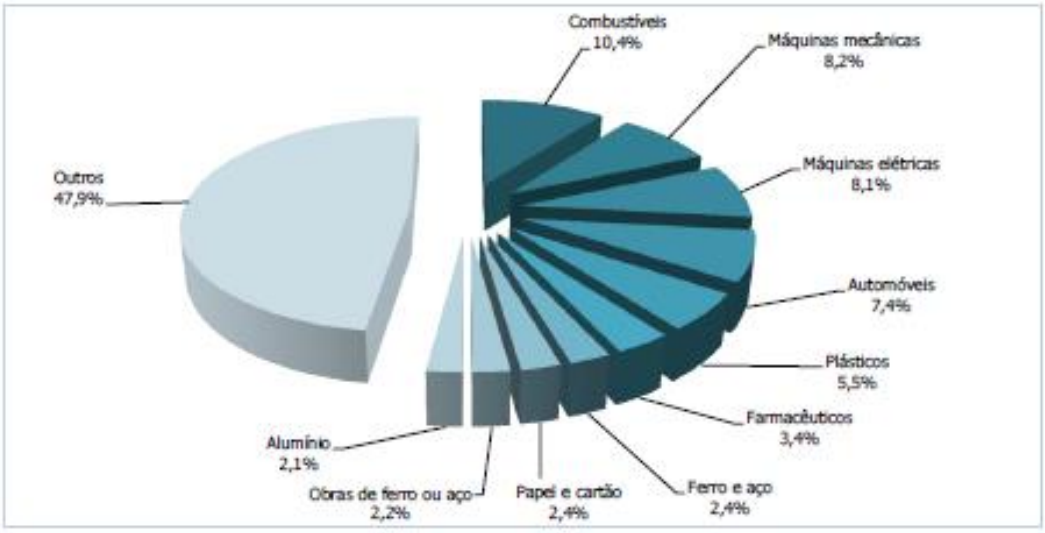


Composição das importações da Sérvia (SH4)
US$ bilhões

Grupos de produtos	2017	Part.% no total
Combustíveis	2,30	10,4%
Máquinas mecânicas	1,82	8,2%
Máquinas elétricas	1,81	8,1%
Automóveis	1,64	7,4%
Plásticos	1,21	5,5%
Farmacêuticos	0,74	3,4%
Ferro e aço	0,54	2,4%
Papel e cartão	0,53	2,4%
Obras de ferro ou aço	0,49	2,2%
Alumínio	0,46	2,1%
Subtotal	**11,54**	**52,1%**
Outros	**10,62**	**47,9%**
Total	**22,16**	**100,0%**

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/Trademap, May 2018.

10 principais grupos de produtos importados



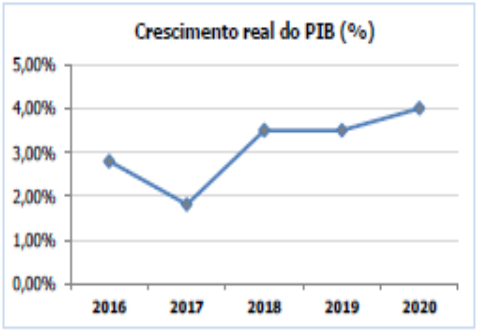
Principais indicadores socioeconômicos da Sérvia

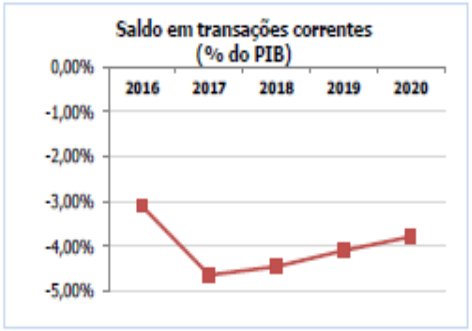
Indicador	2016	2017	2018[1]	2019[1]	2020[1]
Crescimento real do PIB (%)	2,80%	1,81%	3,50%	3,50%	4,00%
PIB nominal (US$ bilhões)	38,30	41,47	48,28	51,30	55,11
PIB nominal "per capita" (US$)	5.426	5.899	6.895	7.356	7.934
PIB PPP (US$ bilhões)	101,74	105,45	111,62	118,03	125,17
PIB PPP "per capita" (US$)	14.415	14.999	15.942	16.925	18.020
População (milhões habitantes)	7,06	7,03	7,00	6,97	6,95
Desemprego (%)	15,92%	14,61%	14,32%	14,04%	13,74%
Inflação (%)[2]	1,53%	3,02%	3,00%	3,00%	3,00%
Saldo em transações correntes (% do PIB)	-3,11%	-4,65%	-4,45%	-4,10%	-3,79%
Dívida externa (US$ bilhões)	29,60	29,50	29,13	29,96	29,00
Câmbio (RSD / US$)[2]	117,14	99,12	101,98	98,90	100,47
Origem do PIB (2017 Estimativa)					
Agricultura			9,8%		
Indústria			41,1%		
Serviços			49,1%		

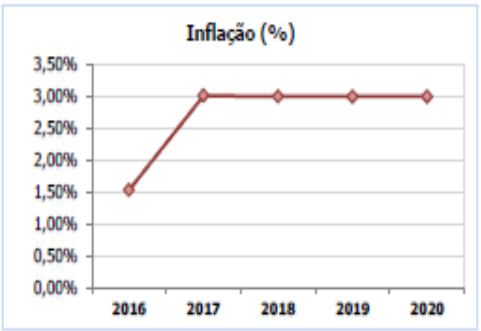
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nos dados do IMF - World Economic Outlook Database, April 2018, da EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report May 2018 e da Cia.gov.

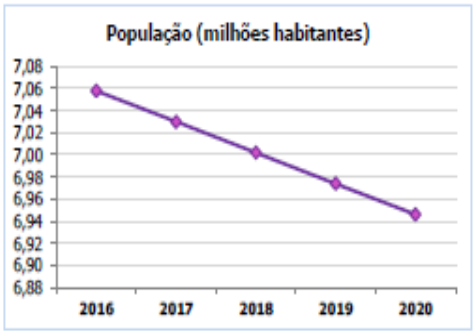
(1) Estimativas FMI e EIU.

(2) Média do período.









MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ficha país

MONTENEGRO





INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Outubro de 2021

DADOS GERAIS	
NOME OFICIAL	Montenegro
GENTÍLICO	Montenegrino
CAPITAL	Podgorica (antiga Titograd de 1942 a 1992)
ÁREA	13.812 km^2
POPULAÇÃO	628.000 habitantes (2020, ONU)
IDIOMAS	Montenegrino (oficial), sérvio, albanês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Ortodoxa (76,2%), muçulmana (18,7%), católica (1,5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Unicameral
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA	Aleksa Becic, desde 09/2020
CHEFE DE ESTADO	Presidente Milo Djukanovic (desde 05/2018)
CHEFE DO GOVERNO	Primeiro-ministro Zdravo Krivokapic (desde 12/2020)
CHANCELER	Djordje Radulovic (desde 12/2020)
PIB NOMINAL (Monstat)	EUR 4,18 bilhões (2020)
PIB per capita (Monstat)	EUR 6.844,00 (2020)
PIB (Banco Mundial)	USD 4,78 bilhões (2020)
PIB PPP (Banco Mundial)	USD 12,97 bilhões (2020)
PIB PPP per capita (Banco Mundial)	USD 7.686,00 (2020)
VÁRIAÇÃO DO PIB (Monstat)	(2019 -15,1%)
EXPECTATIVA DE VIDA	76,77 anos
ÍND. DE ALFABETIZAÇÃO	98.8%
ÍND. DE DESEMPREGO	20,5% (2020)
UNIDADE MONETÁRIA	Euro *(Adotado unilateralmente. O país não é membro da Zona do Euro).*

EMBAIXADOR NO BRASIL	Srdjan Stankovic (residente em Buenos Aires)
COMUNIDADE BRASILEIRA	23 pessoas matriculadas

Monstat-Escritório de Estatísticas de Montenegro

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD milhões FOB) – Fonte: MDIC

Brasil - Montenegro	**012**	**013**	**014**	**015**	**016**	**017**	**018**	**019**	**020**
Intercâmbio	5,3	7,1	6	1,5	5,7	7,7	3,1	4,8	5,5
Exportações	5,3	6,7	5,7	1,4	5,6	7,5	3,0	4,8	5,5
Importações		,4	,3	,18	,1	,2	,12	,06	,06
Saldo	5,3	6,3	5,4	1,3	5,5	7,3	2,9	4,7	5,5

INTERCÂMBIO BILATERAL (EUR milhões FOB) – Fonte: MONSTAT

Montenegro - Brasil	**012**	**013**	**014**	**015**	**016**	**017**	**018**	**019**	**020**
Intercâmbio	5,4	3,2	2,1	2,0	2,2	,4	,7	,8	,4
Importações do Brasil	5,4	3,2	2,1	2,0	2,2	,4	,7	,8	,4
Exportações para Bras.	,01	,01	,01	,01	,01	,01	,02	,02	,01
Saldo	5,4	3,2	2,1	2,0	2,2	,4	,7	,8	,4

APRESENTAÇÃO

Montenegro, durante muito tempo, constituiu principado autônomo do Império Otomano. Sua independência ocorreu formalmente apenas em 1878, pelo Tratado de Berlim.

Durante a Primeira Guerra, Montenegro lutou com os Aliados, motivo pelo qual foi invadido pelo Império Austro-Húngaro de 1916 a 1918. Após a guerra, integrou, em 1922, o recém-formado Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, que evoluiu para o Reino da Iugoslávia (1929).

De 1941 a 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, foi ocupado pelas forças do Eixo, tendo sido transformado no Reino de Montenegro pelo invasor italiano. Logo após o conflito, tornou-se uma república constituinte da República Socialista Federal da Iugoslávia, junto com outros quatro países. Quando esta última se dissolveu, Montenegro, em 1992, optou por se juntar à Sérvia, criando a República Federal da Iugoslávia, e, depois de 2003, a União Estatal da Sérvia e Montenegro, uma entidade mais decentralizada.

Em maio de 2006, Montenegro, conforme permitido por sua Constituição, realizou referendo sobre sua independência, que foi aprovada por 55,5% dos eleitores, quase no limite de 55% determinado para a aprovação da iniciativa. Assim, em 03/06/2006, Montenegro restabeleceu formalmente sua independência. Em 2017, Montenegro ingressou na OTAN e é candidata à adesão à UE desde 2008.

Vinte e oito países mantêm embaixadas residentes em Podgorica.

Montenegro é a área com maior biodiversidade da Europa e um destino turístico cada vez mais popular. Em 2020, devido a pandemia do Covid-19, apenas 220 brasileiros visitaram Montenegro, realizando 739 pernoites. Há um acordo bilateral em vigor de dispensa de visto para facilitar o intercâmbio de turistas entre o Brasil e Montenegro.

PERFIS BIOGRÁFICOS

MILO DJUKANOVIC

Presidente de Montenegro



Milo Djukanovic nasceu em 15/2/1962, em Niksic, Montenegro. Graduou-se pela Faculdade de Economia de Podgorica da Universidade de Montenegro.

Foi eleito primeiro-ministro pela primeira vez em 15/2/1991, aos 29 anos de idade, tornando-se, na época, o primeiro-ministro mais jovem da Europa. Exerceu o cargo de primeiro-ministro por sete mandatos (fevereiro de 1991 a março de 1993; março de 1993 a novembro de 1996; novembro de 1996 a fevereiro de 1998; janeiro de 2003 a novembro de 2006; fevereiro de 2008 a junho de 2009; junho de 2009 a dezembro de 2010; e dezembro de 2012 a novembro de 2016.

Em 1998, tornou-se presidente da República, tendo vencido as eleições diretas em 19/10/1997. Permaneceu no cargo até 25/11/2002. Foi líder do movimento para um Montenegro independente. Sob sua liderança, foi realizado o referendo de 21/5/2006, que aprovou a histórica decisão de renovação da independência montenegrina.

Após o referendo, ele se retirou das funções do Estado por iniciativa própria por alguns anos em alguns intervalos ao longo das duas últimas, tendo sido eleito pela segunda vez Presidente de Montenegro em 15/4/2018.

ZDRAVKO KRIVOKAPIC

Primeiro-Ministro de Montenegro



Zdravo Krivokapic nasceu em 2/9/1958 em Nikšić, Montenegro. Graduou-se pela Faculdade de Engenharia Mecânica de Podgorica, em 1981, e obteve o seu doutorado por essa mesma instituição em 1993.

Krivokapic trabalhou como professor em diferentes universidades, tendo entrado para a política durante os protestos de 2019 e 2020, pouco depois da fundação por professores e intelectuais do movimento "Não desistiremos de Montenegro", que se opôs à polêmica lei religiosa que visava ao status legal e à propriedade da Igreja Ortodoxa Sérvia.

Em agosto de 2020, foi escolhido como o representante da coligação “Para o Futuro de Montenegro”, que ficou em segundo lugar nas eleições parlamentares de 2020 e o credenciou a ocupar o cargo de primeiro-ministro. Propôs a formação de governo tecnocrático e tomou posse em dezembro de 2020. Posteriormente, filiou-se ao partido centrista Montenegro Democrático.

DORDE RADULOVIC

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nascido em 31/08/1984, em Podgorica, Montenegro. Graduou-se pela Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Montenegro.

Iniciou a sua carreira diplomática, em 2011, tendo trabalhado no Gabinete do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores em 2011. De 2013 a 2016, trabalhou no Gabinete do Secretário de Estado de Assuntos Políticos. De abril de 2016 a fevereiro de 2020, trabalhou na Embaixada de Montenegro em Bucareste, ocupando o cargo de encarregado de negócios *ad interim* de setembro de 2017 a junho de 2018.

No período de fevereiro a agosto de 2020, ocupou o cargo de Diretor do Departamento de Política da Vizinhança Europeia e, posteriormente, até sua posse como MNE, o cargo de Diretor do Departamento de União Europeia.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil reconheceu a independência de Montenegro em 14 de junho de 2006 e estabeleceu relações diplomáticas com Podgorica em 20 de outubro do mesmo ano. A Embaixada do Brasil, cumulativa com a Embaixada em Belgrado, foi criada por decreto do Presidente da República em 10 de julho de 2007.

As relações bilaterais são modestas, reflexo da assimetria econômica e da prioridade conferida por Montenegro ao entorno europeu. O Brasil e Montenegro mantêm boas relações políticas e o governo montenegrino declara querer desenvolver mais os laços com o Brasil.

Até a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, prevista para ocorrer proximamente, o arcabouço de diplomas legais entre os dois países limitou-se a acordos na área consular. O primeiro Embaixador de Montenegro no Brasil, residente em Buenos Aires, apresentou suas credenciais ao Chefe do Cerimonial em junho de 2014. Na ocasião, iniciaram-se os procedimentos para a assinatura de isenção de vistos de curto prazo, por meio de troca de notas, que passaram a vigorar em 2016.

A empresa pública de aviação "Air Montenegro" (nome de registro "To Montenegro") sucedeu a "Montenegro Airlines", que decretou falência recentemente. A frota era composta por três aviões da Embraer, sendo dois financiados por "leasing" e um pelo BNDES. Atualmente, persistem uma série de pendências administrativas com relação à situação do avião financiado pelo BNDES.

Assuntos consulares

Tendo em vista que a população brasileira em Montenegro é reduzida – pouco mais de vinte indivíduos –, não há Consulados ou Consulados Honorários brasileiros no território montenegrino.

POLÍTICA INTERNA

As eleições legislativas, realizadas em 2020, culminaram na vitória de governo de orientação, em tese, mais favorável aos sérvios. A inflexão se deu após vários anos de preponderância da coalizão encabeçada pelo Partido Democrático dos Socialistas de Montenegro (DPS), que vinha liderando o país desde a sua separação da Sérvia em 2006 e constitui a legenda do Presidente Milo Djukanovic. Esse político foi um dos principais apoiadores da independência de Montenegro e vem ocupando de forma praticamente alternada a presidência e a cadeira de primeiro-ministro nos últimos anos.

A estreita vitória da oposição levou à assunção do Primeiro-Ministro Zdravko Krivokapic. Trata-se de vitória histórica, porém frágil, uma vez que o DPS ainda representa força política relevante e o novo governo carece de convergência suficiente em sua base de apoio, o que se reflete em tensão considerável no cenário político, com constantes ameaças de deposição do PM e o recente anúncio de rearranjo ministerial, que ainda não logrou concretizar-se.

Uma das primeiras medidas da Administração Krivokapic foi revogar a polêmica legislação que visava os imóveis da Igreja Ortodoxa Sérvia (SPC, na sigla original em sérvio), principal religião do país. No início de setembro de 2021, houve grandes manifestações em Montenegro por conta da posse do novo responsável pela SPC naquele país, o bispo Joanikije, na capital histórica de Cetinje, o que foi considerado como uma afronta sérvia com a anuência do governo de nacionalistas montenegrinos e partidários do DPS.

Os recentes episódios demonstram que a polarização existente por ocasião da independência e as discussões sobre a identidade montenegrina e a sua constituição enquanto nação autônoma permanecem atuais.

POLÍTICA EXTERNA

Montenegro é o 192º Estado membro das Nações Unidas. Foi admitido em 28 de julho de 2006, 25 dias após a declaração de independência. Sua política externa caracteriza-se pela "afirmação pela integração", princípio consagrado na Constituição: "dedicação à cooperação em pé de igualdade com outras nações e estados e à integração europeia e euro-atlântica".

Montenegro era a menor República da antiga Iugoslávia, em termos territoriais, populacionais e econômicos. Após a dissolução da Iugoslávia, manteve-se unido à Sérvia. Inicialmente sob a denominação de República Federativa da Iugoslávia, o novo Estado passou a chamar-se, a partir de 2003, República da Sérvia e Montenegro. Nesta qualidade, Montenegro sofreu as sanções da ONU (1992-1995) e foi alvo do bombardeio da OTAN (1999). Finalmente, em 2006, após a realização de referendo consultivo, Montenegro obteve pacificamente sua independência política e o reconhecimento internacional como um Estado à parte. Desde sua independência, Montenegro promoveu significativa reorientação de sua política externa, favorecendo abertamente sua integração ao bloco europeu e maior distanciamento de Moscou e de Belgrado. Pode-se dizer, no entanto, que houve reaproximação em relação à Sérvia a partir da assunção do novo governo em dezembro de 2020, ainda que Montenegro não tenha aderido à iniciativa de cooperação dos “Open Balkans”, lançada pela Sérvia, Albânia e Macedônia do Norte.

Marco importante desse posicionamento, com impacto regional e no seu relacionamento com a Sérvia, foi o reconhecimento do Kosovo como Estado independente, em 2008. A partir de 2012, também com importantes reflexos no jogo de influências políticas internacionais na região, o país ampliou seu afastamento da Rússia, com a qual manteve excelentes relações históricas e econômicas por longos anos. O relacionamento com a Rússia deteriorou-se principalmente após 2016, ante as acusações de interferência russa nas eleições legislativas de 2016 e em fracassada tentativa de golpe de estado ocorrida naquele ano. Concomitantemente, Montenegro passou a empreender política expressa de ingresso na OTAN, concluída em 2017, assim como de acessão à União Europeia.

O ingresso na UE é atualmente o objetivo prioritário do governo montenegrino. Montenegro já harmonizou grande parte de sua legislação às

normativas europeias, alinhando-se, inclusive, ao mecanismo de sanções europeias contra Moscou. Na mais recente avaliação de progresso do processo adesão de 2016, a Comissão Europeia identificou Montenegro como tendo o mais alto nível de preparação para a adesão entre os Estados em negociação. Da perspectiva da UE, os principais desafios enfrentados por Montenegro, em seu processo de acessão, estão relacionados aos temas de Justiça, Estado de Direito, combate à corrupção e liberdade de imprensa.

Desejoso de melhor se integrar aos mercados internacionais, Montenegro tornou-se membro pleno da Organização Mundial do Comércio em 29/4/2012.

No plano regional, a diplomacia montenegrina atua em prol de uma política de boa vizinhança, defendendo o diálogo e a integração regional, assim como o ingresso de toda a região na UE. Montenegro apresenta-se como país politicamente estável e organizado, de modo a contrastar com o entorno imediato e com as imagens herdadas do passado recente da região. Os principais desafios dizem respeito ao relacionamento com Belgrado. Se, em 5/6/2006, a Sérvia aceitou o resultado do referendo de independência montenegrina, pode-se verificar que, desde então, houve momentos de atritos entre os dois países. Tem-se como exemplos de episódios de flagrante turbulência o reconhecimento do Kosovo por Montenegro, em 2008; a prisão de 14 pessoas por tentativa de golpe e assassinato do presidente Milo Djukanovic, com suposto apoio de Belgrado e Moscou, em 2016; a lei visando as propriedades da SPC em Montenegro, o que levou a protestos de rua e contribuiu para a derrota do DPS nas urnas em agosto de 2020; e a recente controvérsia sobre a posse do bispo Joanikije, na capital histórica de Cetinje.

Nota-se, igualmente, uma crescente importância conferida à China nos últimos anos. O foco do relacionamento com Pequim tem sido comercial-econômico, em linha com a estratégia chinesa de inserção pragmática no centro e sudeste europeu, conforme as diretrizes da iniciativa “16+1” (“Cooperation between China and Central and Eastern European Countries”). Empresas chinesas construíram o parque eólico de Mozura (46 MW) e são responsáveis pela construção de um trecho de 41 km da autoestrada que irá conectar o porto de Bar à fronteira com a Sérvia (164 km), atualmente a principal obra de infraestrutura em Montenegro, com custos elevados e aumento do endividamento externo que impactaram fortemente a política fiscal do país. A China pode vir a tornar-se importante parceira também em outras áreas tidas como estratégicas para Montenegro, como agricultura, turismo e investimentos diretos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Montenegro é um país de economia de pequena escala, baseada no livre comércio, e altamente dependente de financiamento externo. Sua atividade econômica concentra-se nos setores do Turismo, Energia, Construção Civil ("resorts" turísticos de luxo e acabamento do primeiro trecho de autoestrada na direção da Sérvia), Serviços e Agricultura.

Desde sua independência, em 2006, o país empreendeu importantes reformas na área comercial, adotando política de aproximação dos padrões e princípios vigentes na OMC, bem como na União Europeia (UE), principal referência normativa para Montenegro. Com respeito a essa última, recorda-se que o país iniciou, desde 2012, o processo de ingresso à UE, sendo que todos os 35 Capítulos referentes à adesão foram abertos e 3 encerrados desde 2017. Contudo, o processo de adesão não apresentou progressos significativos nos últimos anos. Cumpre recordar que, em 2020, foi adotada nova metodologia pela UE para avaliação no progresso dos processos de acessão.

Após período de crescimento sustentável do PIB, na faixa anual de cerca de 5%, a economia montenegrina sofreu com a crise provocada pela pandemia, com queda dramática no PIB em 2020 de 15,1%, alcançando o valor de EUR 4,18 bilhões (USD 4,78 bilhões, segundo dados do Banco Mundial). Em 2021, o crescimento previsto do PIB situa-se entre 5,5% e 6%, segundo previsões do FMI e do Banco Mundial. A agricultura e a pesca participam com 7%, a indústria com 11%, a construção civil com 4%, o turismo com 24% e os serviços com 54% do PIB.

O turismo, principal setor econômico do país, gerou uma renda de EUR 1,16 bilhão (24% do PIB), em 2019, e em 2020, no ano da pandemia, apenas EUR 700 milhões, ou seja, uma queda de 40% na renda deste setor da economia. Em 2019, ano recorde para o turismo montenegrino, 2,6 milhões de turistas estrangeiros visitaram o pequeno país, ou seja, 3,7 vezes a população local. A maioria desses turistas provém tradicionalmente da Sérvia (410 mil), seguida da Rússia (338 mil), da Bósnia e Herzegovina (194 mil), da Alemanha (90 mil) e da França (77 mil) – dados de 2019. Cabe destacar ainda o crescente número de turistas chineses (43 mil) e ainda o modesto número de brasileiros (1.658).

Da perspectiva fiscal, deve-se assinalar o elevado nível dos gastos públicos, relacionado, em grande parte, às estratégicas obras de infraestrutura, em especial a autoestrada Bar-Boljare, que contribuiu para o crescimento acelerado da dívida pública montenegrina. Nos últimos quatro anos apenas, tal crescimento atingiu, em valor, cerca de EUR 1 bilhão. A construção da referida autoestrada, financiada em 85% por empréstimo tomados à China, de valor inicial de USD 810 milhões, está sendo realizado por empresas daquele país. O restante do financiamento, bem como de outras obras públicas, provém de créditos europeus e emissões de títulos no mercado internacional. No decorrer de 2019, a dívida externa montenegrina cresceu em EUR 500 milhões.

Dívida pública

Estima-se que, no final de 2020, com empréstimos adicionais, a dívida pública alcançou EUR 4,409 bilhões, ou seja 105,15% do PIB. Trata-se de nível altíssimo para uma economia do tamanho da montenegrina, já em dificuldades desde o final de 2019, quando o nível da dívida pública alcançou 80% do PIB. No final de 2020, Montenegro realizou empréstimo no valor de EUR 750 milhões no mercado financeiro europeu, que segundo as autoridades financeiras montenegrinas permitirá ao país honrar todas as obrigações financeiras externas previstas para 2021.

Investimentos Estrangeiros Diretos (IED)

Em 2020, Montenegro registrou o valor de EUR 663 milhões de IED, vindos principalmente da Rússia (EUR 98,9 milhões), China (EUR 71,2 milhões), Suíça (EUR 63,2 milhões), Itália (EUR 45,3 milhões), EAU (EUR 28 milhões), Sérvia (EUR 27,9 milhões) e Alemanha (EUR 26,9 milhões). Tais investimentos concentraram-se no turismo (construção de resorts, hotéis e casas particulares) e no setor energético (construção de pequenas hidrelétricas e instalação de usinas eólicas), estimulados pelas oportunidades oferecidas pelo governo montenegrino. Cumpre mencionar, ainda, que Montenegro tenta atrair novos IED com a venda/concessão do porto de Bar (usado igualmente para importações sérvias) e de aeroportos e com a criação de zonas francas.

Comércio Exterior

De acordo com dados do Instituto de Estatísticas de Montenegro, em 2020, o comércio exterior do país totalizou EUR 2,47 bilhões, ou seja, 18,1% menor do que em 2019. As importações somaram EUR 2,10 bilhões (-19,1%) e as exportações, EUR 366,12 milhões (-11,9%). A balança comercial, tradicionalmente deficitária, registrou um saldo negativo de EUR 1,74 bilhão, com taxa de cobertura das importações pelas exportações de apenas 17,4%.

Há poucas perspectivas de reversão dessa tendência, sendo o país dependente de importações de produtos agrícolas, alimentícios e de consumo corrente em geral.

Cerca de 85% do intercâmbio comercial de Montenegro é feito com os países europeus. A maioria das importações do país são oriundas da União Europeia (45,1%), seguida do grupo CEFTA - Albânia, Bósnia e Herzegovina, Macedônia do Norte, Moldávia, Sérvia e Kosovo (28,8%) e da China (10,4%). A maior parte das exportações, 90,5%, foram direcionadas a países europeus, sendo seu principal destino a Sérvia (EUR 101 milhões), seguida da Eslovênia (EUR 35,8 milhões) e do Kosovo (EUR 23,6 milhões).

Quando se considera o continente europeu, as importações montam a EUR 1,72 bilhão (81,9%).

Os maiores parceiros fornecedores de produtos são a Sérvia (EUR 415 milhões), a China (EUR 218 milhões) e a Alemanha (EUR 204 milhões).

O continente americano representa apenas 2,7% do total das importações, equivalentes a EUR 57,8 milhões, sendo os EUA o maior fornecedor montenegrino (EUR 31,95 milhões), seguido do Brasil (EUR 8,37 milhões).

Segundo dados fornecidos pelo Escritório de Estatísticas de Montenegro - "MONSTAT", em 2020, Montenegro importou produtos do Brasil no valor de EUR 8,372 milhões e exportou produtos no valor de EUR 11 mil apenas. Comparado ao ano anterior, registra-se diminuição de 14,5% nas importações oriundas do Brasil. Já as exportações montenegrinas para o Brasil têm sido invariavelmente insignificantes.

A diminuição das importações de produtos brasileiros, em 2020, seguiu a tendência geral do intercâmbio de Montenegro com o mundo, sendo que a

composição da pauta com o Brasil manteve-se inalterada. Em 2020, assim como nos últimos anos, cerca de 96% do total das vendas para Montenegro eram compostas de:

- Café cru em grãos: EUR 3,11 milhões (37,2%);
- Carnes: EUR 2,95 milhões (35,3%);
- Açúcares de cana: EUR 935 mil (11,2%);
- Extratos e essências de café: EUR 318 mil (3,8%);
- Calçados: EUR 293 mil (3,5%);
- Bulldozers, angledozers, niveladores, compactadores e suas partes: EUR 207 mil (2,5%);
- Vestuário e seus acessórios: EUR 106 mil (1,3%);
- Frutas: EUR 95 mil (1,1%).

CRONOLOGIA HISTÓRICA

878	Independência montenegrina (dos otomanos) reconhecida em tratados internacionais.
918	Depois da Primeira Guerra Mundial, Montenegro torna-se parte do "Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos", sucedido, em 1929, pelo Reino da Iugoslávia.
945	Sob o comando de Josip Broz Tito, Montenegro torna-se uma das repúblicas da República Federal Socialista da Iugoslávia – juntamente com Sérvia, Eslovênia, Macedônia, Croácia e Bósnia-Herzegovina.
991-92	A República Federal Socialista da Iugoslávia perde quatro dos seus seis membros. Permanecem a Sérvia e o Montenegro.
991	Milo Djukanovic torna-se Primeiro-Ministro de Montenegro.
992	A Sérvia e Montenegro formam a República Federal da Iugoslávia.
996	O primeiro-ministro Milo Djukanovic afasta Montenegro da Sérvia, devido à desastrada presidência de Slobodan Milošević.
998	Milo Djukanovic eleito presidente pela primeira vez, após três mandatos como primeiro-ministro.
003	Os dois países formam a união de “Sérvia e Montenegro”
006	Em referendo realizado sob a liderança do primeiro-ministro Milo Djukanovic, os montenegrinos aprovam, em 21/05/2006, por estreita margem, a independência de Montenegro.
018 -	Milo Djukanovic eleito presidente pela segunda vez, após ter exercido mais quatro mandatos com primeiro-ministro.

presente	
020 - presente	Zdravko Krivokapic torna-se primeiro-ministro, após derrota histórica do DPS nas eleições legislativas.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

14 de junho de 2006	O Brasil reconhece a independência de Montenegro.
20 de outubro de 2006	Após a extinção da União dos Estados da Sérvia e Montenegro, Brasil e Montenegro estabelecem relações diplomáticas plenas
Julho/2007	É criada a Embaixada do Brasil junto ao Governo montenegrino, cumulativa com a Embaixada em Belgrado.
Junho/2014	Abertura da Embaixada de Montenegro em Buenos Aires, cumulativamente responsável pelo Brasil. Apresentação de Credenciais do primeiro Embaixador de Montenegro no Brasil

ACORDOS BILATERAIS

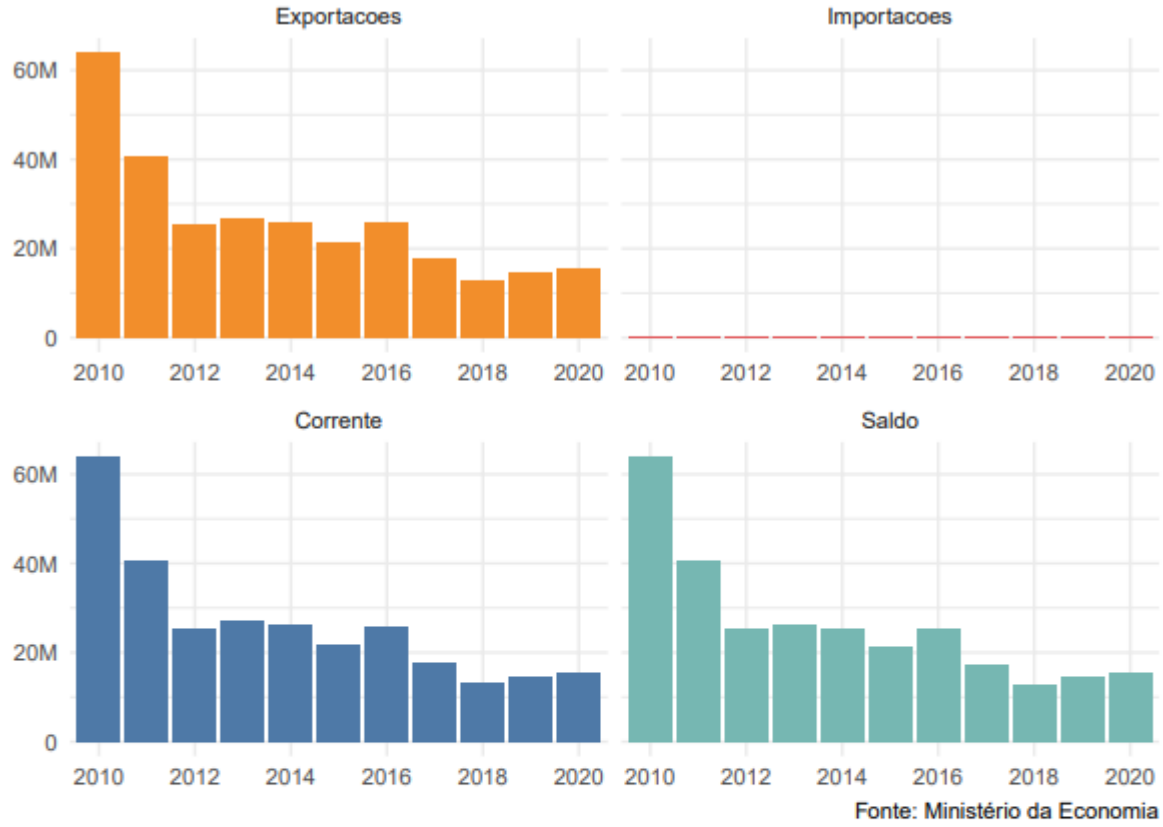
Título do Acordo	Data Celebração
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Montenegro sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	08/11/2016
Entendimento Recíproco, por troca de Notas, sobre isenção de vistos de curta duração para nacionais da República Federativa do Brasil e de Montenegro	09/06/2016

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-MONTENEGRO

Fluxo de comércio anual

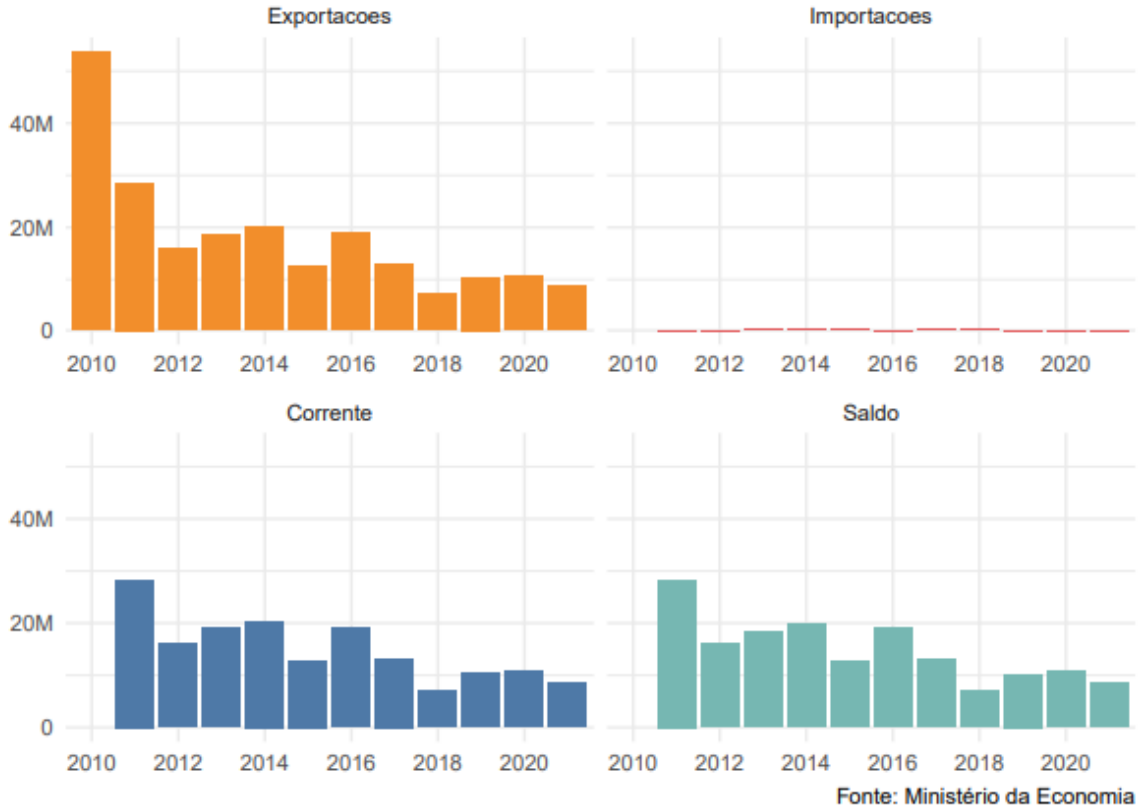


Fonte: Ministério da Economia

	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	16M (5.36%)	15M (13.48%)	13M (-25.83%)	18M (-31.69%)	26M (19.47%)
Importacoes	61K (5.4%)	58K (-52.7%)	122K (-41.2%)	208K (43.2%)	145K (-19.7%)
Saldo	15M (5.4%)	15M (14.1%)	13M (-25.6%)	17M (-32.1%)	26M (19.8%)
Corrente	16M (5.4%)	15M (12.9%)	13M (-26.0%)	18M (-31.3%)	26M (19.1%)

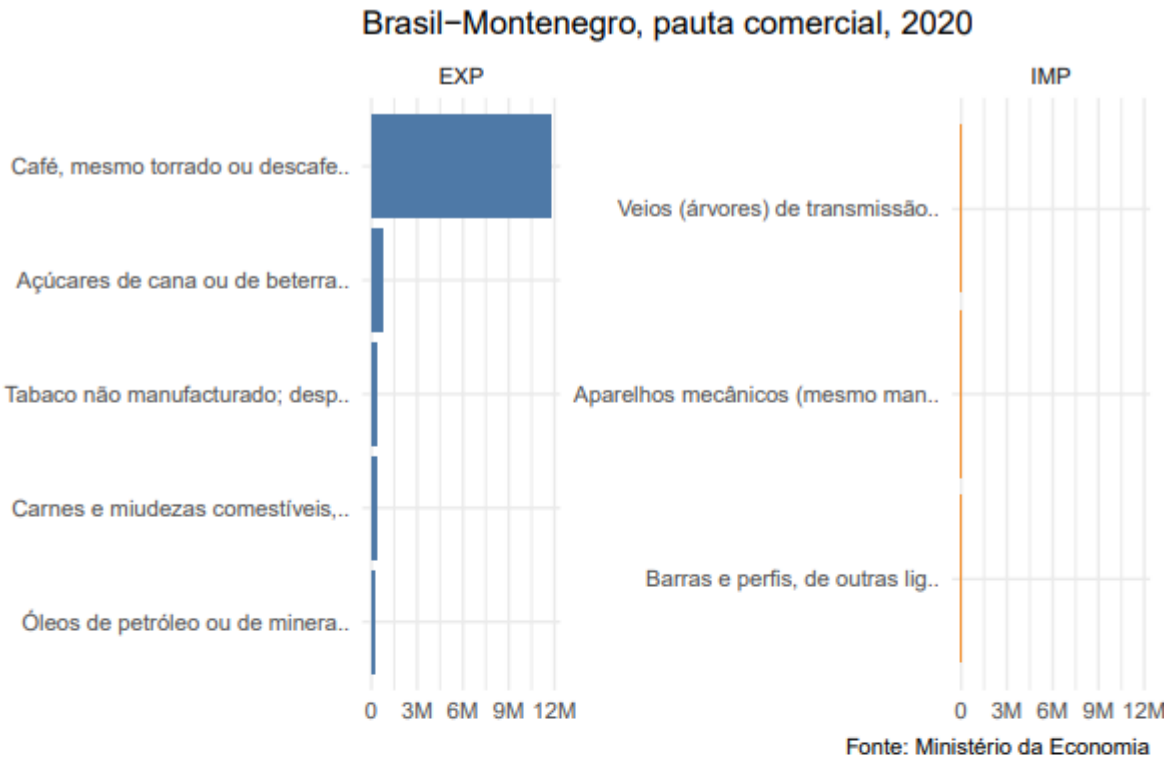
	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	21M (-16.51%)	26M (-3.76%)	27M (5.67%)	25M (-37.72%)	41M (-36.53%)
Importacoes	181K (-45.4%)	331K (-26.3%)	449K (337 602.3%)	133 (-86.1%)	959 (-30.0%)
Saldo	21M (-16.1%)	25M (-3.4%)	26M (3.9%)	25M (-37.7%)	41M (-36.5%)
Corrente	22M (-16.9%)	26M (-4.1%)	27M (7.4%)	25M (-37.7%)	41M (-36.5%)

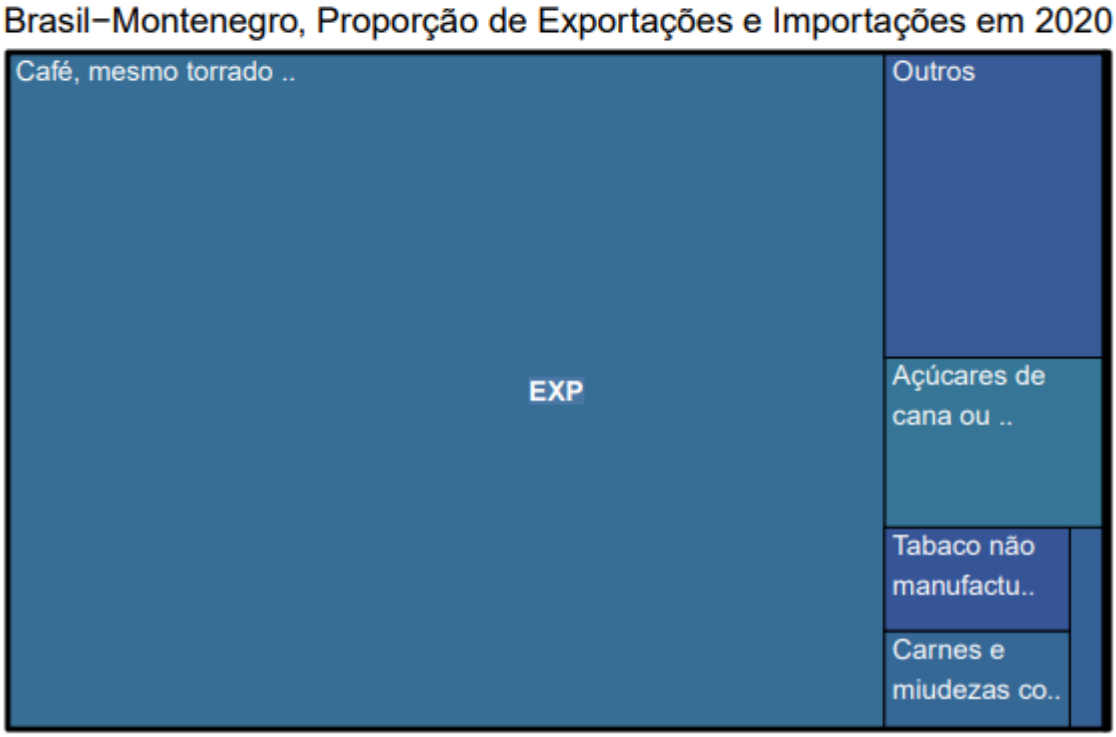
Fluxo de comércio agregado até setembro



	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	8M (-22.45%)	11M (6.44%)	10M (46.25%)	7M (-46.51%)	13M (-31.30%)
Importacoes	7K (-73.80%)	28K (-46.52%)	52K (-45.87%)	96K (-38.79%)	156K (180.28%)
Saldo	8M (-22.3%)	11M (6.7%)	10M (47.5%)	7M (-46.6%)	13M (-31.9%)
Corrente	8M (-22.6%)	11M (6.2%)	10M (45.0%)	7M (-46.4%)	13M (-30.7%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	19M (49.18%)	13M (-36.57%)	20M (8.17%)	19M (15.98%)	16M (-43.35%)
Importacoes	56K (-56.29%)	127K (-46.65%)	239K (-33.06%)	357K (3 963 455.56%)	9 (-97.95%)
Saldo	19M (50.2%)	13M (-36.5%)	20M (9.0%)	18M (13.8%)	16M (-43.3%)
Corrente	19M (48.1%)	13M (-36.7%)	20M (7.4%)	19M (18.2%)	16M (-43.4%)


Brasil−Montenegro, pauta comercial, 2020
EXP
IMP
Café, mesmo torrado ou descafe..
Açúcares de cana ou de beterra..
Tabaco não manufacturado; desp..
Carnes e miudezas comestíveis,..
Óleos de petróleo ou de minera..
Veios (árvores) de transmissão..
Aparelhos mecânicos (mesmo man..
Barras e perfis, de outras lig..
0 3M 6M 9M 12M
0 3M 6M 9M 12M
Fonte: Ministério da Economia


Brasil−Montenegro, Proporção de Exportações e Importações em 2020
Café, mesmo torrado ..
EXP
Outros
Açúcares de cana ou ..
Tabaco não manufactu..
Carnes e miudezas co..

Classificações do comércio

Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020

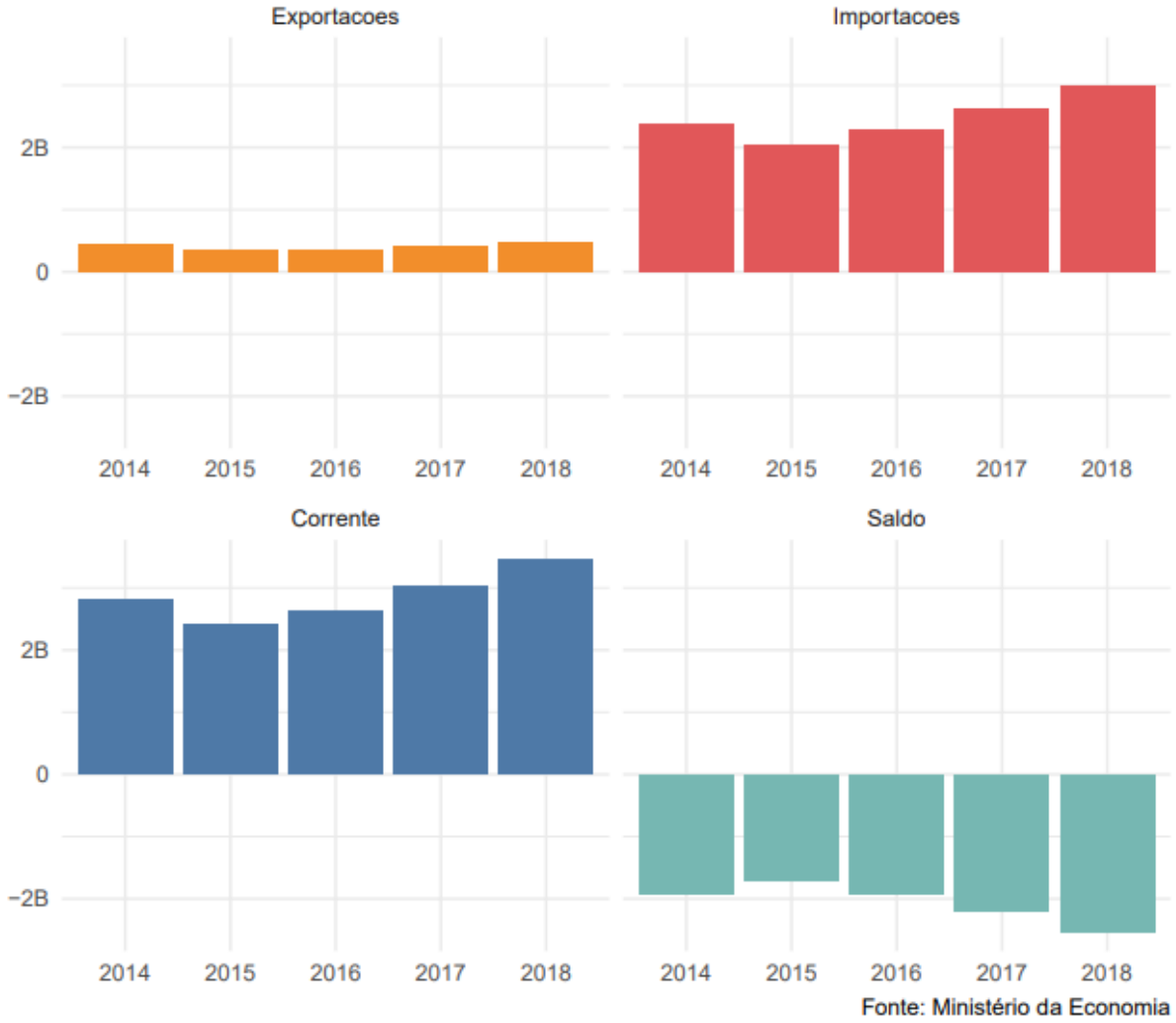


Classificação CUCI em 2020



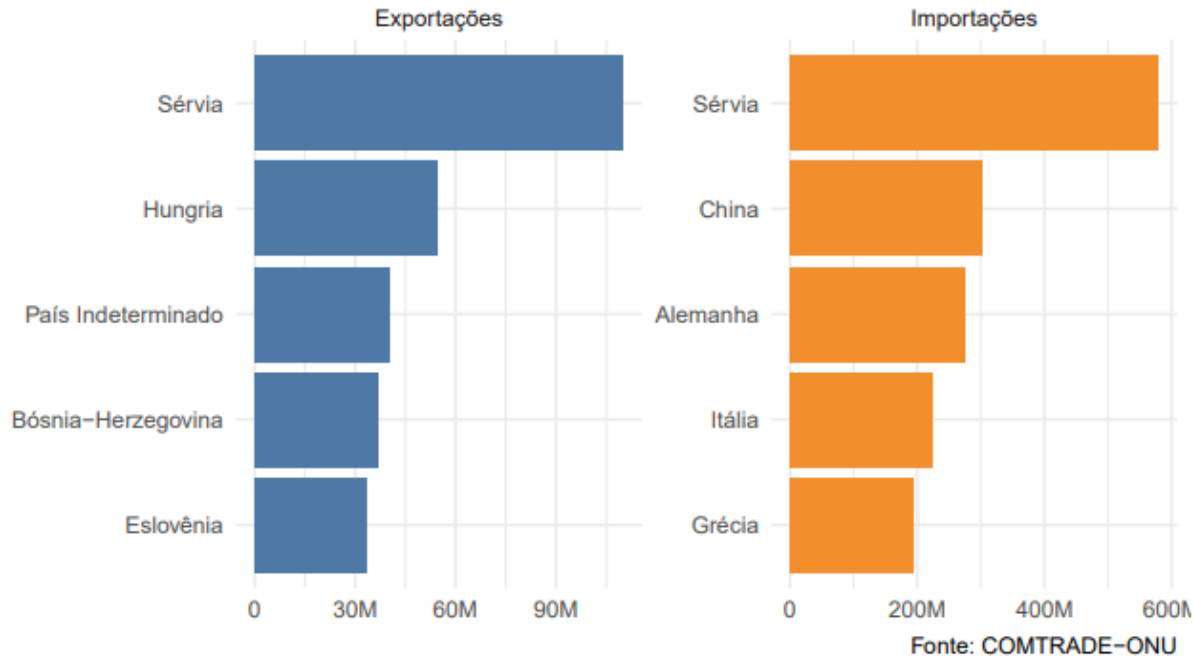
COMÉRCIO TOTAL DE MONTENEGRO

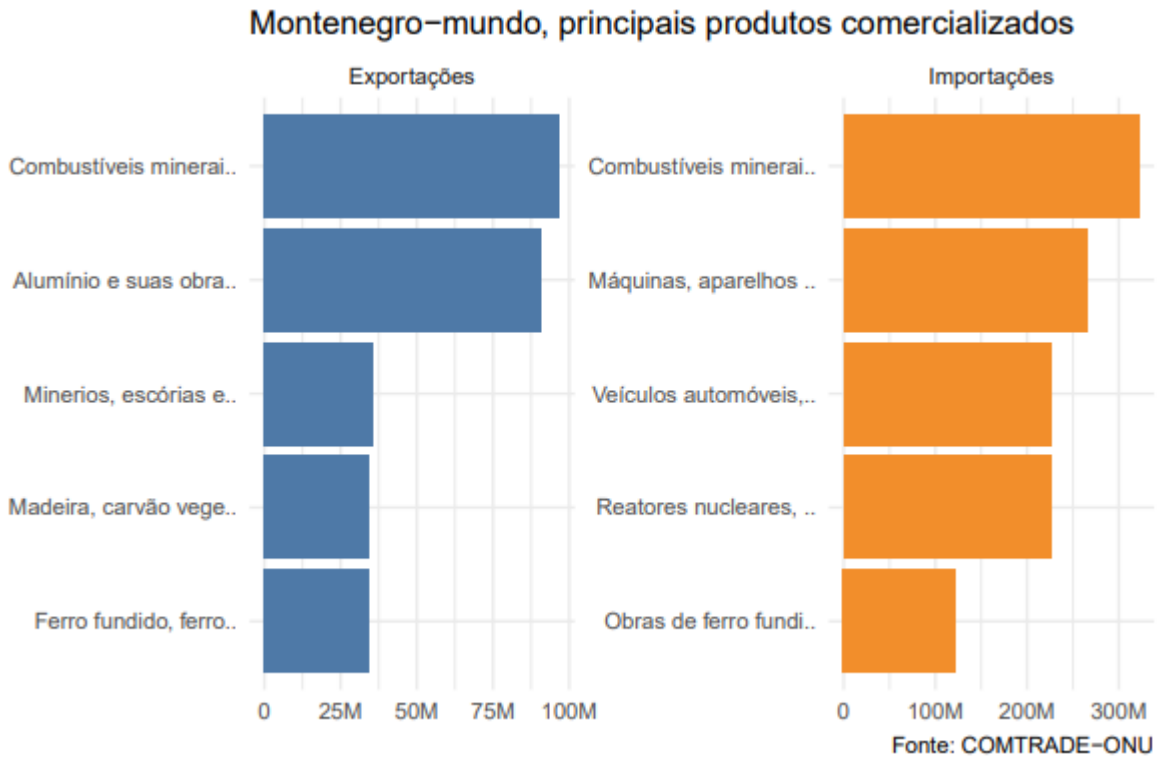
Fluxo de comércio até 2018

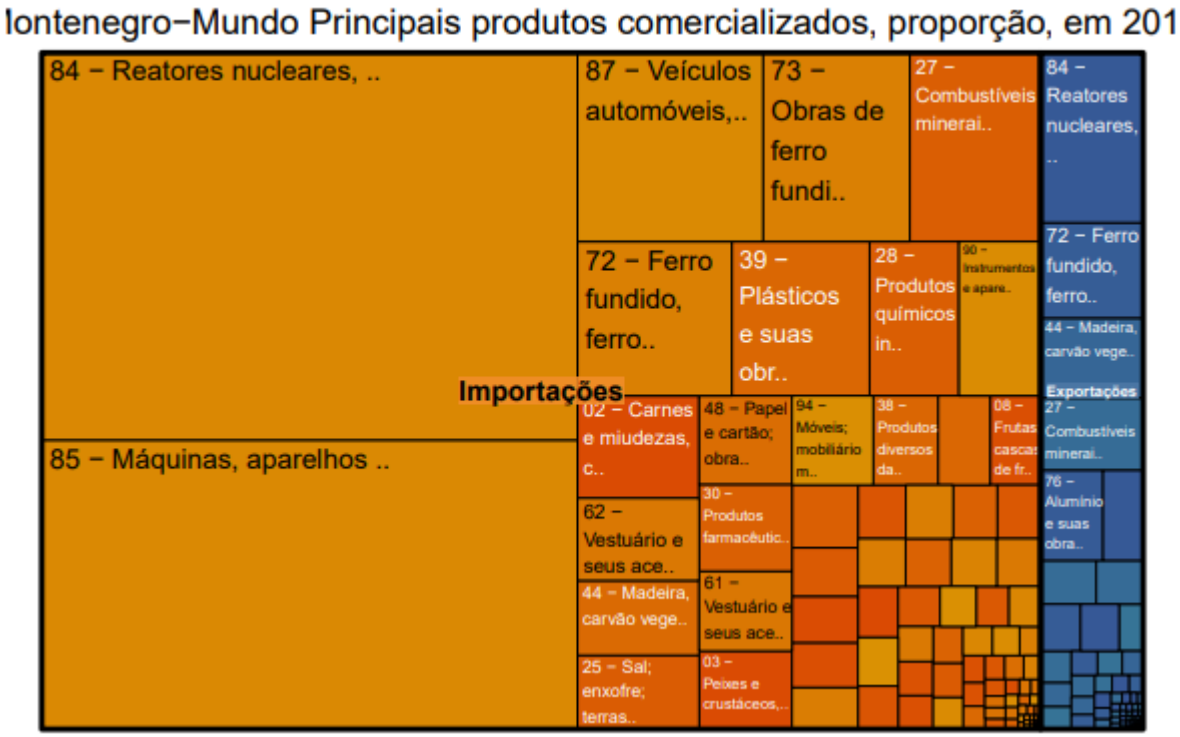


	2018	2017
Exportacoes	466.00M (10.7%)	420.87M (18.5%)
Importacoes	3.00B (15.03%)	2.61B (14.37%)
Saldo	-2.54B (-215.856%)	-2.19B (-213.603%)
Corrente	3.47B (14.43%)	3.03B (14.93%)

Principais parceiros comerciais em 2018

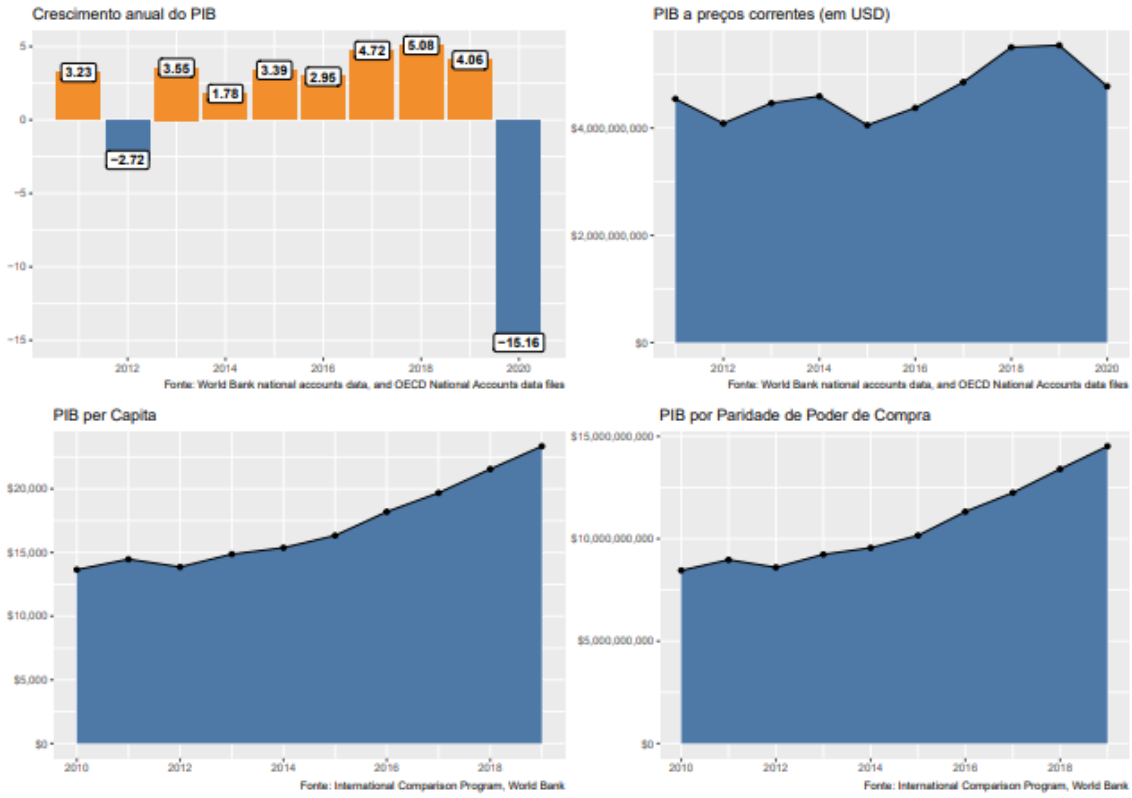



Montenegro−mundo, principais produtos comercializados
Exportações
Importações
Combustíveis minerai..
Alumínio e suas obra..
Minerios, escórias e..
Madeira, carvão vege..
Ferro fundido, ferro..
Combustíveis minerai..
Máquinas, aparelhos ..
Veículos automóveis,..
Reatores nucleares, ..
Obras de ferro fundi..
0
25M
50M
75M
100M
0
100M
200M
300M
Fonte: COMTRADE−ONU

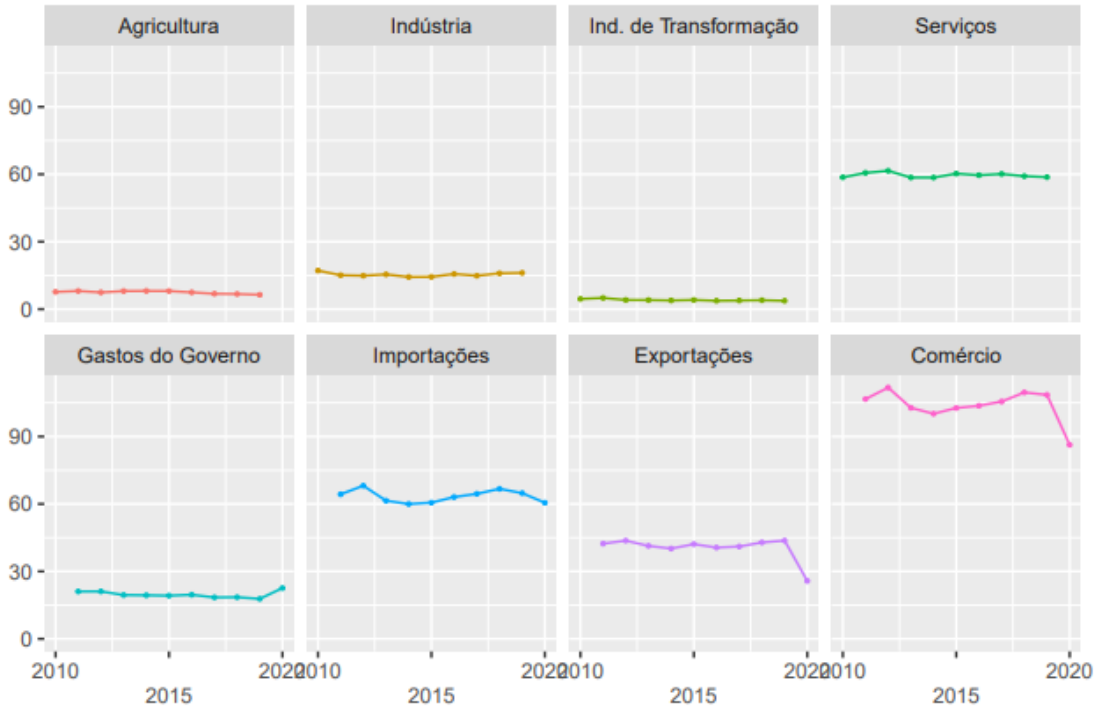

Iontenegro−Mundo Principais produtos comercializados, proporção, em 201
84 − Reatores nucleares, ..
85 − Máquinas, aparelhos ..
87 − Veículos automóveis,..
73 − Obras de ferro fundi..
27 − Combustíveis minerai..
72 − Ferro fundido, ferro..
39 − Plásticos e suas obr..
28 − Produtos químicos in..
90 − Instrumentos e apare..
Importações
02 − Carnes e miudezas, c..
48 − Papel e cartão; obra..
94 − Móveis; mobiliário m..
38 − Produtos diversos da..
08 − Frutas; cascas de fr..
62 − Vestuário e seus ace..
30 − Produtos farmacêutic..
44 − Madeira, carvão vege..
61 − Vestuário e seus ace..
25 − Sal; enxofre; terras..
03 − Peixes e crustáceos,..
84 − Reatores nucleares, ..
72 − Ferro fundido, ferro..
44 − Madeira, carvão vege..
Exportações
27 − Combustíveis minerai..
76 − Alumínio e suas obra..

INDICADORES ECONÔMICOS INTERNOS

Produto interno bruto (PIB)

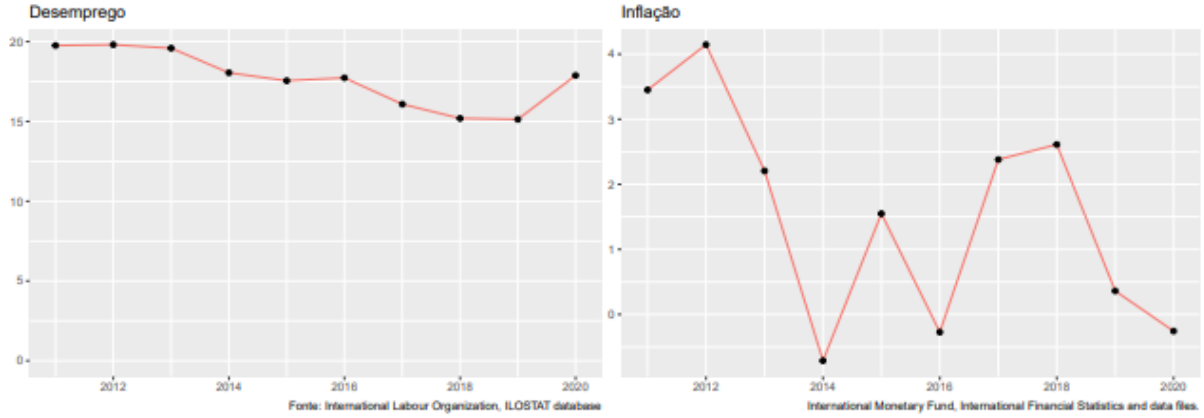


Estrutura da economia em proporção ao PIB

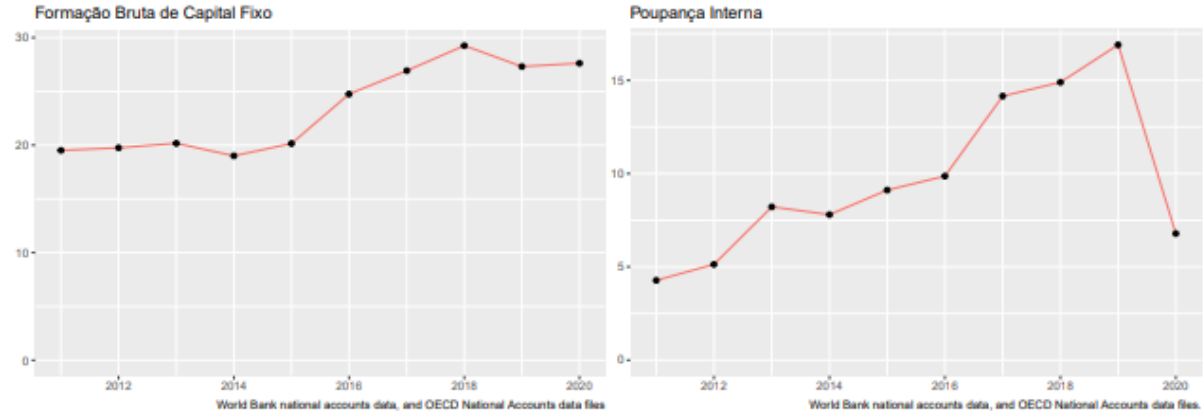


Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de desemprego e inflação



Indicadores de investimentos



69

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM BELGRADO E PODGORICA (cumulativo)

Candidato EMBAIXADOR JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO

PERFIL DO CANDIDATO



Nascido em 27 de maio de 1959 em Assunção/Paraguai (brasileiro, de acordo com o artigo 145, inciso I, da Constituição de 1946), José Mauro da Fonseca Costa Couto cursou Direito pela Universidade Cândido Mendes e concluiu, em 1989, mestrado em Relações Internacionais pela Boston University, nos Estados Unidos. Ingressou no Instituto Rio Branco em 1979. No Brasil atuou como assessor do Chefe da Divisão do Oriente Próximo II e do Departamento da África. Chefiou a Divisão de Feiras e Turismo e foi subchefe da Divisão de Operações Comerciais e defendeu, no Curso de Altos Estudos do Itamaraty, em 2000, tese sobre os investimentos diretos das empresas brasileiras no mercado norte-americano, publicada pela Revista Brasileira de Comércio Exterior. Atuou, no Ministério de Desenvolvimento, Indústria, e Comércio Exterior entre 2003 e 2010 onde exerceu a função de Assessor Especial e pôde contribuir para que o país alcançasse nova fase de crescimento de exportações, superando a marca de USD 100 bilhões. Também foi Assessor Especial no Ministério de Desenvolvimento Regional entre 2010 e 2014 onde desenvolveu projetos especiais de cooperação no campo da irrigação, emergências de secas e inundações e agricultura do semi-árido. No exterior, o Embaixador José Mauro Couto serviu nas Embaixadas do Brasil em Bonn (1985-89), Montevidéu (1989-92), Paramaribo (1992-94), no Consulado-Geral em Miami (1997-01) e também na Embaixada em Tóquio. Foi Embaixador em Cartum (2014-18) e exerce, atualmente, a função do Cônsul-Geral do Brasil em Munique (desde 2018). Participou de numerosas missões ao exterior: visita do Ministro de Estado a países da África Ocidental (1982), visita do Ministro da Indústria ao Reino do Marrocos (1983), Reuniões da *Free Trade Area of the Americas* – FTAA – (1998-2001), Missões do Ministro do Desenvolvimento e Comércio Exterior para a criação de mecanismos empresariais com a China, Índia, Estados Unidos e França (2003-2008), Sexta Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio em Hong Kong, (2005), Reuniões de mecanismos de monitoramento de comércio com a Argentina, Bolívia, Chile, México, Paraguai e Uruguai (2004-2009), Missões de negociações comerciais com a China (2005-2006), Missões empresariais à América Central, África e Oriente Próximo.

O Embaixador José Mauro Couto tem larga experiência profissional adquirida em relevantes postos para a diplomacia brasileira. Para além da atuação na área política e na observação dos desdobramentos das negociações que poderão levar à integração da Sérvia à União Européia, o diplomata poderá ampliar a relação bilateral com a Sérvia e Montenegro e a cooperação nos

campos parlamentar, ambiental, de infra-estrutura, técnico-científico, esportivo e outras áreas estratégicas de interesse brasileiro.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO
Ser reconhecida pela sociedade como instituição de excelência para promoção dos interesses do Brasil na Sérvia e em Montenegro.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a República da Sérvia e com Montenegro, zelar pela prestação de serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro em território sérvio e montenegrino e fomentar a cooperação bilateral em todos os níveis.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar o diálogo diplomático com a Sérvia para abrir novos espaços de cooperação, aproveitando o mecanismo de consultas políticas de alto nível existente.
2. Ampliar o diálogo diplomático com Montenegro, fazendo uso do momento criado pela assinatura do Memorando de Consultas Políticas com aquele país.
3. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros na Sérvia e em Montenegro, apoiando as empresas brasileiras que ali investem ou buscam oportunidades de comércio ou investimento.
4. Promover a imagem e cultura do Brasil na Sérvia e em Montenegro, com especial atenção ao ensino da língua portuguesa do Brasil.
5. Garantir serviços de assistência a cidadãos brasileiros e consulares de qualidade.
6. Contribuir para a ampliação da influência do Brasil nos processos decisórios internacionais, aproveitando as visões comuns com a Sérvia e com Montenegro sobre temas da agenda internacional.
7. Realizar o seguimento sistemático das iniciativas, novas ou em curso, no plano bilateral ou nos planos regional e internacional da Sérvia e de Montenegro de interesse direto ou indireto do Brasil.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência da administração do Posto.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

a. **Incrementar e diversificar o comércio bilateral**

i. Elaborar informações sobre produtos importados pela Sérvia e por Montenegro de interesse para exportadores brasileiros, bem como atualização de pesquisas relevantes.

ii. Monitorar as oportunidades de investimento brasileiro na Sérvia e em Montenegro para fornecimento de informação tempestiva e de qualidade a potenciais investidores.

iii. Elaborar informações acerca das particularidades dos mercados locais, suas especificidades e acordos comerciais com terceiros países, que visam reduzir taxas alfandegárias e alíquotas, e estimular investimentos.

iv. Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, de modo a contribuir para a promoção da imagem do produto e do serviço brasileiros.

v. Promover contatos com câmaras de comércio e estimular a participação de empresas brasileiras nas feiras locais setoriais.

vi. Monitorar as menções ao setor produtivo brasileiro na mídia local.

b. **Apoiar e promover a oferta de produtos de defesa brasileiros**

i. Promover produtos de defesa da indústria brasileira na Sérvia e em Montenegro, facilitando contatos diretos entre empresas nacionais e compradores potenciais e divulgando produtos brasileiros de excelência.

ii. Apoiar a realização de missões para a promoção da indústria de defesa brasileira.

iii. Promover o melhor conhecimento recíproco das bases industriais de defesa dos três países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a. Número de encontros e reuniões com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio.

b. Número de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada.

c. Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras, sérvias e montenegrinas, bem como de associações setoriais, federações regionais, confederações, da Apex-Brasil e outras entidades do setor privado.

d. Número de atuações da Embaixada para a promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, sob forma de publicações, mídia social, entrevistas, palestras, painéis, ou outro formato.

e. Número de reuniões com representantes do governo local que tenham como foco o aumento do comércio e dos investimentos bilaterais.

f. Número de relatórios de acompanhamento da economia local e da balança comercial com o Brasil produzidos pela Embaixada.

g. Número de publicações elaboradas (estudos, boletins, revistas).

h. Número de ações de divulgação sobre o setor produtivo brasileiro junto à mídia local.

i. Número de missões de promoção da indústria de defesa brasileira.

j. Número de participações em feiras e eventos de defesa.

k. Número de informações produzidas sobre a indústria de defesa da Sérvia.

II - Relações políticas bilaterais;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

a. Acompanhar a evolução da política doméstica na Sérvia e em Montenegro, incluindo o panorama eleitoral e relações interpartidárias.

b. Acompanhar o relacionamento da Sérvia e de Montenegro com os países do seu entorno regional.

c. Acompanhar as negociações entre Sérvia e Kosovo, com especial ênfase no Diálogo de Bruxelas.

d. Acompanhar o relacionamento da Sérvia e de Montenegro com países de outras regiões, conferindo especial atenção para o relacionamento da Sérvia com parceiros não-ocidentais, como Rússia e China.

e. Acompanhar os avanços nas negociações da Sérvia e de Montenegro para a sua possível adesão à União Europeia.

f. Estimular o relacionamento bilateral no nível político, com a continuação das reuniões de consultas políticas entre a Sérvia e o Brasil, em base regular, e a realização da primeira reunião de consultas políticas com Montenegro, tão logo seja estabelecido o respectivo mecanismo bilateral.

g. Acompanhar a tramitação de acordos em processo de negociação, com vistas à sua assinatura em prazo razoável e identificar oportunidades de propor novos acordos em áreas ainda não exploradas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a. Número de telegramas de informação a respeito da política interna da Sérvia e de Montenegro, incluindo as negociações Sérvia-Kosovo.

b. Número de telegramas e outros relatórios informativos a respeito das políticas externas da Sérvia e de Montenegro.

c. Número de reuniões com autoridades locais, representantes da sociedade civil e membros do corpo diplomático para a realização de gestões ou trocas de ponto-de-vista.

d. Número de atos bilaterais concluídos ou abertos para negociação.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

a. Apoiar candidaturas brasileiras a entidades internacionais.

i. Realizar gestões com vistas a obtenção do apoio sérvio e montenegrino às candidaturas nacionais em entidades internacionais.

ii. Acompanhar pedidos de troca de votos e eventualmente identificar possíveis oportunidades, com vistas a subsidiar a Secretaria de Estado.

b. Acompanhar a atuação da Sérvia e do Montenegro em organismos multilaterais.

i. Realizar registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários da Sérvia e do Montenegro em organizações internacionais diversas.

ii. Participar de reuniões de organizações internacionais realizadas na jurisdição do posto, e que incluam o Brasil, procedendo a registro e análise de tais eventos, bem como sobre a participação sérvia e montenegrina.

iii. Monitorar eventuais tentativas do Kosovo de aderir a organismos internacionais como forma de obter reconhecimento.

iv. Enviar regularmente informações que tenham relevância para a paz e a segurança na Sérvia e no entorno regional e para a atuação da ONU no terreno, tendo em vista o relacionamento Sérvia-países/regiões da ex-Iugoslávia e a participação do Brasil como membro não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), mandato 2022-2023.

i. INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a. Índice de apoio sérvio e montenegrino a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos internacionais.

- (nr. de indicações positivas de apoio sérvio a candidaturas brasileiras a organismos internacionais no ano / nr. de solicitações brasileiras apresentadas à parte sérvia para apoio a candidaturas a organismos internacionais no ano) x 100.
- (nr. de indicações positivas de apoio montenegrino a candidaturas brasileiras a organismos internacionais no ano / nr. de solicitações brasileiras apresentadas à parte montenegrina para apoio a candidaturas a organismos internacionais no ano) x 100.

b. Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas multilaterais.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

a. Manter o Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira oferecido gratuitamente pelo Setor Cultural e Educacional da Embaixada.

b. Ampliar o número de vagas, módulos e cursos temáticos.

c. Manter a participação do encarregado do Curso nos trabalhos e nas atividades coletivas da Rede de Ensino (centros, núcleos e leitorados) do Itamaraty.

d. Com base na experiência adquirida com a realização do Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira, promover a fundação de Núcleo de Estudos Brasileiros no Posto.

e. Reestruturar a biblioteca do Posto (catalogação do acervo bibliográfico e digitalização de títulos de interesse da Rede de Ensino do Itamaraty).

f. Divulgar a cultura brasileira, clássica e moderna, em eventos (feiras, exposições, amostras e apresentações).

g. Incentivar o turismo no Brasil

i. Divulgar o produto turístico no Brasil, como destino alternativo aos tradicionalmente preferidos pelos sérvios e montenegrinos, junto às empresas locais do setor e em resposta a consultas individuais, bem como fazendo uso das mídias sociais do posto.

ii. Participação em feiras de turismo.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a. Avaliação do número de candidatos ao Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira.

b. Avaliação do número de alunos inscritos.

c. Avaliação dos alunos dentro do método adotado, com a progressão por módulos.

d. Número de livros catalogados e disponibilizados para digitalização

e. Número de reuniões de promoção do Brasil como destino turístico com meios de comunicação, agentes de viagem, empresas aéreas e outros stakeholders do setor.

f. Número de eventos de divulgação da cultura brasileira.

g. Número de seguidores em redes sociais (Facebook e Instagram)

h. Número de ações de divulgação de destinos turísticos brasileiros nas mídias sociais do posto.

i. Número de participações em feiras dedicadas ao setor do turismo.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

a. Acompanhar ações governamentais locais na proteção ao meio ambiente e no combate à mudança do clima.

b. Divulgar a realidade brasileira de proteção do meio ambiente e de estímulo ao desenvolvimento sustentável, junto às autoridades locais e ao público em geral.

c. Identificar oportunidades de investimentos e de prestação de serviços por parte de produtores de biocombustíveis e prestadores privados e governamentais de serviços ambientais brasileiros na Sérvia e Montenegro.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a. Número de informações sobre as ações governamentais locais de proteção ao meio ambiente e de combate à mudança do clima.

b. Número de ações de divulgação da realidade brasileira de proteção ao meio ambiente e estímulo ao desenvolvimento sustentável.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

a. Estabelecer e canais de cooperação entre os ecossistemas de inovação da Sérvia e do Brasil.

b. Divulgar o Brasil como país inovador e fonte de soluções de ponta em ciência e tecnologia junto às empresas locais.

c. Divulgar as soluções brasileiras em governo digital para as autoridades sérvias e montenegrinas.

d. Identificar oportunidades de negócios no mercado local para startups brasileiras em estágio maduro de internacionalização, inclusive como ponte para outros mercados na região.

e. Mapear o potencial do cluster de inovação "Belgrado/Novi Sad" para a internacionalização de startups brasileiras.

f. Participar em feiras de ciência, tecnologia e inovação, e estímulo à participação de empresas brasileiras nesses eventos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a. Número de eventos, seminários, webinários e ações para divulgação dos ecossistemas de inovação e estabelecimento de parcerias e negócios entre startups do Brasil e da Sérvia.

b. Número de reuniões promovidas entre startups com investidores e ambientes de inovação (parques, incubadoras ou aceleradoras tecnológicas) dos dois países.

c. Número de participações em feiras e eventos de ciência, tecnologia e inovação na jurisdição do posto.

d. Número de eventos, seminários, webinários e ações para divulgação e estabelecimento de parcerias entre entidades atuando em digitalização de serviços governamentais.

e. Número de ações de divulgação em meios de comunicação e mídias sociais, bem como junto a entidades governamentais e institutos de pesquisa, de soluções científicas e tecnológicas brasileiras.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

a. Identificar oportunidades de cooperação com instituições de ensino na Sérvia e em Montenegro, a fim de divulgar o ensino da língua portuguesa e da cultura brasileira.

b. Incremento dos contatos entre entidades de pesquisa e universidades dos dois países.

c. Promover a cooperação em matéria de defesa ao abrigo do acordo vigente.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a. Número de reuniões com universidades e centros de pesquisa sobre a divulgação do ensino de língua portuguesa.

b. Número de reuniões com representantes de universidades institutos de pesquisa, ambientes de inovação, setor privado e governo que permitam identificar oportunidade de cooperação bilateral.

c. Número de eventos, seminários, webinários e ações de aproximação das comunidades científicas.

d. Número de reuniões com autoridades, eventos, seminários e outras ações de promoção da cooperação em defesa.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

a. Acompanhar e produzir informação sobre as ações governamentais destinadas a reduzir a desigualdade social, bem como iniciativas em foros multilaterais.

b. Acompanhar as políticas de governo no tratamento da questão dos refugiados, levando em conta ser a Sérvia país de trânsito de migrantes, a importância do tema para a União Europeia e a possibilidade de intercâmbio de experiências.

c. Divulgar as ações do governo brasileiro no combate às desigualdades sociais e na promoção do desenvolvimento socioeconômico.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a. Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre os temas propostos.

b. Número de reuniões realizadas com autoridades e organizações sociais.

c. Número de ações de divulgação junto ao público em geral ou de reuniões realizadas com autoridades, acadêmicos e formadores de opinião com o objetivo de divulgar ações do governo brasileiro no combate às desigualdades sociais e na promoção do desenvolvimento socioeconômico.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior.

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

a. Zelar pela prestação de serviços de forma ágil, profissional e correta ao usuário que recorre ao Setor Consular da Embaixada.

b. Promover consulado itinerante a Montenegro, a fim de estabelecer contato mais estreito com a comunidade brasileira residente no país de cumulatividade.

c. Manter os canais digitais da Embaixada atualizados com informações relevantes ao usuário sobre serviços prestados pelo Setor Consular do Posto, requerimentos, procedimentos, prazos, direitos e obrigações do cidadão, bem como sobre outras informações de interesse geral para o cidadão brasileiro.

d. Com a experiência adquirida com a pandemia do novo coronavírus, aperfeiçoar os mecanismos de resposta a crises consulares.

e. Responder tempestivamente a dúvidas, questionamentos e sugestões recebidas por mensagem eletrônica no Posto;

f. Zelar pelo atendimento eficiente e profissional no Telefone de Emergência Consular;

g. Acompanhamento de casos de nacionais brasileiros detidos na Sérvia e em Montenegro, com a realização de visita quando cabível

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a. Acompanhamento das estatísticas relativas à prestação do serviço consular

   i. Número de documentos produzidos

   ii. Número de atendimentos realizados

   iii. Tempo de espera para obtenção de agendamento

   iv. Tempo de espera do usuário no guichê

v. Número de atendimentos pelo telefone de emergência

vi. Número de atendimento de casos de assistência consular

b. Número de comentários, sugestões e críticas resolvidos por meio de mensagem eletrônica e pelas redes sociais.

EMBAIXADA DO BRASIL EM BELGRADO

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR EDUARDO BOTELHO BARBOSA

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (fev/2019 - nov/2021):

Assumi a Embaixada em Belgrado em 5/2/2019. Procurei, de início, rever a distribuição das tarefas e responsabilidades dos servidores e funcionários locais do Posto, buscando otimizar o fluxo do trabalho e o aproveitamento dos recursos humanos e físicos de da Embaixada, em prol dos objetivos alinhavados na minha sabatina na Comissão de Relações Exteriores do Senado.

2. A minha gestão foi impactada negativamente pela pandemia do covid-19, iniciada na Sérvia em fevereiro de 2020, exatamente um ano após a minha chegada no Posto. Em seguida, Montenegro (cumulativa) foi atingido pela doença.

3. Na data deste Relatório, a situação sanitária na Sérvia, infelizmente, após as férias do período estival do hemisfério norte, voltou a níveis críticos. Em 2/7/2021, por exemplo, foram registradas apenas 74 novas infecções com o novo coronavírus, e quatro mortes. Em 25/11/2021, esses números passaram a, respectivamente, 2677 e 48, apresentando, contudo, uma tendência de queda gradual. A pandemia afetou fortemente a sociedade local e, por extensão, o programa de atividades do Posto, em particular aqueles que envolvem contatos presenciais.

4. Em Montenegro, a pandemia seguiu tendência similar à da Sérvia: em 3/7/2021, foram registradas 24 novas infecções e uma morte devido ao coronavírus. Em 25/11/2021, tinham-se 310 novos cases e sete mortes, com tendência declinante, similar à do seu vizinho sérvio.

5. Detalho, a seguir, resumidamente, em duas partes, a primeira dedicada à Sérvia e a segunda à Montenegro (Embaixada cumulativa), as principais ações realizadas, as principais dificuldades encontradas e sugestões para o próximo Chefe de Missão.

SÉRVIA

Política externa e interna

6. No plano externo, o principal desafio enfrentado pela Sérvia é a questão da auto-declarada independência da ex-província do Kosovo, que Belgrado não reconhece. Desde que cheguei em Belgrado, é patente a deterioração do processo negociador entre Belgrado e Pristina, apesar do Diálogo de Bruxelas seguir, em teoria, ativo. As recentes tensões de setembro/outubro 2021 levaram a União Europeia (EU) e os EUA a interferirem mais marcadamente para deter uma perigosa escalada do confronto.

7. Trata-se de questão que se arrasta desde fins da década passada e que divide a comunidade internacional entre os que reconhecem a independência unilateral do Kosovo e os que, como o Brasil, respeitam a Resolução S/RES/1244(1999) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e defendem a integridade territorial da Sérvia e uma solução negociada livremente entre as partes. O Posto contribuiu com subsídios para defender a posição brasileira, inclusive frente a questionamentos no plano interno.

8. Atualmente, o acompanhamento da questão do Kosovo se reveste de importância adicional, haja visto a atuação do Brasil como membro não-permanente do CSNU no biênio 2022-23, e o fato de que o Conselho revê semestralmente a situação da UNMIK ("United Nations Mission in Kossovo"). A UNMIK é fortemente apoiada pela Rússia, mas os EUA e aliados advogam pelo seu encerramento.

9. Não seria exagerado afirmar que a questão não resolvida entre Belgrado e Pristina ameaça a estabilidade regional e é um convite em aberto à atuação de potências estrangeiras. Além das potências ocidentais, a Rússia, mas também, em menor grau, a China e a Turquia, buscam influenciar o processo político sérvio. Para que a Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) possa acompanhar devidamente o tema, busquei ampliar o fluxo de informações e análises sobre a questão, inclusive sobre a política kosovar. Sempre que possível, acrescentei aos informativos elementos de conversas minhas com outros embaixadores nesta capital, ou com representantes da sociedade civil e governo sérvios.

10. Outra alta prioridade de política da Sérvia é sua adesão ao bloco europeu, cujo progresso é monitorado continuamente pelo Posto. A Sérvia já está praticamente integrada economicamente à UE, em decorrência do Acordo de Estabilização e Acessão de 2007, e está realizando lentamente as reformas democratizantes e liberalizantes exigidas para o cumprimento dos "capítulos" do processo de acessão definitiva. A adesão, se vier a se concretizar, terá repercussões sobre nosso acesso ao mercado local, sendo algumas delas positivas, bem como sobre o relacionamento político, na medida em que Belgrado estaria mais alinhado com as diretrizes de Bruxelas.

11. Para complementar a informação e análise da política externa da Sérvia, o Posto acompanha atentamente a política interna do país. O Presidente Vucic é figura dominante da cena pública sérvia. Ele desfruta de inegável popularidade, favorecida pela evolução favorável da economia. Vucic, exímio estrategista, comanda a política externa da Sérvia de perto e sua permanência no poder garante a estabilidade dos objetivos externos da Sérvia. Mas sua liderança apresenta aspectos polêmicos e a oposição o acusa de limitar o jogo democrático em seu favor.

Reuniões

12. No início da minha missão, visitei cerca de trinta embaixadores e representantes de organismos internacionais, para me apresentar e me inteirar da visão do corpo diplomático sobre a situação local. Procurei igualmente, como de praxe, os meus interlocutores na Chancelaria local, para estabelecer o relacionamento.

13. Entre os principais eventos, visitas e reuniões oficiais destacaria as seguintes:

14. Reuni-me com o embaixador Zoran Vujic, Diretor Político da Chancelaria local, para preparar a pauta da V Reunião de Consultas Políticas, que foi realizada em Brasília, em junho de 2019. Desde então, devido à pandemia do covid-19, não houve novo encontro, que deverá ocorrer em Belgrado, obedecendo ao princípio da alternância. Sempre que oportuno, tenho sugerido à SERE retomar as reuniões, virtualmente se for o caso.

15. Em junho de 2019, fui recebido, junto com os embaixadores da Argentina e do Canadá, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia, Ivica Dacic, para expor as posições do Grupo de Lima sobre a situação venezuelana. A parte sérvia registrou a posição do Grupo, e a brasileira, em particular, e não tem promovido eventos conjuntos do GRULAC.

16. Como as atividades desta sociedade retomaram plenamente somente a partir de meados de setembro, optei por celebrar a data nacional brasileira no dia 15 de novembro de 2019 (Proclamação da República), nos salões nobres do "Arquivo da Iugoslávia", graças à colaboração acordada com aquela instituição histórica, que envolveu a inauguração da exposição "Brasil-Sérvia. 80 Anos de Relações Bilaterais". A Embaixada apoiou a pesquisa bem como a edição do livreto publicado na ocasião, que registra os principais atos oficiais bilaterais do período.

17. Ainda em julho de 2019, fiz uma primeira visita à então presidente do Parlamento da Sérvia, Maja Gojkovic. Além dos temas de interesse da pauta bilateral, adiantei informações sobre a importante participação de delegação parlamentar brasileira na então vindoura 141ª Assembleia da IPU (União Interparlamentar, na sigla em inglês, outubro de 2019). Em setembro, reuni-me com o Grupo Parlamentar de Amizade Sérvia-Brasil. Informei sobre a reunião, sugerindo a formação do Grupo no Congresso Nacional.

18. Participei de toda a agenda da Delegação brasileira de deputados e senadores à 141ª Assembleia IPU, realizada em outubro de 2019.

19. Em novembro de 2019, visitei a então reitora da Universidade de Belgrado, Ivanka Popovic, para explorar possibilidades de cooperação. A área de ciências agrícolas foi identificada como a de maior potencial.

20. Fui recebido, em dezembro de 2019, pela embaixadora Tatjana Conic, Subsecretária de Assuntos Bilaterais da Chancelaria local. Noto que a embaixadora assinalou a importância do Brasil na América Latina para a diplomacia sérvia, qualificando o diálogo político bilateral como "extraordinário". Um dos resultados desse encontro foi a retomada das negociações visando a celebração de eventual acordo de promoção de investimentos.

21. No início de fevereiro de 2020, reuni-me com a diretora do "Institute of Field and Vegetable Crops", em Novi Sad, para avaliar possibilidades de reforçar a cooperação com instituições bra-

sileiras. De prestígio internacional, o Instituto ocupa lugar de destaque na pesquisa da soja e mantém contatos regulares com a Embrapa, inclusive sobre esse tema.

22. Com a eclosão da pandemia na Sérvia, em fevereiro de 2020, as autoridades impuseram um longo período de "lockdown", seguido de restrições à circulação, frequentação de ambientes fechados e de contatos presenciais entre as pessoas, que só foram amenizados em maio do ano seguinte (2021), às vésperas do verão e feriados escolares do hemisfério norte. As novas circunstâncias resultaram em diminuição do ritmo das atividades no país, inclusive econômicas. No período, a Embaixada concentrou seus esforços no fluxo de informações e análises, enquanto as restrições sanitárias não eram levantadas.

23. Em maio de 2021, visitei o secretário de Estado (equivalente a vice-ministro) da Defesa, Branko Zivanovic, para apresentar o potencial do produto brasileiro e explorar novas possibilidades de cooperação bilateral, ao amparo do Acordo de Cooperação em Defesa existente entre os dois países, em particular no tocante aos produtos da Embraer/Atech.

24. Ainda naquele mês, fui recebido pelo ministro da Construção, Transporte e Infraestrutura, Tomislav Momirovic, para me inteirar do potencial do mercado local para a construção civil brasileira.

25. Chefiei, atendendo à designação por Vossa Excelência, a delegação brasileira à Reunião Comemorativa de Alto Nível do sexagésimo aniversário da Primeira Conferência do Movimento dos Não Alinhados (MNA), realizada em Belgrado de 11 e 12 de outubro de 2021. Pronunciei discurso no plenário, como representante de país observador do Movimento.

1.3 - Candidaturas

26. Cumprindo instruções da SERE, realizei pessoalmente, em várias oportunidades, gestões junto às autoridades locais, buscando o seu apoio às candidaturas brasileiras a organismos internacionais, bem como a eventos de interesse do Brasil, entre outros. Todas foram bem recebidas.

27. Além do bom nível do relacionamento bilateral e visões coincidentes sobre os grandes temas da pauta internacional, o fato de que o Brasil adota uma posição de firme de respeito à citada S/RES/1244(1999) pesa sobremaneira na decisão sérvia de apoiar os pleitos brasileiros. O ex-chanceler Ivica Dacic (hoje presidente da Skupstina, o parlamento unicameral da Sérvia) deixou muito claro para o corpo diplomático de Belgrado, em reunião da qual participei, que o compromisso com a referida Resolução é elemento fundamental na decisão do governo Sérvio de acolher tais pedidos de apoio.

28. Sempre menciono a posição brasileira nos meus encontros com as autoridades locais e mesmo com representantes da sociedade civil. Quando apresentei minhas credenciais ao Presidente Aleksandar Vucic, a simples referência ao nosso firme apoio à S/RES/1244(1999) suscitou sua

imediata e entusiasmada reação. A posição de princípio do Brasil contribui, assim, à fluidez do diálogo com as autoridades locais.

29. Outro fato a destacar é que o ex-embaixador da Sérvia em Brasília, Veljko Lazic, assumiu a direção de Américas do Ministério dos Negócios Estrangeiros em abril do corrente. Podemos contar, assim, em posição estratégica na Chancelaria local, com um interlocutor que fala português e conhece a realidade de nosso país.

Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação

30. Durante minha gestão, constatei existir grande potencial do setor de ciência, tecnologia e inovação na Sérvia, ainda pouco explorado pelo Brasil. Desenvolvi, assim, exercício de mapeamento dos principais atores do ecossistema de inovação no país.

31. Foram mantidos encontros com autoridades e empresas públicas com atuação no tema da inovação, com representantes de organizações não-governamentais, e outras entidades, como o Parque Tecnológico de Belgrado. Foram identificadas possibilidades de intercâmbio de experiências no campo da digitalização dos serviços públicos, tema sobre o qual está sendo estudada a possibilidade de negociação de um Memorando de Entendimento. No âmbito comercial, estou buscando criar condições para estabelecimento de contatos diretos entre startups, parques tecnológicos e outros atores privados, com vistas a estimular o conhecimento mútuo e demonstrar o potencial dos mercados de lado a lado.

Promoção da cultura do Brasil e da língua portuguesa

32. A Embaixada procurou, dentro das limitações orçamentárias, bem como dos transtornos causados pela pandemia do novo coronavírus, atuar de forma positiva e criativa para promover diversos aspectos da cultura brasileira e do português do Brasil na Sérvia. Concedi entrevistas a jornais e revistas locais.

33. No que tange a realização de eventos, manteve-se a diretriz de, sempre que possível, promover de parcerias com entidades e outros atores sérvios, a fim de maximizar a participação brasileira no cenário cultural do país em um contexto de restrições de verbas, como o enfrentado no período em tela. Nesse contexto, destaco:

- a apresentação, em 15/03/2019, do guitarrista brasileiro Yamandú Costa, no marco da 20ª Edição do “Guitar Art Festival” de Belgrado, evento este que contou com público de cerca de 500 pessoas;
- a realização de oficinas de capoeira e samba no Centro de Cultura Brasileira em Belgrado, coordenado pelo capoeirista Mestre Pulmão; e,
- o apoio concedido à X Edição do Festival "Dani Brazila" (Dias do Brasil), de 23 a 25/08/2019, em Novi Sad, a segunda maior cidade da Sérvia, com suas oficinas de capoeira e danças brasileiras, entre outras atividades.

34. Reitero minha avaliação de que este último evento demonstrou ser importante ferramenta de divulgação da cultura brasileira, com visibilidade expressiva naquela cidade, que recebe grande fluxo de turistas no verão. Por esse motivo, julgo desejável manter, nas edições vindouras, o apoio da Embaixada ao evento, viabilizado com o envio de recursos da SERE.

35. Na esfera musical, fora do contexto de parcerias com festivais ou entidades locais, foram promovidos, em 2019, diretamente pela Embaixada, dois concertos de câmara, um em Belgrado e outro em Novi Sad, em homenagem ao 60º aniversário da morte de Heitor Villa-Lobos. Os eventos contaram com a participação da pianista Julija Bal - que transcreveu para o piano as obras de Villa-Lobos - e por músicos do grupo MOTO ("Music & Opera Theater Organization"), que já haviam anteriormente colaborado com a Embaixada, com apresentações dedicadas ao compositor brasileiro, de grande êxito de público, em Belgrado e em Kragujevac.

36. No que diz respeito à promoção da cultura brasileira, saliento o relançamento do curso de ensino da língua portuguesa, em outubro de 2019, tanto no Espaço Cultural da Embaixada em Belgrado quanto virtualmente, por meio da plataforma Zoom. Inicialmente com a oferta de uma turma de nível básico e outra no intermediário, a iniciativa, dentro das possibilidades do Posto, tem por objetivo contribuir ao ensino do português na Sérvia, cuja oferta é escassa. O curso já havia sido ministrado, com bons resultados, no período de 2013 a 2016, pelo Professor Guilherme Serra Pietsch, interrompendo-se por motivo de seu regresso ao Brasil.

37. Em sua atual edição, o referido curso não implicou custo de contratação de novo docente, tendo em vista que o AA Mladen Ciric, que trabalha no Setor Cultural da Embaixada desde 2013, e é encarregado da maioria das traduções de documentos oficiais, dispôs-se a conduzir as aulas em base voluntária, sem que se fizesse necessário alterar seu contrato de trabalho com esta Missão Diplomática. Após dois anos de crescente sucesso, o curso também oferece uma turma de nível avançado e outra dedicada a alunos de capoeira. Em sua mais recente edição, do semestre letivo de 2021, iniciado em setembro último, mais de quatrocentos e cinquenta candidatos enviaram cartas de motivação, solicitando matrícula. Dentre os interessados, manifestaram-se, entre outros, diplomatas sérvios, tradutores, profissionais da área de turismo e estudiosos de língua.

38. Com o propósito de explorar oportunidades de promoção da língua portuguesa e da cultura brasileira, realizei também sucessivas visitas a várias entidades, dentre as quais destaco, apenas este ano, a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Novi Sad, o Liceu Filológico de Belgrado, o Museu do Livro e Viagens e o Museu da Literatura Sérvia Adligat (Belgrado). Em tais ocasiões, pude constatar o vivo interesse na literatura e no idioma português falado no Brasil, o que propicia oportunidades de cooperação na área de ensino da língua na Sérvia.

39. Encontra-se em curso, ademais, o projeto de digitalização de parte do material da Biblioteca da Embaixada do Brasil em Belgrado, principalmente impressos produzido pelo próprio Posto em décadas anteriores, livros antigos e material de ensino de PLE. O processo de digitalização

terá que ser realizado por uma empresa especializada. Uma vez digitalizado, o material será disponibilizado na página do Posto e encaminhado ao repositório comum dos Postos.

40. Concebido para levar, de forma ágil, informação sobre o Brasil ao público sérvio, a série "Aspectos do Brasil", publicada na página Facebook da Embaixada com boa receptividade desde 2019, tem sido mantida, com regularidade, no formato de textos sucintos, em português e em sérvio, sobre temas e datas nacionais importantes. Procura-se que os textos sejam acompanhados de fotos ou arquivos com informações mais detalhadas sobre cada assunto a fim de incentivar leitores a procurar maiores informações de modo a aprofundar o conhecimento. Com a abertura de uma conta oficial no Instagram, em 2020, foi possível estender o alcance a usuários da plataforma, que valoriza a postagem de imagens e vídeos de curta duração.

41. Com a retomada da promoção de espetáculos culturais, suspensos em 2020 devido às restrições impostas pela pandemia do covid-19, a Embaixada realizou, em 17/11, no contexto da celebração da Proclamação da República, a apresentação do pianista brasileiro Pablo Rossi, em salão nobre da Prefeitura de Belgrado, para tocar música clássica brasileira, como parte de tour que o artista cumpre no Bálcãs, por iniciativa desta Embaixada, que inclui concertos em Sofia e Zagreb, com o apoio das respectivas Embaixadas brasileiras naquelas capitais. Será realizada, em dezembro, apresentação do "Trio Saudade", em Novi Sad, dedicada ao choro, gênero musical pouco conhecido do público sérvio. Ainda naquele mês, será exibido o filme "Senhor Embaixador" (2017).

42. Sempre em dezembro vindouro, realizarei palestra na acima mencionada Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Novi Sad, para apresentar aspectos da cultura brasileira. Será a primeira palestra de embaixador do Brasil naquela instituição.

Temas econômicos e comerciais

43. Durante a minha gestão, procurei ampliar o relacionamento comercial com a Sérvia, ainda muito limitado pelo desconhecimento mútuo e pela distância geográfica. Visitei, no começo da minha missão, o presidente da Câmara de Comércio local, para conhecer sua visão do potencial comercial entre os nossos dois países.

44. A crise no comércio mundial provocada pela pandemia de covid-19 afetou, como em todo o planeta, as transações bilaterais. Entretanto, a recuperação mais rápida da economia sérvia tem permitido recuperação dos fluxos entre os dois países. O comércio, contudo, ainda continua excessivamente concentrado em poucos produtos agrícolas, particularmente o café. Visitei o maior importador e torrefador de café brasileiro, além das diretorias das principais cadeias de supermercados da Sérvia, para promover o produto brasileiro.

45. O Brasil registra superávit estrutural no comércio com o parceiro sérvio, considerando as estatísticas sérvias (as do MDIC, baseadas no primeiro destino, mesmo em se tratando de intermediários, subestimam o fluxo). Em 2020, o intercâmbio total chegou a USD 87,6 milhões (im-

portações oriundas do Brasil de USD 68,9 milhões, exportações sérvias ao Brasil de USD 18,7 milhões, superávit para o Brasil de USD 50,2 milhões). Quase metade das exportações brasileiras são de café.

46. O Setor Comercial manteve atendimento frequente e tempestivo das empresas brasileiras interessadas nos mercados sérvio e montenegrino e divulgou publicações setoriais sobre o Brasil junto aos principais interlocutores nos dois países. Também fez uso das mídias sociais, quando julgado apropriado, para informar o público em geral sobre setores específicos e dissipar informações desatualizadas ou incorretas sobre a sustentabilidade e a excelência dos produtos brasileiros. No ranking de 124 SECOMs da rede Extranet CGPR, o SECOM Belgrado progrediu do 31º lugar, no primeiro trimestre de 2021, para o 20º lugar no terceiro trimestre do mesmo ano.

47. Os abalos sofridos pelo setor de turismo durante a pandemia reduziram o interesse dos locais por destinos mais distantes. A Embaixada, contudo, continuou a atuar no sentido de divulgar os destinos nacionais e participar de eventos do setor, mesmo na ausência de operadores brasileiros.

48. O único investimento brasileiro de monta na Sérvia continua a ser a compra pela farmacêutica EMS da estatal sérvia Galenika, em 2016. A empresa está consolidando sua participação no mercado local, registrando lucros e buscando expandir suas operações em outros países da região. A pauta de exportações brasileiras passou a registrar crescente participação de insumos para a indústria farmacêutica por conta da Galenika. A Embaixada, sempre que solicitada, tem apoiado a Galenika em seu relacionamento com as autoridades locais.

49. Visitei o presidente da Air Serbia, para promover o produto Embraer. Depois da minha visita, um avião da Embraer veio a Belgrado para ser mostrado àquela empresa.

Feiras

50. A Embaixada buscou participar das feiras comerciais setoriais organizadas na Sérvia e, quando possível, em Montenegro, com vistas a divulgar a realidade brasileira e as oportunidades de negócios com o país.

51. A pandemia, contudo, reduziu ou cancelou grande parte dos eventos comerciais realizados na jurisdição do posto, além de tornar difícil a presença física de empresas brasileiras.

Diplomacia da Saúde

52. Foram produzidos relatórios e expedientes de teor informativo e analítico sobre a situação de saúde pública na Sérvia e em Montenegro, bem como sobre as medidas adotadas e estatísticas da pandemia nos dois países. Em atenção à consulta recebida da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), o Posto acompanhou os esforços dos dois governos para obter as vacinas necessárias à vacinação contra o coronavírus covid-19 e transmitiu informações relativas aos imu-

nizantes disponíveis, à utilização da vacina Sputnik-V na Sérvia, bem como às estratégias adotadas pela campanha de imunização no país.

53. Por instrução da SERE, igualmente, foi iniciado o processo de reconhecimento mútuo de certificados de vacinação com a Sérvia e com Montenegro, a fim de facilitar o trânsito e a admissão de brasileiros e sérvios nas fronteiras de ambos os países.

Diplomacia Pública

54. Durante minha gestão, busquei aprimorar o uso das mídias sociais como meio de divulgação da realidade brasileira junto aos sérvios e montenegrinos, usando os perfis da embaixada no Facebook e no Instagram. O perfil no Instagram foi inaugurado em março do corrente.

55. No caso do Facebook, a evolução do desempenho do perfil da embaixada pode ser observado pelo maior envolvimento dos usuários com os posts. Se comparado com a média de engajamento dos posts publicados de janeiro de 2019, houve uma melhora significativa das interações (curtidas, reações e comentários) dos usuários, estimada em mais de 60% em termos de engajamento nesse período.

56. Com relação ao Instagram, embora oficialmente a plataforma não disponibilize dados retroativos mais abrangentes, é possível observar um aumento de cerca de 30% do número de seguidores do perfil da embaixada no aplicativo apenas nos últimos três meses.

57. O crescimento do perfil da embaixada no Instagram pode ser analisado também em relação aos dados de alcance da página. Comparado com dados de agosto último, por exemplo, houve um aumento de mais de 80% na quantidade de perfis que visualizaram as publicações do posto na plataforma.

Assistência consular

58. Entre 2019 a 2021, a Embaixada enfrentou dois principais desafios: de um lado, a pandemia do novo coronavírus, que reteve brasileiros nesta jurisdição em decorrência da decretação do estado de emergência (15/3 a 5/6/20) e do fechamento de aeroportos e fronteiras (19/3 a 18/5/20); de outro, o agudo aumento da presença de turistas brasileiros na Sérvia, verificado a partir da reabertura gradual do país, a partir de junho daquele ano.

59. Com a crise, o Posto prestou assistência consular a brasileiros que recorreram à Embaixada com pedido de auxílio humanitário, quando em situação de desvalimento, bem como de informações em relação a como proceder em caso de infecção por covid-19. Em etapa posterior, foi realizado contato com as autoridades de imigração sérvias, a fim de orientar nacionais brasileiros a respeito da regularização de sua situação imigratória, uma vez que, apesar da abertura das fronteiras, a instabilidade na grade de voos comerciais causou frequentes adiamentos e cancelamentos de passagens aéreas.

60. Com a reabertura das fronteiras sérvias a partir de fins maio de 2020, e a progressiva liberalização das medidas de admissão de estrangeiros na Sérvia, o Posto identificou e reportou um forte aumento na presença de brasileiros neste país, por motivo de turismo ou com o propósito de cumprir período de quarentena, com vistas à entrada em terceiros destinos, sobretudo a Itália, a França e o Reino Unido. Tal aumento foi observado sobretudo nos números relativos a atendimentos no telefone do Plantão de Emergência, a pedidos de informação (por telefone e mensagem eletrônica) quanto aos requerimentos de entrada na Sérvia, bem como de passaportes perdidos, roubados ou extraviados.

61. Com o sucesso obtido pelas autoridades sérvias nos estágios iniciais da campanha de vacinação, e a aceitação de estrangeiros para serem vacinados neste país (sobretudo os cidadãos da ex-Iugoslávia), o Posto consultou as autoridades sanitárias sérvias e passou a orientar cidadãos brasileiros não-residentes quanto aos procedimentos recomendados para a candidatura à vacinação.

62. Em função das exigências de distanciamento social adotadas no país, o Setor Consular passou a receber os usuários por agendamento, a fim de evitar o acúmulo na sala de atendimento.

MONTENEGRO

63. Apresentei minhas credenciais ao Presidente Milo Djukanovic em Cetinje, em 13 de maio de 2019.

64. Efetuei visita de trabalho a Podgorica em dezembro de 2019, durante as quais mantive contatos com representantes do governo local, incluindo o ministro dos Negócios Estrangeiros, de organismos internacionais, além de diretor do principal jornal montenegrino. Nas conversas mantidas na Chancelaria local, acordei propor a assinatura de um Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, nos moldes do existente com a Sérvia. Visitei o presidente da companhia aérea nacional, a Air Montenegro, cuja frota é maioritariamente de aeronaves Embraer.

65. Devido às restrições impostas pela pandemia, não foi possível viajar novamente a Montenegro antes de meados de 2021.

66. Viajei a Podgorica em junho de 2021, para iniciar as relações da Embaixada com o recém-formado governo do Primeiro-Ministro Zdravko Krivokapic, empossado em janeiro de 2021, interrompendo longa predominância do Partido Democrático Socialista, liderado por Djukanovic. Krivokapic é considerado pró-sérvio, e não nutre a mesma desconfiança com relação à Rússia, que Djukanovic diz estar procurando interferir em Montenegro. Assim, tanto na Sérvia quanto em Montenegro, a rivalidade entre as grandes potências permeia a política externa dos respectivos governos.

67. Na ocasião daquela viagem, conversei com o novo Chanceler montenegrino, Djordje Radulovic, que apoiou decisivamente a ideia do MdE. A SERE aceitou a proposta e o Memorando está pronto para ser assinado, o que abre a perspectiva de que a primeira reunião do mecanismo possa ocorrer durante a gestão de meu sucessor.

68. Na audiência com a ministra da Defesa, Olivera Injac, a dirigente interessou-se e pediu mais informações sobre o avião Tucano, da Embraer. O pedido foi transmitido à empresa brasileira.

Candidaturas

69. Sempre em atendimento às instruções da SERE, a Embaixada, além de enviar notas, conversou regularmente com a Chancelaria local, para solicitar o seu apoio às candidaturas brasileiras.

Diplomacia da Saúde

70. Como mencionado acima, na parte dedicada à Sérvia, foram produzidos relatórios e expedientes de teor informativo e analítico sobre a situação de saúde pública em Montenegro, bem como sobre as medidas adotadas e estatísticas da pandemia no país.

71. Em atenção à consulta recebida da SERE, o Posto acompanhou os esforços dos governos sérvio e montenegrino para obter as vacinas necessárias à vacinação contra o vírus covid-19 e transmitiu informações relativas aos imunizantes disponíveis.

72. Por instrução da SERE, igualmente, foi iniciado o processo de reconhecimento mútuo de certificados de vacinação com Montenegro, a fim de facilitar o trânsito e a admissão de brasileiros e montenegrinos nas fronteiras de ambos os países.

Promoção da Cultura do Brasil e da Língua Portuguesa

73. Em missão oficial realizada a Montenegro, reuni-me, em 11/12/2019, em Cetinje, com o Vice-Ministro da Cultura de Montenegro, Drazen Blazic, a fim de explorar possibilidades de participação brasileira em programas culturais daquela cumulatividade. Meu interlocutor confirmou o interesse de seu ministério de contar com a presença de artistas e obras brasileiras no cenário cultural montenegrino. Blazic enumerou três eventos como merecedores de atenção da Embaixada, por serem de especial relevância, os quais julgo especialmente interessantes para a divulgação da cultura nacional em Montenegro: o "Kotor Art Festival" (música, teatro e cinema); o "Montenegro Film Festival" (cinema); e o "Boka Night Festival" (considerado como patrimônio intangível montenegrino).

74. Na missão de junho do corrente, fui apresentado à professora Isidora Popovic, única profissional na área de Letras - Português no país, formada em Letras no Brasil, que me apresentou seu projeto de criação do primeiro curso de Português (brasileiro) em Montenegro. O projeto concretizou-se, e, desde setembro, realiza-se o 1° Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira em

Montenegro, no Instituto de Línguas Estrangeiras da capital montenegrina, a mais prestigiosa instituição local dedicada a ensino de línguas. O projeto do Curso foi aprovado pelo Ministério da Educação de Montenegro. A professora Popovic ensina o idioma por meio de aspectos da realidade brasileira, atuando como "influenciadora cultural" de seus alunos e do público geral e estimulando consumo de produtos de economia criativa brasileira. Como parte dos esforços de difusão cultural naquele país, o Posto passou a apoiar, com patrocínio financeiro, o curso da professora Popovic, que constitui iniciativa inédita em Montenegro.

Temas econômicos e comerciais

75. Em 2020, Montenegro importou produtos do Brasil no valor de EUR 8,372 milhões e exportou produtos no valor de EUR 11 mil apenas. 83% das vendas brasileiras concentraram-se em café cru em grãos, carnes e açúcares de cana. As exportações montenegrinas para o Brasil têm sido invariavelmente insignificantes.

76. Como mencionado na parte dedicada à Sérvia, o Setor de Promoção Comercial apoia sistematicamente as exportações brasileiras para o Montenegro, e o seu desempenho é bem avaliado no âmbito da rede Extranet CGPR.

77. Mantive contato, na minha visita de trabalho de 2019, com o presidente da então companhia aérea nacional, a Montenegro Airlines, e depois, em 2021, com o dirigente da sua sucessora, a Air Montenegro, que seguiu usando aviões Embraer em suas operações comerciais.

Assistência consular

78. Com a crise desencadeada pelo fechamento das fronteiras em Montenegro, em 15/3/20, em resposta à pandemia do novo coronavírus, a Embaixada enfrentou o desafio de prestar assistência consular a brasileiros retidos na cumulatividade, a maioria dos quais turistas, com o repasse tanto de auxílio humanitário, em alguns casos, quanto de informações sobre as medidas adotadas pelas autoridades sanitárias montenegrinas. Tendo em vista a distância, foi realizado, por meio do telefone do Plantão de Emergência e da plataforma de Whatsapp, acompanhamento diário dos brasileiros que entraram em contato com este Posto a fim de informar de sua presença em Montenegro, bem como os pedidos de informações recebidos de parentes e conhecidos no Brasil.

79. Em etapa posterior, foi realizado contato com as autoridades de imigração montenegrinas, a fim de orientar nacionais brasileiros a respeito da regularização de sua situação imigratória, uma vez que, apesar da abertura das fronteiras, a instabilidade na grade de voos comerciais causou frequentes adiamentos e cancelamentos de passagens aéreas.

SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DE MISSÃO

80. Sugiro o aprofundamento do trabalho de aproximação dos setores de tecnologia e inovação entre Brasil e Sérvia. Os primeiros passos dados já demonstraram interesse sérvio em conhecer a

experiência brasileira e o potencial da Sérvia como plataforma para o mercado regional. Ademais, a cooperação governamental na área de "e-government" também se revela auspiciosa, com possibilidades inclusive comerciais de fornecimento de serviços na Sérvia por empresas brasileiras.

81. A dimensão da diplomacia pública na Sérvia e em Montenegro pode beneficiar-se de intensificação do uso das mídias sociais existentes. Há interesse local por informações sobre o Brasil que podem ser supridos pela atenção cuidadoso a esses canais, por meio de atualização constante e focada na divulgação da realidade brasileira.

82. A cena cultural da Sérvia, em particular de sua capital, Belgrado, é muito ativa e de alta qualidade. Recomenda-se prestar especial atenção a essa dimensão da missão, que rende bons dividendos em termos de imagem positiva para o Brasil. Ademais, foi possível identificar significativo interesse pelo ensino do Português do Brasil. Assim, organizar o atendimento dessa demanda deveria constar entre as diretrizes do próximo chefe de Missão em Belgrado.

83. Por fim, a Sérvia, devido ao seu pequeno tamanho, confronto não resolvido com o Kosovo e sua posição central nos Bálcãs, região estratégica da Europa, é suscetível ao jogo de influência das grandes potências. Ademais, este país tem um relacionamento complexo com praticamente todos os seus vizinhos da ex-Iugoslávia, tornando-o um pivô da estabilidade regional. O acompanhamento da política da Sérvia, interna e externa, para evitar ser surpreendido pelos acontecimentos locais, deve ser prioridade da Embaixada, sobretudo levando em conta a participação do Brasil, no biênio 2022/2023, no CSNU.

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

SF/21056.93379-09

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 75, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro*.

Relator: Senador **CARLOS VIANA**

Submete-se ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor JOSÉ MAURO DA FONSECA COSTA COUTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Para tanto e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da diplomata.

O Senhor José Mauro da Fonseca Costa Couto, filho de Mauro Sérgio da Fonseca Costa Couto e Maria Lucia da Fonseca Costa Couto, nasceu em 27 de maio de 1959 em Assunção/Paraguai, sendo brasileiro de acordo com art. 129, inciso II, da Constituição de 1946.

Em 1979, graduou-se em Direito pela Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro/RJ. É mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Boston (*Boston University*), Estados Unidos da América. Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1980. Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento Diplomático em 1988 e o Curso de Altos Estudos em 2000, ambos pelo Instituto Rio Branco.

Sempre por merecimento, ascendeu na carreira a Segundo-Secretário em 1983; a Primeiro-Secretário em 1989; a Conselheiro em 1996; a Ministro de Segunda Classe em 2003; e a Ministro de Primeira Classe em 2015.

O diplomata indicado desempenhou diferentes funções ao longo da carreira. Entre elas, destacam-se: subchefe da Divisão de Operações de Promoção Comercial (1996/1997); conselheiro e cônsul-geral adjunto no Consulado-geral em Miami (1997/2001); conselheiro na Embaixada em Tóquio (2001/2003); assessor especial no Gabinete do Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior (2003/2011); assessor especial do Ministério de Integração Nacional (2011/2014); embaixador na Embaixada em Cartum (2014/2018); e cônsul-geral no Consulado-Geral em Munique (desde 2018).

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Sérvia e sobre Montenegro, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil com esses países, inclusive com cronologia e menção a acordos e dados básicos da organização.

A República da Sérvia é um país europeu situado nos Bálcãs, sem litoral marítimo, cuja capital é Belgrado. Faz fronteira com Albânia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, Hungria, Macedônia do Norte, Montenegro e Romênia. Sua população é estimada em sete milhões de habitantes, e aloca diferentes religiões e minorias étnicas. O idioma oficial é o sérvio. O país, que constitui uma república parlamentarista, é candidato oficial à adesão à União Europeia (UE).

SF/21056.93379-09

O Brasil manteve relações historicamente amigáveis com a antiga Iugoslávia, e esse legado de proximidade ainda hoje condiciona o relacionamento com a Sérvia. A diplomacia sérvia recorda com satisfação a cooperação do Brasil com o Movimento Não Alinhado – mesmo na condição de observador – e, sobretudo, o fato de o Brasil jamais ter fechado sua Embaixada em Belgrado, mesmo durante os bombardeios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1999. O governo brasileiro reconhece a Sérvia como sucessora legal da extinta República Socialista Federativa da Iugoslávia, bem como da extinta União de Estados (união entre as Repúblicas da Sérvia e Montenegro entre 2003-2006). Para além disso, merece referência o fato de o Brasil não reconhecer a independência da província do Kosovo.

Em 2020, o intercâmbio chegou, segundo dados do Ministério da Economia, a USD 51 milhões, sendo USD 23,9 milhões referentes às exportações brasileiras e USD 27,1 milhões de importações. Exportamos sobretudo café, minérios de ferro, sucos de laranja e importamos tripas artificiais, pneus e alimentos para cães e gatos.

Em relação aos investimentos bilaterais, não há registro de investimento sérvio no Brasil. O laboratório brasileiro EMS participou da privatização da estatal farmacêutica sérvia Galenika, em 2017. Trata-se do primeiro grande investimento brasileiro no mercado local. O negócio visa a impulsionar a expansão internacional da fabricante de genéricos brasileira em novos mercados do Sudeste Europeu.

Já sobre Montenegro, registre-se como relevante para os fins desse relatório o que se segue. A União Estatal da Sérvia e de Montenegro foi criada em 2003, por meio de acordo bilateral com duração prevista de três anos. Em 2006, Montenegro exerceu o seu direito à independência, proclamando-a formalmente em 3 de junho. O Brasil reconheceu o país em 14 de junho, estabelecendo relações diplomáticas com Podgorica em 20 de outubro desse mesmo ano. A Embaixada do Brasil em Belgrado (Sérvia) é responsável por representar, cumulativamente, o governo brasileiro junto a Montenegro.

Podgorica, com população de 156.169 habitantes, ocupa 10,4% do território de Montenegro, abriga 29,9% de sua população e é o centro administrativo, econômico, cultural e educacional do país.

Em razão da recente independência de Montenegro, as relações bilaterais são ainda incipientes. Montenegro adota, desde 2009, dispensa de

SF/21056.93379-09

vistos para cidadãos brasileiros. Desde julho de 2016, o Brasil também dispensa a exigência de vistos de curta duração para cidadãos montenegrinos, com base no Entendimento Recíproco, estabelecido por troca de notas, sobre isenção de vistos de curta duração para nacionais da República Federativa do Brasil e de Montenegro (2016).

Em 16 de junho de 2005, o Parlamento montenegrino adotou declaração em prol do ingresso do país na União Europeia (UE). As negociações de adesão iniciaram-se em junho de 2012 e ainda estão em curso.

Em termos gerais, Montenegro pode ser classificado como um país de economia de pequena escala, baseada no livre comércio, altamente dependente do financiamento externo. Sua atividade econômica concentra-se nos setores de turismo, energia, construção civil (*resorts* turísticos de luxo), serviços e agricultura.

Quanto ao comércio bilateral Brasil-Montenegro, dados fornecidos por Montenegro indicam que, em 2020, esse país importou produtos do Brasil no valor de EUR 8,37 milhões, centrado em carnes e derivados, café cru e outros produtos primários.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

SF/21056.93379-09

9

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS
CPF: 09169512191

1951	Filho de Agemar da Rocha Sanctos e Nea de Mendonça Sanctos, nasce no Rio de Janeiro/RJ, em 15 de dezembro.
Dados Acadêmicos:	
1977	Graduado no Curso de Preparação à Carreira Diplomática
1982	Aprovado no Curso de Aperfeiçoamento Diplomático CAD
2001	Aprovado no Curso de Altos Estudos CAE em 19 de fevereiro de 2001, com a tese "Nova Diplomacia Consular: o Cônsul como agente político e sua atuação nos Estados Unidos da América"
Cargos:	
1978	Terceiro-secretário
1980	Segundo-secretário
1987	Primeiro-secretário, por merecimento
1995	Conselheiro, por merecimento
2005	Ministro de segunda classe, por merecimento
2011	Ministro de segunda classe do Quadro Especial
Funções:	
1978	Divisão de Passaportes, assistente
1980	Divisão do Orçamento e Programação Financeira, assessor
1982	Consulado-Geral em Nova York, cônsul adjunto
1984	Divisão de Divulgação Documental, chefe, substituto
1984	Departamento de Comunicações e Documentação, assessor
1985	Divisão de Processamento de Dados, chefe, substituto
1988	Embaixada em Bonn, primeiro-secretário
1991	Embaixada em Lima, primeiro-secretário
1992	Embaixada em Lima, encarregado de negócios
1993	Divisão da América Meridional II, assistente
1995	Ministério Extraordinário dos Esportes - chefe de Gabinete do Ministro
1996	Consulado-Geral em Boston, cônsul-geral adjunto
1999	Embaixada em Quito, conselheiro
2003	Departamento de Promoção Comercial - assessor
2003	Embaixada em Kuaite, encarregado de negócios
2005	Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades, chefe
2006	Escritório de Representação em Ramala, encarregado de negócios
2007	Embaixada em Malabo, embaixador
2010-16	Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, diretor de relações institucionais
2017-	Embaixada em Ierevan, República da Armênia - embaixador
Condecorações	
1993	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grau de Oficial
2003	Ordem Nacional do Mérito, Equador, Grau Comendador
2010	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grau de Grande Oficial
Publicações:	
2002	A presidência pro tempore brasileira do Mercosul em 2002, in Comércio Exterior em Perspectiva, CNI, Ano 12 n.1- out 2002

2003	Laudos Arbitrais no marco do Protocolo de Brasília: a construção jurídica do processo de integração, com co-autoria de D.Benjamim, in DMC (org.) - Solução de Controvérsias no Mercosul, Câmara dos Deputados
2004	União Europeia e Geração de Emprego (artigo com José Alfredo Graça Lima e Ancelmo César Lins de Góis), in Mundo Afora - Programas de Geração de Empregos, Ministério das Relações Exteriores

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 61, DE 2021

(nº 579/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

Página da matéria

MENSAGEM Nº 579

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 8 de novembro de 2021.

EM nº 00213/2021 MRE

Brasília, 22 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Belize.

2. O atual ocupante do cargo, **LUCIANO HELMOLD MACIEIRA**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 912/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 09 de novembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de Autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, encaminho a essa Secretaria, Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto

Documento assinado eletronicamente por **Mario Fernandes**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 09/11/2021, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020. .

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2996236** e o código CRC **C5D3AF69** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

640

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

Ministério das Relações Exteriores

Departamento de México, Canadá, América Central e Caribe
Divisão do México e América Central

BELIZE



Setembro de 2021
OSTENSIVO

DADOS BÁSICOS

Belize é um país de pequena extensão e reduzida população, situado no nordeste da América Central, entre a Guatemala, o México e o Mar do Caribe. Com cerca de 400 quilômetros de litoral, o turismo e a agropecuária são suas principais atividades econômicas. Belize é o único país de colonização inglesa no istmo centro-americano, e ficou conhecido, no período colonial, como "Honduras Britânica". O país obteve sua independência em 21 de setembro de 1981. O principal tema da agenda externa de Belize consiste em uma disputa territorial com a Guatemala, que reivindica pouco mais da metade do território belizenho.

NOME	Belize
CAPITAL	Belmopan
TERRITÓRIO	22.966 km²
POPULAÇÃO (Governo de Belize, 2021)	430.000 habitantes
IDIOMAS	Inglês (oficial), espanhol e crioulo
RELIGIÕES	Católica (40,1%); Protestantes (31,5%); outros (12,9%); nenhuma (15,5%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Senado, com 12 membros, e Câmara dos Deputados, com 31 membros)
CHEFE DE ESTADO	Rainha Elizabeth II (representada, desde 27 de maio de 2021 pela Governadora-Geral, Lady Froyla Tzalam
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro John Briceño (desde 12 de novembro de 2020)
CHANCELER	Eamon Courtenay (desde novembro de 2020)
PIB (FMI, 2020)	US$ 1,65 bilhão
PIB PPP (BIRD, 2020)	US$ 2,567 bilhões
PIB *per capita* (FMI, 2020)	US$ 3.940
PIB PPP *per capita* (BIRD, 2020)	US$ 6.455
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	-14,1% (2020); 1,8% (2019), 2,9% (2018); 3,0% (2017); 3,17% (2016); 2,2% (2015).

UNIDADE MONETÁRIA	Dólar de Belize
IDH (PNUD, 2019)	0,716 (110º entre 189 países)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2016)	82,7 %
EXPECTATIVA DE VIDA (BIRD, 2019)	74,6 anos
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Não há
EMBAIXADOR EM BELMOPAN	Luciano Helmold Macieira
COMUNIDADE BRASILEIRA (est.)	55 pessoas

PERFIS BIOGRÁFICOS

JUAN ANTONIO "JOHN" BRICEÑO – PRIMEIRO MINISTRO



tonio Briceño nasceu em Orange Walk, em 17 de julho). É formado em Administração pela Universidade do em Austin. Fundou a *Centaur Communications*, nte empresa de serviços de telecomunicação no país. Foi o pelo *People's United Party* (PUP), partido em que posição de vice-líder e líder. Entre 1998 e 2008, foi vice-nistro dos Recursos Naturais e Meio Ambiente. Foi líder da oposição em dois períodos (2008-2011 e 2016-2020). Em novembro de 2020, tomou posse como primeiro-ministro, após a vitória de seu partido nas eleições gerais. Exerce cumulativamente o cargo de Ministro de Finanças, Desenvolvimento Econômico e Investimento.

EAMON COURTENAY - CHANCELER



em 1960. É formado em Direito pela Universidade do e pela Universidade das Índias Ocidentais. Advogado da *nay Coye LLP*. Publicou livros sobre temas jurídicos e de mentos. Foi ministro de Investimento e Comércio Exterior 2004) e ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio r (2006-2007). Em 2007, foi eleito para o Comitê ente da Cruz Vermelha. Participou da assessoria jurídica ao para a Corte Internacional de Justiça acerca do contencioso fronteiriço com a Guatemala. É senador e importante figura do PUP, partido do

primeiro-ministro John Briceño. E novembro de 2020 tomou posse como ministro dos Negócios Estrangeiros, Comércio Exterior e Imigração.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Belize mantêm relações diplomáticas desde 1983. Em 2006, as relações bilaterais receberam impulso adicional com a instalação da Embaixada do Brasil em Belmopan, que completou a rede diplomática brasileira na América continental. As relações bilaterais são amistosas, porém de menor densidade.

A abertura recíproca de missões diplomáticas foi acordada durante a visita ao Brasil do então primeiro-ministro Said Musa, em 2005. Na ocasião, foram assinados o Acordo de Cooperação Técnica e o Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais. Até o momento, no entanto, Belize não abriu Embaixada em Brasília, sendo o único país da América Central sem missão diplomática permanente no Brasil.

O então chanceler Wilfred Elrington visitou Brasília por ocasião da I Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM), celebrada em 2010, em Brasília. Os chanceleres assinaram, na ocasião, o Acordo de Cooperação Cultural, o Acordo de Cooperação na Área de Educação e o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Apoio Técnico para a Implantação do Banco de Leite Humano em Belize.

Em 2011, à margem da Cúpula da CARICOM, em Granada, os chanceleres voltaram a se encontrar. Na ocasião, o então ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, ressaltou que o governo brasileiro desejava continuar a aprofundar as relações com Belize e manifestou interesse em ampliar o comércio bilateral.

O vice-ministro de Comércio Exterior e Investimentos de Belize, Michael Sing, visitou o Brasil em novembro de 2013. Na ocasião, manifestou interesse em atrair investimentos brasileiros para as áreas de turismo, agronegócio e tecnologia da informação. Entre os setores mais atrativos para investimentos estrangeiros em Belize, citou o sucroalcooleiro, para a produção de etanol no país.

Assistência Humanitária

Em 2007, o Brasil doou US$ 45 mil a Belize para aquisição local de 2 mil cestas de alimentos. No ano seguinte, aportou US$ 50 mil em apoio às vítimas da tempestade tropical Arthur. A doação resultou na compra e distribuição de 1.370 cestas básicas.

Por ocasião do furacão Tomas, que atingiu Belize em 2010, o Brasil transferiu, por intermédio da Organização das Nações Unidas para a

Alimentação e a Agricultura (FAO), US$ 145 mil para a Agência Caribenha de Manejo de Resposta de Emergência (CDEMA), para resposta imediata e reparação de escolas.

Em 2020, o governo brasileiro doou a Belize, em caráter de cooperação humanitária, USD 25 mil, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), com vistas a atender emergencialmente as vítimas do furacão Eta. Foram adquiridos localmente 25 toneladas de itens, compostos por 636 kits de itens alimentícios não perecíveis; 267 kits de produtos de higiene; 4 mil galões de água engarrafada; e 50 colchões. Os itens foram entregues no entreposto, em Belmopan, da Agência Nacional de Gestão de Desastres (NEMO) de Belize, que os indicou como os mais necessários naquele momento.

Cooperação Técnica, Científica e Cultural

A cooperação técnica bilateral está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 2005 e promulgado em novembro de 2008. Até o momento, contudo, não foram realizadas atividades de cooperação técnica entre Brasil e Belize. Em 2010, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) cancelou o projeto Apoio Técnico para a Implantação de Bancos de Leite Humano em Belize devido a problemas de estrutura no hospital que receberia o banco de leite. Em 2014, a ABC suspendeu a programação de projetos de cooperação com Belize nas áreas de agricultura e saúde, em vista das dificuldades enfrentadas pelo governo belizenho na mobilização de recursos humanos para dar seguimento às iniciativas.

Ao amparo do vigente Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica, Brasil e Belize buscam retomar a cooperação técnica bilateral, atualmente inativa, com a negociação de novas iniciativas em matéria de agricultura e de combate ao HIV/AIDS. No âmbito regional, por meio do projeto "Estratégia de fortalecimento de programas de alimentação escolar sustentável na América Latina e no Caribe: ambiente seguro durante e pós pandemia", executado em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a FAO e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foram distribuídos, em março de 2021, kits de utensílios de oferta e preparação adequada de alimentos para 14 escolas de Belize.

Em 18/6/2021, o chanceler de Belize manifestou ao embaixador do Brasil em Belmopan interesse em ampliar a cooperação educacional com o Brasil, no âmbito dos programas existentes, se possível com a concessão de bolsas.

Assuntos Consulares

A embaixada do Brasil em Belmopan presta apoio à comunidade brasileira no país (cerca de 55 pessoas), a maioria em situação regular. Os nacionais brasileiros que vivem em Belize também são, em sua maioria, de origem libanesa, e residem na fronteira com o México.

Comércio Bilateral

O comércio bilateral é residual, com corrente de comércio da ordem de 9,2 milhões em 2019 e 7 milhões em 2020, com saldos favoráveis ao Brasil de 5 e 6 milhões, respectivamente. O Brasil exporta principalmente petróleo e derivados, madeira, carnes e móveis, e importa partes mecânicas e fibras artificiais.

POLÍTICA INTERNA

Belize é uma monarquia parlamentarista cuja chefe de estado é a Rainha Elizabeth II, representada no país por uma governadora-geral, atualmente Froyla T'zalam. A formação do governo cabe ao partido que ocupar a maioria dos 31 assentos da Câmara dos Representantes. Cabe ao primeiro-ministro nomear os ministros entre os parlamentares eleitos por seu partido. O Senado é composto por 12 parlamentares (6 indicados pelo primeiro-ministro, 3 pelo líder da oposição e 3 por entidades da sociedade civil).

A política de Belize caracteriza-se pela polarização entre o People's United Party (PUP) e o United Democratic Party (UDP).

Eleições de 2020

As eleições 11 de novembro de 2020 apontaram o partido anteriormente de oposição, People´s United Party (PUP), como vencedor, favorecido por vigorosa campanha nas redes sociais e desgastes acumulados pelo UDP após oito anos no poder. Das 31 cadeiras da Câmara de Representantes, o PUP conquistou 26, enquanto o United Democratic Party (UDP), com o pior percentual de votos desde que disputou sua primeira eleição, ficou com apenas 6 cadeiras.

O novo primeiro-ministro, e também ministro das Finanças, John Briceño, eleito pelo distrito de Orange Walk-Central, assumiu suas funções já no dia 12 de dezembro. O distrito de Orange Walk-Central localiza-se no centro-norte do país e é bem conectado ao México. Trata-se do primeiro chefe de governo não oriundo do distrito de Belize City.

A Missão de observação eleitoral da CARICOM congratulou o governo e o povo de Belize pela celebração do pleito, realizado sob condições adversas, em plena pandemia da COVID-19 e logo após a passagem do furacão Eta pelo país. Além de atestar que a consulta ocorreu em condições corretas e livres, a missão da CARICOM destacou o elevado comparecimento dos eleitores (80%).

Não há eleição direta para o Senado belizenho, que é integrado por 6 representantes indicados pelo governo, 3 apontados pela oposição e os demais indicados respectivamente pela Câmara de Comércio, pelo Conselho das Igrejas

e Associações evangélicas, pelos sindicatos e pelas organizações não-governamentais.

No que diz respeito às eleições regionais, de 3 de março de 2021, o partido do governo (PUP) venceu, tendo conquistado as prefeituras das nove capitais distritais do país e elegido 65 conselheiros municipais. O partido rival, (UDP), elegeu apenas 2 conselheiros. Nenhum representante de outro partido foi eleito para os conselhos municipais.

Por fim, a ascensão da antropóloga, professora e ativista Froyla T'zalam, que tomou posse como governadora-geral em 27 de junho de 2021, reflete tendência de mudança no perfil sócio-político do país já sinalizada com a eleição de John Briceño em novembro. Com população maia (11,3%) e mestiça-maia (25,9% criolos afro-belizenhos, 6,1% garífunas descendentes de negros caribenhos e 3,8% de outros grupos minoritários), as influências maia e hispânica no país vêm crescendo. A tendência é reforçada pela pressão imigratória dos países vizinhos.

Apesar de tratar-se de função mormente protocolar e cerimonial, a governadora-geral é também comandante-em-chefe das Forças de Defesa de Belize e a ela cabe sancionar as leis aprovadas pelo Parlamento belizenho.

Campanhas sindicais contra o Orçamento Público 2021-2022

Em 2021, o país assistiu a série de campanhas sindicais (inclusive do setor público) em favor do restabelecimento do poder de compra dos trabalhadores. O Senado aprovou, em 28 de abril, o orçamento para 2021-2022, que prevê cortes salariais e congelamento de aumento para o funcionalismo público por três anos, em troca de créditos para a compra de terras do governo em condições facilitadas. O governo viu-se forçado a tomar tais medidas em razão do agravamento da situação econômica do país, decorrente do impacto da pandemia de COVID-19 sobre as finanças públicas.

As medidas desencadearam imediatos protestos, piquetes e paralisações pontuais, exigindo o fim dos cortes salariais, combate à corrupção e ao nepotismo e o fim da compra de veículos oficiais.

Desde setembro de 2021, governo e sindicatos seguem em busca de entendimento que suavize as perdas dos trabalhadores, sem comprometer o programa de reequilíbrio fiscal do governo. O governo não se tem dobrado à pressão dos sindicatos e determinou a redução no valor dos salários do funcionalismo, em mecanismo progressivo. Os sindicatos mantiveram os protestos, mas suspenderam as greves, com exceção do sindicato dos professores, cujos ativistas tiveram seus salários descontados por participarem de paralisações.

A lista de 11 reivindicações dos sindicatos inclui eliminação de taxas, concessão de subsídios para telefone e reformas habitacionais.

Criminalidade

Assim como ocorre nos países vizinhos do chamado Triângulo Norte da América Central (Guatemala, El Salvador e Honduras), a criminalidade é tema importante na agenda política de Belize. Relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) aponta o combate ao crime organizado e ao narcotráfico como um dos principais desafios do país.

Estudo da ONU datado de 2021 e elaborado no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 diagnosticou nível geral baixo de governança, com ameaças constantes à lei e à ordem, incluindo corrupção sistêmica, justiça criminal ineficiente, taxa de homicídios elevada e tráfico transnacional de drogas.

Em março de 2021, o ministro do Interior propôs novo enfoque para o enfrentamento da criminalidade no país, com a incorporação de inovação e tecnologia como câmeras e dispositivos de reconhecimento facial. O governo implementou, ainda, sistema de registro específico para delitos de gênero e, com cooperação dos EUA, instituição de programa de proteção de testemunhas.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa belizenha prioriza quatro vertentes: i) a solução do diferendo territorial com a Guatemala; ii) as relações com os países desenvolvidos (EUA, Reino Unido e UE) e Taiwan, grandes doadores, e com instituições de cooperação e financiamento; iii) as relações em seu contexto regional, no Sistema da Integração Centro-Americana (SICA); e iv) as relações com a comunidade anglófona (Commonwealth e CARICOM).

Diferendo com a Guatemala

A Guatemala reivindica uma área de 12.272 km² do território hoje controlado por Belize (cerca de 53% do território belizenho, de 22.966 km²). A reivindicação guatemalteca tem raízes no tratado sobre limites entre a Guatemala e o Reino Unido, de 1859, pelo qual a Guatemala reconhecia a soberania britânica sobre o território belizenho, em troca de pagamento que o Reino Unido jamais efetuou. Em 1991, ao reconhecer a independência de Belize, a Guatemala manifestou expressamente que não reconhecia as fronteiras definidas com a Grã-Bretanha.

A OEA tem fomentado, desde 2000, o diálogo entre os dois países. Em 2003, estabeleceu Escritório na Zona de Adjacência - faixa de um quilômetro para cada lado da Linha de Adjacência, correspondente aos limites provisórios entre os dois países. No mesmo ano, criou um Grupo de Amigos, que fornece apoio político, operacional e financeiro ao processo**. O Brasil faz parte do Grupo e efetuou contribuições ao Fundo de Paz, a última em 2009 (US$ 25.000).**

Em 2005, as partes firmaram um Acordo sobre um Marco de Negociação e Medidas de Fomento da Confiança. Em 2008, assinaram acordo para submeter a disputa à Corte Internacional de Justiça (CIJ), sujeita à aprovação em referendos simultâneos nos dois países. Marcadas inicialmente para outubro de 2013, as consultas foram adiadas em razão da ocorrência de tensões na Zona de Adjacência.

Nesse contexto, os dois países decidiram adotar medidas para reforçar a confiança mútua. Em janeiro de 2014, foi criada a Comissão Conjunta Belize-Guatemala, com o apoio da OEA. Também foi decidida a elaboração de um Mapa do Caminho e Plano de Ação, que criaria as condições necessárias ao estabelecimento de uma nova data para os referendos em ambos os países.

A Comissão e demais medidas deram bons resultados. Durante a Assembleia-Geral da OEA, de 2014, Belize e Guatemala fizeram aprovar resolução que promove o levantamento de recursos para o Fundo de Paz da OEA. Em dezembro, assinaram 13 acordos de cooperação em diversas matérias.

Em maio de 2015, o mandatário guatemalteco autorizou a assinatura de Protocolo ao Acordo Especial entre Guatemala e Belize para Submeter a Reivindicação Territorial, Insular e Marítima da Guatemala à Corte Internacional de Justiça. O documento torna mais fácil o processo de consultas populares, ao eliminar a exigência de simultaneidade, permitindo realizar a votação em datas separadas.

Em 2018, a Guatemala realizou seu referendo nacional, que autorizou o envio do caso à CIJ, seguida por Belize, no ano seguinte. A consulta belizenha, ocorrida em 8 de maio de 2019, foi aprovada com 55,37% dos votos favoráveis à submissão do diferendo à Corte, contra 44,63% contrários.

Poucos dias após a realização do referendo belizenho, em 24/5/2018, os ministros de Relações Exteriores de Belize e da Guatemala, Wilfred Elrington e Sandra Jovel Polanco, encontraram-se na sede do Escritório da OEA na Zona de Adjacência, para mútua atualização dos preparativos para o início da apreciação do diferendo fronteiriço entre os dois países pela Corte Internacional de Justiça. Em 24/5/2019, os ministros de Relações Exteriores de Belize e da Guatemala, de comum acordo, submeteram o diferendo fronteiriço à Corte Internacional de Justiça (CIJ).

No dia 8 de dezembro de 2020, a Guatemala entregou sua Memória relativa ao contencioso fronteiriço com Belize à Corte Internacional de Justiça (CIJ). Após a entrega dos argumentos guatemaltecos, Belize terá um prazo até 8 de junho de 2022 para apresentar contra-memória. Autoridades belizenhas acreditam que a causa deverá "estender-se por quatro ou cinco anos", antes do veredito final.

Um desdobramento da abertura do caso sobre a questão territorial na CIJ foi a aprovação, em 20 de maio de 2019, durante sessão especial na Câmara de Representantes, por unanimidade, de emenda ao *Maritime Areas Act* (MAA), de 1992, pela qual Belize revogou a opção pelo limite de 3 milhas náuticas nas

suas águas territoriais e aderiu ao regime definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 12 milhas náuticas. O limite de 3 milhas náuticas tornava possível a existência de um canal no Golfo de Honduras pelos quais embarcações da Guatemala (provenientes das regiões litorâneas de Livingston e Puerto Barrios) poderiam ter acesso facilitado às águas do Caribe sem atravessar águas sob jurisdição estrangeira. Com o estabelecimento do novo limite, o canal ficou estrangulado pelas jurisdições marítimas belizenha e hondurenha.

Autoridades belizenhas declararam que a medida não tinha por objetivo criar empecilhos à navegação de embarcações da Guatemala, mas resguardar os direitos formais de Belize sobre suas águas naquela região, ao abrigo do direito internacional. O então primeiro- ministro, Dean Barrow, lembrou que, uma vez que já não havia negociações diretas entre as partes, e que a questão dos limites seria decidida pela Corte Internacional de Justiça, Belize não tinha motivos para manter a renúncia às 12 milhas e abrir mão dos seus direitos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Chancelaria belizenha informou haver recebido relatos de que uma embarcação da Guatemala adentrou águas territoriais de Belize e esboçou abordagem de embarcação belizenha que conduzia pesquisadores em trabalho científico na área da Reserva Marítima das Sapodilla Cayes.

O Governo de Belize manifestou seu "forte protesto" contra essa incursão ilegal de pessoal militar da Guatemala em zona soberana belizenha, e também para cobrar explicações a equipe científica devidamente autorizada a realizar trabalhos na área pelo governo de Belize. Segundo a Chancelaria, a equipe de pesquisadores continuou o seu trabalho e o incidente encerrou-se sem maiores consequências.

Em 4 de março de 2021, os chanceleres de Belize, Courtenay Eamon, e da Guatemala, Pedro Brolo, mantiveram reunião de trabalho no Escritório da OEA localizado na Zona de Adjacência. Comunicado de imprensa divulgado após a reunião informou que os ministros intercambiaram ideias gerais sobre formas de fortalecer as relações bilaterais. Segundo se anunciou, a Comissão Mista bilateral - cuja última reunião ocorreu em maio de 2018 - será reativada e o acordo comercial entre os dois países deverá ser revitalizado. O resultado mostra que os dois países buscam trabalhar em cooperação a fim de resolver a questão, dentro dos parâmetros do direito internacional.

Relações com Taiwan

Taiwan é o principal doador e investidor em Belize. Em 15 de agosto de 2019, os Governos de Belize e de Taiwan assinaram memorando de intenções pelo qual se comprometem a negociar um Acordo de Alcance Parcial (*Partial Scope Agreement-PSA*) com vistas à promoção do desenvolvimento pelo comércio e investimentos. O compromisso, não-vinculante, deverá atender

as regras e disposições da OMC, bem como as obrigações belizenhas no âmbito da CARICOM.

Além da assinatura do Acordo de Alcance Parcial, o governo belizenho estima concluir, em breve, acordo para empréstimo junto ao Banco de Exportação e Importação da República da China, para a modernização da rodovia entre Corozal e Sarteneja, extremo nordeste do país. A modernização prevê a construção de duas pontes, que tornarão desnecessário o uso das atuais balsas.

Em 30 de setembro de 2020, o Governo firmou com a República da China Acordo de Cooperação Econômica que recebeu aprovação formal dos órgãos competentes da CARICOM e culmina negociações iniciadas em 2014. Pelo acordo, "produtos-chave" da pauta de exportações belizenhas (produtos agrícolas e pesqueiros) receberão tratamento tarifário preferencial em Taiwan. Além das vantagens tarifárias, Belize deverá também beneficiar-se de investimentos taiwaneses para a melhoria dos padrões sanitários, das instalações produtivas e dos controles de qualidade, de forma a agregar valor às exportações belizenhas e torná-las mais competitivas.

Relações com os Estados Unidos

Como ocorre com os demais países da região, é forte a influência dos Estados Unidos em Belize. O país é o principal parceiro comercial e a 2ª maior fonte de investimento estrangeiro direto em Belize. Nos EUA, residem cerca de 70 mil cidadãos de origem belizenha, a maior diáspora do país. Os Estados Unidos também são a principal origem dos turistas que visitam Belize, que chegam, sobretudo, em cruzeiros.

Os EUA também cooperam com Belize no combate ao narcotráfico e ao crime organizado, principalmente por meio da Iniciativa Centro-Americana de Segurança Regional (CARSI, na sigla em inglês).

Relacionamentos regionais

No plano regional, o México figura como grande parceiro comercial e tem buscado aprofundar a cooperação com Belize em áreas como segurança de fronteiras e promoção do turismo. Cuba mantém presença no país por meio de programas de assistência nas áreas de educação e saúde.

Belize participa de forma ativa na CARICOM (Comunidade do Caribe), no SICA (Sistema de Integração Centro-Americana) e no Mecanismo de Tuxtla (foro que reúne os países da América Central, México, Colômbia e República Dominicana). Belize tem favorecido as negociações para a assinatura de um Acordo de Livre Comércio CARICOM-SICA. A economista belizenha Carla Barnett foi aprovada por unanimidade, em 11 de maio de 2021, para o cargo de secretária-geral da CARICOM. A representante belizenha foi ministra das finanças, vice-ministra do Senado e vice-governadora do Banco Central de Belize.

Em pronunciamento realizado em setembro de 2020, o então chanceler belizenho enalteceu a importância do CARICOM em todas as suas dimensões e destacou o papel fundamental da CARPHA (Caribbean Public Health Agency) na gestão da crise pandêmica, fornecendo orientação e distribuindo insumos através da rede logística da Agência Caribenha de Ação nas Emergências - atuação crucial em vista dos bloqueios e paralisações verificados nos sistemas regulares de transporte de mercadorias. Nas palavras do Ministro, "a crise da covid-19 demonstrou como é indispensável a nossa integração regional". Belmopan é sede do Centro da Comunidade do Caribe para a Mudança do Clima.

Marco Integral Regional para a Proteção e Soluções (MIRPS)

O Marco Integral Regional para a Proteção e Soluções (MIRPS) é um arranjo regional de cooperação, com apoio do Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), da OEA e SICA, com objetivo de promover mecanismos de responsabilidade compartilhada em busca de soluções para refugiados, pessoas em busca de asilo, deslocados internos e pessoas que retornaram a seu país. Surgiu em 2017, com a assinatura da Declaração de San Pedro Sula por Belize, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México e Panamá. Em julho de 2019, El Salvador tornou-se o sétimo membro da iniciativa. **O Brasil integra grupo de países amigos do MIRPS**, que também inclui Argentina, Colômbia, Canadá, EUA, Espanha, Itália, França, Santa Sé, Suíça, Uruguai e União Europeia.

ECONOMIA

Sumário

Belize encontra-se altamente endividada (132% do PIB). Depois da retração de 14,1%, em 2020, o FMI prevê recuperação e crescimento de 1,5%, em 2021, e 6,22%, em 2022. Segundo dados do Instituto Belizenho de Estatísticas, 52% da população encontrava-se na faixa de pobreza, em 2018. O governo busca renegociação de sua dívida externa junto ao FMI, que monitora o país de perto. Turismo e agropecuária são as principais atividades econômicas.

Principais dados econômicos: missão de acompanhamento do FMI

Equipe do Fundo Monetário Internacional concluiu, em junho de 2021, rodada de consultas em Belize. O relatório final do Fundo salientou o agravamento do quadro fiscal e o crescimento do déficit primário de 1,3%, em 2019/2021, para 8,4%, em 2020/2021, em paralelo ao aumento do déficit público, que passou de 97,5%, em 2019, para 127,4%, em 2020.

O FMI estimou que os indicadores econômicos registrados antes da pandemia de COVID-19 só serão novamente alcançados em 2025. A missão mostrou-se preocupada com o elevado patamar da dívida pública (132% em

2021) e a lenta recuperação projetada, a qual possibilitará alcançar um nível de endividamento de 111%, em 2031.

Sob o impacto da COVID-19, após queda de 13,1%, em 2020, a economia retraiu-se mais 8,4% no primeiro trimestre de 2021, o que ocasionou aumento do desemprego para 11,2%, em abril. As perdas na economia tiveram tímida compensação pelo crescimento observado na agropecuária, onde o setor bovino experimentou crescimento de 61%. Também a geração de energia elétrica cresceu expressivamente (24,5%), em função das fortes precipitações no período, que mantiveram os reservatórios das hidrelétricas em níveis elevados. Entretanto, além da acentuada queda no turismo em 2020, a produção de bananas declinou 16,5%, e o setor pesqueiro, 17,6%.

Os técnicos do FMI foram taxativos quanto à necessidade de renegociação da dívida externa belizenha com vistas ao alívio nos desembolsos de curso prazo. Adicionalmente, a fim de favorecer o equilíbrio fiscal, recomendaram o aumento da carga tributária e a assinatura de um acordo "stand by" com o Fundo - medida até agora vigorosamente rechaçada pelo governo belizenho.

Pacote de estímulos à economia

O Senado belizenho aprovou, em março de 2021, pacote de medidas emergenciais de estímulo ao setor produtivo, no valor de USD 25 milhões. Os recursos foram destinados a empréstimos a juros subsidiados a empresas do setor de turismo e outros setores da economia necessitados de alavancagem. Eamon Courtenay, na função de senador (que acumula com a de chanceler) defendeu a proposta do governo e afirmou que, com elevado desemprego e 30% da economia funcionando precariamente, a intervenção do governo mostrava-se essencial, já que diversas empresas belizenhas vêm enfrentando problemas de fluxo de caixa, em decorrência da crise provocada pela pandemia de COVID-19. Courtenay salientou que a iniciativa do governo prevê empréstimos apenas a setores solventes da economia, buscando afastar interpretação levantada pela oposição, de que os recursos poderiam ser aproveitados por empresas que vinham enfrentando dificuldades conjunturais de ordem diversa.

Renegociação da dívida externa

Uma das principais bandeiras do governo de John Briceño é a renegociação da dívida externa. A ideia de consolidar um esquema de pagamentos "em bases sustentáveis" consta do programa de governo do PUP, o "Plan Belize". A meta do governo é lograr redução do principal das dívidas privadas (USD 556,5 milhões) e bilateral (USD 389,5 milhões), bem como obter alívio dos desembolsos imediatos, via alongamento dos prazos. Essa estratégia permitiria a redução do endividamento dos atuais 132% do PIB para 117,7%, já em 2021, e até 96,9%, em 2025. Até 2030, seria alcançada estabilização em patamar próximo a 70%. A proposta prevê também que a

maturidade dos “bonds” privados belizenhos seja retardada de 2034 para 2041. O comitê das instituições credoras impõe como condição para negociar a aceitação de programa monitorado pelo FMI, mas o governo resiste em adotar novos cortes salariais e outras medidas impopulares propostas pelo Fundo. Trata-se da quinta renegociação da dívida em 15 anos.

O governo belizenho apresentou ao comitê de bancos credores, em setembro de 2021, proposta de renegociação da dívida que prevê o resgate de 40% do total da dívida externa (equivalente aos títulos “superbonds 2034) com desconto de 48,3% do seu valor de face. Segundo o comunicado, a operação resultaria em economia de USD 250 milhões aos cofres belizenhos.

O resgate dos títulos seria viabilizado com recursos de um novo empréstimo a ser concedido pelo “The Nature Conservancy” (TNC), instituição voltada à preservação ambiental sediada nos EUA. O TNC emitiria “Blue Bonds for Ocean Conservation Program” e buscaria, em coordenação com entidades locais, identificar atividades que combinem preservação ambiental e oportunidades econômicas sustentáveis.

O governo defende que todas as partes seriam beneficiadas pela proposta: enquanto o governo aprimoraria suas políticas públicas com a verba levantada e abateria parte da dívida, o setor ambientalista veria a ampliação de ações em defesa da plataforma marinha belizenha. Já os credores alcançariam resultados concretos com o recebimento de parte da dívida de um país praticamente em estado de “default”.

Para ser concretizada, a proposta – que contaria com a simpatia de parceiros importantes, como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o governo dos EUA – deverá ser aceita por 75% das instituições credoras do país.

Aumento da pobreza

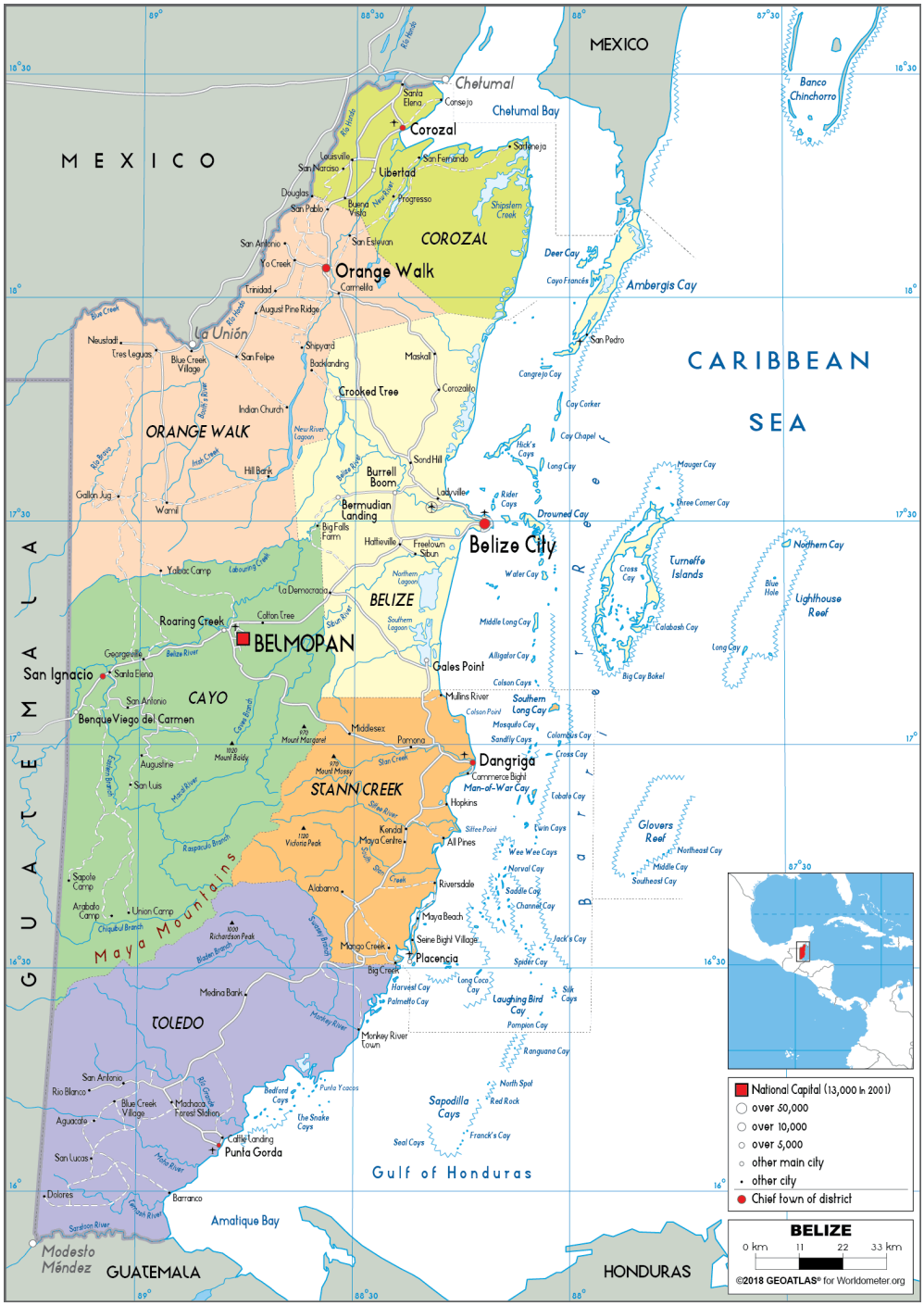
De acordo com estudo divulgado pelo Instituto Belizenho de Estatísticas, realizado com apoio canadense, o número de pessoas na faixa de pobreza em Belize subiu para 52%, em 2018; esse percentual era de 41%, em 2009. No mesmo período, o número de pessoas indigentes caiu de 16% para 9%. Os dados sugerem que, embora o país tenha se tornado mais pobre, a desigualdade interna foi reduzida, numa forma de “nivelamento por baixo”.

Inauguração da primeira fábrica de cimento

Em 5 de julho de 2021, foi inaugurada a primeira fábrica de cimento do país, com a presença do primeiro-ministro John Briceño. A nova planta, filial de uma cimenteira guatemalteca, gerou 120 empregos diretos e 40 indiretos nas minas de calcário nas suas redondezas. O importante investimento estratégico totalizou USD 130 milhões e implica aprofundamento da integração com a Guatemala, além de importante estímulo ao desenvolvimento do país.

Como asseverou o primeiro-ministro em seu discurso de inauguração, as importações de cimento alcançam USD 11 milhões anuais, de maneira que a fábrica trará importante benefício para a economia local. Com a cimenteira, Belize distingue-se de várias nações do Caribe, que não possuem esse tipo de indústria e para os quais o país poderá exportar.

MAPA


MEXICO
Chetumal
Chetumal Bay
Corozal
Orange Walk
COROZAL
ORANGE WALK
La Unión
Crooked Tree
Burrell Boom
Belize City
BELIZE
BELMOPAN
Roaring Creek
Cotton Tree
San Ignacio
Santa Elena
CAYO
Benque Viejo del Carmen
Gales Point
Dangriga
STANN CREEK
TOLEDO
Maya Mountains
Punta Gorda
Placencia
Maya Beach
Hopkins
Riversdale
Independence
Mullins River
Southern Long Cay
Glovers Reef
Turneffe Islands
Lighthouse Reef
Northern Cay
Ambergis Cay
San Pedro
CARIBBEAN SEA
Gulf of Honduras
Amatique Bay
GUATEMALA
HONDURAS
Modesto Méndez
Banco Chinchorro
Barrier Reef
National Capital (13,000 in 2001)
over 50,000
over 10,000
over 5,000
other main city
other city
Chief town of district
BELIZE
0 km 11 22 33 km
©2018 GEOATLAS® for Worldometer.org

INTERCÂMBIO COMERCIAL (USD MILHÕES) - FONTE: MDIC

Brasil-Belize	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Intercâmbio	**4,900**	**4,883**	**4,888**	**7,819**	**5,291**	**6,450**	**7,510**	**9,2**	**7**
Exportações	4,157	4,725	4,602	7,559	5,072	6,109	6,56	7,2	6,8
Importações	0,743	0,158	0,286	0,260	0,218	0,340	0,95	2,0	0,2
Saldo	3,414	4,567	4,316	7,299	4,853	5,768	5,61	5,0	6,6

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1983	Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Belize
2002	O Brasil realiza doação de US$ 7.500 para o subfundo Belize-Guatemala do Fundo de Paz da OEA
2003	O Brasil realiza doação de US$ 25.000 para o subfundo Belize-Guatemala do Fundo de Paz da OEA
2005	O primeiro-ministro de Belize, Said Musa, visita o Brasil e se reúne com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva
2006	Instalação da embaixada do Brasil em Belize
2007	Brasil doa US$ 45 mil a Belize para aquisição local de 2 mil cestas de alimentos
2009	O Brasil realiza doação de US$ 25.000 para o subfundo Belize–Guatemala do Fundo de Paz da OEA
2010	Por ocasião do furacão Tomas, que atingiu Belize, o Brasil transfere, por intermédio da FAO, US$ 145 mil para a Agência Caribenha de Manejo de Resposta de Emergência (CDEMA), para resposta imediata e reparação de escolas
2010	O ministro dos Negócios Estrangeiros de Belize, Wilfred Elrington, visita o Brasil por ocasião da I Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM). Após a passagem do furacão Tomas em Belize, o Brasil transfere US$ 145 mil para a Agência Caribenha de Manejo de Resposta de Emergência
2011	Encontro bilateral entre os chanceleres brasileiro e belizenho, à margem da Cúpula da CARICOM, em Granada

2013	O vice-ministro de Comércio Exterior e Investimentos de Belize, Michael Sing, visita o Brasil, em novembro
2015	Entrada em vigor de Acordo de Isenção de Vistos em Viagens de Turismo e Negócios de Cidadãos dos dois países
2020	O governo brasileiro doou a Belize, por meio da ABC, US$ 25 mil, em caráter de cooperação humanitária, no contexto dos danos causados pelo furacão Eta

EMBAIXADA DO BRASIL EM BOLMOPAN

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR LUCIANO HELMOLD MACIEIRA

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (out/2018 - nov/2021):

O presente relatório foi divido em quatro partes: inicio com capítulo político-institucional, no qual são comentados aspectos da política belizenha e seus desdobramentos recentes. Em seguida, faço breve avaliação da evolução do quadro interno, à luz da crise do covid-19 e das perspectivas do governo eleito em novembro de 2020. O segundo capítulo é dedicado à economia e à cooperação bilateral: informo sobre os impactos da pandemia do covid-19 em Belize e discorro sobre os efeitos da crise dela derivada na economia do país. Destaque é dado à renegociação da dívida externa no segundo semestre de 2021. O terceiro capítulo é dedicado às relações externas belizenhas, à inserção internacional do país e ao tema fundamental do contencioso territorial com a Guatemala. Faço igualmente revista das relações belizenho-brasileiras e suas perspectivas, e dos temas de maior interesse específico para o Brasil. Finalmente, no quarto capítulo, voltado à parte administrativa e consular, busco relatar as ações desenvolvidas nesses quatro anos para a melhoria das condições de funcionamento do posto, em linha com as determinações da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e no espírito de conjugar a realidade local à disciplina orçamentária vigente.

Aspectos políticos

2. Belize é uma democracia parlamentarista, cuja chefe de estado é a rainha Elizabeth II, representada no país pela governadora-geral, Froyla Tzalam. Da etnia mopan maia, a antropóloga, professora, ativista e estudiosa das culturas maia e caribenha Froyla Tzalam assumiu suas funções em 27 de maio de 2021, em substituição a sir Coleville Young que, após cumprir 28 anos de mandato como governador-geral, retirou-se da vida pública. A ascensão de uma nova governadora-geral de origem maia pode ser vista como mais uma evidência das mudanças em curso no perfil étnico, cultural e social do país, também sinalizadas pela eleição do primeiro-ministro John Briceño, em novembro de 2020. Deputado com base eleitoral em Orange Walk, norte do país, zona de predomínio linguístico do castelhano, Briceño é o primeiro político de origem crioula, não oriundo da região de Belize City, a ser alçado à chefia do Executivo nacional.

Breve histórico

3. A política de Belize caracteriza-se pela polarização entre o PUP ("People's United Party") e o UDP ("United Democratic Party"). Existem outros partidos menores (como o "Belize Progressive Party", BPP), mas estes não lograram até o presente superar a cláusula de barreira para obter representação no Parlamento. Até a criação do UDP, em 1973, o panorama político era monopolizado pelo PUP, agremiação de raízes sindicais, surgida em 1950. No período colonial, embora eleições fossem realizadas com regularidade, o poder de fato era exercido pelo governador-geral, e a atividade política girava em torno da escolha de representantes de nível municipal. As primeiras organizações sindicais surgiram na década de 30, mas somente em 1943

foi legalizado o primeiro sindicato, o "General Workers Union" (GWU), que viria a dar suporte ao Movimento Nacionalista, que por sua vez foi a base do surgimento do primeiro partido político, o PUP.

4. Em tempos recentes, o UDP permaneceu mais tempo no poder, tendo vencido as eleições em 2008, 2012 e 2015. O mandato regulamentar é de 4 anos, mas o chefe de governo tem a prerrogativa de dissolver o parlamento e antecipar as eleições até 1 ano antes do término do mandato. A formação do governo cabe ao partido que ocupar a maioria dos 31 assentos da Câmara dos Representantes. Atualmente, 17 pastas compõem o governo (16 ministérios mais a Procuradoria-Geral). O Senado é eleito indiretamente e integrado por 12 membros (6 indicados pelo primeiro-ministro, 3 pelo líder da oposição e 3 por entidades da sociedade civil).

5. Coube ao líder do PUP, John Briceño, liderar a contundente vitória do seu partido nas eleições de novembro de 2020, pleito no qual o PUP conquistou 25 das 31 cadeiras do parlamento. Em março de 2021, as eleições municipais belizenhas resultaram em novo triunfo do PUP, que sagrou-se vencedor em todas as nove capitais distritais do país (Belize City, Belmopan, Benque Viejo, Corozal, Dangriga, Orange Walk, Punta Gorda, San Ignácio/Santa Elena e San Pedro). Além das 9 prefeituras conquistadas, o partido elegeu também 65 conselheiros municipais (equivalentes a vereadores), enquanto o UDP elegeu apenas 2 representantes em todo o país. Nenhum representante de outro partido foi eleito para os conselhos municipais.

6. A expressiva vitória do PUP (65 x 2) expôs o grau de desgaste do governo anterior, acossado por múltiplas denúncias de corrupção, bem como a insatisfação da população com a crise econômica no país, então sob forte impacto da retração ocasionada pela pandemia do covid-19. Dados de fevereiro de 2021, às vésperas da eleição municipal, indicavam que a renda per capita dos belizenhos declinara para US$ 2,921.50 em 2020 (nível equivalente ao da renda em 1992), após ter alcançado US$ 3,706.00, em 2008, ano em que o PUP deixou o governo – redução que foi exaustivamente explorada em sua propaganda eleitoral. Ao mesmo tempo, observava-se um salto de 10,4% para 30,0% no número de desempregados e um aumento de 22,7% para 38,0% no contingente de subempregados. Àquela altura, a taxa de desemprego no país seria mais do que o triplo da taxa média dos países do Caribe, e mais de quatro vezes superior à taxa da América Central, o que deixou o governo do UDP em posição de fragilidade, à vista do desempenho das outras economias da sub-região.

7. Rigorosamente, não existem diferenças programáticas marcantes entre os dois principais partidos. As eleições revelam-se geralmente mais uma disputa entre grupos políticos diferentes do que um embate entre visões ideológicas distintas. O PUP, entretanto, por razões históricas, vincula-se mais proximamente a posições tradicionais de esquerda. Tal orientação se deve às origens sindicais do partido e também ao fato de que este ocupava o governo no momento da independência do país, em setembro de 1981. Na época, o Movimento Não-Alinhado havia se convertido em firme aliado da causa da autodeterminação belizenha no plano internacional e a solidariedade dos não-alinhados é motivo de reconhecimento histórico pelos governos belizenhos. Tanto o PUP quanto o UDP, porém, são defensores da economia de mercado e da livre iniciativa, professam a responsabilidade fiscal e mantêm, ambas agremiações, fluidas relações tanto com regimes de esquerda, como Cuba e Venezuela, como com os Estados Unidos, Canadá e Reino

Unido, entre outros países de orientação liberal. Belize não mantém relações diplomáticas com a República Popular da China.

8. A relativa indistinção ideológica entre os partidos, acaba determinando que boa parte do debate político se dê em torno de temas ideologicamente neutros, como a corrupção, o combate à criminalidade e a defesa da moralidade e da família.

Criminalidade

9. Conforme aponta relatório recente do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o combate ao crime organizado e ao narcotráfico afiguram-se como temas de importância prioritária na agenda belizenha, em razão do crescimento das redes de tráfico que operam no país, como extensão dos cartéis criminosos estabelecidos em países vizinhos. Como as sinopses mensais encaminhadas pelo posto buscaram mostrar, apreensões de aviões utilizados em operações de tráfico foram frequentes ao longo dos últimos anos. Valendo-se muitas vezes inclusive de jatos, traficantes repetidamente abandonaram aviões após voos clandestinos para pouso próximo à fronteira mexicana, de onde descarregam sua carga e transferem-na por terra para o país vizinho, e de lá para o mercado norte-americano. O abandono de aeronaves de alto valor sugere a elevada lucratividade destas operações. O gradativo aumento das atividades ilícitas dos traficantes e a correlata maior circulação de armas ilegais no país são apontadas como causas determinantes do aumento da criminalidade interna nos últimos anos. O estudo "Global Study on Homicide 2019" coloca Belize em 7º lugar no ranking mundial de países com mais homicídios por habitantes (37,1 por 100.000), em lista encabeçada por El Salvador (82,84) e Honduras (56,52).

10. Para tentar fazer frente ao aumento da violência, o governo passou a decretar o estado de emergência com maior frequência, expediente que passou a ser aplicado preventivamente no período que antecede as festas nacionais, no mês de setembro. Em 2020 e 2021, porém, em decorrência das medidas de contenção do Covid-19, os festejos foram reduzidos, não tendo sido decretado o estado de emergência em agosto, como nos anos anteriores. Mas em 6 de julho de 2020, após um surto de violência entre gangues rivais na área sul de Belize City, a medida foi adotada naquela parte da cidade. Na ocasião, 99 pessoas foram detidas, após onda de assaltos em seguida ao assassinato de dois jovens ligados a determinada gangue urbana. Tais ações são acompanhadas por entidades de direitos humanos, como a "Justice for Human Rights", que cobram do governo o combate aos excessos e abusos cometidos pelas forças de segurança.

Corrupção

11. No que respeita à corrupção, dois episódios recentes (o caso "Lev Dermen" e o malfadado projeto imobiliário da "Sanctuary Bay") juntaram-se à lista de imbróglios rumorosos que periodicamente registram-se no país. Alguns casos vêm de longa data, e eventualmente perpassam diferentes administrações (como o caso da privatização da empresa de telecomunicações BTL, que teve implicações para sucessivas administrações, do PUP e do UDP). Os casos estão expostos em telegramas do posto e oferecem exemplos específicos de anomalias em áreas onde problemas são recorrentes: privatizações, contratação de empréstimos externos, venda de vistos, concessão irregular de documentação belizenha; e fraudes com títulos de terra. Ressalte-se que o citado caso

Dermen trouxe consequências para as eleições em 2020, já que provocou a retirada da corrida eleitoral do principal pretendente do UDP, John Saldivar, então poderoso ministro da Defesa, acusado de receber propina em troca da facilitação de passaporte para o empresário turco-norte-americano Lev Dermen. John Saldivar foi substituído pelo ex-líder da oposição e Ministro da Educação Patrick Faber, em disputa interna que enfraqueceu o UDP às vésperas das eleições.

12. Cabe também lembrar também o caso do 'esquema Petrocaribe'. Lançado em 2005, este programa de cooperação energética entre a Venezuela e os países da bacia caribenha previa o fornecimento de petróleo venezuelano a preços subsidiados. O programa funcionou até meados da década de 2010, quando acentuou-se o colapso econômico da Venezuela; a partir de então, foi gradativamente desativado até que, em fevereiro de 2019, foram definitivamente encerradas as operações da "Alba Petrocaribe Belize Energy Limited" (APBEL), empresa que operava como intermediária em Belize das transações com o petróleo venezuelano. Estima-se que o esquema tenha intermediado importações de centenas de milhões de dólares americanos em combustíveis da Venezuela (as cifras variam). O PUP acusou o governo do UDP de jamais ter prestado contas sobre os recursos movimentados pelo mecanismo. Na última semana de novembro de 2019, o então líder da oposição, John Briceño, deu entrada na Justiça belizenha a procedimento pela responsabilização do primeiro-ministro Dean Barrow e seu secretário de Finanças, Joseph Waight, pela inclusão, no orçamento nacional, de BZ$ 1,3 bilhões (US$ 650 milhões) de "petrocaribe money" em despesas não autorizadas pelo parlamento. As acusações foram rechaçadas pelo ex-primeiro ministro e o caso segue sob apreciação da Justiça.

13. O êxito da administração do governo do PUP que assumiu em novembro de 2020 depende fundamentalmente do sucesso que o governo obtenha na negociação da dívida externa do país. Caso não consiga alívio nos desembolsos do Tesouro para pagamento dos compromissos nos próximos anos, o governo não disporá de recursos para a implementação do plano de governo do PUP, o "#Plan Belize", e poderá enfrentar longo e desgastante período de crise, com constrangimentos diversos à administração. A renegociação da dívida é tratada mais detidamente no capítulo sobre a economia.

Imigração

14. Um dos principais problemas do governo belizenho tem sido a administração do fluxo de imigrantes que ingressam no país, parte dos quais com o objetivo de seguir viagem, quando possível, em direção aos Estados Unidos. A pressão imigratória coloca problemas múltiplos para o governo: por um lado, existe a cobrança norte-americana para não se facilitar vias de acesso ao país de imigrantes ilegais. De outro, paira a preocupação de setores belizenhos com uma "invasão" demográfica de populações centro-americanas, o que (na visão desses segmentos) poria em risco a especificidade linguística e cultural do país. Belize subscreveu a Declaração de San Pedro Sula, de 2016, que previa a cooperação de países centro-americanos para o desenvolvimento de marco regional para proteção de pessoas deslocadas (MIRPS), com o objetivo promover mecanismos de responsabilidade compartilhada na busca de soluções para refugiados, pessoas em busca de asilo, deslocados internos e pessoas que retornam a seu país de origem. Na prática, entretanto, pouco foi feito para a melhoria das condições de acolhimento dos imigrantes que ingressaram no país fugidos de situações de violência política, criminal, ou simplesmente em busca de oportunidades de trabalho. Belize, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México e Panamá e El Salvador subscreveram

o MIRPS, um arranjo regional de cooperação apoiado pelos Estados Unidos, ACNUR, OEA e SICA.

15. Segundo apontou o Ministro Eamon Courtenay em briefing ao corpo diplomático, em setembro de 2021, existem em Belize cerca de 60.000 imigrantes em situação irregular. Deste universo de imigrantes, apenas 10% teriam sido reconhecidos pelo governo belizenho, dos quais metade teria efetivamente dado entrada em pedido formal de asilo. Existe, portanto contingente numeroso de pessoas com status indefinido no país, vivendo em condições jurídicas precárias, a maioria como agricultores. Entre os processos de asilo examinados pelo "Refugee Eligibility Committee" (REC), apenas 577 teriam recebido recomendação de aprovação, e destes apenas 28 solicitantes (menos de 1% do total) teriam efetivamente tido a condição de asilo reconhecida pelo governo. Trata-se de problema de difícil rolagem para um estado que têm sérias carências para atender as necessidades básicas da sua população.

Economia

16. O PIB nominal belizenho em 2020 foi de US$ 1,58 bilhão – um declínio de 19,9% em relação a 2019, em função da crise do covid-19. A expectativa para 2021 é de que esse valor aumente para US$ 1,8 bilhão. Belize possui um mercado interno incipiente e um sistema bancário ainda frágil, com forte concentração. A renda per capita montava a US$ 3.970.00 (ou BZ$ 7.940,00), em 2020, conforme dados do ofício belizenho de estatísticas. Setorialmente, o PIB divide-se em: agricultura 10,39 %; indústria 21,6 %; e serviços 68,0 %. O turismo responde pela maior parte dos serviços e corresponde a 25% de todo o PIB belizenho. A balança comercial em 2019 registrou exportações de pouco menos de US$ 500 milhões e importações de US$ 944,4 milhões. O comércio exterior é estrutural e historicamente deficitário, o que é compensado por receitas turísticas, doações, empréstimos e remessas da diáspora belizenha nos EUA.

17. Os principais produtos exportados são: açúcar, concentrado de laranja, pescados (camarão de criação, lagosta e outros), banana, petróleo e madeiras. Os principais destinos são o Reino Unido, EUA, Jamaica, Itália e Barbados. As exportações de produtos agropecuários têm crescido, em particular as de animais em pé para a Guatemala e o México. Novas perspectivas vão surgindo também para os produtores belizenhos de carnes de aves e de soja, que em passado recente realizaram suas primeiras exportações para o mercado caribenho. Os principais produtos importados são: máquinas e material de transporte; combustíveis e lubrificantes; manufaturados; alimentos e animais vivos; produtos químicos; tabaco e bebidas; e matérias primas. Os principais fornecedores são EUA, México, China, Panamá, Jamaica e Antilhas Holandesas. As tarifas, impostos e taxas alfandegárias correspondem a 50% da receita total do governo. A escala tarifária de Belize é baseada na Tarifa Externa Comum (CET) da CARICOM e varia entre 0 e 45%, com uma taxa média aplicada às commodities de 20%. A maior parte das importações da Comunidade têm alíquota de 0%. Os impostos sobre importações incluem o Imposto Geral sobre Vendas (GST) e o Imposto Ambiental (ET). O GST é aplicado a uma taxa fixa de 12,5%, enquanto o ET é fixado em 3% para as importações, excluindo alguns medicamentos e alimentos; no caso dos automóveis, são cobradas taxas de até 5%, dependendo do tipo de veículo.

A economia e a crise do covid-19

18. Até o surgimento da pandemia do covid-19, a economia belizenha exibia um desempenho discreto, com períodos de crescimento e, em menor frequência, de contração econômica. Apesar do agravamento dos problemas estruturais – alto nível de endividamento e elevada carga do serviço da dívida, limitado acesso ao crédito, pouco dinamismo de seu reduzido mercado consumidor, dependência de setores produtivos sujeitos a fortes oscilações de mercado e baixo nível de qualificação da mão de obra, entre outros – os indicadores macroeconômicos apresentavam tendências positivas no longo prazo. Em 2019, o crescimento no primeiro quarto daquele ano alcançaria 5,2%, com uma taxa de desemprego de 7,6% e uma inflação de 0,3%, até junho. O setor de turismo – mais importante vetor econômico do país – exibia alta de 6% no número de turistas estrangeiros.

19. Entretanto, com a eclosão da crise sanitária no início de 2020, este panorama deteriorou-se radicalmente e o país ingressou rapidamente numa espiral recessiva, em par com o acelerado aumento do endividamento externo. A contratação de empréstimos foi o principal recurso utilizado para financiar as medidas e programas para mitigar os efeitos da crise, já que Belize não contava com excedentes de reservas. Também com um olho na eleição, o governo do UDP desdobrou-se para que, apesar dos sobressaltos na economia, não faltassem recursos para os programas de alívio. O custo deste endividamento adicional seria duramente criticado pelo governo seguinte, já que equivalia a um acréscimo de BZ$ 1 milhão por dia à dívida externa do país. Embora o aumento galopante do endividamento fosse claramente insustentável, o governo não contava com melhores opções na situação de emergência e de incertezas experimentada então. O fato é que a contratação de empréstimos permitiu o desenvolvimento de programas que efetivamente aliviaram os efeitos da crise para as famílias, em momento em que a economia ficou estagnada e o país viu-se - como outros – virtualmente isolado do mundo. As medidas de alívio contemplaram, entre outros benefícios, a concessão de cestas básicas a 46.686 lares belizenhos; a distribuição de US$ 4,0 milhões em recursos do "Social Investment Fund" a mulheres agricultoras; o Programa de Alívio ao Desemprego, que permitiu pagamentos (seguro-desemprego) a 40.927 trabalhadores desempregados; e o oferecimento de crédito subsidiado para manutenção de empregos pelo setor privado.

20. Do ponto de vista sanitário, o manejo da crise mostrou-se claudicante no início, mas aos poucos, graças à ajuda de parceiros internacionais, o governo conseguiu implementar programa organizado de vacinação, o qual deverá possibilitar a completa imunização das pessoas vacináveis do país até fins de dezembro de 2021. Todos os grupos prioritários já foram contemplados, e no momento prossegue a vacinação de jovens entre 12 e 18 anos. Até o momento, o total de doses recebidas pelo país possibilitaria a imunização completa de 335.075 pessoas, ou 81,72% da população. Esses números superam a meta inicial do governo, de vacinar completamente 58% dos belizenhos, objetivo que foi elevado em vista do surgimento de novas variantes mais agressivas do vírus, que demandaram reforço da imunização. Novas doses de vacinas ainda deverão ser recebidas dos Estados Unidos, conforme informou-me a Encarregada de negócios norte-americana. O Ministro Eamon Courtenay asseverou que o estoque de vacinas do país é confortável para a campanha de vacinação de 2021, mas mostrou preocupação com a campanha do próximo ano. Existe também preocupação com a ação dos grupos "antivax", minoritários no país, mas bastante estridentes. O Governo tem determinado medidas para estimular a vacinação, inclusive

obrigando aqueles que ainda relutam em receber a imunização a apresentar periodicamente exames de testagem para covid-19 a fim de permitir seu acesso aos locais de trabalho.

21. Os dados relativos ao covid-19 em Belize em setembro de 2021 mostravam piora do quadro sanitário em relação aos meses precedentes, com aumento do número de casos. Até 24 de setembro, 19.600 pessoas haviam apresentado resultado positivo nos testes de detecção da doença (8,06% dos testes realizados). O número de falecimentos por covid alcançava 402 (0,1% da população do país, de 410.000 pessoas), com uma taxa de letalidade de 2,05 dos doentes internados. Na altura, a epidemia progredia a uma média de 175 novos infectados por dia, cifra equivalente a 50% de infecções no pior momento da doença em Belize (8 de dezembro de 2020).

Perspectivas

22. As perspectivas mostram-se particularmente desafiadoras para Belize. A economia segue fortemente impactada pela pandemia do covid e os sinais são de que o turismo somente poderá ser retomado com mais força a partir de 2022, o que priva o país em futuro imediato de fundamental fonte de divisas. A velocidade da retomada do desenvolvimento belizenho depende do resultado da renegociação da dívida e do êxito do governo na implementação do seu programa. Espera-se boa vontade dos credores externos, os quais não deverão mostrar-se indiferentes à realidade de que Belize está virtualmente "quebrado" e enfrenta dificuldades excepcionais, que somente poderão ser superadas com apoio e flexibilidade.

Missão do FMI, Art.IV

23. Uma missão do Fundo Monetário Internacional (Artigo IV, Consultas), concluída em junho de 2021 – antes, portanto, dos desenvolvimentos na negociação da dívida externa e da apresentação da proposta dos "blue bonds", tratada mais abaixo – salientou o agravamento do quadro fiscal do país, tendo o déficit primário crescido de 1,3% em 2019/2020 para 8,4% em 2020/2021, enquanto o déficit público passou de 97,5% em 2019 para 127,4% em 2020. O FMI estimou crescimento de 1,5% da economia belizenha em 2021 e de 6,2% em 2022 e avaliou que, apenas em 2025 seriam novamente alcançados os indicadores econômicos registrados antes da pandemia do covid-19. A missão apontou igualmente preocupação com o elevado patamar da dívida pública (132% do PIB em 2021) e a lenta recuperação projetada, que possibilitariam seja alcançado, caso não haja novos percalços para a economia do país (como eventos naturais adversos ou novo agravamento da crise do Covid), um nível de endividamento de 111% em 2031. Os técnicos do FMI foram taxativos em defender a renegociação da dívida externa belizenha, com vista ao alongamento de prazos e alívio nos desembolsos de curto prazo.

24. As perdas registradas no setor de turismo com a crise foram em parte compensadas pelo crescimento do setor agropecuário, tendo o segmento bovino experimentado crescimento de 61%. Também a geração de energia elétrica cresceu (24,5%), em função de fortes precipitações nos últimos meses que mantiveram o os reservatórios em níveis elevados. Enquanto o setor açucareiro manteve-se vigoroso, dois outros importantes segmentos da economia belizenha sofreram quedas expressivas: a produção de bananas declinou 16,9% e o setor pesqueiro 17,6%. O setor de cítricos, também importante no país, segue em declínio, prejudicado pela praga do "greening": serão necessários vários anos até que a maior parte das plantações possa ser renovada com mudas

resistentes à doença, de custo elevado para os produtores belizenhos. Após alcançar a marca de US$ 81,5 milhões em exportações em 2012, a produção de cítricos reduziu-se a US$ 28,0 milhões em 2019.

25. Situado na rota dos furacões atlânticos, Belize é regularmente açoitado por tormentas meteorológicas maiores. Após a destrutiva passagem do furacão Earl em 2016, Belize registrou em passado recente tormentas de menor intensidade, porém com maior regularidade. Em setembro de 2020 um furacão de categoria 1 cruzou a faixa central do país, causando danos materiais nas localidades de Hopkins e Sitlee, a aproximadamente 80 km de Belmopan. A tormenta ficou pouco tempo em território belizenho, mas causou fortes chuvas que ocasionaram danos materiais e interrupção nas vias de acesso entre zonas do país, sem provocar vítimas fatais. Nova tormenta ("Eta") sacudiu Belize em novembro de 2020, causando inundações e prejuízos econômicos. Note-se que a cada ano o país reforça as suas capacidades de defesa ante os desastres naturais, com a progressiva ampliação das redes de escoamento de águas e a melhoria da qualidade das edificações do país. Não sendo possível naturalmente evitar os desastres meteorológicos, ao menos melhoram as condições para uma recuperação mais rápida após as tormentas.

26. Uma importante vitória para o país foi conquistada em dezembro de 2019, quando a União Europeia excluiu Belize da relação das jurisdições não-cooperativas ("paraísos fiscais"). A inclusão de Belize nesta lista afetava as preferências comerciais belizenhas no mercado europeu, além de prejudicar a imagem do país junto a instituições financeiras internacionais. O governo atuou firmemente para fazer modificações na legislação belizenha de forma a atender as recomendações da UE, o que finalmente foi conseguido.

Aspectos setoriais

Turismo

27. O turismo é a principal atividade econômica do país, que conta com atrativos arqueológicos, naturais e culturais diferenciados. Até o início da pandemia, os projetos no setor aceleravam-se, em paralelo ao aumento do ingresso de turistas estrangeiros, sobretudo trazidos por cruzeiros marítimos. Esses turistas cumpriam geralmente programas curtos ("one night stand"), o suficiente, entretanto, para sustentar a estrutura turística belizenha, onde aos poucos vai crescendo o número de hotéis e pousadas de alto padrão, capazes de atrair um público mais exigente e de maior poder aquisitivo. Após a pandemia, entretanto, o ritmo de expansão do setor perdeu fôlego. Apenas em fins de 2021 voltaram a ser citados novos projetos, como o da construção de um resort de alta categoria da rede Four Seasons em uma das pequenas ilhas do litoral belizenho. Também é prevista a conclusão, em médio prazo, da estrada pavimentada de 70 km até o sítio arqueológico de Caracol (hoje de difícil acesso), obra que vem sendo financiada pelo órgão de cooperação da OPEP, com recursos kuwaitianos.

28. Belize foi eleito como uma das "Top 10" destinações turísticas pelo guia 'Ethical Traveler'. A escolha, promovida pelo 'Earth Island Institute Project', baseado em Berkeley, tem por objetivo contribuir para "empoderar viajantes para que transformem o mundo". Além dos aspectos relativos à preservação ambiental, o 'Ethical Traveler' valoriza os aspectos éticos e sanitários que emergiram no mundo após a eclosão da pandemia do covid-19. Organizadores da escolha destacaram a

seriedade e disciplina com que medidas de combate à pandemia foram assimiladas em Belize, lembrando, por exemplo, que o aeroporto internacional do país ficou fechado de fins de março até o início de outubro de 2020. (Além de Belize, integraram a lista dos "top 10" os seguintes países, por ordem alfabética: Benin, Cabo Verde, Costa Rica, Equador, Jamaica, Mongólia, Nepal, Gâmbia e Uruguai).

29. No contexto da pandemia do covid-19,a Câmara de Turismo de Belize (BTB) anunciou que o Conselho da Mundial do Turismo (WTTC) outorgou a Belize a classificação de 'destino seguro para o turismo'. O selo do WTTC busca oferecer ao turista garantia de que o país cumpre corretamente com os protocolos sanitários internacionalmente estabelecidos, o que permitiria nível adequado de segurança dos viajantes.

30. Segundo dados do BTB, o número de turistas que ingressaram em Belize para ao menos um pernoite sofreu redução de 71,4% em 2020, com relação ao ano anterior.

Outros setores

31. Em junho de 2021 foi inaugurada a primeira fábrica de cimentos de Belize. Filial da cimenteira guatemalteca "Cementos Progreso", a planta, além de gerar 120 empregos diretos, e outros 40 indiretos em minas de calcário e gipsita, deverá propiciar a auto-suficiência nacional em cimento e possibilitar que Belize converta-se em exportador do produto. A "Cementos Progreso" buscará atender a mercados da CARICOM, nos quais o produto belizenho poderá ingressar com tarifa zero. Vários países da Comunidade não contam com fábricas de cimento e dependem inteiramente de importações – casos de Antigua e Barbuda, Dominica, Granada, Guiana, St.Kitts e Nevis, Santa Lúcia e São Vicente – os quais, juntos, teriam importado mais de US$ 18 milhões em cimento em 2020, enquanto as importações de Belize no mesmo período alcançaram US$ 11,0 milhões. A "Cementos Progreso" propõe-se, assim, a atender um mercado hoje estimado em pouco menos de US$ 30 milhões.

32. Outro setor da economia no qual o governo vem apostando fortemente é o da produção de 'cannabis' e seus derivados. Em julho de 2021, foi aprovada emenda constitucional que modificou a Lei sobre Drogas, de 2017, e estabeleceu provisões para a atividade de empresas que venham a operar no mercado de cannabis em Belize. Uma licença especial deverá ser outorgada para que pessoas físicas cultivem, processem, distribuam e comercializem 'cannabis' no país, para uso adulto, inclusive recreativo. O governo aposta que esse setor poderá oferecer estímulo relevante para a retomada da economia e o desenvolvimento de setor produtivo de grande potencial de geração de renda.

33. Novas atividades econômicas deverão desenvolver-se no país, caso a proposta de renegociação da dívida externa chegue a bom termo. Pretende-se que, com a criação do fundo de conservação a ser criado no âmbito do "pacote" de renegociação da dívida, investimentos permanentes em setores ligados à preservação marinha deverão dar margem ao desenvolvimento de setores novos da economia relacionados à conservação natural.

34. Os gargalos estruturais belizenhos, entretanto, permanecem. A rede viária de Belize é ainda limitada, para não dizer precária: não existe no país nenhuma auto-estrada de padrão internacional,

com pista dupla, e tampouco existem estradas de ferro. O setor de energia, após um promissor momento nos anos 2.000, quando se descobriu petróleo na localidade de Spanish Lookout, carece de novos investimentos em prospecção para descoberta de novas reservas. Com a estagnação dos investimentos, a pequena produção de petróleo do país, já declinante, poderá ser encerrada em poucos anos. O quadro é agravado pelos frequentes "apagões" na distribuição de eletricidade, ainda majoritariamente importada do México. Progressos vêm sendo realizados na área de energias renováveis, com financiamento da União Europeia, em iniciativas de geração de energia eólica e captação de energia solar, conduzidos prioritariamente para melhorar a eletrificação de zonas do interior do país. Como obra de vulto do período recente, cabe citar a conclusão do novo aeroporto de San Padro, obra de BZ$ 100 milhões, destinada a aumentar o turismo no balneário.

A nova renegociação da dívida – os "Blue Bonds"

35. No primeiro semestre de 2021, às vésperas do vencimento do prazo para o pagamento de mais uma parcela de US$ 7 milhões dos "superbonds" (títulos da dívida externa com vencimento em 2034), o governo anunciou que havia iniciado conversações com comitê de representantes das instituições credoras com vista à renegociação da dívida belizenha. A ideia de consolidar um esquema de pagamentos em bases sustentáveis já constava do programa de governo do PUP, o "#Plan Belize". A meta seria lograr a redução do principal das dívidas privada (US$ 556,5 milhões) e bilateral (US$ 389,5 milhões), bem como obter alívio dos desembolsos de curto prazo. A proposta previa também que a maturidade da dívida privada belizenha seria adiada de 2034 para 2041.

36. Efetivamente, em setembro de 2021, o governo anunciou que uma inovadora proposta para o pagamento de títulos da dívida externa do país havia sido apresentada ao comitê de credores. A referida proposta previa o resgate integral dos "superbonds 2034" (títulos que correspondem a 40% do total da dívida externa do país, de US$ 1,5 bilhão) com um desconto de 48,3% do seu valor de face. Segundo divulgado na ocasião, consideradas as despesas contratuais e administrativas para a conclusão da operação, a economia para Belize após a quitação dos "superbonds" seria equivalente a US$ 250 milhões, aproximadamente.

37. O resgate dos títulos seria viabilizado com recursos de um novo empréstimo a ser concedido pelo "The Nature Conservancy" (TNC), instituição sediada nos Estados Unidos, voltada à preservação ambiental. Além de conceder empréstimos com contrapartidas ambientais, o TNC atua para, juntamente com instituições multilaterais e grupos privados, ajudar os países que participem do mecanismo de preservação "Blue Bonds for Ocean Conservation Program" a refinanciar os seus débitos. Assim, no caso de Belize, o TNC buscaria, em coordenação com o governo e entidades locais, "identificar atividades que combinem preservação ambiental e oportunidades econômicas sustentáveis".

38. A proposta belizenha foi apresentada como um "win-win-win mechanism", já que traria benefícios a todas as partes envolvidas: ao governo, principalmente, por equacionar capítulo que vem travando o desenvolvimento das políticas públicas e impedindo o deslanche das estratégias de ação governamental; ao setor ambientalista, por verem-se ampliadas as ações permanentes de defesa da particularmente rica plataforma marinha belizenha; e às instituições credoras, por alcançar-se resultado concreto satisfatório no tocante ao recebimento ao menos parcial da dívida,

em contexto econômico adverso, uma vez que o devedor encontra-se em virtual falência. O primeiro ministro John Briceño observou que, para que a proposta possa ser implementada, será necessário obter o acordo de 75% das instituições credoras; até o presente momento estaria assegurada a adesão de 60% das instituições.

39. O projeto provoca excitação no setor produtivo belizenho, pela perspectiva de alavancarem-se investimentos na preservação marinha, criando empregos, estimulando o turismo, fortalecendo o setor pesqueiro e atraindo novos parceiros internacionais para projetos conservacionistas no país. Além dos US$ 250 milhões de redução imediata do estoque da dívida externa, Belize teria como benefício adicional a destinação, nos próximos 20 anos, de um total estimado em US$ 172 milhões para projetos de preservação marinha, parte dos quais financiados por um fundo a ser criado pelo TNC exclusivo para Belize, o qual deverá evoluir de um montante inicial de US$ 23 milhões para até US$ 92 milhões, em 2041.

40. John Briceño lembrou também que, caso Belize hipoteticamente buscasse cumprir os compromissos previstos na última renegociação dos "superbonds" (o que parece inexequível no atual contexto das finanças belizenhas), o país teria que desembolsar US$ 122,5 milhões durante os próximos 5 anos, o que paralisaria o governo que tomou posse em novembro último. Pela proposta dos "blue bonds", Belize deverá desembolsar 'apenas' um total de US$ 58 milhões, o que representa, portanto, relevante alívio de US$ 64,5 milhões nos compromissos de curto prazo do país.

41. Os bancos deverão apresentar a sua resposta até 19 de novembro próximo. Recorde-se que inicialmente o comitê de credores havia colocado como premissa para a rolagem da dívida belizenha a adoção de um programa de saneamento supervisionado pelo FMI, o que sempre foi rechaçado pelo governo do PUP. Com a entrada em cena do TNC, Belize passou a contar com perspectiva alternativa de financiamento externo, em bases mais vantajosas que não dependeriam dos rigores fiscais que um acordo com o FMI implicaria – e que, sobretudo evitariam uma desvalorização do dólar belizenho.

42. Trata-se da quinta renegociação da dívida externa do país em pouco mais de 15 anos, tendo a rodada anterior de repactuação de compromissos sido concluída há menos de um ano, em agosto de 2020.

Política externa

43. A política externa belizenha prioriza, grosso modo, quatro vertentes: 1) a solução do contencioso territorial com a Guatemala; 2) as relações com parceiros prioritários: EUA, Reino Unido, União Europeia, Taiwan, países e agências provedoras de cooperação, ONGs e instituições de crédito; 3) as relações no contexto regional, nos âmbitos da CARICOM e do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA), ademais de Cuba e Venezuela; e 4) as relações de âmbito multilateral (OEA, Comunidade Britânica, CELAC, AOSIS e outras), e bilateral.

44. País de recursos limitados, Belize conta com 9 embaixadores residentes no exterior (ONU, EUA e OEA, México, Reino Unido, União Europeia, Guatemala, El Salvador, Cuba e Taiwan), além de representantes não-residentes junto ao SICA e à CARICOM. Somam 10 as embaixadas

bilaterais com embaixadores residentes em Belize (Brasil, Cuba, El Salvador, EUA, Guatemala, Honduras, Japão, México, Reino Unido e Taiwan), às quais se somam as representações de organismos internacionais (União Europeia, ONU, UNICEF, PNUD, ACNUR, OEA). Recentemente a embaixada da Costa Rica foi fechada, em razão de cortes orçamentários. O Representante da OEA em Belize é o brasileiro Luiz Octávio Coimbra, funcionário de carreira da organização.

O contencioso com a Guatemala

45. Como tema específico de interesse belizenho, a questão territorial com a Guatemala mostra-se vital, uma vez que hipotética derrota do país na disputa nos termos pretendidos pela Guatemala poderia significar a perda de mais da metade do território nacional – justamente das áreas mais ricas em recursos – inviabilizando a própria existência do país como nação independente.

46. Alegando direitos de sucessão herdados do Império espanhol, a Guatemala manteve, após o período colonial, disputa territorial com o Reino Unido. O país vizinho postula uma área de 12.272 km² do território belizenho (cerca de 53% do país, que se estende por 22.966 km²). A reivindicação guatemalteca tem raízes no tratado sobre limites entre a Guatemala e a Grã-Bretanha, de 1859, pelo qual a Guatemala reconhecia a soberania britânica sobre o território das "Honduras Britânicas", atual Belize), em troca de um pagamento que o Reino Unido jamais teria efetuado, segundo os guatemaltecos. Em 1991, ao reconhecer a independência de Belize, a Guatemala manifestou expressamente que não reconhecia as fronteiras então definidas, o que marcou o início de uma nova fase no desentendimento sobre os limites fronteiriços.

47. A Organização dos Estados Americanos tem fomentado, desde 2000, o diálogo entre os dois países. Em 2003, a OEA instalou um Escritório na "Zona de Adjacência", faixa de um quilômetro para cada lado da linha imaginária provisória que separa os países. No mesmo ano, foi criado o 'Grupo de Amigos', do qual o Brasil faz parte, que fornece apoio político, operacional e financeiro ao processo de diálogo belizenho-guatemalteco.

48. Em 2005, as partes firmaram um "Acordo sobre um Marco de Negociação e Medidas de Fomento da Confiança" e, em 2008, firmaram acordo para submeter a disputa à Corte Internacional de Justiça (CIJ), sujeita à aprovação em referendos nos dois países. Marcadas inicialmente para outubro de 2013, as consultas foram sucessivamente adiadas em decorrência de incidentes pontuais menores registrados na Zona de Adjacência. Em 2018, a Guatemala finalmente realizou seu referendo e aprovou o envio do caso à CIJ. Belize igualmente daria a sua aprovação, após referendo realizado em maio de 2019. O "sim" ao referendo foi sufragado em Belize por 55,37%, enquanto o "não" recebeu 44,63% dos votos.

49. A aprovação da abertura do caso sobre a questão territorial com a Guatemala na CIJ trouxe desdobramentos políticos e jurídicos em Belize. Em 20 de maio de 2019, foi aprovada por unanimidade emenda ao "Maritime Areas Act" (MAA), pela qual Belize revogou a opção pelo limite de 3 milhas náuticas nas suas águas territoriais e aderiu ao regime definido pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 12 milhas marítimas. O objetivo da renúncia belizenha ao MAA teria sido demonstrar boa-fé nas negociações com a Guatemala. O limite de 3 milhas tornava possível a existência de um canal no Golfo de Honduras pelos quais

embarcações da Guatemala (provenientes das regiões litorâneas de Livingston e Puerto Barrios) poderiam ter acesso às águas do Caribe sem atravessar águas sob jurisdição estrangeira. Com o estabelecimento do novo limite de 12 milhas, o canal ficou estrangulado pelas jurisdições marítimas belizenha e hondurenha, mas Belize liberou a navegação na sua área e anunciou que não tinha intenção de colocar qualquer obstáculo à navegação de embarcações guatemaltecas. A medida, como esclareceu o governo belizenho, visava tão somente resguardar os direitos formais de Belize sobre suas águas naquela região. Tendo o caso passado à apreciação da Corte Internacional de Justiça, Belize entendeu que já não tinha motivos para manter a renúncia às 12 milhas e optou por dar início ao caso na Corte com todos os seus direitos resguardados.

50. Após o resultado do referendo, o PUP, que inicialmente defendeu a não-realização da submissão do caso à CIJ (sob o questionável argumento de que Belize já teria assegurado o reconhecimento internacional da sua soberania territorial), mudou seu posicionamento e associou-se ao governo na montagem da preparação da causa. O partido indicou para a equipe de preparação da defesa belizenha o então senador Eamon Courtenay, hoje ministro dos Negócios Estrangeiros, que comandou as tentativas de inviabilizar a realização do referendo, além do procurador Leslie Mendez. Pelo governo, os indicados foram os embaixadores Assad Shoman (ex-Ministro de Relações Exteriores) e Alexis Rosado (então embaixador na Guatemala). A postura colaborativa da oposição permitiu que decisões sobre a matéria tivessem tramitação rápida no Parlamento, com breve aprovação da proposta de suplementação orçamentária para a contratação de serviços de assessoria legal pelo Governo.

51. Em 8 de dezembro de 2020, após obter prorrogação de 6 meses do prazo inicial para a apresentação da sua posição, a Guatemala entregou à CIJ a sua Memória relativa ao contencioso fronteiriço. O ministro das Relações Exteriores Eamon Courtenay comentou na ocasião que a argumentação guatemalteca não continha elementos novos além daqueles já tornados públicos no curso das discussões prévias sobre a matéria. Belize tem um prazo até 8 de junho de 2022 para apresentar sua contra-memória. Autoridades belizenhas acreditam que a causa deverá "estender-se por quatro ou cinco anos", antes do veredito da Corte.

52. Com a distensão de relações observada após o recebimento do caso pela Corte Internacional de Justiça, as relações com a Guatemala iniciaram novo período de maior estreitamento e colaboração. Os ministros dos Negócios Estrangeiros de Belize, Eamon Courtenay, e da Guatemala, Pedro Brolo Vila, mantiveram reunião de trabalho no Escritório da OEA, na Zona de Adjacência, no dia 4 de março deste ano. Em 18 de maio, realizou-se no Hotel Radisson, em Belize City, reunião bilateral que marcou o restabelecimento da comissão mista Belize-Guatemala. Em junho, o primeiro-ministro John Briceño realizou visita de trabalho à Guatemala e entrevistou-se com o presidente Alberto Giamattei.

Relações com Taiwan

53. Belize e Taiwan mantêm relação especial. Belize é um dos poucos países do mundo que reconhecem o governo da ilha, e por consequência, não mantém relações diplomáticas com a República Popular da China. Taiwan é parceiro de diversos projetos de cooperação e financia obras de infraestrutura de grande importância para a economia belizenha. No momento, os taiwaneses estão construindo uma estrada que vai ligar Corozal à localidade da Sarteneja, no extremo nordeste

do país, obra que vai dar impulso ao turismo e à agricultura naquela região. No passado (1997), foram os responsáveis pela construção da "Southern Highway", uma das principais artérias viárias do país. Além dos investimentos, Taiwan também oferece regularmente empréstimos a fundo perdido para complementação do orçamento belizenho. Durante apresentação na Chancelaria belizenha em 20 de setembro de 2021 – construída com recursos taiwaneses – , o Ministro das Finanças, Christopher Coye informou sobre entendimentos com Taiwan para doação de US$ 20 milhões para o orçamento nacional, e para concessão de novo empréstimo para a rolagem da dívida belizenha, no valor de US$ 60 milhões. Além disso, o governo taiwanês teria aceitado também uma moratória de 3 anos no pagamento do principal da dívida bilateral, que hoje alcança US$ 280 milhões.

54. Em agosto de 2018, a Presidente de Taiwan, Tsai Ing-Wen, realizou visita oficial de três dias a Belize. Foi a quarta visita da mais alta autoridade política taiwanesa a Belize, desde o estabelecimento de relações diplomáticas em 1989.Em 15 de agosto de 2019, os Governos de Belize e da República da China assinaram, em Taiwan, um memorando de intenções pelo qual ambos países se comprometeram a negociar um Acordo de Alcance Parcial ('Partial Scope Agreement'-PSA), com vista à promoção do desenvolvimento pelo comércio e investimento. O compromisso, não-vinculante, deverá atender as regras e disposições da OMC, bem como as obrigações belizenhas no âmbito da CARICOM.

55. Em agosto de 2018, uma delegação integrada por procurador e representantes políticos do 'People's United Party" visitou a República Popular da China e manteve contatos com lideranças chinesas de nível regional/municipal. A visita causou desconforto ao governo belizenho, então chefiado pelo "United Democratic Party", que buscou diminuir seu significado, atribuindo-lhe caráter individual, não-oficial. O próprio PUP buscou esvaziar a iniciativa, atribuindo-lhe, igualmente, caráter privado e não institucional. Durante a Assembleia-Geral da ONU, em setembro de 2021, como de praxe, a delegação de Belize defendeu que Taiwan seja reintegrado à ONU.

Estados Unidos, México, União Europeia e Reino Unido

56. Como ocorre com os demais países da região, a influência dos Estados Unidos em Belize é preponderante. O país é o principal parceiro comercial e a 2ª maior fonte de investimento estrangeiro direto em Belize. Nos EUA, residem cerca de 70 mil cidadãos de origem belizenha. Os Estados Unidos também são a principal origem dos turistas que visitam Belize, os quais chegam, sobretudo, em cruzeiros marítimos. Os EUA também cooperam com Belize no combate ao narcotráfico e ao crime organizado, principalmente por meio da Iniciativa Centro-Americana de Segurança Regional (CARSI). Por ocasião da crise do covid-19, o governo americano fez doação vacinas (115.150 da Pfizer e 132.000 vacinas de dose única da Janssen), além de equipamentos para conservação dos imunizantes. São frequentes também as pequenas doações norte-americanas de equipamentos para suprir necessidades de serviços incipientes em Belize: doação de botes à Guarda Costeira, construção de uma estação da defesa civil em Belmopan (bombeiros); montagem de unidade hospitalar de campanha pelo "Southern Command" das forças armadas dos EUA; doação de equipamentos hospitalares e informáticos diversos; e outras. O governo norte-americano muitas vezes não intervém diretamente e prefere uma atuação indireta, por meio de ONGs, que embora "não governamentais", muitas vezes são beneficiárias de recursos públicos de diferentes setores da administração americana.

57. No plano regional, o México figura como grande parceiro comercial e tem buscado aprofundar a cooperação com Belize em novas áreas, como segurança de fronteiras e promoção do turismo. O México fez importante doação de 100.000 vacinas AstraZeneca contra o covid-19 – a primeira doação do gênero a um governo estrangeiro, gesto salientado pelos mexicanos como prova da importância atribuída às relações com Belize.

58. Cuba mantém presença no país por meio de programas de assistência nas áreas de educação e saúde e desempenhou importante papel no início da pandemia do covid-19, quando os serviços hospitalares belizenhos revelaram-se despreparados para fazer frente à situação de emergência que então se colocava.

59. Com perfil discreto, mas figurando como o mais importante parceiro da cooperação em Belize, coloca-se a União Europeia (UE). Enquanto o Reino Unido esteve na União, Londres em geral esteve à frente das iniciativas de apoio a Belize. Não parece, entretanto, que a saída dos ingleses da comunidade venha alterar significativamente a intensidade da cooperação bilateral. A UE segue desenvolvendo variadas ações em Belize que, entretanto, perdeu um ativo aliado que sabia bem manejar os canais da cooperação europeia, tarefa que agora fica, talvez momentaneamente, sem um patrocinador destacado.

60. Por outro lado, com o "Brexit", cresceram novamente as responsabilidades de Londres com a ex-colônia, que segue sendo beneficiada por forte apoio inglês, sobretudo com a presença local do batalhão BATSUB, o "British Army Training and Support in Belize". Pude testemunhar ações de apoio do BATSUB, especialmente após as inundações ocasionadas pelo furacão Eta, em setembro de 2020, quando os equipamentos militares ingleses garantiram a manutenção das ligações entre áreas do país cortadas pelas águas.

Relacionamentos regionais e multilaterais

61. No contexto regional, Belize participa de forma ativa da CARICOM, do SICA, do SELA e do Mecanismo de Tuxtla (foro que reúne os países da América Central, México, Colômbia e República Dominicana), além da OEA. Multilateralmente, Belize integra os principais organismos setoriais, com atenção particular àqueles voltados a temas do meio-ambiente. Belmopan é sede do Centro da Comunidade do Caribe para a Mudança do Clima.

62. Belize tem favorecido as negociações para a assinatura de um Acordo de Livre Comércio CARICOM-SICA. Além do mencionado interesse acordo de alcance parcial com Taiwan, também tem sido discutida, desde 2015, a assinatura de um acordo de preferências comercias com o México. Entretanto, em vista dos referidos recursos humanos limitados do seu ministério dos Negócios Estrangeiros, o país ainda não logrou firmar nenhum acordo bilateral de livre-comércio. Belize integra a Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1995.

AOSIS

63. Forum de interesse especial de Belize é o da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), que presidiu até recentemente. A AOSIS congrega 44 pequenos estados insulares no âmbito das

Nações Unidas e coordena suas posições em foros como o UNFCCC, o Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund), a Agenda 2030, o "SAMOA Pathway", e junto a outras iniciativas relacionadas aos oceanos. Na AOSIS, Belize defende habitualmente a concessão de fundos novos aos pequenos países insulares (SIDS), e não apenas o perdão de dívidas. Belize muitas vezes vale-se de grupamentos multilaterais como o AOSIS (não integrado pela Guatemala) para aprovar moções, ou parágrafos de comunicados, em que se reafirma a soberania territorial belizenha.

SICA

64. Outro foro que ocupa prioritariamente atenções da chancelaria belizenha é o SICA. O organismo elaborou um Plano Regional de Contingenciamento para o manejo da pandemia do covid-19, com base no qual o Banco Central de Integração do Caribe (CABEI) aprovou crédito de US$ 1,0 milhão para cada país membro que necessitasse fazer frente a despesas de emergência. No contexto da pandemia, o SICA tem sido valorizado pelos esforços para ampliar a cooperação com a Coreia do Sul, Índia e Rússia no tocante a testagem e uso de medicamentos, e também do estabelecimento de plataforma para facilitar a troca de informações entre especialistas. O organismo ganhou projeção no país, em razão da presidência belizenha e da reunião de cúpula realizada ao final do mandato.

65. A 52ª Reunião de chefes de Estado do SICA foi realizada em Belize City com a presença de 5 Chefes de Governo – o que representou inédito esforço logístico para a limitada infraestrutura diplomática belizenha. As discussões focaram, prioritariamente, nos temas de Migrações, Segurança e Democracia; e em Câmbios Climáticos. Em cumprimento a instruções, compareci e reiterei ao plenário o interesse do Brasil na aproximação do MERCOSUL com o SICA, com vista a futuro acordo de livre-comércio. O interesse brasileiro em ampliar relações bilaterais com toda a região foi igualmente ressaltado.

CARICOM

66. A integração no âmbito da CARICOM é sempre citada como objetivo prioritário da diplomacia belizenha. Além dos benefícios que o regime de preferências comerciais da CARICOM outorga a Belize e demais membros, deve ser lembrado o importante papel da CARPHA ("Caribbean Public Health Agency") na gestão da crise do Covid-19. Coube à CARPHA fornecer orientação e distribuir insumos através da rede logísitica da Agência Caribenha de Ação nas Emergências (CDEMA) - atuação crucial naquele momento, em vista dos bloqueios e paralisações verificados nos sistemas regulares de transporte de mercadorias.

CELAC

67. Com a mudança de governo em Belize, uma sutil diferença na relação do país com a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) parece configurar-se. Enquanto durante o governo anterior destacava-se que, "devido à sua dinâmica interna, a CELAC não se havia mostrado tão ativa quanto esperávamos", a postura agora – conforme sugeriu o ministro Courtenay durante o briefing anual da chancelaria – parece menos crítica, e o governo anuncia a disposição de participar ativamente o organismo, que deve, no entanto, adotar

perspectiva inclusiva, de forma a agregar todos os países latino-americanos e do Caribe, sem exclusões.

Cooperação internacional

68. No âmbito da cooperação internacional, Belize tem buscado ampliar o leque de parcerias, com foco no aumento da cooperação. Além do incremento do diálogo com organismos como a União Africana (UA), esforços têm sido desenvolvidos em direção a países como Índia, Turquia, Coreia e Japão, os quais têm demonstrado disposição em ampliar o diálogo bilateral e conceder ajuda material a Belize – doação de testes para o covid, por exemplo. Até mesmo a OPEP marcou posição nesse esforço de apoio a ao país e aprovou financiamento para a conclusão da estrada de 70 km de acesso ao sítio arqueológico de Caracol, a qual vai trazer novo impulso ao setor de turismo belizenho.

Relações com o Brasil

69. Brasil e Belize mantêm relações diplomáticas desde 1983. Em 2006, a aproximação bilateral foi impulsionada pela instalação da embaixada do Brasil em Belmopan, complementando a rede diplomática brasileira na América continental. A abertura recíproca de missões diplomáticas foi acordada durante a visita ao Brasil do então primeiro-ministro Said Musa, em 2005, mas limitações orçamentárias têm impedido Belize de estender a sua rede diplomática no exterior (Belize é o único país da América Central que não conta com uma embaixada em Brasília).

70. As relações podem ser qualificadas como corretas, sem serem intensas ou amparadas por expressivo intercâmbio comercial. O comércio bilateral alcançou um recorde de US$ 9,2 milhões em 2019 (decaindo para US$ 7,0 milhões em 2020), com forte predominância de exportações brasileiras. Não há investimentos brasileiros em Belize (embora um dos maiores empreendimentos comerciais do país, o magazine Mirab, seja propriedade de família libanesa com origens brasileiras).

71. Politicamente, o Brasil é admirado e respeitado, atitude que se vê refletida no tratamento conferido à embaixada em Belmopan; a chancelaria mostra-se sempre solícita ao receber pedidos de entrevistas e notas de gestão. Até onde posso perceber, a maioria dos pedidos de apoio encaminhados pelo Brasil é atendida. Há fácil acesso às diversas instâncias de governo, a começar pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde mantenho relação cordial com o titular, Eamon Courtenay, assim como mantinha com seu antecessor, Wilfred Elrington. É também fácil o acesso à CEO da Chancelaria. O funcionamento de uma embaixada brasileira em Belmopan é bastante prezado pelas autoridades belizenhas. Em atenção a solicitação do posto, o Ministro Wilfred Elrington recebeu o então candidato brasileiro em eleição para o Tribunal do Direito do Mar, Professor Rodrigo More, quando este realizou périplo pelo Caribe para angariar apoios.

72. O Brasil tem apoiado os esforços para o encerramento, no âmbito da Corte Internacional de Justiça, na Haia, do contencioso fronteiriço entre Belize e Guatemala. Com este objetivo, contribuiu em diferentes ocasiões para o Fundo de Paz da Organização dos Estados Americanos (OEA) em benefício do processo negociador Belize-Guatemala. Em 2009 foi feita doação no valor de US$ 25 mil.

Cooperação Técnica, Científica e Cultural

73. A cooperação técnica bilateral está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 2005 e promulgado em novembro de 2008. Até o momento, contudo, o acordo não apresentou maiores resultados, por limitações orçamentárias brasileiras e sobretudo dificuldades operacionais do lado belizenho. Em 2010, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) suspendeu o projeto Apoio Técnico para a Implantação de Bancos de Leite Humano em Belize devido a problemas de estrutura no hospital que receberia o banco de leite. Em 2014, a ABC suspendeu igualmente a programação de projetos de cooperação com Belize nas áreas de agricultura e saúde, em vista das dificuldades enfrentadas pelo governo belizenho na mobilização de recursos humanos para dar seguimento às iniciativas.

74. Setores belizenhos, contudo, têm a cooperação brasileira em alta conta e constantemente renovam seu interesse em vir a desenvolver projetos com o Brasil. Técnicos belizenhos têm regularmente se beneficiado de iniciativas multilaterais, sobretudo com o apoio da FAO, e têm frequentado workshops ocasionais em instituições no Brasil. Não raro, em ocasiões sociais em Belize, travei contato com funcionários belizenhos que estudaram no Brasil, e que mostram interesse de que as suas experiências possam ser repetidas por novas gerações de técnicos belizenhos.

75. A convite do então presidente Lula da Silva, o primeiro-ministro de Belize Said Mussa visitou o Brasil em junho de 2005. Também visitaram o Brasil o ministro da Saúde Pablo Marin (2008); o ministro de Recursos Naturais e Meio-Ambiente Gaspar Vega, para participar da Conferência Internacional de Bio-combustíveis (São Paulo, 17-21 de novembro, 2008); o primeiro-ministro Dean Barrow e o chanceler Wilfred Elrington, para participarem da Reunião de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe (Salvador, 2009); o chanceler Wilfred Elrington, para participar da Reunião de Chefes de Estado e de Governo Brasil-CARICOM (Brasília, 2010).

76. Em 2006, uma missão de 3 representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA visitou Belize e identificou áreas de cooperação prioritária. Em junho de 2007, uma missão do ministério da Agricultura de Belize visitou a EMBRAPA para dar continuidade aos entendimentos em agricultura. Em decorrência desses contatos, em agosto e setembro de 2009 foram assinados 4 memorandos visando a capacitação de recursos humanos e a validação de variedades para produção de arroz, feijão, milho e soja. Entretanto, relatos da embaixada dão conta de que "tentativas de desenvolvimento de projetos de cooperação em agricultura (...) não foram adiante por falta de interesse da parte belizenha (...) Iniciativas para melhoria da produção local de arroz, milho, feijão e soja em que as primeiras fases, que consistiram em treinamento, no Brasil, de técnicos belizenhos, foram concluídas com sucesso. No entanto, no momento em que os projetos passaram à fase de implementação local, sob responsabilidade e iniciativa do governo belizenho, os mesmos foram simplesmente descontinuados".

77. Cinco acordos de cooperação foram firmados entre 2005 e 2010:

a) Acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Oficiais e Diplomáticos -Assinado em 07.06.05 (em vigor).

b) Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e uso de Etanol Combustível. - Assinado em 13.09.05 (em vigor).
c) Acordo de Cooperação Técnica - Assinado em 2005 (em d)vigor).
d) Acordo de Cooperação Cultural - Assinado em 26.04.10 (em tramitação no Congresso).
e) Acordo de Cooperação na Área de Educação - Assinado em 26.04.10 (em tramitação no Congresso).

78. Em agosto de 2007 visitou Belize uma missão do Ministério da Saúde do Brasil e foi então elaborada minuta de memorando de entendimento sobre possíveis áreas prioritárias de cooperação. Na sequência, foi firmado protocolo para a criação de um banco de leite materno (cuja execução ficou vinculada à modernização do hospital em que o mesmo seria instalado. A iniciativa, já implementada com sucesso pelo Brasil em diversos países, acabou não tendo continuidade em Belize, como anteriormente mencionado).

79. Em 2010 o Exército Brasileiro aceitou receber dois estagiários da 'Belize Defense Force' no seu Curso de Operações na Selva e três para treinamento em operações de manutenção da paz.

80. Em 2009 foi assinado um acordo de cooperação em educação universitária, que permite a oferta de vagas para estudantes belizenhos em universidades brasileiras e o intercâmbio de professores universitários. Em visita que fiz ao reitor da Universidade de Belize, este mostrou especial interesse no intercâmbio de professores, o qual, no entanto, até o momento não se materializou.

81. O Brasil busca viabilizar projetos de cooperação triangulares, com apoio de países ou instituições internacionais. Neste formato, foram realizados diferentes cursos no Brasil, alguns dos quais contaram com a participação de técnicos belizenhos. Entre os exemplos, pode ser citada a participação de representante do ministério da Educação de Belize no II Encontro Regional para o Enfrentamento da Obesidade infantil (Brasília, 3-5 de junho de 2019), sob o patrocínio da FAO.

82. Belize desenvolve o Programa de Melhoria da Alimentação Escolar, que busca acoplar uma ampliação da oferta de alimentos (produzidos em hortas nas próprias escolas) com a disseminação de melhores práticas e noções sobre alimentação infantil. O projeto é calcado na experiência brasileira em alimentação escolar, e já vem sendo desenvolvido desde 2016 em Belize, em 4 escolas, com apoio financeiro da agência mexicana de cooperação (AMEXCID). A iniciativa constou da pauta de encontro realizado no Rio de Janeiro em maio de 2019, sob o patrocínio da FAO (I Fórum Regional da América Latina, no âmbito do Fórum de Milão, sobre políticas alimentares).

83. Em abril de 2018 uma missão da ABC, também integrada por especialistas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, visitou Belize para a identificação de áreas de possível cooperação em matéria de prevenção de desastres naturais. A iniciativa não teve desdobramentos concretos, até o momento.

84. Belize manifesta reiteradamente grandes expectativas com a cooperação brasileira. Ocorre que, muitas vezes, essa expectativa é calcada em ações ou iniciativas que fogem ao modelo habitual da cooperação técnica brasileira, voltado à capacitação. Habituados a receberem doações de

equipamentos "ready to use" de países como os Estados Unidos e o Canadá, os belizenhos muitas vezes resistem a comprometer-se com iniciativas que impliquem engajamento e contrapartidas.

85. As melhores perspectivas de cooperação com Belize parecem sempre estar ligadas à realização de "workshops" em áreas de agricultura, saúde e educação. Haveria também interesse belizenho em beneficiar-se de bolsas de estudo em universidades brasileiras, campo que talvez possa ter maior desenvolvimento a partir do momento em que um primeiro aluno belizenho for admitido e concluir os seus estudos, de forma a dar publicidade da sua experiência junto aos meios educacionais locais. A embaixada buscou sempre dar publicidade aos mecanismos de oferecimento de bolsas, que são também divulgados diretamente por canais do MEC e reproduzidos em redes sociais do governo belizenho que divulgam oportunidades de ensino no exterior.

Assistência Humanitária

86. Além das doações realizadas em benefício da manutenção do Escritório da OEA na Zona de Adjacência, o Brasil tem realizado doações em situações específicas de emergência. Em 2007, o Brasil doou US$ 45 mil a Belize para aquisição local de 2 mil cestas de alimentos. No ano seguinte, aportou US$ 50 mil em apoio às vítimas da tempestade tropical Arthur. A doação resultou na compra e distribuição de 1.370 cestas básicas. Por ocasião do furacão Tomas, que atingiu Belize em 2010, o Brasil transferiu, por intermédio da FAO, US$ 145 mil para a Agência Caribenha de Manejo de Resposta de Emergência (CDEMA), para resposta imediata e reparação de escolas. Mais recentemente, em novembro de 2020, por ocasião da tempestade tropical Eta, o Brasil fez nova doação no valor de US$ 25,000.00 em bens adquiridos no mercado belizenho a título de ajuda humanitária às pessoas desalojadas pela tormenta. Compareci à cerimônia de doação no "National Emergency Management Organization"(NEMO), presidido pela ministra do Desenvolvimento Humano, Família e Temas dos Povos Indígenas, Dolores Balderamos.

87. Em plano local, sem apoio institucional, por iniciativa de minha esposa, a embaixada realizou coleta internamente para a compra de roupas para doentes internados no Hospital Psiquiátrico de Belmopan, também beneficiado pela doação de equipamentos do posto que foram substituídos (uma geladeira e uma televisão de tela plana, ambos ainda em condições de funcionamento, com eventuais falhas).

Relacionamento comercial

88. Como assinalado anteriormente, o relacionamento comercial não é expressivo, dadas as reduzidas dimensões do mercado belizenho. Uma iniciativa latente, entretanto, tem potencial sacudir o panorama do intercâmbio bilateral. Trata-se do projeto para a instalação de usina para a produção de biocombustíveis da empresa norte-americana DBG Energy (tratado em expedientes específicos do posto). Segundo seus idealizadores, que buscaram contato com a embaixada em março de 2018, a empresa teria intenção de utilizar a tecnologia brasileira de usinas de biocombustíveis para produção em Belize.

89. Em sua apresentação do projeto, a DGB recorda que o mesmo se coaduna com a estratégia do programa governamental "Horizon 2030", que em capítulo específico (GSDS-"Growth and

Sustainability Development Strategy 2016-2019") identifica objetivos setoriais críticos para o desenvolvimento belizenho, entre os quais os 'investimentos para a expansão da capacidade de geração de eletricidade, com ênfase em fontes de energia renovável'. São elencadas as vantagens produtivas que singularizam o caso belizenho (reservas de água 10 vezes maiores do que todos os países da América Central e Caribe juntos, entre outras); e lembradas as características do crescente mercado centro-americano de eletricidade, no qual o México (com matriz fortemente emissora de CO2) ocupa posição dominante, inclusive como exportador para Belize.

90. Segundo seus idealizadores, uma vez em operação plena, a usina poderá produzir excedente de energia elétrica (gerada com queima do bagaço da cana) para exportação. Ao preço de US$ 0.14 por kilowatt, o faturamento poderia chegar a US$ 19 milhões por ano, apenas com a venda de eletricidade. O projeto tem um custo previsto de US$ 225 milhões (dos quais US$ 119,4 milhões relativos à destilaria). A renda anual projetada com as exportações de etanol para os EUA alcançaria US$ 70 milhões. A matéria prima (cana-de-açúcar) viria de terras já adquiridas pela empresa (35.000 acres, com possibilidade de incorporação de outros 100.000 acres).

91. O interesse da DBG pela tecnologia brasileira deriva das relações da empresa com o engenheiro Francesco Scipioni, ex-consultor da Zanini, no Brasil, que conhece bem a experiência do PROALCOOL e, durante a sua passagem pela Zanini, acompanhou a montagem de cerca de 150 destilarias de álcool no Brasil e na América Latina. Por conta dessa experiência, a empresa encaminhou consulta sobre a disponibilidade de linhas de crédito ou programas específicos do BNDES (ou outra instituição) para financiamento da operação. Conforme informado por Brasília na época, estas linhas especiais de crédito já não estavam disponíveis. Em vista da indisponibilidade de financiamento subsidiado, o interesse da DBG arrefeceu. Em contato ulterior com o seu diretor, ele disse que o projeto não havia sido abandonado, mas que estaria sendo readaptado para ajustes, e que poderia ser retomado, inclusive com a almejada participação brasileira.

92. A embaixada também prestou assistência a pequeno empresário belizenho interessado em estabelecer contato com empresa do Brasil do setor do babaçú. Em meados de 2021, foi feito contato com a empresa brasileira detentora de tecnologia de extração do óleo de babaçú, a qual mostrou-se aberta a conversar com sua contraparte belizenha, tendo as duas empresas se colocado posteriormente em contato direto.

Temas consulares e culturais

Assuntos Consulares

93. A embaixada do Brasil em Belmopan presta apoio à pequena comunidade brasileira local, a maioria em situação regular no país. Os nacionais brasileiros que vivem em Belize, pouco mais de meia centena, são em grande parte de origem libanesa e estão espalhados pelo interior, muitos deles estabelecidos na região de fronteira com o México, onde trabalham em atividades comerciais. Há também casos de profissionais brasileiros que prestam serviços em setores ligados ao turismo, e outros ligados a atividades missionárias.

94. Além de eventual emissão de documentos em favor de membros dessa diáspora, apoio de praxe é concedido a viajantes brasileiros que têm seus documentos extraviados, ou enfrentam eventuais anomalias no processo de ingresso em Belize (exigências descabidas, maus tratos, etc.). A embaixada busca passar orientação no que cabe aos brasileiros que acodem ao setor consular para obter informações sobre o processo de obtenção de vistos para os Estados Unidos, um tipo de consulta que aumentou bastante durante a crise do covid-19, quando os consulados norte-americanos no Brasil permaneceram fechados para atendimento a brasileiros.

95. Houve intensa mobilização da embaixada no momento mais difícil da crise do covid, quando Belize ficou virtualmente isolado do mundo. Dois jogadores de futebol brasileiros que atuavam em clubes belizenhos solicitaram repatriação, sendo que um deles encontrava-se psicologicamente abalado e em situação de desvalimento, após o término do seu contrato. A embaixada enviou missão de assistência consular ao interior do país para prestar apoio e posteriormente, em coordenação com a embaixada no México, tomou as providências necessárias sua evacuação de Belize e traslado até a Cidade do México, onde tomaram voo especial para o Brasil, organizado pela embaixada naquela capital. Tudo ocorreu em perfeita ordem.

96. Dois outros cidadãos brasileiros foram evacuados em situações similares, embora menos dramáticas, pois contavam com recursos para bilhete de regresso: um técnico brasileiro que prestava serviço a empresa no norte de Belize ficou igualmente "preso" no país, até que a embaixada montou operação para sua evacuação para Cancún, de onde embarcou para o Brasil. Outro profissional brasileiro, piloto da "Tropic Air", conseguiu embarcar para o Brasil em voo especial da United Airlines para Houston, após contato da embaixada com a gerência da empresa em Belize.

97. O pequeno número de nacionais no país não permitiu a abertura de uma sessão eleitoral por ocasião das eleições presidenciais. Tampouco existe uma associação que reúna integrantes da colônia brasileira no país. Conforme o posto informou à SERE, também não existem hoje (setembro de 2021) brasileiros detidos em prisões de Belize.

Divulgação cultural

98. Houve nos últimos anos esporádicas apresentações de artistas brasileiros em Belize, como a do grupo de música regional brasileira "Palha de Milho", cuja apresentação contou com a presença do Governador-Geral e do então Primeiro-Ministro. A realização de eventos culturais em Belize é dificultada pelos elevados custos de transporte e pelos entraves trabalhistas que incidem sobre viajantes que venham desenvolver atividades remuneradas no país. Em novembro de 2019, o Brasil teve expressiva participação no XIV Festival Internacional de Cinema de Belize. O documentário brasileiro ("Sorriso", de J.C.de Oliveira) sagrou-se vencedor no certame, na categoria documentário curto. Outros quatro filmes brasileiros foram exibidos na mostra, que contou com o patrocínio taiwanês do Asia Pacific Film Festival.

99. Fiz distribuição de CDs de música brasileira com programas "The Brazilian Hour" à Love FM, emissora de rádio de maior audiência, cujo diretor informou-me que no passado já havia feito emissões do programa. Não foi possível, no entanto, avaliar a eventual utilização pela rádio do material doado.

100. O posto mantém atualizada uma página no Facebook (mídia social mais popular em Belize, e veículo habitual de comunicação dos órgãos de governo) onde busca divulgar notícias e assuntos gerais de interesse brasileiro.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM BELMOPAN, BELIZE

Candidato MSC AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS

PERFIL DO CANDIDATO



Nascido em 15/12/1951 no Rio de Janeiro (RJ), o Ministro de Segunda Classe Agemar de Mendonça Sanctos concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) do Instituto Rio Branco em 1978. Posteriormente, obteve o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1982 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2001, com a tese “A nova diplomacia consular: o Cônsul como agente político e a sua atuação nos Estados Unidos da América”.

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty. Foi lotado na Divisão de Passaportes (1978-1980), na Divisão de Orçamento e Programação Financeira (1980-1982) e no Departamento de Comunicações e Documentação (1984-1988). Posteriormente, foi chefe, substituto, da Divisão de América II (1993-1995), assistente no Departamento de Promoção Comercial (2003-2005) e coordenador-geral de Privilégios e Imunidades (2005-2007). Fora do Itamaraty, atuou como chefe de gabinete do ministro extraordinário dos Esportes (1995-1996) e diretor de Relações Institucionais do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro (2015-2016).

No exterior, serviu no Consulado-Geral em Nova York (1982-1984), nas Embaixadas do Brasil em Bonn (1988-1991) e em Lima (1991-1993) e no Consulado-Geral em Boston (1996-1999). Foi Embaixador do Brasil em Malabo, na Guiné Equatorial (2007-2010), e em Ierevan, na Armênia (desde 2017). Participou, também, de diversas missões eventuais e transitórias.

Agemar de Mendonça Sanctos é casado com a senhora Simone Haguenauer Rogatti Sanctos. Tem dois filhos.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como representação do governo brasileiro junto ao governo belizenho capaz de: desenvolver e intensificar, de forma integrada e com visão global, as relações do Brasil com Belize em todos os âmbitos, prestando contas ao governo brasileiro e esclarecendo os entes federados interessados e a opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações bilaterais, inclusive sobre sua incidência no âmbito regional e internacional; bem como de promover e defender os interesses brasileiros em Belize, almejando a maximização de benefícios concretos para o Brasil, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com Belize, assim como fomentar a cooperação bilateral em todos os âmbitos e níveis.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com Belize nos âmbitos bilateral, regional (caribenho, latino-americano e hemisférico) e internacional, assim como a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado belizenho, com foco na prosperidade da sociedade brasileira e no desenvolvimento sustentável de ambos os países.
2. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio de articulação com o governo belizenho.
3. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros em Belize, prospectando oportunidades e apoiando as empresas e investidores brasileiros.
4. Apoiar e promover o desenvolvimento das relações de Estados e Municípios brasileiros com contrapartes belizenhas.
5. Apoiar e promover a diplomacia parlamentar brasileira em Belize.
6. Promover o Brasil como destino turístico junto ao público belizenho.
7. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do Posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e qualidade.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- **Apoiar tratativas de cooperação em matéria de saúde animal e vegetal com vistas ao permanente melhoramento das condições sanitárias e fitossanitárias nos dois países, com vistas a favorecer o acesso das exportações do agronegócio brasileiro ao mercado belizenho.**

1)

- *Estreitamento dos contatos com o Governo belizenho, com a agência de sanidade fitossanitária de Belize (BAHA), bem como com associações de classe e empresários do setor.*

2) Facilitar entendimentos em nível técnico e político com vistas à convergência de posições em foros multilaterais de comércio, em particular na OMC

- *Apoio ao diálogo político e técnico junto ao Governo belizenho no campo multilateral, em particular na coordenação de posições junto à OMC, especialmente, nos temas de agricultura, medidas sanitárias e fitossanitárias, apoio doméstico e acesso a mercados.*

3) **Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com Belize**
   - *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos e serviços brasileiros, desde insumos básicos até produtos de alto nível tecnológico;*
   - *Manutenção de esforços para elaboração de Guia Como Exportar – Belize;*
   - *Organização de eventos de promoção de produtos e serviços brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado belizenho;*
   - *Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes em Belize;*
   - *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;*
   - *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos belizenhos;*
   - *Promoção de projetos conjuntos com a APEX Brasil para realizar missões empresariais de exportadores brasileiros e estimular empresas importadoras de Belize a, sob a orientação e coordenação da embaixada, viajar ao Brasil para conhecer as características e dimensões de nosso mercado exportador.*

4) **Apoiar e incrementar os trabalhos da Câmara de Comércio**
   - *Ações de apoio e realização de eventos conjuntos com a Câmara de Comércio de Belize, visando a fortalecer os vínculos entre as comunidades empresariais dos dois países;*
   - *Envolvimento, sempre que cabível, da Câmara de Comércio bilateral em ações de promoção comercial patrocinadas pelo Posto.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações com vistas à abertura do mercado belizenho aos produtos e serviços brasileiros.**

2) **Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais e a atores relevantes, de atividades de inteligência e promoção comercial e de ações realizadas;**

3) **Participação em feiras, seminários e outros eventos empresariais voltados à inserção de produtos brasileiros no mercado local.**

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Apoiar e fortalecer a relação bilateral por meio da intensificação de visitas oficiais de lado a lado**
   - *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras a Belize;*
   - *Apoio substantivo e de cerimonial aos trabalhos preparatórios à realização de reuniões bilaterais;*
   - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e belizenhos, em formato presencial ou virtual;*

- *Apoio a visitas de autoridades brasileiras a Belize, inclusive representantes do Legislativo, do Judiciário e de entes federativos do Brasil, além de eventuais candidatos em campanha para postos em organismos internacionais.*

2. **Administrar e ampliar onde possível a interlocução entre as duas Chancelarias**
   - *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o Governo belizenho por meio do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Belize;*
   - *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Belize, quando cabível;*
   - *Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais, quando cabível.*

3. **Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa belizenha, especialmente nos âmbitos caribenho e centro-americano**
   - *Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa, nos níveis nacional, regional e local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país;*
   - *Manutenção de contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade belizenha nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural e de segurança;*
   - *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa belizenha, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, gestão fronteiriça, economia, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação a Belize;*
   - *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou de outros órgãos públicos por ela encaminhados;*
   - *Acompanhamento do desenvolvimento, na Corte Internacional de Justiça, na Haia, do litígio fronteiriço que opõe Belize e Guatemala.*
   - *Acompanhamento das inciativas belizenhas em foros multilaterais como a Associação dos Pequenos Estados Insulares (AOSIS), a CARICOM, o SELA e o SICA.*

4. **Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral**
   - *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e belizenhos*

5. **Contribuir para a cooperação entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e belizenhas**
   - *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes governamentais, inclusive de entes federados brasileiros e entidades subnacionais de Belize;*

- *Apoio a iniciativas/projetos conjuntos entre entidades nacionais e subnacionais brasileiras e belizenhas, como por exemplo a realização de encontro municipalista previsto para ser realizado em Belmopan, em agosto de 2022, primeiro grande evento internacional a ser realizado nessa capital.*

6. **Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral**
   - *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro;*
   - *Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo belizenho para a abertura de negociação de acordos bilaterais;*
   - *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado belizenho.*

7. **Apoiar e incrementar programa de cooperação técnica bilateral e ações de assistência humanitária**
   - *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de instrumentos de cooperação técnica bilateral;*
   - *Provisão de informações e análises sobre propostas do Governo belizenho para a abertura de negociação de iniciativas de cooperação técnica;*
   - *Apoio à prestação de assistência humanitária.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões bilaterais realizadas por ano durante a gestão**

2) **Número de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano durante a gestão**

3) **Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa belizenha e demais assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano**

4) **Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e entidades subnacionais belizenhas**

5) **Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão**

6) **Número de acordos e instrumentos de cooperação técnica bilateral concluídos durante a gestão**

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais nos quais os dois países sejam membros**

- *Elaboração sistemática de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários de Belize, especialmente no âmbito da AGNU e dos foros sobre questões ambientais;*
- *Diálogo com representantes governamentais belizenhos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais;*
- *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais.*

2. **Contribuir para maior concertação bilateral em organismos regionais nos quais os dois países sejam membros**
   - *Elaboração sistemática de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação e os interesses prioritários de Belize em organismos regionais e subregionais, particularmente na Organização dos Estados Americanos (OEA);*
   - *Apoio ao diálogo junto ao Governo belizenho com vistas ao incremento da cooperação bilateral nos âmbitos da Organização dos Estados Americanos (OEA);*
   - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpula de organismos regionais.*

3. **Apoiar candidaturas brasileiras a organismos multilaterais e regionais que contam com Belize entre seus membros.**
   - *Realização de gestões para buscar o apoio do Governo belizenho a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. **Número de reuniões promovidas com autoridades belizenhas sobre temas regionais e multilaterais;**

2. **Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros regionais e multilaterais.**

3. **Índice de apoio belizenho a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais ou regionais**
   Nº de indicações positivas de apoio belizenho a candidaturas brasileiras a organismos multilaterais ou regionais no ano
   /Nº de solicitações brasileiras apresentadas à parte belizenha para apoio a candidaturas a organismos multilaterais ou regionais no ano.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa do Brasil, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade belizenha e diversificar as referências culturais brasileiras**
    - *Apoio à organização regular de festival de cinema brasileiro em Belize e à inserção brasileira em outros festivais de cinema;*
    - *Promoção de eventos de fotografia, música e dança brasileira;*
    - *Apoio a festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros;*
    - *Apoio a eventos de gastronomia brasileira em Belize;*
    - *Apoio à publicação de edições em inglês e espanhol de grandes obras da literatura brasileira e à ampliação de sua distribuição em Belize;*
    - *Estímulo a atores locais que cultivam cultura brasileira em Belize;*
    - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil nas línguas espanhola e inglesa, em especial ao público infanto-juvenil, diversificando as referências sobre o país;*
    - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
    - *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira;*
    - *Desenvolvimento de política atualizada de atuação nas redes sociais.*

2. **Ampliar a interlocução entre o setor comercial e o cultural do Posto como vetor eficiente de promoção da marca Brasil, agregando valor aos produtos brasileiros**

    - *Divulgação ampla e realização de atividades relacionadas à celebração do Bicentenário da Independência do Brasil, com eventual apoio do setor privado;*

3. **Promover intercâmbio cultural entre os dois países em áreas em que Belize tenha reconhecida tradição**
    - *Promoção de contatos entre profissionais e artistas brasileiros e belizenhos;*
    - *Fomento ao intercâmbio cultural-artístico e organização de festivais bilaterais.*

4. **Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público belizenho**
    - *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial e turística, em coordenação com a Apex Brasil, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Evolução no número de eventos de cinema, artes plásticas, música, dança e literatura brasileiros em relação à gestão anterior**

2) **Número de eventos culturais alusivos à celebração da Independência do Brasil**

3) **Número e qualidade de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão**

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Promover a cooperação com Belize na área do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental**
   - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
   - *Promover a participação brasileira em eventos em Belize ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como promover a participação de autoridades belizenhas em eventos realizados no Brasil;*
   - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
   - *Apoio ao diálogo entre especialistas belizenhos e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;*
   - *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética, e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;*
   - *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente;*
   - *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima em Belize.*

2. **Promover o acercamento das posições brasileiras e belizenhas em foros internacionais de meio ambiente**
   - *Realização de encontros para expor posicionamentos brasileiros em reuniões e negociações internacionais sobre meio ambiente;*
   - *Realização de reuniões técnicas bilaterais para tratar de possibilidades de maior entendimento de posições de lado a lado em reuniões e negociações internacionais em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*

3. **Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental.**
   - *Incentivo à cooperação com governo belizenho para compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável e manejo florestal;*
   - *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental;*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) **Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão**

VI - Cooperação em educação, saúde, defesa e desenvolvimento socioeconômico;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Fomentar a cooperação educacional bilateral e contribuir para a realização de projetos de pesquisa universitária conjunta**
   - *Apoio ao estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior e institutos de pesquisa brasileiros com suas homólogas belizenhos, em especial aquelas de maior influência;*
   - *Promoção das condições para o estabelecimento de um programa efetivo de leitorado em Belize, estabelecendo parcerias com universidades locais, em especial a Universidade de Belize, e fazendo uso de plataformas virtuais de ensino de português para estrangeiros que possam ser disponibilizadas por instituições públicas de ensino brasileiras;*
   - *Ampliação do alcance dos programas de cooperação educacional existentes, como o PEC-G, PEC-PG, UNILA e UNILAB.*

2. **Ampliar o diálogo com Belize para cooperação na área de saúde, com especial ênfase no enfrentamento da pandemia de COVID-19**
   - *Monitoramento dos desenvolvimentos em Belize na área de saúde e, em particular, no contexto de enfrentamento da pandemia de COVID-19;*
   - *Compartilhamento de experiências bem-sucedidas na área de saúde;*
   - *Apoio à interlocução construtiva entre autoridades governamentais de ambos os países, com vistas à cooperação e diálogo sobre eventuais restrições sanitárias no contexto do enfrentamento à pandemia;*
   - *Continuidade à cooperação no combate à pandemia de COVID-19, em particular por meio de doação e venda de medicamentos, vacinas e insumos médico-hospitalares em Belize.*

3. **Incentivar a cooperação e a interlocução entre autoridades de defesa e forças policiais dos dois países**
   - *Apoio a operações conjuntas desenvolvidas pela Polícia Nacional belizenha e pela Polícia Federal do Brasil (PF);*
   - *Apoio a eventos e exercícios promovidos pelas Forças Armadas brasileiras que contem com a participação de oficiais e representantes belizenhos;*
   - *Apoio a contatos e gestões entre autoridades policiais dos dois países no âmbito de investigações relativas a ilícitos financeiros internacionais.*

4. **Desenvolver iniciativas de cooperação com o governo belizenho com vistas a promover o desenvolvimento socioeconômico de suas populações**
   - *No âmbito da cooperação técnica, implementação de carteira de projetos bilaterais;*
   - *Apoio, no plano trilateral, de projeto para a melhoria da alimentação escolar, em conjunto com a FAO.*

5. **Promover a atuação brasileira na prestação de cooperação para o desenvolvimento, em especial assistência humanitária a Belize**
   - *Acompanhamento e desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e assistência humanitária com Belize, sobretudo relacionada às catástrofes naturais a que o país está sujeito;*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões e contatos para fomento a novas parcerias entre instituições educacionais brasileiras e belizenhas durante a gestão e os instrumentos de cooperação efetivamente implementados

2) Número de reuniões, gestões e outras ações do Posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde e desenvolvimento socioeconômico, durante a gestão

VII - Apoio às comunidades brasileiras em Belize

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Manter atualizado e ampliar o mapeamento da comunidade brasileira em Belize
- *Mapeamento da comunidade brasileira em Belize, de modo a melhor compreender seu perfil e suas necessidades.*

2. Criar novas facilidades e ampliar o apoio à comunidade brasileira residente em território belizenho
- *Ampliação da difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, seja por meio das redes sociais da Embaixada ou ainda no quadro de campanhas de promoção ao turismo;*

3. **Promover o diálogo com a chancelaria belizenha e outros órgãos governamentais com vistas a solucionar eventuais problemas que incidam sobre a comunidade brasileira no país, bem como questões migratórias**

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de gestões e contatos com a Chancelaria belizenha sobre o tema

2) Número de atendimentos à comunidade brasileira

3) Número de reuniões com a comunidade brasileira

4) Número de eventos culturais e sociais realizados pelo Posto com o objetivo estreitar o relacionamento entre a embaixada e a comunidade brasileira

SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

SF/21941.65658-30

RELATÓRIO Nº , DE 2021

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 61, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor AGEMAR DE MENDONÇA SANCTOS, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize*.

Relatora: Senadora **SORAYA THRONICKE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Agemar de Mendonça Sanctos, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil em Belize.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata.

O Senhor Agemar de Mendonça Sanctos é filho de Agemar da Rocha Sanctos e Nea de Mendonça Sanctos e nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 15 de dezembro de 1951.

Ingressou na carreira diplomática em 1978, após concluir o Curso de Preparação da Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr). Ainda no âmbito do referido Instituto, fez o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1996); bem como o Curso de Altos Estudos (2001), oportunidade em que defendeu a tese "Nova diplomacia consular: o cônsul como agente político e sua atuação nos Estados Unidos da América".

Após o início de sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário, em 1978, ascendeu a Segundo-Secretário em 1980; a Primeiro-Secretário em 1987; a Conselheiro em 1995; a Ministro de Segunda Classe em 2005; e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial em 2011. Todas as promoções por merecimento.

Foi chefe de gabinete do Ministro Extraordinário dos Esportes (1995); cônsul-geral adjunto no Consulado-Geral em Boston (1996); conselheiro na Embaixada em Quito (1999); assessor do Departamento de Promoção Comercial (2003); chefe da Coordenação-Geral de Privilégios e Imunidades (2005); encarregado de negócios no Escritório da Representação em Ramala (2006); embaixador na Embaixada em Malabo (2007); diretor de relações institucionais do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (2010/16); embaixador na Embaixada em Ierevan (desde 2017).

Além do *curriculum vitae* do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre Belize, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Belize é um pequeno país da América Central, com apenas 22,9 mil km² e 430 mil habitantes. O inglês é sua língua oficial. Seu produto interno bruto (PIB) pelo poder de compra é estimado em US$ 2.56 bilhões (2020). Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,716, o que o coloca como 110º na lista de 189 nações ranqueadas.

O país está situado no nordeste da América Central, entre a Guatemala, o México e o Mar do Caribe. Com cerca de 400 quilômetros de litoral, o turismo é sua principal atividade econômica. Cuida-se do único país de colonização inglesa no istmo centro-americano, e ficou conhecido, no período colonial, como "Honduras Britânica". Belize obteve sua independência em 1981. O principal tema da agenda externa de Belize

SF/21941.65658-30

consiste em uma disputa territorial com a Guatemala, que reivindica pouco mais da metade do território belizenho.

Brasil e Belize mantêm relações diplomáticas desde 1983. Em 2006, as relações bilaterais receberam impulso adicional, com a instalação da embaixada do Brasil em Belmopan, que completou a rede diplomática brasileira na América continental.

A cooperação técnica bilateral está amparada pelo Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 2005 e promulgado em novembro de 2008. Até o momento, contudo, não foram realizadas atividades de cooperação técnica entre o Brasil e Belize. Em 2010, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) cancelou o projeto "Apoio Técnico para a Implantação de Bancos de Leite Humano em Belize" devido a problemas de estrutura no hospital que receberia o banco de leite. Em 2014, a ABC suspendeu a programação de projetos de cooperação com Belize nas áreas de agricultura e saúde, em vista das dificuldades enfrentadas pelo governo belizenho na mobilização de recursos humanos para dar seguimento às iniciativas.

A economia belizenha é marcada pela importância do turismo, pelo alto nível de abertura comercial e pela dependência do setor externo. Belize exporta principalmente produtos agrícolas e recursos naturais.

A corrente bilateral de comércio foi da ordem de US$ 9,2 milhões em 2019 e 7 milhões em 2020. Historicamente os saldos têm sido favoráveis ao Brasil. O reduzido tamanho do mercado belizenho, os custos e dificuldades de transporte marítimo e a concorrência de exportadores mexicanos, chineses e norte-americanos são os principais obstáculos para a dinamização do comércio bilateral.

As exportações brasileiras para Belize são resultado, sobretudo, de iniciativas de comerciantes locais que buscam, no Brasil, produtos como mármore, sapatos, toalhas, entre outros. Muitos produtos brasileiros chegam a Belize triangulados via terceiros países, como EUA e México. Já as exportações de Belize concentram-se em produtos primários como banana e crustáceos.

A embaixada do Brasil em Belmopan presta apoio à comunidade brasileira no país, estimada em 55 pessoas.

São essas as considerações que se podem fazer a neste Relatório, não podendo ser adiantado, nesse termo, a expressão do voto.

SF/21941.65658-30

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SF/21941.65658-30

10

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOÃO MENDES PEREIRA*
CPF.: 386.555.191-20
ID.: 10109 MRE

1965	Filho de João Invenção Pereira e Antonia Mendes Pereira, nasce em 18 de agosto, em Brasília/DF
Dados Acadêmicos:	
1987	Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1990	CPCD - IRBr
1998	CAD - IRBr
2005	CAE - IRBr, A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul - IIRSA como instrumento da política brasileira para a integração da América do Sul
Cargos:	
1991	Terceiro-secretário
1996	Segundo-secretário
2002	Primeiro-secretário, por merecimento
2006	Conselheiro
2010	Ministro de segunda classe
2017	Ministro de primeira classe
Funções:	
1987	Ministério da Indústria e do Comércio, Coordenadoria de Assuntos Internacionais, assessor
1991	União Educacional de Brasília-UNEB, Professor de Políticas e Estratégias de Comércio Exterior
1991-92	Instituto Rio Branco, assessor
1992-95	Divisão do Mercado Comum do Sul, assistente
1995-99	Missão Junto à CEE, Bruxelas, terceiro-secretário e segundo-secretário
1999-03	Delegação Permanente Junto à ALADI, Montevidéu, segundo-secretário e primeiro-secretário
2003	Coordenação-Geral para as Negociações Mercosul-União Europeia, coordenador, interino
2003-04	Divisão da União Européia e Negociações Extra-Regionais, chefe, interino
2004-07	Embaixada em Lisboa, primeiro-secretário e conselheiro
2007-09	Divisão de Integração Regional, chefe
2009-10	Divisão Econômica da América do Sul, chefe
2010-12	Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul, coordenador-geral
2012-16	Departamento da ALADI e Integração Econômica Regional, diretor
2016-18	Cerimonial, chefe
2018-	Consulado-Geral em Miami, cônsul-geral
Condecorações	
2012	Medalha "Mérito Tamandaré"
2014	Ordem do Mérito Naval, no grau de Comendador
2015	Ordem do Mérito da Defesa, no grau Comendador
2015	Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial
2017	Medalha do Pacificador
2017	Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Grande Oficial
2018	Ordem de Rio Branco, no grau de Grã Cruz

JOÃO AUGUSTO COSTA VARGAS
Chefe da Divisão do Pessoal

SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 48, DE 2021

(nº 532/2021, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- Texto da mensagem

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Página da matéria

MENSAGEM Nº 532

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOÃO MENDES PEREIRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOÃO MENDES PEREIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de outubro de 2021.

EM nº 00200/2021 MRE

Brasília, 13 de Outubro de 2021

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOÃO MENDES PEREIRA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **JOÃO MENDES PEREIRA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França

704

00001.007960/2021-23

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 864/2021/SG/PR/SG/PR

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira**, **Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 21/10/2021, às 18:53, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.
Nº de Série do Certificado: 22791

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2961503** e o código CRC **B797E2D8** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007960/2021-23 SEI nº 2961503

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Departamento da Europa
Divisão da Europa I

BÉLGICA

Ficha-País





FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Bélgica
GENTÍLICO	Belga
CAPITAL	Bruxelas
ÁREA	30.528 km²
POPULAÇÃO (2020) [1]	11,52 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Holandês, francês e alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES [2]	Católica (54%), sem afiliação (31%), islâmica (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista federal
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, com a Câmara dos Representantes (150 membros) e o Senado (60 membros)
CHEFE DE ESTADO	Rei Philippe da Bélgica (desde julho de 2013)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Alexander De Croo (desde outubro de 2020, Open VLD)
CHANCELER	Sophie Wilmès (desde outubro de 2020, MR)
PIB (2020) [1]	US$ 513 bilhões
PIB PPC (2020) [1]	US$ 589 bilhões
PIB PER CAPITA (2020) [1]	US$ 44.530
PIB PPC PER CAPITA (2020) [1]	US$ 51.100
VARIAÇÃO DO PIB [1]	4,0% (2021E); -6,4% (2020); 1,7% (2019)
IDH (2019) [3]	0,931 – 14º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2019) [4]	81,75 anos
ALFABETIZAÇÃO (2020) [2]	99%
DESEMPREGO (7/2021) [5]	5,9%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA [6]	Cerca de 48 mil pessoas

Fontes: *(1) FMI; (2) Governo da Bélgica; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Posto.*

CORRENTE COMERCIAL – US$ bilhões						
Brasil Bélgica	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	4,61	4,75	4,95	5,09	4,92	4,10
Exportações	2,99	3,23	3,17	3,20	3,20	2,64
Importações	1,62	1,52	1,78	1,89	1,72	1,41
Saldo	1,37	1,72	1,39	1,31	1,48	1,23

Fonte: *ComexVis – Ministério da Economia*

PERFIS BIOGRÁFICOS

Philippe
Rei dos Belgas



O Rei Philippe nasceu em Bruxelas, em 15 de abril de 1960, filho do Rei Alberto II e da Rainha Paola. Casado desde 1999 com a Rainha Mathilde, tem quatro filhos, entre os quais a Princesa herdeira Elisabeth.

Em 1978, ingressou na Escola Real Militar, onde se formou piloto de caça como Segundo-tenente. Integrou o Regimento de Para-comandos, unidade de elite das Forças Armadas belgas. Em 1983, fez estágio de dois meses no *Trinity College*, na Universidade de Oxford, antes de seguir para Stanford, onde obteve o título de mestre em Ciência Política.

Em 1994, prestou juramento de posse como Senador de direito - por ser filho do então Rei Alberto II, sem direito a voto. Com a abdicação do Rei Alberto II, no dia 21 de julho de 2013, acedeu ao trono sob o título de Sua Majestade o Rei dos Belgas.

Philippe da Bélgica é o 7º Rei dos Belgas (e não “da Bélgica”). O Rei e a Rainha, bem como os demais membros da família real, representam a Bélgica no exterior (visitas de Estado, missões econômicas e encontros internacionais).

Alexander De Croo
Primeiro-Ministro da Bélgica



Alexander De Croo nasceu em Vilvoorde, em Flandres, em 3 de novembro de 1975. Estudou engenharia de produção na *Vrije Universiteit Brussel* e fez MBA na *Northwestern University*, em Illinois/EUA. Trabalhou no Boston Consulting Group até abrir sua empresa, a Darts-ip, em 2006. Envolveu-se com política por meio do partido Open VLD, que liderou entre 2009 e 2012. Serviu como Ministro da Previdência (2012-2014), Ministro da Cooperação para o Desenvolvimento (2014-2020) e Ministro da Fazenda (2018-2020), além de ser Vice-Primeiro-Ministro durante todo esse período. Em 1 de outubro de 2020 foi nomeado Primeiro-Ministro da Bélgica.

Twitter: @alexanderdecroo

Sophie Wilmès

Ministra dos Negócios Estrangeiros e Vice-Primeira-Ministra da Bélgica



Sophie Wilmès nasceu em Bruxelas, cresceu na cidade de Grez-Doiceau, na Valônia, e estudou na Universidade de Bruxelas. É formada em Comunicação Aplicada e em Administração Financeira (*Université Saint-Louis*) e trabalhou como consultora econômica e financeira em um escritório de advocacia antes de entrar na vida política.

De 2007 a 2014, foi a primeira vereadora encarregada de finanças, orçamento, educação francófona, comunicação e negócios locais da cidade de Sint-Genesius-Rode. De 2014 a 2015, foi conselheira da província do Brabante Flamengo. Em 2014, foi eleita para a Câmara Federal. Em setembro de 2015, Wilmès foi selecionada Ministra do Orçamento durante o primeiro governo Michel. Em dezembro de 2018, tornou-se Ministra do Orçamento, Serviço Público, Loteria Nacional e Política Científica no segundo governo Michel.

Em 27 de outubro de 2019, foi alçada ao cargo de Primeira-Ministra com a missão de conduzir um governo de poderes limitados por período restrito até a constituição de um governo com base majoritária. Com a formação do governo de Alexander De Croo, Wilmès tornou-se Ministra dos Negócios Estrangeiros e Vice-Primeira-Ministra.

Twitter: @Sophie_Wilmes

APRESENTAÇÃO

O Reino da Bélgica é um Estado federado localizado na Europa Ocidental. O país situa-se ao norte da Europa, às margens do Mar do Norte. Faz fronteira com os Países Baixos, a Alemanha, a França e Luxemburgo. Altamente urbanizado, sua capital é a cidade de Bruxelas. Outras cidades relevantes são Antuérpia, Gante, Liège e Charleroi. Atualmente, a população da Bélgica é de cerca de 11,42 milhões de habitantes, distribuídos em um território de 30.528 km².

Chamada de Bélgica em função da antiga província romana da Gallia Belgica, a região tornou-se, a partir da Idade Média, importante centro comercial e cosmopolita da Europa. Em 1830, surgiu como nação soberana em virtude da secessão dos Países Baixos, no que se convencionou chamar de Revolução Belga.

A Bélgica é uma monarquia constitucional, na qual vigora o sistema parlamentar de governo. O país se divide em três regiões dotadas de alto grau de autonomia: Flandres, Valônia e Bruxelas-Capital (onde se situa a capital do país). Além das três regiões, três comunidades linguísticas (a Comunidade Flamenga, a Comunidade Francesa e a Comunidade Germanófona) compõem o Estado Federal Belga, em um modelo federativo que incorpora regiões geográficas e comunidades linguísticas que exercem competências concomitantes sobre um mesmo território.

Um dos seis países fundadores da União Europeia, a Bélgica sedia a Comissão Europeia e o Conselho Europeu. A Bélgica é, ainda, país fundador da Zona do Euro, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O Reino da Bélgica é, por fim, membro da União do Benelux (que integra em conjunto com os Países Baixos e Luxemburgo), parte integrante do espaço Schengen europeu. A cidade de Bruxelas, além de sediar instituições da União Europeia, é também a sede da OTAN.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Bruxelas	Haroldo de Macedo Ribeiro (desde janeiro de 2019)
Embaixador da Bélgica em Brasília	Patrick Hermann (desde agosto de 2018)
Cônsul-geral da Bélgica no Rio de Janeiro	Daniel Dargent
Cônsul-geral da Bélgica em São Paulo	Matthieu Branders

O Brasil e a Bélgica mantêm laços históricos de amizade e cooperação desde a independência, no mesmo período histórico, dos dois países. O Rei dos Belgas Alberto I visitou o Brasil em 1920, no que foi a primeira visita de um monarca europeu à República. Desde princípios do século XX, empresas belgas desempenham papel de destaque na industrialização brasileira.

O interesse belga pelo Brasil justifica-se pela complementaridade das economias e pela demanda brasileira em áreas onde o país europeu conta com excelência, tais como infraestrutura e logística. Para o Brasil, a Bélgica representa mercado importante para produtos e serviços nacionais, além de ponto de acesso preferencial de passagem a outras partes do continente europeu, em razão de sua localização central.

O último encontro presidencial ocorreu em 2015, em Bruxelas, e a última visita de chanceleres ocorreu em 2017, quando o então Ministro Aloysio Nunes visitou a Bélgica. Desde 2017, os então Ministros da Agricultura, Blairo Maggi; da Fazenda, Henrique Meirelles; dos Transportes, Mauricio Quintella; e do Meio Ambiente, Edson Duarte, mantiveram reuniões bilaterais com seus homólogos em Bruxelas. O então Comandante do Exército, General Edson Pujol, também se reuniu com seu homólogo belga.

Há produtivo diálogo em questões da agenda política multilateral. Os dois países são conhecidos por sua capacidade de catalisar consensos e contribuir com posições moderadas e equilibradas nos debates internacionais e em suas respectivas regiões. A Bélgica apoia a candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

As relações seguem fortemente ancoradas nos densos fluxos de comércio e investimentos bilaterais, que oferecem base sólida para um diálogo político regular e exploratório de novas oportunidades.

Brasil e Bélgica têm economias complementares. O Brasil possui um gigantesco mercado consumidor e um potencial de crescimento amplamente reconhecido na Bélgica; a Bélgica, por sua vez, com seu pequeno e quase saturado mercado, tem elevada liquidez e *know-how* em setores de ponta, valorizados e reconhecidos pelo Brasil. Cerca de 85% do PIB da Bélgica depende do comércio exterior e é crescente o

interesse da comunidade empresarial local em diversificar os parceiros comerciais fora da União Europeia. Atualmente, um em cada cinco empregos na Bélgica depende de exportações para mercados localizados fora do mercado interno europeu. Mais de 37.000 empregos belgas dependem das exportações para o MERCOSUL e 1.640 empresas belgas, boa parte pequenas e médias empresas, exportam para o bloco sul-americano.

A Bélgica adquire expressivo volume de exportações do Brasil, sobretudo por possuir importantes portos, como o da Antuérpia, Gante e Liège, que servem como porta de entrada de produtos brasileiros na Europa. Grandes empresas brasileiras, como a Alpargatas, a Citrosuco, JBS/Friboi, a Zilor, a Votorantim e a Braskem, escolheram a Bélgica como centro de distribuição de seus produtos para o mercado europeu.

O fluxo de comércio tem permanecido relativamente estável nos últimos anos, tanto em termos de valores quanto de composição das pautas exportadoras. Entretanto, observou-se, no último ano, declínio das trocas comerciais, muito em razão da pandemia de Covid-19. Em 2020, a corrente de comércio bilateral foi de US$ 4,10 bilhões, com queda de 18,4% em relação a 2019. As exportações brasileiras foram de US$ 2,64 bilhões (-17,6%), o que representou 1,26% do total. As importações foram de US$ 1,41 bilhão (-18,4%) e representaram 0,9% do total. O saldo comercial se manteve favorável ao Brasil, alcançando US$ 1,23 bilhão. A Bélgica figurou em 17º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e em 22º lugar no ranking das importações.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são café não torrado (18%); suco de frutas (16%); e tabaco (15%). A pauta importadora é composta principalmente por produtos manufaturados, em particular inseticidas, fungicidas e herbicidas (11%); prata e platina (9,9%); e medicamentos e produtos farmacêuticos (8,9%).

Em termos de investimentos o Banco Central registra que a Bélgica apresenta posição de US$ 5,4 bilhões pelo critério de investidor imediato (19º maior) e de US$ 40,9 bilhões pelo critério de controlador final (4º maior).

Os principais destinos dos investimentos belgas são os setores químico, alimentício, aeronáutico e de energia. Cabe recordar a aquisição, pela empresa biofarmacêutica belga UCB, do controle da Meizler Biopharma, companhia brasileira de produtos farmacêuticos; a compra do laboratório ALAC, provedor de serviços líder do setor no Rio Grande do Sul, pela Eurofins Scientific, líder mundial em análises de alimentos, meio ambiente e fármacos, com sede na Bélgica; a aquisição de 20% da participação nos blocos 2 e 3 na Bacia do Parnaíba e seis blocos na bacia do Recôncavo para exploração de gás natural pela empresa de energia franco-belga GDF Suez; e as operações em São Paulo da rede belga de padarias *Le Pain Quotidien*.

Parcerias produtivas significativas entre empresas belgas e brasileiras para a conquista de terceiros mercados consolidaram-se nos últimos anos - como é o caso da belgo-brasileira AB-Inbev e da parceria Embraer-Sonaca-FNH.

O porto de Antuérpia fez investimentos no porto de Açu, no Rio de Janeiro. Nesse empreendimento, o porto de Antuérpia atua por meio de sua subsidiária, a Porto de Antuérpia Internacional (PAI), dedicada a projetos de consultoria, administração e investimentos.

CONSULTAS POLÍTICAS

Brasil e Bélgica possuem mecanismo de consultas políticas assinado em 2009. Desde então, foram realizadas três reuniões no âmbito do mecanismo, todas em Brasília: 2010 e 2014, em nível de Secretários-gerais, e 2015, em nível de Subsecretários. Destaca-se, ademais, reunião ocorrida em fevereiro de 2019, fora do âmbito do mecanismo, entre o Secretário de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África e a Diretora-geral de Assuntos Bilaterais da chancelaria da Bélgica, em que foram passados em revista os principais temas do relacionamento bilateral.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Mantém-se vivo o debate público na Bélgica a respeito do acordo MERCOSUL-UE, revelando a contínua polarização entre setores favoráveis e contrários ao instrumento. Atores como a região belga da Valônia continuam empenhados a obter compensações da UE ou proteções frente ao MERCOSUL a setores potencialmente prejudicados, após o que poderiam levantar restrições ao Acordo.

Após período de forte resistência de setores políticos e econômicos belgas ao texto, surgem sinais de possível convergência em torno do reconhecimento de que o Acordo (i) traria benefícios agregados para a economia como um todo; e (ii) ofereceria oportunidade de inserção geoestratégica da UE no MERCOSUL, frente a concorrentes como China e EUA. Em pronunciamento no parlamento, em abril de 2021, a chanceler Sophie Wilmès manifestou-se de forma construtiva em relação ao Acordo, sinalizando que a Bélgica poderia evoluir para apoiá-lo, caso factível a negociação de compromissos complementares sobre meio ambiente e temas laborais. Discordou de críticos que defendem sua rejeição liminar e recordou que a maioria dos Estados da UE apoiou o acordo durante sua negociação.

ACESSÃO DO BRASIL À OCDE

A Bélgica tem indicado ser favorável, em princípio, à candidatura brasileira a membro da OCDE, no quadro de um processo mais amplo que observe critérios elevados para ingresso na organização e assegure equilíbrio regional.

ASSUNTOS CONSULARES

Estima-se haver na Bélgica cerca de 48 mil brasileiros. As cidades que reúnem o maior número (turistas ou residentes) são Bruxelas, Bruges, Antuérpia e Gante. Os brasileiros residentes no país são atendidos pelo Consulado-Geral em Bruxelas. Não há consulados honorários brasileiros.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

A política interna belga é fortemente condicionada pela particularidade linguístico-comunitária do país, de forma que o Estado atua em peculiar moldura institucional a fim de conciliar a dinâmica histórica e os interesses de suas comunidades linguísticas. Ocasionalmente, ressurgem discussões sobre a adoção de novas configurações institucionais e, até mesmo, novas repartições políticas do território.

Essa premissa explica o panorama da administração pública, no qual há diferente perspectiva sobre as competências dos âmbitos federal, regional e comunitário, em comparação ao Brasil. Na Bélgica de hoje, o Direito das Regiões está no mesmo nível do Direito Federal.

O processo de regionalização iniciou-se nos anos 60, com primeira onda de reformas para atender a distintas reivindicações regionais. Àquela altura, Flandres desejava autonomia cultural e linguística, enquanto a Valônia insistia em ampla reforma econômica.

Com o aprofundamento das reformas de caráter regionalista, a partir de 1970, e a consolidação da União Europeia, verifica-se transferência de competências do nível federal, ora para o nível regional, ora para o nível comunitário-europeu.

Ao longo de sua história, o Estado belga tem passado por reformas constitucionais que o levaram de uma organização institucional unitária clássica para uma federação descentralizada singular. A partir da reforma de 1970, que aprofundou a federalização, a Constituição nacional determina que a Bélgica compreende três comunidades: a Comunidade Francesa, a Comunidade Flamenga e a Comunidade Germanófona. Também dispôs que o país seria dividido em três regiões: Valônia, Flandres e Bruxelas-Capital. As principais instituições federais são o Governo Federal e o Parlamento Federal. As comunidades e as regiões dispõem dos seus próprios poderes Legislativo e Executivo.

A Bélgica é uma monarquia constitucional, democrática e parlamentarista, que adota, ademais, modelo híbrido tanto federal quanto comunitário. Na origem dessa organização constitucional está a preocupação em assegurar a coesão de uma nação plural criada em 1830 em um território onde conviviam três comunidades distintas: a francófona, a neerlandófona e a germanófona. As três comunidades belgas mantêm competências sobre os seguintes temas: ensino, cultura, apoio à juventude, além de determinados aspectos da política de saúde. As três regiões são igualmente competentes em domínios relacionados a obras públicas, agricultura, emprego, ordenamento do território e meio ambiente.

Cada comunidade e cada região é dotada de assembleia parlamentar, eleita diretamente a cada cinco anos, e de um governo, responsável perante a respectiva assembleia. Atualmente, a Bélgica conta, além do Parlamento Federal, com cinco assembleias legislativas:

a) Conselho da Região de Bruxelas-Capital, ou Parlamento Bruxelense, com 89 membros eleitos diretamente pela população em listas unilinguísticas, que se repartem, no seio da assembleia, em dois grupos linguísticos;
b) Conselho Regional Valão, ou Parlamento Valão, com 75 membros eleitos diretamente nas províncias da Valônia;
c) Conselho Flamengo, ou Parlamento Flamengo, representando simultaneamente a Comunidade e a Região Flamenga, com 124 membros, dos quais 118 são eleitos diretamente pela população das províncias flamengas e pelo grupo flamengo do Conselho da Região de Bruxelas-Capital. Quando o Conselho Flamengo atua no âmbito das atribuições regionais, os 6 deputados oriundos de Bruxelas não possuem direito a voto;
d) Conselho da Comunidade Francesa, ou Parlamento da Comunidade Francesa, que se compõe de 94 conselheiros, dos quais 75 são eleitos pelo Conselho regional valão e 19, eleitos pelo grupo linguístico francês do Conselho da Região de Bruxelas-Capital; e
e) Conselho da Comunidade Germanófona, com 25 membros eleitos diretamente pela população dos cantões do leste.

Aos cinco Conselhos correspondem, portanto, cinco governos locais, eleitos pelas assembleias e responsáveis perante elas. Os membros dos governos, no entanto, não necessariamente devem ser membros das assembleias legislativas. Cada governo deve, em seu seio, eleger um Presidente, que é a autoridade executiva máxima regional ou comunitária. Esse Presidente deve prestar juramento ao rei, que ratifica a escolha.

O Parlamento Federal tem estrutura bicameral e, até 1993, a Câmara dos Deputados e o Senado detinham as mesmas competências, devendo os projetos de lei ser votados e adotados pelas duas assembleias. A revisão constitucional de 1993, porém, introduziu mudanças nesse quadro. O Senado passou a exercer competências em igualdade com a Câmara em quatro grandes áreas: institucional, internacional, financeiro e jurisdicional. Nesses casos, há bicameralismo pleno. Nas demais áreas, o Senado pode discutir projetos de leis e propor emendas, mas é a Câmara de Deputados que tem a autoridade última. Nessas circunstâncias, o Parlamento funciona em regime de bicameralismo atenuado, nos termos do artigo 78 da Constituição belga. Por fim, há matérias sobre as quais apenas a Câmara de Deputados é competente, como as leis de orçamento e execução orçamentária, fixação do contingente militar, regras relativas à responsabilidade civil e penal dos Ministros federais e leis que regulam a aquisição da nacionalidade.

FAMÍLIA REAL

Em um país fortemente marcado pelas diferenças linguísticas, a monarquia ocupa papel relevante na manutenção da unidade nacional, representando princípios e simbolizando aspirações comuns aos cidadãos. O rei desempenha algumas funções políticas relevantes, que vão além das tradicionais responsabilidades de representação do Estado.

CONTEXTO RECENTE

Em 26 de maio de 2019, foram realizadas eleições regionais, federais e para o Parlamento Europeu. Enquanto os partidos socialistas (PS e S.PA) e o Écolo mantiveram sua posição de relevo em Bruxelas e na Valônia, a agremiação Vlaams Belang foi o grande destaque do pleito em Flandres, com crescimento surpreendente na reta final das eleições. O partido flamengo N-VA continua a ser a principal força política na região.

Após mais de 500 dias de governo provisório, foi formado, em 1º de outubro de 2020, novo governo liderado pelo primeiro-ministro Alexander De Croo (Open VLD), que deverá estar à frente do país até 2024. O atual governo é formado por sete partidos: os socialistas do PS e do S.PA, os liberais do MR e do Open VLD, os verdes do Écolo e do Groen, ademais dos democrata-cristãos flamengos da CD&V, o que assegura maioria no parlamento federal (87 de 150 cadeiras).

POLÍTICA EXTERNA

A Bélgica dedica a maior parte de seus esforços diplomáticos à União Europeia e aos países vizinhos, com quem busca assegurar o mais alto nível de coordenação possível.

Mais recentemente, tem também buscado ampliar sua projeção internacional, especialmente por meio da promoção de grandes temas multilaterais, como a prevenção de conflitos, o combate ao terrorismo, a proteção dos direitos humanos e o fortalecimento da governança global. Esse foco de atuação foi reforçado enquanto o país ocupou assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas no recente mandato 2019-2020. Além disso, o país tem afirmado que os temas ambientais e de segurança estariam vinculados em razão das potenciais tensões sócio-políticas que poderiam advir da mudança do clima. Nesse sentido, defende maior integração dos riscos relativos à questão climática no trabalho do CSNU.

No campo político, a ênfase está nas relações com a União Europeia e nas ações de segurança coletiva no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Cabe mencionar, também, a importância das relações com as ex-colônias belgas na África (a República Democrática do Congo, em particular). Os países da África central são o principal destino das políticas de cooperação e desenvolvimento da diplomacia belga.

UNIÃO EUROPEIA

Desde a eleição do Presidente francês Emmanuel Macron, o governo belga tem buscado maior aproximação com as posições francesas favoráveis a um aprofundamento da integração europeia. O então Primeiro-Ministro Charles Michel, atual presidente do Conselho Europeu, defendeu a necessidade de uma Europa de duas velocidades, na qual haveria integração mais acelerada entre as economias que integram a zona do euro.

Na vertente política, a Bélgica sustentou que a UE deveria criar mecanismo de revisão entrepares em relação ao Estado de Direito, que permitiria ao bloco desenvolver boas práticas e corrigir deficiências de maneira colegiada. Também é favorável ao

desenvolvimento da capacidade de defesa do bloco, com vistas a reduzir ameaças e combater o terrorismo.

ECONOMIA

A Bélgica é um dos países mais ricos do mundo. O país possui setores de indústria e serviços de grande diversificação e eficiência, que lhe permitem notável inserção na economia mundial.

A presença de grandes portos (Antuérpia e Gand estão entre os maiores do continente) e a localização geográfica central em relação à Europa e às principais rotas de comércio internacional permitiram à Bélgica transformar-se em líder dos setores de logística e distribuição. O país beneficia-se também de ambiente de negócios relativamente livre e confiável, em que se destacam os baixos custos de empreendedorismo, os baixos índices de corrupção e a presença de força de trabalho qualificada, multilíngue e adaptada às exigências do mercado global.

A Bélgica foi a primeira nação da Europa continental a promover a Revolução Industrial, no início do século XIX, tendo desenvolvido uma excelente rede de portos, canais, ferrovias e estradas para interligar suas indústrias com mercados consumidores nos vizinhos europeus. As principais regiões industriais concentram-se, atualmente, na região de Flandres, no entorno da capital Bruxelas e nas duas maiores cidades da Valônia - Liège e Charleroi -, estas últimas situadas no antigo cinturão industrial do país.

À exceção do carvão, a Bélgica possui poucos recursos naturais. As indústrias locais importam matérias-primas e semimanufaturados para processamento e posterior reexportação. Os mais tradicionais setores da indústria estão presentes na economia, com destaque para aço, têxteis, refino, processamento de alimentos e fármaco-químicos. A indústria representa 22% do PIB. A maior parte da economia, portanto, baseia-se no setor de serviços, responsável por 77% da riqueza produzida atualmente no país. A capital, Bruxelas, sede de instituições europeias e internacionais de relevo, além de elevado número de representações diplomáticas e de empresas multinacionais, tem praticamente toda a sua economia concentrada no setor de serviços.

Em 2020, a economia recuou 6,2% e as exportações, 12%, notadamente em razão das medidas restritivas decorrentes da crise sanitária. Como consequência, observou-se aumento do desemprego, recorde do déficit público (10% do PIB) e aumento da dívida pública (120% do PIB).

No Índice de Liberdade Econômica da *Heritage Foundation*, o país figurou em 48º lugar (entre 180 países) em 2020, com *score* de 68,9. Em comparação com 2019, é notável certa evolução belga, sobretudo no critério de integridade do governo. No quesito facilidade para fazer negócios, o ranking Doing Business do Banco Mundial mostra o país em 46º lugar entre os 190 avaliados, com *score* de 75. A Bélgica é líder no tópico de comércio transfronteiriço.

COMÉRCIO EXTERIOR

Além de grande país exportador, a Bélgica desempenha papel importante como centro de trânsito e distribuição. Atua como porta de entrada para o comércio exterior europeu, com a posterior distribuição de mercadorias para mercados vizinhos.

O papel da Bélgica como centro logístico regional torna sua economia vulnerável a oscilações na demanda externa, principalmente com os parceiros comerciais da UE, que representam 64,4% das exportações e 61,1% das importações.

Em 2020, as exportações belgas chegaram a US$ 419 bilhões (-6% em relação a 2019). Os principais destinos das exportações foram Alemanha (17,4% do total), França (13,7%) e Países Baixos (11,5%). Os principais produtos da pauta de exportação são farmacêuticos (14,7% do total), veículos (11,9%) e máquinas (7%).

A Bélgica importou cerca de US$ 395 bilhões (-7% em relação a 2019), sobretudo dos Países Baixos (16,6% do total), Alemanha (13,7%) e França (9,9%). Os principais produtos importados foram farmacêuticos (13%), veículos (12,5%) e óleos combustíveis (8,4%). A balança comercial do país ficou superavitária em US$ 23 bilhões em 2020.

INVESTIMENTOS

A economia belga tradicionalmente atrai elevados volumes de investimentos diretos. Os principais países investidores são Holanda, França, Luxemburgo, Suíça, Japão, Suécia, Alemanha e Itália. Os investimentos são orientados principalmente para atividades financeiras e de seguros; atividades profissionais, científicas e técnicas; os setores de manufaturas, eletricidade e gás; o comércio; e o mercado imobiliário.

Depois de recorde em 2018, quando o ingresso de investimentos externos diretos (IED) atingiu US$ 17,73 bilhões, os fluxos registraram queda de quase 50% em 2019, caindo para US$ 9,7 bilhões, de acordo com o último Relatório Mundial de Investimento 2020 da UNCTAD. A mudança substancial nos fluxos de IED observada em 2019 pode ser atribuída à incerteza do Brexit. Em 2019, os estoques de IED aumentaram ligeiramente em comparação com o ano anterior, atingindo US$ 566 bilhões.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1831	Criação do Reino da Bélgica, com regime de monarquia constitucional. Proclamado o Rei Leopoldo I (1831-1865).
1839	Países Baixos reconhecem a independência belga.
1884	Conferência de Berlim outorga ao país o Estado Livre do Congo.
1914	Apesar da neutralidade belga, os alemães invadem seu território durante a 1ª Guerra Mundial.
1940	Ocupação alemã, que dura até 1944. O Rei Leopoldo III entrega-se prisioneiro.
1945	A Bélgica é membro fundador da ONU.
1948	Constituição do Benelux, união aduaneira com Países Baixos e Luxemburgo.
1949	Adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1950	Plebiscito aprova a volta do Rei Leopoldo III, que delega poderes ao Príncipe herdeiro Balduíno I (1930-1993).
1952	Membro constituinte da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).
1957	Membro da Comunidade Econômica Europeia (CEE).
1960	Independência do Congo.
1962	Independência de Ruanda e Burundi.
1977	Reconhecimento de 3 regiões semiautônomas: Flandres, Valônia, Bruxelas.
1980	Autonomia parcial de Flandres e Valônia.
1992	Parlamento aprova Estado federal. Bélgica ratifica o Tratado de Maastricht, que cria a União Europeia.
2002	Adoção do Euro.
2013	Início do reinado de Philippe.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1830	Reconhecimento do Reino da Bélgica
1863	Laudo Arbitral do Rei dos Belgas, Leopoldo I, resolvendo litígio entre o Brasil e a Grã-Bretanha (Questão Christie) é favorável ao Brasil.
1890	Reconhecimento, pelo Reino da Bélgica, da República do Brasil
1911	Fundação da Câmara de Comércio Belgo-Brasileira, a mais antiga câmara de comércio bilateral da Bélgica.
1918	Constituição da Câmara de Comércio Brasil-Bélgica do Rio de Janeiro.
1920	Rei Albert I, e sua esposa, visitam o Brasil, transportados pelo encouraçado Minas Gerais. Têm início conversações que levarão à criação da companhia belgo-mineira.
1921	A Companhia Siderúrgica Mineira se associa à belga ARBED e passa a se chamar Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira
1938	Constituição da Câmara de Comércio Brasil-Bélgica de São Paulo.
1999	Missão ao Brasil do Príncipe herdeiro Philippe, à frente de missão empresarial
2000	Visita ao Brasil do Ministro da Defesa, André Flahault. Conversações sobre intercâmbio de aeronaves, peças e acessórios e equipamento militar
2009	Visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva à Bélgica.
2010	Visita ao Brasil do Príncipe Philippe.
2011	Visita da Presidente Dilma Rousseff à Bélgica.
2012	Visita da Ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann.
2013	Visita do chanceler Didier Reynders ao Brasil.
2014	Encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Elio Di Rupo em Bruxelas, à margem da VII Cúpula Brasil-União Europeia.
2015	Encontro entre a Presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Charles Michel, em Bruxelas, à margem da II Reunião de Cúpula CELAC-União Europeia.
2016	Encontro do Presidente da República Michel Temer com o Primeiro-Ministro da Bélgica, à margem da 71ª AGNU.
2017	Visita do Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, à Bélgica.
2017	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Bélgica.
2017	Visita do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, à Bélgica.
2018	Visita do Ministro dos Transportes, Mauricio Quintella, à Bélgica.
2018	Visita do Ministro do Meio Ambiente, Edson Duarte, à Bélgica.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

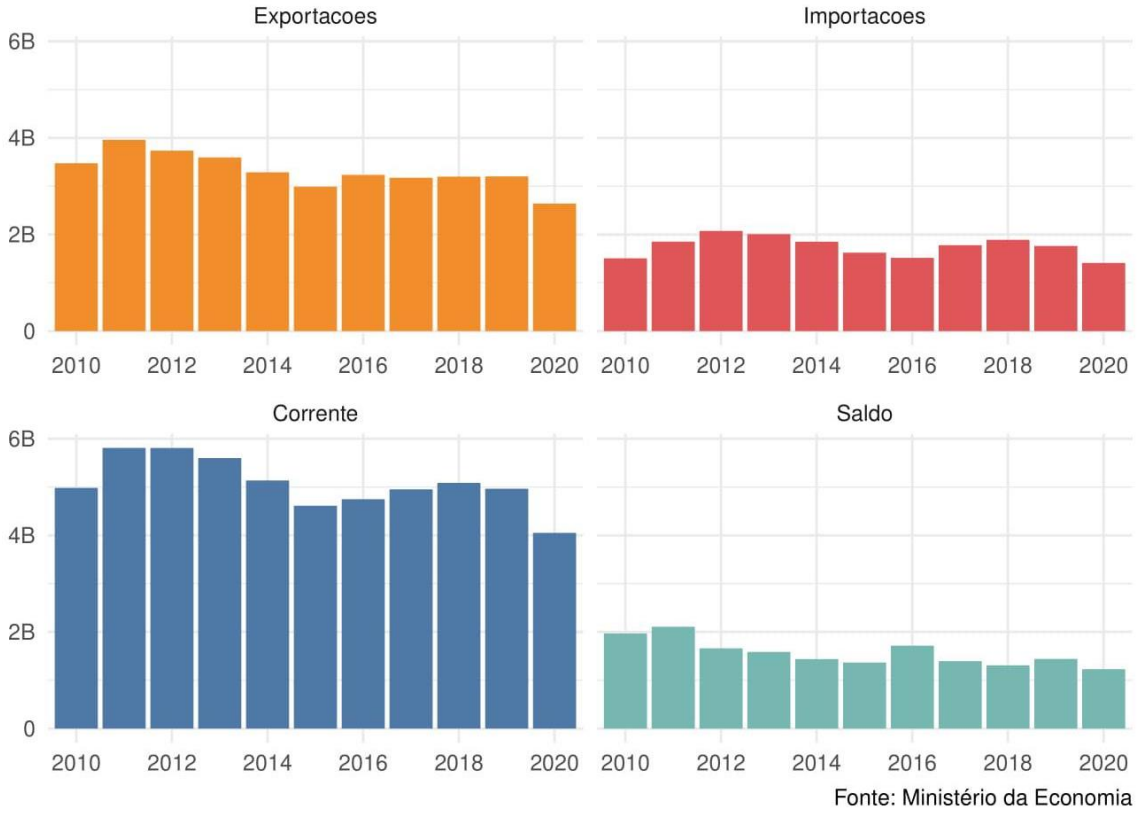
Título	Data de celebração	Status
Tratado de Extradição	06/05/1953	Em vigor
Convenção sobre Assistência Judiciária Gratuita	10/01/1955	Em vigor
Acordo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica para Regular a Aplicação do Tratado de Extradição de 06/05/1953	12/11/1956	Em vigor
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e Comuns	27/02/1957	Em vigor
Acordo Complementar estendendo a aplicação do Tratado de Extradição de 06/05/1953 ao Tráfico Ilícito de Drogas	08/05/1958	Em vigor
Acordo Cultural	06/01/1960	Em vigor
Acordo Sanitário que passa a Regular o Comércio de Carnes e Derivados de Carnes Bovinas	12/10/1965	Em vigor
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda	23/06/1972	Em vigor
Acordo Relativo ao Reconhecimento Recíproco dos Documentos de Habilitação Nacionais para Dirigir Veículos Automotores	29/11/1983	Em vigor
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Industrial.	12/03/1985	Em vigor
Acordo sobre Transporte Aéreo	18/11/1999	Em vigor
Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final, de 23/06/1972.	20/11/2002	Em vigor
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	07/05/2009	Em vigor
Acordo sobre Previdência Social	04/10/2009	Em vigor
Acordo de Serviços Aéreos	04/10/2009	Em ratificação da outra parte
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular	04/10/2009	Em vigor
Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas	04/10/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas	04/10/2009	Em vigor

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-BÉLGICA

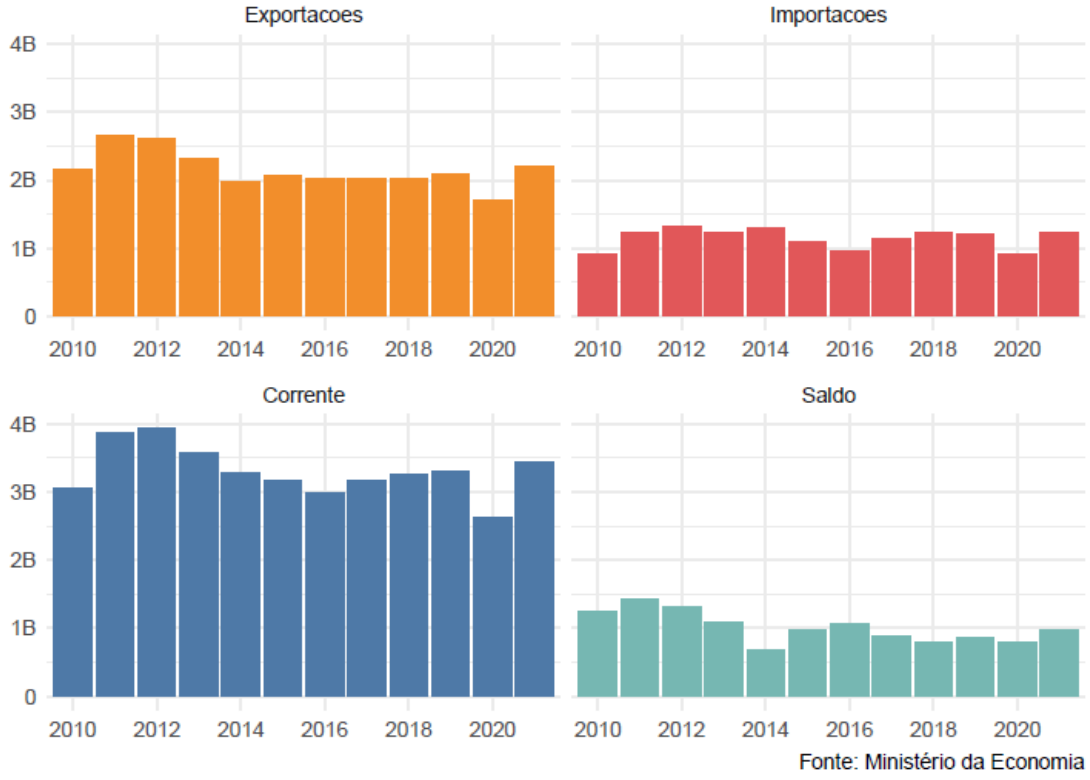
Fluxo de comércio anual



	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	3B (-17.56%)	3B (0.16%)	3B (0.73%)	3B (-1.81%)	3B (8.15%)
Importacoes	1B (-19.91%)	2B (-6.71%)	2B (6.22%)	2B (17.27%)	2B (-6.57%)
Saldo	1B (-14.70%)	1B (10.09%)	1B (-6.26%)	1B (-18.66%)	2B (25.63%)
Corrente	4B (-18.40%)	5B (-2.39%)	5B (2.70%)	5B (4.28%)	5B (2.97%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	3B (-9.05%)	3B (-8.53%)	4B (-3.79%)	4B (-5.67%)	4B (13.91%)
Importacoes	2B (-12.26%)	2B (-7.84%)	2B (-3.23%)	2B (12.07%)	2B (22.84%)
Saldo	1B (-4.92%)	1B (-9.42%)	2B (-4.48%)	2B (-21.24%)	2B (7.08%)
Corrente	5B (-10.21%)	5B (-8.28%)	6B (-3.59%)	6B (-0.02%)	6B (16.61%)

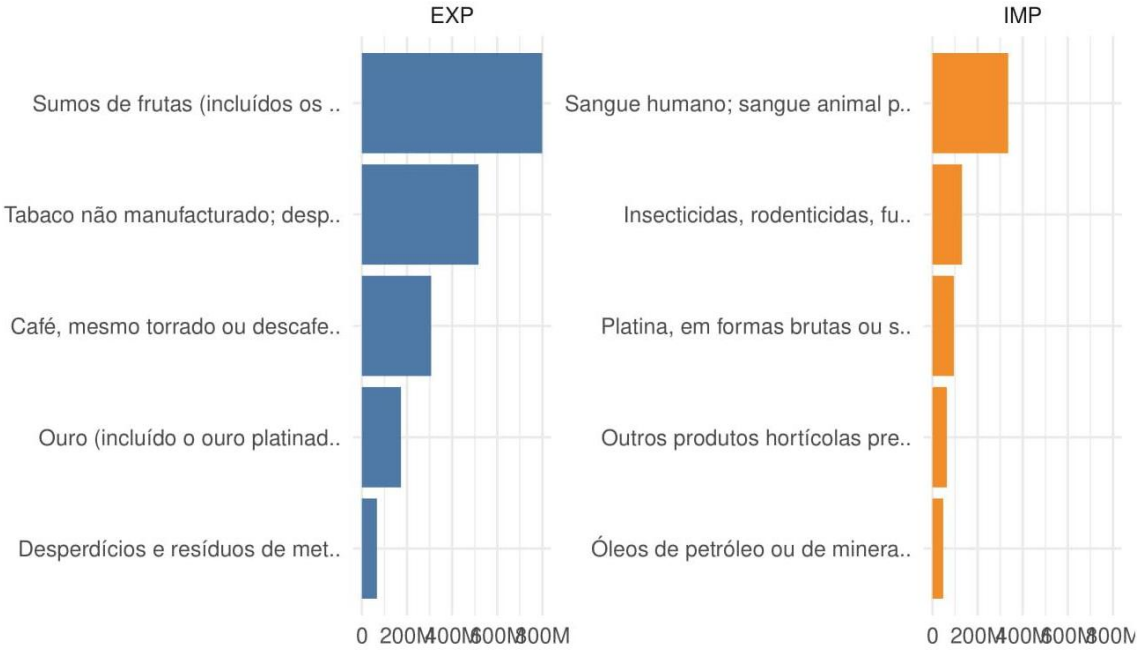
Fluxo de comércio agregado até agosto



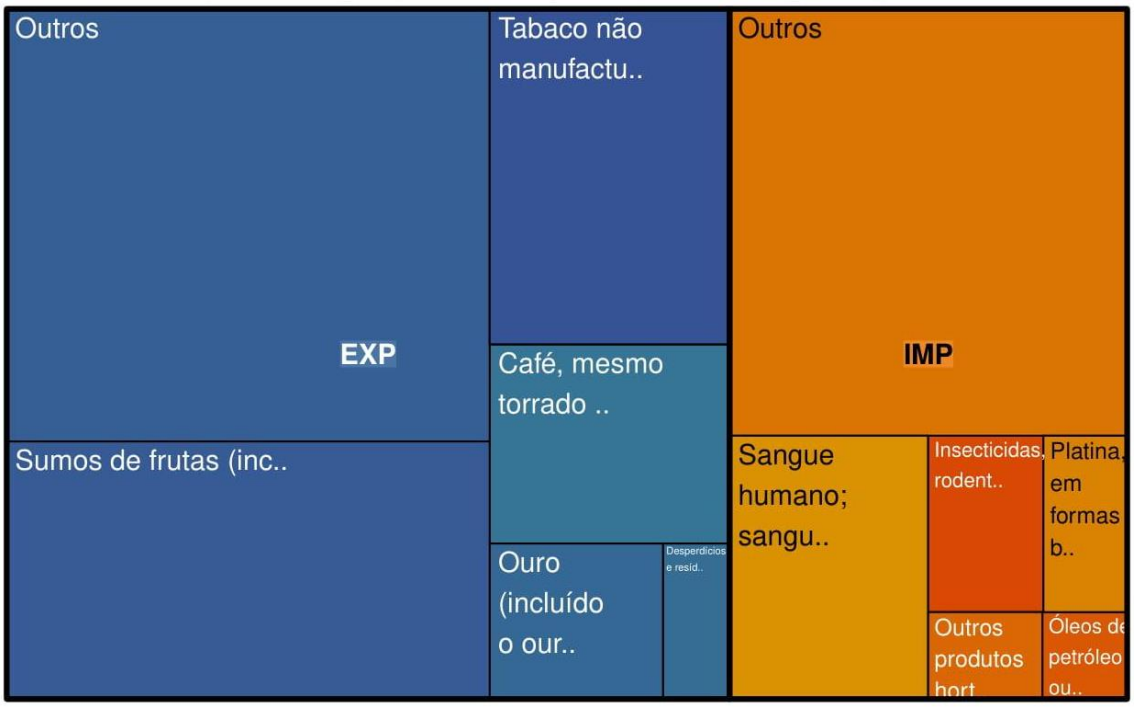
	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	2B (29.23914%)	2B (-18.12560%)	2B (2.85601%)	2B (0.30377%)	2B (0.30415%)
Importacoes	1B (35.09%)	908M (-25.38%)	1B (-1.21%)	1B (8.23%)	1B (18.28%)
Saldo	987M (22.641%)	804M (-8.040%)	875M (9.094%)	802M (-9.835%)	889M (-16.023%)
Corrente	3B (31.26%)	3B (-20.79%)	3B (1.32%)	3B (3.15%)	3B (6.10%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	2B (-2.31434%)	2B (3.97481%)	2B (-14.52693%)	2B (-11.24918%)	3B (-0.98272%)
Importacoes	962M (-12.59%)	1B (-15.15%)	1B (4.30%)	1B (-5.48%)	1B (7.09%)
Saldo	1B (9.358%)	968M (39.776%)	693M (-36.117%)	1B (-17.058%)	1B (-7.966%)
Corrente	3B (-5.88%)	3B (-3.57%)	3B (-7.97%)	4B (-9.32%)	4B (1.58%)

Principais produtos da pauta comercial em 2020

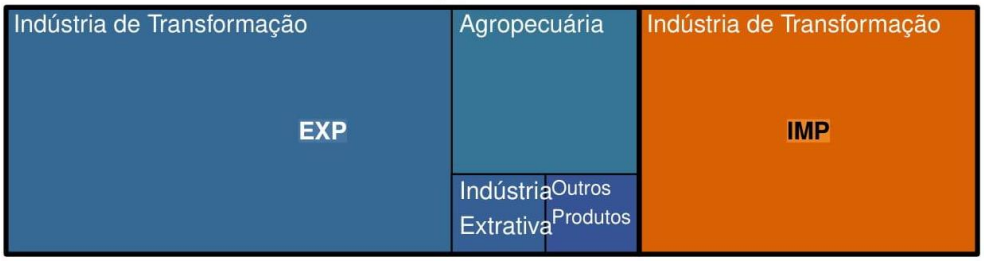


Fonte: Ministério da Economia



Classificações do comércio

Classificação ISIC em 2020



Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020

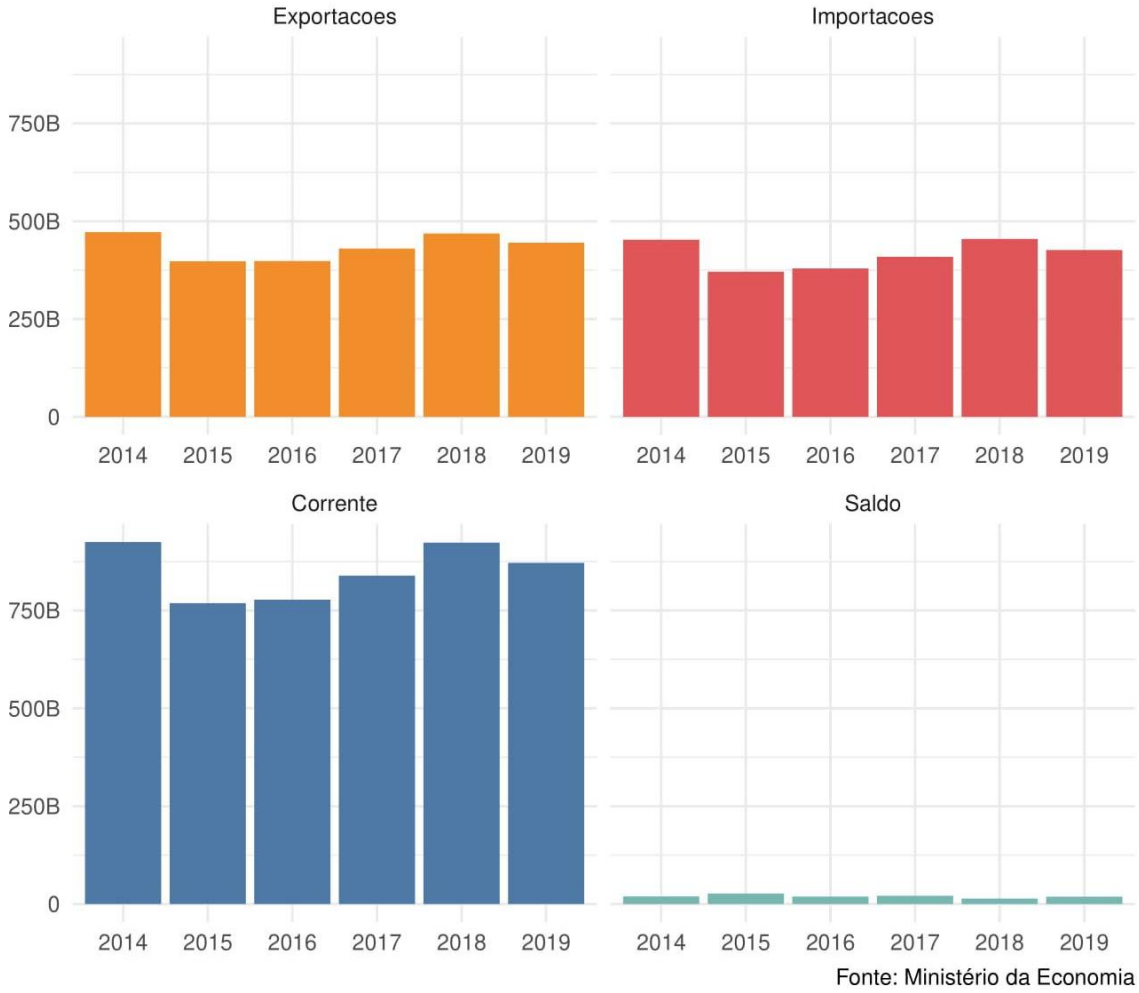


Classificação CUCI em 2020



COMÉRCIO TOTAL DA BÉLGICA

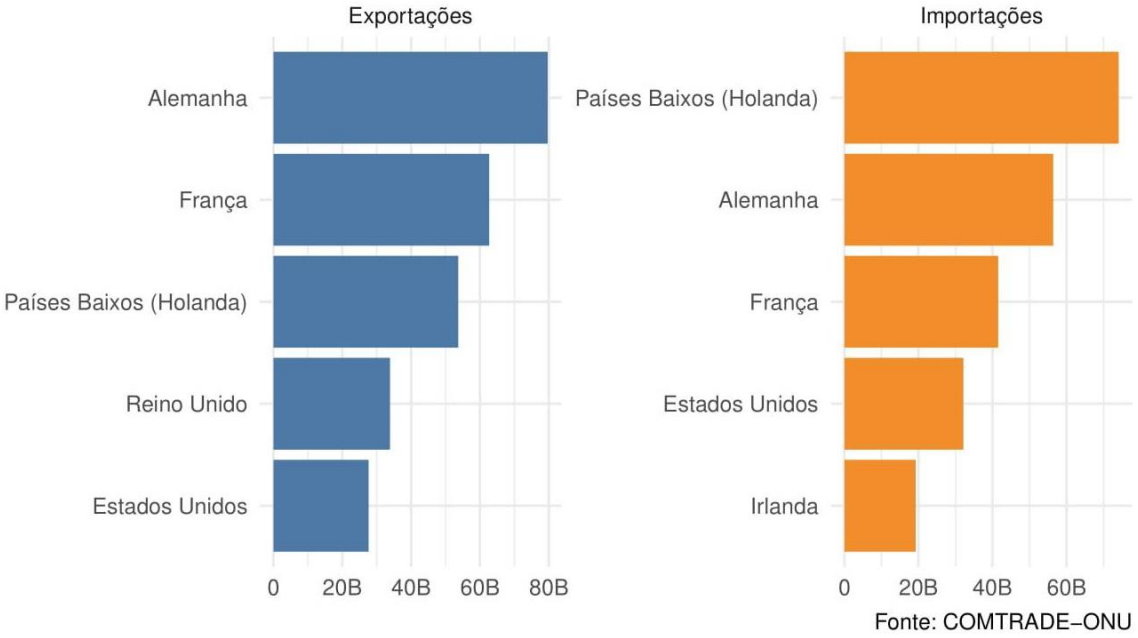
Fluxo de comércio anual

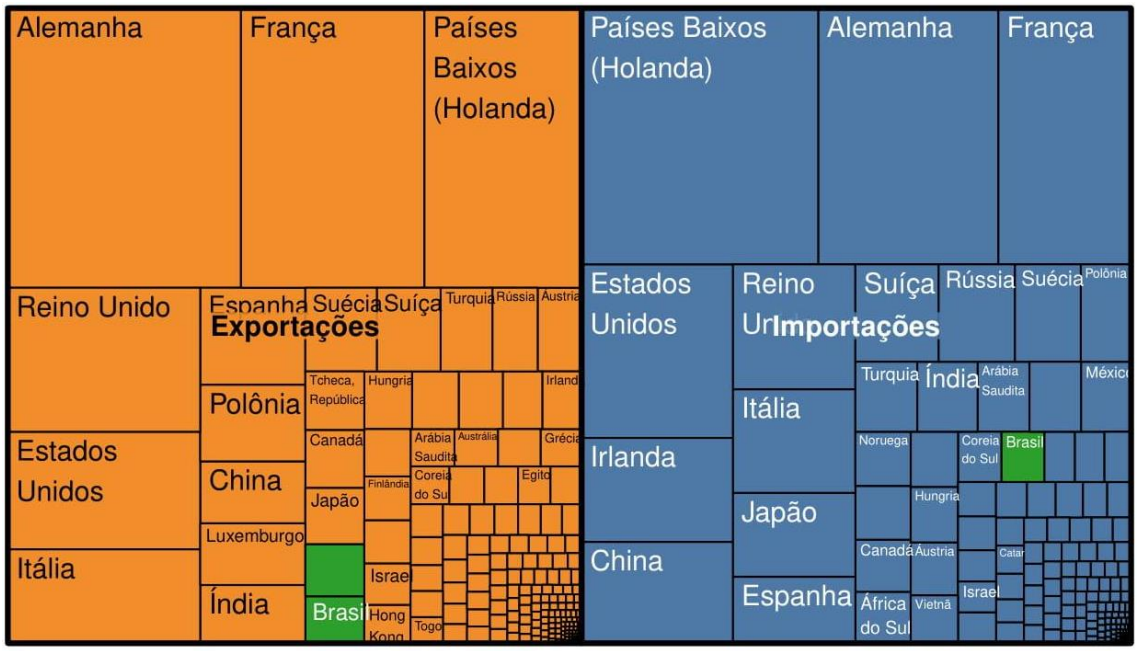


Fonte: Ministério da Economia

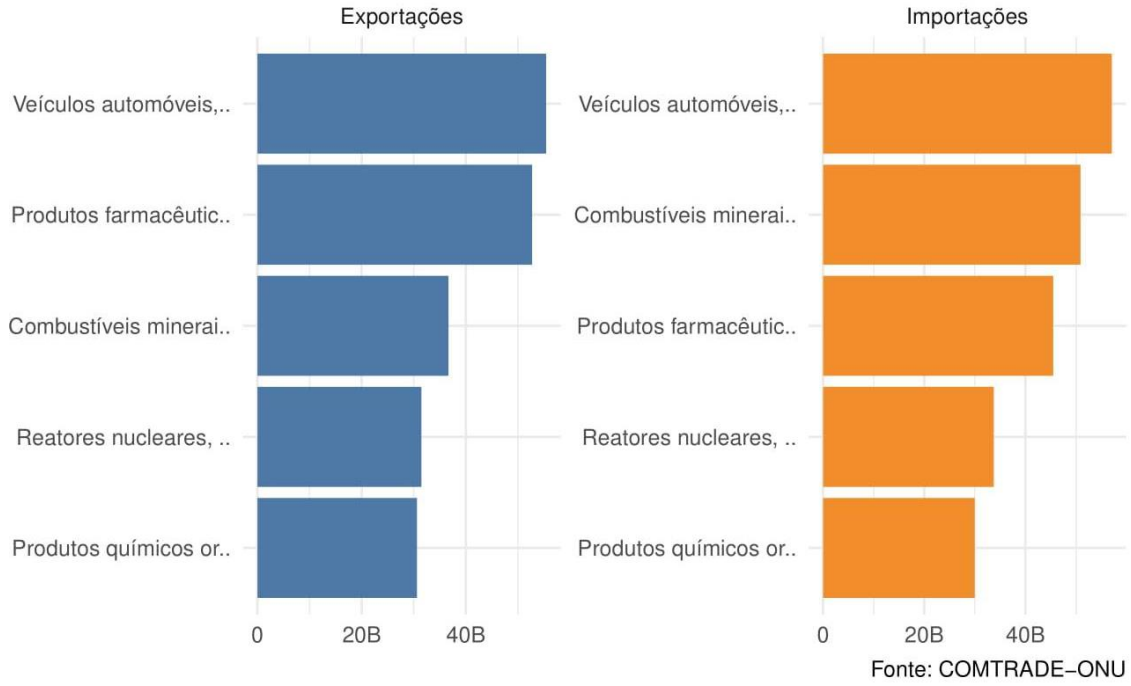
	2019	2018	2017
Exportacoes	445.21B (-5.00%)	468.64B (8.96%)	430.09B (7.98%)
Importacoes	426.49B (-6.2%)	454.71B (11.2%)	409.02B (7.8%)
Saldo	18.73B (34.4%)	13.93B (-33.9%)	21.07B (10.8%)
Corrente	871.70B (-5.6%)	923.36B (10.0%)	839.12B (7.9%)

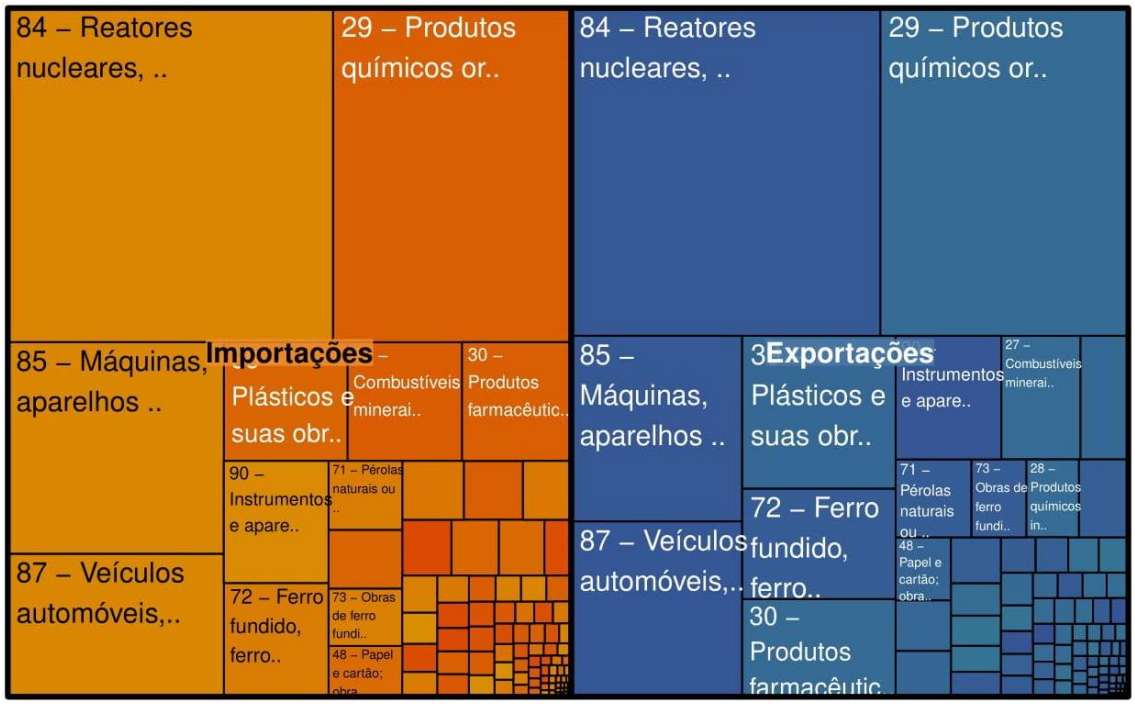
Principais parceiros comerciais





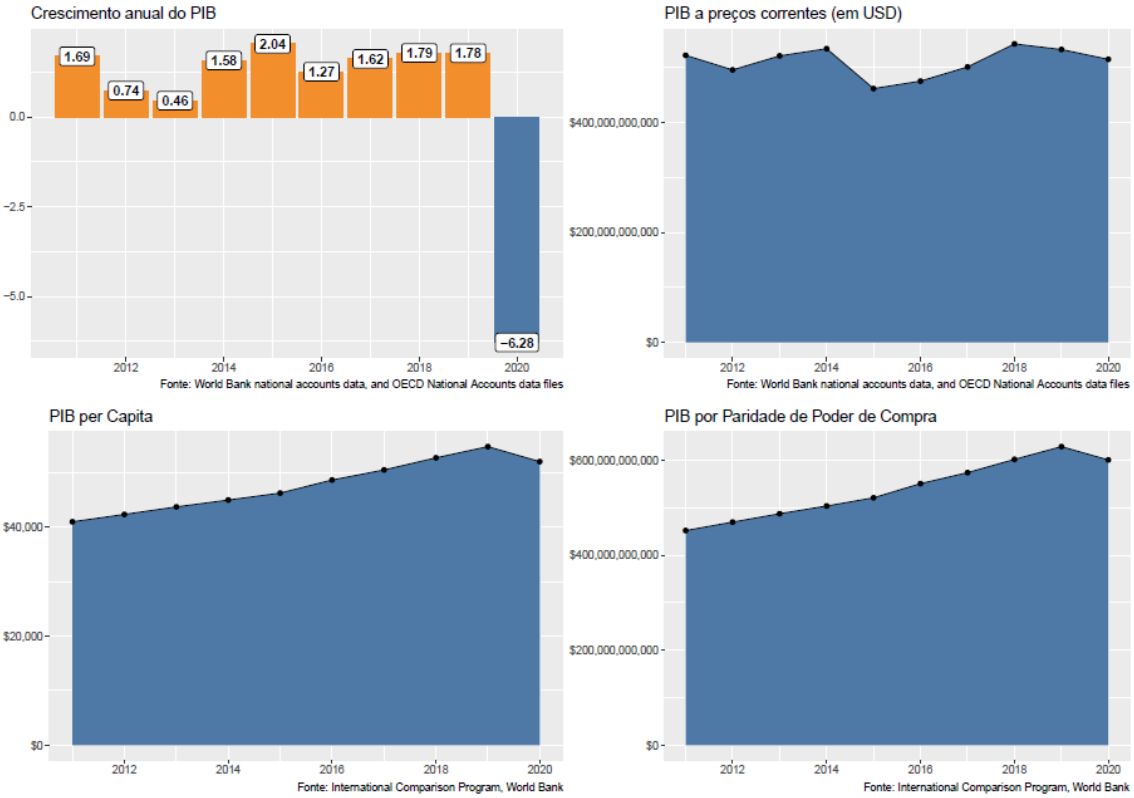
Principais produtos comercializados



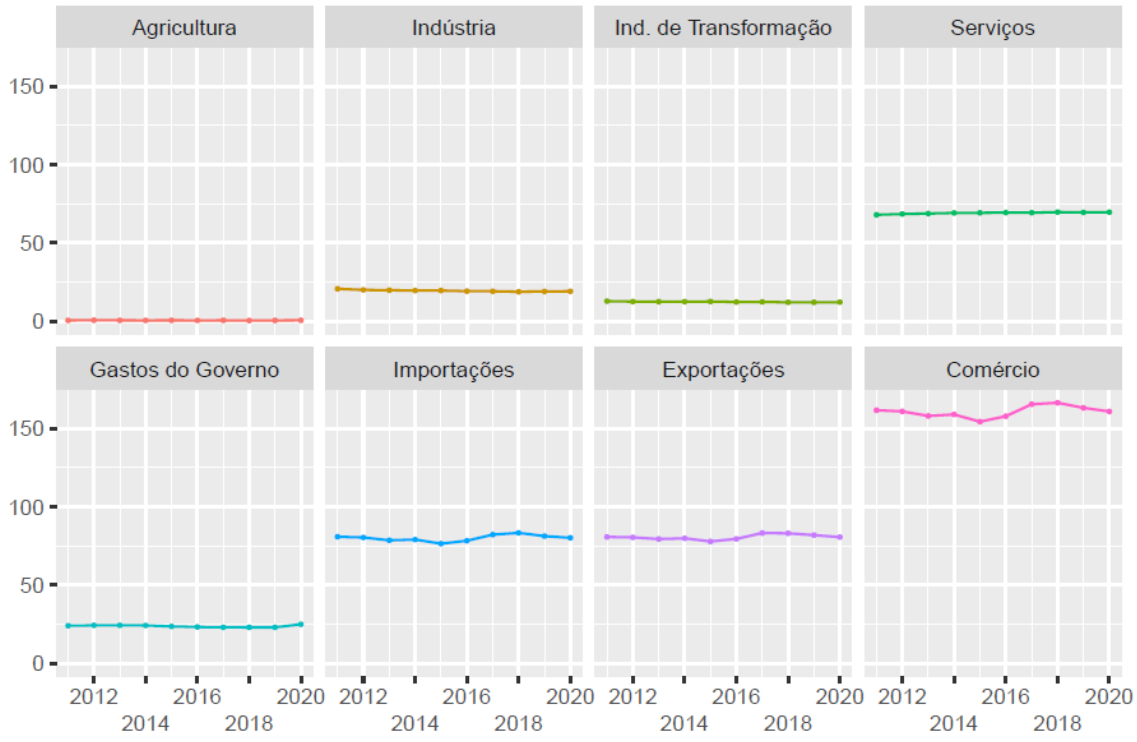


INDICADORES ECONÔMICOS INTERNOS

Produto interno bruto (PIB)

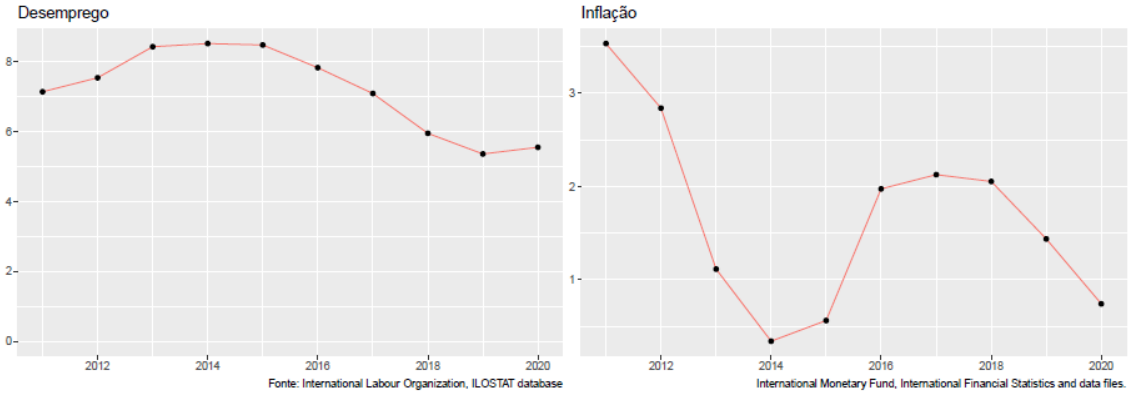


Estrutura da economia em proporção ao PIB

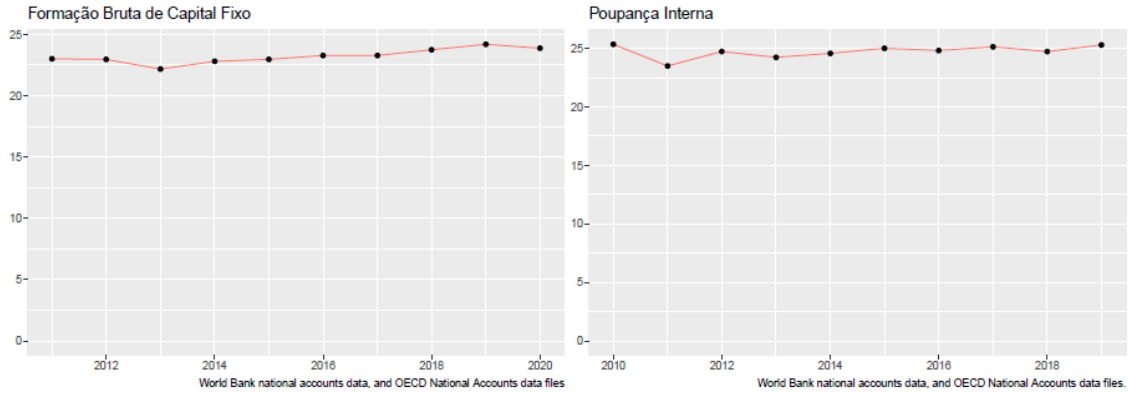


Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

Indicadores de desemprego e inflação

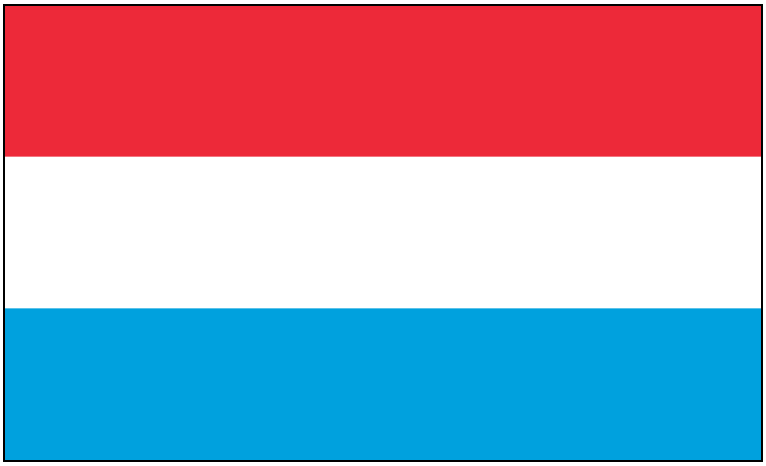


Indicadores de investimentos



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África
Departamento de Europa
Divisão de Europa I

LUXEMBURGO





FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Setembro de 2021

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Grão-Ducado de Luxemburgo
GENTÍLICO	Luxemburguês
CAPITAL	Luxemburgo
ÁREA	2.586 km²
POPULAÇÃO (2020) [1]	640 mil habitantes
IDIOMA OFICIAL	Luxemburguês, francês e alemão
PRINCIPAIS RELIGIÕES [2]	Católica (56%), sem afiliação (26%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (*D'Chamber*), com 60 membros
CHEFE DE ESTADO	Grão-duque Henri (desde outubro de 2000)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Xavier Bettel (desde dezembro de 2013, Partido Democrático)
CHANCELER	Jean Asselborn (desde julho de 2004, LSAP)
PIB (2020) [1]	US$ 73,2 bilhões
PIB PPC (2019) [1]	US$ 73,9 bilhões
PIB PER CAPITA (2020) [1]	US$ 116.920
PIB PPC PER CAPITA (2020) [1]	US$ 118.000
VARIAÇÃO DO PIB [1]	4,1% (2021E); -1,3% (2020); 2,3% (2019)
IDH (2019) [3]	0,955 – 2º no ranking
EXPECTATIVA DE VIDA (2019) [4]	82,45 anos
ALFABETIZAÇÃO (2018) [2]	99%
DESEMPREGO (7/2021) [5]	5,7%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA [6]	Cerca de 7.000 pessoas

Fontes: *(1) FMI; (2) Governo de Luxemburgo; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Posto.*

CORRENTE COMERCIAL – US$ milhões						
Brasil → Luxemburgo	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Intercâmbio	125,2	137,0	72,2	93,4	169,8	90,0
Exportações	36,4	11,0	31,1	33,8	136,6	50,4
Importações	88,8	126,0	40,9	59,6	33,2	39,6
Saldo	52,4	-115	-9,8	-25,8	103,4	10,8

Fonte: *ComexVis – Ministério da Economia*

PERFIS BIOGRÁFICOS

Henri

Grão-Duque de Luxemburgo



Nasceu em Betzdorf, em 1955. É o filho mais velho de Jean, Grão-Duque de Luxemburgo entre 1964 e 2000, e da Princesa Joséphine-Charlotte da Bélgica. É primo do atual Rei da Bélgica, Philippe. Tornou-se Grão-Duque de Luxemburgo em 7 de outubro de 2000. É formado em Ciências Políticas pela Universidade de Genebra e realizou treinamento militar na *Royal Military Academy Sandhurst*, na Inglaterra. É membro do Comitê Olímpico Internacional e da *Mentor Foundation* (criada pela Organização Mundial da Saúde). Ostenta a patente militar de coronel no Exército Luxemburguês e de major honorário do Regimento de Paraquedistas do Reino Unido. Casado, desde 1981, com Maria Teresa Mestre, é pai de quatro filhos e uma filha.

Xavier Bettel

Primeiro-Ministro e Ministro de Estado de Luxemburgo



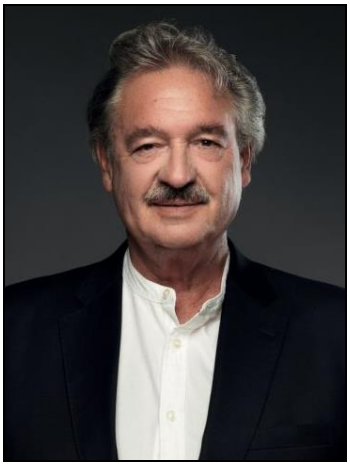
Nasceu em 1973, em Luxemburgo, e graduou-se em Direito Público e Europeu na Universidade de Nancy. Ingressou no Partido Democrático (DP, liberal-centrista) em 1989. Em 1999, aos 26 anos, elegeu-se pela primeira vez à Câmara dos Deputados de Luxemburgo. Foi reeleito em 2004, 2009 e 2013. No parlamento, foi designado Vice-presidente da Comissão de Assuntos Jurídicos (2004-2013), e Vice-presidente da Comissão de Inquérito sobre as atividades dos serviços de segurança do estado (2012-2013). Entre 2009 e 2011, foi líder da bancada do DP e desde janeiro de 2013, Presidente do partido. No plano local, Xavier Bettel integrou o Conselho Comunal da Municipalidade de Luxemburgo (2000 a 2005) e foi vereador entre 2005 e 2011. Nas eleições locais de 2011, foi eleito Prefeito de Luxemburgo.

Em 4 de dezembro de 2013, foi designado Primeiro-Ministro e Ministro de Estado de Luxemburgo. Xavier Bettel assumiu, por um novo mandato, em 5 dezembro de 2018. É casado com o arquiteto Gauthier Destenay.

Twitter: @Xavier_Bettel

Jean Asselborn

Ministro dos Negócios Estrangeiros de Luxemburgo



Nasceu em 1949, em Steinfort. Envolveu-se desde cedo com o sindicalismo. Em 1968, começou a trabalhar no setor público, primeiramente na cidade de Luxemburgo e depois em Steinfort. É mestre em Direito Privado pela Universidade de Nancy 2. Após as eleições de 2004, Asselborn tornou-se Vice-Primeiro-Ministro, cargo que ocupou até dezembro de 2013, e Ministro dos Negócios Estrangeiros, que mantém até hoje.

APRESENTAÇÃO

Oficialmente chamado de Grão-Ducado de Luxemburgo, o país faz fronteira com a Bélgica, ao norte e ao oeste; com a Alemanha, ao leste; e com a França, ao sul. Sua capital é a cidade de Luxemburgo. A capital, juntamente com Bruxelas e Estrasburgo, é uma das três sedes oficiais das instituições europeias. Em Luxemburgo, está sediada a Corte Europeia de Justiça, a corte suprema da União Europeia.

Em 1815, Luxemburgo foi reconhecido como Estado autônomo pelo Congresso de Viena. Com o Tratado de Londres, de 1839, perdeu metade de seu território para a Bélgica em troca de maior autonomia. A partir de 1842, o país integrou com a Prússia uma união aduaneira (*Zollverein*). O crescimento econômico de Luxemburgo à época decorreu, em grande medida, da exploração das minas de carvão. A independência plena foi alcançada em 1867. Em 1918, Luxemburgo estreitou relações com a Bélgica estabelecendo, em 1921, a União Econômica Belgo-Luxemburguesa (UEBL).

Ocupado pela Alemanha durante as duas Grandes Guerras, Luxemburgo reergueu-se após os conflitos valendo-se da formação, em 1944, com a Bélgica e os Países Baixos, da União do Benelux, ainda hoje vigente.

A participação luxemburguesa no processo de integração europeia foi bastante ativa desde os primórdios. O Grão-Ducado integrou a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). A partir dos anos 60, verificou-se a consolidação do Grão-Ducado como importante mercado financeiro, favorecido pelo aprofundamento do processo europeu de integração. Apesar de sua população reduzida, a cidade de Luxemburgo tornou-se um centro de negócios cosmopolita. Foi um dos membros fundadores da atual União Europeia. Em 1999, aderiu à zona do euro

Os estrangeiros representam 47,5% da população de Luxemburgo. No último censo, cidadãos de 170 nacionalidades diferentes foram registrados no país. As cinco maiores comunidades estrangeiras do Grão-Ducado, em porcentual sobre a população total, são de portugueses (15,6%), franceses (7,6%), italianos (3,7%), belgas (3,3%) e alemães (2,1%). O português, embora não seja língua oficial, é a segunda mais falada no Grão-Ducado.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Bruxelas (cumulatividade – Luxemburgo)	Haroldo de Macedo Ribeiro (desde janeiro de 2019)
Embaixador de Luxemburgo em Brasília	Carlo Krieger (desde junho de 2017)
Cônsul-geral honorário de Luxemburgo em São Paulo	Jan Eichbaum

As relações brasileiras com o Grão-Ducado foram estabelecidas em 1911. Historicamente, Luxemburgo destacou-se como parceiro importante na industrialização brasileira, por meio da criação da Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje a companhia indiano-luxemburguesa ArcelorMittal.

Em 2017, o embaixador Carlo Krieger apresentou suas cartas credenciais e tornou-se o primeiro embaixador residente do Grão-Ducado no Brasil, na sequência da criação da primeira e, até o momento, única embaixada residente de Luxemburgo na América Latina. Em se considerando o número reduzido de missões diplomáticas do Grão-Ducado, a decisão revelou a importância atribuída pelo país ao Brasil. A Embaixada do Brasil em Bruxelas se ocupa cumulativamente do relacionamento com Luxemburgo.

VISITAS RECENTES

No campo político, o Grão-Duque Henri realizou visita de Estado ao Brasil em novembro de 2007, acompanhado da Grã-duquesa Maria Teresa. O programa da visita incluiu passagens por Ouro Preto, São Paulo, Ribeirão Preto e Vitória. Em São Paulo, o Grão-Duque fez pronunciamento na abertura de dois seminários sobre a promoção de negócios e serviços financeiros. Visitou, na região de Ribeirão Preto, a usina Santa Elisa de produção de etanol. No Espírito Santo, participou da inauguração das obras de ampliação da usina siderúrgica de Tubarão, do grupo siderúrgico ArcelorMittal. O Grão-duque também realizou visitas ao Brasil em 2012, por ocasião da Conferência Rio+20, e em 2016, por ocasião da Cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016, na condição de membro do Comitê Olímpico Internacional (COI). Cabe lembrar que, como membro do COI, participou da eleição que escolheu o Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.

As visitas ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean Asselborn, em 2013, 2016 e 2018, também contribuíram para o estreitamento dos laços bilaterais.

Em novembro de 2014, o Ministério das Finanças e a Câmara de Comércio do Grão-Ducado de Luxemburgo organizaram missão político-empresarial multissetorial ao Brasil. A delegação luxemburguesa, chefiada pelo Grão-Duque herdeiro, o Príncipe Guillaume, e conduzida pelo Ministro das Finanças, Pierre Gramegna, promoveu

seminário em São Paulo sobre os aspectos econômicos e financeiros da relação bilateral. A visita culminou com reunião entre o Grão-duque herdeiro e o então Vice-presidente Michel Temer.

Em 11 de junho de 2015, a então Presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Xavier Bettel encontraram-se em Bruxelas, à margem de encontro CELAC-UE. Em março de 2018, foi inaugurada oficialmente a sede da nova Embaixada de Luxemburgo em Brasília, com a presença do chanceler de Luxemburgo, Jean Asselborn.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Mais recentemente, Luxemburgo passou a ocupar lugar de destaque como origem de investimentos estrangeiros. Circulam na praça financeira luxemburguesa US$ 4 trilhões em investimentos. Fundos de investimento sediados em Luxemburgo canalizam, por exemplo, cerca de ¼ dos fundos globais investidos na China e cerca de ¾ dos fundos europeus que investem no país asiático.

No Brasil, pelo critério de país investidor imediato, Luxemburgo mantinha, em 2019, investimentos de US$ 54,2 bilhões (4º maior). Pelo critério de país controlador final, o montante é de US$ 19,3 bilhões (11º maior). A diferença decorre do fato de Luxemburgo atuar como país-sede de empresas intermediárias, que atuam na canalização de investimento direto de países controladores finais (notadamente a China) para o Brasil.

Os principais setores beneficiados por investimentos originados de Luxemburgo são: extração de petróleo e gás natural, telecomunicações, produtos alimentícios, metalurgia, extração de minerais metálicos e celulose e produtos de papel.

No campo comercial, o Brasil é o principal parceiro comercial de Luxemburgo na América Latina, tendo a corrente chegado a US$ 90 milhões em 2020, com queda de 47% em relação a 2019. Em 2020, as exportações brasileiras para Luxemburgo foram de US$ 50,4 milhões (-63,1%), e as importações desde Luxemburgo, de US$ 39,6 milhões (+19,3%). O saldo comercial bilateral foi favorável ao Brasil em US$ 10,8 milhões. Luxemburgo figurou no 108º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras, absorvendo 0,02% do total, e o país ocupa o 84º lugar no ranking das importações brasileiras (0,02% do total).

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram minério de ferro e seus concentrados (48%); óleos combustíveis (22%); e motores e máquinas não elétricos (5,8%). A pauta importadora é composta por máquinas e equipamentos (12%); fios especiais e tecidos (11%); e equipamentos de aquecimento e resfriamento (10%).

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Luxemburgo acompanha fundamentalmente seus parceiros da UE em sua política externa, em particular nos campos dos direitos humanos, meio ambiente e comércio internacional.

Em reunião de Ministros da Agricultura da UE, em novembro de 2020, Luxemburgo apoiou nota proposta pela Áustria em oposição ao acordo. A nota repete as

alegações sobre os impactos do acordo para a agricultura europeia e sobre padrões supostamente inferiores nas áreas agrícola e de sustentabilidade no MERCOSUL. Demanda-se, na nota, a manutenção do princípio da unanimidade no Conselho e que a Comissão esteja, em última análise, aberta a reconsiderar o acordo.

ACESSÃO DO BRASIL À OCDE

Luxemburgo reconhece de forma reiterada as credenciais brasileiras, mas relembra que favorece o formato 1+1 (europeu/não europeu). Este reflete a preocupação europeia de que a OCDE continue servindo de instrumento para a preparação institucional dos países do leste europeu para futura adesão à União Europeia ou, no caso daqueles que já são membros, a melhor adaptação às regras do bloco.

CONSULTAS POLÍTICAS

Em junho de 2021, ocorreu a primeira reunião de consultas políticas entre Brasil e Luxemburgo, em nível de Secretários, por videoconferência. Tratou-se de discussão produtiva, em que foram revistos os principais temas da agenda bilateral.

ASSUNTOS CONSULARES

Em Luxemburgo, a comunidade brasileira é estimada em 7.000 cidadãos. O Brasil conta com Cônsul honorário no país. Luxemburgo, por sua vez, conta com Cônsul-Geral honorário em São Paulo.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

O Grão-Ducado de Luxemburgo é uma monarquia constitucional parlamentar, cuja Constituição data de 1868. O sistema político luxemburguês conta atualmente com um chefe de Estado, o Grão-duque Henri, com função honorífica, embora constitucionalmente investido de poder executivo, e um chefe de governo, o Primeiro-Ministro Xavier Bettel. Guillaume de Luxemburgo ocupa a posição de Grão-Duque herdeiro. Em 10/05/20, nasceu o Príncipe Charles, filho primogênito do Grão-Duque herdeiro e da Grã-Duquesa herdeira Stéphanie.

O Poder Executivo é exercido, de fato, pelo Primeiro-Ministro, escolhido pelo Grão-Duque, que lidera o Conselho de Ministros. A Câmara dos Deputados, órgão legislativo unicameral, conta com 60 membros eleitos para mandato de cinco anos por sufrágio universal direto obrigatório para os cidadãos com mais de 18 anos. O país divide-se em quatro circunscrições eleitorais, 12 cantões e 105 comunas, das quais 12 delas têm estatuto de cidade, sendo Luxemburgo a mais importante.

Desde 1919, o Partido Cristão Social (CVS), de corte democrata-cristão tradicional (centro-direita), tem sido a força dominante na política local, estando à frente de praticamente todos os gabinetes, à exceção de 1940-1945, de 1974-1979 e do governo atual, iniciado em 2013.

FATOS RECENTES

No poder desde dezembro de 2013, o atual governo tem reproduzido valores e políticas tradicionais luxemburguesas: rigoroso controle dos gastos públicos, reforma fiscal, com redução seletiva da carga tributária, e fomento e defesa da praça financeira do país.

O governo, liderado pelo Primeiro-Ministro Xavier Bettel, foi empossado para novo mandato em dezembro de 2018, após as eleições legislativas do mesmo ano. A coalizão governamental é formada, atualmente, pelo Partido Democrático (12 cadeiras, centro-direita, partido do Primeiro-Ministro), pelo Partido Operário Socialista Luxemburguês (LASP, 10 cadeiras, social-democrata), e pelos Verdes (9 cadeiras, centro). O gabinete possui dois Vice-Primeiro-Ministros – Etienne Schneider, Presidente do LASP, e Félix Braz, Presidente dos Verdes – e por quatorze Ministros, inclusive o Chanceler Jean Asselborn.

Na oposição, o tradicional Partido Cristão Social (CVS) segue sendo a principal força do parlamento, com 21 cadeiras. O bloco oposicionista também é formado pelo Partido da Reforma Democrática Alternativa (4 cadeiras, nacional-conservador), pelo Partido Pirata (2 cadeiras, liberal), e pelo A Esquerda (2 cadeiras, esquerda).

Diante de seu bom desempenho nas últimas eleições, o partido Verde conseguiu incluir no programa do novo governo muitos aspectos de seu próprio programa, a exemplo do objetivo de reduzir as emissões de dióxido de carbono a zero até 2050, de

tornar a agricultura 100% biológica até o mesmo ano e de realizar a transição para uma matriz energética 100% renovável o mais rápido possível.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Grão-Ducado do Luxemburgo é influenciada por sua geografia e sua posição como um dos centros financeiros mundiais. A dimensão do Grão-Ducado e sua posição geográfica entre a França e a Alemanha inserem a integração europeia com relevância na sua política externa.

O país foi pioneiro no processo de integração continental, participando ativamente da fundação do Benelux (1944) e da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1952). Em 1957, junto com a Alemanha, a Bélgica, a França, a Itália e os Países Baixos, assinou o Tratado de Roma, que instituiu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), embrião do que viria a tornar-se a União Europeia. A cidade de Luxemburgo é uma das três sedes oficiais das instituições europeias, como Bruxelas e Estrasburgo. Luxemburgo é ainda membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 1961. Embora membro ativo desses organismos internacionais, Luxemburgo tem atuação internacional discreta, dedicando atenção especial aos temas econômicos e financeiros internacionais.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus Jean Asselborn menciona em seus discursos como prioridades de seu país a proteção dos interesses do país e de seus cidadãos, bem como a defesa da soberania, da independência e da liberdade do Grão-Ducado. Na visão luxemburguesa, o comércio, além de criar prosperidade, promove a paz entre as nações. Assim, segundo o Ministro Asselborn, seu país posiciona-se a favor do fortalecimento do Mercado Comum europeu e defende o sistema de comércio multilateral baseado em regras, criticando as tendências protecionistas que identifica no cenário atual. Defende que a política comercial europeia seja um instrumento de alavancagem para a promoção dos valores comuns do bloco, tanto em instituições europeias quanto em organismos internacionais.

No terreno da defesa, a despeito do pequeno tamanho de suas forças armadas, Luxemburgo tem prestado contribuição a missões de paz. Participou, dentre outras, da UNPROFOR e ISOFOR (antiga Iugoslávia), SFOR (Bósnia e Herzegovina) e ISAF (Afeganistão). Em 2012, Luxemburgo elegeu-se pela primeira e única vez, com apoio do Brasil, para mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no biênio de 2013- 2014.

UNIÃO EUROPEIA

As relações de Luxemburgo com a União Europeia têm caráter primordial. Luxemburgo entende que a UE deve reforçar sua dimensão social para atender às expectativas de qualidade de vida de seus cidadãos. Assim, o atual governo buscou se comprometer, em nível europeu, com a implementação de conquistas como o salário-

mínimo, a rede de apoio aos desempregados e os instrumentos de proteção social básicos.

BENELUX

A cooperação com os países do Benelux é elemento estratégico da política externa, seja essa cooperação realizada por meio de projetos transfronteiriços entre os três países membros, seja em âmbito europeu e internacional. Em janeiro de 2019, Luxemburgo assumiu a presidência do Comitê de Ministros da União do Benelux, propondo três prioridades para o grupo: desenvolvimento do mercado entre os três países, transição energética e enfrentamento das mudanças climáticas e promoção da digitalização.

ECONOMIA

A economia de Luxemburgo teve desempenho muito superior ao desempenho dos demais integrantes da zona do euro no período posterior à crise de 2008 até a atualidade. Há crescente interesse no impacto que a digitalização poderá provocar em segmentos do setor financeiro como a contabilidade, a coleta e o processamento de dados, bem como a verificação de contratos, o que impulsiona os esforços de diversificação econômica.

Em 2020, segundo dados preliminares, embora houvesse expectativa de queda maior do PIB em razão da pandemia, a economia do Grão-Ducado recuou cerca de 3,1%, muito em razão do bom desempenho relativo do setor financeiro - carro-chefe de sua economia. Espera-se, contudo, que o impacto maior da crise sanitária sobre as empresas luxemburguesas deverá ocorrer ao longo de 2021. O PIB de Luxemburgo é majoritariamente baseado em serviços (cerca de 87%), seguido do setor industrial (cerca de 13%), enquanto a agricultura contribui com parcela ínfima do agregado (menos de 0,3%).

No âmbito da liberdade econômica, Luxemburgo possui bons índices. No Índice de Liberdade Econômica da The Heritage Foundation, o Grão-Ducado figurou em 19º lugar (entre 180 países) em 2020, com *score* de 75,8. Já em facilidade para fazer negócios, o ranking Doing Business do Banco Mundial mostra o país em posição intermediária – 72º lugar entre os 190 avaliados, com *score* de 69,6.

DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

O governo de Luxemburgo mantém interesse em promover maior diversificação da economia, aumentando investimentos, sobretudo nos setores de ciência e tecnologia, particularmente no espacial.

A preocupação com a diversificação econômica remonta à década de 70, quando o colapso do setor siderúrgico obrigou o Grão-Ducado a reinventar-se como praça financeira internacional, apostando em sua localização geográfica central, no multilinguismo, na estabilidade política e na abertura a investimentos. Atualmente, o setor de informação e comunicações responde por 8% do PIB. Como parte do esforço de diversificação econômica, Luxemburgo tem buscado promover o desenvolvimento de setores de tecnologia de ponta, como tecnologia verde, biomedicina, logística, segurança cibernética e comunicação por satélite.

Entre 2018 e 2021, Luxemburgo pretende alocar €1,5 bilhão em pesquisa e desenvolvimento. Os gastos públicos com ciência e tecnologia correspondem a aproximadamente 0,7% do PIB, nível semelhante à média dos demais membros da UE. Parte importante do esforço de diversificação é o desenvolvimento de uma indústria espacial, que já corresponde a 2% do PIB. A empresa de satélites SES, com valor de mercado estimado em € 8,2 bilhões, teve início na década de 80 com investimentos públicos em televisão por satélite.

O governo adotou modelo de exploração espacial baseado no Space Act americano e firmou parcerias sobre mineração espacial com o Japão, a China, a Polônia, Portugal, a República Tcheca, os Emirados Árabes Unidos e a Rússia. Note-se que o potencial econômico da mineração espacial tem aumentado o interesse de empresas e de países como Luxemburgo na revisão do marco legal espacial estabelecido no Tratado de 1967, que proíbe países de reivindicarem a propriedade de corpos celestes.

GERENCIAMENTO DE ATIVOS

A assinatura de acordo de cooperação financeira, em janeiro de 2019, sobre reconhecimento mútuo de fundos de investimentos, entre Luxemburgo e Hong Kong, ilustra a estratégia do Grão-Ducado de consolidar-se como um centro internacional de gerenciamento de ativos e atrair parte da indústria de serviços financeiros deslocada de Londres com o Brexit.

Luxemburgo tem fortalecido sua estratégia de atração de instituições financeiras e já é hoje o segundo maior hub de fundos de investimento no mundo, após os EUA, com a gestão de recursos da ordem de €4,6 trilhões. O país tem concedido números recordes de novas licenças para bancos, empresas de gestão, gestores de ativos alternativos, seguradoras e empresas de investimento. Diversas instituições financeiras já anunciaram planos de deslocar-se de Londres para Luxemburgo. O Santander Brasil consta entre as instituições financeiras que abriram escritórios em Luxemburgo em 2018, juntando-se a bancos como Bradesco e o Itaú Unibanco.

COMÉRCIO EXTERIOR

Cerca de 78,4% das exportações e 76,4% das importações de Luxemburgo tiveram como destino ou foram provenientes da União Europeia.

Em 2020, as exportações luxemburguesas chegaram a US$ 13,4 bilhões, representando queda de 8% em relação a 2019. Os principais destinos das exportações foram Alemanha (26,2% do total), França (16%) e Bélgica (12,4%). Os principais produtos da pauta de exportação são máquinas (13,5% do total), plásticos (11,1%) e ferro e aço (9,8%).

Luxemburgo importou cerca de US$ 20,6 bilhões (-9% em relação a 2019), sobretudo da Bélgica (24,4% do total), Alemanha (23,9%) e França (10,8%). Os principais produtos importados foram veículos (15%), máquinas (10,2%) e óleos combustíveis (7,1%). A balança comercial do país ficou deficitária em US$ 7,2 bilhões em 2020.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1354	O Condado de Luxemburgo torna-se Ducado.
1437	A dinastia dos Condes de Luxemburgo passa aos Habsburgos da Espanha.
1715	Os principados do Norte passam ao poder dos Habsburgos da Áustria.
1815	A partir do Congresso de Viena, Luxemburgo transforma-se em Grão-Ducado atribuído ao Rei da Holanda, Guilherme de Nassau, passando a integrar a Confederação Germânica.
1831	A parte sul do território passa para a Bélgica e o restante fica na posse do Rei da Holanda, embora integrado à Confederação Germânica.
1839	Tratado de Londres confirma o estatuto de independência de Luxemburgo, conferido pelo Congresso de Viena.
1867	Após dissolução da Confederação Germânica, Luxemburgo alcança a soberania, sob o estatuto de neutralidade.
1868	Constituição define o país como monarquia constitucional parlamentarista.
1914	Na I Guerra Mundial, a Alemanha ocupa o Grão-Ducado, violando o status de neutralidade do país.
1921	Luxemburgo estabelece União Econômica com a Bélgica e adere à Liga das Nações.
1940	Durante a II Guerra Mundial, é novamente ocupado por tropas alemãs e a família real, que apoiara os Aliados, exila-se na Inglaterra.
1945	Luxemburgo é membro fundador da ONU.
1946	Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos formam União Aduaneira, o Benelux.
1948	O Grão-Ducado abandona a neutralidade, unindo-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).
1952	Luxemburgo é Estado membro fundador da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA).
1957	Luxemburgo é Estado membro fundador da Comunidade Econômica Europeia (CEE).
1999	Luxemburgo adota o euro como moeda.
2000	Ascensão do Grão-duque Henri como chefe de Estado do Luxemburgo.
2019	Falecimento do Grão-Duque Jean.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1911	Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Luxemburgo.
1942	Visita ao Brasil do grão-duque Herdeiro Jean, como convidado oficial do governo brasileiro.
1956	Visita oficial do Presidente Juscelino Kubitschek a Luxemburgo.
1965	Visita oficial do Grão-duque Jean e da Grã-duquesa Charlotte ao Brasil.
1985	O então Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros, para o Comércio Exterior e para a Cooperação, Robert Goebbels, chefiou a Missão Especial luxemburguesa às cerimônias de posse do Presidente José Sarney.
1990	O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, do Comércio Exterior e da Cooperação, Jacques F. Poos, chefiou a Missão especial luxemburguesa às cerimônias de posse do Presidente Fernando Collor de Mello.
1992	O Primeiro-Ministro Jacques Santer chefiou a Delegação luxemburguesa à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro.
2001	Visita ao Brasil da Vice-Primeira-Ministra e Ministra dos Negócios Estrangeiros e do Comércio Exterior, Lydie Polfer.
2007	Visita do Vice-Primeiro-Ministro e chanceler Jean Asselborn ao Brasil.
2007	Visita do Grão-duque Henri e da Grã-duquesa Maria Teresa ao Brasil.
2012	Visita do Grão-duque Henri ao Brasil, por ocasião da Rio+20.
2014	Visita ao Brasil do Grão-duque herdeiro, Guillaume de Luxemburgo, acompanhado da Princesa Stéphanie de Lannoy e do Ministro das Finanças, Pierre Gramegna.
2015	Encontro da Presidente Dilma Rousseff com o Primeiro-Ministro Xavier Bettel em Bruxelas, à margem de reunião da CELAC.
2016	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Jean Asselborn, ao Brasil.
2016	Visita do Grão-duque Henry, por ocasião da cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos.
2017	Embaixador Carlo Krieger apresenta suas cartas credenciais ao presidente Michel Temer.
2018	Inauguração da Embaixada do Grão-Ducado em Brasília, a primeira na América Latina, com presença do chanceler Jean Asselborn.
2018	Visita do Vice-Primeiro-Ministro Étienne Schneider ao Brasil.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

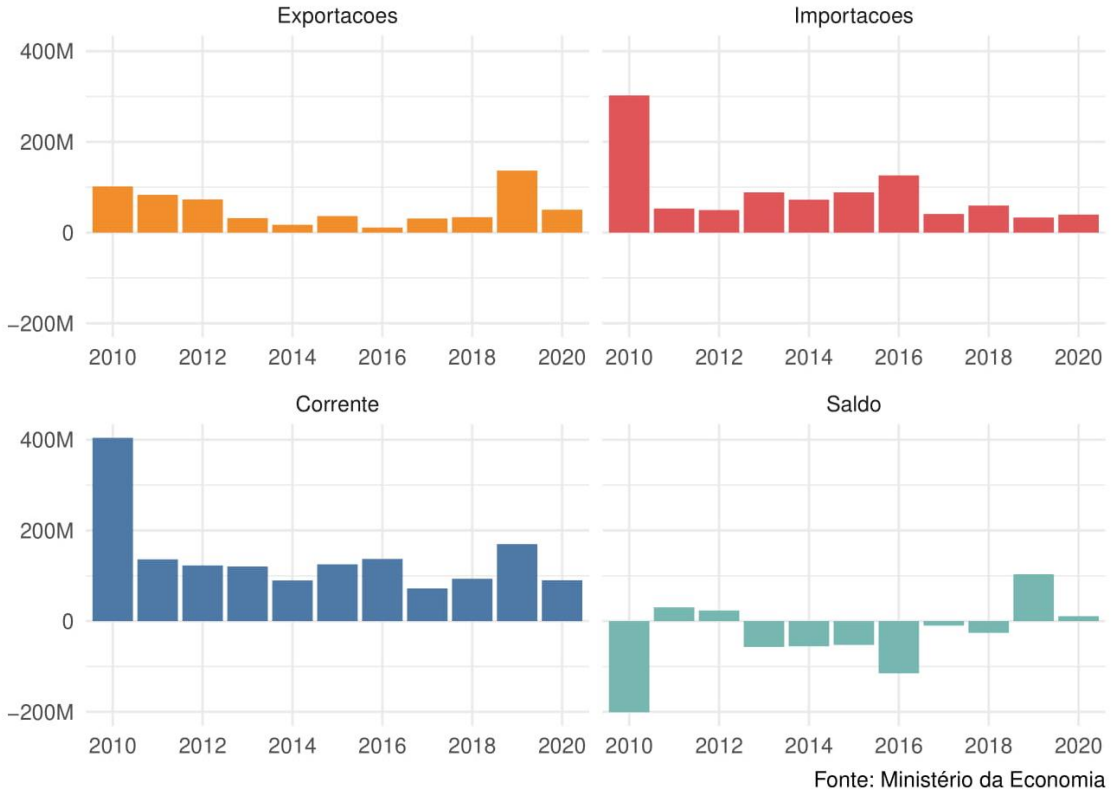
Título	Data de celebração	Status
Acordo sobre Passaportes	24/08/1957	Em vigor
Convenção sobre Seguros Sociais	16/09/1965	Em vigor
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Capital	08/11/1978	Em vigor
Acordo de Previdência Social	22/06/2012	Em vigor
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista Brasil-União Econômica Belgo-Luxemburguesa de Desenvolvimento Econômico	17/11/1995	Em vigor
Acordo Sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada	25/09/2018	Tramitação Congresso
Acordo sobre Serviços Aéreos	22/11/2018	Tramitação Congresso

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Material preparado pela Divisão de Promoção e Negociação de Temas da Indústria (DPIND) do Ministério das Relações Exteriores.

COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-LUXEMBURGO

Fluxo de comércio anual

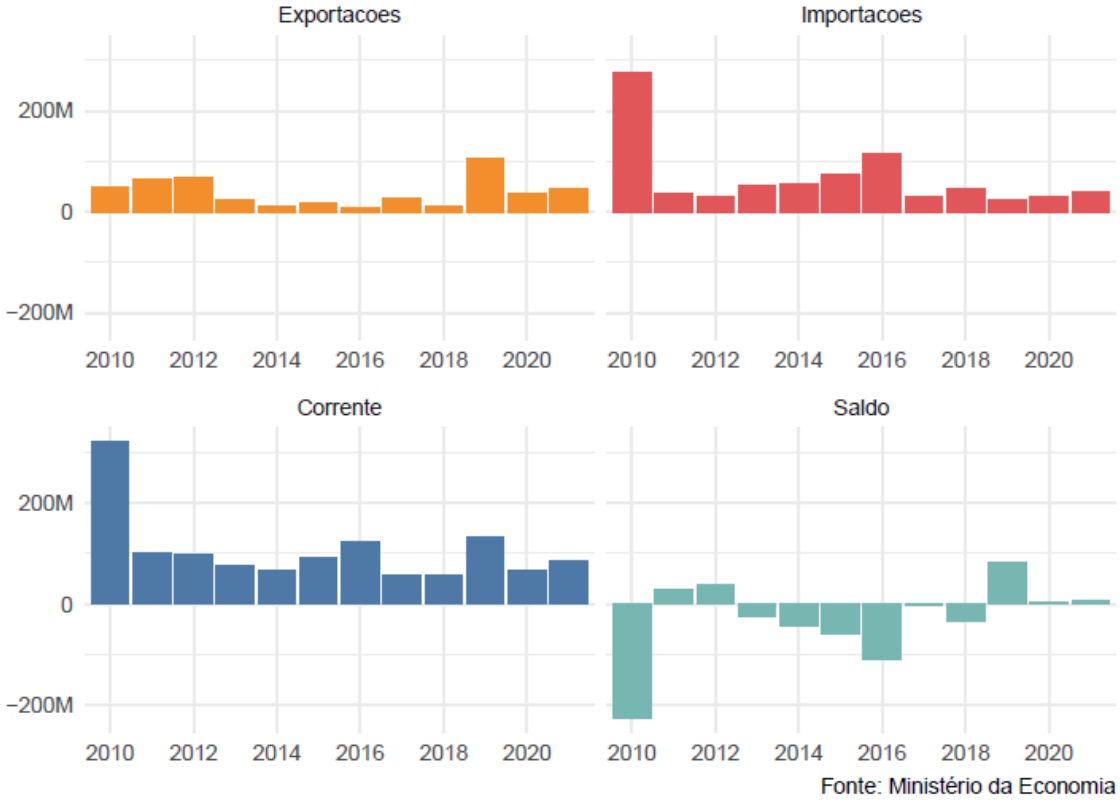


Fonte: Ministério da Economia

	2020	2019	2018	2017	2016
Exportacoes	50M (-63.1%)	137M (304.1%)	34M (8.6%)	31M (183.9%)	11M (-69.9%)
Importacoes	40M (19.2%)	33M (-44.3%)	60M (45.7%)	41M (-67.5%)	126M (42.0%)
Saldo	11M (-89.5%)	103M (300.3%)	-26M (-363.4%)	-10M (-108.5%)	-115M (-319.6%)
Corrente	90M (-46.98%)	170M (81.79%)	93M (29.66%)	72M (-47.42%)	137M (9.46%)

	2015	2014	2013	2012	2011
Exportacoes	36M (112.2%)	17M (-46.1%)	32M (-56.5%)	73M (-12.4%)	83M (-18.1%)
Importacoes	89M (22.4%)	73M (-18.2%)	89M (78.6%)	50M (-6.1%)	53M (-82.5%)
Saldo	-52M (-194.6%)	-55M (-197.3%)	-57M (-344.2%)	23M (-23.2%)	30M (-84.9%)
Corrente	125M (39.56%)	90M (-25.57%)	120M (-1.77%)	123M (-9.93%)	136M (-66.29%)

Fluxo de comércio agregado até agosto

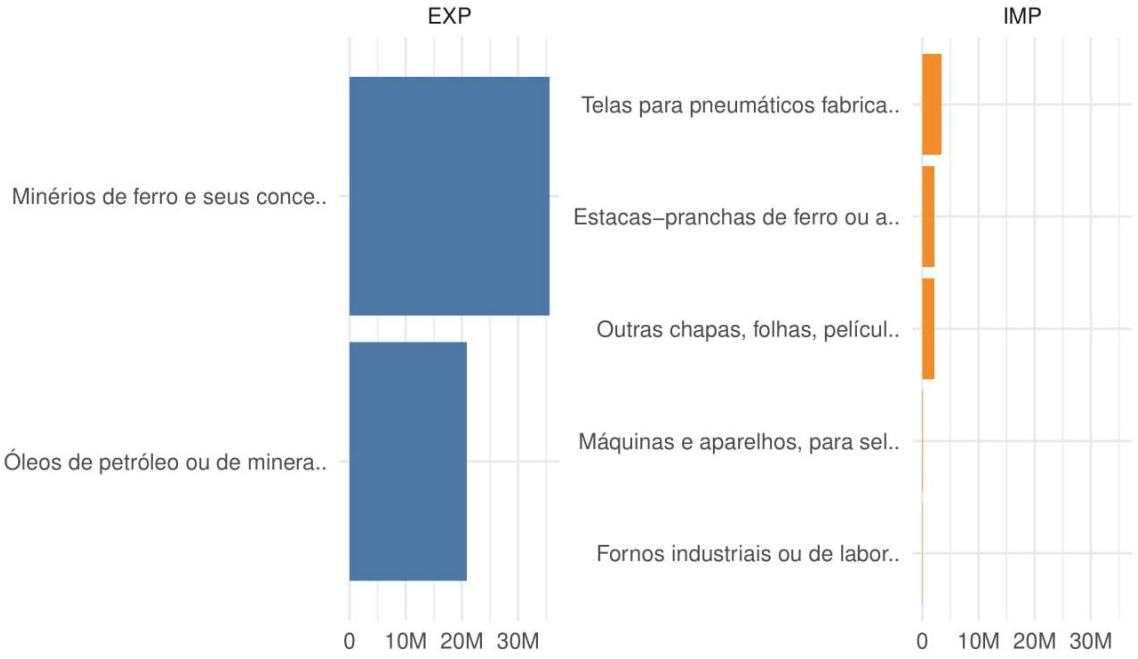


Fonte: Ministério da Economia

	2021	2020	2019	2018	2017
Exportacoes	46M (30.54%)	36M (-66.85%)	107M (866.38%)	11M (-58.81%)	27M (288.75%)
Importacoes	40M (33.0%)	30M (22.9%)	25M (-46.9%)	46M (59.0%)	29M (-74.8%)
Saldo	6M (16.5%)	5M (-93.5%)	83M (135.6%)	-35M (-1 760.7%)	-2M (-102.0%)
Corrente	86M (31.69%)	66M (-50.12%)	132M (130.03%)	57M (2.32%)	56M (-54.15%)

	2016	2015	2014	2013	2012
Exportacoes	7M (-59.57%)	17M (59.26%)	11M (-57.28%)	25M (-63.19%)	68M (4.81%)
Importacoes	115M (52.1%)	76M (38.2%)	55M (7.7%)	51M (74.8%)	29M (-18.9%)
Saldo	-108M (-284.8%)	-59M (-233.1%)	-44M (-271.5%)	-26M (-165.2%)	39M (33.8%)
Corrente	122M (31.52%)	93M (41.68%)	65M (-13.82%)	76M (-22.02%)	97M (-3.62%)

Principais produtos da pauta comercial em 2020



Fonte: Ministério da Economia

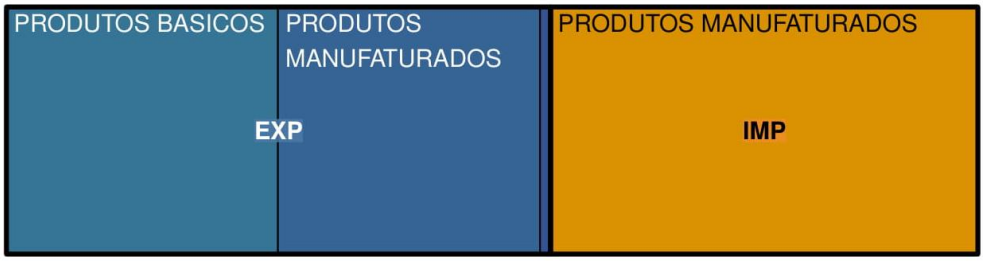


Classificações do comércio

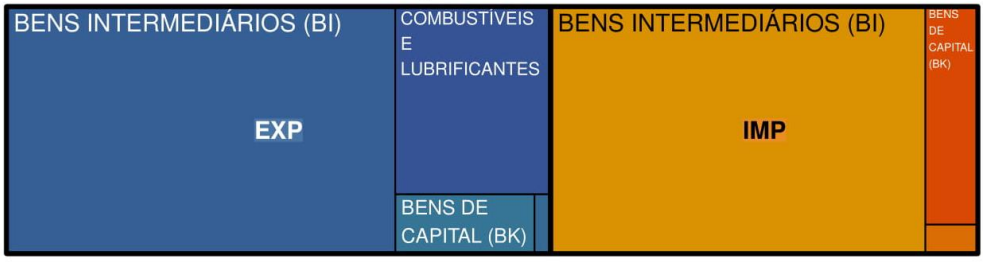
Classificação ISIC em 2020



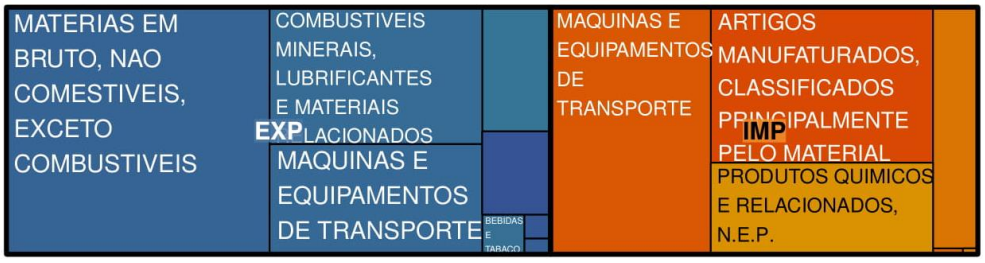
Classificação Fator Agregado em 2020



Classificação CGCE em 2020



Classificação CUCI em 2020



COMÉRCIO TOTAL DE LUXEMBURGO

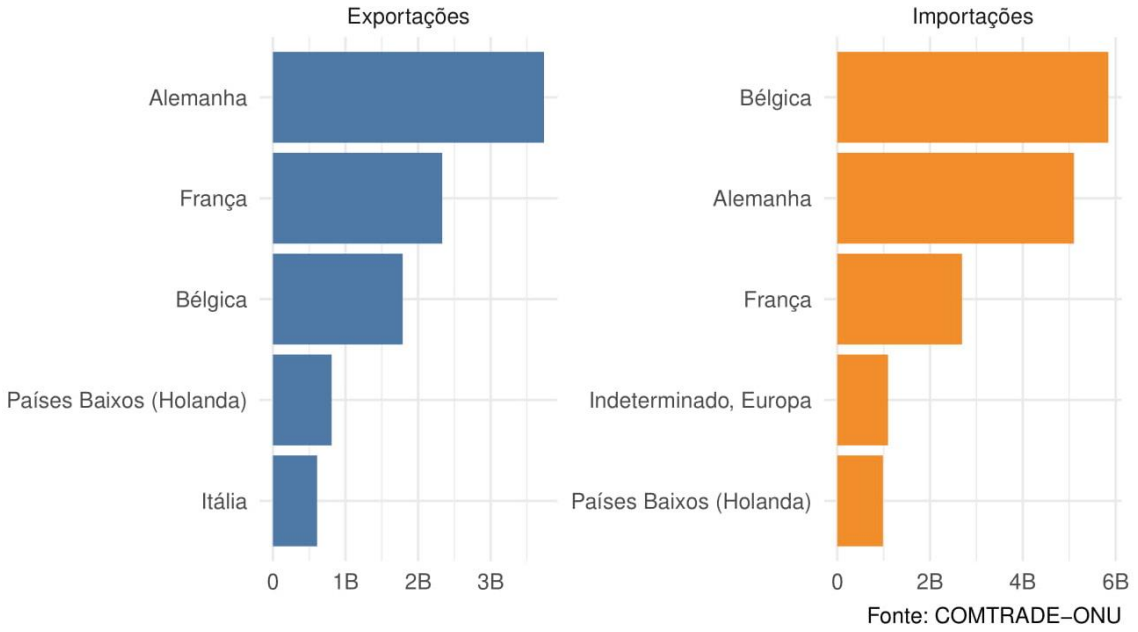
Fluxo de comércio anual



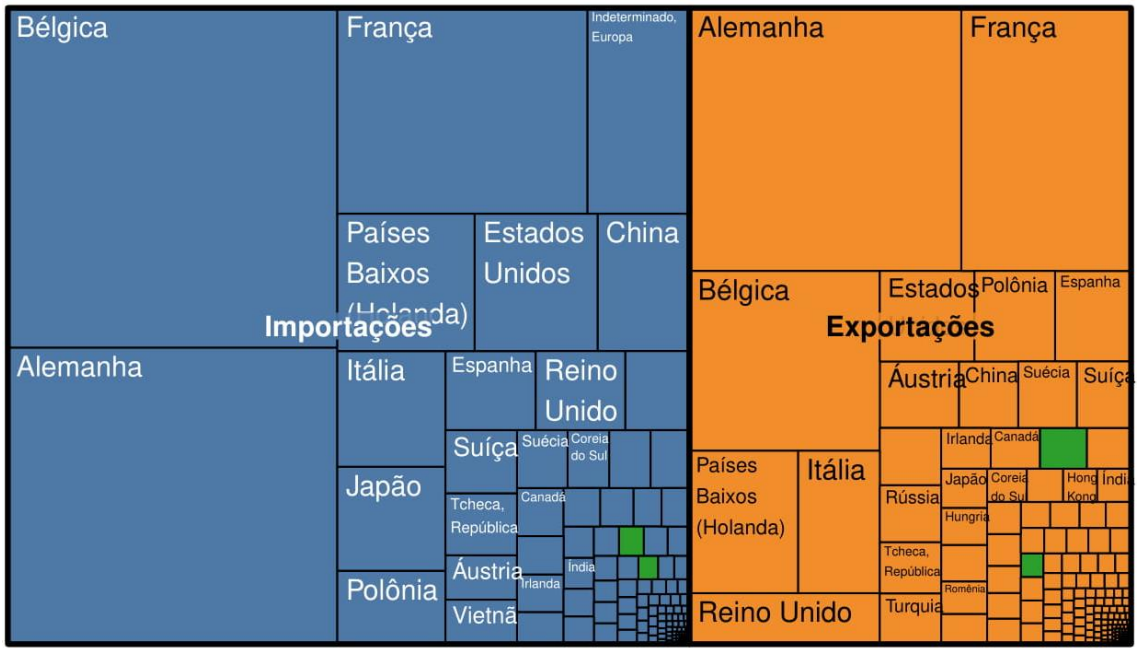
Fonte: Ministério da Economia

	2019	2018	2017
Exportacoes	14.67B (-3.13%)	15.15B (8.52%)	13.96B (8.73%)
Importacoes	22.64B (-2.07%)	23.12B (9.72%)	21.07B (10.18%)
Saldo	-7.97B (-199.9%)	-7.97B (-212.1%)	-7.11B (-213.2%)
Corrente	37.31B (-2.49%)	38.27B (9.24%)	35.03B (9.60%)

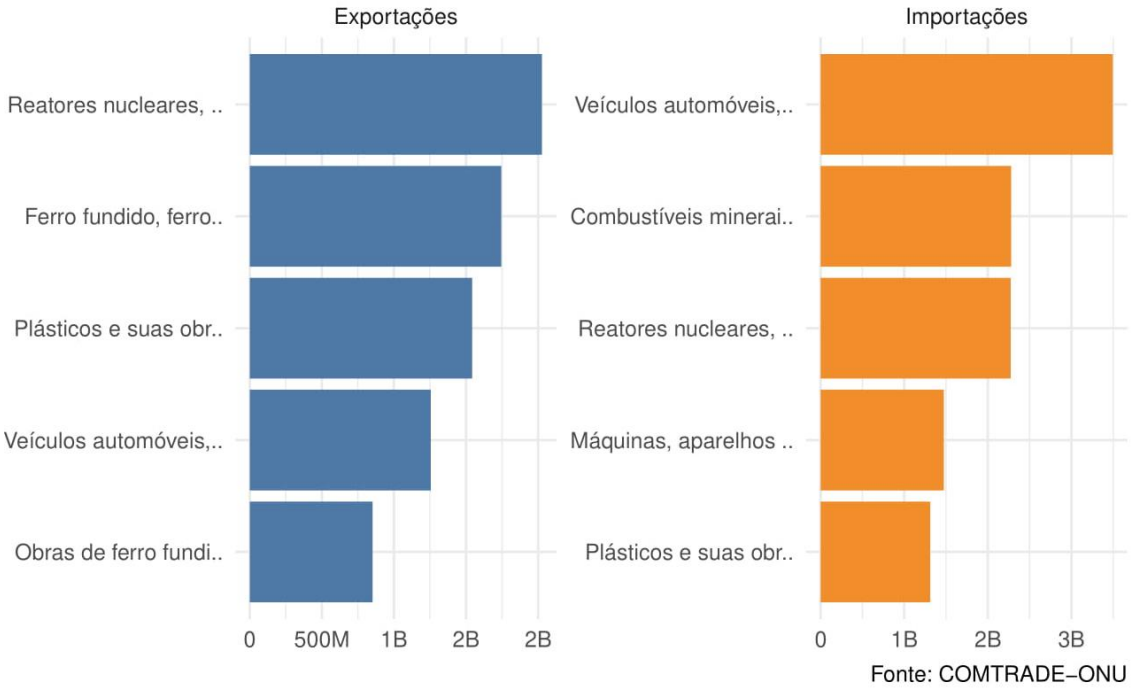
Principais parceiros comerciais



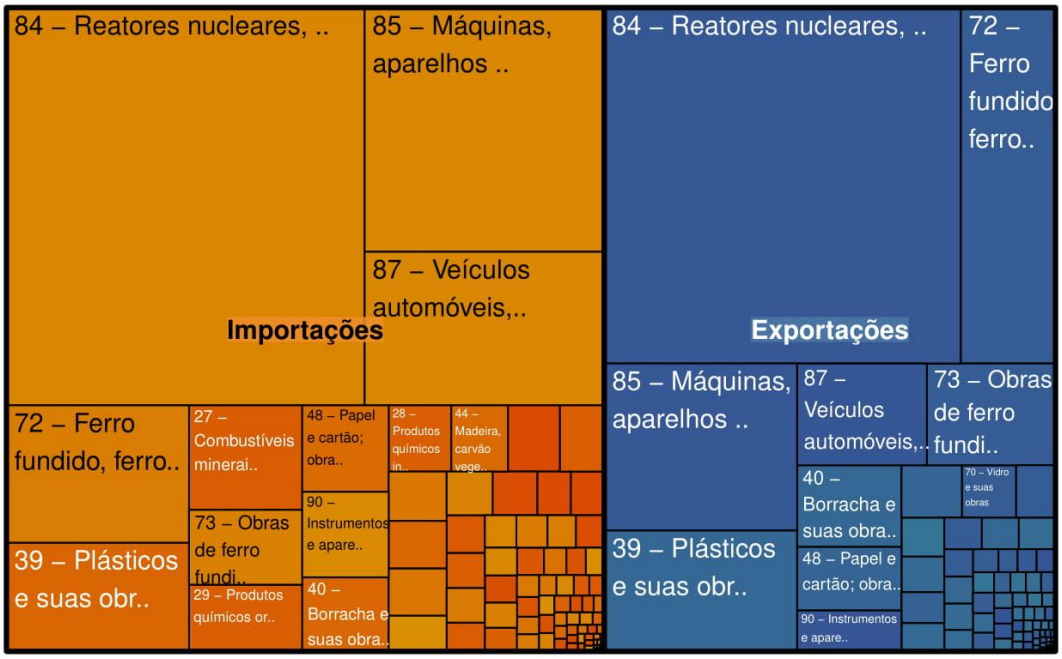
Fonte: COMTRADE–ONU



Principais produtos comercializados

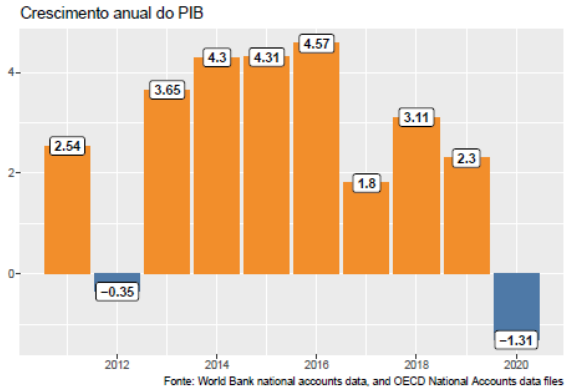


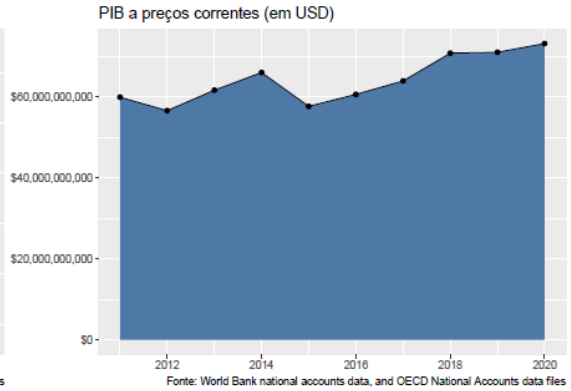
Fonte: COMTRADE–ONU

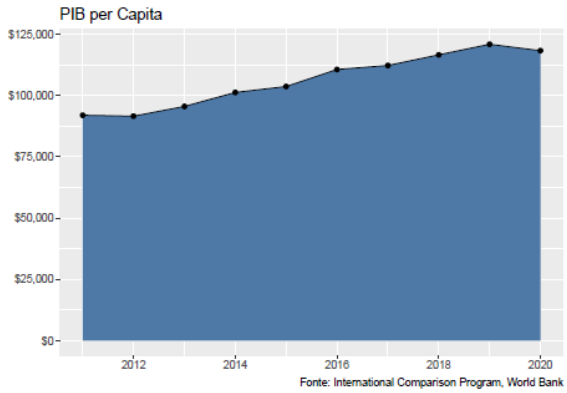


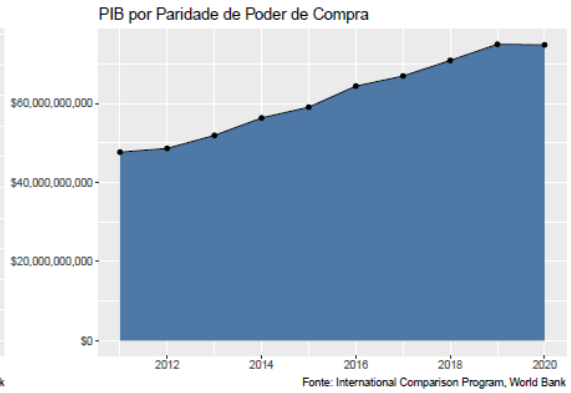
INDICADORES ECONÔMICOS INTERNOS

Produto interno bruto (PIB)

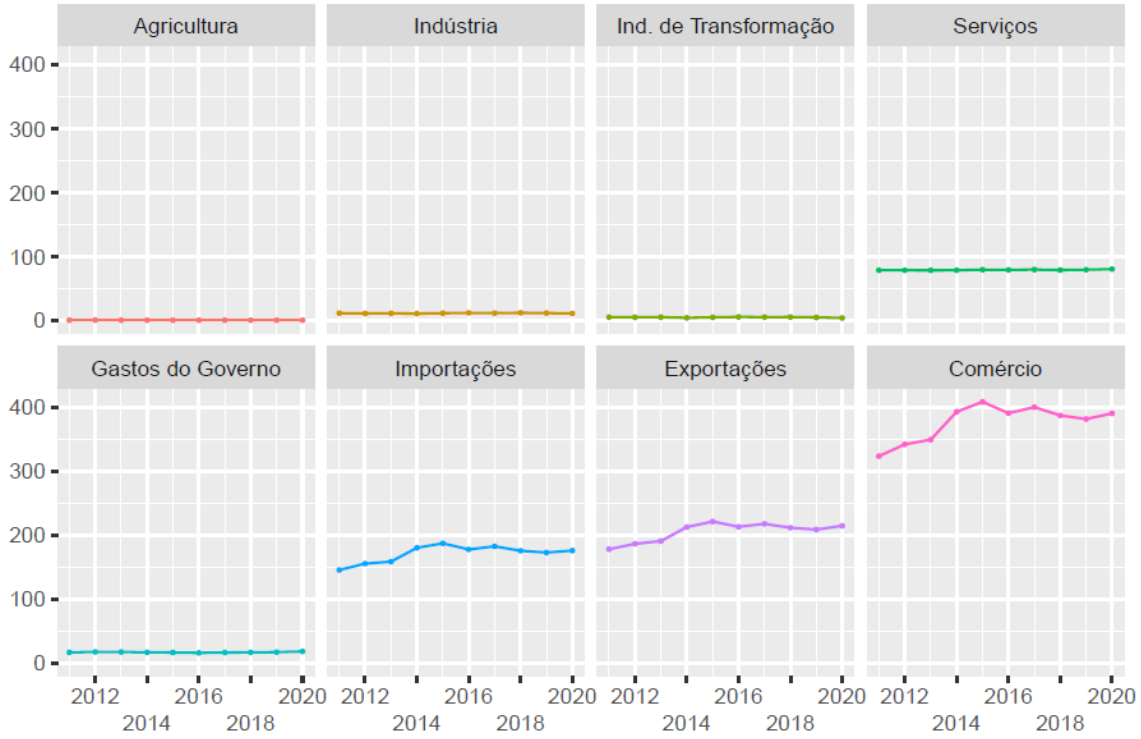






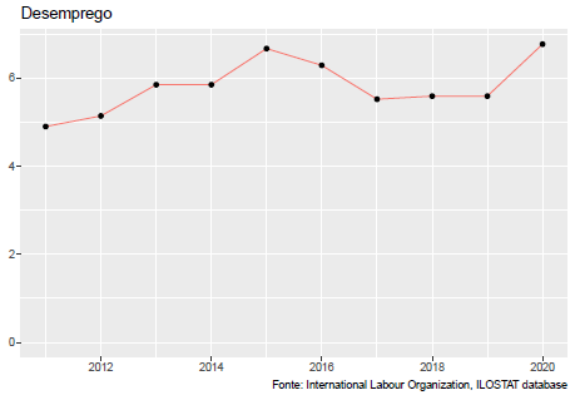


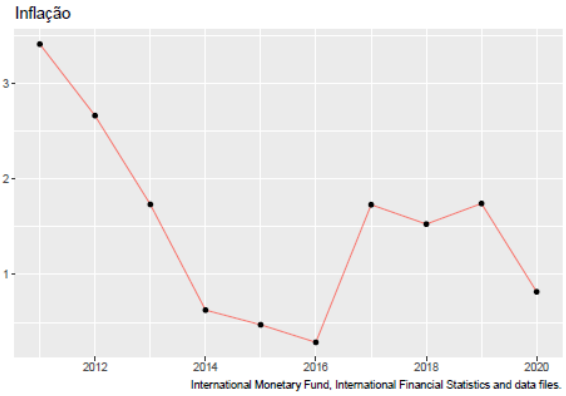
Estrutura da economia em proporção ao PIB



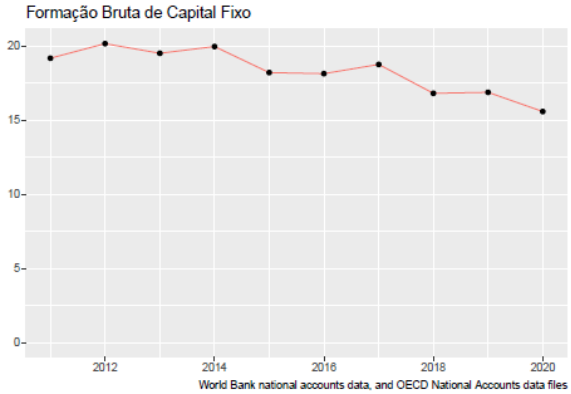
Fonte: World Bank national accounts data, and OECD National Accounts data files

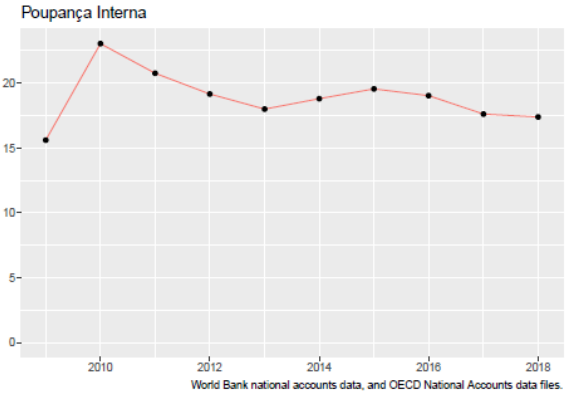
Indicadores de desemprego e inflação





Indicadores de investimentos





EMBAIXADA DO BRASIL EM BRUXELAS

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR HAROLDO DE MACEDO RIBEIRO

Transcrevo versão simplificada do relatório de gestão (jan/2019 - nov/2021):

Tendo em vista a relevância do impacto da pandemia de Covid-19 sobre os trabalhos do Posto no período compreendido entre 2019 e 2021, inicio meu relatório com uma visão geral sobre as características da crise sanitária na Bélgica e de sua gestão.

A Pandemia de Covid-19 na Bélgica e sua Gestão

2. O impacto da crise sanitária sobre a vida na Bélgica e em Luxemburgo não foi diferente daquele observado no Brasil e em todo o mundo. As atividades regulares da Embaixada em todos os seus setores foram profundamente afetadas pelas limitações impostas pela pandemia, o que exigiu empenho e criatividade para assegurar a produção de informação de qualidade, a preservação de níveis adequados de interlocução com chancelarias operando em regime de trabalho à distância, o atendimento temporâneo a pedidos formulados por operadores econômicos, o cumprimento de diligências de cooperação judicial e a implementação de importantes etapas da gestão administrativa do Posto, entre tantas outras tarefas.

3. Segundo o Instituto Sciensano, laboratório de referência para a crise sanitária, a Bélgica contabilizou, até o dia 20/9/21, um total de 1.231.523 contaminados pela Covid-19 O primeiro falecimento em decorrência de contaminação pelo novo coronavírus foi anunciado no dia 11/3/20 e em 20/9/21 o país já registrava 25.543 mortos. Ao final de outubro de 2020, a Bélgica já era o país europeu com a maior taxa de contaminação em relação a sua população, de acordo com os dados divulgados pelo Centro Europeu de Prevenção e de Controle de Doenças (ECDC). Na segunda onda da pandemia, em curso a partir de setembro de 2020, o número de hospitalizações superou o que havia sido observado na primeira onda. Durante o primeiro ano da pandemia, a Bélgica figurou como o país de mais alta letalidade da Covid-19 em todo o mundo, levando em conta a relação entre o número de pessoas falecidas e o total da população. De acordo com os dados oficiais, o ano de 2020 foi aquele em que se registrou o mais alto índice de mortalidade no país desde a Segunda Guerra Mundial.

4. A coordenação entre as diferentes regiões na gestão da crise sanitária representou um desafio para um país caracterizado pelo alto grau de descentralização institucional, simbolizado pela existência de nada menos que seis autoridades ministeriais ou assemelhadas dotadas de competências compartilhadas em saúde em seu território. Para enfrentar a pandemia, fez-se necessário estabelecer um sistema de gestão coletiva da crise por meio de um comitê liderado pela então primeira-ministra Sophie Wilmès e integrado pelos ministros federais das áreas competentes e

pelos ministros-presidentes (governadores) das distintas regiões e comunidades linguísticas belgas.

5. A esse cenário, somou-se a necessidade de buscar o equilíbrio entre as recomendações dos especialistas sanitários (concentrados nos efeitos negativos da demora em adotar medidas de isolamento e de distanciamento social, bem como de suas flexibilizações) e as preocupações político-econômicas com os impactos da pandemia sobre a vida do país.

6. Foram constantes desde o início da pandemia as críticas de virologistas e epidemiologistas às decisões governamentais que, por diversas vezes, contrariaram suas recomendações. O clima conflituoso instalado no país resultou até mesmo em ameaças sofridas por especialistas, que chegaram a requisitar proteção policial.

7. As primeiras medidas de contenção da epidemia, como o fechamento de escolas e de restaurantes, bares, discotecas e outros estabelecimentos, bem como o cancelamento de eventos e atividades esportivas e culturais, foram anunciadas em 12 de março de 2020. Poucos dias depois, em 17 de março, decidiu-se pela adoção da medida de confinamento total no país que, inicialmente prevista para durar até o dia 5 de abril, foi prorrogada até 19 de abril e, posteriormente, até 3 de maio, quando foi iniciada a primeira fase de um cronograma tentativo de "desconfinamento" gradual e em etapas, elaborado por um "Grupo de Especialistas a cargo da saída estratégica" (GEES). O comércio foi reaberto em 11 de maio e as escolas retomaram as aulas, gradualmente, a partir de 18 de maio. Após os dois meses das férias de verão, as aulas foram reiniciadas no início de setembro, com a obrigatoriedade de uso de máscaras por professores e alunos com mais de 12 anos.

8. No âmbito internacional, as fronteiras foram fechadas em 20/3/20 para qualquer deslocamento não essencial, permitindo-se apenas o trânsito de caminhões e o retorno de nacionais belgas ao país. Os belgas foram autorizados a cruzar novamente as fronteiras terrestres do país para visitar membros de sua família ou realizar compras em 30/5 e a para realizar viagens provenientes ou com destino à União Europeia, inclusive o Reino Unido e os demais países signatários do Acordo de Schengen, em 15/6. O governo repatriou mais de 9 mil pessoas nos primeiros meses da pandemia, das quais 7.750 nacionais belgas, em 47 voos fretados. Ademais, 2.430 belgas foram repatriados por outros países por meio do mecanismo de proteção civil da União Europeia.

9. Ante ao agravamento da segunda onda de disseminação da Covid-19, a Bélgica implementou novo confinamento no início de novembro de 2020, havendo renovado regras de distanciamento social e tornado obrigatório o teletrabalho.

10. A partir de dezembro de 2020, o governo belga dedicou-se à implementação de uma estratégia de vacinação gratuita e não obrigatória. As primeiras vacinas foram aplicadas em 28/12 em asilos e casas de repouso selecionadas nas regiões que compõem o país.

11. A Bélgica se destacou entre os membros da UE pela cobertura vacinal que proporcionou a sua população. Em 20/9/21, o país já havia logrado imunizar plenamente 8.377.969 pessoas, o que representa 72,7% de sua população total. Entre os maiores de 18 anos, 85% dos belgas já estavam completamente vacinados.

12. Durante a crise sanitária, o governo belga reiterou seu apoio à Organização Mundial da Saúde como entidade que exerce papel crucial na coordenação da resposta internacional à pandemia de Covid-19. Em relação às críticas dirigidas à OMS, defendeu que uma análise crítica, objetiva e bem informada das ações tomadas no contexto da pandemia será necessária, mas que o momento adequado para fazê-lo será após o fim da crise. A pandemia de Covid-19 teria novamente demonstrado que a saúde global é uma responsabilidade compartilhada e que cada Estado deve fazer sua parte. Nesse contexto, a Bélgica decidiu doar, até o fim de 2021, 4 milhões de doses de vacinas contra a Covid-19 por meio do mecanismo COVAX, conferindo prioridade aos países beneficiários de seus programas de cooperação para o desenvolvimento. Armênia, Senegal, Tunísia e Vietnã são alguns dos países que já receberam doações belgas de vacinas.

Política Interna

13. Pude acompanhar de perto o ambiente político que precedeu as eleições gerais belgas de 26 de maio daquele ano. O país vivia sob um governo de minoria desde dezembro de 2018, quando se rompeu a coalizão que dirigiu a Bélgica a partir de 2014, então liderada pelo primeiro-ministro liberal Charles Michel. Os debates do período pré-eleitoral prenunciavam o que as urnas viriam a confirmar: a vitória dos partidos de direita na Flandres e de esquerda na Valônia e em Bruxelas imporia obstáculos políticos de monta à formação de um governo majoritário no plano federal.

14. Tanto no norte como no sul do país, foi expressivo o crescimento de novas forças políticas, em especial os verdes, nas regiões francófonas, e os partidos de direita, na Flandres. O Vlaams Belang, partido flamengo de extrema-direita, foi a agremiação política que mais cresceu no Parlamento Federal, passando de 3 para 18 assentos e tornando-se o segundo maior partido do país.
Em 2019 e ao longo da maior parte de 2020, a Bélgica permaneceu governada por uma coalizão política minoritária, representando não mais que 30% das cadeiras do Parlamento, a qual detinha competências bastante limitadas se comparadas às de um governo majoritário. Com a saída do primeiro-ministro Charles Michel, em outubro de 2019, para assumir as funções de presidente do Conselho Europeu, foi alçada ao cargo de primeira-ministra a ex-ministra do Orçamento Sophie Wilmès, que se tornou a primeira mulher a ocupar essa posição na Bélgica.

15. As regiões belgas dedicaram-se, ainda em 2019, à composição de seus próprios governos. Na região francófona da Valônia, assumiu o governo uma coalizão formada pelo Partido Socialista, pelos verdes do Écolo e pelos liberais do MR, tendo o ex-primeiro-ministro belga e ex-presidente do PS Elio di Rupo ocupado a função de ministro-presidente (governador). Na região de Bruxelas-Capital, o governo local foi formado essencialmente pelo Partido Socialista e pelos verdes.

Na Flandres, repetiu-se a coalizão de partidos de centro-direita que governa a região desde 2014, desta vez sob a liderança de Jan Jambon, do partido N-VA.

16. Em 11/3/20, a OMS reconheceu a pandemia do novo coronavírus, os Estados Unidos interromperam os voos de e para o continente europeu e a Bélgica anunciou sua primeira morte por Covid-19. A gravidade da crise sanitária naquele momento levou a que os partidos decidissem rapidamente unir forças para enfrentar a pandemia. Todos os partidos não excluídos pelo "cordão sanitário", com a posterior saída dos nacionalistas flamengos da N-VA, decidiram integrar a base de um segundo governo Wilmès, ao qual atribuíram - por período de 3 meses, prorrogável por igual período - poderes especiais para combater a pandemia.

17. A administração Wilmès II prestou juramento ao rei Philippe em 16/3 e, havendo reunido as condições políticas necessárias para o aprofundamento, dentro de um quadro democrático, das medidas de contenção do coronavírus, decretou, a partir de 18/3, o confinamento total da Bélgica. O confinamento total do país implicou forte isolamento, com o fechamento de todas as fronteiras, a suspensão de todos os voos comerciais e a proibição de deslocamentos dos cidadãos entre as cidades belgas.

18. A despeito da grave crise sanitária enfrentada pelo país a partir de 2020, e em cumprimento a seu papel constitucional, o rei Philippe deu seguimento a seus esforços destinados a coordenar a formação do novo governo belga, havendo nomeado, a partir de junho de 2019, uma sucessão de "informadores" e de "formadores", políticos experientes dos mais diferentes partidos aos quais atribuiu a tarefa de explorar caminhos que viabilizassem a formação de um governo majoritário para a Bélgica. Em agosto de 2020, o fracasso da tentativa de composição entre os dois maiores partidos do país, os socialistas francófonos do PS e os nacionalistas flamengos da N-VA, fez crescer a percepção de que seria necessário convocar novas eleições como tentativa de fugir ao impasse político.

19. No final de setembro de 2020, intensas negociações partidárias levaram à aprovação de um acordo de governo entre 7 partidos francófonos e neerlandófonos, que garantiram a maioria de 87 cadeiras do Parlamento de 150 assentos, a saber: os socialistas PS e SP.A, os liberais MR e Open VLD, os verdes Écolo e Groen e os democratas-cristãos flamengos da CD&V. A coalizão partidária majoritária, apelidada de Coalizão Vivaldi, liderada pelo primeiro-ministro Alexander De Croo, do partido flamengo Open VLD, assumiu suas funções em 1/10. A cúpula do Poder Executivo belga é composta, além do primeiro-ministro, por 14 ministros (oito mulheres e seis homens) e 5 secretários de Estado. A ex-primeira-ministra Sophie Wilmès assumiu a função de chanceler.

20. Em maio de 2021, o governo belga deu início aos procedimentos de reforma da Constituição de 1831, uma das mais antigas do mundo, a ser realizada pela legislatura que se iniciaria em 2024. A sétima reforma do Estado belga ora em gestação envolve não apenas a mudança da própria estrutura federativa do país - ganha força nas discussões o modelo de um país dividido em 4 regiões (Flandres, Valônia, Bruxelas e Região Germanófona) -, mas igualmente a revisão de

aspectos pontuais do texto constitucional. Os 5 artigos constitucionais pré-selecionados para análise e eventual alteração dizem respeito ao processo de formação dos governos após as eleições, à apuração das eleições e ao mecanismo de revisão da própria Constituição.

Política Externa

21. A Bélgica procura seguir uma política externa afinada com as posições adotadas por seus vizinhos europeus face aos temas da agenda internacional. Sempre que possível, o país busca coordenar-se no âmbito da União Europeia antes da definição de suas posições nacionais.

22. No período compreendido entre 2019 e 2021, a política externa belga manteve seus principais traços identificadores, havendo reafirmado posições tradicionais do país no plano internacional como a defesa do multilateralismo, o apoio à cooperação para o desenvolvimento e o incentivo à prestação de ajuda humanitária. Questões relacionadas ao meio ambiente, como as mudanças climáticas, e à promoção e a proteção dos direitos humanos receberam ênfase especial da diplomacia belga nesse período, reflexo da prioridade que esses temas assumiram no seio da sociedade belga.

23. A partir de sua plataforma europeia, a Bélgica tem buscado maior projeção no cenário internacional, objetivo no qual se inseriu sua candidatura, exitosa e apoiada pelo Brasil, a membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no biênio 2019-2020, posição que ocupou pela sexta vez. As prioridades definidas pela Bélgica para sua gestão no CSNU foram a prevenção de conflitos, a proteção dos direitos humanos e o enfrentamento das mudanças climáticas. A Bélgica ocupou a presidência do CSNU em fevereiro de 2020, ocasião em que o rei Philippe e a rainha Mathilde realizaram visita de trabalho a Nova York. O monarca belga discursou no CSNU sobre o tema do uso de crianças em conflitos armados e valeu-se da oportunidade para sublinhar o compromisso de seu país com o multilateralismo e com as Nações Unidas, de que seriam testemunhas a tradicional participação de soldados belgas em operações de paz e as contribuições financeiras que a Bélgica realiza.

24. No cumprimento de suas funções de representação, o rei Philippe realiza ao exterior duas visitas de Estado por ano, sendo uma delas no continente europeu e outra fora dele. Em 2019, o monarca visitou a Coreia do Sul, no primeiro semestre, e Luxemburgo, no segundo semestre. A visita de Estado à Itália, programada para o primeiro semestre de 2020, foi cancelada devido à pandemia de Covid-19. A segunda visita de Estado de 2020, que se especulava ser para o Chile, não chegou a ser agendada, assim como tampouco as duas viagens de 2021. Segundo o Palácio Real, o soberano belga deverá realizar visitas de Estado à Lituânia e à África do Sul em 2022.

25. O espaço europeu e seu entorno imediato são as prioridades geoestratégicas e diplomáticas da Bélgica. No âmbito comunitário, a Bélgica, país sede das mais importantes instituições europeias, tem conseguido manter sua influência relativa no jogo institucional europeu, inclusive pela presença de importantes figuras políticas belgas em posições-chave na UE. Em 2020, por exemplo, assumiu o cargo de presidente do Conselho Europeu o ex-primeiro-ministro Charles Michel,

ao passo que o ex-Chanceler Didier Reynders ocupou a sensível pasta da Justiça na Comissão Europeia. As relações com os demais países membros da UE são caracterizadas por um elevado nível de cooperação em todas as áreas.

Política de Defesa e Temas Securitários

26. A Bélgica reorganizou na última década suas forças militares, passando a contar com uma entidade de defesa unificada, dividida em componentes terrestre, aéreo e marítimo separados. Em 2020, o orçamento militar do país foi de USD 3,1 bilhões, com projeção para aumentar para USD 3,4 bilhões até 2024, sobretudo em função da necessidade de aumentar as aquisições de equipamentos militares.

27. A Bélgica é um dos países membros da OTAN com menor gasto relativo com produtos de defesa. Em 2018, apenas 0,93% do PIB belga havia sido gasto no setor de defesa, percentual muito aquém do compromisso de gastos de 2,0% do PIB estabelecido no âmbito daquela organização.

28. Desde o início de minha gestão em Bruxelas, pude acompanhar o ritmo acelerado com que o Ministério da Defesa belga procurou renovar os equipamentos militares do país. Em 2018, a compra de caças F-35 fabricados pela norte-americana Lockheed Martin ensejou a assinatura, em março de 2019, de parcerias com as principais empresas do setor aeronáutico belga, as quais asseguravam compensações industriais destinadas a estimular o desenvolvimento do setor de defesa belga.

29. No que tange às discussões sobre o desenvolvimento de um sistema de defesa europeu, a Bélgica se posicionado em favor da implementação de uma capacidade de defesa crível no âmbito da UE, capaz de reduzir ameaças tradicionais e lutar contra o terrorismo. As autoridades belgas têm sido vocais ao alertar, igualmente, para o crescimento dos ataques cibernéticos supostamente perpetrados por agentes externos.

30. Em março de 2019, consórcio francês venceu a licitação para fornecer doze navios de desminagem para a Bélgica e os Países Baixos ao custo de 2 bilhões de euros. Em agosto de 2019, por sua vez, a Bélgica anunciou a aquisição de 442 veículos blindados franceses, ao custo de 1,5 bilhão de euros. Essa aquisição, parte do maior programa de investimentos para as forças terrestres do país, marcou o início de uma renovada parceria com a França, abrangendo treinamento, manutenção operacional de taques e pesquisa, o que serviu para minimizar o mal-estar provocado pela opção belga pelos caças F-35 dos EUA em detrimento de equipamento francês.

31. O país conta com 71 empresas dedicadas à produção de armas, equipamentos e tecnologias de fins militares, geralmente de pequeno e médio porte e situadas sobretudo na Valônia (75%). O Brasil tem sido um importante mercado para a indústria de defesa belga. O Super Tucano Embraer EMB 314 é equipado com metralhadoras da belga FN Herstal. A Sobraer, localizada em São José dos Campos, foi a primeira subsidiária industrial do grupo aeronáutico Sonaca estabele-

cida fora da Bélgica. No início de 2019, a Sonaca anunciou a transferência para o Brasil da produção de peças para aeronaves, bem como o aumento da participação de sua filial brasileira (Sobraer) no suprimento de equipamentos para o avião A350, da Airbus.

32. No campo da segurança interna, o combate ao terrorismo tornou-se tema central na Bélgica após os atentados em Bruxelas em 2016, que causaram 32 mortes e ferimentos em 340 pessoas. Em julho de 2019, a polícia deteve cidadão belga suspeito de preparação de atentado terrorista contra a embaixada dos EUA em Bruxelas. Ao longo de 2019, a Bélgica foi alvo de uma série de ameaças de atentados, o que alarmou a população.

33. A cooperação com os países da região, sobretudo com o Brasil, é encarada como de grande importância para o combate a redes criminosas. As autoridades policiais e aduaneiras belgas pretendem adotar iniciativas que possibilitem a verificação de 100% das cargas que circulam em suas dependências, por meio da utilização de inteligência artificial e de equipamentos que detectem entorpecentes.

Economia

34. A economia belga vinha de uma trajetória de relativo baixo dinamismo nos últimos anos, com uma taxa média de crescimento do PIB de 1,5% entre 2014 e 2018, abaixo da média da UE (2%) e da zona do Euro (1,9%). A Bélgica atingiu em 2018, contudo, um recorde histórico de atração de investimentos externos, tornando-se o quinto país europeu mais atrativo.

35. A conclusão do Acordo Mercosul-UE, em junho de 2019, teve grande repercussão na Bélgica. Na Flandres, a mídia destacou de início o potencial econômico do acordo, ao passo que na Valônia prevaleceram referências a ameaças potenciais ao agronegócio belga e críticas a questões ambientais e trabalhistas no Brasil. Atualmente, mantém-se vivo o debate público na Bélgica acerca do acordo, revelando contínua polarização de setores favoráveis e contrários ao instrumento. Já surgem, porém, sinais de possível convergência entre os dois campos em torno do reconhecimento de que (i) o acordo traria benefícios agregados para a economia belga como um todo e (ii) o acordo ofereceria oportunidade de inserção geoestratégica preferencial da UE no Mercosul, frente a concorrentes como a China e os EUA. Não obstante, atores com poder de veto - como as regiões belgas da Valônia e de Bruxelas-Capital - continuam empenhados em obter compensações intra-UE ou maiores níveis de proteção frente ao Mercosul para seus setores potencialmente prejudicados.

36. O confinamento obrigatório e as demais medidas restritivas adotadas pelo governo a partir de março de 2020, no contexto da crise de Covid-19, afetaram de forma expressiva o desempenho da economia belga naquele ano. No comércio exterior, a intensa integração da economia belga às cadeias globais de valor levou a severo impacto sobre as exportações e importações do país. Para apoiar a economia durante a crise, o governo federal belga adotou medidas de socorro que montaram a bilhões de euros, além das altas somas despendidas também pelas regiões. Os empregadores que suspenderam total ou parcialmente suas atividades foram autorizados a acionar auto-

maticamente o seguro-desemprego temporário para cobrir os custos salariais de seus empregados. Às empresas foi concedido o benefício do adiamento do pagamento de diversos impostos e contribuições sociais. As principais medidas de apoio à economia adotadas para enfrentar os impactos da crise sanitária foram sendo estendidas sucessivamente até 30/9/21. A inclinação do governo De Croo é no sentido de que a partir de outubro, as medidas de apoio em apreço sejam substituídas por medidas pontuais e pelas iniciativas previstas no plano de relançamento da economia belga e europeia.

37. Em junho de 2021, a Comissão Europeia aprovou o plano de recuperação econômica belga, autorizando a concessão de 5,9 bilhões de euros em subsídios europeus ao país no período de 2021 a 2026. Tendo em vista o bom desempenho da economia belga no primeiro semestre de 2021, contudo, cogita-se na redução de 750 milhões de euros dos fundos europeus destinados a apoiar a recuperação econômica do país. A distribuição dos recursos entre os Estados teria sido calculada com base na população, no PIB por habitante e na taxa de desemprego nos últimos 5 anos.

38. Segundo as projeções oficiais do governo para 2021, a recuperação econômica da Bélgica deve ser mais vigorosa ao longo do ano, especialmente devido ao avanço da campanha de vacinação contra a Covid-19. A economia tenderia a crescer 5,5% no ano de 2021, permitindo que o PIB retorne, ao final do ano, ao patamar pré-crise. O ritmo deve ser mais moderado nos próximos anos, refletindo alguns danos persistentes da pandemia, ainda que menores do que temido inicialmente. Em 2021, o déficit orçamentário deve ser menor do que o esperado, tendo em vista a forte recuperação econômica, mas ainda assim deve atingir o alto patamar de cerca de 6,8% do PIB. A dívida pública belga, por sua vez, deve alcançar 443 bilhões de euros.

39. A atividade econômica belga continua a recuperar-se da crise provocada pela pandemia. De acordo com os últimos dados oficiais, referentes ao segundo trimestre de 2021, o PIB cresceu 1,7% no período, resultado melhor do que o esperado e superior ao do primeiro trimestre (1,1%), e apenas 7% da força de trabalho assalariada se beneficia hoje do salário-desemprego temporário, contra 18% em junho de 2020. Testes realizados pela Autoridade Bancária Europeia sobre bancos belgas, entre os quais KBC e Belfius, revelou que os mesmos tiveram um desempenho muito acima da média europeia e que demonstraram boa resiliência no contexto da crise do Covid-19.

40. De acordo com dados divulgados pela consultoria Ernest & Young, a Bélgica manteve, em 2020, a quinta posição entre os países europeus que mais atraíram investimentos externos. A despeito da falência de diversas empresas emblemáticas do país em 2020, medidas governamentais de proteção como a "moratória das falências" fizeram com que o número de procedimentos falimentares no país fosse reduzido em 33% em relação a 2019.

41. Desde 2019, a Bélgica perseguia o objetivo de figurar entre os 10 maiores exportadores mundiais. Estudo recentemente divulgado da Agência de Comércio Exterior da Bélgica indicou que, embora as exportações totais de mercadorias belgas tenham diminuído de 7,9% em 2020, o

país passou de 13° para o 10° lugar no ranking mundial dos países exportadores de bens. Esse desempenho teria resultado sobretudo da produção e da exportação de vacinas contra infecções de Covid-19. As exportações atingiram 367,5 bilhões de euros e as importações, com redução de 9,3% em relação a 2019, 346,5 bilhões, resultando um saldo positivo de 21 bilhões de euros. As exportações belgas para a China (+20,7%) e para os EUA (+5,4%) aumentaram, ao passo que as exportações para os vizinhos europeus, em especial a Alemanha (-10,3%), diminuíram. Tradicional polo exportador de medicamentos, a Bélgica exportou 10,2 bilhões de euros em vacinas clássicas em 2020, cifra que se ampliou de forma notável no contexto da pandemia de Covid-19.

Meio Ambiente e Energia

42. As posições adotadas pela Bélgica em matéria ambiental, tanto no plano interno quanto no âmbito multilateral, refletem exigência crescente da sociedade local em favor de uma maior proteção do meio ambiente em todos os seus aspectos. O debate sobre as mudanças climáticas e seu potencial efeito sobre a geografia do país mobiliza a opinião pública e coloca o discurso político belga entre aqueles que defendem objetivos cada vez mais ambiciosos para a União Europeia na matéria.

43. O tema da mudança do clima passou a receber atenção prioritária da sociedade belga, como evidenciado por uma sucessão de manifestações consideradas históricas no país. Em janeiro de 2019, 75 mil pessoas se reuniram nas ruas de Bruxelas para reivindicar ações do governo para a mitigação das mudanças climáticas. O apelo popular incitou a revisão da retórica de políticos e autoridades, especialmente pelo potencial impacto do tema sobre as eleições. Na ONU, a Bélgica tem defendido a securitização da questão climática. O foco belga na relação entre mudança de clima e a paz e a segurança mundiais está na preocupação de que fenômenos como a seca no norte da África acelere movimentos migratórios em direção à Europa e traz no seu bojo a possibilidade de que o CSNU adote decisões, inclusive de uso da força, em futuras crises climáticas.

44. O governo De Croo reconheceu inicialmente que a Bélgica não alcançaria, em 2020, suas metas de geração de energia verde. De acordo com informações oficiais, contudo, as energias renováveis teriam ampliado sua participação na matriz energética belga para 18,6% em 2020, o mais elevado percentual já registrado no país.

45. Em 2019, essa participação havia alcançado 13,7%. Ocorre que o ano de 2020 foi atípico, em virtude da pandemia, tendo havido redução expressiva do consumo de energia no país. Em 2020, a Bélgica foi o segundo país europeu que mais ampliou sua capacidade de produção de energia eólica, sobretudo no mar.

46. A produção de energia fotovoltaica no país também ganhou forte impulso, tendo sido registrado aumento de 25% da capacidade instalada de produção. Dificuldades econômicas e jurídicas, contudo, afetam os planos de expansão da energia solar na Valônia e na Flandres.

47. A transversalidade da questão ambiental, que se relaciona com outras áreas como, por exemplo, transporte e energia, torna necessária uma rigorosa coordenação entre as entidades federais e regionais belgas. A repartição de competências na matéria é complexa no país, envolvendo um número elevado de entes públicos, que em geral não compartilham a mesma visão política sobre a urgência do tema. O fato de a Bélgica ter permanecido sob governo minoritário do início de 2019 a outubro de 2020 tornou o cenário ainda mais complexo. O governo De Croo, integrado pelos partidos verdes Écolo e Groen, comprometeu-se a acelerar as reduções de emissões de gases de efeito estufa. Em dezembro de 2020, a Bélgica decidiu apoiar a ampliação do objetivo europeu de redução das emissões de gases de efeito estufa de 40% para 55% até 2030, em relação aos níveis de 1990.

48. A pandemia de Covid-19 acabou por contribuir para o cumprimento das metas de redução das emissões de gases de efeito estufa da Bélgica em 2020 devido à redução das atividades econômicas no país decorrente das medidas de confinamento e isolamento social, a exemplo do que ocorreu em todo o mundo. Entre os setores mais afetados pelas medidas de contenção do novo coronavírus está o de transportes, principal emissor de gases de efeito estufa na Bélgica. Para enfrentar o problema, ampliaram-se na Bélgica as medidas estatais destinadas a estimular a aquisição de carros elétricos e a coibir o uso de carros a motor térmico. Em Bruxelas, a decisão está tomada no sentido de que veículos movidos a diesel não mais poderão circular na cidade a partir de 2030 e aqueles movidos a gasolina a partir de 2035.

49. Para viabilizar os planos de mobilidade sustentável da capital belga, contudo, será necessário instalar, até 2035, 11.000 pontos de recarga elétrica na cidade. A região de Bruxelas-Capital contava, em meados de 2021, a com apenas 161 torres de recarga elétrica, cada uma delas com dois pontos de recarga. Até o final de 2021, estima-se que 250 torres possam ter sido implementadas na cidade.

50. A Bélgica continua a enfrentar o desafio de fechar suas usinas nucleares até 2025, decisão adotada em lei de 2003, bem como de encontrar destino apropriado para os rejeitos nucleares gerados até aqui. As usinas nucleares terão de ser desmanteladas após 2025, o que deverá levar de 12 a 15 anos por unidade. A energia nuclear é responsável por cerca de metade da geração de eletricidade na Bélgica.

Relações Brasil-Bélgica

51. A densidade das relações entre o Brasil e a Bélgica resulta de uma presença diplomática recíproca que remonta ao período da independência dos dois países, na primeira metade do século XIX. O Brasil mantém representação diplomática em Bruxelas desde 1834, tendo sido um dos sete primeiros países a instalar uma embaixada, na época legação, em uma Bélgica então recentemente independente. Em 2020, o Brasil e a Bélgica celebraram o centenário da visita ao Brasil do rei Alberto I e da rainha Elisabeth dos Belgas, a primeira de um chefe de Estado europeu a nosso país, realizada sob o signo do reconhecimento do papel desempenhado pelo Brasil durante a I Guerra Mundial, em especial no apoio à segurança alimentar da Bélgica ocupada. A histórica

visita abriu caminho a um fluxo constante e crescente de investimentos belgas na economia brasileira, os quais situam a Bélgica hoje, de acordo com o Banco Central, como o terceiro maior investidor no Brasil.

52. A mim incumbiu a responsabilidade de preservar e enriquecer esse patrimônio diplomático e de cooperação bilateral nas mais diversas áreas, função que passei a desempenhar em sua plenitude com a entrega ao rei Philippe, em 13/04/19, das credenciais que me habilitaram como embaixador do Brasil na Bélgica. Ao longo da cerimônia de entrega de credenciais, o rei dos Belgas fez questão de dar reiteradas demonstrações de apreço pessoal pelo Brasil, país que visitou, segundo ele próprio disse, inúmeras vezes ao longo de sua vida.

53. Ao encontro com o soberano belga, seguiram-se visitas de cortesia ou de trabalho a diferentes autoridades da chancelaria belga e a cerca de 50 embaixadores estrangeiros em Bruxelas, aos quais procurei apresentar informações atualizadas sobre o Brasil e sua realidade política e econômica. Nos contatos com as autoridades da chancelaria belga, repassei os principais temas da agenda bilateral e fiz gestões pessoais em favor de importantes candidaturas brasileiras, notadamente à OCDE e ao CSNU. Transmiti, ainda, a preocupação brasileira com o formato de tradicional evento sobre o estado de situação da América Latina e do Caribe, único do gênero realizado sob os auspícios da chancelaria belga, no qual professores de universidades europeias divulgam suas análises sobre a situação regional, sem o conhecimento prévio ou a participação das embaixadas da região em Bruxelas.

54. A conclusão do processo negociador do acordo Mercosul-UE, em junho de 2019, representou um marco para as relações bilaterais, havendo estimulado, ao mesmo tempo, o recrudescimento da ação de grupos de interesse na Bélgica contrários ao instrumento. O processo de assinatura e ratificação de acordos comerciais tende a ser dificultado na Bélgica pela autonomia das regiões que formam o país, as quais, em situação sem similar na União Europeia, detêm o poder de vetar o avanço da análise dos referidos acordos negociados pelo bloco. A receptividade da Valônia ao acordo Mercosul-UE foi desde o início preponderantemente negativa, corolário das posições protecionistas que caracterizam a agenda agrícola regional. Na Flandres, o acordo foi inicialmente percebido como uma oportunidade comercial importante pela opinião pública, mas esse apoio foi relativizado à luz da agudização dos incêndios florestais na Amazônia em 2019.

55. Em outubro de 2019, em companhia do embaixador da Argentina na Bélgica, fiz gestão pessoal relativa ao acordo Mercosul-UE junto à diretora de Américas da Chancelaria belga, Ariadne Petridis. Na oportunidade, fiz referência a matérias de imprensa que atribuíam a autoridades belgas, nos planos federal ou regional, reticências quanto ao instrumento que havia sido firmado pela UE com o Mercosul. No que tange aos vínculos que então se estabeleciam entre o acordo de livre comércio e as questões climáticas, ponderei não fazer sentido jurídico o argumento de que o Brasil não estaria dando cumprimento aos compromissos que assumiu no Acordo de Paris, uma vez que os prazos para a implementação desses compromissos seriam 2025 ou 2030 e não 2019. Adverti sobre a importância de não permitir que argumentos falaciosos contaminem o processo decisório relativo ao acordo.

56. O primeiro ato político concreto contrário à assinatura do acordo Mercosul-UE partiu do novo governo da Valônia, que divulgou comunicado, em 20/1/20, destinado a antecipar sua intenção de rejeitar o acordo Mercosul-UE em sua forma atual. Com o apoio de todos os partidos políticos francófonos, o governo valão afirmou que não concederia poderes ao governo federal para assinar o acordo em nome da Bélgica sem que fossem incluídas no instrumento cláusulas que assegurem a compatibilidade do acordo birregional com os objetivos climáticos do Acordo de Paris, assim como o respeito às normas fundamentais da OIT. Em julho de 2020, o governo da região de Bruxelas-Capital viria a seguir, praticamente nos mesmos termos, a posição da Valônia. Em reação às declarações feitas na ocasião pelo ministro-presidente (governador) valão Elio di Rupo, dirigi-lhe carta na qual indiquei, entre outros elementos, que o Brasil e seus parceiros do Mercosul haviam negociado de boa-fé com a UE um acordo de livre comércio cujas concessões recíprocas trariam benefícios a todas as partes. Assinalei, por oportuno, que os países membros do Mercosul trabalham para dar cumprimento a seus compromissos no acordo climático e recordei que, no Brasil, se encontram vigentes 79 convenções internacionais do trabalho da OIT, número superior às 76 vigentes na Bélgica. Dos 27 membros da UE, apenas a Espanha, segundo a OIT, mantém vigente um número maior de convenções internacionais do trabalho do que o Brasil.

57. Como embaixador do Brasil, procurei refutar, em todas as ocasiões, os argumentos falaciosos reproduzidos pela imprensa belga, inclusive por meio de cartas dirigidas a editores de alguns dos principais jornais do país. Em agosto de 2019, a título exemplificativo, dirigi carta ao editor-chefe do jornal Le Soir, o diário francófono de maior circulação no país, a respeito de artigo denominado "Mercosul: pesticidas brasileiros em nossos pratos?".

58. Após a crise dos incêndios florestais de meados de 2019, aumentaram as pressões contra o acordo Mercosul-UE, o que se deu sobretudo por meio da campanha dos lobbies agrícolas e ambientais que vinculam o desmatamento com o agronegócio brasileiro, notadamente em relação à produção de soja, de carne bovina e de madeiras tropicais. Para diminuir o impacto da desinformação junto à opinião pública belga, o Posto participou ativamente do esforço empreendido pelo governo brasileiro com o objetivo de municiar os órgãos de imprensa de informações de qualidade sobre o caráter sustentável do agronegócio brasileiro, assim como dos esforços empreendidos pelo governo brasileiro para prevenir e combater focos de incêndio na Amazônia e em outros biomas. Junto à chancelaria belga, o posto realizou gestão presencial para tratar dos incêndios florestais com a diretora de Américas da Chancelaria belga, que reconheceu ser necessário tratar temas sensíveis como esse de forma desapaixonada, com o objetivo de articular modalidades de cooperação aceitáveis para todos.

59. Em 16/9/19, recebi na Embaixada, a pedido deles, influentes políticos dos partidos verdes belgas Écolo e Groen, entre os quais Samuel Cogolati, atual vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Representantes da Bélgica. Debati os temas da agenda ambiental brasileira com os parlamentares belgas, de forma transparente e direta, no entendimento de que a visita dos mesmos se destinava a recolher elementos de informação e análise sobre o quadro ambiental brasileiro. Ainda em setembro de 2020, compareci ao Parlamento Federal da Bél-

gica para sessão com membros da Comissão Parlamentar Bélgica-Brasil, ocasião em que tive a oportunidade de compartilhar informações não apenas sobre os incêndios florestais no Brasil, mas sobre as políticas ambiental e social brasileiras em geral, assim como sobre as perspectivas brasileiras em relação ao acordo Mercosul-UE.

60. O anúncio pelo Ministério do Meio Ambiente belga, em julho de 2021, de que estariam em gestação decreto e projeto de lei destinados a proibir a adição de biocombustíveis de primeira geração, inclusive derivados de óleo de soja, aos combustíveis fósseis consumidos na Bélgica levou-me a, em ação coordenada com a Embaixada da Argentina em Bruxelas, fazer gestões junto à Chancelaria belga e aos Ministérios da Economia e do Meio Ambiente em defesa da produção, do consumo e da exportação, em bases sustentáveis, de biocombustíveis derivados de óleo de soja.

61. O comércio de madeira tropical proveniente do Brasil foi, igualmente, alvo de críticas fortes dos lobbies ambientais belgas em outubro de 2019. O governo da Bélgica já havia manifestado preocupação com o tema na esteira de pressões parlamentares e da intensa campanha produzida por ONGs ambientais. O Posto reuniu-se com representantes da Federação de Importadores de Madeira da Bélgica, que relataram crescentes pressões sobre seus negócios como resultado das notícias sobre os incêndios na floresta amazônica.

62. Em novembro de 2019, o Posto promoveu palestra de especialista em exploração de recursos florestais do MAPA, que esclareceu todos os aspectos de interesse do setor em relação ao programa brasileiro de concessões públicas de florestas, detalhando as práticas ambiental e socialmente sustentáveis empregadas no desenvolvimento da atividade madeireira na Amazônia brasileira. O setor privado e as autoridades belgas têm sido em geral receptivas a informações atualizadas sobre manejo florestal oferecidas pelo governo brasileiro.

63. No que tange aos esforços destinados a esclarecer aspectos relacionados à expansão da pecuária brasileira na Amazônia legal, mantive encontro com representantes da ONG Anistia Internacional com quem discuti, de maneira detalhada e aprofundada, o relatório "Fence Off and Bring Cattle: Illegal Cattle Farming in Brazil".

64. Ao longo dos anos em que estive à frente da Embaixada do Brasil em Bruxelas, os números do comércio bilateral oscilaram sobretudo em virtude da pandemia do novo coronavírus e de seu impacto sobre o conjunto do comércio internacional. Em 2019, foi positiva a evolução das exportações brasileiras para a Bélgica, país que devido a sua localização, à excelência de sua infraestrutura e à qualidade de sua logística, tornou-se uma das principais portas de entrada para as exportações do Brasil direcionadas ao continente europeu. Em 2020, por sua vez, a corrente de comércio bilateral foi afetada negativamente pela pandemia de Covid-19, seguindo tendência mundial de queda das trocas comerciais em virtude das medidas restritivas adotadas em escala global para conter a disseminação do vírus.

65. O comércio bilateral manteve-se superavitário para o Brasil tanto em 2019 como em 2020. Segundo as estatísticas brasileiras, as exportações do Brasil para a Bélgica reduziram-se, em 2020, em cerca de 17,6%, ao passo que as importações de produtos belgas sofreram contração de 19,9%. Apesar disso, o Brasil permaneceu como o terceiro parceiro comercial da Bélgica nas Américas, após os EUA e o Canadá. O Brasil foi, em 2020, o 20° importador de produtos belgas e o 30° supridor do mercado belga, segundo informações locais. De janeiro a agosto de 2021, no entanto, o comércio bilateral demonstrou bom sentido de recuperação, com crescimento de 29,3% das exportações brasileiras e de 35% das importações de produtos belgas. As importações brasileiras de produtos farmacêuticos provenientes da Bélgica aumentaram 13% em 2021 em comparação com o mesmo período de 2020.

66. A pauta exportadora brasileira para a Bélgica continua fortemente concentrada em produtos do agronegócio. Café (18%), suco de frutas (16%) e tabaco (15%) representaram, em 2020, cerca de metade das exportações brasileiras. De acordo com a Agência de Comércio Exterior da Bélgica, o Brasil foi, em 2020, o principal exportador para o país de café e suco de laranja e o sexto provedor de preparados de carne, atrás apenas de fornecedores europeus. A Bélgica foi, em 2020, o terceiro principal destino para o café brasileiro no mundo, após os EUA e a Alemanha. No que tange aos produtos do agronegócio, o Brasil tem nos países europeus seus principais concorrentes no mercado belga, fato que decorre sobretudo das vantagens comparativas de que se beneficiam os concorrentes europeus advindas da ausência de barreiras tarifárias e não tarifárias do comércio intra-europeu. No que tange às importações brasileiras, mais de um quarto das vendas belgas para o Brasil é composto de medicamentos humanos ou veterinários.

67. Nos três anos de minha gestão, o Setor de Promoção Comercial (SECOM) do Posto atuou de forma dinâmica no atendimento ao setor privado e na participação em eventos de divulgação do produto nacional. A partir de junho de 2019, o chefe do Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada visitou a sede de grandes empresas brasileiras situadas na Bélgica com o objetivo de conhecer suas necessidades e sua visão sobre a realidade e as oportunidades oferecidas pelo país. Entre as empresas visitas, citam-se a Citrosuco, a JBS Toledo, a Tempo One (Alpargatas) e a Weg Benelux. Ficou evidente o grande interesse dessas empresas nacionais em valer-se das oportunidades oferecidas pelo mercado local e de utilizar as vantagens logísticas do país para assegurar a distribuição de seus produtos por toda a Europa. Nos contatos com as empresas brasileiras, o SECOM procurou identificar eventuais obstáculos à exportação do produto brasileiro que decorressem da implementação local da legislação comercial europeia.

68. Com o mesmo objetivo, o Posto realizou consultas junto a exportadores brasileiros que buscam o SECOM e à Câmara de Comércio Bélgica-Brasil com o fito de identificar eventuais barreiras específicas aplicadas na Bélgica que porventura prejudiquem a entrada de produtos nacionais. Apurou-se, a respeito, que as restrições ao comércio bilateral hoje existentes devem-se essencialmente a normas comunitárias europeias e não propriamente a regulamentos locais ou a atitudes arbitrárias na implementação das regras comunitárias.

69. A fim de apoiar a diversificação dos produtos exportados do Brasil para a Bélgica, a Embaixada sediou em 4/3/20 evento de lançamento de produtos derivados de frutas brasileiras, em especial o açaí, produzidos no Brasil e importados pela empresa Amazonia Bio, de propriedade de brasileiros radicados na Bélgica. Ao evento compareceram o diretor da APEX em Bruxelas, assim como 65 representantes de empresas e entidades com interesse no produto, como importadores, associações comerciais, redes hoteleiras, redes de restaurantes e representantes de lojas dedicadas a produtos de promoção à saúde. É considerável o potencial do mercado belga para frutas brasileiras pouco conhecidas no país e de seus derivados, como é o caso do açaí e do cupuaçu. Frutas originárias da Amazônia, região que recebe atenção especial do público belga, tanto in natura quanto em polpa congelada, precisam ter sua divulgação associada a esforços de preservação ambiental e a projetos sociais no Brasil.

70. Para celebrar o dia internacional do café, a Embaixada promoveu em 2019, em parceria com torrefadores belgas, a Semana do Café do Brasil na Bélgica, conjunto de eventos de degustação e divulgação do produto brasileiro em Bruxelas e em cidades da Valônia (Liège e Mouscron) e da Flandres (Ghent e Namur). No início de 2019, compareci a evento de promoção do café brasileiro organizado pela exportadora Belminas e pela distribuidora belga Molenberg Natie em Antuérpia. A Bélgica é um dos principais destinos das exportações brasileiras de café e o porto de Antuérpia uma das principais portas de entrada do café no mundo.

71. Ainda em 2019, o Posto apoiou os produtores nacionais de pescados em sua participação na Seafood Expo Global, um dos maiores eventos do mundo voltados para o setor pesqueiro. A despeito da falta de um pavilhão nacional na feira e da proibição de venda do pescado nacional na União Europeia por razões alegadamente sanitárias, o setor foi capaz de realizar expressivas vendas de pescado para destinos não europeus. Tendo em vista as medidas restritivas impostas pelo governo belga para combater a pandemia no novo coronavírus, que levaram ao cancelamento de praticamente todos os eventos, feiras e seminários programados em território belga em 2020, a programação das atividades de promoção comercial prevista pela embaixada para aquele ano foi severamente impactada. Ações de promoção comercial planejadas para 2020, inclusive a participação do Brasil na SeaFood ExpoGlobal de Bruxelas e a realização da Semana do Café do Brasil na Bélgica, foram suspensas. A gravidade persistente da crise sanitária no país acabou levando à suspensão dos grandes eventos e da programação de promoção comercial do Posto também em 2021.

72. Durante a pandemia de Covid-19, o SECOM da Embaixada concentrou seus esforços no atendimento remoto a consultas de representantes dos setores privados brasileiro e belga, seja por via telefônica ou por meio eletrônico, e na preparação de relatórios de inteligência comercial. Nesse contexto, e em atendimento a solicitações da SERE, o Posto gerou informações sobre o mercado local concernentes a produtos como carnes de aves e suínos, frutas, flores, produtos hortícolas e mel natural, macadâmia e pecãs, e suco de uva, entre outros. Foram geradas pelo Posto, ainda, informações sobre o perfil de setores específicos da economia belga, como agricultura, turismo, cerveja e chocolate. Em 2021, o Posto atualizou o guia "Como Exportar: Bélgica", cuja última edição datava de 2010. O guia pretende oferecer ao exportador nacional informações

que lhe permitam conhecer em maior profundidade o mercado local e melhor aproveitar as facilidades oferecidas pela Bélgica como porta de entrada para o ingresso de produtos brasileiros a serem distribuídos no mercado local e por toda a Europa.

73. No que tange a investimentos, a última versão do Relatório de Investimentos Diretos do Banco Central do Brasil, referente a 2019 e divulgado em dezembro de 2020, situa a Bélgica na terceira posição como origem de investimentos diretos estrangeiros no Brasil, atrás apenas dos EUA e da Espanha. A classificação utilizada pelo Banco Central considera não o país onde se localiza a instituição financeira que promove a operação de investimento, mas a origem mesma do capital investido, cujo titular é quem dispõe do controle sobre o investimento realizado. A singular posição da Bélgica na lista de investidores diretos estrangeiros no Brasil reflete a confiança dos investidores belgas nas potencialidades da economia brasileira.

74. Ao longo do período em que estive à frente da Embaixada do Brasil em Bruxelas, importantes decisões de investimento foram tomadas por investidores belgas no Brasil. A título exemplificativo, menciono o anúncio da aquisição, pela empresa do setor gasífero Fluxys Belgium, com participação acionária do Estado belga, de 27,5% da empresa Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). Trata-se do primeiro investimento da Fluxys fora da Europa e especula-se que a decisão de investimento estaria relacionada à perspectiva de queda no consumo de gás natural na Europa a partir de 2030, à luz dos compromissos ambientais que os países do continente estariam assumindo para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

75. Em 2019, realizei visita à sede do grupo empresarial belga Lhoist, líder mundial na fabricação de cal e na produção de calcário dolomítico. O Brasil é o quinto maior produtor de cal do mundo e a Bélgica é a maior consumidora per capita do produto no mundo, o que ilustra o interesse da Lhoist no país. Segundo informações da própria empresa, a Lhoist já investiu mais de um bilhão de reais no Brasil desde 2004 e mantém planos de ampliação de sua presença no país em futuro próximo. A despeito da importância do Brasil para a Lhoist, essa foi a primeira vez em 130 anos que a bandeira brasileira foi içada na sede da empresa na Bélgica.

76. Em julho de 2019, realizei visita oficial ao Porto de Antuérpia, segundo maior porto europeu e centro do maior complexo químico da Europa, onde fui recebido pela vice-prefeita de Antuérpia e presidente do porto Annick De Ridder. O porto gera 160 mil empregos e responde pela geração de 4,7% do PIB belga. Em minha visita a Antuérpia, sobrevoei de helicóptero toda a área portuária, inclusive a central nuclear de Doel, e percorri de carro as principais instalações do porto, com visitas in loco às docas, aos armazéns e às câmaras frias portuárias. O Brasil é um dos principais parceiros e usuários do porto, com destaque para o agronegócio (suco de laranja e café). Os investimentos de Antuérpia no desenvolvimento e na implementação do porto de Açu, no Rio de Janeiro, asseguraram ao porto belga assento no conselho de administração de Açu. A autoridade portuária de Antuérpia mantém interesse estratégico no porto de Açu, que se desenha - como Antuérpia - não apenas como um hub regional de transporte marítimo, mas igualmente como um complexo industrial petroquímico e energético, à luz de sua proximidade com a Bacia de Campos.

77. O advento da pandemia de Covid-19 perturbou de forma intensa a programação de visitas de autoridades brasileiras à Bélgica ao longo de 2020 e de 2021. Em junho de 2019, o ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo e a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, visitaram Bruxelas por ocasião do encerramento das negociações do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Bruxelas recebeu, igualmente, as visitas do comandante do Exército, general Edson Leal Pujol, do líder do governo na Câmara dos Deputados, deputado Major Vitor Hugo, da secretária nacional da Família, Angela Gandra Martins, e do diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, entre outras.

78. O então diretor-geral da Polícia Federal, Maurício Valeixo, cumpriu em Bruxelas e Antuérpia agenda de trabalho com seu homólogo belga a respeito da cooperação entre o Brasil e a Bélgica na área policial, em especial no combate ao tráfico de drogas no porto de Antuérpia. O porto de Antuérpia continua a ocupar papel de destaque como principal ponto de entrada na Europa de drogas provenientes da América do Sul, sobretudo cocaína. Há identidade entre Brasil e Bélgica como territórios de trânsito no quadro mais amplo da conexão entre grandes produtores - os países andinos - e os grandes consumidores de drogas no continente europeu. Segundo autoridades belgas, o porto de Santos é um exemplo de boas práticas de fiscalização, que poderiam ser modelo para o porto de Antuérpia.

79. Em março de 2019, a imprensa belga noticiou a assinatura de memorando de entendimento entre a Procuradoria-Geral da Bélgica e o Ministério Público Federal do Brasil, ocorrida por ocasião da visita ao Brasil do procurador-geral do Reino da Bélgica, Frédéric Van Leeuw, e a então procuradora-geral da República Raquel Dodge. O referido instrumento objetivou fortalecer a cooperação bilateral no combate a crimes transnacionais, com especial destaque para o tráfico de drogas, tornando mais célere a troca de informações entre os dois países e simplificando as investigações.

80. Ao longo de minha gestão em Bruxelas, registrou-se intensa movimentação de demandas de cooperação jurídica de lado a lado, do cumprimento de cartas rogatórias até o processamento de pedidos de extradição. Nesse período, o Brasil procurou ampliar a base normativa que disciplina iniciativas de cooperação nesse campo com a Bélgica.

81. Foram múltiplas, ainda, as gestões de lado a lado destinadas a solicitar apoio para candidaturas brasileiras e belgas a posições em organismos internacionais como o Tribunal Internacional do Direito do Mar, o Tribunal Penal Internacional, a Comissão de Direito Internacional, o Comitê Consultivo sobre Questões Administrativas e Orçamentárias da ONU ou a Interpol, entre outros. No mesmo sentido, fiz gestões em diversos níveis em busca do apoio belga à assunção pelo Brasil de mandatos em foros internacionais como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Conselho de Direitos Humanos (2020-2022), o Conselho Executivo da UNESCO (2019-2023), o Conselho da OACI e o Conselho da IMO, entre outros. As gestões brasileiras foram, em geral, bem recebidas pelas autoridades locais, sem que as mesmas antecipassem, contudo, como é regra na chancelaria belga, a posição que viria a ser tomada pelo país.

82. Em 25/10/19, realizei gestões junto à Chancelaria belga em favor da candidatura do embaixador Rafael Grossi, de nacionalidade argentina, ao cargo de diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). A gestão pessoal foi feita a pedido da parte argentina e revelou-se instrumental para a tomada de posição belga em favor da candidatura de Rafael Grossi em um momento em que se impunha o rompimento da unidade de posição sobre o tema mantida entre os membros da UE. A exemplar cooperação estabelecida entre o Brasil e a Argentina nos últimos 30 anos na promoção dos fins exclusivamente pacíficos da energia nuclear foi valorizada pelo lado belga.

83. No campo cultural, a implementação de uma programação consistente ao longo dos últimos anos transformou a Casa do Brasil, espaço cultural do Posto, em um ponto de referência entre as missões diplomáticas em Bruxelas, revelando-se sempre capaz de atrair público novo e variado, interessado em cultura brasileira. Algumas atividades realizadas na Casa do Brasil lograram atrair a cobertura da imprensa local, o que ampliou a visibilidade da programação cultural do Posto. Além das ações culturais previstas no programa aprovado pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE), a Embaixada costumeiramente formula e implementa outras iniciativas com o objetivo de divulgar a cultura brasileira em Bruxelas e incentivar os artistas brasileiros que vivem na Bélgica.

84. Em 2019, foram realizadas na Casa do Brasil seis exposições de artes plásticas, sete concertos de diferentes estilos musicais brasileiros e uma atividade de cine-concerto. Os concertos musicais ofereceram ao público belga e internacional contato com ritmos variados da música brasileira, do choro ao jazz, mas também bossa nova, música caipira e música nordestina. Entre as exposições de artes plásticas, especial destaque alcançou a exposição "Exuberância Tropical a Quatro Mãos", de Lelli e Rezi de Orléans e Bragança, cujas telas de grande beleza são inspiradas na flora e na fauna brasileiras. A abertura da exposição contou com a presença de expressivo número de personalidades da sociedade e do meio artístico belga, assim como representantes do corpo diplomático.

85. Ainda em 2019, o Posto colaborou com o Conservatório Real de Bruxelas na Organização, no histórico Teatro do Vaudeville, da oitava edição do Brussels International Guitar Festival. O festival belga, consagrado ao violão clássico, homenageou Heitor Villa-Lobos por ocasião dos 60 anos de seu falecimento. Tive a oportunidade de assistir, em representação do governo brasileiro, a renomada orquestra Chapelle Musicale de Tournai executar o concerto para violão e orquestra do compositor brasileiro.

86. Também em 2019, o Posto colaborou com a montagem de exposição de mobiliário dos designers ítalo-brasileiros Lina Bo Bardi e Giancarlo Palanti no importante Design Museum de Ghent, na Flandres. Na abertura da exposição, que exibiu o maior número de peças já reunido de móveis produzidos pelo Estúdio Arte Palma, de São Paulo, proferi discurso sobre a tradição brasileira no desenho de móveis de estilo e sobre a contribuição da imigração italiana às artes e ofícios no Brasil.

87. Em 2020 e 2021, as atividades do setor cultural da embaixada foram suspensas em observância às medidas sanitárias adotadas pelo governo belga para o combate da pandemia. Parcerias com instituições do meio artístico-cultural local, assim como 14 atividades previstas para a realização na Casa do Brasil em 2020, ficaram inviabilizadas. Das atividades do Programa de Ação Cultural do Posto, apenas dois puderam ocorrer, sendo o último deles a exposição de fotografias em celebração ao centenário da visita real belga ao Brasil, em 1920, marco histórico do relacionamento bilateral. A Exposição do Centenário, realizada na noite de 11/3/20, data em que foi decretada pela OMS a pandemia e em que faleceu a primeira vítima de Covid-19 na Bélgica, foi o último evento cultural realizado em Bruxelas antes do confinamento que se seguiria nos próximos dias. A exposição, de alta qualidade, reuniu 53 fotografias originais da visita dos reis Alberto I e Elisabeth ao Brasil. O coquetel de abertura da exposição contou com a presença de cerca de 150 convidados, entre membros do corpo diplomático, empresários, membros da nobreza belga, jornalistas e representantes da comunidade brasileira em Bruxelas.

88. Em 2019 e 2021, o Posto participou da organização das comemorações do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP em Bruxelas, sendo que em 2020 as atividades planejadas tiveram de ser canceladas. Em 2019, a Embaixada do Brasil promoveu nesse contexto evento musical sobre a Bossa Nova. Em 2021, as iniciativas destinadas a comemorar a data privilegiaram o ambiente virtual, em observância às regras sanitárias na Bélgica aplicáveis aos eventos culturais. Foi lançada a vitrine artística virtual, uma plataforma digital que reuniu, em um único sítio eletrônico, artistas dos diversos países da CPLP, de diversas áreas de atuação, apresentando suas produções. As ferramentas digitais foram utilizadas para alcançar público mais amplo, na Bélgica e em Luxemburgo.

89. No campo da educação, ciência e tecnologia, o Posto participou de atividades diversas de promoção da cooperação bilateral nesses setores. Em junho de 2019, a Embaixada tomou parte, na Universidade de Ghent, do "Country Day Brazil", encontro destinado a estimular o conhecimento sobre possibilidades de cooperação educacional entre a Bélgica e o Brasil. Em 2021, o Departamento de Linguística da Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade de Ghent, instituição local de grande prestígio acadêmico, confirmou seu interesse em participar do programa de leitorados em português no segundo semestre do ano corrente. Em outubro de 2019, o Posto recebeu a visita de estudantes da Universidade do Vale do Taquari (Univates) e, no mesmo mês, fiz palestra para os 50 alunos do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, em visita a Bruxelas sob o comando do general de brigada Rodrigo Pereira Vergara.

90. Em setembro de 2019, participei de visita ao centro de inovação em Mons, organizada pela Agência de Exportações e Investimentos da Valônia. No mesmo mês, recebi delegação da Prefeitura de Belo Horizonte em viagem à Bélgica para promover a capital mineira como centro tecnológico e de inovação na América latina. Na ocasião, Belo Horizonte e a região belga da Valônia celebraram memorando de entendimento destinado a ampliar o programa de recepção de estudantes belgas interessados em estagiar em empresas e escritórios sediados na capital mineira.

91. A pandemia de Covid-19 impôs desafio especial aos estudantes e pesquisadores brasileiros admitidos por universidades belgas em 2021 e que deveriam iniciar aulas presenciais em setembro do corrente ano. No final de abril de 2021, a Bélgica proibiu as viagens provenientes de Brasil, África do Sul e Índia, alegando a alta circulação de novas variantes da Covid-19 nos três países. A medida restritiva de acesso ao território belga, que passou a ser aplicada aos 27 países que figuravam em uma lista de países com alto risco de transmissão das variantes do coronavírus, atingia igualmente estudantes e pesquisadores, que passaram a ter seus pedidos de visto não atendidos pela embaixada e pelos consulados belgas no Brasil.

92. Entre as autoridades com quem me avistei pessoalmente para tratar da questão, destacou-se o ministro da Imigração belga, Sammy Mahdi. As gestões comprovaram-se exitosas quando, em agosto do corrente ano, a Bélgica decidiu flexibilizar sua medida restritiva de acesso ao território belga e os estudantes e pesquisadores brasileiros passaram a ter seus pedidos de visto atendidos.

93. No primeiro semestre de 2021, fui informado da presença em Bruxelas, no renomado Institut Royal des Sciences Naturelles de Belgique (IRSN), de raro fóssil de pterossauro subtraído ilegalmente do território nacional no passado. Realizei gestões a respeito junto ao IRSN, que confirmou estar de posse do crânio de pterossauro descoberto na Bacia do Araripe, no Ceará, o qual teria sido depositado no museu por um colecionador francês que o teria adquirido de boa-fé no Brasil. Afirmou o IRSN que o depósito do fóssil em sua sede tinha caráter meramente provisório e que em hipótese alguma seria integrado às coleções do museu. A diretora-geral do IRSN afirmou, de forma clara, que não haveria do lado belga qualquer obstáculo administrativo a que o fóssil fosse repatriado assim que possível. Estão em curso no momento entendimentos no sentido da repatriação do fóssil para o Brasil.

94. A embaixada reativou suas contas no Facebook, no Twitter e no Instagram e procurou identificar novas linhas de comunicação destinadas a alcançar, de modo eficiente, o público nacional e estrangeiro interessado em temas brasileiros. Além de definir novo formato mais acessível e atrativo para as postagens nas três mídias sociais, o Posto assegurou a tradução para o francês e o neerlandês dos textos publicados em suas contas em versão original em português. As alterações introduzidas levaram a crescimento expressivo do número de seguidores e de visualizações das postagens feitas pela embaixada.

95. Além das atividades regulares da embaixada e de matérias específicas cuja divulgação é solicitada pela SERE, as mídias sociais do posto passaram a divulgar séria denominada "civilização brasileira", abrangente e inclusiva, contendo postagens variadas sobre paisagens naturais brasileiras, grandes cidades, destinos turísticos, personalidades das artes, gastronomia, folclore, fauna e flora, costumes, arquitetura, cinema, televisão, museus, hotéis emblemáticos e fatos históricos, entre outros temas, referentes aos 26 estados brasileiros e ao Distrito Federal. Além disso, buscou-se divulgar instituições de ponta e realizações do país nos mais diversos campos, como tecnologia, meio ambiente, mineração, saúde, agronegócio, energia e educação.

Luxemburgo

96. No ano em curso, Brasil e Luxemburgo celebram 110 anos da concessão do agrément pela grã-duquesa regente Maria Ana de Luxemburgo, sobrinha do Imperador Dom Pedro I, ao primeiro embaixador brasileiro junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, Eduardo Félix Simões dos Santos Lisboa. Muito embora Brasil e Luxemburgo já estivessem ligados por tratado de comércio e amizade desde 1828, antes mesmo da independência plena do Grão-Ducado, a designação do embaixador brasileiro representou um marco na formalização dos laços diplomáticos entre os dois países. A partir de 1937, a representação brasileira junto ao Grão-Ducado passou a ser assegurada pela Embaixada do Brasil em Bruxelas.

97. Em 09/10/19, apresentei ao grã-duque Henri as cartas credenciais que me habilitaram como embaixador do Brasil em Luxemburgo, função que passei a ocupar cumulativamente à de embaixador junto ao governo belga. Ao longo da audiência que me concedeu, o grão-duque fez referências elogiosas ao Brasil, país que afirmou haver visitado inúmeras vezes ao longo de sua vida. Mencionou, muito especialmente, a visita de Estado realizada em 2007 e sua presença no Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016. De minha parte, recordei que o Brasil tem sido ao longo da história um parceiro fiel das democracias europeias, havendo figurado como a única nação latino-americana a participar dos esforços de guerra aliados na Primeira Guerra Mundial e tendo combatido nos campos de batalha europeus durante a Segunda Guerra Mundial. Cumprida a formalidade de apresentação das cartas credenciais ao soberano luxemburguês, iniciei a preparação de uma visita de trabalho ao Grão-Ducado do conjunto dos diplomatas lotados na Embaixada em Bruxelas, o que deveria ocorrer em março de 2020.

98. A exemplo do que ocorreu em todo o mundo, contudo, também em Luxemburgo o ano de 2020 foi marcado pela eclosão da crise sanitária e por seu impacto sobre todos os aspectos da vida do país. Ao longo do ano, o Grão-Ducado foi levado a cancelar a maioria expressiva dos eventos políticos, econômicos e culturais programados para 2020, inclusive as tradicionais celebrações da data nacional luxemburguesa e do aniversário do grão-duque Henri, em junho. As medidas de contenção da propagação do novo coronavírus, assim como a suspensão das reuniões presenciais, inviabilizaram a implementação de ações programadas pelo Posto para realização no Grão-Ducado em 2020, a começar pela visita de trabalho prevista para março daquele ano.

99. O primeiro caso de Covid-19 foi registrado em Luxemburgo em 01/03. Apenas 12 dias depois, em 13/03, ocorreu a primeira morte em decorrência de contaminação pelo novo coronavírus no Grão-Ducado.

100. Dois dias após o primeiro óbito, em 15/03, o primeiro-ministro Xavier Bettel anunciou a suspensão de todas as atividades de natureza social, educacional, cultural e esportiva no país, fechou museus, bares, restaurantes e o comércio não essencial, além de recomendar a suspensão das viagens ao exterior. Em 20/03, quando foi decretado o "estado de crise" por 3 meses e o país já se encontrava sob regime de confinamento, Luxemburgo contabilizava 484 casos e 4 mortes. A

partir de 23/03, com o fechamento do aeroporto de Findel, o principal do país, Luxemburgo isolou-se crescentemente da Europa e do mundo.

101. O processo de flexibilização do primeiro confinamento iniciou-se quase dois meses depois, no início de maio, quando as escolas retomaram suas atividades (4/5) e o comércio não essencial reabriu suas portas (11/05). Em 29/05, bares e restaurantes foram autorizados a funcionar. Em julho, contudo, Luxemburgo voltou a observar crescimento nas contaminações. Em meados de outubro, quando o Grão-Ducado já contabilizava 10.030 contaminações e 133 mortes, as autoridades admitiram pela primeira vez a possibilidade de que o país estivesse enfrentando uma segunda onda da pandemia. À luz da piora das condições sanitárias, o primeiro-ministro anunciou a implementação de novo confinamento e a aplicação de toque de recolher a partir de 26/11. O Grão-Ducado chegou ao final de 2020, em 29/12, contabilizando 46.088 contaminados e 489 mortos por Covid-19, ocupando a terceira posição no mundo na relação entre o número de contaminados e a população do país. Ante a circulação de novas variantes da Covid-19, o governo luxemburguês decidiu, no início de 2021, ampliar as restrições de entrada no país por via aérea. Em 20/9/21, Luxemburgo contabilizava 77.098 pessoas contaminadas e 834 mortos em decorrência da Covid-19 desde o início da pandemia. A vacinação em Luxemburgo, iniciada em janeiro de 2021, foi gratuita e voluntária. Cerca de 72% da população com mais de 12 anos, ou 63,6% da população total, já se encontra plenamente vacinada.

102. No ano em que se celebraria o 25°aniversário do Acordo de Schengen, 2020, Luxemburgo assistiu à volta dos controles aduaneiros e migratórios em suas fronteiras com a Alemanha, a França e a Bélgica. Em reação ao que percebeu como um sério retrocesso, o prefeito da cidade luxemburguesa de Schengen, símbolo do fim das fronteiras internas europeias, chegou a retirar a bandeira da União Europeia do mastro da prefeitura. O fechamento das fronteiras impôs à economia luxemburguesa o primeiro grande impacto econômico causado pela pandemia. Altamente dependente da mão de obra vinda dos países vizinhos - 214 mil trabalhadores transfronteiriços (43% da força de trabalho do país) para uma população de 626 mil habitantes - Luxemburgo lançou-se em negociações de regras especiais com os três países vizinhos com o objetivo de manter sua economia operacional. Adicionalmente, na linha do que fizeram diversos países europeus, Luxemburgo ofereceu um pacote generoso de medidas de apoio ao setor privado e aos trabalhadores, as quais incluíram, entre outras ferramentas, a concessão facilitada de empréstimos, o adiamento do recolhimento de tributos, a moratória de falências e o pagamento de seguro-desemprego temporário.

103. Em junho de 2020, o governo luxemburguês trabalhava com o cenário de uma redução de cerca de 6% do PIB, o que viria acompanhado de expressiva deterioração das finanças públicas. Ocorre que a economia luxemburguesa revelou maior resiliência do que o inicialmente esperado e, em meados de novembro, a Comissão Europeia já calculava em apenas 4,5% a redução do PIB em 2020. O bom desempenho relativo do setor financeiro - carro-chefe da economia do Grão-Ducado, que se teria adaptado com facilidade ao teletrabalho - teria compensado as perdas dos demais setores econômicos.

104. Em 2021, apurou-se que o PIB do país teve uma redução de apenas 1,3% no ano anterior, resultado da eficácia dos pacotes de ajuda e estímulo adotados pelo governo. A expectativa é a de uma recuperação do PIB da ordem de 6% até o final do corrente ano. Em junho de 2021, o governo luxemburguês apresentou o plano de recuperação econômica do país pós-pandemia, estruturado em torno da digitalização, da economia circular, de cadeias de valor estratégicas, da segurança cibernética e da promoção de investimentos sustentáveis. Em agosto de 2021, o governo luxemburguês anunciou a liberação de parte dos 93 milhões de euros atribuídos ao Grão-Ducado no âmbito do plano europeu de recuperação e resiliência. Segundo informado pelo ministro da Economia de Luxemburgo, a parcela de investimentos que será dedicada ao combate à mudança do clima no Grão-Ducado será de 61%, acima, portanto, do limiar de 37% exigido pela regulamentação europeia.

105. Ao longo de 2020, e a despeito da pandemia, o país continuou a empreender esforços para firmar-se como grande praça financeira europeia. Como se sabe, o Grão-Ducado é o segundo maior hub de fundos de investimentos do mundo, após os EUA, com a gestão de recursos da ordem de 4,6 trilhões de euros. Em 2020, Luxemburgo aprovou nova regulamentação destinada a reger a emissão de títulos verdes e sociais, parte do seu objetivo de manter-se como o principal centro mundial de negociação desses títulos. A fim de diversificar sua economia, Luxemburgo também continuou a empreender esforços para tornar-se um dos principais polos tecnológicos aeroespaciais da Europa.

106. Em 2020, a Agência Espacial de Luxemburgo e o Instituto de Ciências e Tecnologia de Luxemburgo deram novos passos nessa direção ao criarem o Centro de Inovação Europeu para Recursos Espaciais, que terá a Agência Espacial Europeia como sua parceira estratégica. Recorde-se que o Estado luxemburguês detém 33% do capital da Sociedade Europeia de Satélites (SES), empresa que é hoje a maior operadora de satélites privados do mundo.

107. No plano externo, a diplomacia luxemburguesa manteve-se ativa em meio à pandemia. No que tange ao acordo Mercosul-União Europeia, por exemplo, o chanceler Asselborn reiterou sua visão crítica ao instrumento ao recordar perante o Legislativo luxemburguês, em alocução sobre a política externa do Grão-Ducado realizada em 11/11/20, que Luxemburgo foi dos primeiros países a tomar uma posição clara contra a assinatura do acordo de livre-comércio entre a UE e o Mercosul, "no contexto da política ambiental do Brasil". Em março de 2021, o chanceler luxemburguês reiterou, perante os ministros do comércio da UE, as reservas de seu país ao acordo Mercosul-UE.

108. Apesar do confinamento imposto ao país em duas ocasiões em 2020, bem como das rigorosas medidas de distanciamento social adotadas pelas autoridades luxemburguesas no combate à pandemia da Covid-19, esta embaixada foi capaz de manter contatos fluidos com o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Europeus do Grão-Ducado de Luxemburgo ao longo do ano. As gestões em favor de candidaturas brasileiras foram realizadas regularmente, havendo a chancelaria luxemburguesa recebido de forma presencial, em janeiro de 2020, e apoiado expressamente o candidato brasileiro ao Tribunal Internacional do Direito do Mar, professor Rodrigo More. Em

17/06, o grão-duque Henri outorgou exequatur ao Cônsul-Geral do Brasil em Bruxelas, embaixador José Humberto de Brito Cruz, instrumento que o habilita ao exercício de suas funções na jurisdição luxemburguesa. No Brasil, a embaixada de Luxemburgo em Brasília, a única do país na América Latina, foi reforçada com a lotação de mais uma diplomata e ampliou, de forma expressiva, sua rede de consulados honorários no país.

109. Nos últimos três anos, registrou-se movimentação regular de demandas de cooperação jurídica entre o Brasil e Luxemburgo. Com o objetivo de ampliar a base normativa que disciplina iniciativas de cooperação nesse campo com a Bélgica, o Brasil propôs a Luxemburgo a negociação de (i) Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas e (ii) Tratado de extradição. O Grão-Ducado ainda não reagiu às propostas brasileiras.

110. No campo comercial, o SECOM da embaixada realizou esforços para oferecer informações solicitadas ao longo de 2020 sobre o mercado luxemburguês para produtos específicos do agronegócio. Recorde-se que Luxemburgo tem-se esforçado para tornar-se um dos principais hubs europeus para a comercialização e distribuição de produtos frescos, objetivo para cujo alcance a empresa Cargolux, que mantém operação em diversos aeroportos brasileiros, é instrumental. A Câmara de Comércio do Brasil em Luxemburgo divulgou, em novembro, relatório elaborado pela KPMG sobre as perspectivas do comércio entre o Brasil e Luxemburgo, realizado em parceria com o governo do Grão-Ducado. O referido estudo identifica setores da economia luxemburguesa que poderiam oferecer oportunidades para as exportações brasileiras, tanto de bens industriais como do agronegócio. A principal dificuldade identificada foi a acirrada concorrência dos países da União Europeia, principais parceiros comerciais de Luxemburgo.

111. O ano de 2021 marca o centenário da implantação do grupo econômico belga-luxemburguês ARBED no Brasil, realizada mediante a aquisição, em 11/12/1921, da Companhia Siderúrgica Mineira. O fato histórico, um marco na cooperação econômica entre o Brasil e Luxemburgo, deverá ser lembrado ao longo do ano e também em 2022. A historiadora luxemburguesa Dominique Santana, que realiza projeto destinado a recuperar o legado industrial, cultural e social luxemburguês em Minas Gerais, conta com o apoio desta embaixada na realização de seu trabalho de pesquisa. O projeto cultural desenvolvido pela referida historiadora integrará as atividades que marcarão a assunção pela cidade de Esch-sur-Alzette, centro histórico da indústria siderúrgica luxemburguesa, da condição de capital cultural europeia em 2022, ano igualmente da celebração do Bicentenário da Independência do Brasil.

OTAN

112. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) celebrou, em 2019, os 70 anos de sua criação. Em contraste com a celebração de seus 50 e 60 anos, quando a data reuniu os chefes de Estado dos Aliados, a celebração dos 70 anos da OTAN reuniu apenas os chanceleres dos países membros. A nota divulgada na oportunidade reafirmou o papel da Organização como garantidora da segurança do território dos Aliados, bem como de valores como a democracia, a Liberdade individual e o Estado de Direito. Ao mencionarem as ameaças atuais à segurança, que qualificam

de imprevisíveis e desafiadoras, os Aliados citaram o terrorismo, a instabilidade que contribui para as migrações irregulares e as ameaças cibernéticas. Desde 1967, a Organização está sediada em Bruxelas.

113. As Forças Armadas brasileiras mantêm contatos ad hoc com a OTAN. Há cerca de 20 anos, o Brasil participa do Comitê Técnico de Catalogação da OTAN, cujo objetivo é padronizar nomenclaturas, especificações e procedimentos relacionados ao complexo universo dos equipamentos militares. Em 2017, o Brasil foi admitido como membro pleno do Grupo de Gerenciamento do Ciclo de Vida do Material de Uso Militar da OTAN, tornando-se um dos três integrantes do referido Grupo que não são membros da OTAN, juntamente com a Áustria e a Suécia.

114. Em 2020, ademais de admitir seu trigésimo membro, a Macedônia do Norte, e de dar execução a seu mandato de dissuadir e proteger seus membros de ameaças externas, como aquelas originadas na Rússia, no Oriente Médio e no Norte da África, a OTAN enfrentou uma série de novos desafios derivados de tensões entre seus próprios membros. Em síntese, a OTAN realizou avanços importantes no campo militar, ao passo que, no campo politico, foi submetida a fortes testes de pressão.

115. Nos últimos anos, a OTAN avançou em seus esforços para incorporar o espaço como seu quinto domínio operacional, ademais do terrestre, do aéreo, do marítimo e do cibernético. Isso significa que operações militares, tanto de defesa quanto de ataque, passarão a ser planejadas pela OTAN também no espaço.Nesse contexto, a OTAN decidiu estabelecer um novo Centro Espacial, em Ramstein, na Alemanha. Igualmente, novos e mais amplos mandatos foram executados militarmente nas duas frentes de ação militar, o chamado Flanco Leste (Rússia) e o chamado Flanco Sul (Oriente Médio e África).

116. Avanços importantes foram registrados na criação de uma rede mais fluida de logística de provimentos no espaço europeu, por meio de acordo com a União Europeia. Contribuições efetivas ao nível de resiliência no plano nacional dos Aliados foram feitas no marco do programa de reforço da defesa da infraestrutura crítica nos membros - o que incluiu não apenas a situação de portos e aeroportos, do suprimento de combustível, alimentos e equipamento médico, mas também, pela primeira vez, as redes de telecomunicações, inclusive a questão da tecnologia 5G.

117. No Afeganistão, a OTAN obteve em 2020 e 2021 contínuos, ainda que lentos, avanços no processo de transferência de responsabilidades para as forças locais. Em 2020, a organização saudou os esforços realizados pelo Afeganistão no diálogo com o Talibã para a negociação de um acordo, visto como etapa para o alance da estabilidade naquele país após décadas de conflito. A OTAN atuou para pressionar o Talibã a acabar com a violência e a deixar de abrigar terroristas em seu seio. No balanço que fez em 2020 da atuação da OTAN no país, o SG-OTAN reconheceu estar a organização Diante de um dilema, uma vez que não haveria condições para uma saída prematura das tropas da Aliança, nem para sua presença indefinida.

118. Em novembro de 2020, o SG-OTAN Jens Stoltenberg reagiu de forma firme ao anúncio de que o Presidente Trump determinara a retirada das tropas dos EUA do Afeganistão. Apontou a incoerência da decisão de Washington com a avaliação consensual nas instâncias da OTAN, inclusive dos comandantes militares no terreno, de que qualquer retirada antecipada de tropas do Afeganistão poderia levar o país a cair novamente na instabilidade, reforçando a posição de grupos como o autoproclamado Estado Islâmico e outros grupos terroristas. Criticou também o caráter unilateral da decisão norte-americana diante de seus Aliados na OTAN. Recordou que, nos últimos anos, em que pesem fortes resistências, os Aliados europeus aceitaram reforçar a ação da OTAN no Oriente Médio, inclusive no Afeganistão, de forma a responder favoravelmente a pedidos insistentes do Presidente Trump nesse sentido.

119. Como se recorda, a OTAN liderou uma missão não combatente para treinar, aconselhar e auxiliar as instituições e forças de segurança afegãs. A "Resolute Support Mission" (RSM) foi lançada em janeiro de 2015, após o fim da missão da "International Security Assistance Force" (ISAF) em dezembro de 2014, quando a responsabilidade pela segurança no Afeganistão foi transferida para as forças de segurança e defesa nacionais. A ISAF foi a missão mais longa da OTAN e chegou a envolver tropas de 50 países Aliados e Parceiros. A RSM contava com 17 mil militares de 39 países Aliados e Parceiros. Os Aliados e Parceiros vinham provendo igualmente assistência de caráter financeiro.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM BRUXELAS (EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO AO REINO DA BÉLGICA E JUNTO AO GRÃO-DUCADO DE LUXEMBURGO)

Candidato EMBAIXADOR JOÃO MENDES PEREIRA

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador João Mendes Pereira



Nascido em Brasília, em 18 de agosto de 1965, formou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, em 1987.

Ingressou no Instituto Rio Branco em 1990 e tornou-se Terceiro-Secretário da carreira de Diplomata em 1991. No Brasil, fez ampla carreira voltada aos temas de integração regional e negociações comerciais: foi Assistente da Divisão do Mercado Comum do Sul (1992-1995); Coordenador, interino, da Coordenação-Geral para as Negociações MERCOSUL-União Europeia (2003); Chefe, interino, da Divisão da União Europeia e Negociações Extra-Regionais (2003-2004); Chefe da Divisão de Integração Regional (2007-2009); Chefe da Divisão Econômica da América do Sul (2009-2010); Coordenador-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul (2010-2012); e Diretor do Departamento da ALADI e Integração Econômica Regional (2012-2016). Ademais, para além de temas de integração, foi Chefe do Cerimonial do Itamaraty entre 2016 e 2018.

No exterior, serviu na Missão do Brasil Junto à Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas, como Terceiro e Segundo-Secretário (1995-1999); na Delegação Permanente do Brasil Junto à ALADI, em Montevidéu, como Segundo e Primeiro-Secretário (1999-2003); e na Embaixada do Brasil em Lisboa, como Primeiro-Secretário e Conselheiro (2004-2007). Desde 2018, é Cônsul-Geral do Brasil em Miami.

O extenso currículo profissional do Embaixador João Mendes Pereira soma-se às suas contribuições acadêmicas. Foi professor de Políticas e Estratégias de Comércio Exterior da UNEB (1991); relator de teses do Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco (2009-2013); e Coordenador do curso sobre “América do Sul” para o Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco (2012-2013). No CAE, em 2005, teve aprovada a tese “A Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América do Sul – IIRSA como instrumento da política brasileira para a integração da América do Sul”.

Ministro de Primeira Classe desde 2017, o Embaixador João Mendes Pereira poderá contribuir, com sua larga experiência profissional, para o adensamento das relações entre o Brasil e a Bélgica e o Brasil e Luxemburgo. Particularmente, destaca-se o amplo conhecimento do embaixador em temas econômico-comerciais, que poderão ser essenciais para os esforços de ratificação do Acordo MERCOSUL-União Europeia, bem como para dinamizar, ainda mais, as sólidas relações econômicas bilaterais.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) [1]

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

[1] O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência na administração das relações do Brasil com a Bélgica e com Luxemburgo em todas as áreas, atuando de forma integrada e com percepção global dos laços bilaterais, em todos os âmbitos e níveis, e prestar contas ao governo brasileiro, aos entes federados interessados, ao Congresso Nacional e à opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações bilaterais do Brasil com ambos os países. Apoiar, promover e proteger os interesses brasileiros na Bélgica e em Luxemburgo.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar ações diplomáticas de excelência na Bélgica e em Luxemburgo, nas mais diversas áreas, em conformidade com a Política Externa definida pelo senhor Presidente da República e sob a orientação do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com a Bélgica e o Luxemburgo.

VALORES
Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a inserção econômica competitiva do Brasil nos mercados belga e luxemburguês e, por meio deles, no mercado europeu ampliado, com foco na prosperidade da sociedade brasileira, bem como incrementar a gama de iniciativas de cooperação com a Bélgica e com Luxemburgo.

2. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Bélgica e em Luxemburgo, em especial mediante a promoção de eventos culturais e iniciativas de diplomacia pública.

3. Oferecer, em complementação aos serviços consulares prestados pelo Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas, o apoio político requerido para dialogar com os Governos belga e luxemburguês em busca de condições favoráveis, tanto normativas quanto executivas, à crescente comunidade brasileira nos dois países, que inclui, no caso da Bélgica, grande número de nacionais não legalizados.

4. Manter contato regular e permanente com altas autoridades belgas e luxemburguesas com vistas a expor, com profissionalismo diplomático, as posições e os interesses brasileiros em questões multilaterais, buscando obter o apoio belga e luxemburguês nos processos de deliberação em curso em organizações internacionais, em particular no âmbito da União Europeia (UE).

5. Fortalecer a relação diplomática e política do Brasil com a Bélgica, inclusive por iniciativas de aproximação com o Rei dos Belgas, recordando, sempre que possível, o significado da histórica visita ao Brasil, em 1920, do Rei Alberto II e da Rainha Elisabeth da Bélgica, a primeira de um monarca europeu à jovem república brasileira.

6. Explorar o potencial de cooperação em ciência, tecnologia e inovação, tendo presente a importância crescente da Bélgica como referência na área de Inteligência Competitiva Tecnológica e do Luxemburgo na área aeroespacial e de operação de satélites privados.

7. Aprimorar a ação do setor de promoção comercial do Posto, com o intuito de buscar valorizar produtos e serviços brasileiros na Bélgica e em Luxemburgo, apoiando as empresas brasileiras que investem nesses países ou que busquem oportunidades de comércio ou investimento.

8. Promover a imagem do Brasil, por meio da difusão de informações atualizadas e precisas, de forma a dirimir eventuais percepções equivocadas acerca do país, com especial foco dedicado aos setores de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e direitos humanos.

9. Promover o turismo belga e luxemburguês no Brasil, explorando a possibilidade de estabelecimento de voo direto, hoje inexistente, preferentemente entre Bruxelas e destino brasileiro, bem como estimular a escolha do Brasil como destino de belgas e luxemburgueses aposentados, os quais se revelam crescentemente atraídos por gozar suas aposentadorias em países de clima tropical.

10. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do Posto, com vistas a aumentar sua eficiência e sua capacidade de resposta, melhorando a relação custo-benefício da atividade diplomática do Brasil na Bélgica e em Luxemburgo.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

A Bélgica é a segunda maior porta de entrada para as exportações brasileiras destinadas à Europa, notadamente via porto de Antuérpia, ocupando o 3º lugar mundial no ranking de performance logística, devido a sua centralidade geográfica e interconexão logística com diferentes modais; o país representa também a quarta principal origem de investimentos diretos estrangeiros no Brasil, segundo o Banco Central, no critério de controlador final (dados de 2019, últimos disponíveis).

Luxemburgo é uma das principais praças financeiras do mundo, grande centro irradiador de investimentos diretos estrangeiros, e tem a ambição de tornar-se polo tecnológico na área aeroespacial e hub logístico para a comercialização e distribuição de produtos frescos, de grande interesse para o Brasil. O grão-ducado passou a ocupar lugar de destaque como origem de investimentos estrangeiros recentemente. Pelo critério de país investidor imediato, o Grão-Ducado mantinha, em 2019, investimentos de US$ 54,2 bilhões (4º maior).

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Acompanhar, de forma ativa, a discussão política na Bélgica e em Luxemburgo sobre o Acordo de Associação Mercosul-UE, com o objetivo de fazer recomendações de ações diplomáticas em Bruxelas destinadas a favorecer o apoio dos dois países à assinatura e à ratificação do instrumento birregional.

i. Distinguir e atuar junto aos vários níveis governamentais belgas que detêm competência constitucional para apreciar, com poder de veto, o Acordo, notadamente o governo federal, o governo regional da Valônia, o governo regional da Flandres e o governo da região de Bruxelas-Capital.

ii. Recolher e transmitir à Secretaria de Estado os posicionamentos do setor privado, em particular dos setores potencialmente afetados, tanto positiva quanto negativamente, pelo Acordo.

iii. Apresentar regularmente à Secretaria de Estado uma avaliação do quadro geral, com sugestões de ações diplomáticas que possam ser tomadas para contornar os obstáculos que porventura surgirem à aprovação do Acordo.

2. Apoiar e incrementar as relações comerciais bilaterais com a Bélgica e Luxemburgo

i. Fortalecer a interlocução com o Porto de Antuérpia, estatal do município de Antuérpia, segunda maior porta de entrada de exportações do agronegócio do Brasil na UE, para identificar formas de promover e facilitar o comércio bilateral com a Bélgica e também com Luxemburgo.

ii. Fortalecer a interlocução com a Agência Belga de Promoção de Exportações e Investimentos, inclusive sobre financiamentos e questões fiscais, a empresas estrangeiras interessadas em fazer investimentos, na Bélgica, em plataformas de distribuição de seus produtos para a UE.

iii. Acompanhar os investimentos feitos pelo Porto de Antuérpia no desenvolvimento e na implementação do Porto de Açu, no Rio de Janeiro, que asseguraram ao porto belga assento no conselho de administração de Açu.

iv. Reforçar o Setor Comercial da Embaixada, com vistas a dotá-lo de ferramentas de monitoramento e de divulgação regular das possíveis oportunidades comerciais para interesses brasileiros na Bélgica e em Luxemburgo.

v. Identificar caminhos de diversificação da pauta exportadora brasileira para a Bélgica e Luxemburgo, com vistas à ampliação das exportações de maior conteúdo tecnológico e valor agregado, atribuindo especial atenção a potenciais parceiros envolvendo startups, fintechs, empresas de games, empresas de biotecnologia e na área farmacêutica e de saúde.

vi. Identificar oportunidades comerciais no contexto da retomada do crescimento belga e luxemburguês a partir da implementação, iniciada em meados de 2021, do plano de recuperação econômica pós-pandemia dos dois países, atribuindo particular atenção a parcerias na área de logística, infraestrutura e distribuição, bem como no complexo industrial da saúde.

vii. Organizar e divulgar eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de ingresso ou de expansão nos mercados belga e luxemburguês.

viii. Aumentar a articulação com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes nos mercados locais, para que Brasil, Bélgica e Luxemburgo busquem reduzir sua fragilidade e dependência no tocante a fornecedores de produtos e serviços estratégicos, alcançando maior autonomia e, conforme o caso, parcerias em setores como indústria aeronáutica, energia, transportes, comunicações, defesa e saúde.

ix. Apoiar a realização de missões empresariais.

x. Apoiar exportadores belgas e luxemburgueses interessados em fornecer bens e serviços de interesse importador brasileiro.

xi. Apoiar empresários brasileiros interessados nos mercados belga e luxemburguês.

xii. Articular ações integradas com o escritório da Apex Brasil em Bruxelas.

xiii. Promover a participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas na Bélgica e em Luxemburgo.

3. Monitorar e apoiar ações para o enfrentamento de barreiras econômico-comerciais às exportações brasileiras nos mercados belga e luxemburguês, particularmente de natureza fitossanitária.

i. Organizar reuniões anuais com as empresas brasileiras que se valem da Bélgica como base de distribuição de seus produtos na UE, em setores como carnes, suco de laranja, café e tabaco.

ii. Em coordenação com a Missão do Brasil junto à UE, acompanhar investigações de defesa comercial (antidumping, salvaguardas) que possam afetar exportações brasileiras para a Bélgica e Luxemburgo.

iii. Incrementar a cooperação e a troca de informações entre as autoridades sanitárias belgas, luxemburguesas e brasileiras.

4. Apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos.

i. Apoiar investidores belgas e luxemburgueses que já possuem investimentos no Brasil, que abrangem desde parcerias de alcance global - como é o caso da AB-INBEV na área de bebidas -, como empresas de menor porte em setores como a dragagem, a manufatura de máquinas e peças, infraestrutura portuária, energia verde e mineração.

ii. Identificar novas áreas de promoção de investimentos belgas e luxemburgueses no Brasil, com o apoio do escritório regional da APEX em Bruxelas.

iii. Promover iniciativas de diálogo (reuniões, palestras) junto aos interlocutores locais (governos federal e regionais, portos, câmaras de comércio, consultorias, tradings, entre outras) sobre o Brasil, seu ambiente de negócios, suas condições macroeconômicas, perspectivas de negociações comerciais, entre outros.

iv. Realizar ações de divulgação econômico-comercial do Brasil junto a bancos de investimentos e à mídia, com ênfase nas reformas econômicas e na retomada do crescimento brasileiro.

v. Apoiar a realização de missões e eventos para o fortalecimento da diplomacia brasileira da saúde, tendo em vista que a Bélgica abriga algumas das maiores unidades produtoras de vacinas contra a Covid-19 no mundo.

vi. Explorar com Luxemburgo e Bélgica projetos no que se convencionou chamar de “Finanças Verdes”, que têm em sua espinha dorsal características ecológicas sustentáveis, com grande potencial de crescimento no Brasil e naqueles países.

5. Explorar novas frentes de cooperação comercial

i. Apoiar a aproximação com o setor de moda belga (Royal Academy of Fine Arts, em Antuérpia e a escola La Cambre de Bruxelas), para explorar perspectivas de cooperação e troca de experiências sobre pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor têxtil e de confecção.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre o Acordo Mercosul-UE. Registre-se, contudo, que os resultados estarão igualmente relacionados a decisões empresariais.
2) Número de serviços de inteligência comercial (estudos de mercado, guias sobre como exportar e investir, boletins de notícias, revistas, entre outros);
3) Número de encontros e reuniões com autoridades tomadoras de decisão, empresas, investidores, câmaras e outras associações de comércio de ambos os países;
4) Número de missões e eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, rodadas de negócios, apoio a missões, entre outros) organizados pela ou com apoio da embaixada;
5) Número de atendimentos a consultas realizadas por empresas, associações setoriais e agências de promoção de produtos, serviços e investimentos de ambos os países;
6) Número de relatórios de acompanhamento das economias belga e luxemburguesa e das balanças comerciais bilaterais;
7) Número de eventos, publicações e boletins de notícias a respeito das oportunidades de investimento no Brasil.

II - Relações políticas bilaterais

A Bélgica exibe uma importância estratégica ímpar no mundo, desproporcional a sua extensão geográfica, notadamente no que tange a sua presença política, diplomática, econômica, comercial, educacional e cultural no mundo, sendo sede das principais instituições da União Europeia, inclusive da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, e da Organização para o Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Bruxelas tem a condição de maior capital diplomática do mundo em número de missões diplomáticas e consulares, bem como de funcionários internacionais acreditados, além de excepcional concentração de escritórios de lobby, de jornalistas e de *think tanks* e formadores de opinião internacionais; tem ainda o perfil de mediador eficiente de tensões intra-europeias, históricas e atuais. Luxemburgo é membro fundador das Nações Unidas, da UE, da OCDE e da OTAN.

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Valorizar, em todas as oportunidades, o caráter histórico do relacionamento bilateral e a densidade das relações políticas e diplomáticas estabelecidas entre os Estados brasileiro e belga desde a independência dos dois países no início do século XIX.

i. Ressaltar, no diálogo com as autoridades belgas, o peso histórico que o Brasil atribui ao relacionamento bilateral, à luz da emblemática visita real belga ao Brasil em 1920, a primeira de um monarca europeu à jovem república brasileira.

ii. Ancorar o relacionamento bilateral com a Bélgica e Luxemburgo nos valores compartilhados (democracia, direitos humanos, desenvolvimento sustentável, multilateralismo, entre outros), tema caro às diplomacias belga e luxemburguesa.

iii. Valorizar a densidade e o peso histórico dos fluxos de comércio entre o Brasil e a Bélgica e entre o Brasil e Luxemburgo.

iv. Valorizar o papel dos investimentos belgas e luxemburgueses no Brasil, presentes no início da industrialização brasileira (a exemplo da antiga Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje

Arcellor-Mittal) e também hoje (a exemplo do poderoso conglomerado global belgo-brasileiro AB-INBEV).

v. Incentivar a retomada de visitas oficiais de lado a lado, tendo em conta que o último encontro presidencial ocorreu em 2015, por ocasião da Cúpula CELAC-UE, realizada em Bruxelas.

vi. Formular recomendações à Secretaria de Estado sobre autoridades e personalidades belgas e luxemburguesas a serem convidadas a visitar o Brasil.

vii. Incentivar a realização periódica de reuniões presenciais dos mecanismos diplomáticos de alto nível, em particular a retomada da Reunião de Consultas Políticas Brasil–Bélgica e Brasil-Luxemburgo, tão logo as condições sanitárias assim o permitam.

viii. Explorar a possibilidade de realização de encontros virtuais como forma de superar dificuldades na realização de encontros presenciais.

ix. Pesquisar e preparar informações analíticas para apoiar estrategicamente a atuação das autoridades e delegações brasileiras, em particular para identificar pontos de convergência e pontos de divergência entre os interesses do Brasil e dos dois países e articular possíveis soluções negociadas.

x. Administrar e ampliar o diálogo entre as Chancelarias do Brasil, da Bélgica e de Luxemburgo, e com as demais instâncias de governo, inclusive por meio de contatos pessoais facilitadores.

xi. Conduzir de forma sistematizada contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, representantes do mundo acadêmico e jornalistas.

2. Acompanhar, pesquisar, analisar e informar à Secretaria de Estado a respeito de acontecimentos na conjuntura da Bélgica e de Luxemburgo, tanto por meio de fontes abertas (imprensa, declarações públicas, legislação, entre outras), quanto por meio de iniciativas diplomáticas que deem acesso a informações protegidas de interesse do Brasil.

i. No campo econômico, acompanhar a política macroeconômica e seus resultados; antecipar desenvolvimentos de maior relevância; atentar para a atuação da Bélgica e de Luxemburgo na conformação da política do Euro; atentar para as políticas de transição energética, haja vistas seu impacto rápido sobre as condições de operação das economias belga e luxemburguesa.

ii. No campo político interno, acompanhar o dia a dia dos desenvolvimentos; focar nas peculiaridades da Constituição da Bélgica, que combina um sistema monárquico com um parlamentarismo de alta fragmentação partidária, habitado por três comunidades linguísticas e religiosas (flamengos neerlandófonos protestantes, valões francófonos católicos, alemães protestantes), no qual as regiões têm poderes que desafiam o governo federal, inclusive no campo da política externa da Bélgica.

iii. No campo político externo, acompanhar a atuação da Bélgica e de Luxemburgo em questões de paz, segurança, defesa, comércio e investimentos, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação à Bélgica e Luxemburgo e suas ações nas esferas regional e internacional;

iv. No campo social, analisar as políticas que contribuem para reduzir as desigualdades sociais e sua combinação com uma postura tradicionalmente liberal, no campo econômico, dos Estados belga e luxemburguês.

v. No campo comercial, atentar para focos de protecionismo que possam representar ameaça às exportações brasileiras, em particular, no presente momento, nas normas de restrição da importação de biocombustíveis de primeira geração, como derivados de soja, recomendando formas de atuação diplomática à Secretaria de Estado. Em especial, acompanhar o desempenho do intercâmbio comercial bilateral com Bélgica e Luxemburgo, bem como manter interlocução permanente com os principais exportadores brasileiros representados na Bélgica, de forma a identificar problemas presentes ou futuros.

vi. No campo prospectivo, conduzir estudos temáticos sobre a Bélgica e Luxemburgo no tocante a agricultura, complexo industrial da saúde, com ênfase na indústria farmacêutica, mecanismos de financiamento de ciência, tecnologia e inovação, gestão dos sistemas de saúde, boas práticas no sistema educacional, gestão do comércio internacional entre terceiros.

vii. Elaborar, de forma *ad hoc*, estudos ou levantamentos sobre temas específicos, conforme instruções oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos.

3. Manter canais fluidos para o bom diálogo e a boa interação com os Governos belga e luxemburguês.

i. Constituir-se como entidade preferencial de referência para os contatos dos Ministérios das Relações Exteriores da Bélgica e de Luxemburgo, aplicando as boas práticas diplomáticas necessárias à criação da confiança recíproca e respeito mútuo.

ii. Manter contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa da Bélgica e de Luxemburgo, levando em conta a necessidade se administrar com parcimônia e os cuidados diplomáticos de praxe, o relacionamento com o rei dos Belgas e com o grão-duque de Luxemburgo, os primeiros-ministros e chanceleres dos dois países, os ministros-presidentes (governadores) das regiões belgas, parlamentares e outras altas autoridades.

iii. Apoio e consultoria a processos de negociação, renegociação e troca de informações entre o Brasil, a Bélgica e Luxemburgo.

4. Dar vitalidade ao quadro de instrumentos bilaterais

i. Acompanhar o status da tramitação dos instrumentos já celebrados entre Brasil e Bélgica e Luxemburgo.

ii. Identificar oportunidades de negociação de novos instrumentos, que abram novos campos para a cooperação entre Brasil e Bélgica e Brasil e Luxemburgo.

iii. Contribuir para avaliar a implementação dos instrumentos em vigor de forma regular.

iv. Formular, quando necessário, recomendações à Secretaria de Estado quanto à sua eventual renegociação.

5. Conduzir de forma condigna a representação do Estado brasileiro em cerimônias oficiais na Bélgica e em Luxemburgo.

i. Promover o comparecimento, sempre que possível, do chefe do Posto a eventos a convite do rei dos Belgas e do grão-duque de Luxemburgo, membros da Casa Real, membros dos Governos, parlamentares, entre outros.

ii. Assegurar a presença regular do chefe do Posto em eventos diplomáticos, organizados seja pelas Chancelarias belga e luxemburguesa (e demais instâncias de governo desses países), seja por Embaixadas de terceiros países, com vistas ao recolhimento de informações de interesse brasileiro.

iii. Garantir a presença regular dos diplomatas do Posto em eventos organizados pelas Chancelarias da Bélgica e de Luxemburgo (e demais instâncias de governo desses países), outros órgãos, bem como representações diplomáticas de outros Estados.

iv. Organizar, salvo em função do advento de circunstâncias especiais, as celebrações do 7 de setembro em Bruxelas.

v. Participar na organização anual, juntamente com as Embaixadas dos países da CPLP, do Dia da Língua Portuguesa e da CPLP em Bruxelas.

vi. Organizar, sempre que pertinente, eventos de promoção dos BRICS em Bruxelas, em coordenação com as Embaixadas da China, da Rússia e da Índia e da África do Sul.

6. Contribuir para dinamizar a diplomacia parlamentar

i. Formular recomendações ao Parlamento brasileiro, por meio da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, sobre parlamentares belgas e luxemburgueses a serem convidados a visitar o Brasil.

ii. Contribuir para fortalecer o diálogo parlamentar bilateral e entre os Grupos Parlamentares de Amizade bilaterais nos Legislativos dos três países.

iii. Apoiar a visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros, belgas e luxemburgueses.

iv. Apoiar iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros, belgas e luxemburgueses.

v. Apoiar atividades dos grupos parlamentares de amizade dos três países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Esforços empreendidos para realização das iniciativas propostas, conforme registro oficial, em telegramas do Posto.
2) Número de reuniões em mecanismos bilaterais;
3) Número de visitas oficiais realizadas de lado a lado;
4) Número de reuniões e eventos, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e belgas e brasileiros e luxemburgueses;

5) Número de reuniões e eventos com atores políticos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos, formadores de opinião, etc.;
6) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Na OTAN, organização sediada em Bruxelas, acompanhar, com a discrição requerida e dentro dos limites inerentes à condição de estado não membro, as negociações internas entre os Aliados.

i. Acompanhar, informar-se e relatar à Secretaria de Estado, na medida das possibilidades do Posto, as Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo da OTAN, em particular suas Declarações oficiais e seus atos finais, de periodicidade aproximadamente anual, cuja edição de 2022 será realizada na Espanha e a de 2023, na Lituânia.

ii. Acompanhar, informar-se e relatar, na medida das possibilidades do Posto, as reuniões de Ministros da Defesa e de Ministros das Relações Exteriores, bem como as reuniões dos Chefes de Estado-Maior Conjunto (ou assemelhados), particular suas Declarações oficiais e seus atos finais, de periodicidade trimestral ou quadrimestral, que se realizam via de regra em Bruxelas.

iii. Acompanhar, informar-se e relatar as entrevistas, declarações públicas, notas oficiais emitidas pelo Secretário Geral da OTAN, bem como suas viagens oficiais e as visitas por ele recebidas.

iv. Manter acompanhamento das iniciativas *ad hoc* de cooperação entre as Forças Armadas brasileiras e a OTAN, tendo em vista que o Brasil, por meio do Ministério da Defesa, já participa do Comitê de Catalogação e do Comitê sobre Ciclo de Vida de Material de Uso Militar.

2. Na União Europeia, sediada em Bruxelas, cujo acompanhamento precípuo compete à Missão do Brasil junto à UE, acompanhar a atuação da Bélgica e de Luxemburgo nos processos negociadores europeus, sobretudo levando-se em conta que a política exterior belga não se concebe sem um estreito esforço de coordenação prévio na União Europeia, destino de 75% de seu comércio exterior.

i. Atuar, com a devida cautela e habilidade, mediante instrução da Secretaria de Estado, junto às Chancelarias belga e luxemburguesa (e demais instâncias de governo desses países) em temas de coordenação europeia que tenham relação com interesses brasileiros.

ii. Tentar recolher junto a interlocutores belgas e luxemburgueses informações sobre o quadro parlamentar em temas de interesse do Brasil, conquanto se saiba que a Bélgica tem por princípio não anunciar sua posição sobre temas ou candidaturas sujeitas à negociação com parceiros da UE.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Esforços empreendidos para realização das iniciativas propostas, conforme registro oficial, em telegramas do Posto.

2) Avaliação numérica, em porcentagem, da qualidade dos resultados alcançados, conforme registro oficial, em telegramas do Posto.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Contribuir para melhorar a imagem do Brasil na Bélgica e em Luxemburgo

i. Organizar eventos (seminários, palestras, visitas, entrevistas) de acadêmicos, escritores, artistas, grandes esportistas, chefs, e outras personalidades brasileiras capazes de apresentar ao exigente público local, com credibilidade, depoimentos positivos sobre a realidade brasileira.

ii. Buscar promover eventos alusivos à celebração dos 200 anos da Independência do Brasil.

iii. Divulgar, na Bélgica e em Luxemburgo, depoimentos positivos de belgas e luxemburgueses que moram no Brasil a respeito de sua experiência no país, a fim de contrabalançar a má compreensão do Brasil por parte daqueles belgas e luxemburgueses que porventura pouco ou nada saibam sobre o país.

iv. Divulgar, na Bélgica e em Luxemburgo, ações conduzidas pelo governo e pela sociedade brasileiros para demonstrar, entre outros, determinação no combate ao narcotráfico e à violência urbana, rejeição e combate à injustiça social, combate ao desmatamento, a força das instituições nacionais e do Estado de Direito.

v. Orientar as ações culturais para explorar o fato de que, como capital das instituições europeias, Bruxelas reúne elevado número de formadores de opinião e pode funcionar como uma caixa de ressonância para manifestações culturais brasileiras.

vi. Planejar ações de difusão da cultura brasileira que contribuam para retratar, de forma mais acurada e para além dos estereótipos, a realidade do Brasil.

vii. Apresentar à Secretaria de Estado análises sobre a viabilidade, notadamente financeira, de ações em grandes meios de comunicação – como TV, rádio e imprensa escrita –, que são hoje vetores de notícias negativas sobre o Brasil, destinadas a valorizar a imagem do Brasil.

viii. Dinamizar o uso das mídias sociais, valendo-se das mesmas para divulgar os usos e costumes do Brasil, sua história, artistas e grandes realizações, do passado e do presente, dando seguimento ao projeto de divulgação da série “civilização brasileira”, concebida no Posto.

2. Contribuir para melhorar a imagem do Brasil junto ao Governo e às instituições públicas belgas e luxemburguesas.

i. Sensibilizar órgãos públicos brasileiros para os efeitos de imagem causados por atrasos na tramitação de atos de cooperação jurídica, a exemplo de documentação de pedidos de

extradição, acordos internacionais, entre outros, assim como por agendamentos de visitas sem a antecipação requerida ou por cancelamento de viagens marcadas.

3. No campo do turismo, explorar a possibilidade de criação de voo direto, hoje inexistente, entre Bruxelas e destino brasileiro, bem como estimular a escolha do Brasil como destino de belgas aposentados, crescentemente atraídos por países com clima mais quente.

i. Promover a participação do Brasil, com stand próprio, na Feira de Turismo de Bruxelas ("Salon de Vacances"), uma das maiores do mundo.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de ações de melhoria de imagem e avaliação quantitativa, em porcentagem, de seu impacto.
2) Medidas mensais da imagem, em porcentagem, a cada mês da gestão, de forma a observar melhoras ou pioras, com base no cálculo do número de matérias negativas/ positivas.
3) Esforço de levantamento de dados junto a fontes críveis (companhias aéreas, agências de viagem, por exemplo) a respeito das vendas de passagens para turismo de belgas e luxemburgueses no Brasil.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Acompanhar ativamente as repercussões na Bélgica e em Luxemburgo das questões ambientais no Brasil

i. Relatar regularmente à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, para conhecimento das autoridades ambientais competentes, o impacto sobre a opinião pública e junto aos governos belga e luxemburguês dos acontecimentos no Brasil na área ambiental.

ii. Obter da Secretaria de Estado e do Ministério do Meio Ambiente argumentos sólidos e precisos, dotados de alta credibilidade, a fim de utilizá-los no contato com instituições belgas luxemburguesas e meios de comunicação belgas., tendo-se em conta que o debate sobre as mudanças climáticas e seu potencial efeito sobre a frágil geografia belga e luxemburguesa mobiliza a opinião pública e coloca o discurso político dos dois países entre aqueles que defendem objetivos cada vez mais ambiciosos para a União Europeia na matéria.

2. Estimular a sinalização de convergências entre Bélgica/Luxemburgo e Brasil no campo ambiental.

i. Conduzir pesquisa sobre o panorama do setor produtivo belga e luxemburguês em "tecnologias verdes", com vistas à eventual identificação de parcerias que possam ser celebradas com empresas brasileiras.

ii. Ponderar, em diálogos com autoridades belgas e luxemburguesas, que todos os Estados têm dificuldades em implementar rapidamente uma agenda ambiental à altura das expectativas de sua população.

3. Estimular ações de promoção comercial de produtos sustentáveis da Amazônia brasileira (açaí, guaraná, castanhas, frutas amazônicas, etc.), que têm impacto positivo nos mercados belga e luxemburguês, com o intuito estratégico de demonstrar o interesse de setores produtivos do Brasil em manter a floresta de pé.

4. Acompanhar ativamente as medidas ambientais adotadas pela Bélgica e por Luxemburgo e avaliar a conveniência e a oportunidade de gestões em defesa de eventuais interesses brasileiro.

5. Reforçar a divulgação dos esforços e avanços que o Brasil tem implementado na garantia da sustentabilidade de sua agricultura

i. Acompanhar eventuais ameaças aos interesses exportadores de carne bovina, madeira tropical e soja, entre outros, do Brasil para a Bélgica e Luxemburgo, objeto recorrente de críticas de organizações ambientais.

ii. Organizar iniciativas destinadas a apresentar esclarecimentos junto aos importadores locais, por meio de palestras de especialista em exploração de recursos florestais do MAPA, sobre o programa brasileiro de concessões públicas de florestas, detalhando as práticas ambiental e socialmente sustentáveis empregadas no desenvolvimento da atividade madeireira na Amazônia brasileira.

ii. Dar seguimento às gestões iniciadas, em coordenação com a Argentina, contra a nova legislação belga (2021) destinada a proibir a adição de biocombustíveis de primeira geração, inclusive derivados de óleo de soja, aos combustíveis fósseis consumidos na Bélgica.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Esforços empreendidos para realização das iniciativas propostas, conforme registro oficial, em telegramas do Posto.
2) Avaliação numérica, em porcentagem, da qualidade dos resultados alcançados, conforme registro oficial, em telegramas do Posto.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Pesquisar a cadeira produtiva de biotecnologia liderada pela Bélgica, uma vez que as companhias belgas respondem por 16% do volume de negócios europeus em biotecnologia e quase 10% dos gastos em pesquisa e desenvolvimento no setor.

i. Realizar estudo destinado a compreender as fortalezas das empresas de biotecnologia na Bélgica, inclusive quanto ao papel do Estado em seu apoio.

ii. Apresentar o estudo a entidades brasileiras no campo da biotecnologia, com vistas a identificar eventuais complementaridades que possam dar lugar à celebração de acordos entre belgas e brasileiros.

2. Buscar maior cooperação com entidades públicas e privadas na Bélgica e em Luxemburgo voltadas para ciência, tecnologia e inovação, em particular com vistas a diversificar parcerias internacionais e reduzir fragilidades em segmentos estratégicos da economia brasileira, tais como complexo industrial da saúde e economia verde (nas áreas de agricultura, meio ambiente e fianças, por exemplo).

i. Articular contatos entre agências brasileiras como FIOCRUZ e EMBRAPA, por exemplo, e entidades belgas e luxemburguesas selecionadas.

ii. Reforçar a divulgação na Bélgica e Luxemburgo de iniciativas no Brasil nessas áreas, nos campos federal, estadual e municipal.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Esforços empreendidos para realização das iniciativas propostas, conforme registro oficial, em telegramas do Posto.

2) Avaliação numérica, em porcentagem, da qualidade dos resultados alcançados, conforme registro oficial, em telegramas do Posto.

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. No campo da educação, lançar campanha de apoio aos estudantes brasileiros em nível superior na Bélgica, notadamente no quadro de novas restrições de viagens no quadro da pandemia do COVID-19.

i. Mapear os estudantes, por meio de contato com as universidades belgas, identificando suas principais áreas de atuação.

ii. Voltar a oferecer apoio político, como em 2021, por meio de gestões em alto nível junto ao governo belga, em caso de aprovação de novas restrições de viagem causadas pela pandemia do COVID-19.

iii. Considerar a viabilidade e o interesse de incentivar a criação de uma Associação de Estudantes Brasileiros na Bélgica.

2. No campo da saúde, pesquisar o setor produtivo de fármacos na Bélgica, uma vez que Bélgica possui uma das mais elevadas taxas mundiais de intensidade tecnológica na indústria farmacêutica.

i. Conduzir estudo destinado a compreender as fortalezas das empresas farmacêuticas na Bélgica, inclusive quanto ao papel do Estado em seu apoio.

ii. Apresentar o estudo a entidades brasileiras no campo da biotecnologia, com vistas a identificar eventuais complementaridades que possam dar lugar à celebração de acordos entre belgas e brasileiros.

3. No campo da defesa, explorar as oportunidades existentes no campo industrial.

i. Apoiar institucionalmente a parceria produtiva entre a belga SONACA e a EMBRAER - que possui três subsidiárias no Brasil para fins de integração de produção (Sobraer, Sopçaero, Pesola)

ii. Apoiar a integração de cadeias produtivas entre a FN Herstal, empresa estatal da região belga da Valônia, e a EMBRAER, no tocante ao fornecimento de metralhadoras integradas aos sistemas de armas do SuperTucano, haja vista que cada operação de exportação das armas para sua montagem no Brasil está sujeita à autorização prévia do Governo da Valônia com base na avaliação do usuário final, para o qual se destinará a aeronave brasileira.

iii. Estudar oportunidades comerciais abertas no setor de segurança pública belga para empresas brasileiras, tendo em vista que a Bélgica, desde os atentados de 2016, busca-se reforçar o investimento em segurança aeroportuária, segurança fronteiriça, proteção de infraestrutura essencial (usinas nucleares, rodovias, ferrovias, portos); segurança cibernética; tecnologia da informação; biométrica; e detecção de explosivos e armamentos.

4. No campo da cultura, vide Seção IV.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Esforços empreendidos para realização das iniciativas propostas, conforme registro oficial, em telegramas do Posto.

2) Avaliação numérica, em porcentagem, da qualidade dos resultados alcançados, conforme registro oficial, em telegramas do Posto.

VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Acompanhar a política de desenvolvimento internacional e ajuda humanitária da Bélgica, tendo-se presente, contudo, a dificuldade para se desenvolver cooperação bilateral na matéria, uma vez que Bruxelas decidiu, por lei, concentrar seu apoio a 14 países considerados de alta vulnerabilidade na África e no Oriente Médio (Benim, Burkina Faso, Burundi, a República Democrática do Congo, a República da Guiné, Mali, Marrocos, Moçambique, Níger, Uganda, Ruanda, Senegal, Tanzânia e o Território Palestino).

2. Explorar hipóteses de cooperação trilateral em um dos países priorizados pela cooperação bilateral belga.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de telegramas sobre o tema.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Acompanhar, com a devida atenção, a política migratória da Bélgica e alertar a Secretaria de Estado para medidas que possam colocar a comunidade brasileira em situação sensível.

i. Atentar para a tendência de recrudescimento da política migratória belga, fonte de intensa polêmica na medida em que explicita concepções diversas sobre direitos humanos, refúgio político, direito ao desenvolvimento e, cada vez mais, associação do imigrante com o terrorismo.

2. Apoiar institucional e politicamente ao Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas

i. Realizar eventuais gestões junto ao Governo belga sobre temas de interesse consular.

ii. Apoiar ao Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas, no que couber, na realização das eleições presidenciais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Teor dos telegramas sobre o assunto.

SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA DANIELLA RIBEIRO

RELATÓRIO Nº , DE 2021

SF/21035.99265-23

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 48, de 2021, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOÃO MENDES PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo*.

Relatora: Senadora **DANIELLA RIBEIRO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Senhor João Mendes Pereira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV). Para tanto e observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

O indicado é filho João Invenção Pereira e Antonia Mendes Pereira e nasceu em Brasília no dia 18 de agosto de 1965. Graduou-se em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1987). Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1991, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr).

Foi promovido a Segundo-Secretário em 1996; a Primeiro-Secretário em 2002; a Conselheiro em 2006; a Ministro de Segunda Classe em 2010 e a Ministro de Primeira Classe em 2017. Em 2005, após concluir o Curso de Altos Estudos do IRBr, teve aprovada a tese intitulada "A iniciativa para a integração da infraestrutura regional da América do Sul – IIRSA como instrumento da política brasileira para a integração da América do Sul".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: conselheiro na Embaixada em Lisboa (2004/07); chefe da Divisão de Integração Regional (2007/09); chefe da Divisão Econômica da América do Sul (2009/10); coordenador-geral da Coordenação-Geral de Assuntos Econômicos da América do Sul (2010/12); diretor do Departamento da ALADI e Integração Econômica Regional (2012/16); chefe de Cerimonial (2016/18); e cônsul-geral no Consulado-Geral em Miami (desde 2018).

Importa registrar, ainda, que o indicado foi agraciado com distintas condecorações. Dentre elas sobressai a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, que reflete os excelentes serviços prestados pelo indicado para a diplomacia e as relações internacionais brasileiras.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Bélgica e o Luxemburgo, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

O Reino da Bélgica, localizado no noroeste da Europa, ocupa a 14ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O país apresenta, também, elevado índice de industrialização. Importa recordar, também, que Bruxelas é tanto a capital política do Reino quanto administrativa da União Europeia (UE), bem como sede da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

O Norte é a região mais próspera do país e onde vivem comunidades flamengas (Flandres). Já o Sul é habitado pelos valões, de língua francesa (Valônia). Há, ainda, pequena parte da população, no Leste, que fala alemão. Esse pluralismo constitui por vezes motivo de tensão entre a população, estimada em 11,52 milhões de habitantes, e ameaça a unidade do Reino.

No tocante às relações bilaterais, elas remontam à independência, quase concomitante, de ambos os países. Nessa trajetória,

SF/21035.99265-23

vale destacar, do ponto de vista político, a visita do Rei Alberto I ao Brasil em 1920 e, da perspectiva econômica, o papel desempenhado no ramo siderúrgico pela Companhia Belgo-Mineira. Desde então, verificamos crescente aproximação tendo em conta a consonância de sentimentos no tocante a temas internacionais importantes (multilateralismo, democracia, direitos humanos, meio ambiente) e a complementariedade de suas economias.

No que diz respeito ao comércio bilateral, a Bélgica foi o 17º maior destino das exportações brasileiras e em 22º no ranking das importações. Dados de 2020. De um lado, o mercado belga é importante para nossos produtos; de outro, o país é, por conta da sua localização e estrutura de transporte, relevante porta de acesso para outras áreas da Europa. As trocas comerciais, que somaram US$ 4,10 bilhões no ano passado, seguem superavitárias para o Brasil. Exportamos produto básicos e *commodities* e importamos produtos de maior valor agregado.

Em relação aos assuntos consulares, calcula-se em cerca de 48 mil o número de brasileiros na Bélgica. Para seu atendimento, nossos nacionais contam o Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas.

Sobre o Grão-Ducado de Luxemburgo, importa destacar que se trata de nação autônoma desde de 1830. O país é ardoroso defensor da cooperação entre os Estados europeus. Foi, nesse sentido, um dos seis Estados criadores da então Comunidade Econômica Europeia, em 1957. Nos dias de hoje, a Cidade de Luxemburgo sedia importantes instituições da União Europeia, entre elas os Tribunais de Justiça e de Contas.

Detentor de uma das maiores rendas *per capita* do mundo, o Grão-Ducado compensou o declínio da siderurgia, base da economia até os anos 1970, com sua conversão em importante centro financeiro internacional. Na atualidade, sua praça bancária gerencia cerca de US$ 4 trilhões. Outro aspecto a convidar nossa atenção é a circunstância de o país manter importantes laços com a língua portuguesa. Esse contexto é fruto de forte migração de portugueses para o país nos anos 1960. Na hora atual, os luso-luxemburgueses representam cerca de 16% da população. Em relação à comunidade de brasileiros no país, ela é estimada em 7.000 pessoas.

Tendo em vista a natureza da matéria, essa apreciação cinge-se ao caráter de Relatório, não cabendo serem aduzidas outras considerações.

SF/21035.99265-23

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

SF/21035.99265-23